

Francisco Oneto Nunes

HOJE POR TI, AMANHÃ POR MIM

A ARTE XÁVEGA NO LITORAL CENTRAL PORTUGUÊS



2005

Índice

Agradecimentos	4
INTRODUÇÃO	6
A emergência do aleatório.....	6
As companhias de arte xávega em 1995	11
A arte xávega.....	21
1 PRIMITIVISMO E DECADÊNCIA: FONTES PARA UMA REFLEXÃO EM TORNO DA ANTROPOLOGIA MARÍTIMA EM PORTUGAL	34
O registo etnográfico	37
O registo etnogenealógico	48
O registo de decadência.....	57
2 A ZONA DA XÁVEGA: UM LUGAR DE INSTABILIDADE	70
Os espaços	70
As origens da arte xávega.....	84
3 CONJUGAM-SE INTERESSES	100
As movimentações populacionais	101
A beira-mar, frente de expansão da fé.....	118
A tirania fiscal e a organização do trabalho	123
4 «FOI O PEIXE QUE DEU O SER A ESTA TERRA...»	143
Espinho: a origem da povoação	143
A Marinha de Silvalde.....	146
Os trabalhadores do mar.....	151
O orgulho vareiro	155
Os conflitos	158
«A gente precisa disto para viver»	166
5 O CARÁCTER DO PESCADOR	173
6 OS HOMENS E AS MULHERES	189
7 O CASAMENTO ENTRE IGUAIS	210
8 «É O MAR QUE NOS PAGA A FOME»	231
9 ORDER FROM NOISE: A MÁ-RODA E O IDIOMA DA INVEJA	256
Um caso de má-roda.....	256
A presença do mal, as bruxas	259
Ordem, causalidade, cooperação e agonismo.....	268
Padrões e ritmos, a esfera produtiva e o desejo.....	277
O sucesso diferencial e os excessos do olhar	286
A experiência do aleatório.....	299
EPÍLOGO	306
Bibliografia	310

Índice de tabelas

Tabela 1	Companhas em laboração, por localidades (1995)	16
Tabela 2	Distribuição da amostra por classes de idade.....	17
Tabela 3	Distribuição dos inquiridos na zona norte (Espinho, Esmoriz e Furadouro) por sexo e idade	17
Tabela 4	Distribuição da amostra por localidades, sexo e idade	17
Tabela 5	Idade com que os inquiridos começaram a trabalhar na pesca.....	19
Tabela 6	Número de inquiridos com outra ocupação para além da pesca	19
Tabela 7	Nível de escolaridade dos inquiridos	21
Tabela 8	1840: companhias de xávega e respectivo número de sócios, entre Espinho e Maceda	97
Tabela 9	1940: companhias de xávega e número de pescadores empregues na laboração, de Espinho a Mira	98
Tabela 10	1840-1995: número de companhias e de pescadores de Espinho a Mira	98
Tabela 11	Marinha de Silvalde: distribuição dos entrevistados por idades e sexo	152
Tabela 12	Praia de Esmoriz: número de familiares e parentes dos inquiridos que trabalham na mesma ou noutras companhias.....	218
Tabela 13	Mobilidade intraprofissional.....	225

Índice de figuras

Figura 1	Representação esquemática da arte xávega	27
Figura 2	Zona de distribuição da arte xávega em 1995.....	32
Figura 3	Diagramas genealógicos	222

Índice de Anexos (CD-ROM)

Anexo 1	Informação estatística
1.1.	A aleatoriedade dos rendimentos (Anexo 1.1.doc)
1.2.	Dados estatísticos (Esmrz 90.xls, Esmrz 91.xls, Esmrz 92.xls, Esmrz 93.xls, Esmrz 94.xls, Esmrz 90-94.xls)
Anexo 2	Arte xávega: imagens
2.1.	Apresentação de <i>slides</i> (arte xávega.pps)

Agradecimentos

Agradeço à JNICT/FCT o financiamento da pesquisa através das Bolsas FMRH/BD/757 e PRAXIS XXI/BD/11175, ao Prof. Doutor João de Pina Cabral por ter voluntariamente assumido a responsabilidade da orientação científica da minha tese ainda na sua fase embrionária, e à Catarina Mira, que dedicadamente reviu, editou e corrigiu o texto. Quero exprimir também os meus mais sinceros agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram para que este trabalho fosse possível, dos areais do litoral central aos corredores e gabinetes da universidade, desde o terreno até “casa” – no fundo, às pessoas com quem habitei e me relacionei ao longo da última década, em cinco residências “fixas”, dos subúrbios ao centro da cidade e daí à margem esquerda do Tejo, e cinco ou seis locais de residência temporária no terreno, na Vieira de Leiria, na Praia da Leirosa, no Furadouro, na Marinha de Silvalde e na Praia de Esmoriz; a todos – família, amigos e conhecidos, professores, colegas e alunos do ISCTE – a minha admiração, carinho, estima e respeito. Porque «peixe morto dá vida ao homem»...

«Arte de xávega (tipo de pesca artesanal que tende a deixar de existir)»

(AAVV, 1989, *Aveiro - Ria, Mar, Terras e Gentes*, edição patrocinada pelo Governo Civil de Aveiro, 1989, p. 131.)

«Tal como a vida, o homem vive no meio do acaso, contém em si o acaso, nasceu para ir ao encontro do acaso, combatê-lo, domesticá-lo, fugir-lhe, fecundá-lo, brincar com ele, suportar-lhe o risco, tirar partido dele...»

(Edgar Morin, s/d [1970], *O Homem e a Morte*, Lisboa, Publicações Europa-América, p. 324.)

«Our magic safeguard against the uncertain character of the world is to deny the existence of chance»

(John Dewey, cit. in Michael Jackson, 1989, *Paths Toward a Clearing: Radical Empiricism and Ethnographic Inquiry*, Bloomington, Indiana University Press, p. 5.)

«Et régulièrement, quelque malheur advient, jamais celui qu'on attendait, jamais celui qu'on pourrait expliquer»

(Jeanne Favret-Saada, 1977, *Les Mots, la Mort, les Sorts*, Paris, Éditions Gallimard, p. 20).

INTRODUÇÃO

A emergência do aleatório

A partir de uma primeira abordagem à arte xávega em Vieira de Leiria, onde vivi entre Julho de 1991 e Junho de 1992, e intermitentemente, depois, até 1995 – nas praias da Vieira, Leirosa, Furadouro, Espinho e Esmoriz –, a pesquisa de terreno levou-me a optar por me centrar naquela que considero ser a característica mais interessante deste universo: a incerteza que preside à captação dos recursos marítimos e os modos como esta incerteza é experienciada nas práticas quotidianas dos pescadores e na actividade das companhas.

A noção de incerteza implica, primeiramente, uma ausência de segurança face ao devir e envolve desde logo a ideia de risco. Qualquer acção cujo resultado não é conhecido antecipadamente se traduz na experiência de um estado ou situação de incerteza e, dependendo da natureza da acção em causa, comportará uma margem de risco. No caso da pesca, para além do risco propriamente económico inerente a esta actividade – onde tanto a disponibilidade dos recursos como os processos de extracção são aleatórios –, é de salientar que há ainda uma outra dimensão crucial do problema a agravar dramaticamente a experiência da incerteza: ser pescador, trabalhar numa companha, é desempenhar uma actividade qualificada como profissão de alto risco, onde o número de acidentes mortais é francamente superior ao dos outros sectores produtivos.

A experiência da incerteza parece ser tanto mais intensa quanto maiores forem as expectativas depositadas na sua superação; por isso, para os que vivem da xávega, a necessidade de trabalhar, desafiando a sorte e a morte, é geradora de expectativas intensas face às possibilidades do acaso. Por outro lado, a incerteza será tanto menor quanto maior for a capacidade de a eliminar antecipando um desfecho favorável. Mas nada disto é possível nesta modalidade de pesca, onde apenas os caprichos da sorte intervêm e não há resultados previsíveis. E porque os riscos aumentam na razão inversa do conhecimento necessário à sua superação, a experiência da incerteza está assim, também, estreitamente associada à ideia de imprevisibilidade. De acordo com a etimologia, uma ocorrência imprevisível é uma ocorrência que não pode ser *pré-vista*,

isto é, que não é susceptível de ser conhecida antecipadamente; a sua previsibilidade é, portanto, decisiva para evitar ou diminuir os riscos que a mesma possa comportar, anulando a tensão expectante da incerteza, contrariando os desfechos aziagos da sorte, os indesejáveis acasos, o aleatório...

No campo semântico delineado pelas noções de incerteza, acaso, sorte/azar, aleatoriedade, imprevisibilidade, este último termo revela-se particularmente inspirador, uma vez que evidencia uma conexão entre o conhecimento e a visão – cumplicidade que não se situa apenas no plano geral da biologia da cognição mas que é também, e sobretudo, um processo de ordem histórica e cultural. No início da minha pesquisa, em 1991-1992, na Vieira de Leiria, deparei pela primeira vez com o fenómeno da associação dos olhos, ou do sentido da visão, ao infortúnio e foram-me narradas diversas histórias acerca do quebranto e da sua exorcização através da água e do azeite, do sal e do fogo e, claro, das palavras, rezas e orações que acompanham o processo. Mais tarde, nos contextos em que observei o modo de vida associado ao labor das companhias de arte xávega – em especial no extremo norte da sua zona de distribuição –, tive oportunidade de acompanhar o desenrolar de algumas das situações que dão expressão ao idioma da inveja e de ouvir as pessoas acerca dessas ocorrências. Constatei, então, que a aceitação e a negação do acaso tendem a confundir-se numa “teoria” do infortúnio assente em duas imagens poderosas, com raízes históricas e culturais profundas: a roda – como expressão dos revezes da fortuna, dos acasos na alternância entre escassez e abundância – associada à imprevisibilidade do mar (“rodas de mar”) e aos repetidos insucessos na pesca (“má-roda”); e o olho – ou o olhar, a agencialidade da visão – enquanto veículo das “raivas” e da inveja em que se expressam as relações de competição agonística entre as companhias, os seus membros e respectivas famílias.

Atendendo à natureza essencialmente aleatória dos recursos haliêuticos e às características específicas do meio marítimo, a actividade das companhias da arte xávega constitui terreno ideal para o desenvolvimento de uma reflexão que pode colocar-se «in terms of an existential issue – the problem of the aleatory – that is of concern to all human beings» (Jackson 1989: 66). De facto, os seres humanos procuraram desde sempre conhecer e dominar o acaso, tirando partido dele – reconhecendo padrões de ordem nas estrelas, no voo das aves, nas entranhas dos animais, nas linhas e nos sinais do seu próprio corpo ou, ainda, recorrendo deliberadamente ao uso de objectos como pedras, pedaços de madeira, dados, ou

mesmo máquinas (cf. Hacking 1975). O *talus*, ou *astragalus*, por exemplo, pode ser considerado um predecessor do dado de jogar. Como refere Hacking, trata-se de um osso das articulações dos patas dos cavalos, veados, bovinos e ovinos que, quando lançado, pode cair em quatro posições, tendo o seu uso sido verificado na Suméria, na Assíria e no Egito. Em território português, a Arqueologia Marítima atesta, a partir do século II a. C., a existência de um tipo peculiar de motivos decorativos em cepos de âncora em chumbo que, representando determinadas configurações destes *astragalus*, evocam, justamente, a sorte¹. Como diz Hacking, «it is hard to find a place where people use no randomizers» (1975: 2).

Mas a convicção de que o acaso está sujeito ao rigor das leis matemáticas é um produto da história europeia que remonta apenas ao século XVII². Para determinar a existência de padrões de regularidade em séries de acontecimentos aleatórios (o lançamento de um dado, por exemplo), os matemáticos tiveram de conceptualizar e operacionalizar provas de aleatoriedade³. No entanto, até mesmo ao nível estatístico mais elementar parece existir uma contradição entre a ideia de aleatoriedade, como ausência de um padrão de regularidade numa sequência, e o tipo de meios de prova de que se dispõe para o reconhecimento dessa ausência, ou seja: «a essência do acaso», como afirma Paul Watzlawick, citando G. Spencer Brown, «tem sido interpretada como a ausência de padrão. Mas aquilo que a partir daí não foi considerado foi que a ausência de um padrão exige logicamente a presença de outro. É uma contradição matemática afirmar que uma sequência não tem padrão; o máximo que podemos afirmar é que não tem um padrão que seja provável que alguém reconheça. O conceito de aleatório apenas faz sentido em relação ao observador; se dois observadores procurarem habitualmente diferentes tipos de padrão, com certeza irão discordar em relação às sequências que cada um considera

1 – «Os “ossinhos” alinhados, quase sempre representados em posições diferentes, representam o *talus* – o jogo mais popular de toda a Antiguidade. Os ossinhos (os astrágalos das patas da cabra ou do carneiro) em posições diferentes, representam, para além do mais, o lance da sorte, ou “lance de Vénus” (*Jactus Venerius*), como era então conhecido este lance. Como é intuitivamente deduzível, este simbolismo tem um significado augural, auspicioso (...). Representa – em suma – a esperança da sorte» (Alves, Reiner, Almeida e Veríssimo 1988-1989).

2 – «Europe began to understand concepts of randomness, probability, chance, and expectation precisely at that point in History when theological views of divine foreknowledge were being reinforced by the amazing success of mechanistic models» (Hacking 1975: 2); veja-se também, do mesmo autor, *The Taming of Chance* (1990).

3 – Cf. Heinz Pagels (1982: cap. 6).

aleatórias» (Watzlawick 1991: 58). Lévi-Strauss, alertando para a necessidade de trazer a noção de probabilidade para as ciências sociais, considerou este mesmo problema em 1952: «Por exemplo, é bastante frequente, na roleta, uma sequência de dois números consecutivos (7 e 8, 12 e 13, 30 e 31, por exemplo); uma de três números já é rara, uma de quatro, muito mais. E é somente uma vez num número muito elevado que se realizará, talvez, uma série de seis, sete ou oito números conforme a ordem natural dos números. Se nossa atenção se fixar exclusivamente nas séries longas (por exemplo, se apostarmos nas séries de cinco números consecutivos), as séries mais curtas se tornarão para nós equivalentes a séries não ordenadas» (Lévi-Strauss 1976: 357). Pondo a questão de outro modo, dir-se-ia que «em parte, o problema de definir precisamente o acaso, ou, mais especificamente, uma sucessão aleatória de números inteiros, reside em que, se conseguirmos dar uma definição exacta da sucessão, ela deixará de ser aleatória. Ser capaz de dizer precisamente o que é o acaso nega a natureza íntima do acaso, que é o caos total – como se pode ser preciso em relação ao caos?» (Pagels 1982: 125).

No contexto etnográfico em causa, a resposta a esta questão apela para uma dimensão paradoxal do problema: confrontando-nos com o acaso, a sorte, a indeterminação do mundo e da existência, evidenciamos simultaneamente, e por contraste, um mundo de ordem, de regularidades, de ciclos e de padrões. Assim se vislumbram os constrangimentos decorrentes da sazonalidade e dos ritmos próprios do meio marítimo, condicionando as práticas do trabalho e impondo soluções adaptativas estruturantes da organização social – reflexão que não deverá ser alheia ao facto de estarmos perante comunidades ocupacionais historicamente vinculadas a processos de afirmação identitária de assinalável relevância simbólica, económica e política, tanto a nível local como nacional e europeu. Também em contextos marítimos, as etnografias de Carmelo Lisón Tolosana e Michael Orbach se referiram ao complexo de crenças associado à inveja e ao olhar, ao risco e à incerteza, através de formulações que, uma vez mais, evidenciam o paradoxo: «explicar o inexplicável» (Lisón Tolosana 1987: 309), ou «controlar o incontrolável» (Orbach 1977: 203). Entre os pescadores das companhias da xávega, o discurso da má-roda e, de forma mais inclusiva, o idioma da inveja que lhe confere sentido, constitui expressão deste paradoxo, podendo ser entendido como uma resposta à incerteza e à imprevisibilidade que marcam o trabalho e a vida quotidiana das gentes do mar – à fragilidade dos empreendimentos humanos perante o destino. Pretendo assim, com

este trabalho, cumprir um duplo objectivo: dar uma achega ao conhecimento histórico e etnográfico do modo de vida da pesca tão característico dos grandes areais do litoral central português e oferecer um contributo para o estudo de um problema antropológico fundamental – a questão «da emergência do aleatório e dos modos da sua incorporação social» (Pais de Brito 1996: 235).

Para a prossecução destes objectivos, o volume encontra-se estruturado em nove capítulos, antecidos por esta **Introdução**, e comporta dois anexos em CD-ROM aos quais me referirei mais adiante.

No **capítulo 1** abordarei algumas das temáticas mais relevantes dos discursos produzidos pelas elites letradas acerca do litoral e dos pescadores ao longo dos séculos XIX e XX, salientando os contornos primitivistas desses discursos e, também, o tema da decadência – questões que se articularão com as tendências históricas dominantes no campo disciplinar da Antropologia em Portugal e que constituem o cenário geral para a definição dos problemas a tratar noutros momentos deste trabalho.

A síntese histórica do que concerne ao espaço, ao povoamento e às actividades haliêuticas ocupa os **capítulos 2 e 3**, onde me debruço sobre o advento da arte xávega e sua implantação nos séculos XVIII e XIX, procurando perspectivar os condicionamentos ambientais que fazem desta faixa do litoral um espaço marcado pela instabilidade e, também, pelos processos de interacção entre diferentes modos de vida e utilizações da praia: os de pescadores, camponeses e banhistas. O **capítulo 4** é inteiramente consagrado à Marinha de Silvalde (Espinho), que não só constitui um bom exemplo dos processos descritos nos dois capítulos precedentes como proporciona, ainda, um elucidativo retrato da pobreza e da miséria que atinge os pescadores, das dificuldades e dos conflitos próprios do seu modo de vida.

A coexistência sazonal da pesca e do veraneio neste dispositivo espacial tão peculiar deu azo a um conjunto de escritas de natureza diversa que descrevem a praia, a pesca, os pescadores e os banhos – materiais que constituem fontes importantes para o conhecimento das actividades humanas nesta zona. Da análise dos textos recenseados emergiram recorrências a partir das quais situo alguns elementos importantes para o conhecimento deste modo de vida: os discursos que ficcionam o carácter do pescador e a sua identidade étnica, como expressão do mito arcaísta e das suas ambiguidades, procedendo ora à inferiorização e à marginalização dos trabalhadores do mar, ora à sua heroicização (**capítulo 5**); a divisão sexual do trabalho e o estatuto das mulheres na gestão da economia familiar (**capítulo 6**), ou a tendência

para o casamento homogâmico como expressão das vicissitudes da organização do trabalho (**capítulo 7**) – contrariando, no mesmo fôlego, os argumentos acerca da existência de práticas endogâmicas e do matriarcado entre os marítimos.

O **capítulo 8** debruça-se mais atentamente sobre a Praia de Esmoriz e sobre os conflitos que permeiam a vida dos pescadores e das companhas de pesca, dando sequência à abordagem de determinados aspectos da organização do trabalho já referidos anteriormente e à caracterização de alguns dos problemas mais graves que os pescadores identificam no seu modo de vida, mostrando as facetas dramáticas da presença da pobreza e da morte nesta comunidade.

Por fim, no **capítulo 9**, aborda-se a questão central deste trabalho explorando os vários elementos da “teoria” do infortúnio através da qual se exprimem as relações entre as companhas – “teoria” que apenas se deixa perceber no próprio processo de interacção entre os agentes sociais, no conjunto historicamente situado dos desempenhos onde, pela palavra e pelas corporalidades próprias das práticas do trabalho, se revelam os seus enunciados acerca da má-roda, das raivas e da inveja.

Seguidamente, ainda nesta secção introdutória, referir-me-ei aos aspectos metodológicos mais relevantes do presente trabalho e apresentarei a informação estatística que permite esboçar um primeiro “retrato de grupo” das companhas de arte xávega e das suas gentes; depois, na terceira parte, passarei a descrever genericamente o processo de pesca, propriamente dito.

As companhas de arte xávega em 1995

Centrado na questão do aleatório, o presente estudo assenta, primeiramente, na minha própria experiência pessoal de interacção com as muitas pessoas que tive oportunidade de conhecer e com quem convivi durante o tempo de permanência no terreno, residindo em casas alugadas nos bairros dos pescadores ou nas suas imediações e deslocando-me sempre a pé, em transportes públicos colectivos ou em carros particulares de pessoas que espontaneamente, ou a meu pedido, se ofereciam para me transportar. Se, por um lado, o facto de não possuir um meio de transporte próprio (e as pessoas sempre se intrigam, aqui como em toda a parte, por um “doutor” não ter carta de condução...) limitou as minhas necessidades de ir ao encontro de certos objectivos, por outro lado, julgo ter beneficiado imenso das oportunidades e das perspectivas que se abrem quando estamos em igualdade de

circunstâncias com a maioria das pessoas cuja vida queremos conhecer e que conosco partilham os seus espaços e o seu tempo.

Nas diversas movimentações, encontros e desencontros que traçaram o meu quotidiano no terreno, fui mapeando os procedimentos de investigação através das redes de contactos que procurei serem o mais possível abrangentes e diversificadas. Através da pesquisa de fontes documentais, da observação directa e dos contactos alargados com homens e mulheres das diversas praias do litoral central, foram surgindo não só as clivagens e as irredutíveis especificidades de cada uma mas, sobretudo, as grandes linhas de continuidade histórica e sociológica entre elas, atendendo a que partilham as mesmas práticas piscatórias e um mesmo ecossistema. Tendo sempre a pesca como fio condutor, as propostas teóricas que dinamizam os resultados da pesquisa foram então ganhando contornos definidos, num processo em que foi fundamental a ressonância produzida pelas palavras de Carlos Diogo Moreira quando, ao enunciar os tópicos de pesquisa mais relevantes da Antropologia Marítima, identifica o papel estruturante da incerteza no modo de vida da pesca e afirma que «tal incerteza nos recursos prolonga-se na vida quotidiana das populações marítimas» (Moreira 1987: 31). Em conformidade, pretendi, por um lado, mostrar que a problematização da incerteza, da imprevisibilidade, do aleatório, é uma matéria central, incontornável, na análise da arte xávega, se não mesmo de toda a actividade haliêutica; por outro lado, procurei evidenciar o vínculo histórico e antropológico entre as circunstâncias ambientais que moldam a prática deste tipo de pesca, a organização do trabalho e os processos cognitivos subjacentes.

Do conjunto de materiais produzidos, destacam-se os que decorreram da utilização de duas técnicas fundamentais: as entrevistas não estruturadas registadas em suporte audio-magnético (cassete), num total de aproximadamente 50 horas, e as entrevistas por questionário (perto de 250 unidades). Há que acrescentar dois volumes de diários de campo, fotografias, inúmeras páginas de anotações, mapas genealógicos, transcrições dos livros de registo dos rendimentos anuais de uma companhia (ao longo de cinco safras), levantamentos de documentação relativa às matrículas de pescadores e embarcações de arte xávega nas capitania dos portos de Aveiro e da Nazaré (para a área abrangida pela Capitania do Porto do Douro, um dos oficiais responsáveis pela mesma afirmou desconhecer o paradeiro desses registos), fotocópias, jornais e outra documentação avulsa.

No sentido de corroborar estatisticamente as evidências da observação empírica quanto à aleatoriedade dos rendimentos da pesca, procedi à análise dos livros de registo diário dos lanços e dos respectivos rendimentos que, após alguma insistência, me foram gentilmente disponibilizados pelo arrais de uma das companhas da Praia de Esmoriz. Decorria então a safra de 1995 e, infelizmente, não me foi possível conseguir mais do que uma série de cinco anos consecutivos, entre 1990 e 1994, sendo que os livros anteriores a 1990 já tinham ido para o lixo. Seria interessante dispor de informação referente a um período de tempo mais longo do que aquele a que se referem os materiais a que pude aceder, pois é muito provável que a tendência decrescente nas capturas destes anos seja parte de ciclos mais longos que incluam, também, períodos de incremento nos rendimentos. Fiz diversas tentativas, junto dos responsáveis das companhas em diversas localidades, para obter acesso aos registos que poderiam fornecer essa informação, mas sem êxito. O objectivo principal foi, no entanto, alcançado: o tratamento da informação contida nestes livros (que apresento no **Anexo 1**, em CD-ROM) mostra de forma inequívoca a instabilidade dos rendimentos e a aleatoriedade intrínseca à captação dos recursos haliêuticos por parte das companhas da arte xávega.

As entrevistas por questionário abrangem um número representativo de pescadores e de companhas, homens e mulheres que laboram no mar e na praia em ambos os extremos da zona da xávega. A informação proporcionada por estas entrevistas (que apresentarei já a seguir) permite situar a população estudada face a indicadores sócio-laborais básicos, tais como a idade de entrada na profissão, as profissões dos pais, a escolaridade, as outras ocupações e modalidades de pesca já praticadas. Os registos mais importantes, contudo, foram os que permitiram aferir os dados relativos à vida das companhas, verificando a instabilidade da sua composição ou a correlação entre as práticas de recrutamento e as parentelas dos entrevistados.

Em Esmoriz e na Praia da Vieira, onde eu próprio conduzi as entrevistas, esta técnica da entrevista por questionário foi utilizada essencialmente como um meio, e não como um fim em si mesmo, ou seja: os questionários serviram como estratégia no sentido de intensificar a produtividade da minha permanência nos areais durante os períodos de laboração das companhas, permitindo conhecer pessoas, ouvi-las e combinar encontros para entrevistas não estruturadas sobre assuntos de interesse e questões mais específicas, já fora das horas de trabalho da companha. As muitas conversas que mantive com os meus informantes iam, então, sendo orientadas para a

formulação de questões relativas à aleatoriedade da pesca e às suas consequências na vida dos trabalhadores do mar e no trabalho das companhias.

Simultaneamente, os questionários contribuíram – ainda que involuntariamente, sem que da minha parte houvesse qualquer intenção prévia nesse sentido – para que fizesse passar uma imagem minimamente clara acerca dos meus propósitos: andar ao longo de vários meses de companhia em companhia com um monte de papéis a entrevistar toda a gente foi sem dúvida uma forma de mostrar que eu andava por ali em trabalho; e que este trabalho – por mais incrível, ou mesmo suspeito, que isso pudesse parecer a alguns – se debruçava sobre a pesca e os pescadores, o que constituiu desde logo um motivo de atenção, curiosidade, respeito, mas, também, de alguma desconfiança. Uma vez que não me “tornei pescador”, a minha missão não seria facilmente compreendida se me tivesse limitado a deambular pela praia, a observar e a fazer perguntas (o que, aliás, nunca deixei de fazer por todas as praias por onde andei). No Furadouro, por exemplo, não me restou alternativa à má imagem deixada por este tipo de postura de observador passivo e acabei por ter de recorrer a um residente local como tarefeiro – uma educadora de infância que, a despeito de ser bem conhecida de todos, acabou por se ver em dificuldades face à resistência que lhe opuseram os entrevistados. Também em Espinho, por razões diversas, as entrevistas foram efectuadas por uma jovem tarefeira recém-licenciada em Serviço Social.

Lamentavelmente, a minha primeira experiência de mar – na Praia da Vieira, no início da década de noventa – deixou-me a vomitar durante três dias, pelo que, daí para a frente, a minha estratégia de investigação (condicionada pela disfuncionalidade patológica da minha vesícula biliar) se desenvolveu a partir da praia, da lota, dos meios de transporte de pessoas e peixe (carrinhas 4x4 e atrelados de tractores) e das ruas. A minha perspectiva sobre a xávega é, portanto, uma perspectiva situada e condicionada pelas características idiossincráticas do observador e da sua permanente busca de pontos de equilíbrio na observação – como o são necessariamente, e por múltiplos factores, todas as etnografias. Devo sublinhar, no entanto, que a simpatia e a boa-vontade da maior parte das pessoas que conheci, aliadas a circunstâncias favoráveis ao estabelecimento de boas redes de contactos, não me fizeram nunca sentir rejeitado como “outro”. Salvo raras excepções, numa ou noutra situação menos afortunada, senti sempre a reciprocidade da aceitação e do respeito por parte das pessoas com quem lidei. Muito em especial, as relações de franqueza, cordialidade e confiança mútua marcaram indelevelmente a minha permanência na Praia de Esmoriz, naquela que é

uma das mais martirizadas de todas as comunidades piscatórias da zona da xávega – e onde tive o privilégio de conversar longamente com alguns dos grandes arrais da arte xávega que se pratica actualmente em praias de Portugal.

Os períodos de permanência no terreno que estão na base deste trabalho (num cômputo total de 20 meses) decorreram, de forma intermitente, entre os anos de 1991 e 1995, envolvendo várias estadias de curta duração nas praias da Vieira, Leirosa, Mira e Vagueira e, ainda, diversas visitas pontuais às praias da Torreira, Areão, Torrão do Lameiro, Tocha e Costa de Lavos. A área do litoral que me motivou uma maior atenção foi, a sul do Mondego, a Praia da Vieira e, a norte, o troço compreendido entre Espinho e o Furadouro, com especial destaque para as praias de Esmoriz e Espinho (Marinha de Silvalde), onde passei a maior parte do tempo.

Vejam os resultados do inquérito efectuado junto das companhas nas praias da Marinha de Silvalde, Esmoriz, Furadouro e Vieira de Leiria, tendo em vista o conhecimento da ocupação piscatória do ponto de vista da descrição estatística básica: características gerais da amostra, sua distribuição por localidades, sexo e idade e, também, a expressão dos indicadores sócio-laborais elementares contemplados no questionário.

Companhas em laboração

Na faixa costeira compreendida entre Espinho e Vieira de Leiria, em 1995, encontravam-se a laborar 42 companhas de arte xávega, o que representa, num cálculo aproximado, cerca de 750 indivíduos⁴ – homens e mulheres cuja ocupação exclusiva, ou parcial, é a pesca. Através de entrevista por questionário foram inquiridos 244 destes 750 indivíduos – cerca de um terço do total. Qualquer inferência feita a partir desta amostra para o universo de onde foi extraída deverá, contudo, ser cuidadosamente ponderada, uma vez que apenas foram inquiridos pescadores dos dois extremos geográficos, norte e sul, que delimitam a zona da xávega, ficando de fora os pescadores da região da Gândara a norte do Mondego (Tocha, Mira e Vagueira). A determinação do intervalo de confiança e a subsequente manipulação quantitativa da amostra não constituem no entanto, do ponto de vista adoptado, um procedimento capaz de nos fazer compreender a vida dos pescadores das várias localidades que

4 – Cálculo com base numa média (apurada a partir da observação directa) de 20 elementos por companha, de Espinho a Mira; e de 12 elementos por companha daí para sul, até à Praia da Vieira.

constituem a zona da xávega, independentemente da prática etnográfica. Os próprios resultados do questionário evidenciam a diversidade de contextos em que determinadas questões são mais ou menos significativas, de acordo com as particularidades históricas, locais, em que se desenvolveram as comunidades piscatórias desta zona.

**Tabela 1 – Companhas em laboração,
por localidades (1995)**

Localidades	Companhas
Espinho	4
Esmoriz	8
Furadouro	2
Torrão do Lameiro	1
Torreira	2
Vagueira	8
Mira	5
Tocha	2
Costa de Lavos	2
Leirosa	1
Pedrogão	2
Vieira de Leiria	5
Total	42

Ainda que as regularidades percebidas – e corroboradas pela técnica do questionário – não ponham em causa a unidade fundamental deste universo, existem bastantes diferenças entre as várias localidades: as mais evidentes são assinaladas pela linha que divide a zona da xávega pela fronteira natural que é a Serra da Boa Viagem e a foz do Mondego; há também grandes variações entre as várias comunidades situadas a norte do Mondego, bem como entre as praias da Leirosa e da Vieira, a sul; finalmente, há ainda a assinalar as próprias variações nos padrões de resposta das diferentes companhas nalgumas localidades. Em Esmoriz, por exemplo, regista-se uma significativa variação, consoante se trate de falar acerca da inveja ou dos motivos de conflito entre as companhas – questões cujas respostas suscitam, de uma maneira geral, hesitações, silêncios, ambiguidades, contradições, e que, conseqüentemente, exigem muito mais do que um mero tratamento quantitativo, pois pode suceder que os camaradas de uma companha afirmem em bloco que não há invejas e que não acreditam que a intenção maléfica dos seus pares possa prejudicar as capturas, sendo eles alvo recorrente da inveja dos demais que, por sua vez, os apontam a eles como gente com “raivas” e “ódios”. Em conversa informal acabam, frequentemente, por manifestar ideias absolutamente opostas àquilo que, na presença dos seus camaradas, disseram em resposta ao questionário.

Apoiando as propostas etnográficas que dão corpo aos argumentos a expor ao longo deste trabalho, a amostra abrange as quatro companhias de Espinho e as duas do Furadouro, quatro de Esmoriz e quatro da Vieira, num total de catorze companhias. Foram ainda entrevistados alguns indivíduos de uma das companhias do Pedrógão, onde a expressiva falta de receptividade e resistência ao meu trabalho não permitiu a continuação das entrevistas (não tendo sido possível, sequer, acabar as que foram iniciadas) – razão pela qual se consideram apenas as já mencionadas 244 entrevistas.

Idades dos inquiridos

Tabela 2 – Distribuição da amostra por classes de idade (*)

<19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	>70	Total
7	38	68	45	50	29	7	244

(*) Valores centrais: A classe modal da amostra – isto é, onde se regista o maior número de ocorrências – é a que abrange os indivíduos com idades compreendidas entre os 30 e os 39 anos. A média das idades, porém, com o valor de 43,1, situa-se na mesma classe em que se encontra a mediana, a dos 40-49 anos de idade.

Tabela 3 – Distribuição dos inquiridos na zona norte (Espinho, Esmoriz e Furadouro) por sexo e idade

	<19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	>70	Total
Homens	5	27	46	22	29	22	2	153
Mulheres	–	6	8	12	13	2	1	42
Total	5	33	54	34	42	24	3	195

Tabela 4 – Distribuição da amostra por localidades, sexo e idade

	Espinho		Esmoriz		Furadouro		Vieira		Total
	H	M	H	M	H	M	H	M	
<19	1	–	4	–	–	–	2	–	7
20-29	8	–	14	2	5	4	5	–	38
30-39	16	1	19	3	11	4	14	–	68
40-49	11	2	5	4	6	6	11	–	45
50-59	11	2	10	9	8	2	8	–	50
60-69	9	–	9	1	4	1	5	–	29
>70	–	1	–	–	2	–	4	–	7
Total	56	6	61	19	36	17	49	–	244

Exceptuando a Praia da Vieira, onde as mulheres não trabalham nas companhias, a amostra referente a Espinho, Esmoriz e Furadouro abrange 195 entrevistados, dos quais 42 são mulheres – pouco mais de 20%. Mas o peso relativo das mulheres empregues nas companhias varia substancialmente em cada uma destas três localidades: o valor mais elevado cabe ao Furadouro, com 32% de mulheres

entre os inquiridos, seguindo-se Esmoriz, com 23,7%, e, finalmente Espinho, com 9,7%. Nesta última localidade, duas das seis mulheres inquiridas são donas de companhias – uma delas é funcionária da Câmara Municipal e a outra peixeira –, limitando-se o seu trabalho, quando estão presentes nos locais de laboração, à escolha do peixe e à vigilância das operações.

Na Praia de Esmoriz, o efectivo populacional envolvido na actividade piscatória comporta uma larga franja flutuante, de acordo com o número de companhias em laboração; com o número de trabalhadores contextualmente considerados necessários em cada uma delas (que pode ir de 14 a 22 homens e mulheres, designando-se mutuamente por “camaradas”); com o número de trabalhadores que da pesca fazem ocupação exclusiva ou parcial; e com o número de reformados e pensionistas cujos baixos rendimentos encontram nesta actividade um complemento oportuno às suas necessidades. Outros factores condicionam igualmente, ainda que de forma parcial e indirecta, o efectivo populacional envolvido no labor das companhias, sendo de destacar a própria flutuação do *stock* de pelágicos (carapau e sardinha), proporcionando anos de escassez ou de relativa abundância e, conseqüentemente, estimulando o recrutamento ou a desmobilização de mão-de-obra, bem como o comportamento do mercado de trabalho ao nível da região mais abrangente – segundo as suas acessibilidades –, afectando (em caso de despedimentos e falência de empresas) os trabalhadores que, residindo na Praia de Esmoriz/Cortegaça, se fazem valer dos laços de solidariedade familiares e vicinais para se empregarem numa companhia.

Idade de entrada na profissão

Não está aqui em causa o facto de alguns (muito poucos) só terem começado a trabalhar nas companhias da xávega depois de terem passado por outras modalidades de pesca (o caso dos que só abraçaram a xávega depois de terem já andado nas traineiras ou dos que começaram a pescar na “borda-d’água”, no Tejo). A esmagadora maioria dos inquiridos tornou-se pescador antes dos 14 anos, começando por trabalhar na xávega. Comparando estes dados com os que se referem aos níveis de escolaridade (tabela 7, *infra*) verifica-se, em conformidade, que um quarto dos inquiridos, na zona norte, são analfabetos, e que mais de 20% não completaram sequer a instrução primária.

Tabela 5 – Idade com que os inquiridos começaram a trabalhar na pesca

Idades	n	%
<14	137	56,1
15-19	54	22,1
20-29	29	11,9
>30	24	9,8
Total	244	100

Indivíduos cujo pai e/ou mãe tinham como ocupação a pesca ou actividade dela directamente dependente

Crescendo na praia, entre peixe, barcos e redes, os pescadores que actualmente trabalham nas companhias formaram-se dentro de um molde cultural que desde cedo lhes impôs a participação nas actividades dos adultos. Do total de 244 inquiridos, 192 (78,7%) afirmaram que o pai e/ou a mãe estão ou estiveram ligados ao trabalho da pesca como pescadores ou peixeiras. Como vimos, mais de metade começaram a trabalhar nas companhias antes dos 14 anos. Por isso, a transmissão de conhecimentos relativos ao mar e à pesca é, essencialmente, performativa, exigindo muita atenção aos sempre repetitivos desempenhos próprios da arte xávega e, sobretudo, muito treino visual por forma a exercer a necessária vigilância do comportamento da grande massa líquida e a executar sincronizadamente as diferentes tarefas impostas pelo arrais e pelos ritmos próprios da laboração.

Outras ocupações

Tabela 6 – Número de inquiridos com outra ocupação para além da pesca

Localidades	N.º de inquiridos	N.º de inquiridos com outra ocupação além da pesca	%
Espinho	62	22	35,5
Esmoriz	80	10	12,5
Furadouro	53	15	28,3
Vieira	49	22	44,9
Total	244	69	28,3

Dos 244 inquiridos, 69 (28,3%) repartem a sua actividade laboral entre a pesca e outro tipo de trabalhos, predominando os operários fabris e os pedreiros, serventes e biscateiros da construção civil, que perfazem 44 (64%) do total de 69 indivíduos; destes, 27 (39%) trabalham em fábricas, a maioria dos quais na Vieira (13) e em Ovar

(9). Dos 17 inquiridos (25%) que trabalham na construção civil (trolhas), 14 são de Espinho. Das quatro localidades em que foram realizadas as entrevistas, é em Esmoriz que menos se encontram pescadores com outras ocupações para além da xávega e dos outros tipos de pesca sazonal que lhe são complementares, como a majoeira.

Número de inquiridos que já trabalharam noutras modalidades de pesca

Não são consideradas aqui as diferentes modalidades de pesca que se praticam em simultâneo ou na contra-safra como complemento à xávega, como sejam as majoeiras, as branqueiras e os tresmalhos, o espinhel e o corrimão, ou a pesca à cana (para além da pesca de enguias em rios, valas ou lagoas). Na Vieira, apenas dois dos 49 entrevistados afirmaram já ter trabalhado em traineiras – situação altamente contrastante com a vizinha Leirosa, onde a esmagadora maioria dos pescadores já trabalhou ou trabalha ainda nas traineiras da Figueira (ainda que não possua dados quantitativos referentes à Leirosa, dois períodos de terreno em anos consecutivos permitem-me afirmar com segurança que entre os seus habitantes é bastante maior o número dos que trabalham nas traineiras do que o daqueles que se dedicam à xávega). Excluindo da amostra os dois casos já citados na Praia da Vieira, as companhas recenseadas em Espinho, Esmoriz e Furadouro apresentam os seguintes resultados: 72 dos 153 inquiridos do sexo masculino já trabalharam nas traineiras (Matosinhos), enquanto que apenas três trabalharam em arrastões e outros três nos bacalhoeiros, donde se segue que 47% dos homens entrevistados já trabalharam noutras modalidades de pesca.

Níveis de escolaridade

No caso dos níveis de escolaridade foi necessário, para a apresentação dos dados, estabelecer uma distinção entre as várias localidades da zona norte e a Vieira, uma vez que é notória a variação local, histórica e geográfica, dos esforços de combate ao analfabetismo. É de sublinhar que muitos dos inquiridos contabilizados na categoria “instrução primária” (isto é, que a frequentaram sem a terem concluído) são pessoas que, a despeito de terem frequentado a escola, não sabem ler ou escrever. Na categoria “ciclo preparatório” foram contabilizados os inquiridos que ainda se encontram a estudar, frequentando o 7.º ou 8.º ano de escolaridade. Os dois inquiridos que figuram na última das categorias são estudantes universitários que não concluíram ainda a licenciatura.

Tabela 7 – Nível de escolaridade dos inquiridos

Escolaridade	Norte		Vieira		Total	
	n	%	n	%	n	%
Analfabetos	49	25,1	3	6,1	52	21,3
Instrução Primária	42	21,5	8	16,3	50	20,4
4.ª Classe	82	42,0	23	46,9	105	43,0
Ciclo Preparatório	19	9,7	4	8,1	23	9,4
9.º Ano	2	1,0	4	8,1	6	2,4
11.º Ano	1	0,5	4	8,1	5	2,0
12.º Ano	–	–	1	2,0	1	0,4
Ensino Superior	–	–	2	4,1	2	0,8
Totais	195	100	49	100	244	100

A informação condensada em todas estas tabelas aponta, certamente, para aspectos importantes do universo dos pescadores da arte xávega. Mas a dimensão humana da exploração do trabalho e a persistência histórica da pobreza nestas comunidades pode revelar-se, de certa forma, irredutível à frieza das tabelas. Ao longo dos vários capítulos deste trabalho, tentarei mostrar os tons e as cores que permitem ler estes números nos seus contextos de sentido. De momento, urge explicar os *comos* e os *porquês* da arte xávega, introduzindo a terminologia relativa à constituição da companhia, redes, embarcações e demais apetrechos, assim como ao processo de pesca, propriamente dito (cf. fotografias no Anexo 2, em CD-ROM).

A arte xávega

A arte xávega é uma das muitas técnicas de pesca de tipo artesanal presentemente praticadas no litoral português e encontra-se devidamente regulamentada pela Portaria n.º 488/96, de 13 de Setembro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. A “arte” (rede), propriamente dita (figura 1), pertence à família das *redes envolventes* que, genericamente, podem ser de alar para bordo de uma embarcação ou de alar para terra, encontrando-se o seu uso documentado desde tempos antigos em diferentes partes do mundo. Entre os povos pescadores do Noroeste da América (Nootka, Kwakiutl, Bella Coola, Haida, Tsimshian, Tlingit...) utilizavam-se diversas técnicas de pesca, entre as quais o cerco e arrasto para a praia segundo um processo idêntico ao da xávega (Stewart 1982: 87). A. Leroi-Gourhan refere-se às redes de cerco (envolventes) e ao aparecimento da mugiganga no Extremo Oriente – «redes que atingem vários quilómetros de comprimento, aprisionando cardumes inteiros de atuns ou de douradas, depois conduzidos até à margem» (1984: 73). Em Goa, segundo informa Raquel Soeiro de

Brito, usam-se umas redes denominadas *raponi*, pequenas ou grandes, e que podem medir entre 600 e 1500, ou mesmo 2000 metros, sendo compostas por um saco e duas mangas de rede que são aladas por cabos, depois de largadas em semicírculo. São depois puxadas para a praia por 40 a 80 homens durante quatro, cinco ou mais horas. Trata-se, portanto, de um tipo de pesca em tudo idêntico à arte xávega e, segundo a autora, comum nas duas margens do Atlântico (Brito 1997: 241-246). Em diversos pontos do litoral português – na Estremadura, inclusivamente – usou-se também, pelo menos desde a Idade Média, uma rede envolvente simples (documentada desde o século XII, segundo Pedrosa 1985) denominada “rede de pé” ou, simplesmente, “de arrastar” (Alves 1993: 57), que evoca o mesmo processo, mas na sua forma mais elementar, visto não necessitar de embarcação.

Para efeitos de classificação legal, a arte xávega inclui-se no grupo das *pescas locais* – pelo que difere, portanto, da *pesca costeira* e da *pesca longínqua*⁵. A laboração faz-se sazonalmente (entre Abril e Setembro, ou Outubro, consoante o mar o permita) em unidades denominadas *companhas*, constituídas por homens e mulheres que formam dois grupos fundamentais: os que vão ao mar (seis ou oito homens, em média) e os que trabalham na praia (cerca de doze, ou mais, homens e mulheres); no

5 – A “pesca longínqua”, como o nome indica, pratica-se em locais distantes, como sejam os bancos do Mar do Norte, Terra Nova e costa ocidental de África, envolvendo viagens de várias semanas ou mesmo meses, com navios equipados de sistemas de frio para a conservação do pescado; a “pesca costeira” é praticada pela frota de traineiras e outras embarcações oriundas dos grandes portos de pesca nacionais, como Matosinhos, Aveiro, Figueira, Peniche, Setúbal, Portimão, Olhão e Vila Real de St.º António, podendo estas ausentar-se durante alguns dias. A expressão “pesca artesanal” aplica-se simultaneamente às pescas costeiras e locais, apesar das muitas diferenças entre ambas; designa a pesca praticada individual ou colectivamente junto dos locais de habitação dos pescadores, não raras vezes em moldes familiares; «as embarcações utilizadas são, na sua larga maioria, de madeira (99%), pequena dimensão (92% tem menos de 12 metros) e tonelagem (85% não excede 5 TAB), boca aberta (84%), movidas a remos (63%), tendo quando muito adoptado um motor fora-de-borda de fraca potência (31%) e de propriedade dos próprios pescadores (98%)» (Moreira 1987: 235). Um documento dimanado da *Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca* em 1994 – da responsabilidade de Vasco Valdez (Investigador Principal do IICT, Lisboa), Frederico Pereira (Coordenador deste organismo) e Emídio Cadima (Investigador Principal da Universidade do Algarve, Faro) – explicita que «as pescas artesanais portuguesas empregam 27 mil pescadores o que corresponde a cerca de 70% do total dos pescadores portugueses (36 mil) e a 75% dos que efectuam as suas safras em águas nacionais, o que conduz a uma razão de 3 pescadores artesanais para 1 da pesca industrial – enquanto que, em termos mundiais, a proporção é de 16 para 1. O valor dos desembarques da artesanal, 100% destinada ao consumo humano, é 4 a 5 vezes superior ao valor total dos desembarques da industrial. O consumo energético por tonelada de pescado desembarcado é na pesca artesanal de cerca de 50 a 100 quilos, enquanto na pesca industrial é de 2 a 5 toneladas» (Valdez, Pereira e Cadima 1994: 8).

primeiro grupo destacam-se o *arraís* – que não só é responsável pela manobra da embarcação, da rede e dos cabos, como é, também, o detentor da autoridade sobre toda a actividade da companhia – e o *motorista*, que, como o nome indica, tem a seu cargo o pequeno motor instalado na ré da embarcação. Este motor só é utilizado depois de o barco atravessar a ondulação – a “pancada do mar”. Entre o pessoal de terra, destacam-se os homens que manobram os tractores – a cujo eixo do motor, à retaguarda, está acoplado um dispositivo de rodas mecânicas (*alador*) destinado à *alagem* da rede para a praia; o *redeiro*, *mestre-de-redes* ou *remendão*, que permanentemente repara as malhas que vão cedendo, confecciona e substitui partes das redes, etc.; e, finalmente, o *escrivão* (ou *escrivona*, quando se trata de uma mulher), que anota todas as transacções que têm lugar na lota onde o peixe é vendido.

A companhia é formada não só pelos *camaradas* (designação que se aplica igualmente a homens e mulheres) mas também pela embarcação, o motor, as redes e as cordas (ou cabos), três ou mais tractores (o uso exclusivo de gado ou da tracção humana limita-se, respectivamente, à Torreira, e às Praias da Vieira e do Pedrógão), várias peças de madeira (*roletes* e *estacões*) por sobre as quais o barco se desloca na areia, cabazes de plástico para transportar o peixe, um atrelado rebocado por um dos tractores para transporte de todo o tipo de carga (os próprios pescadores, as redes, o peixe e todo o restante material) e um barracão, ou armazém, onde tudo isto – ou parte – é guardado.

As maiores redes de xávega em laboração custam cerca de 1500 contos⁶ e medem – abertas, de uma a outra extremidade das mangas – aproximadamente 500 metros de comprimento, sendo largadas, em média, a 1000 ou 1500 metros da praia. A rede, ou *arte*, é constituída por duas *mangas* (*mãos* ou *bandas*) laterais com 230 metros de comprimento cada e um *saco* central de 42 metros, formados por várias *peças* de rede. Ainda que se usem nalguns locais redes com metade destas dimensões⁷, a

6 – Atendendo à época em que foi realizada a pesquisa de terreno, a expressão de todos os valores e preços constantes do texto mantém-se na antiga unidade monetária portuguesa, o “escudo” (1 escudo equivale, aproximadamente, a 0,005 euros).

7 – Na Praia da Vieira, onde se usam duas embarcações de reduzidíssimas dimensões (com quatro remos alinhados, para apenas três tripulantes), disse-me o dono e *arraís* de uma companhia que uma das suas redes – a maior da Praia – usa bóias de plástico e tem entre 20 e 30 metros de sacada; a altura dos “panos” de rede que compõem as mangas, mede-a em “malhas”: as antigas – diz – tinham trezentas e tal e agora têm cerca de 180. Vão a um máximo de 24 “cordas” – cerca de 500 metros, já que cada “corda” tem 22 metros. Uma rede de grandes dimensões, como as que se usavam em meados do século XX, pesava cerca de

malhagem é sempre bastante larga nas extremidades das *mangas* e vai depois apertando à medida que se aproxima da *boca do saco*. A dimensão das malhas da rede determina os nomes das várias peças, ou painéis, de cada uma das mangas: *claro*, *regalo*, *caçarete* e *alcanela*, desde a mais basta à mais apertada, respectivamente. O *saco*, por sua vez, é feito de várias peças com diferentes malhagens, desde as *folhas-de-boca*, ou *redada* (que é a *boca do saco*, propriamente dita) ao *malheiro* e, finalmente, a *cuada* (também dizem *quadra*), que é o fundo do saco – onde a malhagem é já tão apertada que nenhum peixe, por mais pequeno que seja, pode escapar. As mangas e a boca do saco são entalhadas (isto é, guarnecidas de tralhas, chumbos, *chumbeira*, ou *pandulho*) na sua parte inferior, e suportadas verticalmente – desde o fundo até à superfície da água – por inúmeras bóias ou *pandas* de plástico (já só muito raramente de cortiça)⁸. Além da corda do chumbo e da corda das *pandas*, as mangas das redes maiores têm ainda as *orlas*, que são cordas de reforço (sem chumbo nem cortiça) que impedem a rede de rebentar quando arrastada. Três grandes bóias de sinalização brancas ou vermelhas – as *calimas* – indicam a localização das extremidades da rede (duas na ponta de cada manga e uma no final do saco) ao olhar atento do arrais, que, em terra, avalia a força da corrente marítima e vai ordenando aos tractores que puxam os cabos da rede (as cordas que constituem o *aparelho*) para se deslocarem e rectificarem as suas posições em conformidade com a acção do mar na deriva da rede.

O comprimento do aparelho define a distância a que pode ser largada a rede e era, antigamente, expresso em *cordas* – unidades de 22 metros de corda (e cerca de 11 quilos de peso) ligadas por nós onde ainda actualmente, nas praias onde a alagem não está mecanizada, se prendem os *tirantes* do gado ou dos homens que puxam a rede (neste último caso, o tirante é um cinto de pano grosso que se põe ao ombro,

750 quilos e eram precisos mais de 20 homens para a transportarem; a boca do saco tinha cerca de 70 metros de diâmetro por cerca de 10 ao fundo, na *cuada*; as mangas atingiam 25 metros de altura, junto à boca do saco, e 12 metros junto aos *calões* – os pontos de junção das mangas com os cabos – que eram, antigamente, assinalados com *coiros* ou *odres* (peles de cabrito – onde os almocreves traziam o azeite – cheias de ar) para sinalizar a posição da rede, pois esta não pode vir para terra desconstruída, isto é: as mangas têm de ser puxadas mais ou menos em paralelo, formando um U. Havia coiros de sinalização também na boca e no fim do saco (*calimas*), assim como ao longo das cordas, a intervalos bem espaçados.

8 – Na boca do saco, ao centro, havia antigamente uma *panda* sinalizadora maior que as suas congéneres das mangas: a *panda-mestra*, onde era costume incrustar um pequeno crucifixo ou outro qualquer amuleto com funções propiciatórias e apotropaicas, o que se fazia escavando com uma navalha na superfície da cortiça.

prendendo-se com um pedaço de madeira aos nós das cordas). Cada 22 metros, portanto, têm o valor de “uma corda” – daí dizer-se dantes que se ia largar a rede a 72 cordas, a 84 cordas, etc.⁹ Nas companhias de Esmoriz utiliza-se como unidade de medida o *cabo*, ou seja, 110 metros de corda (cinco vezes 22 metros, portanto). Para serem transportados, estes cabos separam-se em segmentos equivalentes a um máximo de cinco cordas, o que representa um carregamento para dois homens, ou mulheres (com um pau ao ombro). As redes e as cordas do aparelho são fabricadas nas cordoarias de Esmoriz, mas as reparações são, em geral, feitas localmente pelos pescadores mais hábeis com o *zaguncho* – instrumento em madeira destinado à confecção de malhas de rede.

Ainda que seja corrente entre pescadores e curiosos – do século XVIII, ou mesmo antes, aos dias de hoje – aludir à arte xávega através da expressão *arrasto* (“artes de arrastar”), o facto é que esta forma de pesca não tem rigorosamente nada em comum com os arrastos modernos praticados pelas grandes embarcações (arrastões) da pesca industrial. Neste último caso, é o arrastar pelos fundos marinhos de uma enorme rede em forma de saco que determina as capturas indiscriminadas de inúmeras variedades de peixe, destruindo à sua passagem o *habitat* em que se criam muitas espécies de demersais e cefalópodes¹⁰ – literalmente, os pescadores dizem

9 – Explicou-me um antigo arrais da Praia da Vieira que, nos tempos em que aqui se largava a rede a quilómetro e meio ou dois quilómetros da praia (hoje a uns 500 ou 600 metros), os cabos sinalizavam-se com um *basculho* a cada 4 cordas – isto é, com um cordel que era atado de forma especial, formando nós e *azelhas*, ou laços; de início, cada nó vale uma corda e cada azelha vale 10 cordas; por exemplo, às 24 cordas o basculho tinha 2 azelhas e 4 nós; às 28 cordas, 2 azelhas e 8 nós; às 32 cordas 3 azelhas e 2 nós, etc. Depois, quando chegava às 52 cordas, o sinal convencional do basculho era de 2 nós; às 56 cordas, 6 nós; às 60 cordas, uma azelha; às 72 cordas, um cordel dobrado com 2 nós; às 76 cordas, 2 cordéis dobrados com 6 nós; a partir das 80 cordas, cada azelha vale 20, sendo então o basculho de 4 azelhas, e assim sucessivamente. Deste código de sinalização estavam encarregues o *calador* (ajudante do arrais) e os homens que tratavam de *augar* o aparelho. A sua função consistia em informar o arrais de terra, ou *gerente* (que era quem vigiava a chegada da rede) acerca da posição da rede, enquanto esta era arrastada para a praia, de modo a que as mangas ficassem sempre alinhadas. Caso uma corda viesse mais depressa que a outra – o que se via graças aos basculhos, ou aos coiros –, logo o gerente dava ordens ao pessoal que andava a *tocar* o gado (ou seja, a incentivá-lo, gritando e picando-o com um pau) por forma a que as juntas de bois se adiantassem ou atrasassem, numa ou na outra corda, conforme fosse necessário.

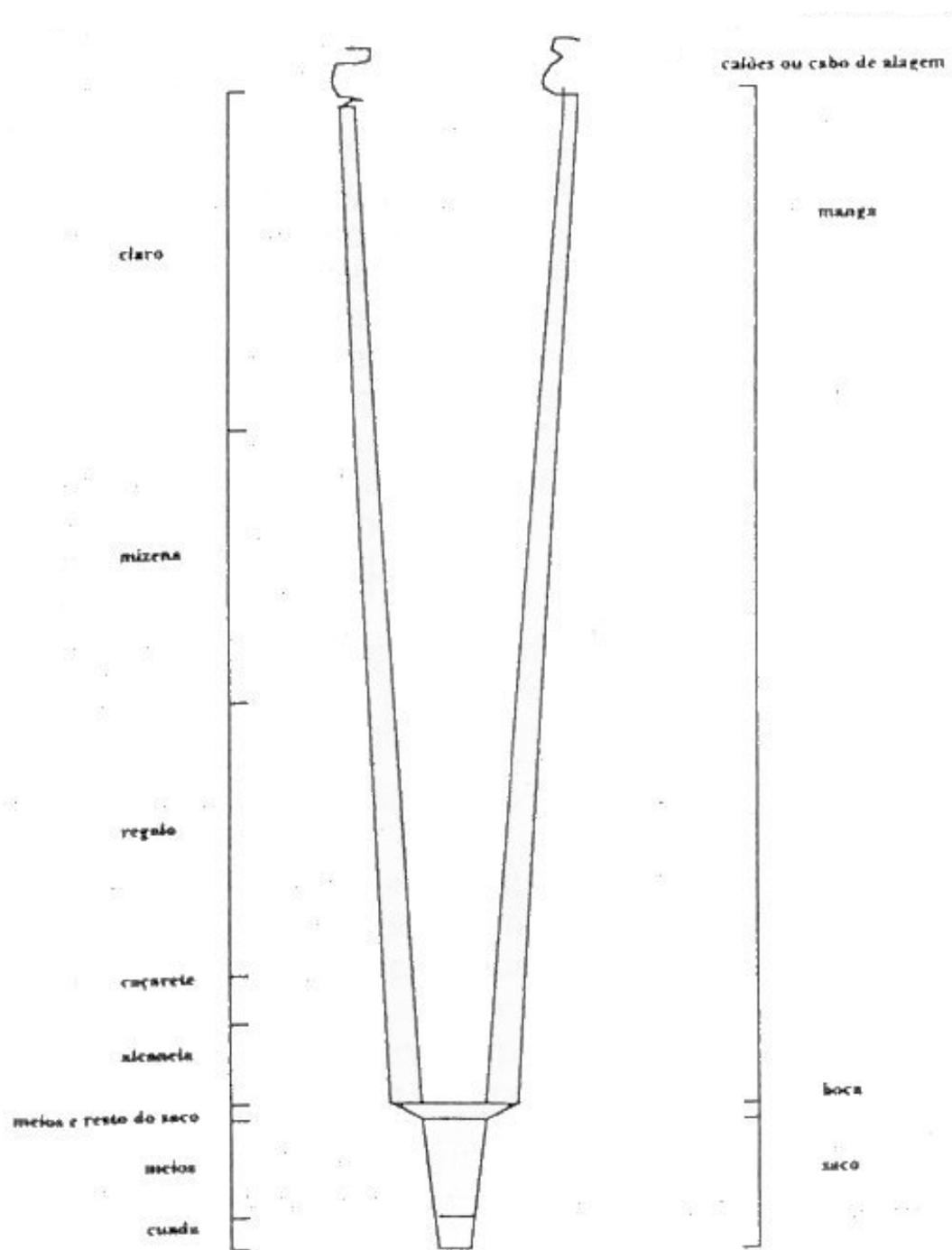
10 – As principais capturas das pescarias portuguesas são os *pelágicos* (sardinha, carapau, chicharro e cavala) – espécies nómadas que se deslocam em grandes cardumes, vindo à costa no Verão; os *demersais* (pescada, faneca, peixe-espada, pargo, goraz, raia, linguado, robalo, etc.), espécies sedentárias que habitam junto aos fundos marinhos; e os *cefalópodes* (polvo, lula, choco), que, tal como os demersais, têm elevado valor comercial; a estes três grupos acrescenta-se ainda o dos *crustáceos*, como as lagostas e os camarões.

que esta técnica predatória *rapa* os fundos. A *xávega*, em contrapartida, é – tecnicamente – uma rede envolvente, de *geometria variável*, portanto, cujas capturas não dependem tanto do facto de arrastar pelos fundos arenosos, como, justamente, da possibilidade (não há sondas nem radares) de interceptar cardumes de pelágicos no seu percurso, à medida que as mangas se vão fechando à aproximação da praia e obrigando o peixe a encaminhar-se para o saco. Por mais perícia que tenham os pescadores, um lanço bem sucedido depende, fundamentalmente, da sorte, já que nada pode fazer prever a existência de cardumes no local em que se lançam as redes e no seu trajecto até à praia. Sem perícia, contudo, muito dificilmente se poderá ser bafejado pela sorte.

Ao contrário do que acontece, por exemplo, na Póvoa de Varzim, na Nazaré e em muitas outras localidades onde os pescadores conhecem os pesqueiros por *mares* (referenciados por triangulação, isto é, segundo a posição das embarcações face a pontos de referência fixos ao longo da costa), os pescadores do litoral central identificam o mar de acordo com os seus movimentos, com a agitação da grande massa líquida, segundo a topografia dos fundos: a rebentação ali mesmo à borda, na *cova do mar* (*curveiro*, no Norte), é chamada a *pancada* do mar (a primeira, porque existem mais duas “pancadas” que são, no entanto, conhecidas por outras designações); a sul do Mondego, a linha da rebentação mais ao largo, onde as ondas vêm *partir*, é denominada a *cabeça* do mar, mas no Norte referem-se-lhe por *mar do banco*; mais longe, ainda, temos nalguns troços da costa (como na Praia da Vieira) uma outra zona de rebentação – o *contrabanco*. Destas três “pancadas” do mar, a menos problemática para os pescadores é a terceira, onde nem sempre existe rebentação – e quando existe nunca é, por via de regra, tão perigosa como as outras. Entre a *cova do mar* e a *cabeça* existe o *lago*, que é uma zona sem rebentação onde os barcos – depois de terem enfrentado a primeira *pancada* – ficam a *bater o mar*, à espera da *rasa*. A *rasa* – expressão usada na Praia da Vieira (a *chã*, no Norte) – é, como o nome indica, uma anti-onda (chamemos-lhe assim, por comodidade descritiva) que ocorre a intervalos mais ou menos regulares, ou seja: as vagas rebentam numa cadência rítmica pontuada por intervalos, e um desses intervalos – a *rasa* – é suficientemente amplo para permitir ao barco *passar o mar*, ou *varar o mar*, como também se diz, sem apanhar nenhum *cachão* de mar, isto é, escapando à violência da *pancada*. Depois, então, o barco afasta-se serenamente sobre as ondas até quase, por vezes, se perder de vista...

Figura 1 – Representação esquemática da arte xávega

(Nos termos do artigo 3.º do regulamento – Portaria n.º 488/96 de 13 de Setembro – publicado no Diário da República, I Série-B, n.º 213 – 13-9-96, p. 3169.)



As embarcações próprias para a arte xávega – *o barco de mar, meia-lua* ou *xávega* – variam nas suas dimensões, oscilando entre os cerca de três metros nas pequenas companhas da Praia da Vieira e, aproximadamente, os sete ou nove metros nas maiores embarcações das Praias de Mira, Vagueira, Furadouro, Esmoriz e Espinho. Os barcos têm a forma típica de uma meia-lua, com a proa muito alta e o fundo chato, e apresentam-se sempre pintados em cores vivas, a branco, vermelho, azul, amarelo e verde – nunca de uma só cor mas em combinações de duas ou, mais vulgarmente, de três ou quatro cores. Outrora, existiam nalgumas praias barcos de quatro remos, mas actualmente o número de remos é sempre de dois, variando o número de remadores consoante o sistema utilizado: entre as Praias da Torreira e de Mira, a tripulação de alguns barcos integra, sentados atrás dos remadores, os *camboeiros*, encarregues de puxar cordas (*cambões*) atadas aos remos por forma a intensificar a acção de propulsão (cf. as descrições de Jayme Affreixo 1902: 150-151, e de Domingos José de Castro 1943: 58-59). Apenas na Praia da Vieira se usam quatro remos, mas alinhados, não existindo a distinção de outrora entre os *castelos* e os outros remos, isto é: enquanto no tempo dos grandes barcos a extremidade do remo (o *punho* ou *cano*) vinha até ao bordo do lado oposto da embarcação, actualmente apenas chega ao meio, pelo que os remos não se encontram alternados, mas sim alinhados dois a dois ¹¹.

11 – Nas equipagens dos grandes meia-luas da Praia da Vieira, em meados do século XX, a distribuição ideal dos homens pelos remos era a seguinte: 7 homens para o castelo-da-proa; 9 homens para cada um dos dois remos do meio – o remo da proa e o remo da ré; 8 homens para o castelo da ré; mais o vareiro, o arrais e o ajudante do arrais, ou calador, num total de 36 homens, remando uns sentados e outros em pé. Na região de Aveiro, porém, D. José de Castro refere-se a tripulações de 46 homens (1943: 58) para os grandes barcos de quase 17 metros de comprimento. De todos eles, os mais bem pagos eram o arrais e os *reveseiros*, que eram os lugares de maior responsabilidade no controlo da embarcação. Os *reveseiros* iam em pé nos extremos (no punho) dos remos do meio – remos que eram considerados «o governo do barco». Diz António Vitorino que o *reveseiro* do remo da proa, «no seu trabalho, vai como que suspenso sôbre o mar, apanhando sempre a dispersão da vaga logo que esta é mais alterosa...» (Vitorino s/d 1: 107). Se o mar *era muito* (se, como se diz na Praia da Vieira, estava *rõe* – isto é, ruim), era aos *reveseiros* que o arrais perguntava a opinião antes de decidirem entrar no mar, pois o controlo que tinham do remo era como que um leme, cabendo-lhes a responsabilidade de manter o barco direito. Era também o lugar mais violento, pelo arco que o punho do remo tinha de descrever. Sentados em frente aos *reveseiros* iam os *caneiros* (porque ao punho do remo pode também chamar-se *cano*); depois seguiam-se-lhes os dois ou três *ajudantes*; depois, os que remavam *aos três* – o *terceiro* ou *o do terço*; e, por fim, os da *cágada* (ou *cagadeiros*), que ocupavam o lugar mais perigoso: o remo está fixo ao *escalamão* (que é um espigão de ferro no bordo do barco) através da *cágada*, parte em que a secção do remo passa de circular a espalmada, contendo ao centro um orifício onde entra o *escalamão*; com um golpe de mar, o remo pode desprender-se do

Uma vez aparelhado o barco (isto é, equipado com a rede e os montes de corda devidamente arrumados), a actividade de uma companhia centra-se no *lanço* – designando esta expressão (“dar um lanço”; “fazer um lanço”) o conjunto de acções que têm lugar desde que o barco é impelido para a água (acção em se utiliza por vezes um tractor ou, nalgumas praias, a *muleta* ou *forcada*, que é um grande tronco de madeira de ponta bifurcada por forma a encaixar-se na ré do barco enquanto o pessoal de terra o empurra) até que regressa após largar a rede – o que pode durar, no máximo, uma hora. Um dos mais importantes momentos do processo de pesca com arte xávega ocorre, precisamente, nesta fase final em que, após ter realizado todas as operações no mar, o barco vem, finalmente, para a praia (diz-se *arribar*). O arrais – que à ida foi largando o reçoieiro, cuja ponta ficou em terra – tem agora de ir deixando correr a corda que lhe resta, isto é, a mão-de-barco¹². Neste momento tão pleno de emoção o barco pode deslizar na crista das ondas mas... só na medida em que o arrais o desejar e apenas na medida em que conseguir ter o controlo do barco. À excepção das da Praia da Vieira, todas as embarcações estão motorizadas por forma a facilitar este processo e a poupar o esforço dos remadores depois de ultrapassada a zona de rebentação. O

escalamão e *varrer*, isto é, arrastar os remadores com uma pancada que pode ter consequências trágicas, para além de braços ou costelas partidas. Os remadores que vão sentados devem puxar o remo quando este está dentro de água e empurrá-lo quando está fora de água, ao passo que os homens de pé se encarregam, fundamentalmente, do movimento que tira o remo para fora da água, isto é, de *calcar*.

12 – Com as actuais dimensões das embarcações e com a redução do número de camaradas necessários à laboração, a antiga especialização funcional da companhia de mar perdeu a sua complexidade. O *calador* era, outrora, o ajudante do arrais – o homem que em terra se encarregava de operações tão importantes como *ugar* (ou *augar*) o aparelho, e *aduchar*. A primeira destas operações consistia em fazer correr as cordas que se ligam às mangas – o reçoieiro e a mão-de-barco – e verificar se os nós estavam seguros; se havia alguma parte de corda a desfiar que necessitasse ser substituída; e se os basculhos, ou cordéis de sinalização, estavam nos sítios certos. *Aduchar* é enrolar a corda de modo a formar um rolo – cada volta de corda é uma *aducha*. Actualmente, o arrais ou qualquer homem experiente pode proceder a estas verificações enquanto o barco é aparelhado. No mar, o calador ia passando a corda – às aduchas – ao arrais que, por seu turno, a ia largando no mar. Actualmente, esta função encontra-se diluída nas competências do arrais, do motorista e dos camaradas do remo da ré que – estando o barco a navegar a motor após a passagem das zonas de rebentação – não precisam de trabalhar com os remos nesta fase. O *vareiro* ia à proa e tinha um papel fundamental logo no embate com a pancada da cova do mar, quando o barco entrava na água: cabia-lhe manter o barco perpendicular à vaga (pois se o barco se atravessa pode virar-se), socorrendo-se de uma corda – a *regedeira* – que prendia nas *mãozinhas* (duas saliências que todos os meia-luas têm na coberta da proa); essa corda é controlada pelos homens de terra, que a prendem num *estacão* “ferrado” na areia, geralmente a norte, porque a tendência do barco é ir para sul, de acordo com a corrente e os ventos dominantes. Esta acção de controlo e segurança da embarcação ainda hoje se pratica em muitas praias, sendo desempenhada por um qualquer camarada do remo da proa.

arraís deve ir largando a corda mantendo-a esticada com uma volta na bica da ré, precavendo-se desta forma para a eventualidade de apanhar um cachão no contrabanco ou na cabeça, pois o controlo que tem da mão-de-barco funciona à semelhança de um travão, dada a resistência oferecida pelo atrito da rede na água. Um dos acidentes mais vulgares a que os arrais estão sujeitos é o de perderem um ou dois dedos quando fazem passar a corda pela bica da ré. De acordo com as oportunidades que lhes surgem para passar as zonas de rebentação em segurança, os arrais experientes ora deixam vir o barco na crista das ondas, a uma enorme velocidade, ora o travam com a laçada na ré, aguardando melhor mar. A mão-de-barco é, portanto, a garantia de que a embarcação vai arribar sem correr o risco de ficar atravessada nas ondas, pois se tal acontecer está desde logo sujeita a virar-se, sob o impacte da rebentação. A motorização das embarcações contribuiu também, de alguma forma, para atenuar a dimensão heróica e a responsabilidade do arrais neste processo, apesar de ser sob o seu comando que operam os motoristas e os remadores, cabendo-lhe todas as decisões relativas à manobra do barco. Muitos dos acidentes ocorridos nos últimos anos reportam-se, precisamente, a falhas de motor entre a zona de rebentação e a praia, em situações nas quais nem o arrais nem os poucos remadores que integram a companhia – dependendo do motor para estas fases mais delicadas – conseguem recorrer às suas competências para ultrapassar a situação.

Para poder trabalhar intensamente, quando o mar o permite, cada companhia deverá possuir, no mínimo, três redes¹³, já que enquanto uma está a ser utilizada outra encontra-se a secar no areal (o seu peso, molhada, tornaria impraticáveis as operações) e uma terceira está já a ser preparada para o próximo lanço. Atendendo a que as correntes marítimas predominantes são no sentido norte-sul, os barcos vão para o mar (deixando uma ponta de corda em terra – o reçoero), largam a rede no sentido sul-norte e voltam trazendo o outro cabo (a mão-de-barco) para a praia. O ponto de junção de cada um destes dois cabos com as extremidades das mangas da rede denomina-se *calão*; ambos os calões são fixados pelo *nó-de-boço*. Quando o arrais decide largar a rede ordena a um dos homens que vá *boçar o calão* do reçoero; é então largada no mar toda a manga do lado sul, depois lança-se o saco e,

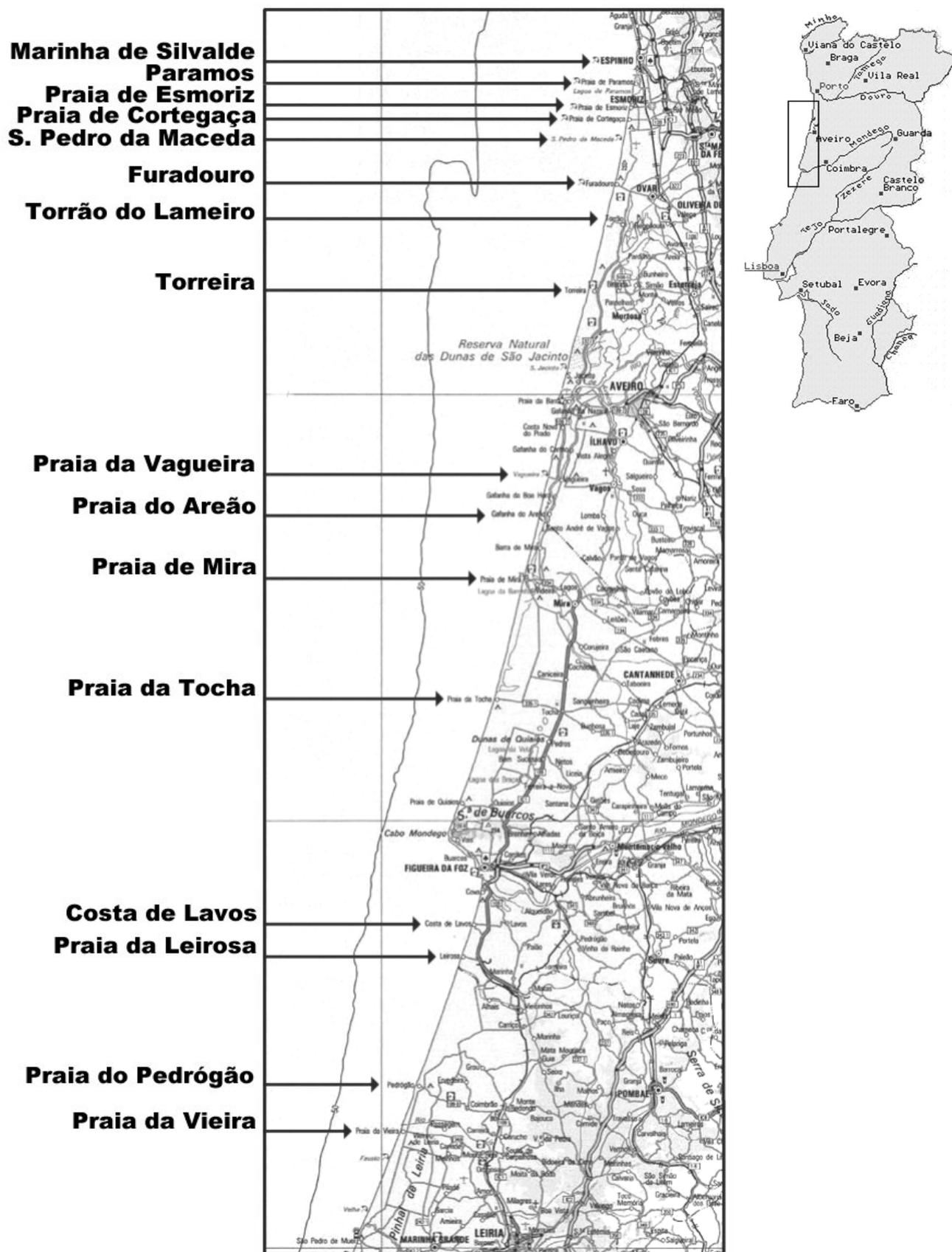
13 – Atendendo à frequência com que ocorrem danos na rede, quatro será o número óptimo de redes que uma companhia deverá possuir; Jayme Affreixo calcula em cinco o número de redes usadas pelas companhias da região de Aveiro na viragem do século (Affreixo 1902: 136).

finalmente, a outra manga, em cuja extremidade se voltará a fazer um nó-de-boço com a mão-de-barco, trazendo-a depois para terra.

Durante cerca de hora e meia (ou menos, conforme a distância a que for largada a rede), os tractores, imobilizados, procedem à alagem da rede, aproximando-se progressivamente um do outro por forma a fechá-la, estreitando a distância entre ambas as mangas. Na Leirosa, como os tractores não estão equipados com aladores, usam um curioso sistema: com dois tractores a cada manga da rede, andam para trás e para a frente num constante vaivém em torno de cada um dos respectivos cabos (reçoeiro e mão-de-barco), simulando, assim, o desempenho do gado (que, aqui como um pouco por toda a parte, deixaram de usar devido ao seu preço). Na Praia da Vieira, apenas uma companhia tem um tractor, usando um sistema diferente: há um dispositivo de duplo guincho acoplado ao eixo do motor que puxa simultaneamente os dois cabos, estando um camarada de cada lado a recolher a corda. Deste dispositivo faz parte um par de estacas metálicas com duplas extremidades (em forma de U) constituídas por cilindros que rolam acompanhando o cabo; estas guias são enterradas na areia a alguns metros de distância, mais próximas da borda do mar.

Quando finalmente o saco chega à praia, os ritmos de trabalho aceleram drasticamente e o clima é de grande efervescência. Outrora, quando a rede vinha cheia, tornava-se necessária a colocação de estacões à volta do saco, não fosse este rebentar. Muitos curiosos cercam o saco e, por vezes, quase obrigam os pescadores a empurrá-los para conseguirem passar. Reina uma grande algazarra na praia. Depois, o saco é aberto à navalha ao longo de uma costura especial que é feita e desfeita a cada lanço (o *junteiro*) e o peixe é retirado com o auxílio de um *rapichel* (*enxalavar* ou apenas *xalavar* – um saco de rede fixado num aro de metal circular). Se for *extreme* (isto é, de uma só qualidade) vai directamente para dentro dos cabazes; se não for esse o caso, o peixe é vertido para cima de plásticos ou oleados estendidos na areia, escolhido e apartado segundo a sua espécie e dimensão, colocado em cabazes (para cerca de 22 quilos de peixe, quase sempre em plástico cinzento ou preto) ou em caixas (mais baixas e largas, de cor laranja) e de imediato encaminhado para a lota. Nalgumas praias, o peixe é vendido logo ali no areal às mulheres que irão vendê-lo nas suas *gigas* (espécie de cestos, ou canastras) transportadas à cabeça. Se o mar permitir e se o volume das capturas for compensador, enquanto estas últimas operações se desenrolam já o barco está de novo a ser aparelhado para mais um lanço.

Figura 2 – Zona de distribuição da arte xávega em 1995



A actual zona de distribuição deste tipo de pesca compreende, de norte para sul, as praias da Marinha de Silvalde (Espinho), Paramos, Esmoriz, Cortegaça, S. Pedro da Maceda, Furadouro, Torrão do Lameiro, Torreira, Vagueira, Areão, Mira, Tocha, Costa de Lavos, Leirosa, Pedrógão e Vieira (figura 2) – sendo a esta extensão do litoral central português que se aplica, neste estudo, a designação *zona da xávega*, tal como proposto por Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano em 1964; a Nazaré, onde se pratica actualmente mas apenas na sua condição de espectáculo domingueiro, encenado uma meia-dúzia de vezes em cada Verão consoante as necessidades de gestão das iniciativas turísticas promovidas pela Câmara, pelas associações de comerciantes e pela própria Região de Turismo de Leiria; e, a sul do Tejo, a Caparica, Fonte da Telha e Alfarim/Meco. Tanto na Nazaré como nos areais ao sul do Tejo, as diferenças nas embarcações utilizadas e uma multiplicidade de factores que se prendem, entre outros aspectos, com o turismo – e, no caso da faixa Caparica/Meco, com a proximidade das áreas metropolitanas de Lisboa e Setúbal e com a consequente malha de acessibilidades/oportunidades do mercado laboral – afastam sensivelmente estes contextos do padrão histórico e etnográfico da pesca na região centro. A opção deste trabalho pelo estudo da arte xávega no litoral central português deve salvaguardar contudo, por um lado, tudo o que se prende com a unidade original da técnica e dos processos (com as suas variações) em todos os areais em que este tipo de pesca ainda se pratica ou se praticou no passado, do Douro ao Algarve; por outro lado, não nos deixará perder de vista o facto de que o litoral central é, em si mesmo, diverso e matizado pelas muitas diferenças decorrentes das especificidades locais e regionais.

1

PRIMITIVISMO E DECADÊNCIA: FONTES PARA UMA REFLEXÃO EM TORNO DA ANTROPOLOGIA MARÍTIMA EM PORTUGAL

Há cinquenta anos, afirmava Jorge Dias – no seu esforço de identificação dos elementos fundamentais da cultura portuguesa – que a unidade e a continuidade de Portugal enquanto nação teria ficado a dever-se ao mar, à força atractiva do Atlântico, e que «foi sobretudo o estuário do Tejo, esse forte abraço do mar com a terra, que definitivamente presidiu aos destinos de Portugal» (1990: 139). O seu companheiro Ernesto Veiga de Oliveira avançou ainda mais: foi a epopeia marítima dos descobrimentos que, revelando à Europa a existência de uma grande diversidade de povos, «nos deu a nós portugueses, um treino etnológico implícito, e que nos preparou para aquilo a que hoje chamaríamos o princípio da relatividade das culturas, base fundamental da etnologia e lei essencial do convívio entre os povos» (1966: 11). Surge então o paradoxo. Num pequeno país com uma costa de mar tão extensa, onde a maior parte da população se concentra junto do litoral, e com um passado feito de grandes navegações, comércio marítimo, pescarias em mares longínquos, produção de sal e outras actividades marítimas, como explicar, então, a escassez de trabalhos etnográficos relativos às gentes do mar e ao seu labor? Por que razões a atenção dos antropólogos tem incidido preferencialmente sobre as populações rurais do Minho, de Trás-os-Montes, das Beiras, do Alentejo ou – mais recentemente – sobre fenómenos urbanos, entre os quais os que se prendem com as minorias, as marginalidades...? Que motivos, em suma, justificam que o desenvolvimento da Antropologia numa nação tipicamente marítima se tenha processado de costas voltadas para o mar?

De facto, esta questão tende a tornar-se um lugar-comum propedêutico das modernas abordagens antropológicas aos universos piscatórios nacionais (por exemplo, Moreira 1987, Pina Cabral e Lima 1996, Martins 1997). A verdade, porém, é que o problema parece não ser específico deste contexto. A avaliar pelo panorama das vizinhas Espanha e França – que, ao longo de vários séculos, foram duas grandes potências marítimas e de fortes tradições haliêuticas –, não é de crer que Portugal constitua um exemplo isolado no quadro europeu, pois também nestes países é

reportada a mesma ausência (Pascual Fernández 1999, Péron 1994). No Brasil, o cenário repete-se (Laraia 1994: 9), e até mesmo no âmbito da ortodoxia disciplinar britânica aquele que é tido como um dos textos fundadores da chamada Antropologia das Pescas – a monografia de Sir Raymond Firth sobre os pescadores malaios, de 1946 – acusa idêntico défice: o estudo das pescarias nas regiões tropicais, segundo o autor, andava então negligenciado por cientistas e governos, a despeito do grande número de pessoas que nelas se ocupavam, comparativamente à agricultura (Firth 1971: XI).

Depois, há que reconhecer a especificidade portuguesa no que concerne ao processo de desenvolvimento dos saberes e das práticas que vêm a constituir a disciplina antropológica – processo que deve ser lido à luz do conjunto de circunstâncias históricas identificadas por Rui Ramos (1994)¹⁴ e, mais recentemente, já em contexto disciplinar próprio, por João Leal (1995, 2000): por um lado, o impacte das ideias e dos debates influenciados pela temática do progresso e da decadência, da Geração de 70 ao Integralismo, condiciona a emergência de uma Antropologia apostada em tentativas de recuperação e reinvenção da identidade nacional a partir da cultura popular. Por outro lado – e na sequência dos principais acontecimentos deste período (o Ultimato, a República e a Grande Guerra) –, considere-se, ainda, o obscurantismo e a atrofia intelectual dos quase cinquenta anos de ditadura, em que o país se viu encenado por uma máquina de propaganda capaz de proceder a inúmeras formas de efabulação patrioteira da nação (cf., por exemplo, Pais de Brito 1982, Martins 1990, Almeida 1991, Alves 1997), inspiradas, basicamente, em motivos do mundo rural. Há, portanto, que atender às próprias condicionantes geracionais e temáticas (Pina Cabral e Lima 1996) que orientaram a progressão dos diferentes ciclos de desenvolvimento da Antropologia portuguesa.

A *Bibliografia Analítica da Etnografia Portuguesa*, compilada por Benjamim Enes Pereira em 1965, confirma a reduzidíssima expressão do interesse pelas pescas no panorama da produção nacional. No ciclo iniciado nos anos setenta, surgem alguns sinais positivos com os trabalhos de Carlos Ramos de Oliveira (na esteira da abordagem ecológica de Jorge Dias) sobre a Fuzeta (1971, 1972, 1974) e a pesquisa do americano Twig Johnson (1979), também sobre o Algarve, com base em trabalho de terreno realizado em 1972. Mas na investigação que suporta o estabelecimento e a consolidação da Antropologia na Universidade a partir de 1974 (mormente na

14 – Vide, em especial, o capítulo «A Invenção de Portugal».

Universidade Nova de Lisboa e, já na década de oitenta, no ISCTE), a pesca e os pescadores encontram-se ausentes¹⁵. No entanto, a despeito de um défice efectivo de trabalhos académicos acerca dos universos piscatórios, a realidade histórico-sociológica da beira-mar é susceptível de ser lida através de um *corpus* de materiais – literários, historiográficos, ensaísticos, etc. – produzidos durante os séculos XIX e XX que pode ser considerado muito razoável, especialmente se comparado com outras regiões do país. No decurso da minha experiência de trabalho de terreno junto dos pescadores da xávega, a opção de considerar estes materiais como uma componente essencial da pesquisa pareceu-me incontornável, já que a interrogação da diferença e da especificidade da ocupação marítima pressupõe um olhar sobre as suas origens históricas e sócio-políticas (cf. Pina Cabral e Lima 1996: 14).

Neste capítulo, proponho-me efectuar uma primeira incursão exploratória nos discursos produzidos pelas elites letradas acerca do litoral e dos pescadores ao longo dos séculos XIX e XX, evidenciando os traços que dão expressão a um imaginário em cujos contornos floresce o primitivismo e o mito arcaísta. Identificar-se-á, assim, um conjunto de textos fundamentais que, de acordo com o meu próprio percurso de pesquisa em torno do litoral central, me parece decisivo para a investigação na área das pescas e que, paradoxalmente, parece esvaziar de sentido a recorrente denúncia da ausência de materiais de cariz antropológico, histórico e etnográfico sobre as temáticas marítimas. Como se depreenderá da leitura do presente trabalho, o *corpus* de materiais a que me refiro é bastante mais amplo do que o conjunto básico referenciado neste capítulo.

Na diversidade de géneros e de propósitos subjacente ao conjunto heterogéneo de escritas recenseadas desenham-se, como veremos, os contornos das duas tendências centrais que, isoladamente ou de forma conjugada – mas, também, em sobreposição com outros interesses e áreas disciplinares (como a Arqueologia e a Geografia, por exemplo) –, reflectem as principais linhas de força do desenvolvimento da Antropologia em Portugal: por um lado, a tendência etnográfica apostada no estudo dos artefactos, na arte popular, nos processos e instrumentos de trabalho e, de forma mais consistente, nas tecnologias tradicionais; por outro, a tendência etnológica, mais dada a conjecturas em torno da psicologia étnica

15 – A excepção que, como sempre, confirma a regra poderia esboçar-se no vínculo de continuidade que, no ISCSP, liga a herança de Jorge Dias aos trabalhos dos já mencionados

portuguesa e a formulações de tipo etnogenealógico. Para melhor enquadrar descritivamente a expressão destes interesses e tendências nos materiais mais directamente relacionados com a temática marítima, começaremos pela questão do primitivismo. No final, darei especial atenção às imagens da decadência que, recorrentemente, vão surgindo nos textos referenciados.

O registo etnográfico

O primitivismo nasce com a sociologia de A. Comte (Paul-Lévy 1986), de acordo com o princípio de que as sociedades industriais emergentes estariam na vanguarda do progresso, por oposição às sociedades mais atrasadas – mais perto, estas, da sua suposta origem. As ideias de Herbert Spencer e o darwinismo vieram depois reforçar e alimentar as várias correntes intelectuais que conduzem à constituição da Antropologia académica, integrando a Etnologia e o Folclore, a par com a Arqueologia e a Paleontologia. A hierarquização das sociedades e grupos humanos em termos da evolução das técnicas, costumes e instituições adquire então a sua expressão plena quando os “selvagens” se tornam “povos primitivos”, acompanhando o surto do colonialismo europeu em África a partir de finais do século XIX, e o concomitante despertar da atenção para os objectos de arte saqueados neste e noutros continentes e exibidos depois em museus e grandes exposições internacionais. Entre nós, escreveria F. Adolfo Coelho, em 1887 – comentando a identificação de algumas peças expostas num museu inglês como sendo dos “selvagens do Algarve” – que «a arte africana é cem vezes mais perfeita do que a arte algarvia» (1993: 229)...

A autenticidade conferida ao “povo” pelos pioneiros da nossa Etnografia revela-se pela classificação das populações estudadas, através dos seus costumes, crenças ou instrumentos de trabalho, no «quadro duma existência atrasada de séculos com vários dos aspectos que assinalam modos de viver remotos», como escreveu Rocha Peixoto a propósito da habitação em madeira do litoral central português (1990: 80). Estas sobrevivências – sobre as quais se debruçam estudiosos como Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso, Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos, entre outros – «afastam-nos, ao estudá-las, para estádios de civilizações idas que um isolamento relativo, como nos serranos, prolongou até agora» (Rocha Peixoto 1990: 88). Aquele último autor – no 3.º volume da sua *Etnografia Portuguesa* e na

secção consagrada à Beira Litoral – referiu-se aos pescadores da Gelfa dizendo que «estão em muito inferior escala de civilização», que «ainda se ignora a palavra higiene» e que, nas casas, «as pessoas vivem promiscuamente com os animais» (Vasconcelos 1942: 333). A estas particularidades acrescem outras características importantes, como, por exemplo, a de os gandareses (da região de Vagos e Mira) levarem «às vezes a sua religião ao fanatismo (...) como é natural nos marítimos e em povos vizinhos do mar» (1942: 336)... Desde cedo, aliás, a tónica primitivista ficou patente na prosa dos mais brilhantes espíritos da Geração de 70, como se depreende, por exemplo, deste excerto da *História de Portugal* de Oliveira Martins, de 1879: «o leitor decerto viu alguma vez, de tarde, ao cair do sol, o recolher dos barcos, voltando do mar, nas praias de Ovar e da Póvoa de Varzim. Viu a construção e os tipos desses navios primitivos, e as pitorescas fisionomias dos seus tripulantes: eis aí uma esquadra do XIII século. Vê-la-á, real e verdadeiramente, se, com a imaginação, substituir por armas os utensílios de pesca» (1977: 169)...

Os vestígios de arcaísmo atribuídos às populações piscatórias decorrem, por um lado, da influência da cultura científica (positivista e darwinista, sobretudo) difundida em Portugal no último quartel do século XIX e da própria necessidade de ordenar e classificar os domínios do visível revelados pelas novas teorias científicas – a Geologia de Lyell e a Biologia de Darwin, entre outras. Por outro lado, esta inflação do visível estimulada pelos progressos da ciência não teria sido possível sem o desenvolvimento dos transportes, das vias de comunicação, da imprensa escrita e dos mercados. O naturalismo – enquanto impulso de convergência entre os métodos das ciências naturais, assentes na observação, e a narrativa literária – renova a sensibilidade estética realista, descritiva, atenta ao pormenor e sociologicamente informada (cf. Boléo 1941; Sousa 1996). A crescente visibilidade das actividades produtivas que têm como palco a beira-mar revela-se assim na pintura e na literatura (e na fotografia, em bilhetes-postais, jornais...) através dos olhares e da escrita daqueles que pela observação atenta – demorando as suas visitas nos próprios locais que elegeram como objecto da sua curiosidade – puderam, depois, figurar e descrever ¹⁶.

16 – Na pintura, depois dos românticos Cristino da Silva e Francisco Metrass, «serão os naturalistas, como Marques de Oliveira, João Vaz, Carlos Reis ou o simbolista António Carneiro que irão tornar o mar familiar junto do público português» (Gomes 1998); veja-se também Silveira (1998) e a documentação iconográfica incluída no catálogo *A Arte e o Mar* (de uma exposição organizada pelo Museu Calouste Gulbenkian, 18 de Maio a 30 de Agosto de 1998, em Lisboa), de onde provêm ambas as referências.

Assim, para além dos textos de características mais marcadamente técnicas (inquéritos e relatórios) ou académicas, será de grande utilidade para a pesquisa levar em linha de conta as outras prosas que se referem ao universo da beira-mar e da pesca, sobretudo quando sabemos que estas provêm da observação directa – da experiência vivida pelos autores em contextos acerca dos quais escrevem, como Eça descrevendo os banhos na Praia da Vieira ou Manuel Laranjeira dissertando sobre o olhar dos pescadores de Espinho. Raúl Brandão – cuja obra *Os Pescadores* constitui o verdadeiro paradigma do tipo de prosas a que me refiro – deu um contributo inestimável para o conhecimento dessa «raça prolífica da beira-mar, que nos enobrece e que eu conheço da Afurada até Leiria» (Brandão s/d [1922]: 51); eis como, no decurso das suas deambulações pelo litoral, se refere a uma experiência intensa (entre muitas outras, certamente), no Verão de 1920: «Há três dias que ando metido na ria, com a barba por fazer, sujo como um ladrão de estrada e fora de toda a realidade. Afigura-se-me que vivo num país estranho – amplidão, água e sonho» (s/d [1920]: 38). Também na década de vinte, Aquilino Ribeiro passa temporadas no Pedrógão e urde literariamente – em *Batalha sem Fim* – o mundo miserável dos «párias do mar»¹⁷, convertendo algumas figuras locais em personagens do seu romance, nessa «assombrosa terra de bosques e de dunas, martelada pela onda...» (1985: 5). Alves Redol, finalmente, andou pela lezíria e deixou-se fascinar pelos avieiros – os nómadas do rio, junto dos quais viveu e trabalhou, descobrindo depois que a sua avó paterna era, ela também, avieira, pertencente à «aristocracia marinheira e descalça» (1967: 19) da Praia da Vieira de Leiria; desta localidade saíram também os escritores António Vitorino e José Loureiro Botas, cujos contos testemunham modos de vida marcados por uma intensidade trágica profunda, arrancada à sua própria experiência e ao conhecimento directo da vida dos seus conterrâneos – testemunhos preciosos do ponto de vista descritivo, histórico e etnográfico, artístico e humano.

Para além destes, a grande maioria dos autores locais que escreveram monografias, artigos de jornal, opúsculos, etc. acerca das suas terras fê-lo estando “de dentro”, ou seja, conhecendo por experiência o terreno, as gentes, os costumes, as tradições... Conviria, a este propósito, assinalar os circuitos de publicação e distribuição regionais, responsáveis pela edição de um conjunto de monografias

17 – A expressão é usada na dedicatória (com data de 1932) do livro, acalentando o autor a esperança de atrair sobre estas gentes um «olhar piedoso»...

locais cuja consulta é da maior utilidade e de que são exemplos: Pereira (1970), Lamy (1977), Frada (1983), Laranjeira (1984), Aires de Amorim (1986), Cintrão (1988), Pardinhas (1992), entre outros.

Mais recentemente, algumas publicações contribuíram decisivamente para a abertura de um novo capítulo na investigação antropológica nos domínios da maritimidade e das pescas, entre as quais se destacam as monografias de Jan Brogger (1992) e Sally Cole (1994), o ensaio de Paulo Mendes e Inês Meneses sobre a aldeia da Azenha, na costa alentejana (1996), o trabalho de pesquisa realizado pelos jornalistas Helena Lopes e Paulo Nuno Lopes (1995) centrado na praia da Vagueira, um número temático da revista *Etnográfica* consagrado aos universos piscatórios (AAVV 1999a) e o volume consagrado às pescas na *História do Trabalho e das Ocupações*, com coordenação de Nuno Luís Madureira e organização de Inês Amorim (2001). O balanço da década de noventa, como se depreende das iniciativas e das linhas gerais dos debates suscitados por estes trabalhos é, aparentemente pelo menos, bastante encorajador.

No conjunto dos materiais de características técnicas (designação cujo sentido decorre, fundamentalmente, das intenções subjacentes à sua elaboração e ao seu uso) destacam-se dois textos cruciais para a pesquisa histórica das pescas nacionais: os relatórios de Lacerda Lobo (baseados em viagens pelo litoral feitas ainda no século XVIII) e o monumental levantamento de Baldaque da Silva (no terreno durante a década de oitenta de Oitocentos), aos quais me referirei de imediato. Já com um interesse mais evidentemente sociológico e etnográfico, Jayme Affreixo (então oficial de Marinha responsável pela Capitania do Porto de Aveiro) publica, no início do século XX – durante dois anos e ao longo de doze números da revista *A Tradição*, de Serpa – um interessantíssimo trabalho sobre as pescas na área sob a sua jurisdição (Affreixo 1902, 1903). Este texto continua ainda hoje a ser uma referência incontornável, por ser a primeira vez que se descreve pormenorizadamente a técnica da arte xávega a par com as várias condicionantes de ordem ecológica, os aspectos económicos mais relevantes da vida das companhas, superstições, e muitos outros detalhes relativos aos barcos e às artes de pesca utilizados no mar e nas águas interiores da ria. Jayme Affreixo foi também o primeiro autor a revelar alguma sensibilidade sociológica na descrição da actividade piscatória e a identificar um tipo característico de comportamentos associados à «intervenção das bruxas na fortuna da pesca» (1903: 134).

Qualquer destes três autores revela um conhecimento profundo da beira-mar, o que parece indissociável do facto de serem todos oficiais de Marinha, escrevendo no cumprimento dos deveres da sua profissão (os dois primeiros, sobretudo) e a partir, sempre, da observação directa e prolongada dos pescadores e das suas actividades. A *Memória sobre a Decadência das Pescarias em Portugal*, de Constantino Botelho de Lacerda Lobo, publicada no início do século XIX pela Academia Real das Ciências (1812), ocupa um lugar privilegiado neste conjunto. O trabalho de Lacerda Lobo, que compreende duas outras *Memórias* relativas ao Algarve e ao Minho, reporta-se às viagens pelo litoral que o autor realizou em finais do século XVIII, procurando identificar o estado do sector e tendo em vista ulteriores reformas a levar a cabo pela Administração do Reino. Este registo de decadência das pescarias nas mais antigas comunidades marítimas do país, no Minho, Estremadura e Algarve, é contemporâneo do desencadear de uma série de importantes movimentações populacionais que engrossam, depois, com as Invasões Francesas e se agravam, a partir da segunda metade de Oitocentos, com o processo de decomposição do campesinato inerente ao desenvolvimento do capitalismo (Cabral 1977). Começavam então, na viragem do século XVIII para o século XIX, a ser colonizadas as frentes desérticas do litoral da região centro, de Espinho à Praia da Vieira de Leiria, construindo-se casas de madeira sobre estacas encavalitadas nas dunas – os palheiros – e exercendo-se uma técnica de pesca peculiar, com recurso a um efectivo laboral bastante numeroso, utilização de barcos de fundo chato e de perfil luniforme, próprios para enfrentar a forte ondulação da zona, e de uma grande rede denominada *arte*, ou *arte xávega*, como é actualmente conhecida.

Aquele que me parece ser o traço mais saliente dos relatórios de Lacerda Lobo consiste na identificação inequívoca da exploração selvagem do trabalho dos pescadores, apontada como uma das causas maiores da ruína deste sector. É certo que outra coisa não seria de esperar no contexto da sociedade portuguesa de Antigo Regime, onde «as extorsões» (Lobo 1812: 367) praticadas pelos rendeiros, laicos ou eclesiásticos, não fugiam à norma da exploração generalizada e da miséria que atingia todo o mundo rural. No entanto, diversas outras fontes continuam a acusar o mesmo problema na segunda metade do século XIX e no século XX. Actualmente, a despeito da evolução económica global e das melhorias que se fizeram sentir no último quarto de século no modo de vida das populações mais desfavorecidas, a miséria e a exclusão mantêm-se ainda como duas das características mais impressio-

nantes de muitas comunidades piscatórias, de que são exemplo, no topo norte da zona da xávega, aquelas que se situam nas frentes marítimas dos concelhos de Espinho e Ovar.

Um outro clássico que constitui, ainda hoje, uma referência essencial para todos os interessados nos universos piscatórios – a despeito do espaço de mais de um século que nos separa da data da sua publicação – é o monumental levantamento de que consiste o volumoso trabalho de António Artur Baldaque da Silva (1852-1915) de 1891¹⁸, intitulado *Estado Actual das Pescas em Portugal Compreendendo a Pesca Marítima, Fluvial e Lacustre em todo o Continente do Reino, referido ao anno de 1886*. É interessante assinalar a divulgação desta obra nos meios marítimos, como, por exemplo, através da utilização de trechos criteriosamente seleccionados em panfletos de cariz pedagógico produzidos pelos sindicalistas de Aveiro, como eu próprio pude registar há meia dúzia de anos. Se bem que o trabalho do Comandante Baldaque ofereça a vantagem de resultar da observação directa, o seu estatuto informativo insere-se num conjunto mais amplo em que se poderão incluir os *Inquéritos Industriais* levados a cabo no mesmo período por outros funcionários da Coroa e, depois, pela administração da República¹⁹.

Neste mesmo âmbito, mas já mais perto de nós, o Instituto Nacional de Investigação das Pescas (INIP) publicou ao longo da década de oitenta um levantamento geral da pesca artesanal nas costas e rios portugueses, da responsabilidade de Fernando Correia da Costa e Maria de Lourdes Paes da Franca. Este trabalho – que visa, claramente, fornecer um instrumento de trabalho aos decisores envolvidos na gestão e administração do sector – apresenta algumas características peculiares, de que destacaria: os volumes de documentação fotográfica que acompanham cada um dos três tomos em que foi dividida a costa marítima (zonas sul, centro e norte); a aplicação directa do conhecimento obtido às políticas do sector, sugerindo medidas de gestão, como, por exemplo, a cessação de emissão de novas licenças para certos tipos de pesca ou a proibição total de outros; e,

18 – Baldaque da Silva foi o responsável pela secção marítima portuguesa na Exposição de Madrid, comemorativa do quarto centenário da chegada de Colombo à América. O catálogo (Baldaque da Silva 1892) revela-nos a presença nesta exposição de modelos de barcos e redes de xávega (peças n.º 228 e 272, respectivamente, às escalas 1/15 e 1/100); cf. Martins (1997).

19 – Sobre Baldaque da Silva e os demais “olhares fundadores dos estudos de comunidades costeiras” veja-se o texto seminal de Luís Martins (1997).

finalmente, a referência comparativa constante aos dados coligidos por Baldaque da Silva (1891) para o ano de 1886, de que este levantamento pretende ser uma actualização. Trata-se, em suma, de um conjunto de relatórios técnicos despidos de qualquer preocupação social mas recheados de informação útil, a despeito da dimensão política das suas intenções e dos seus resultados. Ainda na década de oitenta, mas já com o enquadramento disciplinar da Antropologia, registre-se a edição da importante obra de Carlos Diogo Moreira consagrada às *Populações Marítimas em Portugal* (1987) – onde, a par com um levantamento extensivo a toda a costa portuguesa, são sumariadas as temáticas mais relevantes no estudo antropológico das comunidades marítimas.

Entre os pioneiros da nossa Etnografia, Rocha Peixoto não deixou de «palmilhar o litoral, visitando Aveiro e a Figueira, auscultando a duna, deixando entrever o seu sereno encantamento de erudito perante a visão palafítica dos palheiros» (E. Veiga de Oliveira cit. in Gonçalves 1990: XXXIII). Um importante contributo a assinalar – apontado como decisivo para o arranque, em Portugal, dos estudos de Paleoantropologia e Arqueologia Pré-histórica (Pereira e Pita 1993: 658) – prende-se com a influência de Carlos Ribeiro (1813-1882), empenhado, com os seus alunos, nos trabalhos de campo conducentes à elaboração do cadastro geológico do território (1857). Foi, justamente, sob a égide deste geólogo que se iniciou a actividade científica do jovem naturalista Rocha Peixoto, com a fundação da *Sociedade Carlos Ribeiro* no Porto, em 1887, e da sua *Revista de Ciências Naturais e Sociais* (Gonçalves 1990) – no mesmo ano em que surge a *Revista Lusitana*, de Leite de Vasconcelos. Este último, escrevendo sobre as «Casas da Praia da Vieira», diz que «quem primeiro falou de casas assim construídas foi Carlos Ribeiro...» (1924: 33), seguindo-se-lhe o que ele próprio escreveu na dita *Revista Lusitana* acerca da Cova de Lavos, depois Consiglieri Pedroso – numa comunicação à Academia Real das Ciências, em 1895 (Figueiredo 1917) – e, então, Rocha Peixoto, no final do século, no primeiro número da sua *Portugalia* («Etnografia Portuguesa: Habitação, Os Palheiros do Litoral», 1899).

Os diferentes estilos de habitação tradicional, segundo nos diz Rocha Peixoto na sua introdução à construção em madeira no litoral, encontram-se subordinados aos ditames «da geologia e do clima», constituindo um testemunho do “génio do povo” (*Volkgeist*) e «espelho fiel da vida noutras eras» (Peixoto 1990: 72). Saliente-se, todavia, que as suas perspectivas são francamente inovadoras face à erudição

etnológica do seu tempo. Este académico oriundo da Póvoa de Varzim – que à data em que escreveu sobre os palheiros do litoral contava 33 anos – empenha a sua atenção de naturalista nas manifestações materiais da cultura popular, nos objectos e nas técnicas, afirmando assim «a sua linha de etnógrafo andarilho e inclinado ao exame dos documentos da ergologia» (Gonçalves 1990: XXV)²⁰. Como testemunho seguro da sensibilidade etnográfica deste pioneiro, a sua herança será reivindicada pelos investigadores do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular (CEEP) em *Palheiros do Litoral Central Português* (1964). À influência e ao entusiasmo de Rocha Peixoto fica também a dever-se a monografia de António Santos Graça sobre *O Poveiro*, de 1932 – trabalho que, entre nós, surge como o primeiro estudo monográfico de uma comunidade enquanto grupo ocupacional²¹.

Mas, a despeito do conhecimento efectivo do terreno, não é surpreendente que ao procurar compreender os interesses dos etnógrafos nos confrontemos com a ausência de quaisquer preocupações sociológicas em torno do trabalho dos pescadores e das suas condições de vida miseráveis. As motivações dominantes centram-se nos artefactos materiais, nas casas e nas técnicas de construção, nos instrumentos de trabalho, nas tecnologias tradicionais e nos utensílios da vida quotidiana ou, até, da festa. Esta tendência da Antropologia portuguesa inicia-se com Rocha Peixoto e encontra o seu zénite com os trabalhos do grupo de Jorge Dias no âmbito do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, a partir do final da década de quarenta. Presentemente, a esfera das técnicas, enquanto parte integrante e fundamental da cultura e das sociedades, dir-se-ia susceptível de fazer convergir diferentes vertentes do trabalho dos antropólogos, permitindo conjugar alguns dos mais actuais focos de atenção desta disciplina – como sejam, por exemplo, o corpo, a aprendizagem ou o meio ambiente (e, logo, os sentidos e as emoções, a memória, o espaço, o turismo...). No entanto, esta convergência – que transcende potencialmente as fronteiras disciplinares, se tomarmos em consideração, entre outros, os importantes contributos da História ou da Economia – é apenas virtual, como se depreenderá de uma análise geral das linhas de desenvolvimento da Antropologia ao longo do século XX.

20 – Escreveu Flávio Gonçalves que «nas páginas da *Portugalia* se concretizariam, de facto, os planos de Rocha Peixoto. Os temas da ergologia emergem do limbo e passam a ser tratados, monograficamente, com um lúcido carinho» (1990: XXVI).

21 – Cf. o Prefácio de António Medeiros à reedição de *O Poveiro* (1992).

De acordo com François Sigaut (1994), à falta de interesse dos antropólogos de língua inglesa pelo domínio das técnicas acresce, na Europa Continental, o isolamento das escolas mais atreitas ao tratamento dos problemas que, directa ou indirectamente, lhes estão associados. Constatase, assim, uma quase total ausência de diálogo entre as tendências dominantes no *mainstream* da Antropologia Social e Cultural e as correntes históricas da Etnologia, mais apoiadas em práticas arqueológicas e museológicas que, por sua vez, transformaram profundamente, entretanto, a sua própria expressão disciplinar, agravando ainda mais este afastamento.

O caso português – que, a despeito da sua especificidade, é historicamente similar ao de outras Antropologias nacionais das periferias europeias (Leal 1995, 1997) – poderia aqui ser evocado à luz de um facto curioso que ilustra desde logo o incipiente estado de desenvolvimento da investigação sobre as pescas: o único contributo nacional para os dois magníficos volumes consagrados à Antropologia Marítima editados por Béla Gunda e publicados pela Academia de Budapeste, em 1984, não é assinado por um antropólogo, mas por um especialista em Arquitectura Naval – o Prof. Arquitecto Octávio Lixa Filgueiras, recentemente desaparecido. Há alguma ironia no facto de ser da Hungria, uma nação sem costas de mar, no centro da Europa, que nos chega aquela que é a mais impressionante reivindicação de legitimidade deste ramo da disciplina. Da Arqueologia e da História à Antropologia Social e Cultural, passando pela Arquitectura Naval ou pela Mitologia, os dois volumes de *Fishing Culture of the World* (Gunda 1984) representam um marco incontornável na pesquisa em torno das comunidades marítimas e das práticas piscatórias que lhes estão associadas.

Foram, efectivamente, as escolas periféricas assinaladas por Sigaut (1994) – dos folcloristas (*volkskunde*), das “Coisas e Palavras” (*sachen und wörter*) e a chamada escola histórico-cultural da Etnologia (a escola de Viena, na primeira linha de defesa das teses difusionistas) – que influenciaram o desenvolvimento, no nosso país, de uns poucos tópicos de pesquisa em torno da *ergologia*, das *tecnologias tradicionais* ou, numa palavra, das *técnicas*, na sua acepção mais ampla. Nesta esfera de influências – e a despeito da escassez de trabalhos – avultam os nomes de alguns dos mais destacados pioneiros da Antropologia portuguesa que, no entanto, pouco ou nada escreveram sobre pesca e pescadores. Refiram-se como exemplos Adolfo Coelho, com os seus ensaios sobre a caprificação (1993: 559) e a alfaia agrícola

portuguesa (1993: 571), ou as propostas expressas em «Exposição Etnográfica Portuguesa» (1993: 703); o jovem J. Leite de Vasconcelos, que inclui em *Tradições Populares de Portugal* (1882) um pequeno bloco acerca das armadilhas para pássaros e peixes (1986: 226), e, sobretudo, Rocha Peixoto, que foi o mais representativo dos nossos cultores da Ergologia (Gonçalves 1990); Paiva Boléo e Lindley Cintra, na Dialectologia (área em que Leite de Vasconcelos foi, também, um apaixonado pioneiro), promovendo o estudo das áreas lexicais do território português e a respectiva cartografia linguística; Herculano de Carvalho, com o seu estudo sobre os primitivos sistemas de debulha na Península Ibérica (1953); e, finalmente, a equipa reunida por Jorge Dias em torno do CEEP, debruçada sobre as tecnologias tradicionais, que nos legou um conjunto único de estudos etnográficos nesta área.

Incluem-se também nesta tendência alguns trabalhos que versam sobre temática marítima e, em particular, sobre o litoral central. Em torno da região de Aveiro, e no âmbito editorial do Instituto para a Alta Cultura (IAC), surge em 1943 uma outra obra de referência: os *Estudos Etnográficos* coordenados por Domingos José de Castro, cujo segundo tomo é dedicado aos pescadores ou, mais precisamente, à sua cultura material (Castro 1943). Aqui se descrevem rigorosamente barcos e redes utilizados na região, incluindo-se inúmeras ilustrações e fotografias do próprio autor. Os aspectos mais propriamente sociológicos, contudo, não são contemplados neste projecto, onde, para além dos barcos e das redes, se alude ainda – muito brevemente – ao trajar, à alimentação e a alguns traços de carácter atribuídos aos homens do mar.

A partir dos anos cinquenta²², a Geografia Humana, cativada por um tipo de paisagem em que se evidenciam as condicionantes de ordem ambiental sobre as populações e a concomitante adaptação humana ao meio, produz alguns trabalhos de grande utilidade para o conhecimento do litoral²³, sendo de destacar a pesquisa de

22 – Tal como foi sugerido por João de Pina Cabral (1991) e Joaquim Pais de Brito (1995), é no pós-guerra, com a publicação, em 1945, de *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, de Orlando Ribeiro, que se esboça o início de um novo ciclo na produção de saberes sobre o território português e a sua população; antes de se completar o meio século, são dados à estampa os dois primeiros grandes trabalhos de Jorge Dias: *Os Arados Portugueses e as suas Prováveis Origens*, e *Vilarinho da Furna, uma Aldeia Comunitária*, ambos de 1948.

23 – Veja-se as dissertações de licenciatura em Geografia existentes no Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras de Lisboa: Luis F. Oliveira Rodrigues (1956), Manuel Monteiro Marques (1958), Maria Adelaide Neto dos Santos (1959) e Maria Leonor Leão Correia (1965), por exemplo.

Raquel Soeiro de Brito sobre Palheiros de Mira (1960). Pouco depois, realiza-se um “Colóquio de Etnologia Marítima” no âmbito do Congresso Internacional de Etnografia de Santo Tirso, em 1963 – colóquio presidido pela historiadora Virgínia Rau e cujas actas foram publicadas (AAVV 1963), contendo material de inegável interesse – tendo Fernando Galhano apresentado então as suas «Notas sobre a Pesca da Xávega em Mira», incluindo esboços da faina.

Palheiros de Mira é a primeira obra que se apresenta devidamente enquadrada numa tradição disciplinar institucionalizada e que é exclusivamente consagrada a uma das localidades da zona onde se pratica a pesca da xávega, descrevendo-se não só os aspectos físicos da região, mas também a história e as práticas de subsistência dos seus habitantes. É neste texto que se estabelecem as bases para a investigação comparativa da extensão mais vasta do litoral onde se exerce a arte xávega, identificando-se um mesmo padrão na formação dos aglomerados populacionais dependentes da actividade piscatória e nos movimentos migratórios que lhes estão na origem, incluindo não só o litoral central mas, também, a Caparica e a Costa da Galé/Santo André. A esta monografia, prefaciada por Orlando Ribeiro²⁴, seguir-se-ão então, durante os anos sessenta, os trabalhos do grupo de investigadores do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, que nos oferecem um importante conjunto de estudos sobre a cultura material desta porção do litoral por eles designada *zona da xávega*²⁵. Deste núcleo de publicações destaca-se o livro de Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano *Palheiros do Litoral Central Português*, concebido pelos autores como «uma espécie de suplemento» (1964: 7) ao estudo pioneiro de Rocha Peixoto. Este é, sobretudo, um trabalho sistemático sobre a construção em madeira – uma das duas manifestações culturais mais importantes (a outra é a pesca da xávega) que os autores relacionam com a unidade paisagística do litoral central; e apesar de não ser a pesca o objecto deste livro, a designação expressiva (*zona da xávega*) mais consequente com a identificação destes traços culturais e da área geográfica em que se desenvolveram – e a partir da qual se expandiram para outros pontos do litoral – vem, justamente, do principal tipo de pesca que aí se pratica. Os mesmos dois autores assinarão também, já com a cola-

24 – O geógrafo prefaciara também, em 1944, a *Monografia da Gafanha*, do Padre João Vieira de Rezende (1989).

25 – Fernando Galhano (1963); Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano (1964); Ernesto Veiga de Oliveira (1965); Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira (1988 [1969]).

boração de Benjamim Enes Pereira, em 1975, um volume consagrado às *Actividades Agro-marítimas em Portugal* (1990); este último, por seu turno, virá a publicar em 1990 um livro exclusivamente dedicado aos *Sistemas de Serração de Madeiras*.

Quanto ao entrosamento da Linguística com a Etnografia, é de assinalar o aparecimento, em 1965, de um livro que representa de forma exemplar a escola “Coisas e Palavras” – *A Linguagem dos Pescadores da Ericeira*, de Joana Lopes Alves (1993); de idêntica inspiração são outros textos publicados na *Revista Portuguesa de Filologia*, de Coimbra, como, por exemplo, o trabalho de Ana Maria Simões da Silva Lopes sobre *O Vocabulário Marítimo Português e o Problema dos Mediterraneísmos* (1975)²⁶.

O registo etnogenealógico

Uma outra tendência genérica da Antropologia portuguesa polariza fortemente o imaginário primitivista na questão da etnogenealogia dos povos, da sua linguagem, costumes ou utensílios. No que concerne aos universos costeiros, esta corrente destaca-se pelas suas preocupações relativas à origem das gentes e da ocupação haliêutica própria da beira-mar, apoiando-se na história, na geografia e no folclore. O seu *leitmotiv* será a temática dos fenícios e dos gregos – os fundadores estrangeiros vindos de longe, por mar –, que surge como um dos eixos estruturantes do mito arcaísta: o da origem externa, alienígena, da ordem instauradora do sentido (Gauchet 1980), sob a égide do passado fundador, *arkhê, passado-que-explica...* Aos saudosistas, agrada sobremaneira esta paradoxal anulação do Ser que atribui sempre a algo longínquo, exterior, a responsabilidade criadora que o justifica como tal²⁷. E se é verdade que esta tendência evidencia uma das orientações centrais da Antropologia portuguesa, «comprometida com a construção de um discurso de características etnogenealógicas» (Leal 2000: 64) ao longo de, pelo menos, um século, não é menos verdadeiro que a sombra dos navegadores fenícios é ainda mais esquiva que a dos pastores lusitanos. Nas aldeias piscatórias do litoral não há monumentos, vestígios arqueológicos ou lendas de tempos remotos, mas apenas o sonho de passadas glórias desta «terra

26 – Da mesma autora, mas de data mais recente (1997), é a monografia do barco moliceiro, profusamente ilustrada com fotografias de Paulo Simões Lopes Godinho Marques, seu filho (Lopes e Godinho 1997).

27 – É a ideia, em Fernando Pessoa (1913), de que «Só o mar das outras terras é que é belo. Aquele que nós vemos dá-nos sempre saudades daquele que não veremos nunca» (1956: 39)...

portuguesa, pobre, retrógrada, extraviada da vocação marítima, desiludida do esforço útil e sempre sebastianista» (Ribeiro 1985: 244).

A expressão mais reflectida e criativa desta tendência – que faz eco dos dados antropométricos produzidos na viragem do século²⁸ – encontra-se num texto do ilustre aveirense Jaime Magalhães Lima (1859-1936) publicado em 1926 no periódico *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia* e reeditado em 1968, intitulado «Os Povos do Baixo Vouga». Este ensaio – que é, do meu ponto de vista, um dos textos mais fascinantes da Etnologia portuguesa – diz respeito às duas localidades do distrito de Aveiro em que a vida piscatória era a mais representativa das várias tradições do trabalho – Ílhavo e Murtosa – e surpreende pela originalidade das suas propostas teórico-metodológicas, bastante avançadas para a época. Trata-se de um tipo de especulação científica peculiar, inspirada pela teoria geológica, por Darwin e pelos estudos sobre a hereditariedade – os lírios de Burbank e as ervilhas de Mendel, como refere o autor (1968: 27). Visivelmente atraído pelo difusionismo de W. J. Perry, Jaime Magalhães Lima pretende sondar as origens étnicas das populações da orla lagunar a partir da sua experiência de contacto directo com as gentes e com o seu labor, pois que «se nos apraz decifrar a etnografia de uma região, (...) teremos de olhar atentamente para as multidões em que a vida palpita, e no seu corpo sonharmos o passado, até onde nelas se prolonga e renasce. Por isso, tentando descortinar as feições étnicas dos povos do Baixo Vouga, eis que as exigências do método, que tenho por menos contingente, me encaminham a procurá-las onde a vida presente é mais copiosa e movida, nos casais, nas feiras, nas romarias, nos campos e nas oficinas» (Lima 1968: 21).

Para o autor, a identificação das diferenças históricas entre ílhavos e murtoseiros – para além das suas características físicas – reside na voz, que é onde «teremos talvez o elemento primordial das diferenciações étnicas» (Lima 1968: 52). Contrariamente às

28 – Santos Graça narra, no primeiro capítulo de *O Poveiro*, como Rocha Peixoto trouxe à Póvoa de Varzim o capitão Fonseca Cardoso, para determinar – através da antropometria – a ascendência remota do poveiro. Concluiu: «o tipo que encontrei na mestiçagem do Poveiro é, não me resta dúvida, descendente dessa velha raça semita de origem cananeana, que viveu nas primeiras idades do Egipto, que fundou Tyro, Sidon, Aratos, Gavira, Carthago e as colónias industriais do Oriente e Ocidente da velha Europa, do Phenício pescador e navegador. (...) Sobre um extracto indígena já pescador, porção desses oestrymnios de Avieno que ensinaram aos tartessios e aos tyrios o caminho das ricas Cassiterides, assentaram depois em épocas mui diferentes e distanciadas, duas raças humanas também pescadores e navegadores: a phenícia semítica e a loura teutónica e normanda» (cit. in Graça 1992: 20).

preocupações dominantes na época, representadas pelas práticas antropométricas da escola antropológica do Porto, liderada por Mendes Correia, o que está em causa no texto de Magalhães Lima é a rejeição dos corolários etnocêntricos implícitos no conceito de *raça*²⁹ e, ainda, a afirmação do trabalho humano como referência sociológica fundamental, como um diferenciador baseado nos diversos modos de acção produtiva sobre o meio – acção do homem sobre a natureza, transformando-a pelo trabalho através dos instrumentos que fabrica e utiliza, fazendo-se a si mesmo neste processo: «quando houvermos de distinguir as raças pelos caracteres que a profissão impõe aos homens, a primeira das grandes divisões a estabelecer será talvez esta entre mareantes e peões, entre o braço e a asa, e a enxada e o remo» (1968: 60-61); «o mineiro, o cavador e o marinheiro terão dado por imposição profissional raças muito mais distintas entre si e fixadas do que, por exemplo, aquelas que poderemos estremar confrontando o eslavo e o árabe» (1968: 70)...

Mas, dentro ainda desta tendência, há outros momentos a ter em atenção. Quarenta anos volvidos sobre a data de publicação do ensaio de J. Magalhães Lima, num texto igualmente inspirado que E. Veiga de Oliveira dedicou a Rocha Peixoto (e já citado no início deste capítulo), a influência dos diversos povos que contribuíram para a constituição étnica dos portugueses é apresentada como se segue: «Atlantes, Iberos, Lígures, Fenícios, Cartagineses, Celtas, Gregos, Romanos, Germanos, Judeus e Sarracenos» (Oliveira 1966: 24). Deixemos de lado o possível significado de “atlantes” (Heródoto chamou “atlantes” aos povos do Atlas...) ³⁰ para mencionar o facto de que, poucos anos antes, E. Veiga de Oliveira vertera para português um notável texto de André Varagnac onde se exploravam, com o devido fundamento arqueológico, as teses da origem oriental e marítima do megalitismo – *O Navio*,

29 – Por exemplo: «talvez não abusasse muito dessa espécie de embriaguês mental que é o paradoxo, quem, sem aventurar resposta, perguntasse se são as raças que fundaram as civilizações, os modos de ser sociais, ou se antes não serão as civilizações que criam as raças» (Magalhães Lima 1968: 77).

30 – António Quadros – na sua síntese esotérica e neo-pagã da história de Portugal – alude à dissertação de licenciatura do General João de Almeida, apresentada em Coimbra em 1901, com o sugestivo título «O Fundo Atlante da Raça Portuguesa». Nos anos seguintes – continua A. Quadros – entre 1903 e 1905, o General João de Almeida, Oficial do Estado-Maior, consegue do Ministério da Guerra o apoio para as suas pesquisas, procedendo a uma «vasta campanha de mensuração antropológica nos distritos de recrutamento militar do Continente», concluindo que o Homem de Muge associado aos “concheiros” daquela localidade ribeirinha do Tejo (baptizado *Homo Taganus* por Mendes Correia, com quem Jorge Dias iniciou a sua carreira) dava testemunho do tipo atlante predominante da população portuguesa (1986: 120-121).

Portador de Religião: O Calcolítico (1963). Na mesma direcção, a plausibilidade da síntese de tendências representada pelos trabalhos do arquitecto Octávio Lixa Filgueiras radica em pressupostos que continuam, actualmente, a ser reforçados pela pesquisa arqueológica, como veremos.

Adoptando teses difusionistas assentes na Geografia das populações do mundo antigo e na Arqueologia, Filgueiras deixou-nos uma obra extensa, ainda que muito dispersa, podendo os seus trabalhos considerar-se únicos no panorama nacional nesta área tão escassa de investigadores. Na sua perspectiva (1975, 1977, 1981, 1984, 1993, por exemplo), a primeira civilização urbana – Uruk (3500 a. C.), Ur dos Caldeus... – está na origem do tipo de embarcações em que se inclui o barco da xávega, de fundo chato e sem quilha, cujo protótipo é denominado *canoa de tábuas mesopotâmica*. O ponto de partida da Arquitectura Naval é, portanto, o sistema de construção das embarcações que, no caso do barco de mar utilizado na pesca da xávega, «corresponde a uma adaptação da técnica mediterrânica tradicional: colocam primeiro a tábua central do fundo (a que se seguem às vezes as periféricas desse fundo); e depois, as *rodas de proa e popa*; o *cavername*; a primeira fiada – de baixo – do costado; as *tábuas da boca*; as restantes tábuas do costado; o fundo remata-se no fim da obra» (Filgueiras 1981: 357). O perfil luniforme dos barcos de mar apresenta uma espantosa semelhança (já assinalada por Langhans em 1968) com uma miniatura em prata proveniente do túmulo de A-Bar-Gi (Ur) que se encontra no museu de Bagdad – e que, segundo o autor, «não nos pode deixar indiferentes» (1981: 360).

A hipótese explorada por Filgueiras – claramente inspirada pela escola histórico-cultural da Etnologia (também chamada escola de Viena, introdutora do conceito difusionista de *kulturkreise*, ou “círculo de cultura”) é, resumidamente, a seguinte: a difusão da canoa de tábuas faz-se, sobretudo, no âmbito da esfera de influência de Creta (2000 a. C.). O autor assinala também, a este propósito, a semelhança do barco de mar com a representação pictórica de uma barca votiva num sarcófago de Hagia Triada (Creta) datando de 1500 a. C. Os circuitos de difusão da canoa de tábuas em direcção a ocidente comportam dois grandes vectores de expansão: de Ur e Eridu (cidades próximas do Golfo Pérsico) até às margens orientais do Mediterrâneo, depois para Creta e, daí, para Veneza, Marselha e para o Reino de Tartessos; um outro vector – fenício – progride dos portos de Biblos, Sidon e Tir para o Egipto e, daí, para o Norte de África (Filgueiras 1977: 102). Depois, após a queda de Tróia (1200 a. C.), os povos da Lídia atravessaram o Mediterrâneo e estabeleceram-se para cá das Colunas de

Hércules, onde fundaram o Reino de Tartessos (Andaluzia)³¹. O apogeu deste primeiro grande reino ibérico situa-se nos séculos VII-VI a. C., assentando sobre um império marítimo que se estendia da Ásia às Cassitérides, dominando as rotas comerciais da prata e do estanho. Com a decadência do comércio, os povos que habitavam nas regiões tartéssicas, no Sul da Península Ibérica – os gróvios, os túrdulos e os turdetanos – dispersaram-se pelas costas atlânticas (séculos VI-V a. C.). De entre estes, os túrdulos ter-se-iam instalado entre o Douro e o Vouga (Fabião 1992: 179-180) e, hipoteticamente, teriam fundado Ílhavo. Curiosamente, uma das referências invocadas por Filgueiras para abonar a sua hipótese é o ensaio de Jaime de Magalhães Lima – «Os Povos do Baixo Vouga», de 1926 – que referi anteriormente: «Magalhães Lima’s position becomes fairly acceptable, particularly when we notice the coincidence between the area of dispersion of South-Iberian populations (Turduli) after the fall of Tartessos (509 B.C.) and the main areas of distribution of our boats of Mesopotamian breed» (1977: 103). J. Magalhães Lima intuía auditivamente na voz dos seus semelhantes a ascendência dúplice dos habitantes do Baixo Vouga, onde se teriam caldeado os mediterrânicos (Ílhavo) e os nórdicos (Murtosa): «Eu diria que sinto na voz da gente de Ílhavo ecos de Tartesso, como na voz da gente da Murtosa ouço o rumor afreimado e rude de embarcações arrojados, largando ávidos dos recifes do Báltico e do Mar do Norte, em busca de presas» (1968: 59)³².

Esta hipótese é ainda sustentada através de uma outra vertente da pesquisa do autor: os motivos decorativos das embarcações, supostamente relacionados com aspectos mágico-religiosos arcaicos. No seu texto de 1993, Filgueiras debruça-se sobre o que classifica como animismo nas nossas tradições navais: «Como um “ser vivo”, o barco tem de ter a sua *cara* – a parte da proa assinalada por pintura a cor diferente e guarnecida de *olhos*» (1993: 282). Este costume de desenhar olhos na proa das embarcações ter-se-ia difundido na Antiguidade, com os colonos fenícios e gregos – «não obstante a nossa documentação histórica desse dominante símbolo datar só da Era das Descobertas» (1993: 282). Na perspectiva adoptada, o barco, como ser vivo, era consagrado a uma divindade protectora, e é até citado um autor

31 – Já em 1952 T. C. Lethbridge sugeriu conexões entre o saveiro, ou barco de mar, do litoral central português e a civilização de Tartessos (Johnstone 1980: 91).

32 – António Gomes da Rocha Madahil, em *Etnografia e História: Bases para a Organização do Museu Municipal de Ílhavo*, levanta a hipótese da proveniência normanda da embarcação, apresentando a reprodução de uma gravura desenhada na pedra na qual se pode ver um barco em forma de crescente de lua – o petroglifo de Hageby (Madahil 1934: 77).

que faz remontar a invocação Mariana, entre os pescadores, à Grande Deusa cultuada em Knossos pelos navegadores cretenses. Filgueiras assinala que a «evolução das crenças» implica a «perda deste significado tradicional» – fenómeno que pode ser observado, precisamente, na evolução dos olhos pintados à proa para círculos, estrelas, cruces e imagens sagradas, respectivamente (Filgueiras 1993: 283).

A propósito, sempre, da origem do barco de perfil luniforme – o barco de mar (e os seus congéneres saveiros, mercantéis, moliceiros, netas, bateiras...) –, o autor refere-se também às hipóteses alternativas à sua: «Esta família de embarcações conduz-nos a um dos mais interessantes problemas de Arqueologia Naval, pois, na discussão de origens, dividem-se as opiniões: há os que propõem uma proveniência fenícia, os que preferem conexões célticas, ou até nórdicas, sem faltar os que relacionam tais barcos com a difusão da cultura megalítica – e até quem, a partir daí, invoque a sua “invenção” no nosso território» (1981: 360). Uma outra hipótese é a da proveniência árabe (Jaime Cortesão), que Filgueiras contesta (1975, 1984), apelando para o facto de que os modelos semelhantes aos das iluminuras do *codex Cantigas de Santamaria* (século XIII)³³ que se encontram em regiões árabes não provam nada, «as shown by the fact that the *Ma'dans* of the lower Euphrates – who still use boats very similar to our *bateiras* – consider themselves not as Arabs but as direct descendants of earlier Mesopotamian settlers» (1984: 167).

Onde a abordagem desenvolvida pela Arquitectura Naval se revelou extremamente útil foi na produção de uma representação cartográfica evidenciando a distribuição geográfica dos vários tipos de embarcações e redes, apelando a que consideremos os factores adaptativos próprios das várias regiões do território nacional. Esta cartografia vem também em abono dos esforços dos geógrafos, historiadores, linguistas, etc., no sentido da caracterização geral das diversidades constitutivas do território e da população portuguesa de acordo com um grande eixo de oposição entre o Norte e o Sul, o Atlântico e o Mediterrâneo³⁴. O contraste estabelecido pela linha do Douro (a que correspondem, igualmente, diferentes técnicas de pesca) é, ao nível das espécies navais, extremamente nítido: a norte predomina a técnica de construção germânica, enquanto que do Douro para sul se

33 – Veja-se as reproduções das páginas 392, 393 e 398 do primeiro volume da *História de Portugal* sob a direcção de José Mattoso (edição do Círculo de Leitores).

34 – Veja-se o primeiro capítulo do volume I de *Identificação de um País*, de José Mattoso (1991: 27-47).

destaca a já referida *canoa de tábuas* de tipo mesopotâmico³⁵. Filgueiras salienta ainda que «para o norte do Douro, a decoração das embarcações de mar tem um carácter eminentemente religioso (cristão)», encontrando-se também «marcas de família semelhantes às usadas por pescadores dinamarqueses e do Báltico»³⁶, enquanto que «para o sul, a invocação religiosa (cristã) diminui» e «a característica dominante é agora a persistência das antigas crenças mediterrânicas/orientais anteriores à Cristianização» (1993: 282).

Por fim, considerando que algumas das referências invocadas por Filgueiras não têm, até à data, fundamento em evidências arqueológicas sólidas³⁷, é preciso, no entanto, reconhecer que a sua hipótese prima pela singularidade no que concerne ao panorama nacional da investigação nesta área do saber, estabelecendo linhas de continuidade não só com o pensamento dos eruditos de outrora mas, também, com os mais actuais desenvolvimentos da Arqueologia: em abono dos seus esforços e da sua paixão pelas embarcações tradicionais, tem-se hoje como dado adquirido que as redes de trocas do Calcolítico e da Idade do Bronze assentavam na existência de circuitos de navegação abrangendo o Mediterrâneo oriental e as mais remotas costas atlânticas do Norte da Europa. Os recentes progressos da pesquisa arqueológica em torno da Idade do Bronze³⁸ confirmam a existência, no III milénio a. C., de redes

35 – No que respeita à linguagem dos pescadores, contudo, os inquéritos linguísticos efectuados por Gabriela Vitorino e pela equipa do Centro de Estudos Linguísticos (na esteira dos trabalhos pioneiros de Lindley Cintra) mostram que, ao nível lexical, a “fronteira” norte-sul está «sempre localizada ao norte de Cascais e ao sul da Nazaré» (Torres 1992: 366, nota 3). Sugere-se, assim, que é neste troço (a frente marítima da clássica “zona de transição” estremenha) que encontraremos, porventura, o limite da expansão histórica dos algarvios para norte – provavelmente em Peniche. Como veremos nos dois próximos capítulos (cf. as secções relativas às origens da arte xávega e às movimentações populacionais), a expansão histórica dos povos da orla lagunar de Aveiro, em contrapartida, estende-se por toda a costa da região centro, intensificando-se, sobretudo, no Tejo e no Sado, e alcançando até o Algarve.

36 – A propósito das marcas, ou siglas, dos pescadores, veja-se o clássico da etnografia poveira (Graça 1992) e, para Esposende, Manuel Albino Penteado Neiva (1987).

37 – Relativamente ao cerne desta hipótese (a origem cretense de Tartessos, como foco da difusão da “canoa de tábuas” mesopotâmica), é de sublinhar que o reino de Tartessos, «Embora tenha tido uma existência real, tornou-se numa referência mítica e mitificada. Mítica, porque o pouco que dele sabemos se deve a autores gregos, que pouco o conheciam, visto aqueles que com ele longamente contactaram, de facto, os Fenícios, não nos terem legado quaisquer registos. Mitificada, porque, precisamente por ser a mais antiga entidade histórica peninsular, de há longa data se desenvolvem desesperados esforços para a identificar e estudar» (Fabião 1992: 114-115).

38 – Refiro-me ao mega-projecto financiado pelo Conselho da Europa (e por vários dos seus Estados, incluindo o Estado português) num momento em que o estabelecimento de uma união política sobre a arquitectura económica comum suscitou o debate em torno da

marítimas desenvolvendo um próspero comércio entre os diversos focos civilizacionais marítimos que se estendem do Médio Oriente ao Báltico. Mais ainda, pressupõe-se a prática de cultos à luz e ao sol, associados ao ouro e aos heróis – como Ulisses, o fundador mítico da cidade de Lisboa. Os deuses revelam-se em dois temas iconográficos fundamentais: o touro e a ave; o poder é centralizado e as elites usam jóias, instrumentos e objectos de prestígio em bronze, cobre, ouro e prata. A comercialização de produtos de luxo implica a generalização dos transportes marítimos. Para além dos lingotes de cobre e de estanho (de cuja fusão resulta o bronze), circulavam contas de vidro e vidro azul cobalto, cerâmicas e madeiras da Fenícia, ânforas de azeite e azeitonas, resinas para o fabrico de perfumes e âmbar do Báltico, marfim de hipopótamo e de elefante, ovos de avestruz, carapaças de tartaruga, entre outros produtos alimentares, armas e alfaias agrícolas (AAVV 1999). Quanto aos barcos – ou ao pouco que deles resta (nas costas da Turquia e também na Inglaterra, em Dover) –, caberá ainda, talvez, dizer com Filgueiras que «não há, nesta matéria, conclusões incontrovertidas» (1981: 361).

Ainda no mesmo âmbito de problemas, e a propósito da adequação do barco da xávega às condições do litoral, não deixarei de referir uma passagem de um texto bem conhecido de António Sérgio em que, comentando Raúl Brandão³⁹, se afirma o seguinte: «ignoramos de todo se a arrebentação da vaga justifica essa forma em crescente de lua; não acusaríamos, porém, de fantasiar com delírio, a quem lhe desse como origem uma inércia do espírito, o pendor rotinário, vendo aí uma mera imitação automática, ao construir em madeira, da forma que assumiu por necessidade das cousas a primitiva embarcação que se fabricou com vimes, nos tempos mais remotos da civilização egípcia» (Sérgio 1973: 161). Porque em certos contextos da actividade humana condições homólogas geram técnicas homólogas sabemos, hoje,

identidade cultural europeia e sobre os primórdios das suas elites políticas. Veja-se os catálogos *L'Europe au Temps d'Ulysse, Dieux et Héros de l'Âge du Bronze* (1999) e *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* (1998) – ambos referenciados na Bibliografia (AAVV). Cf. também Fabião (1992); cf. ainda, o capítulo V – «No Limiar da História» – (pp. 157-172) da *História de Portugal* de Peres Cerdeira (1928).

39 – «Como não há porto de abrigo e a embarcação tem de passar logo do areal para a onda que escachoa, atravessando a arrebentação para sair ao largo ou para regressar à terra, era necessário oferecer à onda a menor resistência e saltar-lhe no dorso: – por isso ergueu a proa. E como a dança das ondas se sucede durante alguns minutos, era forçoso também que, mal assentasse na água, lhe andasse ao de cima: – e a popa fugiu-lhe para o céu. O barco tem exactamente o feitio côncavo do espaço que vai de vaga em vaga, com um pouco de espuma figurada nas duas extremidades» (Brandão s/d [1922]: 49).

que há uma outra forma de ver o mesmo problema. Ao invés de nos centrarmos em oposições do tipo “difusão/desenvolvimento independente”, não incorreremos em nenhum delírio fantasista se considerarmos o que diz a experiência empírica dos arqueólogos: em matéria de embarcações, a permanência e imutabilidade relativa de diversos tipos de barcos justifica-se pelo facto de os problemas subjacentes à sua construção decorrerem de um mesmo problema básico que é o das leis da hidrodinâmica⁴⁰. Assim, a explicação do perfil luniforme dos barcos não encontra qualquer fundamento em razões de ordem atávica mas dir-se-ia, antes, «um produto de engenho secular» (Brandão s/d [1922]: 49), resultante da adaptação às condições do interface litoral da região centro. A experiência mostra que as tentativas no sentido de exercer a arte xávega com qualquer outro tipo de embarcação estão, à partida, votadas ao fracasso: há algumas décadas, na Praia da Vieira, pescadores houve que compraram na Nazaré algumas embarcações típicas dessa localidade – as *netas*, de proa erguida mas de popa baixa e cortada – e, como os acidentes se sucedessem⁴¹, a autoridade marítima impôs-se e obrigou os proprietários a remodelarem os barcos, construindo-lhes a popa tradicional dos meia-luas.

Conviria salientar que a melhor síntese histórica sobre «A Evolução das Artes de Pesca em Portugal», escrita pelo comandante Fernando Gomes Pedrosa (1985), sustenta, a partir da documentação histórica disponível, o processo de difusão da “arte” e da “jábega” no século XVIII a partir da Catalunha e da Galiza – questão tanto mais pertinente quanto maior for a nossa atenção às deslocações sazonais e às migrações das populações marítimas portuguesas que, ao longo dos dois últimos séculos, se instalaram nos grandes areais da região centro e, também, um pouco por todo o litoral, do Minho ao Algarve. No capítulo seguinte, debruçar-me-ei mais demoradamente sobre as origens da arte xávega.

Resta referir, ainda, as conjecturas de tónica essencialista que defendem a sobrevivência e o predomínio das influências orientalizantes na cultura portuguesa.

40 – «Arrastando pela água uma massa plástica», diz A. Leroi-Gourhan, «demonstra-se que qualquer sólido em deslocamento no elemento líquido adquire forçosamente um aspecto fusiforme específico, pelo que o atum, o ictiossauro, a baleia e o barco não podiam ter outro plano geral que não fosse o imposto pela física» (1984: 256).

41 – A popa das *netas* não só impossibilita ao arrais a laçada de corda da mão-de-barco em redor da bica da ré – que é um factor de segurança crucial na manobra de regresso, permitindo sincronizar a trajectória com a rebentação – como impede, também, a defesa da embarcação face à violenta ondulação que a fustiga quando, no regresso, tem a ré exposta à rebentação.

Estas teses encontram o seu expoente mais radical na sociologia das religiões de Moisés Espírito Santo. Propondo uma «pesquisa de Etnologia Histórica» apoiada numa «arqueologia da oralidade portuguesa» (1989: 16), o autor defende que, antes do latim, a língua que se falava no território português era a cananita (ugarítica, acadiana ou caldaica), e que, devido à repressão anti-semita que vigorou desde a Idade Média, os intelectuais dos nossos dias aderiram à moda romântica do celtismo: «em linguística, Hubner e Leite de Vasconcelos, mestres na falsificação das línguas, anti-semitas e germanófilos de confissão, impuseram as suas grelhas» que, na óptica do autor, se mantiveram até à actualidade (1989: 391-393).

O registo de decadência

A estas conjecturas de tipo etnogenealógico – ou, mais precisamente, às duas grandes tendências de interesse já referidas – vem ainda juntar-se um outro tópico que exige a nossa atenção. Trata-se do persistente registo de decadência que, desde há séculos, parece ensombrar as pescarias nacionais. Desde, por exemplo, a *Memória sobre a Decadência das Pescarias em Portugal*, de Lacerda Lobo, até ao *Portugal nos Mares*, de Oliveira Martins⁴², o panorama é o mesmo: um quadro de ruína, apesar da distância de um século que os separa. E porque o imaginário da decadência adquire especial relevância, justamente, no decurso do processo de «invenção de Portugal», entre o Ultimato e a instauração da ditadura (Ramos 1994), os agentes culturais em cena encontrarão nas populações “da província” motivos de inspiração capazes de se tornarem um terreno fértil para a emergência de um novo olhar sobre “o povo”. Este é o momento em que a Arqueologia Pré-histórica, a Paleontologia, a Etnologia e o Folclore despontam em Portugal; o momento, também, em que se consuma o processo de proletarização dos pescadores da arte xávega, conduzindo, já nas primeiras décadas do século XX, ao apogeu da penetração do capitalismo na então designada “indústria da pesca”. O passado mítico das navegações fenícias,

42 – Veja-se a Introdução a esta obra, de 1889, onde a visão decadentista da história leva à definição do carácter nacional através das metáforas da doença e da velhice, de um povo «com o sangue envenenado por drogas de várias origens, com as lembranças do providencialismo absolutista, com as basófilas da grandeza antiga, com o bafio das sacristias a perverter-nos o olfacto e o vício do milagre a entorpecer-nos a acção, desmoralizados pelos desenganos, vergando sob o peso esmagador de um passado...». No capítulo dedicado às pescarias, Oliveira Martins constata: «o quadro do estado presente parece-se ainda em demasia com o que Lacerda Lobo delineava nos fins do século passado» (1994: 208).

gregas e das viagens aventurosas dos descobrimentos confunde-se com a história da nação, enquanto as técnicas de pesca, as embarcações, os falares (a “voz”, em J. Magalhães Lima), o traje ou, até, os atributos de carácter dos pescadores, são vistos como sobrevivências de um modo de vida “tradicional” que, dado o seu arcaísmo e o contraste do progresso, oferecem uma imagem nítida da decadência.

Se atendermos ao facto de que existe uma relação histórica muito estreita entre o domínio das pescas e o das grandes navegações dos descobrimentos – como no-lo mostrou Oliveira Martins⁴³ no seu *Portugal nos Mares*, de 1889 – talvez não seja despropositado sugerir a importância do contributo deste sector para a fermentação do imaginário da decadência nacional. Nesse período em que os intelectuais são largamente influenciados pelos estudos filológicos e pela Gramática Comparada, pelo positivismo e pelo evolucionismo, Adolfo Coelho e Rocha Peixoto, no capítulo da Etnografia, são os autores que reflectem mais directamente o clima moral de uma nação que, mal recomposta ainda da perda do Brasil, sofre exaltadamente a humilhação do ultimato inglês de 1890; neste período, a própria ideia de decadência surge como *pathos* específico da nação e o primitivismo impõe-se à ainda jovem ciência antropológica. O neo-garretismo⁴⁴, o saudosismo, o integralismo lusitano e o misticismo neo-pagão projectarão a matriz sebastianista (germe nacional da própria ideia de decadência) ao abrigo da qual se recupera o absolutismo e o messianismo⁴⁵,

43 – Oliveira Martins, um dos mentores intelectuais do Jovem Rocha Peixoto, considera as pescarias como o «...alicerce da navegação. Enquanto as naus, alterosas, rasgam os ares longínquos, cheias as velas pelo vento, em busca das paragens remotas, os enxames de barcos de pesca esvoaçam junto das costas como os bandos das gaivotas. Nesses enxames se formam as tripulações dos navios, e desses primeiros ensaios saem as longas viagens aventurosas» (Oliveira Martins 1994: 193).

44 – Em finais do século, a crise da consciência pequeno-burguesa produz o neo-garretismo, analisado e caracterizado por Augusto da Costa Dias: «a Razão, apesar de uma brilhante folha de serviços, é aposentada; a inteligência apaga-se entre as estrelas do ocultismo: e os filhos póstumos de uma pátria morta procuram a salvação no sentimento, no instinto, na imaginação e no sonho» (1977: 58). É então que «o repúdio da Razão, o misticismo, o recurso a forças obscuras, fora do alcance da inteligência, como a raça e as taras insanáveis em que floresce, aparecem legalizados por uma essência portuguesa» (1977: 119).

45 – Aquilino Ribeiro, que a partir de 1910 ouvira em Paris as aulas de Durkheim e Levy-Bruhl (Mendes 1977; Namora 1963: 80) – e que advertira, desde Paris, para o advento do vitalismo bergsonianos reforçado pelo catolicismo (Ramos 1994: 540) –, caracterizou este período singular em que têm lugar os milagres de Fátima: «De norte a sul não se falava senão em prodígios: Virgens Marias que vinham à fala com os pastores no meio de penhas; bruxos que esampavam vilórios até então com juízo; lobos que desciam em alcateia ao povoado; em partes chovera pó de sangue pestilente. Parece que tinha caído praga na velha terra. Faziam grande destroço as malinas em homens e animais; reinava a fome; fugia a

se instala a ditadura e o Estado Novo, abrindo o caminho para novas formas de efabulação disciplinada da nação e do seu povo, dos mitos do sangue e do solo.

O interesse crescente em torno do artesanato, das artes decorativas e das indústrias populares, com a cobertura da propaganda do regime, materializará o ideário estético e ideológico da Revolução Nacional e do Estado Novo, apostando na permanência de um Portugal “autêntico”, suspenso no tempo, onde as populações mantêm costumes que remontam a épocas arcaicas. A matriz primitivista perdurará, portanto, nos discursos em torno do popular e do folclórico, assim como no discurso oficial do regime – agora sob a forma de um autoritarismo paternalista que vê os pescadores como crianças vitimadas por uma história de “abandono” causado pelas políticas liberais. Com a organização corporativa do sector, faz-se a apologia dos costumes antigos e da ordem social do Antigo Regime, procedendo-se à ocultação da miséria sob os panos de cena de um outro espectáculo, folclórico, onde todos são “pobrezinhos mas asseadinhos”, alegres, trabalhadores e tementes a Deus. Em tempos de progresso e de renovação, que imagem da ideia de decadência poderia sobreviver para as gerações futuras?

O artigo «Pescarias» do *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão diz-nos que a decadência das pescas portuguesas remonta ao último quartel do século XV, salientando dois factores importantes para a explicação deste declínio: o assoreamento de portos e embocaduras de rios e, também, os impostos sobre o pescado (Silva s/d: 66). Nalgumas das comunidades piscatórias mais importantes do país, onde a ocupação do espaço e as actividades marítimas são mais antigas – Póvoa de Varzim, Aveiro, Figueira da Foz, Peniche, Sines, os portos do Algarve... –, o registo de decadência parece ficar a dever-se, fundamentalmente, à sempre anunciada escassez de pescado, à deficiente organização do trabalho, à ausência de lei e, sobretudo, à tirania fiscal. Os relatórios de Lacerda Lobo, referentes ao final do século XVIII, são, a este respeito, bastante elucidativos. As linhas que em 1889 Oliveira Martins dedicou à situação dos pescadores da Póvoa de Varzim são igualmente esclarecedoras (1994: 202 e segs.). Na região de Aveiro, contudo, bem como na costa da Estremadura, os factores ambientais parecem ser incontornáveis na avaliação da decadência das actividades marítimas: o progressivo assoreamento de

gente para o Brasil e para França, de socos e cotovelos rotos; voltavam as quadrilhas a infestar as encruzilhadas» (Ribeiro 1985: 204)...

muitos portos de pesca conduziu, nalguns casos, à extinção da actividade piscatória e, noutros, ao seu acentuado decréscimo e, até, ao desenvolvimento de um quadro nosológico peculiar, marcado pelas constantes febres palustres, epidemias e consequentes taxas de mortalidade elevadas, levando à emigração em massa, como aconteceu na orla lagunar de Aveiro ⁴⁶.

Com o progresso e as inovações nas técnicas de pesca do início do século XX, a decadência encontrará um novo tipo de justificação que irá manter-se até aos nossos dias, acompanhando a depredação cada vez mais sofisticada dos recursos marinhos e a destruição efectiva dos ecossistemas litorais. Raúl Brandão denuncia, em 1923, o advento dos vapores de arrasto, as «criminosas traineiras, que matam a dinamite» e, também, os barcos estrangeiros que pescam nas águas nacionais, a ausência de fiscalização e ineficácia das leis e regulamentos: «dentro de cinquenta anos não haverá uma escama nas fertilíssimas águas portuguesas» (s/d [1923]: 95-97)... Já na década de sessenta do século XX, Orlando Ribeiro, prefaciando a monografia de Raquel Soeiro de Brito sobre Palheiros de Mira, não hesitará em considerar a pesca com arte xávega como «um modo de vida condenado tanto pela sua dureza como pelos resultados aleatórios do seu rendimento» (1981: 13). Também E. Veiga de Oliveira e F. Galhano, em *Palheiros do Litoral Central Português*, diagnosticarão: «incapaz de competir com a traineira, essa pesca está em vias de total extinção» (1964: 11).

Nas últimas décadas, com períodos de escassez aparentemente cada vez mais extensos, com a concorrência do peixe espanhol e a readaptação do sector às condições de modernização impostas pelos modelos supranacionais de gestão dos recursos, os pescadores continuam, como outrora, a queixar-se de serem esquecidos e desprezados pelos poderes públicos. E, a avaliar pelo que se passa no domínio da arte xávega, quase sempre têm razão. Fazendo eco, talvez, da insatisfação dos marítimos, os textos de que dispomos revelam-se, de uma maneira geral, mais sensíveis ao sempre anunciado desaparecimento do peixe e das companhas de pesca do que às suas inúmeras flutuações, adaptações e transformações ao longo dos tempos. Já em finais da década

46 – Sobre o litoral português durante a Idade Média veja-se Jaime Cortesão (1978); sobre a Estremadura, em particular, Manuela Santos Silva (1991); sobre as alterações da configuração do litoral central causadas pelo assoreamento, veja-se as ilustrações contidas nos textos de Amaral (1968: 36, 37), Teixeira (1980: 211), para o litoral central, e em Senna-Martinez (1998: 220), para a Estremadura; sobre esta temática veja-se, ainda, Castelo-Branco (1957, s/d); sobre a emigração na orla lagunar de Aveiro, Jorge Carvalho Arroiteia (1984), referente aos concelhos de Ílhavo e Murtosa.

de oitenta, a obra de Carlos Diogo Moreira consagrada às *Populações Marítimas em Portugal* reiterava, referindo-se às artes de xávega: «estas encontram-se em total decadência. São raras as que restam em actividade – utilizando os tradicionais *barcos de mar* a remos, companhas numerosas e arrastos para terra com juntas de bois – situando-se todas na costa centro-norte: Furadouro, Torreira, Leirosa, Quiaios» (Moreira 1987: 236); antes, explicara o mesmo autor que a decadência da xávega foi motivada pelo advento do cerco americano com traineiras e arrastões (1987: 62), mantendo que «só a crise de emprego explica que se possa ver hoje em actividade tais artes» (1987: 67). A julgar pela disseminação da xávega nos locais que o autor não menciona, esta “decadência” tem de ser repensada, pois em 1995, menos de uma década volvida sobre a publicação da sua obra, em Mira e na Vagueira, em Espinho e em Esmoriz, encontravam-se 25 companhas em laboração efectiva (de 30 recensadas neste troço para um total de 42 companhas em toda a zona da xávega)!

Também no recente *Portugal, o Sabor da Terra* – edição comemorativa da representação nacional na Exposição Mundial dos Oceanos (Expo 98) – podem ler-se algumas linhas sobre as técnicas haliêuticas utilizadas nos areais do litoral central português: diz-nos a autora do texto dedicado à Beira Litoral, querendo referir-se à xávega, que estas técnicas estão «destinadas a desaparecer»; e após breve descrição da «faina da pesca, na sua autenticidade», profetiza que «tudo isto acabará em breve. Não é possível sequer transformá-lo em espectáculo turístico» (Branco 1998: 21). Enquanto não se cumprem estas “profecias”, constata-se que a arte xávega não só é exercida actualmente na Nazaré durante o Verão, aos fins-de-semana, em forma de espectáculo para animar os turistas, como se pratica ainda por todo o litoral central, numa gradação que vai desde a encenação turística da Nazaré e da miniaturização das companhas na Praia da Vieira, a sul, até onde a pobreza e a miséria se fazem sentir mais dramaticamente, entre os pescadores de Espinho e Esmoriz, a norte.

Efectivamente, ao longo de cerca de dois séculos de história em território nacional, a prática da arte xávega tem atravessado sucessivas conjunturas de crescimento e de decadência, alternando avanços e revezes de acordo com um conjunto interactuante de factores, como sejam: as inúmeras transformações de ordem técnica que conferem a este tipo de pesca uma notável plasticidade adaptativa (efectivo de mão-de-obra envolvido, dimensões de redes e embarcações, meios de tracção), o regime de organização e exploração do trabalho, a tirania fiscal, a mobilidade sazonal das populações piscatórias, a alteração dos contornos do interface provocada pelo

assoreamento ou, inversamente, pelo recuo da linha costeira (com todas as consequências no espaço de habitação e de trabalho dos pescadores), a evolução dos *stocks* de pescado e, *last but not least*, o complexo de variáveis sócio-económicas locais, regionais e nacionais, com o seu vasto leque de articulações político-jurídicas, culturais e educacionais. Agravando o frágil equilíbrio do interface e as condições da sua utilização, há que considerar, ainda, o acentuado processo de litoralização do território nacional, com o crescimento desordenado da indústria turística, das actividades económicas e da implantação industrial ou, ainda, o aumento da pressão demográfica e urbanística sobre o litoral, envolvendo uma notória degradação das zonas costeiras e a prática de inúmeros crimes ambientais que, por via de regra, permanecem impunes.

Este amplo conjunto de razões enquadra-se, justamente, na tripla ordem de factores apontados por alguns dos mais destacados biólogos, técnicos e investigadores deste sector económico (Valdez, Pereira e Cadima 1994) para a caracterização da especificidade das pescas nacionais: factores haliêuticos (que dizem respeito às actividades piscatórias), factores fisiográficos (as características físicas do litoral – relevo, correntes dominantes, temperatura das águas, etc.) e sócio-económicos. Uma análise extensiva destes últimos – aqueles que, aparentemente, dizem mais directamente respeito à Antropologia – torna clara a interdependência entre os três: as práticas sociais dependem, em grande medida, da organização do trabalho, de acordo com as técnicas existentes, que, por sua vez, dependem das condições próprias do litoral onde são exercidas e, logo, do tipo de recursos disponíveis (cf. Moreira 1987). Mas não sabemos ainda hoje se a escassez de recursos é uma mera regularidade cíclica ou se é progressiva e irremediável, a médio ou longo prazo, nem quais as consequências futuras da política de pescas europeia sobre este modo de vida. Em contrapartida, sabemos que são antigas as queixas referentes a crises de escassez e recorrentes as interdições de determinados tipos de redes, por serem consideradas depredadoras, como a tartaranha, a xávega (Pedrosa 1985) ou os chinchorros, entre outras (Diogo Moreira 1987: 172, 196), logo a partir do século XV. Sublinhe-se a propósito que, de acordo com Pedrosa (1985), a “xávega” deste período nada tem a ver com a “arte” ou a “arte xávega” usada actualmente nos areais do litoral central português.

Não sabemos ainda, portanto, de que forma a evolução dos *stocks* – ou qualquer um dos outros factores referidos – poderá futuramente vir a dar razão ao supracitado pessimismo de Orlando Ribeiro quando diz que a xávega está condenada pela sua dureza e pela aleatoriedade dos seus rendimentos. Até à data, contudo, não

parece ter sido a natureza aleatória dos recursos o factor mais relevante no desaparecimento das companhas ocorrido em determinados momentos e em determinados locais, mas, antes (como veremos, mormente, na última secção do capítulo 3), os modelos de exploração inadequados aos condicionalismos deste tipo de pesca e, por isso mesmo, geradores das grandes transformações adaptativas da xávega ao longo do século XX (haverá sempre quem argumente a favor da “decadência”). Mas a ideia da decadência da xávega associada ao período de consolidação do Estado Novo merece alguma atenção, uma vez que a crise alastrou então em múltiplas frentes, podendo ser perspectivada sob diversos pontos de vista.

A doutrina corporativa dá os seus primeiros passos no sector das pescas na segunda metade da década de trinta do século XX, com a criação das Casas dos Pescadores⁴⁷, sob a autoridade directa das capitánias, das respectivas delegações marítimas (os “Postos Marítimos” como mais vulgarmente se lhes referiam os pescadores) e da Junta Central, constituída por dois funcionários e dois oficiais de Marinha (Lucena 1976: 261). Doze anos depois, numa brochura de propaganda produzida pela Junta Central das Casas dos Pescadores onde se faz uma espécie de balanço histórico da situação social das populações piscatórias (JCCP 1949), lê-se que o Estado Novo «ressuscitou, perfeitamente actualizadas, as velhas corporações». Os elogios às medidas de fomento das primeiras dinastias e às corporações – às “Confrarias de Mareantes” e aos “Compromissos Marítimos” – são a tónica dominante do texto para o período que se estende da Idade Média ao início do século XIX. A partir de então, aquelas instituições «foram votadas ao mais trágico abandono – mercê dos “Direitos do Homem”, proclamados pelo liberalismo triunfante»; referem-se ainda os «ataques sistemáticos à religião e à crença dos pescadores» e – prossegue o texto – «do caos em que as doutrinas liberais haviam precipitado uma das nossas tradicionais e mais ricas actividades económicas, não se salvava ninguém. Nem armadores nem pescadores! (...) Ruínas e miséria, vícios e promiscuidade, aterradora mortalidade infantil (...) superstições, medo, (...) milhares de casais ilegalmente unidos, por descrença de Deus e da Lei» (JCCP 1949), etc. A política do Estado Novo surgia então, como pretendem mostrar as fotografias incluídas na publicação, como uma “cura” para todos estes males.

47 – Organismo corporativo criado pela Lei n.º 1953 de 11 de Março de 1937; veja-se Lucena (1976: 260-264).

De facto, o investimento neste sector foi francamente maior do que no sector agrícola, como registou Lucena (1976: 263), destacando-se a criação de escolas profissionais, de bairros de pescadores, creches e postos médicos. Na doutrina do regime, a situação dos pescadores obedecia a especificidades que, em contraste com o mundo agrícola, pareciam justificar o empenhamento: «É que, vivendo da pesca através de gerações sucessivas, esta boa gente adquiriu um tipo inconfundível, dos mais interessantes do país. (...) um pescador quando emigra é para ir pescar mais longe. Nisto se distinguem os pescadores das restantes populações do país que as cidades diariamente arrancam aos seus trabalhos rurais. Assim, têm conseguido manter, numa espécie de casta, livre de cruzamentos, talvez os primitivos caracteres da raça: grandeza moral e valor físico»⁴⁸.

Mas as estatísticas da “obra feita”, «na sua secura, escondem por vezes situações lamentáveis», como diz Lucena (1976: 364). Para os pescadores da arte xávega a exploração já vinha de longe e, no essencial, a organização corporativa do sector não alterou a dura realidade já diagnosticada por Aquilino Ribeiro no seu livro *Batalha sem Fim*, escrito entre 1930 e 1931, referindo-se aos pescadores da Praia do Pedrógão: «nos seis meses de pesca, impedidos de rescindir a matrícula sob pena de prisão, eram escravos; nos meses restantes, pedintes, na generalidade, pelas alminhas do Purgatório» (1985: 48). A sujeição disciplinar imposta pela autoridade marítima manteve-se e a mendicidade foi reprimida; e se, por um lado, os autos de matrícula lavrados nas capitánias comprometiam os patrões a pagar importâncias fixas aos pescadores, por outro, só uma política de baixos salários poderia, aos olhos dos industriais da pesca, contrariar os efeitos de uma actividade cujos rendimentos eram incertos, porque irregulares e imprevisíveis.

A procura de novas oportunidades de trabalho leva os pescadores a deslocarem-se para outras paragens e a instalar-se junto dos grandes portos de pesca como Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz, Peniche, Lisboa e Setúbal, trabalhando nas traineiras, com redes que laboram de dia e de noite num regime de muito menor dependência da sazonalidade e dos ritmos que condicionam a arte xávega. Agora, o

48 – Jornal *O Pescador* – Suplemento mensal da *Revista da Marinha*, Ano I, n.º 3, 31 de Março de 1939. Entre as iniciativas deste órgão das Casas dos Pescadores conta-se, nos anos sessenta e setenta, a colocação de nichos com a imagem da Nossa Senhora dos Navegantes por toda a costa portuguesa ou a eleição dos “Mais Velhos Pescadores de Portugal” (Ano XXI, n.º 373, Fevereiro de 1970)...

transporte da sardinha para os mercados exige camionetas e blocos de gelo, anunciando-se o fim de alguns elementos característicos do dispositivo tradicional da economia da xávega, a montante: os almocreves, o comércio do sal, os armazéns de salga nos barracões da praia... As mulheres, essas, continuaram como antes percorrendo enormes distâncias a pé, aos ranchos, descalças e em passo apressado, por conta própria ou para outras mulheres, para levar a sardinha às gentes do interior. Com a perpetuação da tirania fiscal e um regime de exploração do trabalho inadequado à incontornável aleatoriedade dos rendimentos, as políticas do Estado Novo para o sector das pescas contribuíram decisivamente para o abandono dos barcos de grande dimensão. Daí que este período seja vulgarmente apontado como o da decadência da arte xávega, pela irredutibilidade das suas características sazonais e aleatórias à lógica imposta pelo fosso entre o capital e o trabalho – isto é, entre a necessidade de lucros regulares e previsíveis por parte do patrão, investidor, detentor dos meios de produção, e os trabalhadores das companhias –, irredutibilidade que permanecerá refractária ao sentido das intervenções disciplinadoras e reguladoras do sector por parte do Regime, culminando estas na criação de um mercado nacional apoiado numa rede de distribuição e vendagem de pescado que, sob a tutela do Comandante Henrique Tenreiro, chegou aos anos setenta.

Paralelamente, visando o sistema tradicional de implantação de “palheiros” de tipo palafítico, ou de “barracas” sobre as dunas, proibiu-se o levantamento de qualquer nova construção em madeira: nas praias de Mira (em 1953, segundo Raquel Soeiro de Brito 1981: 92) e da Vieira (mais cedo ainda, de acordo com uma das narrativas de J. Loureiro Botas – «Ainda a Jacinta Caréoa» – publicada em 1944: 139), especificamente, proibiu-se até a reparação dos velhos palheiros, mesmo que se tratasse apenas de substituir uma tábua – actuação que mereceu o comentário de Orlando Ribeiro, no prefácio a *Palheiros de Mira* (1960), de Raquel Soeiro de Brito: «onde um geógrafo soubera ver “incomparável pitoresco” e “valor técnico” na arte de edificar em madeira, não viram os autores do plano de urbanização, e as autoridades que os apoiaram, mais do que “extrema humildade”, para a qual o bota-abaixo seria, como em tantos outros casos, o radical remédio» (1981: 14).

No início dos anos setenta, os últimos quatro grandes barcos do Furadouro apodrecem no areal juntamente com os barracões – tudo podre e queimado, como diz o Padre A. Pinho Nunes (1988). Entretanto, a actividade cessara já em Cortegaça e Paramos; e em Esmoriz, segundo me informaram, a laboração das companhias de arte

xávega interrompe-se em 1951, migrando muitas famílias para Matosinhos, para as traineiras. A última companha da Costa Nova desloca-se para a Vagueira em 1955 e a sul do Mondego desaparecem também os barcos grandes, passando os marítimos de Lavos e da Leirosa a empregar-se nas traineiras da Figueira da Foz, instalando-se outros com as suas famílias em Peniche. Por toda a parte, as embarcações reduzem-se em tamanho (agora só com dois remos em vez de quatro) e em número de tripulantes, mas na Torreira a pesca com os barcos de grande dimensão e companhas numerosas manteve-se ainda até aos anos setenta; e nas praias onde a laboração havia cessado continuou a praticar-se a pesca com as bateiras da *mugiganga* ou, individualmente, com as majoeiras. Na Praia da Vieira – onde as companhas também se redimensionaram (adaptando-se a novas circunstâncias, como a dupla ocupação de muitos marítimos e a falta de pessoal) sem nunca cessarem a sua actividade, como no Norte – praticava-se ainda a pesca com tresmalhos, ou redes de emalhar, como a branqueira e a majoeira, para além do corrimão e da tarrafa ou das redes de cerco, chinchas e “robaleiras”.

O único dos grandes barcos-de-mar que sobreviveu – do período em que estes atingiam os 17 metros de comprimento, com tripulações de quase 40 homens – é o exemplar de porte magnífico que laborou na Torreira e que se encontra no Museu de Marinha, em Lisboa, construído no estaleiro do mestre Henrique Lavoura, em Pardilhó. E há, ainda hoje, barcos a apodrecer nos areais, na Leirosa⁴⁹, junto à Torreira e, provavelmente, noutros locais – encerrados na escuridão dos armazéns abandonados, como na Vieira.

É um facto que, a partir dos anos vinte e trinta, o desenvolvimento da pesca com traineiras motorizadas e o advento do cerco americano, assim como as sucessivas crises da indústria conserveira, constituem factores de peso para a progressiva perda de importância da arte xávega. Mas mais do que um mero processo de decadência, estamos aqui a considerar um ciclo de mudanças dentro de um processo mais vasto que acompanha as grandes transformações sociais do país ao longo de sucessivos períodos da sua história recente, com as suas diversas crises, das Invasões Francesas à implantação do capitalismo, do Liberalismo à República, do Estado Novo à integração na Comunidade Europeia. Parecem ter sido as circunstâncias locais, contudo, que determinaram o rumo das transformações em sentidos tão diversos como os que aqui têm vindo a ser

49 – Entre os quais o velho *Conquistador*, o último barco da célebre companha dos Falcões da Praia da Vieira.

referidos, pelo que é lícito concluir pela diversidade dos processos adaptativos, sejam eles de ordem técnica e haliêutica, de ordem sócio-económica ou fisiográfica.

Já nas décadas de setenta e oitenta, assiste-se a um novo aumento do número de companhias de arte xávega, da Marinha de Silvalde a Mira, agora com tractores para a alagem das redes, motores na ré das embarcações e companhias de cerca de 15 a 20 camaradas. Para sul do Furadouro, no Torrão do Lameiro, Vagueira, Areão e Mira, a actividade das companhias mantém a sua ligação ao mundo da lavoura das Gafanhas, onde se cultiva muito milho e todos têm gado para trazerem à praia, trabalhando em conjunto com os tractores. Em Esmoriz, por exemplo, onde a laboração é retomada em 1973, o número de companhias atinge a dezena, já nos anos noventa, empregando mulheres, desempregados da indústria, reformados e pescadores regressados de Matosinhos. Em idêntico período, na Torreira, encontra-se ainda uma companhia que, com subsídio da Junta de Turismo, procede à alagem da rede empregando juntas de bois com as bonitas cangas vareiras, decoradas em cores exuberantes e ornadas de borlas. Nas Praias da Vieira e do Pedrógão, em contrapartida, o gado cedeu lugar à alagem braçal e, até meados dos anos noventa, apenas uma companhia da primeira destas praias utilizava um tractor, não tendo nenhuma delas adoptado a motorização das embarcações.

Nas últimas três décadas, tal como sucedeu na primeira metade do século XX, os anos de maior crise têm levado ao abandono da actividade por parte de alguns proprietários, mas, paradoxalmente, é essa mesma crise que leva a que as companhias sejam adquiridas por outros indivíduos que teimam em persistir, prosseguindo a exploração no mesmo local ou noutra praia. Várias embarcações e redes têm mudado de mãos, havendo casos de barcos que foram da Praia da Vieira para a Costa de Lavos ou para a Leirosa, de Mira para Esmoriz, do Furadouro, e até mesmo da Praia da Vieira, para a Marinha de Silvalde – de um extremo a outro da zona da xávega. Na verdade, o que se passa é que as capitánias não autorizam a emissão de novas licenças para a arte xávega: os alvarás existentes podem ser transaccionados juntamente com barcos e redes, como já aconteceu, mas «o seu uso deve ficar-se pelos actuais utentes e não ser alargado a novos utilizadores», tal como sugerido pelos técnicos do INIP (Instituto Nacional de Investigação das Pescas) num relatório de 1985 (Costa e Franca 1985: 96).

Como mostrarei ao longo do presente trabalho, o problema da imprevisibilidade, da incerteza, do acaso, da sorte, do aleatório (termos que, no contexto em análise, podem ser intercambiáveis) é estruturante do modo de vida associado a esta ocupação

haliêutica sazonal – ideia que, em contexto nacional, ficara já estabelecida com as pesquisas de Carlos Ramos de Oliveira (1974), Twig Johnson (1979) e Carlos Diogo Moreira (1987). No essencial, aliás, a questão encontra-se nitidamente identificada desde o século XIX: «a pesca não constitui uma indústria regular, mas um ganho de surpresa», pelo «que não temos aqui uma indústria disciplinada – mas a pirataria da fome», como escreveu Eça de Queirós em 1872 (1946a); ou mais precisamente, nas palavras de Rocha Peixoto, «uma indústria de natureza essencialmente aleatória» (1990: 86); porque «a pesca é como o jogo, uma questão de sorte», segundo Raúl Brandão (s/d [1922]: 51), dando portanto – diz o Comandante Jayme Affreixo – «uns resultados muito comparáveis aos da loteria» (1902: 169). Mas, na generalidade das escritas que versam sobre as pescas e os universos marítimos nacionais, a centralidade do problema do aleatório tem sido quase sempre negligenciada em prol de visões mais dadas, por exemplo, a exercícios ficcionais em torno do carácter dos homens do mar ou a narrativas de contornos teleológicos, como o da descontemporaneização (*alocronia* em Fabian 1983). Refiro-me àquelas narrativas em que os autores relegam para um plano de invisibilidade o facto de as comunidades piscatórias a que se referem serem historicamente recentes e de os pescadores serem seus contemporâneos; ao invés, procedem como se a marcha da história fosse mais lenta para eles do que para si próprios, identificando-os de acordo com categorias classificatórias análogas às que eram outrora utilizadas para as sociedades europeias proto-históricas e, também, para as sociedades não europeias consideradas primitivas, atrasadas ou pouco evoluídas. Constatam-se também que, para além dos textos de tonalidades primitivistas, a arte xávega surge, amiúde, como uma prática extinta⁵⁰ ou permanentemente em vias de extinção – como se a intenção descontemporaneizante necessitasse de legitimar os seus pressupostos antecipando o fim último dos fenómenos que observa, reduzindo a sua visibilidade a uma espécie de excrescência temporal, ou *hysteresis*⁵¹.

50 – Descobri num site da Internet dedicado à divulgação de um programa de formação de professores à distância – em parceria com a Portugal Telecom/PT Inovação e com o Ministério da Educação/DREC –, uma página onde se apresentam fotografias do labor da arte xávega e a indicação em língua inglesa de que «this kind of workmanship way of fishing doesn't exist anymore, in consequence of modernity» (<http://www.prof2000.pt/users/teresa/comenius_en/aveiro_comenius/arte_xavega.htm>).

51 – A lógica da constituição do *habitus*, segundo Bourdieu, envolve um «efeito de *hysteresis*», inércia, ou persistência do *habitus* para além das condições objectivas da sua produção (1977: 77-78).

A informação fornecida pelo *corpus* bibliográfico de que dispomos permite, em suma, perspectivar historicamente uma prática haliêutica como aquela que é objecto deste estudo – a arte xávega –, assente em saberes, cadeias operatórias, gestos e corporalidades que se revelam na observação do labor das companhas. Recentrando a análise na experiência social do acaso pretendo, justamente, relançar um olhar sobre as práticas do trabalho (seus significados e consequências) daqueles que vivem do mar e dele dependem enquanto colectivo que se autodefine ocupacionalmente, com as suas memórias, o seu orgulho, alegrias e tristezas, os seus conflitos e dificuldades, a sua experiência do mundo e, em síntese, o seu modo de vida. Sendo a actividade haliêutica dominada por ritmos e regularidades que são também, paradoxalmente, pontuados pela imprevisibilidade (do estado do mar e das condições meteorológicas, bem como dos próprios recursos), torna-se possível, assim, interrogar a partir do terreno a recorrência das descrições que, referindo-se ao mar, à pesca e aos pescadores, parecem colocar-nos irremediavelmente sob o signo da ausência, da perda, da decadência.

2

A ZONA DA XÁVEGA: UM LUGAR DE INSTABILIDADE

Os espaços

O interface litoral português pode dividir-se, nos seus traços mais gerais, em dois tipos morfológicos e paisagísticos distintos: aquele onde imperam as falésias, rochedos e arribas entrecortadas de praias pedregosas, e um outro onde, entre mar e terra, se estendem a perder de vista os grandes areais e as dunas moldadas pelos ventos. No primeiro caso, a linha de costa encontra-se, na sua maior parte, fixada há milhares de anos – «desde o fim da última glaciação quaternária», como diz Raquel Soeiro de Brito –, enquanto que no segundo caso estamos perante «um litoral de acumulação instável mesmo nos tempos históricos» (Brito 1981: 19), compreendendo os troços costeiros entre Espinho e o cabo Mondego e da foz do Mondego a S. Pedro de Moel, entre a foz do Sado e o cabo de Sines e, finalmente, o sotavento algarvio entre Quarteira e a foz do Guadiana.

A estes dois tipos de interface correspondem actividades marítimas distintas, segundo as suas especificidades fisiográficas e haliêuticas. O exercício da arte xávega permite, de forma inequívoca, delimitar uma zona de distribuição abrangida pelo segundo dos dois tipos mencionados. Trata-se de uma faixa de areias quaternárias, com cerca de 100 quilómetros de extensão e largura variável, batida pelo mar e pelos ventos agrestes predominantes de N-NW, a que é comum um mesmo tipo de paisagem, assente sobre características ecológicas peculiares. Destacam-se as inúmeras matas de pinheiro bravo, semeadas com alguma regularidade a partir do século XVIII com o intuito de travar o avanço das areias para o interior, e as dunas de Ovar, Vagos, Mira, Mata do Urso e Lis, que, a par com as grandes dunas do Sudoeste francês, se contam entre as mais altas da Europa. O ritmo da paisagem – pontuado pelos seus extensos areais, pelas dunas cobertas de estorno e pelos pinhais – é interrompido pelos cursos de água dos grandes rios e lagoas, pela serra da Boa Viagem, na margem direita do Mondego e, ainda, por um pequeno afloramento rochoso junto à Praia do Pedrógão. Destacam-se assim, também, os campos do Mondego, do Lis e suas respectivas fozes,

as lagoas, ou barrinhas, de Esmoriz e Mira e, sobretudo, a Ria de Aveiro, que é uma das mais originais regiões naturais do país.

Outrora, os locais mais propícios à exploração dos recursos marítimos situavam-se nas embocaduras dos rios e nas lagoas costeiras em comunicação com o mar. A costa, fustigada pelo mar e pelos ventos, oferecia poucas condições à circulação de embarcações. Os locais mais favoráveis, contudo – as barrinhas de Esmoriz e de Mira, a região lagunar de Aveiro, e as fozes do Mondego e do Lis – estiveram desde sempre sujeitos a enormes transformações de natureza geodinâmica que condicionaram as actividades aí desenvolvidas pelas comunidades humanas. O único destes locais que parece ter permitido alguma regularidade no desenvolvimento das suas actividades marítimas é a margem direita do Mondego (Buarcos), que, a despeito do assoreamento, beneficia da protecção dessa imensa barreira natural que é a serra da Boa Viagem e o cabo Mondego⁵². Daí para norte até Aveiro, e até ao final da Idade Média, apenas Quiaios e Mira eram habitados (Cravidão 1988).

De facto, durante séculos, esta extensa faixa de dunas impelidas pelo vento e batidas pelas vagas alterosas do Atlântico não foi mais do que um deserto, até ao momento em que se estabeleceram com carácter permanente as primeiras colónias piscatórias, na transição do século XVIII para o século XIX, e que se iniciaram os trabalhos de plantio de pinhais e o aforamento dos terrenos estéreis das praias e charnecas contíguas (Gândaras). Nas imediações da foz do Lis, por exemplo, o areal atingia, em certas zonas, cerca de três quilómetros de extensão – em linha recta perpendicular à costa, desde o mar até se alcançar o arvoredado⁵³; e antes das grandes sementeiras da segunda metade do século XIX, o Pinhal do Pedrógão, por exemplo, era uma autêntica ilha completamente rodeada de areias⁵⁴.

52 – Veja-se a descrição do meio físico desta zona nas páginas introdutórias da monografia de Maria Helena da Cruz Coelho sobre *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média* (1989: 1-5).

53 – Ver a «Carta Topografica do Pinhal Nacional de Leiria», de 1841, reproduzida na monografia de Arala Pinto (1938: 163-165); e também o «Mappa dos Pinhaes de S. Magestade (...) feito de baixo das Ordens do Ten. Coronel Guilherme Elsdén pelo Discípulo do Número Maximiano José da Serra a 1 de Julho de 1769» (cota CA 112 IGP, cartoteca do Instituto Geográfico Português).

54 – Diz o engenheiro-silvicultor Henrique de Mendia, em 1881, referindo-se às areias: «a acção do vento as levanta, impelle e molda nas mais variadas formas, operando a formação de uma série importantíssima de dunas, que se ligam, continuam e avançam incessantemente para o interior das terras, esterilizando importantes propriedades agrícolas, determinando o alagamento pantanoso dos plainos de Coimbra e Amor em resultado do alteamento do leito do rio Lyz e obstrução da sua foz e mergulhando dia a dia na onda insaciável os pinhaes do

Uma das razões que explicam, também, o povoamento tardio da beira-mar prende-se com a pirataria, sarracena e normanda, que constituía uma ameaça permanente às populações que habitavam perto da costa⁵⁵. Estabeleceram-se assim, em muitas destas localidades, meios de comunicação à distância – as *almenaras* ou fachos (e, também, *talefes* ou *talegres*, em linguagem popular) – que, com sinais de fogo e fumo, permitiam dar o alerta sempre que era detectada a presença de embarcações inimigas. A partir de finais do século XVI, este sistema de comunicações teve o seu *Regimento* legal e era mantido por uma *Companhia* às ordens de um capitão, ou tenente, e ordenanças encarregues da vigilância (Aires de Amorim 1986: 450). Houve fachos na Granja, em Espinho, Paramos, Esmoriz, Cortegaça, Ovar (Carregal), Vieira e, certamente, em muitos outros pontos do litoral. Consta que durante o cerco do Porto, em 1832, «uma mensagem chegava do Porto a Sintra em três quartos de hora» (Brandão 1991: 22)⁵⁶. Nos séculos XVII e XVIII, corsários mouros e

Urso, Pedrogão, Correntes, Sismarias e Conselho, verdadeiros oasys onde o viajante, que abraçado nas ardencias de um sol de estio, se dirige com pezado passo da Figueira ao porto da Vieira, affrontando a monotona aridez d’este deserto de areia, se acolhe de longe a longe» (Mendia 1881: 54). Note-se, portanto, que a mancha florestada não era ainda contínua, como actualmente. Era o caso, por exemplo, do Pinhal do Pedrógão, «que reveste 121 hectares de antigas dunas e que inteiramente isolado no meio dos vastos areaes se eleva como uma ilha perdida n’um oceano» (1881: 75).

55 – Diz o capitão F. Gomes Pedrosa nos seus *Subsídios para a História de Buarcos* que «Em carta de 2/4/1630, Fernão Gomes de Quadros, capitão-mor de Buarcos e Tavadere, informa que Buarcos se está a despovoar por temor dos corsários. Um documento de 14/4/1657 relata a petição elaborada por moradores de Buarcos e Figueira, alegando que no verão sofrem grandes danos de turcos e mouros “que não saiem nunca daquela costa roubando e levando gente e barcos... e com o terror não ousam pescar...”» (s/d: 13).

56 – Lê-se no vol. V da *Etnografia Portuguesa*, de J. Leite de Vasconcelos, que «o facho era o antigo telégrafo para dar conhecimento de tropas ou sublevação popular. Era uma caldeira grande, contendo breu, resina, etc., que se acendia quando era preciso e fazia muito fumo. Guindava-se, por cordas, ao cimo de um torreão de pedra e madeira muito alto...» (1982: 162). Descrição semelhante é a do *Vocabulário Portuguez e Latino* de Bluteau (1713), citada por Benjamim da Costa Dias no n.º 11-12 do *Boletim Cultural* de Espinho: «nas torres e atalaias o facho é um pau alto com outro em cima atravessado, em cuja ponta está uma cadeia de ferro, e no fim dela, uma caldeirinha vasada, aonde se põem o fogo, quando parece o inimigo, de noite, ou de dia, por tempo de seis meses, que correm de Maio até fim de Outubro» (Dias 1981: 232). Esta referência provém de uma compilação de artigos publicados entre 1943 e 1946 no jornal de que Benjamim da Costa Dias foi director – *Defesa de Espinho* – e onde um seu amigo leitor explicou a implantação das almenaras, ou fachos, no século XV e na «segunda metade do século XVI o seu estabelecimento com carácter de permanência» (1981: 231); veja-se também Aires de Amorim (1986: 450). A *Monografia da Gafanha* do Padre João Vieira Rezende cita palavras de um seu informante que associa o *talefe* ao antigo costume de *amentar as almas*: «alta noite, havia pessoas que subiam ao *talefe* e, com voz espaçada, muito comovente e dolorida, pediam Padre Nossos, orações e outros sufrágios pelas almas do Purgatório, sendo correspondidos no outro *talefe*» (1989: 128).

turcos continuam ainda a assolar a costa portuguesa, havendo notícia de combates, pilhagens e naufrágios em Buarcos, Figueira da Foz, Esmoriz e Ovar⁵⁷.

Os constrangimentos impostos pelas características do meio moldaram tipos de adaptação peculiares, inclusivamente no que concerne à exploração dos recursos marítimos e silvícolas e, também, ao tipo de habitação construída em madeira – os palheiros – utilizado pelos pescadores que, a partir do século XVIII, foram colonizando os areais. E porque a construção de palheiros em madeira caiu progressivamente em desuso a partir de meados do século XX, até ser abandonada nas décadas de sessenta e setenta – restando hoje apenas alguns (poucos) palheiros dispersos – a *arte xávega*, que é a principal modalidade de pesca praticada nesta faixa costeira, constitui actualmente a melhor aproximação, do ponto de vista etnográfico, às diversidades decorrentes dos processos históricos na origem da formação das várias localidades que integram o litoral central português.

A faixa costeira onde é exercida a pesca da xávega é, portanto, uma zona de povoamento recente (séculos XVIII-XIX), onde a prática da recollecção de madeiras, caruma, pinhas, camarinhas, medronhos, etc. se manteve até meados do século XX como um recurso necessário à subsistência, um complemento à pesca e aos trabalhos agrícolas possibilitado não só pelos estrumes, moliço da Ria e pela “manta morta” dos pinhais, como também pela utilização de caranguejo, vísceras e excedentes de peixe para fertilização dos solos arenosos das dunas e charnecas da Gelfa e das Gafanhas, na região de Aveiro, e das Gândaras do centro-oeste, a norte e a sul do Mondego.

Dos vários aspectos gerais a considerar na delimitação desta área deparamos, em primeiro lugar, com a necessidade de equacionar contextualmente o significado a atribuir à possível existência de uma, ou várias, linhas divisórias norte-sul, confrontando-a com o modelo proposto por Orlando Ribeiro em 1945 (no sempre

57 – Já no início do século XI os normandos assolavam estas costas, fazendo prisioneiros que poderiam ser resgatados contra entrega de determinado valor de sal (Aires de Amorim 1989: 396). Ainda no século XVIII, os corsários argelinos faziam muitos estragos nesta região (Lamy 1977: 160); em 1754, capturaram na costa de Ovar 17 embarcações, nenhuma com menos de 17 tripulantes (Pedrosa s/d: 13); do mesmo autor, veja-se «Inventário de Alguns Naufrágios Ocorridos na Costa Adjacente à Foz do Mondego, até aos Fins do Século XIX», in *A Voz da Figueira* de 15 de Maio de 1980. Veja-se, também, o interessantíssimo documento transcrito pelo Padre Aires de Amorim referente à acostagem de piratas argelinos em Esmoriz, em 1738. Ao palco dos acontecimentos compareceram não apenas os homens mas, também, mulheres «carregadas com cestos de pedras, por não as haver na praia, que hé toda de area, e até entre ellas concorreo huma com a pá do forno para entrar na peleja» (cit. in Aires de Amorim 1986: 449).

actual *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*) e adaptado por Jorge Dias a partir do seu estudo sobre os arados portugueses (cf. Mattoso 1991). A presença do oceano, contudo, como factor estruturante do território nacional, «moldou ao longo dos séculos uma outra distinção fundamental: aquela que opõe entre si as regiões litorais, ou alcançáveis por um rio navegável, e o interior, mais isolado de contactos com o exterior» (Fabião 1992: 80).

Sobre a divisão norte-sul, comecemos por averiguar alguns aspectos pertinentes da delimitação da zona da xávega pelo topo norte. De Espinho para o sul, a costa rochosa do norte cede lugar às grandes extensões de areia que se prolongam até às arribas jurássicas do cabo Mondego. «A essa fronteira geológica, cerca da foz do Douro, corresponde também», nas palavras de Octávio Lixa Filgueiras, «um nítido corte cultural» (1981: 357), evidenciado pelas técnicas de construção naval: nesta zona «é flagrante a unidade (de estirpe) dos seus barcos representativos, quer os de mar, quer os de rio e lagunas; de fundo chato, sem quilha, designáveis por *canoas de tábuas*. O sistema de construção utilizado corresponde a uma adaptação da técnica mediterrânica tradicional» (1981: 357). Este autor cita o etnógrafo poveiro António Santos Graça, para quem «duas raças bem distintas e bem características povoaram a costa portuguesa: uma aquém, outra além Douro», e coloca a tónica nos diferentes tipos de embarcações e na origem das técnicas da sua construção – «um dos mais interessantes problemas da Arqueologia Naval». O problema das prováveis origens nórdicas ou mediterrânicas dos barcos de arte xávega, no entanto, não constitui – do meu ponto de vista – uma questão central, até porque, como diz o autor citado, não há conclusões incontroversas nesta matéria.

A delimitação da zona da xávega pelo lado sul (Vieira de Leiria) estabelece-se, uma vez mais, de acordo com condicionantes de ordem geofísica, segundo as características do interface litoral: as areias sedimentares e as dunas antigas que se estendem até S. Pedro de Moel dão lugar, para sul, às aflorações rochosas e às arribas escarpadas, tornando-se impraticável o tipo de pesca de que se ocupa este estudo, dadas as características acidentadas dos fundos marinhos. Em termos globais, a virtual linha separadora entre o Norte e o Sul do território nacional é, como sabemos, bastante imprecisa, variando consoante a perspectiva disciplinar adoptada (cf. Mattoso 1991: 27-47). A Estremadura é, efectivamente, uma zona de transição e de contraste entre influências climáticas, entre o Norte e o Sul, entre a cultura do milho, característica do Norte Atlântico, e a do trigo, caracteristicamente interior e

mediterrânica, para citar apenas alguns aspectos. Em termos linguísticos, a instabilidade lexical do centro leva a considerar uma linha divisória situada a norte do Tejo e a sul da Nazaré, como explica Cláudio Torres ao referir-se a Peniche: «Depois do século XVI, ao aparecer como destacado entreposto pesqueiro, parece ter assimilado, além dos desalojados lagunares [de Aveiro e Óbidos ⁵⁸], muitos homens do mar oriundos tanto do norte como do sul, pois se tornou numa espécie de ponto de convergência das duas tradições pesqueiras, o que é sensível, nomeadamente, na morfologia naval e na nomenclatura dos peixes» (1992: 366).

Assim, tomando em consideração os diversos factores mencionados, a zona da xávega surge como uma área de características originais cuja situação na fachada atlântica da Península se identifica com essa porção de espaço que – na esteira dos investigadores do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular – se convencionou denominar litoral *central* português. Um conjunto de circunstâncias geográficas, históricas e sociológicas permite ainda, dentro desta vasta parcela do litoral, diferenciar algumas sub-regiões. O caso mais evidente é o do espaço compreendido a sul da barreira natural formada pelo curso do Mondego, que pode ser identificado, respeitando as suas particularidades, de acordo com a designação popularizada na década de quarenta por um dos escritores vieirenses – José Loureiro Botas: *litoral oeste*; é o caso, também, mas por razões diversas, do troço nortenho que compreende a Marinha de Silvalde (Espinho), Paramos, Esmoriz e Cortegaça, onde a intervenção humana transformou irremediavelmente a paisagem, provocando o desaparecimento dos grandes areais; finalmente, a área central restante – do Furadouro a Mira, abrangendo a Gelfa e as Gafanhas ⁵⁹ – distingue-se pela proximidade da Ria de Aveiro e, também, pelas ligações entre a pesca e a agricultura. A relação entre ambas as actividades é, aliás, bastante antiga em vários locais da zona da xávega, como, por

58 – Sobre a importância dos pequenos portos da Estremadura (Óbidos e Salir do Porto) durante a Idade Média, veja-se Manuela Santos Silva (1991); cf. Cortesão (1978).

59 – A Gelfa é uma faixa de terreno com cerca de 25 quilómetros de comprimento e entre 1 e 2 quilómetros de largura que separa a ria do oceano, entre o Furadouro e S. Jacinto; a Gafanha é «tôda a região arenosa dos concelhos de Ílhavo e Vagos com cêrca de 25 quilómetros de comprimento por 5 de largura, abraçada do Norte ao Sul (lado poente) pelo rio Mira e do Norte ao Sul (lado nascente) pelo rio Boco, afluentes da Ria-de-Aveiro, e confinando pelo Sul com uma linha que, saindo dos Cardais de Vagos, vai fechar ao Norte do lugar do Poço-da-Cruz, freguesia de Mira. Pela identidade da sua origem, topografia, condições de vida, costumes, etc., consideramos como uma continuação da Gafanha a duna situada naqueles dois concelhos, entre o Oceano e a Ria» (Rezende 1989: 1).

exemplo, no eixo Ovar-Silvalde, se bem que, actualmente, apenas tenha alguma expressão para sul desta mesma zona (do Torrão do Lameiro a Mira, especificamente).

A oposição entre o litoral e o interior, por seu turno, é uma das características estruturais mais marcantes do território nacional. Desde os tempos da formação da nacionalidade que a afluência de populações às regiões do litoral mais próximas das embocaduras dos grandes rios é uma constante, apesar dos flagelos da pirataria e da malária (o sezonismo palustre afectou as gentes dos campos do Vouga, do Mondego e do Lis até ao nosso século XX). As aptidões agrícolas e comerciais das regiões beneficiadas pelas grandes vias de circulação fluvial e, a partir do século XIX, pelo enorme progresso dos transportes terrestres, proporcionaram o crescimento das cidades do litoral e a industrialização. Actualmente, a pressão demográfica e a concentração das actividades económicas na faixa litoral do Norte da zona da xávega, de Espinho a Aveiro, coloca graves problemas à gestão dos desequilíbrios no âmbito dos processos de ordenamento do território, acarretando consequências drásticas para o meio ambiente e, especialmente, para as regiões costeiras. À desertificação de muitas regiões do interior do país contrapõe-se o aparecimento de novas bolsas de pobreza no litoral e a constituição de zonas periféricas que revelam o acentuar das desigualdades – de que, aliás, boa parte das comunidades piscatórias abordadas neste estudo são exemplo.

A sul das Gafanhas, a oposição entre o litoral e o interior encontra também expressão – de acordo com os objectivos genéricos de delimitação contextual propostos – na identificação dessa peculiar paisagem natural e humana que se diferencia do território envolvente e se designa por Gândara (cf. Gaspar 1986: 19). Para Fernanda Delgado Cravidão (1988), *Gândara* é sinónimo de terreno arenoso e estéril. Enquanto topónimo, encontra-se principalmente na faixa litoral a norte do Mondego – e a uma distância média de 40-45 quilómetros da linha de costa –, descendo ainda até à linha do Tejo, onde desaparece para ceder lugar ao termo *charneca*. No dealbar do século XX, Paul Choffat delimitou geologicamente a Gândara apontando o Vouga como limite norte; documentos setecentistas relativos à delimitação de freguesias, em Ovar, mencionam igualmente a existência de “gandras” (Pinho 1959: 68) mas, de acordo com critérios próprios à geografia das populações, a citada autora delimita-a entre a serra da Boa Viagem e o limite norte do concelho de Mira.

Na perspectiva histórico-etnográfica, porém – e a despeito das barreiras naturais da serra da Boa Viagem e do Mondego –, a região costeira a sul do

Mondego, outrora rica em salinas (Cintrão 1988: 59-66; Coelho 1989: 255 e segs.), faz parte integrante da faixa litoral mais vasta em que se inclui a Gândara delimitada por Fernanda Cravidão: atestam-no alguns costumes populares hoje desaparecidos, como o uso de *canos*⁶⁰, chapéus redondos de veludo preto (com “espelho” e pena de faisão, nalguns locais), e a utilização de *podzol* – matéria argilosa escura retirada do subsolo – na construção de habitações, para além dos palheiros e da actividade piscatória. Também os solos de areia, a existência de charnecas e regiões pantanosas em torno do vale do Lis, assim como a ocorrência do próprio topónimo (Gândara dos Olivais, por exemplo) e as migrações de populações de além-Mondego para a Costa de Lavos, Leirosa e todo o concelho da Marinha Grande – motivadas, inicialmente, pela invasão francesa de 1810 – vêm reforçar esta demarcação mais alargada. Assim, teremos não a Gândara, mas as Gândaras – a norte e a sul do Mondego.

No topo norte da zona da xávega a paisagem muda substancialmente de feição, se comparada com as Gândaras e com as Gafanhas: o povoamento, com uma concentração muito densa junto da linha costeira, alterou profundamente o ecossistema, destruindo as formações dunares e reduzindo enormemente a mancha florestal, devido às necessidades decorrentes da intensa ocupação do solo, acompanhada pela implantação industrial. A geodinâmica costeira parece aqui encontrar-se irremediavelmente comprometida – como é evidente, aliás, no troço compreendido entre Espinho e Cortegaça, abrangendo a Marinha de Silvalde, Paramos e Esmoriz.

A unidade paisagística da zona da xávega evoca ainda um fenómeno de ordem geológica bem conhecido dos habitantes do litoral adjacente aos campos do Vouga, do Mondego e do Lis: ao longo de toda esta zona, os sedimentos carreados através das bacias fluviais do Douro, do Vouga, do Mondego e do Lis formam aluviões que circulam ao longo da costa, no sentido norte-sul (de barlar para sotamar, portanto), conjugando-se com a acumulação das areias soltas responsáveis pela formação dos cordões dunares entre a foz do Douro e o cabo Mondego e, mais para sul, do Mondego a S. Pedro de Moel. Esta dinâmica costeira afecta o escoamento das águas dos rios, determinando o assoreamento e alteamento dos seus leitos, originando a formação de lagoas costeiras e, também, o alagamento das zonas baixas com as enxurradas de Inverno.

60 – Os *canos* são peças de vestuário feminino, confeccionadas em lã e destinadas à protecção das pernas, entre os tornozelos e os joelhos – como umas peúgas de cano alto sem pés.

Sabemos hoje que antes da formação da nacionalidade o mar atingia Ovar, Estarreja, Fermelã, Angeja, Cacia, Aveiro, Ílhavo, Vagos e Mira (Rezende 1989: 5; Teixeira 1980: 211). Um constante processo de deposição de sedimentos deu origem às lezírias da Ria de Aveiro e aos areais da Torreira, S. Jacinto, Costa Nova, etc., «indo unir quasi em linha recta, os dois extremos da primitiva bahia», como refere Jayme Affreixo (1902: 102). Ao sul do Mondego, o processo foi idêntico, ainda que não tenha provocado alterações tão contrastadamente marcadas como na bacia do Vouga (cf., por exemplo, Cintrão 1988: 18). A construção de barragens nos grandes rios – no Douro (e, mais a sul, no Tejo), entre outros – veio alterar profundamente estes processos, impedindo as águas fluviais de carrearem areias para o mar e provocando, assim, uma acentuada diminuição do *stock* sedimentar costeiro. Ainda que este fenómeno seja muito visível tanto a norte como a sul do Douro, à medida que nos deslocamos para as franjas mais meridionais da zona da xávega, em todas as localidades do percurso podemos registar a ocorrência cíclica de situações ameaçadoras de avanço do mar sobre a terra. A construção das grandes barragens para a exploração hidroeléctrica provocou também o desaparecimento de importantes espécies haliêuticas. No rio Tejo – para onde os pescadores de toda a orla lagunar de Aveiro e da Vieira, principalmente, se deslocavam durante o Inverno para pescarem –, o sável⁶¹ não mais voltou, desde há já meio século.

Os fundos marinhos do litoral central são, portanto, de areias soltas e desprovidos de quaisquer acidentes ou superfícies rochosas, sendo as profundidades consideravelmente baixas em pontos bastante afastados da costa. A xávega – que, para o seu exercício, necessita de algum espaço de manobra para alar (isto é, puxar) as redes – apenas pode exercer-se em fundos arenosos como estes, uma vez que a parte inferior da rede varre o fundo e facilmente se romperia ao encontrar um qualquer obstáculo no seu percurso até à praia. A laboração das companhias de pesca só é possível quando se verificam condições favoráveis de ordem climatérica, dependendo, fundamentalmente, dos ventos e do estado do mar, o que lhe confere um carácter incerto e sazonal. Um outro aspecto limitativo a considerar prende-se com as espécies haliêuticas mais abundantes em toda esta zona costeira: a sardinha e

61 – Veja-se o parentesco linguístico com *saveiro*, que – na sua acepção mais limitada – é barco para a pesca do *sável* e, também, da *savelha* e da *saboga*. A designação aplica-se vulgarmente, contudo, a barcos que – a despeito da sua similaridade estrutural – pescam diversas outras espécies em diferentes contextos.

o carapau – os pelágicos a que se destina a arte xávega –, espécies nómadas que se deslocam sazonalmente ao longo da plataforma continental, aproximando-se da costa na Primavera e no Verão, no período em que, precisamente, existem condições para o exercício desta modalidade de pesca.

As características morfológicas do espaço – extensões constituídas por dunas e areias móveis, pinhais, charnecas (ou Gândaras), pauis e lagoas – tornaram a fixação humana extremamente penosa, pela quase esterilidade dos solos, falta de água potável e vias de comunicação, e pela própria “agressividade” do meio, que se manifesta com particular incidência nos efeitos provocados pela acção conjugada dos elementos. A instabilidade geomorfológica desta região do litoral traduz-se pelas constantes oscilações da linha de costa ao longo do tempo, devidas à acumulação de areias ou, inversamente, ao desassoreamento e aos consequentes avanços do mar sobre as dunas, ou o que delas resta. Assim, a acção conjugada do mar, do vento e das areias tem vindo, ao longo dos tempos, a provocar sucessivos desastres responsáveis pela destruição do espaço habitado pelos pescadores. Foi o que aconteceu em Espinho, a partir de finais do século XIX, e é o que acontece actualmente em Paramos, Esmoriz e Cortegaça, onde a praia desapareceu para dar lugar a imensos paredões defensivos; do Furadouro e da Praia da Vieira, com o Lis e a sua outrora tão irrequieta foz onde, ano após ano, Inverno após Inverno, o mar vai escavando a duna e subtraindo as areias...

Mas debrucemo-nos ainda um pouco mais demoradamente sobre a instabilidade e as transformações da linha de costa⁶². A norte, há notícia de que as lagoas, ou barrinhas, de Esmoriz e Mira teriam sido outrora ancoradouros para navios de pesca e cabotagem comercial, antes de assorearem. A sul do Mondego, é provável que tivesse existido em tempos remotos uma enorme lagoa costeira (Morais 1936: 31) – o que, aliás, poderá ser extensivo a toda a área das Gândaras em que se encontra *podzol* (popularmente chamado *selão* ou *surraipa*) no subsolo, ou seja: uma matéria cinzento-negra e moldável amplamente utilizada, até data recente, como argamassa na construção de muros e paredes de habitações.

Os efeitos perniciosos do assoreamento e do avanço das dunas para o interior fazem-se sentir desde cedo: as dificuldades de escoamento das águas do Lis, as

62 – Veja-se, sobre esta matéria, o texto clássico do geólogo Carlos Ribeiro (1870) e, também, os de Fernando Castelo-Branco (1957, s/d).

cheias, a formação de pântanos e o concomitante aparecimento de epidemias e a destruição dos campos de cultura, foram constantes da história desta região. No século XIII, o rei D. Dinis ordenou a realização de uma das mais formidáveis obras de engenharia hidráulica do seu tempo: em Maio de 1291, e à custa do tesouro régio, o rei anuncia ao município de Leiria o início dos trabalhos com vista ao aproveitamento agrícola dos campos de Ulmar, adjacentes ao Lis. Entupido pelas areias, o troço compreendido entre Monte Real e a sua incerta foz formava um imenso pântano que os monges agrónomos de Alcobaça, dirigidos por Frei Martinho, drenaram, valaram e enxugaram, conquistando cerca de 2000 hectares de terras sazonáticas e improdutivas que, assim, se converteram em terra arável (Pinto 1982: 108). Mais a sul, o porto de Paredes de Vitória, criado por D. Dinis tendo em vista o fomento da pesca de mar (seis caravelas) e a defesa contra a pirataria, foi completamente subterrado pelas areias e abandonado no reinado de D. Manuel; tornou-se corrente, aliás, o erro de situar o porto de Paredes na foz do Lis⁶³.

Para norte, entre o Pedrógão e a Leirosa, ainda hoje se estendem as areias e os pinhais da Mata do Urso que, juntamente com o Pinhal de Leiria, a sul do Lis, constituem uma das melhores manchas florestais do país. O engenheiro-silvicultor Arala Pinto, na sua ímpar monografia do Pinhal do Rei, citava Amorim Girão para explicar a constituição dos terrenos litorais a sul do Mondego e até S. Pedro de Moel; referindo-se à região norte, diz o geógrafo: «a constituição geológica da região demonstra-nos a existência de duas zonas de características diversas, uma a leste e outra a oeste da linha que partindo de Esmoriz, Ovar, Estarreja, Salreu, Canelas, Angeja, vai cortar o Vouga bastante a montante e segue por Cacia, Aveiro, Vagos, Mira até ao Cabo Mondego. (...) A leste ficam os terrenos antigos, a oeste os terrenos de formação recente constituídos por sedimentação marítima e fluvial. Nesta linha aparecem calhaus rolados, como se verifica nos declives de Cacia, Esgueira e Aveiro, sinal de que foram batidos pelo mar em época relativamente recente» (cit. in Pinto 1938: 82). Na zona do Pinhal de Leiria, o fenómeno teria sido idêntico, ainda que não tão marcadamente contrastado como na zona de Aveiro.

63 – Arala Pinto (1938) refere uma carta de 1730 em que Paredes figura numa península, na margem direita do Lis. Vários autores apontam esta localização errónea: Cortesão (1978: 66), Leite de Vasconcelos, no vol. II da *Etnografia Portuguesa* (1936: 563), o artigo «Pescarias» no vol. V do *Diccionario de História de Portugal* de Joel Serrão (Silva s/d: 66), e Carlos Diogo Moreira em *Populações Marítimas em Portugal* (1987). O porto de Paredes situava-se, porém, mais a sul, entre o vale de Água de Madeiros e a Pederneira.

Na margem esquerda do Mondego, os esteiros e salinas estendiam-se para o interior, da ínsua da Morraceira até Lavos e à Marinha das Ondas; os areais da Gala, Cova e Costa de Lavos, Leirosa e Pinhal do Urso, seriam também outrora banhados pelo mar⁶⁴, havendo indícios da existência de salinas no termo de Leiria⁶⁵. Em toda esta zona do litoral, entre o Mondego e a Vieira, encontramos actualmente pessoas que se referem ao aparecimento de calhaus rolados, vegetação ainda verde e conchas a profundidades até quinze metros e mais⁶⁶ – o que se tornou do conhecimento geral com a abertura de poços e a realização de obras de grande envergadura, como a regularização do leito do Lis no período do Estado Novo (entre 1944 e 1957, mais precisamente) ou a implantação da primeira fábrica de celulose (Celbi) na Leirosa (Cintrão 1988: 65), em 1967⁶⁷. Também na zona norte, entre o Furadouro e Espinho, ouvi de várias pessoas que já os “antigos” tinham o costume de dizer que «o mar ainda há-de ir a Vila da Feira buscar as conchinhas que lá deixou»...⁶⁸; na Vagueira e em Mira é corrente dizer-se, a propósito dos avanços do mar sobre a duna, que «o mar há-de vir um dia buscar o que é dele»...

Os areais da Gafanha começam a ser povoados em finais do século XVII (Rezende 1989: 20). A marcha das dunas para o sul e a constante deposição de areias provocam a decadência do porto de Aveiro que, tendo a sua barra frequentemente obstruída (cf. Rezende 1989: 6; Cunha 1959), era causa de muitas epidemias. À decadência da frota da Terra Nova⁶⁹ segue-se a diminuição de toda a navegação comercial, o que – num período em que a rede de transportes fluviais e de cabotagem era essencial à respiração económica do país (Macedo 1963: 26) – acarreta consequências de peso no tecido social do litoral. A pesca nas costas de mar deve ter

64 – Cf. a *Monografia da Marinha das Ondas* (Cintrão 1988: 15 e segs, 55 e segs, 65).

65 – O já referido mapa do pinhal, de 1769 (CA 112 IGP), indica a existência de “palheiros de sal” na costa de mar da Vieira; já no século XIX – em 1826 – um próspero negociante da Figueira da Foz (cf. Nunes 1993: 176-178), ou da Marinha Grande, solicita o aforamento de um paul junto ao Cais Velho da Vieira, no troço final do Lis, para aí estabelecer marinhas de sal (Pinto 1938: 277).

66 – O mesmo se passa nos concelhos de Vagos, Mira e Aveiro, como informa o Padre João Vieira Rezende (1989: 2-9).

67 – À Celbi, em 1967, juntar-se-à a Soporcel em 1984.

68 – O monografista de Espinho alude igualmente a esta crença e informa que também nesta cidade se têm encontrado conchas no subsolo (Pereira 1970: 141).

69 – Cf. o capítulo VIII do *Portugal nos Mares* (1889), de Oliveira Martins, onde – citando a *Corografia*... do Padre Carvalho da Costa – se diz que de Aveiro saíam anualmente sessenta naus para a Terra Nova (1994: 200).

sido, seguramente, uma boa saída, tal como ainda hoje o é para muitos pescadores que abandonam as traineiras de Matosinhos e regressam à Marinha de Silvalde, Espinho ou Furadouro, continuando a trabalhar nas companhas da xávega ⁷⁰.

A lagoa, ou barrinha, de Esmoriz sofre o mesmo problema, pois as *Memórias Paroquiais* (1758) referem que «he tradição nesta freguezia de que antigamente entravão pela barrinha da lagoa algumas caravellas, de que hoje não he capaz pelas muitas areas que o mar tem arojado à praya» (Bastos 1984: 22) ⁷¹. Na Vieira, o mesmo sucederá no último quartel do século XIX devido ao alteamento do leito do Lis, forçando-o a sair por várias quebradas da sua margem esquerda (cf. Loureiro (1878); o assoreamento e a força das águas acabam por impedir a navegabilidade da foz conseguida pelos trabalhos do engenheiro Reinaldo Oudinot realizadas entre 1773 e 1802 ⁷². As embarcações (iates, escunas, brigues, rascas, etc.) deixam de poder entrar na barra, passando então o transporte dos produtos do pinhal (madeiras, resina, sementes, alcatrão, etc.) a ser feito por saveiros – *batelões*, como diz o povo – que carregam do cais para os barcos ancorados ao largo; encerra-se então o estaleiro

70 – Oliveira Martins cita um texto das *Memórias Económicas...* que diz: «a pesca não só cria novos marinheiros, mas é seguro refúgio aos que pela idade e falta de forças já não podem empregar-se em penosas e longas viagens» (1994: 193)...

71 – Informa logo de seguida este mesmo texto que «no tempo do Verão uzão os Moradores pescar no Mar, com hum genero de redes de arrastar a que chamão chinchorro, dos quaes ha dous, e cada hum consta ao menos de quarenta companheiros. Metem o barco à mão pelo mar dentro, e ao depois remando, navegão couza de quinhentas braças. (...) A pesca principal he sardinha e mais alguã variedade de peixes. Cada companha tem seu governo chamado Arraes, e dous procuradores, e se regulão em tudo por estatutos, entre si estabelecidos, por antigo costume» (Bastos 1984: 22).

72 – Reinaldo Oudinot (1747-1807) é um jovem francês que, antes de completar 20 anos, ingressa no exército de Sua Majestade o Rei de Portugal, D. José I, em 1766. Dois anos depois é capitão de infantaria e especializa-se como engenheiro, sendo nomeado para dirigir os trabalhos de hidráulica necessários à regularização do leito e da foz do rio Lis, em 1773. Nas suas próprias palavras, «o fim a que se dirigiram as obras foi a cultura dos campos com o maior proveito possível da Fazenda da Real Caza do Infantado e dos cultivadores» (cit. in Saraiva 1943: 25). Em Janeiro de 1802, por aviso régio, é-lhe ordenada a execução do projecto das obras de abertura da barra de Aveiro, onde chega a 27 de Janeiro, iniciando-se os trabalhos a 5 de Março desse mesmo ano (Loureiro 1904: 22). À data do início dos trabalhos no Lis, Oudinot tinha 26 anos. Quando abandona a Praia da Vieira e os estaleiros da Granja rumo a Aveiro conta já 55, passando pelo Funchal em 1804 e vindo depois a falecer em 1807, antes da abertura definitiva da barra do Vouga no ano seguinte. A informação mais completa sobre os seus trabalhos no Lis encontra-se na citada obra de José Mendes da Cunha Saraiva (1943). Do próprio Oudinot, existe no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (Torre do Tombo) o «Mappa dos Campos de Leiria pertencentes a Real Caza do Infantado com as obras executadas por Ordems de S. MAGde para a abertura e segurança da Foz do Rio, e para a cultura dos campos – pelo Sargento mor Reynaldo Oudinot em 1783»; este documento (com a cota 501 (A) – Casa do Infantado), serviu de base à elaboração do supracitado estudo de Saraiva (1943).

naval do engenheiro Manuel Luiz dos Santos, o construtor de navios que introduziu em Portugal a técnica inglesa de querenar navios em terra⁷³. Na Vieira, contudo, a crise instala-se num sector de desenvolvimento local recente e ainda em crescimento, mas na orla lagunar de Aveiro os efeitos das alterações geodinâmicas atingem um mundo mais vasto e já há muito implantado. Na segunda metade do século XVIII, a barra de Aveiro chega a permanecer obstruída durante quinze anos e, «em 1799, depois de uma grande cheia a que a barra de Mira não pode dar vazão, uma epidemia caracterizada pela icterícia – como diz um documento da época – atacou em poucos dias mil habitantes da vila de Ovar» (Cunha 1959: 5).

De facto, a orla lagunar de Aveiro é uma região sujeita como nenhuma outra às vicissitudes da instabilidade do litoral. É a decadência do seu porto, a partir do século XVII (motivada pelo assoreamento), que lançará os pescadores à conquista dos areais voltados ao oceano (Cunha 1959: 30), sujeitando-se às difíceis condições de trabalho impostas pela acção conjugada do mar, do vento e das areias e, ainda, dos corsários. De Espinho a S. Jacinto, instalavam-se nos locais mais propícios a enfrentar a *pancada do mar*. Os seus barcos (saveiros da ria adaptados para a faina do mar) galgavam as ondas e largavam as redes (chinchorros) que arrastavam depois para a praia, ao som das batidas do tambor. Quando a sardinha deixava de vir à costa, os pescadores recolhiam os seus haveres, voltavam costas ao mar e regressavam à faina nas águas interiores da ria ou à lavoura. A partir do século XVIII, porém, iniciam-se nesta zona as primeiras deslocções para pontos mais distantes do litoral – tendência que se manifesta com especial intensidade em Ovar, Murtosa e Ílhavo – atingindo o máximo da sua intensidade a partir da segunda metade do século XIX (cf. Arroteia 1984). Assim, a movimentação de populações pelo litoral relaciona-se intimamente com a plasticidade de um meio físico em transformação permanente e,

73 – O termo *querenar* refere-se à técnica para retirar da água um navio mantendo-o depois a prumo por forma a poder efectuar reparações no casco, na quilha ou no leme. Manuel Luiz dos Santos nasceu em Lisboa, a 1 de Junho de 1785. Era capitão-tenente da Armada Real e foi o engenheiro construtor dos Arsenais da Marinha de Lisboa e de Pernambuco. Efectuou várias “viagens científicas” a arsenais de marinha estrangeiros, em 1825 e 1826, especialmente a Inglaterra, e em 1844 publica a *Memoria sobre o Plano Inclinado para Querrenar os Navios em Terra* (Lisboa, Typographia Lusitana); residiu na calçada Marquês de Abrantes em Lisboa mas, à data da edição da obra referida, está já estabelecido no *Caes Velho* da Vieira. Em 1862, o movimento de embarcações que aí vinham carregar madeiras saldou-se em 75 – escunas, rascas, hiates, lugres, buques, bergantins, palhabotes, etc. (RPM 1865: 45-48). No dealbar do século XX, o porto do Lis já não existia.

também, com um conjunto de circunstâncias históricas únicas que determinaram a ocupação dos espaços mais bem localizados do interface oceânico ⁷⁴.

As origens da arte xávega

Antes do advento das *artes* na segunda metade do século XVIII, já se praticava a pesca marítima nos areais desabrigados de muitas das localidades onde se veio depois a desenvolver a arte xávega, de Espinho à Praia da Vieira de Leiria. O trabalho de pesquisa documental, único no seu género, realizado pelo Padre Aires de Amorim (1919-1999) evidencia a actividade piscatória em diversos pontos do litoral da costa de Aveiro desde o século XVII (cf. Aires de Amorim 1986, 1989, 1999). A rede que então se utilizava – o chinchorro – apenas parece diferir da *arte* nas dimensões e, logo, no número de peças, ou *panos*, de rede que a compõem e nas respectivas malhagens: atestam-no os autores que sublinharam a distinção entre artes *grandes* e *pequenas* ou *novas* e *velhas*, tal como surge na documentação dos séculos XVIII e XIX.

A pesca de mar, contudo, não se reduzia apenas ao uso dos chinchorros. Antes ainda do aparecimento destas companhas, no século XVI ou XVII, há diversos registos documentais que atestam a prática da pesca em diversas localidades da zona da xávega. As lagoas costeiras e os estuários dos rios, abundantes de peixe, foram desde sempre explorados pelos lavradores das regiões adjacentes – como é o caso das lagoas (ou barrinhas) de Esmoriz e Mira, da Ria de Aveiro, e dos campos do Mondego e do Lis. Assim, contrastando com a relativa diversidade de redes, aparelhos e armadilhas próprias para as águas interiores, as redes de mar usadas a partir da praia nestas zonas desabrigadas eram bastante mais limitadas, sendo de destacar os tresmalhos como a *branqueira* ⁷⁵ e a *majoeira*, que sobreviveram até aos dias de hoje. A majoeira é uma rede de emalhar (em que o

74 – Jaime Cortesão referiu-se a uma *convergência atlântica* na constituição do território nacional, sugerindo que «o litoral era durante a Idade Média muito mais articulado: mais vastos e fundos, os estuários permitiam que o mar penetrasse até longe no interior das terras; e a costa desdobrava-se num maior número de abras e portos naturais, favorecendo uns e outros o aumento da população interessada no trabalho e no comércio marítimo» (1978: 231). Cf. a opinião contrária justificada por Armindo de Sousa no vol. II da *História de Portugal*, dir. J. Mattoso (1993: 349).

75 – Usa-se bastante na Praia da Vieira. É uma rede de emalhar fixa que pode ter 40 ou 50 metros de comprimento e é lançada perpendicularmente à costa, com auxílio de uma pequena embarcação.

peixe fica preso nas malhas da rede) formada por três peças (ou *panos*) de rede que é fixada com estacas de madeira na areia perpendicularmente à costa, na maré baixa, e tem a vantagem de poder ser utilizada por uma pessoa apenas. As majoeiras, «destinadas em especial ao robalo e ao sargo, eram utilizadas desde a primeira dinastia ao longo de toda a costa por amadores e profissionais, e constituíam a arte quase exclusiva das praias desabrigadas antes da chegada das grandes redes de arrasto» (Pedrosa 1985: 294).

Na Praia de Mira, disse-me um redeiro, ou *mestre de redes* (59 anos), sem interromper nunca a sua actividade (ganha 240\$00 à hora) com o fio e as “agulhas” de consertar rede (em madeira de bucho, ou laranjeira, pertenciam ao seu pai...) ⁷⁶, que dantes se usavam muito as *redes-de-pé*. Estas – diz-me ele – eram levadas pelos ranchos de trabalhadores que iam sazonalmente para as Lezírias do Sado, para a monda do arroz. Usavam um traje de pano-cru tratado com óleo de fígado de bacalhau – prossegue –, para impermeabilizar. Nas praias a sul do Mondego usam-se ainda o *corrimão* (ou *espinhel*) ⁷⁷ e, muito raramente, a *tarrafa* ⁷⁸, que são ambas técnicas solitárias usadas, geralmente, na contra-safra, ou quando o mar é avaro de peixe.

A arte xávega é uma forma de pesca artesanal que se pratica no litoral central português há mais de dois séculos. Nesta família das redes envolventes incluem-se a *xávega algarvia*, a *chinha* e o *chinchorro*, a *varina* usada outrora pelos avieiros do Tejo, a *mugiganga* ⁷⁹ e a *tarrafa* ⁸⁰, entre outras (cf. Pedrosa 1985; Moreira 1987:

76 – A estas “agulhas” chamam *zagunchos*.

77 – O *espinhel* é ainda hoje usado na Vieira e na Leirosa, com o nome de *corrimão*; ao contrário do *palangre*, o *corrimão* é usado por um só homem a partir da praia, sem necessidade de embarcação; trata-se de uma linha de grande comprimento cheia de anzóis iscados e cuja extremidade é amarrada numa pedra que se atira para longe; depois, vai-se desenrolando a linha à medida que se caminha pela borda do mar, por forma a que a extensão de anzóis (iscados) tenda a afastar-se o mais possível da praia.

78 – A sul do Mondego, na Leirosa e, em especial, na Praia de Vieira, a *tarrafa* é uma pequena rede circular, ou cónica, de arremesso – que se abre ao ser lançada sobre o peixe –, usada individualmente e com chumbos em todo o seu perímetro; era amplamente utilizada ainda há vinte ou trinta anos por pescadores que, à vista de um peixe a curta distância, as lançavam nas águas do Lis e no mar, junto à foz. Inexplicavelmente, foi interdita pela autoridade marítima, privando muitos pescadores pobres de matar a fome à família. Em Esmoriz e Espinho, alguns pescadores identificam esta rede pela designação *rede de saia*, não havendo, contudo, memória da sua utilização nestas paragens. O seu uso na Praia da Vieira era extensivo às valas e pegos do Tejo e seus afluentes, por virtude das migrações de avieiros.

79 – A norte do Furadouro, eram outrora abundantes as pequenas companhas das *mugigangas*, que são redes envolventes semelhantes à xávega mas de dimensão reduzida e

417 e segs.)⁸¹. A rede – ou o conjunto da rede e dos cabos que a manobram – era outrora denominada, muito simplesmente, *arte*, de acordo com a designação da sua origem mediterrânica – occitana, catalã, ou andaluz: “arte”, “obra”, “arte real”, “rede real” ou “xávega” (Monceau e Marre 1769: 149), redes de grandes dimensões usadas nas costas do Mediterrâneo, do Golfo de Lyon ao Golfo de Cádiz. A designação *arte xávega* releva da assimilação entre a *xávega* – que era praticada no Algarve já no século XV⁸² – e a *arte* trazida por catalães e occitanos para a Galiza no século XVIII, supostamente, devido à falta de peixe no Mediterrâneo (Pedrosa 1985; cf. Calo Lourido 1997). É difícil precisar em que medida a assimilação linguística corresponde também a uma assimilação técnica, visto que – apesar da fama de país de pescadores e marinheiros – são poucos os estudos históricos disponíveis sobre as técnicas de pesca usadas em Portugal. Atendendo, no entanto, à marcada diferença das condições específicas do litoral na costa atlântica relativamente às praias do Sul, as artes usadas em ambos os locais envolvem necessariamente diferenças significativas no que toca às técnicas e aos instrumentos e, concomitantemente, à organização do trabalho e à multiplicidade de factores que lhe está associada.

Efectivamente, tanto Constantino Botelho de Lacerda Lobo (1812) como Baldaque da Silva (1891) assinalaram diferenças entre ambas, dizendo este último que no Algarve a *xávega* «compreende, além do aparelho um barco chamado calão e uma lancha denominada enviadeira»; e que a rede da *xávega* é de «composição semelhante à das artes do norte, mas com denominações e construção diferentes»

de malha muito miúda; trabalhavam quase sempre durante a noite; o seu uso destinava-se à pesca do caranguejo (*pilado*, ou *mexoalho*) para servir de adubo às terras de lavoura.

80 – Como explica o capitão F. Gomes Pedrosa, a tarrafa aqui referida é uma rede envolvente, de cerco, que teria surgido no século XVI e que, segundo Baldaque da Silva, era usada no século XIX para a pesca da sardinha no estuário do Sado e entre os cabos da Roca e Espichel (Pedrosa 1985: 304); a sua utilização surge associada à dispersão dos pescadores de Ílhavo (ver infra capítulo 3, nota 120).

81 – Na zona da *xávega* usam-se também os tresmalhos, *redes de emalhar* que incluem – além da *branqueira* e da *majoeira* – a *robaleira*, que já só raramente se encontra. As robaleiras são redes de emalhar que, ao contrário dos tresmalhos fixos, operam a partir de uma embarcação que se desloca paralelamente à costa e a curta distância, na zona livre de rebentação. Destinada, na Praia da Vieira, ao cerco dos cardumes (“majôas”) de robalos, esta técnica envolvia um grupo “de terra” que ia caminhando pelo areal e a quem, muitas vezes, se devia a descoberta de cardumes a olho nu, dando então sinal aos do barco para se iniciar o cerco.

82 – Segundo o Capitão Fernando Gomes Pedrosa, “*xávega*” «provém do árabe “as-sabak”, rede, da raiz “sabak”, “enredar, entrelaçar”, e está documentada desde 2/11/1405 (...). Um erro generalizado confunde-a com a “arte” de arrasto e a *xávega* moderna que só foram introduzidas no século XVIII» (1985: 296).

(Silva 1891: 245). Segundo o capitão F. Gomes Pedrosa, as xávegas modernas (que seriam diferentes das xávegas do século XV) foram introduzidas em Monte Gordo por catalães e andaluzes. Eis, em síntese, a sua tese: com a proibição do arrasto costeiro na Catalunha em 1725, os marítimos dispersaram para o Sul de França e para a Península Ibérica, da Andaluzia à Galiza. Sobre as “artes”, diz o autor que, a partir do último quartel do século XVIII, «os varinos e os ílhavos derramaram-nas depois para norte até à foz do Douro e para sul até Sines, cruzando-se com os algarvios que difundiram a xávega para norte até à Caparica» (1985: 302). Com o decorrer dos tempos, as *artes* passaram a ser conhecidas pelo nome misto de “arte de xávega”, ou “arte xávega”, havendo até quem aplique a designação “xávega” ao barco luniforme a que está associada a utilização desta rede.

Em França, um dos capítulos do monumental *Tratado Geral das Pescas* publicado em Paris no ano de 1769, descreve a pesca da sardinha em Portugal, dizendo que se pratica principalmente entre Peniche e Setúbal, com um barco – a *muleta portuguesa* – de proa e popa altas, com um mastro inclinado para a frente, vela latina e uma equipagem de cinco homens (Monceau e Marre 1769a: 444-445). Nenhuma referência ao arrasto com “artes”, portanto. Mas vejamos agora, sumariamente, as descrições de algumas redes utilizadas nessa época nas costas do Mediterrâneo.

No Sul de França – diz o *Tratado...* – usava-se o *aissaugue*, constituído por um saco, dois *aîles* com 95 braças, e cordas longas (*halins*) puxadas a braços por meio de tirantes; e o *boulier*, *bouilliete* ou *bouliche*, semelhante ao anterior, constituído por um saco (*manche*) e dois “braços” – cada um formado por doze peças denominadas “alas” (Monceau e Marre 1769: 144-150). Vejamos um excerto particularmente interessante do texto (a tradução é livre, mantendo os termos originais das denominações das redes, para os quais não conheço equivalentes): «Os espanhóis praticam uma grande pescaria que designam *Arte Real de Peschera* ou, por vezes *Boulic de Praia*, para o qual empregam até 80 homens. Esta rede pode ser vista como um *Boulier* de grandes dimensões. Nas costas do Roussillon e na Catalunha, a pesca com o grande *Boulier* (a que chamamos Arte, ou Obra) é a mesma que em Narbonne, no que respeita à rede e à sua manobra, mas a equipagem de cada barco não ultrapassa os 4 homens, pois as gentes dos lugares vizinhos ajudam-nos a puxar a rede para terra: homens, mulheres, rapazes e raparigas, todos são admitidos para este trabalho e têm alguns peixes por recompensa, à parte da equipagem. Em Gibraltar, pesca-se a sardinha com uma rede do mesmo género, com dois braços de 130 braças

cada um e que terminam por um saco de aproximadamente dez braças de comprimento a que os espanhóis chamam *couvo*; e a toda a rede chamam *xávega* ou *Redes Reais*» (1769: 149). No segundo volume desta obra – a propósito, ainda, da pesca da sardinha no Sul de Espanha – fala-se numa «rede bastante semelhante ao *sardinaye* dos provençais; denomina-se, em espanhol, *chin-choures*» (1769a: 444)⁸³.

Se atendermos ao facto de que há uma considerável variedade de redes do mesmo tipo (isto é, constituídas por um *saco* e duas *bandas*, *alas*, ou *mangas* laterais) mas com dimensões e denominações diferentes (os supracitados *aissaugue*, *boulier*, *bouliche* e, entre nós, o *chinchorro*, a *arte*, a *xávega*, a *mugiganga*, a *tarrafa*⁸⁴ e a *chinha*); e se atendermos também à escassez de fontes directas e detalhadas acerca das artes de pesca e dos contextos históricos da sua utilização; então, o problema da *origem* é de difícil solução, não sendo possível fixar com exactidão datas e locais, nem tampouco as circunstâncias precisas da introdução das respectivas técnicas. A qualidade da investigação desenvolvida nas últimas décadas permite, contudo, estabelecer algumas hipóteses.

De acordo com Aurélio de Oliveira (1985), o cenário em que se processa a introdução das artes e das novas técnicas de salga de origem francesa que lhes estão associadas é, resumidamente, o seguinte: desde longa data que os mareantes galegos vinham vender peixe por todo o litoral português, até à foz do Mondego e mesmo até Lisboa. Em 1773, porém, o Marquês de Pombal impõe medidas proteccionistas e desencadeia uma autêntica guerra comercial com os espanhóis, o que envolveu o lançamento de impostos pesadíssimos sobre a importação do pescado vindo da Galiza. É então que à influência galega se substitui a dos franceses e catalães, que introduzem as *artes* de grandes dimensões, bem como novas técnicas de preparação e conservação do peixe, inclusivamente da sardinha. O nome que aparece sempre associado a estas inovações é o de Jean Pierre Mijouille, um francês do Languedoc que nesse mesmo ano de 1773 obtém um alvará régio para se estabelecer no

83 – Em abono da hipótese da origem francesa, provençal e occitana, da *arte*, refira-se a existência de alguns vocábulos de origem francesa no domínio da pesca: na Praia de Vieira de Leiria diz-se que se vai ganhar uma *rapola* quando, pontualmente, se dá uma ajuda a carregar cordas, puxar a rede, etc. a troco de uma pequena porção de peixe; *rapola* vem, certamente, do francês *rappel*, que pode significar *gratificação*. No Furadouro, como em Espinho (onde floresceu a indústria conserveira, na viragem do século XIX), ao acto de misturar o sal com as sardinhas, nas dornas, chamava-se *revenir* (Pinho 1988: 11).

84 – Ver supra, nota 78.

Furadouro (o que ocorrerá cerca de três anos depois), juntamente com um grupo de catalães «bem industriados no meneio e trato da pesca», como escreve J. F. Teixeira de Pinho em 1869 (Pinho 1959: 82).

A técnica de conservação da sardinha é mantida em segredo e os lucros do “estrangeiro” são elevadíssimos, visto que compra o peixe que sobra da exportação diária pelos baixos preços a que este é vendido aos lavradores, para estrumar a terra. Dizem os monografistas locais que o segredo acaba, no entanto, por ser divulgado, graças a um pescador que decide espreitar por um orifício no telhado do armazém, e «D’ahi resultou a necessidade de ficarem n’essas costas durante alguns meses do inverno e até mesmo durante todo elle, as famílias que na safra piscatória recolhiam sardinha às dornas para vender quando o mar se fechasse. É, pois, de então para cá, que n’essas costas, incluindo, portanto, a d’Espinho, começou a haver população permanente» (Lima 1979: 22).

Esta explicação apresentada pelo Padre André de Lima, em 1903, é de um alcance enorme. Se não, vejamos: de acordo com J. F. Teixeira de Pinho, os pescadores de Ovar, durante a safra, instalavam-se nos arraiais que se estendem «desde Espinho até S. Jacinto» (1959: 82), nos locais onde pudessem exercer a sua actividade de forma mais cómoda. Vinham todas as semanas a Ovar abastecer-se de provisões e, no final da safra, pegavam nas redes e regressavam a casa. Ora, a partir do momento em que podem recorrer a uma técnica de conservação eficaz, torna-se possível prolongarem a sua permanência nos locais que ocupam na beira-mar, transformando os seus arraiais em aldeias ocupadas permanentemente – o que, eventualmente, é possibilitado pela maior facilidade de acesso aos mercados que alguns desses locais oferecem devido, precisamente, à sua localização privilegiada e à abertura de estradas e caminhos. Diz J. F. Teixeira de Pinho que o Furadouro foi o primeiro destes locais a ser habitado (1959: 82), e o Padre André de Lima, por seu turno, afirma que só após o ano de 1776 é que se dá a fixação da primeira população permanente de pescadores em Espinho. Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano reconheceram, também, que o Furadouro «é originariamente o local de pescaria mais importante deste sector, do qual mesmo os demais, desde Espinho – e até à Afurada – à Torreira e a S. Jacinto, são demográfica e culturalmente tributários» (Oliveira e Galhano 1964: 30). Saliente-se que, à época em que o Padre Lima escreve – em 1903, ou antes –, ainda as costas de Paramos e Esmoriz «ficam ermas deshabitadas durante o inverno» (1979: 20), pois, tal como era hábito na

região pelo menos desde o século XVIII, os pescadores iam passar o Inverno para outras paragens: para o Ribatejo, para o Douro, Matosinhos, e Vila do Conde.

Nos termos do cenário que acabo de traçar, para além de contribuir decisivamente para a fixação de populações, esta inovação técnica anda a par com o aumento do tamanho das redes, uma vez que torna possível o aproveitamento com fins lucrativos de toda a sardinha capturada, ao invés de a vender por tuta e meia aos agricultores, que a utilizam como adubo. É então que aos *chinchorros* – ou *pequenas artes*, segundo J. F. Teixeira de Pinho (1959: 82) – se sucedem as *artes grandes*, o que implica também um aumento considerável do número de homens necessário à actividade das companhas, visto que a alagem da rede se fazia à mão, ao ritmo de um tambor e do cantar de ladainhas (Lamy 1977: 180; Costa 1985).

A despeito da plausibilidade de todo este cenário (descontando o colorido episódio da descoberta do segredo técnico do francês por um pescador que espreita através do telhado), a investigação mais recente aponta, no entanto, noutras direcções. Inês Amorim (1998, 1998a) revelou a existência de documentos que evidenciam a introdução das artes novas na costa de Aveiro em meados do século XVIII, antecipando duas décadas a inovação atribuída a Jean Pierre Mijouille. Trata-se de um conjunto de contratos notariais datados de 1751 nos quais se encontra uma série de alusões à constituição de companhas com as «introduzidas de novo nesta vila chamadas artes com todos seus aparelhos necessários e com seu barco, para com ela se pescar na costa do mar desta vila», contratando-se um «mestre das redes chamadas artes» para «os emsignar dentro dos tres annos de tudo o que nessesario for pertensente a dita rede chamada arte e a lhes declara todo o segredo que tiver e for preciso para a dita rede haver de pescar» (Amorim 1998a: 171). Poucos anos depois, em 1763, um documento da Comarca da Feira refere a existência de dezasseis artes no Furadouro (Amorim 1998: 28).

No Algarve, a presença de catalães remonta, pelo menos, à segunda década do século XVIII, «quando a pesca de arrasto foi interdita na Catalunha, trazendo consigo capitais, técnica de arrasto e salga, e encarregando-se ainda do circuito de distribuição, nos seus próprios barcos, pelas costas mediterrânicas» (Amorim 1998a: 168). A difusão da nova arte, de Monte Gordo para as costas atlânticas, poderá pois ter ocorrido em simultâneo para a Galiza e para a costa de Aveiro, como propõe Inês Amorim. No cenário anterior, a plausibilidade da explicação avançada por Aurélio de Oliveira (e, antes dele, por J. F. Teixeira de Pinho em 1869, pelo Padre André de Lima em 1903, e

por outros monografistas locais) decorre, fundamentalmente, de parecer pouco provável que a pesca de mar praticada antes do advento das novas técnicas de salga utilizasse redes de grandes dimensões – por razões de ordem logística e pelos factores de mercado que lhe estão associados: qual a vantagem de uma rede mais produtiva que os chinchorros (artes velhas) se a conservação e o escoamento eram deficientes e a sardinha acabava a apodrecer na praia ou era recolhida pelos lavradores para adubar a terra?

Antes de prosseguir com o cenário decorrente do trabalho de pesquisa de Inês Amorim, convém notar que as artes velhas a que se refere J. F. Teixeira de Pinho como «pequenas artes» (1959: 82) são grandes chinchorros, e que o número de pescadores envolvidos nestas companhias não parece ser substancialmente diferente dos números que constam nos contratos notariais apresentados por aquela investigadora⁸⁵ (Amorim 1998: 172, 177). Segundo F. Gomes Pedrosa, o *grande chinchorro* – diferente dos chinchorros usados no século XV no Algarve (que apenas se teriam difundido para norte até Cascais) – era uma rede de arrasto para terra utilizada em rios e lagoas, oriunda da Galiza, e que teria chegado ao Mondego no século XVI; «com o advento do saveiro ou meia-lua (...) foi adaptado à costa marítima», pelo que «constitui um marco miliário na evolução do sector, quer pelo domínio incontestado durante dois séculos na prática de arrasto para a praia, quer por ser a ponte de passagem para a “Arte de arrastar”» (Pedrosa s/d: 51). J. F. Teixeira de Pinho diz que no ano de 1600 já laboravam quatro companhias no Furadouro, e em 1923, o então capitão do Porto de Aveiro proferiu uma conferência em que afirmava que «a indústria da pesca, aniquilada nos séculos 17º e 18º, mantivera-se com relativa actividade no extremo norte da laguna, em Ovar. Os pescadores tinham adaptado à pesca pelágica os chinchôrros empregados nas águas interiores e criado o tipo de barco em forma de meia-lua para atravessar a rebentação da costa organizando-se para a exploração do mar em companhias do tipo cooperativista rudimentar» (Cunha 1959: 30). As várias exigências de todo o dispositivo funcional desta modalidade de

85 – Nas *Memórias Paroquiais* de Esmoriz, de 1758, citadas pelo Padre Aires de Amorim, o relator refere a existência de dois chinchorros, «e cada um consta, ao menos, de quarenta companheiros» (1986: 554). As dificuldades com que se confronta o trabalho de Inês Amorim quanto à determinação do número de homens em cada companhia prendem-se com «a mobilidade dos pescadores, a variação de combinações (...) e, ainda, se todos os seus membros eram nomeados na escritura» (1998: 177) – por exemplo, a escritura de Jean Pierre Mijouille cita apenas doze homens que declaram aceitar as condições do contrato «por si e em nome dos mais companheiros de que se compõe a dita rede» (1998: 178).

pesca originaram posteriormente várias mutações, de que se destaca, na alagem da rede, a mudança da tracção manual para a tracção animal, em finais do século XIX, e a adopção da tracção mecânica, a partir dos anos setenta do século XX. Estas transformações, contudo, sofreram avanços e revezes de acordo com as condições específicas das várias localidades da zona da xávega. Consequentemente, existem actualmente algumas diferenças processuais significativas, mantendo-se intacta, porém, a unidade fundamental da técnica.

A mencionada “adaptação” dos grandes chinchorros à costa de mar e o registo de outras mudanças mais recentes levam a crer que, para além da difusão de inovações vindas de fora, se verificaram também, neste domínio, transformações técnicas consideráveis. Assim, a adopção das artes novas em meados do século XVIII, tal como no-lo mostra Inês Amorim, poderá sugerir mais continuidades do que rupturas. Desde logo, sabemos que a esfera de acção das práticas piscatórias, em geral, pode ser entendida, na longa duração, como uma sucessão de transformações complexas cuja abrangência se estende ao longo de séculos, num movimento que parte dos estuários dos rios e das lagoas para as zonas mais favoráveis e protegidas do litoral e, finalmente, para as costas desabrigadas do oceano Atlântico. Como veremos no capítulo seguinte, a ocupação dos areais da região centro, possibilitada, em grande medida, pelo exercício da arte xávega, é bastante recente – de finais do século XVIII e, principalmente, do século XIX. Inovações como, por exemplo, a utilização de uma máquina a vapor ou de um guincho eléctrico para alar as redes, ou adaptações técnicas como a utilização de duas embarcações no processo de pesca, não resistiram às exigências adaptativas dos contextos em que se tentou a sua aplicação, no litoral central. Mas dever-se-á, apesar de se conhecerem os fundamentos de alguns processos de difusão, excluir a possibilidade de um desenvolvimento natural de linhas de continuidade entre as redes envolventes simples, os grandes chinchorros do século XVI (arte velha) e a arte nova, ou xávega, do século XVIII?

A despeito da persistência de muitas técnicas de pesca e da sua continuidade desde tempos mais ou menos remotos até ao presente, este não é um domínio da actividade humana que se possa considerar marcado pelo imobilismo tecnológico; muito ao contrário, como mostrou o capitão F. Gomes Pedrosa (1985), as pescas nacionais têm conhecido, ao longo dos séculos, um sem-número de inovações resultantes não só da difusão cultural a partir «do Norte da Europa, através da Galiza, e do Mediterrâneo, através da Catalunha» (Pedrosa 1985: 287), mas decorrentes,

também, de uma permanente necessidade de adaptação a factores que se prendem com as complexas tramas de relações entre as comunidades piscatórias e o meio em que vivem e exercem a sua actividade⁸⁶, o efectivo de mão-de-obra disponível, a organização do trabalho e suas prerrogativas jurídicas, os próprios contextos mais amplos de desenvolvimento tecnológico a nível nacional e global, etc. A arte xávega é, aliás, um excelente exemplo capaz de ilustrar muitos destes factores, uma vez que ao longo dos tempos tem conhecido inúmeras transformações: utilização de duas ou apenas uma embarcação, dois ou quatro remos, barcos de dimensões entre os 3 e os 17 metros, alagem braçal, animal e mecânica, para mencionar apenas algumas das mais importantes – mantendo-se contudo a arte (ou rede), propriamente dita, sem qualquer alteração estrutural que não as que dizem respeito, fundamentalmente, ao seu tamanho e as que decorrem da evolução dos materiais (da fibra de cânhamo aos materiais sintéticos, dos odres de pele, ou *coiros*, e bóias de cortiça⁸⁷ aos flutuadores plásticos...). Dos dados apresentados ao longo deste bloco é possível inferir que progresso técnico e difusão não são fenómenos mutuamente exclusivos, ainda que as fontes dirijam a nossa atenção para o segundo destes processos.

No cenário traçado por Inês Amorim, as grandes transformações do sector datam do mesmo período que é apontado pelos monografistas locais para a introdução das novas técnicas de salga e, concomitantemente, para a chegada da arte. Mas teria sido a partir da década de setenta do século XVIII, justamente, que «o interesse pelo manancial colhido e deixado, várias vezes, na praia, é organizado por capitais estrangeiros» (Amorim 1998a: 35). A chegada de Mijouille e dos catalães que para ele trabalhavam marcaria, pois, não a introdução de uma nova forma de pesca, mas de uma nova e eficaz técnica de salga e preparação da sardinha, acompanhada pela extracção de óleo de peixe (denominado *sil*)⁸⁸. O francês seria, fundamentalmente, um negociante com múltiplas actividades «articuladas com os meios

86 – Inês Amorim é peremptória nesta questão: «o meio natural condiciona o desenrolar das restantes actividades» (1998a: 26).

87 – A sul do Mondego, o *Estrela da Leirosa* e, na Praia da Vieira, o *Sra. da Luz*, usam ainda pandas em cortiça nas suas artes. Na maior parte das praias do Norte usam-se em plástico laranja, à excepção de uma outra mugiganga no Furadouro ou em Mira. Em Esmoriz e no Furadouro, algumas majoeiras usam flutuadores de cor branca, feitos com desperdícios industriais de uma fábrica da região.

88 – Veja-se a descrição sumária do processo em Pinho (1988: 10-12). O *sil* servia como combustível para candeias de iluminação e, misturado com zarcão (corante vermelho de óxido salino de chumbo), para pintura protectora da madeira dos palheiros.

comerciais nacionais (no Porto e em Lisboa) e estrangeiros, ao expedir mercadorias pela barra, fretando barcos a exportar sardinha para Bilbao e S. Sebastian em troca de “carga de ferro”» (Amorim 1998: 174).

Na análise da origem dos capitais envolvidos nos contratos notariais estudados, surgem não só indivíduos «ligados ao negócio, à empresa capitalista», como também «nomes da oligarquia local, ligada à nobreza da cidade, significativos proprietários de marinhas de sal»⁸⁹ e, também, alguns arrais (Amorim 1998: 174). A necessidade de consolidar redes comerciais capazes de promover a exportação da conserva de sardinha levou Inês Amorim a contextualizar neste âmbito o aparecimento – antes de 1778, de acordo com o Padre Aires de Amorim (1989: 249) – de um monumental projecto de engenharia hidráulica atribuído a Mijouille que propunha, através da construção de um canal (o «canal do francês», segundo a autora), ligar o Douro à barrinha de Esmoriz e à ria de Aveiro, estendendo-se depois até Mira (Amorim 1998: 35). Num dos mapas deste projecto apresenta-se um perfil do canal «como se executa em Langdoc» (Aires de Amorim 1989: 246); e nas Cortes de 25 de Abril de 1821 surge de novo Jean Pierre Mijouille na defesa deste projecto (Aires de Amorim 1989: 242; cf. Inês Amorim 1998a: 32).

Outras pistas, ainda, favorecem as hipóteses de pesquisa de Inês Amorim. Paulo Nuno Lopes e Helena Lopes (1995: 31, 104) chamaram a atenção para o facto de que em 1757, num documento transcrito por J. F. Teixeira de Pinho (1959: 66), se faz referência à *arte* de Manuel Pinto e ao *chinchorro* do Ourré. Em 1812, a *Memória sobre a Decadência das Pescarias de Portugal* assinala que «em toda a costa da Província da Beira desde a barra do Porto até a da Figueira não se observão outras redes senão as chamadas Artes, à excepção de Buarcos, onde destas já não fazem uso» e onde, aliás, «tem diminuído o número das sobreditas Artes, porque no anno de 1758 da costa de Buarcos estabelecerão-se sete, e no anno de 1797 sómente existiam duas, que não tinham uso por falta de pescadores» (Lobo 1812: 345). O capitão F. Gomes Pedrosa sustenta que foi na zona de Buarcos, portanto, que terão começado a usar-se as

89 – Um dos senhorios retratado é José Leandro da Costa Monteiro Rangel de Quadros, membro da nobreza local que, em 1784, era um dos maiores proprietários das marinhas de sal de Aveiro. Quando Mijouille se estabelece em Ovar com a sua indústria, no início da década de setenta, um outro francês – o engenheiro Reinaldo Oudinot – dá início às obras de regularização da foz do rio Lis, que se estenderão de 1773 a 1802. Na descendência de Oudinot – de quem, aliás, se conhecem também trabalhos cartográficos datados de 1791

artes; que «o advento da “Arte” a partir de 1750 motivou o progressivo abandono do chinchorro, e no período de “convivência”, este foi denominado “arte velha” e aquela “arte nova”» (Pedrosa s/d: 59). Sublinhe-se, no entanto, que já em 1706 existe uma referência ao “chinchorro velho” e ao “chinchorro novo” de Arada, que pescavam na costa de Ovar (Aires de Amorim 1989: 348). Para sul do Mondego, o capitão F. Gomes Pedrosa refere-se à laboração das artes na Costa de Lavos, dizendo que «por um documento de 1788 se constata que lá trabalhavam pelo menos há catorze anos empregando mais de 1500 pessoas» (Pedrosa s/d: 56).

Para além de abonar a hipótese que sugere o advento das artes em data anterior ao estabelecimento de Mijoulle no Furadouro, o que parece mais surpreendente neste conjunto de informações são os números respeitantes ao pessoal envolvido na laboração das companhas. Ainda segundo F. Gomes Pedrosa, na década de setenta do século XVIII, em Isla Cristina, junto à foz do Guadiana, havia «cerca de 100 xávegas com 5 mil homens» (Pedrosa 1985: 302); e «em meados do século XIX chegaram a laborar na Costa da Galé 18 “artes” com 3 mil homens» (1985: 303). A despeito das dificuldades decorrentes da insuficiência das fontes (Amorim 1998a: 27-29), tudo leva a crer que a importância local das pescarias, na região abrangida por este estudo, sofreu um notável incremento com o advento da arte, na segunda metade do século XVIII.

As estatísticas de Adrien Balbi, de 1821, apontam para um efectivo de 4411 pescadores só na área abrangida pela comarca de Aveiro (Amorim 1998: 162) – número este que corresponde a um quarto do total da população piscatória portuguesa –, não precisando, contudo, a sua distribuição pelos vários tipos de pesca, fluvial e marítima. Vinte anos mais tarde, também para a região de Aveiro, os números são bastante mais precisos: os livros de registo de embarcações e de pescadores analisados por Custódio Moreirinhas (1995) revelam que no ano de 1840 estavam registados na arte xávega 4329 pescadores, distribuídos por 31 companhas a laborarem entre o Furadouro⁹⁰ e Mira. Este número corresponde, como sublinha o autor, a três quartos do total de pescadores registados, o que dá uma ideia do extraordinário desenvolvimento do sector, a par com o crescimento das aldeias piscatórias do litoral. Este desenvolvimento deve, no entanto, ser contextualizado no momento

relativos à barra do Douro (Aires de Amorim 1989: 239) – encontram-se ligações à família Rangel de Quadros (Saraiva 1943: 27).

90 – A monografia do Furadouro, de Eduardo Lamy Laranjeira, refere que no ano de 1800 trabalhavam nesta praia 2000 homens distribuídos por 10 companhas (Laranjeira 1984: 68).

histórico em que ocorre, correspondendo ao período em que as companhias de xávega deixaram de ser cooperativas simples e passaram a sociedades de investidores – muitos dos quais não eram pescadores mas apenas detentores de quotas-partes (quinhões) nestas sociedades. Para além do mais, há que ter em consideração o facto de que, «no último século, cada companhia arregimentava bastantes marítimos, procurando isentá-los do serviço militar» (Aires de Amorim 1986: 303) ⁹¹.

A norte do Furadouro, a documentação compulsada pelo Padre Aires de Amorim (1989) fornece, para o mesmo ano de 1840, as indicações constantes da tabela 8 ⁹².

Assim, na faixa que vai de Espinho a Mira, temos um total de 5745 indivíduos, distribuídos por 41 companhias, o que perfaz uma média de 140 pessoas por companhia. É difícil precisar qual a distribuição destes 140 indivíduos pelo variado leque de estatutos sócio-profissionais das companhias (administradores, gerentes, escrivões, arrais, pessoal de mar, de terra, etc.). Mas é possível, contudo, supor que parte destes 140 serão quinhoeiros que têm alguém a remir o seu quinhão, viúvas por quem vence o quinhão dos maridos falecidos, etc. É difícil imaginar uma companhia a funcionar com tanta gente, mesmo contando com a alagem das duas bandas da rede, que então se fazia à custa do esforço humano e ao som do tambor. De facto, o número de pescadores registados por companhia varia enormemente, como se depreende dos valores deste ano de 1840: em S. Jacinto e em Mira o número de pescadores das 12 companhias revela uma média de 73 homens por companhia; no Furadouro e na Costa Nova, a média é de 172 homens por cada uma das 11 companhias; na Torreira, 6 das 7 companhias têm mais de 220 homens, que é também o valor da média; e finalmente, do Furadouro para norte, até Espinho, uma das 10 companhias tem 94 sócios, sendo de 146 a média das restantes 9. Dada a insuficiência

91 – O Padre André de Lima diz-nos, em 1903, que logo no século XVIII companhias inteiras houve que «foram organizadas por lavradores das cercanias, para seus filhos poderem gosar do privilegio de isenção do serviço de milícias ou militar, concedido por D. Maria I aos donos ou arraes de companhias de pesca; mas sendo esse privilegio abolido em 1810, deixaram ellas também de existir» (Lima 1979: 18); cf. também Aires de Amorim (1989: 251, 326 e segs.).

92 – O Padre Aires de Amorim (1919-1999) inventariou cronologicamente uma quantidade imensa de preciosa documentação relativa às companhias de arte xávega e, também, a outros motivos de interesse relacionados com o distrito de Aveiro. Este quadro foi elaborado com base na compilação *Achegas para o Estudo da História Local*, que reúne parte significativa dos seus trabalhos e foi editada pela Comissão de Melhoramentos de Esmoriz em 1989. A síntese do seu trabalho sobre as companhias de xávega, de Espinho a Ovar, foi publicada pela Câmara Municipal de Ovar no ano do seu desaparecimento, em 1999.

de fontes, não é possível, portanto, avaliar com exactidão o número de pescadores necessários ao funcionamento de cada companhia nem, tampouco, a dimensão das respectivas embarcações.

Tabela 8 – 1840: companhias de xávega e respectivo número de sócios, entre Espinho e Maceda

Companhas	Localidades	N.º de sócios
Companha de S. José	Cortegaça	149
Companha de S. Pedro	Maceda	156
Companha de Santo António	Esmoriz	140
Companha de S. Tiago (Riomeão)	Esmoriz	148
Companha de Santo Tirso	Paramos	163
Companha de Nossa Senhora do Rosário (Silvalde)	Anta (Espinho)	140
Companha de Nossa Senhora da Penha de França (Esmoriz)	Anta (Espinho)	128
Companha de Santo António (Silvalde)	Anta (Espinho)	94
Companha Velha de S. José de Ribamar (Espinho)	Anta (Espinho)	132
Companha Nova do Sol (Espinho)	Anta (Espinho)	166
Total		1416

Fonte: Segundo Aires de Amorim (1989).

Ao longo dos tempos, os barcos de mar característicos da arte xávega sofreram várias modificações, inclusive no que concerne à sua dimensão e ao número de remos – transformações que não são simultâneas nas várias praias. Os barcos de maior dimensão, por exemplo – com cerca de 17 metros de comprimento – só puderam surgir após a tracção humana ter sido substituída pela força animal, a partir de finais do século XIX. Os dados de 1940 representados na tabela 9 revelam o número médio de efectivos (no mar e em terra) necessários ao funcionamento dos grandes barcos deste período – entre 60 e 70 homens. Cem anos antes – e apesar de a alagem da rede exigir, então, elevado número de braços – o número de pescadores não deveria ser muito diferente deste, visto que as embarcações eram mais pequenas, assim como as redes e as distâncias a que estas eram largadas. Resta explicar, contudo, os elevadíssimos números que apresentam, por exemplo, as companhias da Torreira em 1840 – 220 homens por companhia. Por um lado, é possível supor que esse número inclui não só os pescadores como também os quinhoeiros (cujo número deveria ser variável), negociantes e outro pessoal apenas parcialmente associado ao labor das companhias (carregadores e barqueiros encarregues de levar o pescado da praia até à outra margem da ria); por outro lado, a constância do número de homens por companhia em cada uma das diferentes localidades (veja-se as médias no final do parágrafo anterior) leva-me a pensar que as diferenças médias entre as várias praias se devem – para além das

eventuais variações no tamanho dos barcos e das redes – a necessidades funcionais decorrentes da divisão do trabalho necessário ao escoamento do peixe, de acordo com factores locacionais, e também à sua conservação e armazenamento; e, como referi anteriormente, há também que considerar possíveis expedientes de isenção militar ou até, inversamente, a necessidade de formação de milícias arregimentadas pelos poderosos representantes políticos locais, como reporta Lamy em Ovar (1977: 159).

Tabela 9 – 1940: companhas de xávega e número de pescadores empregues na laboração, de Espinho a Mira

Companhas	Proprietários	Localidades	Número de pescadores (Mar/Terra)
N. Sra. do Rosário de Fátima	Maia e Comp. ^a	Espinho	32 / 25
S. João	Vieira, Santos e C. ^a	Paramos	37 / 31
N. Sra. da Paz	Manuel da Silva Porrão (Murtosa)	Torreira	50 / 22
Sra. do Carmo, N. Sra. da Conceição	Emp. ^a Pesca	Torreira	48 / 24
São Pedro	Soares Polonia e Cia. Ltda	Furadouro	48 / 27
Sra. do Socorro	Joaquim Valente e C. ^a (Ovar)	Furadouro	47 / 30
Santa Marinha	Marques Violas e C. ^a	Cortegaça	46 / 18
Nova Vaguense	Sá, Vieira e Cia. Ltda.	Mira	47 / 11
Boa Nova	Firma de Francisco Gomes Figueiredo	Mira	43 / 15
Sra. da Saúde	João Ferreira Pitau	Costa Nova	38 / 12
Total			651 (436/215)

Fonte: Livros de Registo de Matrículas – Capitania do Porto de Aveiro.

Resumindo os vários quadros apresentados, veja-se na tabela 10 os valores referentes à evolução das forças produtivas entre Espinho e Mira.

Tabela 10 – 1840-1995: número de companhas e de pescadores de Espinho a Mira

Anos	Companhas	Pescadores
1840 ^a	41	5745
1886 ^b	72 (embarcações) ^c	2538
1940 ^d	10	651
1995 ^e	30	± 600

Fontes: a) Padre Aires de Amorim (1989) e Custódio Moreirinhas (1995); b) Baldaque da Silva (1891); c) Baldaque da Silva contabiliza, neste período, duas embarcações por companha; d) Capitania do Porto de Aveiro (Livros de Registo de Matrículas); e) Cálculo com base numa média de 20 indivíduos por companha.

Como se depreende de todas estas informações, a origem da pesca com a arte xávega é controversa, visto não haver dados disponíveis relativamente, por exemplo, às dimensões das embarcações e das redes – chinchorros ou artes – designadas como *novas* e *velhas*, para além de que as supostas diferenças entre o chinchorro e a arte

dizem respeito não só às suas dimensões como à própria construção, pelo número de peças de rede que os compõem e respectivas malhagens⁹³. O que me parece seguro afirmar, de acordo com as fontes disponíveis, é que a pesca no mar com um tipo de rede constituída por um saco e duas mangas era já praticada sazonalmente no início do século XVII no Furadouro, tendo-se generalizado o seu uso em toda a extensão dos areais que vão desde Espinho até S. Jacinto. A partir do momento em que se tornou possível escoar o pescado de forma rentável – devido às novas técnicas de conservação –, e também por razões que se prendem com factores locais e demográficos, ficaram então criadas as condições para a ocorrência de profundas transformações: por um lado, o redimensionamento de todo o dispositivo funcional necessário à pesca de mar – tamanho de redes⁹⁴ e embarcações, efectivo numérico envolvido e estruturas de apoio, como armazéns, habitações, comércio subsidiário (sal, vinho, víveres...), transportes e vias de comunicação; por outro lado, estas transformações – que são graduais e não ocorrem simultaneamente nos vários pontos do litoral – não só vão permitir a ocupação de espaços até aí desérticos, mas revelar-se-ão, também, na origem de uma dinâmica social e económica de características únicas, uma dinâmica que se centra, inicialmente, na exploração dos recursos marítimos, mas que não poderá ser dissociada de um conjunto de fenómenos sociais mais abrangentes e que envolvem não só o universo rural dos lavradores das regiões próximas, como também a burguesia das cidades que durante a primeira metade do século XIX começa a afluir sazonalmente ao litoral em busca de repouso, de saúde e de divertimento.

93 – Nos anos oitenta, os levantamentos promovidos pelo organismo estatal de investigação marítima (IPIMAR) assinalam que a legislação da pesca artesanal (Portaria 9/73) apenas licenciava «arrastos para a praia a coberto do nome de xávega», o que resultou na emissão de licenças para chinchas e chinchorros sob esta designação (Costa e Franca 1984: 12, 59).

94 – De acordo com a terminologia técnica oficial (Costa e Franca 1984, 1985), os funcionários das capitánias com quem contactei distinguem “grande xávega” e “pequena xávega” – o que faz todo o sentido se compararmos as (grandes) dimensões das artes usadas, por exemplo, na Vagueira, Espinho ou Esmoriz com as da Praia da Vieira. Em 1985 os mencionados levantamentos promovidos pelo IPIMAR acusam a existência, entre Espinho e Mira, de 24 xávegas grandes e 44 xávegas pequenas (Costa e Franca 1985: 63), correspondendo o primeiro destes números, sensivelmente, ao número de companhas então em laboração.

3

CONJUGAM-SE INTERESSES

As práticas haliêuticas de que se ocupa este trabalho – como tantas outras actividades humanas – não existem isoladamente, mas sim como parte de complexos de trocas mais vastos, apoiando-se em utensílios materiais e cognitivos que integram, necessariamente, universos de relações sociais, políticas e económicas muito mais abrangentes. Neste capítulo, mostrarei que a ocupação humana, o desenvolvimento das actividades económicas e a transformação da paisagem dos grandes areais, dunas, matas e charnecas do litoral central resultam de um *processo de conjugação de interesses* afectos a grupos sociais distintos: pescadores, lavradores, comerciantes, representantes da administração pública e veraneantes. Ainda que alguns destes interesses sejam divergentes – e, eventualmente, conflituais – é a partir da sua conjugação num dispositivo espacial único que se constitui historicamente a zona onde se exerce a faina da xávega, tal como a conhecemos hoje; e é, justamente, à acção conjugada dos vários interesses em presença – ainda que com modos de incidência diferenciados de acordo com os contextos regionais e os momentos históricos – que se deve a “escravatura” de que falam tantos pescadores quando se referem ao seu passado de trabalho e ao das suas gentes.

Para evidenciar a interdependência das economias marítimas e das regiões do interior, os historiadores apoiam-se na noção de *arrière-pays* (Brioist 1997: 24)⁹⁵, cuja operacionalidade corrobora aliás, à escala, os factos relativos à colonização dos areais do litoral central e à emergência das novas redes de pesca – as *artes* – em que, a partir de finais do século XVIII, se apoiou todo este processo. Sendo então propriedade incerta, municipal ou estatal, as zonas costeiras adjacentes a Vieira de Leiria, Coimbra, Marinha das Ondas, Mira, Vagos, Ílhavo, Ovar e seus arrabaldes (Murtoza, Estarreja, Pardilhó, etc.), Cortegaça, Esmoriz, Paramos e Silvalde foram-se povoando

95 – «Un arrière-pays a quatre fonctions majeures: nourrir la croissance démographique des ports, leur rendre disponible un réseau de richesses et de savoir-faire indispensable à leur réussite, leur procurer des produits à échanger et enfin constituer un marché pour l'écoulement des cargaisons de retour» (Brioist 1997: 77); cf. o conceito de “maritimidade” na introdução a Peron e Rieucan (1996: 13-51). Se o primeiro destes conceitos tem um pendor funcional marcadamente economicista, o segundo é bastante mais abrangente, apelando para diferentes tipos de questões de ordem social, cultural e simbólica.

de palheiros, de barracões e de armazéns, necessitando depois as autoridades municipais ou estatais de regulamentar a presença das populações através do aforamento de parcelas de terreno e do pagamento de licenças pelos seus palheiros. Nos areais instalam-se não só pescadores oriundos de outros locais e em demanda, sempre, de melhores condições mas, também, muita gente pobre do mundo rural envolvente, excluída da posse da terra e em busca, igualmente, de oportunidades de trabalho.

O crescimento do número de companhas e de pescadores ao longo do século XIX evidencia a emergência de um autêntico *proletariado do mar*, sendo de salientar que processos similares ocorreram, também, noutros pontos da Europa: nas margens do norte do Mar Báltico, por exemplo, «most fishing communities started out as seasonal settlements used by fishing farmers during the Summer. Increased population pressure and proletarianization turned landless peasants into fishermen, and communities like the one pictured here became inhabited the whole year round» (Lofgren 1979: 96); também aqui estas transformações se encontram associadas à introdução de novos tipos de redes responsáveis pelo aumento das capturas, fazendo da beira-mar um pólo de atracção para as gentes em fuga dos campos.

A existência de populações que fazem depender a sua sobrevivência da captação de recursos do meio marítimo, em cujas margens habitam, deve pois ser pensada, no contexto estudado, a par com as profundas transformações que afectaram o mundo rural com o desmantelamento da ordem senhorial do Antigo Regime e com a presença do poder central nas suas periferias – atendendo, entre outros aspectos, ao papel histórico da Igreja (por via dos seus rendeiros, confrarias e beneficiários eclesiásticos) e do Estado (por via da administração florestal, do fisco e das leis que condicionam a organização do trabalho ou as condições de acesso ao espaço do litoral e aos seus recursos). Como veremos, é neste quadro que se articulam as sucessivas transformações nas relações de produção e na organização do trabalho da pesca – questão que deixarei para a parte final deste capítulo.

As movimentações populacionais

Ao longo do século XIX, nos areais que constituem o interface litoral compreendido entre Espinho e Vieira de Leiria, o progresso impõe as suas marcas sobre o espaço e, à medida que se vão povoando os cordões dunares que defendem o litoral, os contrastes acentuam-se enormemente: nas praias mais frequentadas pelos banhistas vindos das cidades surgem hotéis, cafés, salões de baile e casas de jogo; e já

em finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX os pescadores, explorados pelos senhorios das companhas, são desprezados pelos poderes públicos e sobrecarregados de impostos, segregados e condenados a migrarem sazonalmente para fugir à miséria, enquanto a burguesia letrada que vem a banhos nas estâncias balneares se entretém a determinar os traços do seu carácter e a descrevê-los como descendentes de fenícios, gregos e púnicos, vendo neles a imagem dos representantes das façanhas marítimas heróicas de antanho – vestígios do passado glorioso da nação.

Desde cedo na exploração dos recursos marítimos que os pescadores suportaram as duras exações feudais que lhes eram exigidas por pessoas estranhas ao seu ofício, havendo notícia de inúmeras queixas contra os detentores destes privilégios, ao longo de vários séculos. As imposições económicas sobre a actividade da pesca, a par com as imponderabilidades do meio, constituíram desde sempre as duas faces de um mesmo problema: a partir do século XIX, por todo o litoral, desde a orla lagunar de Aveiro à foz do Lis, constata-se a emergência de um mesmo tipo de mecanismos produtores de pobreza decorrentes de um conjunto de factores históricos similares em toda a zona da xávega – mecanismos cujos contornos procurarei identificar ao longo deste trabalho e que, sem prejuízo da sua especificidade, podem enquadrar-se no panorama de transição económica e social da sociedade portuguesa, tal como foi traçado por Manuel Villaverde Cabral em *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX* (1977 [1976]).

Nesta perspectiva, as deslocações de população, o trabalho sazonal e a emigração em massa constituem indicadores da “decomposição do campesinato” – processo que se acelera nas décadas de cinquenta e sessenta do século XIX (Cabral 1977: 215). No mundo agrícola, a emigração resulta da «extrema divisão da terra, até à inviabilidade económica de certas parcelas» (1977: 229), dado o aumento do número de proprietários que, paradoxalmente, faz aumentar também o número dos expropriados, impedidos de se servirem dos terrenos comunais, pastos, baldios e matas agora vendidos ou aforados. Constituiu-se assim um “exército de reserva” pronto a vender a sua força de trabalho nos arrozais, searas, vinhas, etc. dos vales do Tejo e do Sado, nas fábricas, na construção de estradas e caminhos-de-ferro e, também, nos trabalhos ligados às actividades portuárias, inclusivamente em Lisboa. Como veremos na terceira parte deste capítulo, o processo é bastante semelhante no universo da arte xávega, com o fraccionamento das companhas em grandes sociedades de quinhoeiros que, depois, se tornam propriedade de um número cada vez mais reduzido de senhorios.

A proletarização dos pescadores não significa, no entanto, a existência de um mercado aberto em que os capitais de investimento e a força de trabalho disponível possam interagir livremente; a abertura de mercados que acompanha o desenvolvimento da actividade piscatória fez-se, sobretudo, no âmbito restrito das conjunturas próprias dos núcleos de povoamento envolventes às várias praias – no âmbito das redes de troca regionais, com os seus grupos mais influentes, os parentescos e o clientelismo político e económico. O termo “desenvolvimento” deve aqui, aliás, ser relativizado, pois a implantação do fisco e do comércio, das classes ociosas⁹⁶ que vêm a banhos, a concomitante transformação dos espaços, etc., encerram uma dupla realidade: à medida que as redes de trocas se foram complexificando, deixando as suas marcas nos espaços (indústria de lazer, serviços, urbanismo e equipamentos sociais, etc.), a pobreza e as difíceis condições de trabalho dos pescadores mantiveram-se sempre proporcionalmente constantes, a despeito das várias melhorias verificadas ao longo do tempo nos padrões de vida da sociedade portuguesa.

Vimos no capítulo precedente que na segunda metade do século XVIII, a partir do Furadouro, ou de Buarcos, se difunde a utilização de um tipo de rede semelhante ao chinchorro mas de grandes dimensões – a *arte* – trazida do Mediterrâneo, onde o peixe escasseava. A viabilidade da utilização das *artes* tornou-se possível pela introdução, na década de setenta de Setecentos, das novas técnicas de extracção de óleo de peixe e de um engenhoso processo de salga que permite a conservação dos excedentes de pescado – até aí vendidos a preços muito baixos aos agricultores para adubar as terras de cultivo. Deste modo, os pescadores puderam aproveitar todo o peixe que tiravam do mar e, conseqüentemente, a exploração dos recursos marítimos intensificou-se, tendo as redes aumentado de tamanho e crescido o número de homens necessário para manobrá-las.

Os pescadores de Aveiro, da Murtosa, de Ovar e de Ílhavo encontraram assim condições para se instalarem nos locais em que exerciam sazonalmente a sua actividade, dando origem ao aparecimento de novas povoações piscatórias em inúmeros pontos do litoral português. As condições de sobrevivência que estas novas povoações ofereciam, contudo, não eram suficientes para a fixação das populações: havia que contar não só com as dificuldades de transportes e com a relativa incipiência

96 – A designação *classes ociosas* tornou-se corrente por alturas da revolução de 1820, por oposição às *classes do trabalho* (Mendes 1993: 494). Alain Corbin, no seu trabalho consagrado

dos mercados mas, sobretudo, com os próprios condicionamentos impostos pelo meio e pela natureza dos recursos ou, ainda, com a acção gravosa do regime senhorial. Inequivocamente, já os relatórios de Lacerda Lobo para a Academia Real das Ciências, na viragem do século XVIII para o século XIX, apontavam os abusos dos rendeiros e outros detentores de privilégios como «huma das causas mais poderosas da emigração que fazem os pescadores da nossa costa» (1812: 370) – abusos que, pela acção do fisco, se manterão com o Liberalismo e, depois ainda, com a República. Assim, as movimentações populacionais continuaram, envolvendo números cada vez mais elevados: de Verão, a safra da sardinha com as grandes redes de arrastar para a praia ocupava alguns milhares de pessoas mas, chegando o Inverno, grande parte desta gente via a fome entrar-lhe em casa, pelo que deixavam para trás os seus palheiros de madeira encavalitados nas dunas e iam pescar para outras paragens.

Vejamos mais demoradamente este processo. Desde as primeiras décadas de Setecentos, ou mesmo desde o século XVII, já os pescadores fogem de Ovar para irem pescar à Praia da Aguda e ao Douro (da Afurada até à Régua), onde são chamados de “marmoteiros” (Aires de Amorim 1989: 393-395)⁹⁷. Os ilhavenses começam a movimentar-se para sul ainda na centúria de Seiscentos, deslocando-se para Quiaios e Mira – aonde afluem igualmente gentes dos concelhos de Cantanhede e Montemor-o-Velho; em Mira regista-se também a chegada de gente de Aveiro e da Murtosa (Cravidão 1988: 105). Lacerda Lobo alude a um informante de Buarcos que, em 1794, afirma haver mais de quarenta anos que os pescadores de Aveiro deixaram de vir aí pescar com espinhel. Ultrapassando a linha do Mondego⁹⁸, os barcos ilhavos chegam por mar à Nazaré em meados do século XVIII e, ainda, a Cascais, à Costa da Caparica, Sesimbra, Costa da Galé, e

aos imaginários da praia entre 1750 e 1840, utiliza também esta expressão (1989: 92, 108).

97 – Segundo João Frederico Teixeira de Pinho (1868), os pescadores de Ovar, «no princípio, iam de preferência para o Rio Douro, Póvoa e Vila do Conde» (1959: 81).

98 – Para Amadeu Cachim, em *Os Ílhavos, o Mar e a Ria*, a dispersão dos ilhavos, a pé, para Cascais, Lisboa e Sesimbra, remonta ao início do século XVIII. Segundo explica o autor (que não cita as suas fontes), entre estas gentes «contava-se um jovem casal – o Manuel Simões, que veio a ser arrais duma fragata do Tejo e a Maria Manuela do Nascimento, a qual, segundo reza a tradição, foi, naquela época, a varina mais bonita da Ribeira de Lisboa. (...) Deste casamento, no ano de 1734 nasceu um filho que se chamou Francisco Manuel do Nascimento. (...) Este menino, com o auxílio de seu padrinho e protector – o patrão-mor das fragatas reais – conseguiu ingressar num Seminário...» (Cachim 1988: 19). Admirado por Garrett, este poeta filho de pescadores de Ílhavo ficou conhecido pelo nome de Filinto Elísio; em finais do século XVIII, perseguido pela Inquisição, exila-se em Paris onde vem a falecer no ano de 1819.

Olhão, instalando colónias piscatórias nessas localidades⁹⁹; em 1790 instalam-se nos areais da Costa de Lavos, fundando a Cova¹⁰⁰.

As obras de desobstrução e regularização das barras de Aveiro e do Lis marcam uma etapa fundamental no processo de fixação de populações no litoral. Após a abertura da barra de Aveiro em 1808 (Oudinot¹⁰¹ abandonara o Lis para vir colaborar nesta obra), os pescadores de Ílhavo tinham grandes dificuldades em alcançar os areais de S. Jacinto com os seus barcos, devido à alteração das correntes; por isso, muitos deslocam-se para sul da barra. Diz-nos Ernesto Veiga de Oliveira referindo-se ao ano de 1808, após a abertura da barra do Vouga: «logo em Dezembro desse ano os homens da companhia do Luís da Bernarda (Luís dos Santos Barreto) saem ao mar, rumo ao sul, levando redes e aprestos, em demanda de novo varadouro onde se possam instalar e continuar a exercer uma xávega compensadora, e escolhem um varadouro no areal limpo, a que dão o nome de Costa Nova (por oposição à Costa Velha de S. Jacinto)» (Oliveira 1965: 57); os de

99 – «Desde 1790, deixaram de vir os barcos de pesca da costa de Ílhavo à praia da Sra. da Nazaré, mas nessa data a colónia de ílhavos na praia era contada por muitos centos de pessoas» (Pedro 1944: 122-124). Na barra do Tejo e na Caparica instalam-se à volta de 1770, juntamente com os algarvios (Oliveira, Galhano e Pereira 1988: 222-223); veja-se a deliciosa narrativa intitulada «Nova Relação da Batalha Naval que Tiveram os Algarvios com os Saveiros nos Mares que Confinam com o Celebrado País da Trafaria», in Ferreira (1980: 31-32). Em Olhão, gentes de Ílhavo e Ovar integram, em 1774, as tripulações da Companhia das Reais Pescarias do Algarve (Oliveira, Galhano e Pereira 1988: 204); ver a nota 119 infra, acerca do processo utilizado nas deslocações marítimas para o Algarve. Em Ílhavo, onde os pescadores regressavam pelo Natal e em finais de Agosto (para a procissão em homenagem do Senhor Jesus dos Navegantes) eram chamados de Sesimbrões (Cachim 1988: 19). Escreveu Raúl Brandão a propósito da Nazaré, em 1923: «É o mesmo tipo que conheço de Aveiro, de Caparica e de Sesimbra. O patrão Joaquim Lobo, de grandes barbas brancas, afirma que esta gente veio de Ílhavo... Alguns lembram-se de ouvir a mesma coisa aos velhos e teimam: – Somos de Ílhavo... Viemos de Ílhavo... – Também tenho ideia de que foram os cagaréus que povoaram os melhores e os mais piscosos pontos da costa. Ontem como hoje, vinham por aí abaixo, aos dois e três barquinhos juntos, até ao Algarve. (...) Sabiam a costa a palmos. Voltavam um dia com a mulher, os filhos, a rede e a panela da caldeirada. Fixavam-se no areal, construíam os palheiros, cobrindo-os com rama, e fundavam uma nova povoação» (Brandão s/d [1922]: 83).

100 – Jorge Pereira, «Costa de Lavos – Origem da Povoação», in *Mar Alto, Semanário da Região da Figueira da Foz*, 1982: 17 de Novembro, 24 de Novembro e 15 de Dezembro; 1983: 5 de Janeiro e 26 de Janeiro; esta é também a versão que consta em *Palheiros do Litoral Central Português*, de E. Veiga de Oliveira e F. Galhano (1964). No entanto, F. Gomes Pedrosa, referindo-se às artes, diz que «por um documento de 1788 se constata que lá trabalhavam pelo menos há catorze anos empregando mais de 1500 pessoas. (...) Em 1788, José Rodrigues Ramalho, Gabriel António Bastos e os restantes “senhorios” das “artes” de arrastar da Costa de Lavos manifestam à rainha a impossibilidade de manterem a actividade, se não for revista a carga fiscal» (Pedrosa s/d). Cf. infra, nota 142.

101 – Cf. supra, capítulo 2, nota 72.

S. Jacinto vogam para sul e ultrapassam o Mondego, instalando-se na Gala e na Cova, na Costa de Lavos e na Leirosa ¹⁰². Nas águas interiores da ria, a apanha do moliço «tornou-se tão intensa que, praticada em qualquer altura do ano – mesmo durante a desova – a ria de Aveiro se viu praticamente desprovida da sua fauna» (Arroteia 1984: 62). Uma vez instituído o defeso, em 1868, ter-se-ão «agravado as condições de vida da população local, acentuando-se, a partir de então, as saídas para outros pontos do país» (1984: 62).

A sul, as obras de Oudinot, permitindo a navegabilidade do Lis junto à foz, abriram caminho à colonização dos areais da Praia da Vieira e ao desenvolvimento da construção naval e da pesca de mar, na primeira metade do século XIX. Os apelidos Lavos, Mira, Mirão, Tocha, Quiaios ou Murtinheira indiciam a afluência de gente destas localidades, a partir da Invasão de 1810 ¹⁰³. Porém, com o agravamento das condições de vida, motivado, entre outras razões, por novas obstruções da foz, os pescadores da Vieira começam – em data imprecisa que não recuará, provavelmente, muito além do último quartel do século XIX – a deslocar-se sazonalmente para o Tejo, à semelhança do que faziam já os de Ovar, Ílhavo e Murtosa. Vão em demanda do sável (que pescam com redes de arrastar semelhantes à *arte* mas de dimensão reduzida e a que chamam *varinas*) e acabam por se instalar em aldeias palafíticas nos confins da lezíria – Palhota, Conchoso, Escaropim, Vau, Caneiras, Casa Branca... O estudo pioneiro de Maria Adelaide Neto dos Santos sobre os avieiros ¹⁰⁴ indica os

102 – Diz ainda Ernesto Veiga de Oliveira: «Ao mesmo tempo que a de seu irmão Luís, sai de S. Jacinto a companhia de José da Silva Barreto, que vara nos areais da Cova de Lavos, ao sul do Mondego, e aí se instala e ergue os seus palheiros» (1965: 57). Finalmente, «o outro filho, José Francisco, emigra para a Leirosa, por volta de 1865» (1965: 58). Também a *Monografia da Gafanha* do Padre João Vieira de Rezende (cuja primeira edição é de 1938) relata o acto de fundação da Costa Nova por Luís dos Santos Barreto, dizendo que após a partida das companhias dos homens de Ílhavo, só ficaram em S. Jacinto as duas companhias de Aveiro: Enxada e Canária (Rezende 1989: 195); e que um irmão deste Barreto foi daí para o Sul instalando-se em Lavos, dando seguimento a anteriores viagens marítimas do seus conterrâneos – desde o início do século XVIII, segundo Cachim (1988) –, como os que já em meados, ou na segunda metade desse mesmo século, vindos por mar, se haviam instalado na Nazaré, e junto das fozes do Tejo e do Sado.

103 – Segundo o Visconde de Balsemão, no seu texto incluso nas *Memórias Economicas da Academia Real das Ciências* (1815), no lugar da Marinha Grande e suas vizinhanças «cultivão-se também plantas proprias para os gados, como o trevo, e luzerna, fazem grandes nabais, e batatais, para os quais a terra he summamente apropriada, e cuja cultura se tem adiantado muito depois que algumas famílias d'além do Mondego, costumadas a este cultivo, alli se vieram estabelecer pela invasão de 1810» (cit. in Pinto 1938: 274).

104 – Sobre os Avieiros, para além do romance homónimo de Alves Redol e deste já clássico estudo de geografia humana (Santos 1959), ver também o capítulo IV de *Construções*

períodos mais intensos de fixação destes nómadas do rio: entre 1919-1923 e 1934-1939 (Santos 1959: 36). Fugiam à fome que grassava durante o Inverno, quando o mar é avaro – homens e mulheres, a pé ou de comboio, pelo apeadeiro de Monte Real até Alfarelos, na linha do Norte, daí ao Entroncamento e ao Setil, espalhando-se depois pelos afluentes, valas, mouchões e praias do Tejo: «era como os ciganos, aqui dormíamos uma noite, acolá dormíamos outra, acolá dormíamos duas noites, nas praias de areia, pelo rio acima...»¹⁰⁵.

A propósito das movimentações dos pescadores da Vieira para a mítica borda-d'água, gostaria de salientar que os valadores encarregues da manutenção das valas e portos dos campos do Lis¹⁰⁶ já no início do século XVIII fugiam para os campos de Santarém (Loureiro 1878: 460), e que no reinado de D. João V se realizaram monumentais obras de hidráulica junto à foz do Rio Maior, próximo da Azambuja. Ora, a vala da Azambuja – ou Vala Real – foi, justamente, um dos primeiros lugares a acolher varinos e avieiros¹⁰⁷. Também Oudinot, em 1778, meia dúzia de anos volvidos sobre o início das obras de regularização do Lis, se queixa da deserção dos trabalhadores (Oudinot 1783), sem que se conheçam as razões. Uma outra fonte, datada de 1841, refere que «nas provincias, principalmente na do Alemtejo, se faz muito pez, a que chamam pixe, empregando-se n'este trabalho quasi exclusivamente varios habitantes da Vieira, que denominam Pegueiros, e que d'ali saem todos os annos» (Silva e Batalha 1859: 37)¹⁰⁸; mas há muito que a produção de breu (piche) a partir dos cepos dos pinheiros se fazia de forma organizada: «formavam-se numerosas companhas de Pegueiros que levando

Primitivas em Portugal (Oliveira, Galhano e Pereira 1988), os títulos fundamentais de Maria Micaela Soares (1978, 1985, 1986), António Matias Coelho (1985), Jeanine Carré Colas (1991-1992), Humberto Vasconcelos e Jorge Martins (1997) e, ainda, as monografias de licenciatura em Antropologia da Universidade Nova que se debruçaram sobre esta população: Gameiro, Barbosa e Gouveia 1982; Pereira 1985; Morais 1985; Gasparinho 1991.

105 – Ver o testemunho integral da última avieira da Praia (Nunes 1993: 191-201), de onde se retirou este excerto.

106 – As *Posturas do Campo*, que regulamentam a utilização dos campos e dos cursos de água, vigiados por um corpo de funcionários especializados (valadores, mestres-de-valas, mestre-de-foz...), datam de 1641.

107 – «As Valas de Drenagem e Rega nos Campos de Azambuja», in *Notícias de Azambuja* de 14 de Abril de 1967 (referência facultada pelo meu aluno Dr. Francisco Alves, a quem agradeço).

108 – Esta actividade perdurava ainda na primeira metade do século XX: cf. o artigo de Tito Larcher no jornal *Leiria Illustrada* de 12 de Dezembro de 1907 e, também, António Vitorino (1950: 98).

consigo um capataz, corriam todo o pinhal, e faziam a acha onde o acaso lh'a deparava» (1859: 35)¹⁰⁹. No período final do século XIX, quando a obstrução da foz do Lis já não permite o embarque das madeiras, sementes e produtos resinosos do Pinhal, madeireiros e serradores vieirenses – e de outras aldeias da orla do Pinhal de Leiria – instalam-se nas estâncias e armazéns de madeiras de Lisboa, no Cais do Tojo, Boavista e Xabregas (Vieira 1944).

O Tejo foi sempre um dos maiores pólos de atracção para as populações do litoral¹¹⁰, dada a abundância de peixe e a facilidade de escoamento para os grandes mercados. Os varinos – designação generalista para os habitantes da orla lagunar – começam a fixar-se a partir de 1830, «nos lugares de maior produção e de mais fácil acesso aos mercados – Lisboa, Belém, Paço de Arcos, Vila Franca de Xira, Alhandra, Sacavém, Azambuja (vala) e demais afluentes do grande rio» (Soares 1991: 266). No que concerne à capital, recordemos que desde as Invasões Francesas a afluência de populações – vindas de todos os pontos do país – não pára de aumentar. Na Madragoa e em Santos-o-Velho instalam-se colónias de varinos que mantêm a ligação à pesca¹¹¹: as mulheres vendem peixe por toda a cidade e cedo se tornam figuras emblemáticas da capital. A vida portuária proporciona sempre trabalho de ocasião, carreando o peixe para abastecer a cidade, a areia para

109 – «...aqueles pés muito grossos, que ficavam presos à terra, depois do corte dos pinheiros – os pinheiros mansos do Alentejo, que às vezes eram de mais de dois séculos. Comprava-os, quatro ou cinco anos depois de fazerem o corte, quando já estavam bem lenhificados (já feitos em acha, que é como ele dizia) e prontos a corresponderem ao que deles se espera. (...) Depois, ao calor do forno, ali improvisado no meio da chareca, escorria um produtozinho semi-líquido e quente, que ele iria vender a Setúbal, quando já estivesse bastante duro e bastante frio» (Vitorino s/d 1: 288-289).

110 – De acordo com Maria Micaela Soares e outros, «em data imprecisa, mas talvez não muito afastada dos finais do terceiro decénio de Setecentos, grandes migrações de pessoal do Norte, como se dizia, terão começado a surgir à beira-Tejo» (1991: 264).

111 – Diz Alfredo Mesquita acerca dos murtoseiros no Tejo: «E é curioso a respeito d'elles a particularidade de que arribam a Lisboa, vindos por terra, encafuados aos centos nos vagões de terceira classe, tomando cada um direito ao caes, mal desembarca, à busca da sua bateira, que por mar, carregada de tabuado, veio trazida pelos de Ilhavo, por ajuste. Os quaes de Ilhavo, “pagos e stifeitos”, seguem depois tambem por terra – emquanto os bate-bate (assim denominados, na gíria pittoresca do caes, de baterem na borda das bateiras, espantando o peixe para as redes), saem barra fóra para o mar, à pesca de todo o peixe. E no regresso ei los (...), descarregando a barcada no caes da Ribeira Nova, e d'ahi remetendo tudo em canastras, ajoujadas em pilha nas carroças, para a estação de embarque em Santa Apolonia, d'onde seguem para o Norte, no comboio. (...) Ao mesmo tempo que as bateiras, alliviadas, se alam acto continuo para o relativo repouso no Bom Successo, abaixo de Belem, quando não é para Valladas, Tejo acima, á pesca do bom savel...» (Mesquita 1903: 121).

a construção ou o carvão para as fornalhas ¹¹². Estes fluxos – que, nas suas fases mais tardias, revelam o predomínio de migrantes do sexo feminino (Cordeiro 1997: 142 e segs.) – só estancarão no século XX, no período subsequente à instauração da ditadura. Às margens do Tejo, para além de varinos e avieiros, afluem os *gaibéus* do alto Ribatejo e da Beira Baixa, os *caramelos* da Gândara e do baixo Mondego ¹¹³ – muitos deixaram de ser “caramelos de ir e vir”, fixando-se entre o Tejo e Sado, no Montijo, Pinhal Novo, Palmela, Setúbal... (Cabrita 1998: 59) – e os ranchos femininos de *pégachas* da região de Abrantes; gaibéus e avieiros mereceram a Alves Redol os romances homónimos e a sua profissão de fé como escritor, a de sentir um «gosto fundo, autêntico e viril, de semear na companhia do povo um país para homens livres» ¹¹⁴; Orlando Ribeiro referiu-se também aos minhotos *picamilhos* e aos *ratinhos* das Beiras. Todas estas gentes constituíam uma imensa reserva de mão-de-obra barata que vinha, sazonalmente, fazer os trabalhos agrícolas no vales do Tejo e do Sado. Em meados dos anos cinquenta, com a construção da barragem de Castelo do Bode, a crise do sável leva os avieiros a instalarem-se em Alhandra, Azambuja, Póvoa e Vila Franca, dedicando-se também, então, aos trabalhos agrícolas, na colheita, no transporte e no negócio do melão, tomate, etc. Em Mira, entre 1922 e 1954, organizavam-se ranchos de trabalhadores para as mondas do arroz no Sado (Brito 1981: 72) ¹¹⁵. Finalmente, a todas estas movimentações acrescenta-se a emigração para o Brasil, Argentina, Venezuela, Cuba e Estados Unidos, ao longo da segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX ¹¹⁶.

112 – Veja-se o vol. III de *Lisboa Desaparecida*, de Marina Tavares Dias (1992).

113 – De acordo com Manuel da Costa Cintrão, «os pescadores da Leirosa, finda a safra da sardinha, procuravam trabalho nas armações de pesca de Cascais e Sesimbra e na pesca do sável, no Tejo. Outros empregavam-se em trabalhos agrícolas, nas vinhas de Azeitão, Azambuja, Cartaxo e Moita» (1988: 139).

114 – A citação é do prefácio à segunda edição de *Avieiros* (1940), escrito em Caxias, em Novembro de 1967, e encontra-se na página 20 da edição das Publicações Europa-América, (Redol s/d).

115 – Raúl Brandão, aquando da sua passagem por Palheiros de Mira, em 1922, escreve: «Do Natal até Maio não há pesca: vão cavar para o Alentejo ou para mais longe, e as mulheres ficam em casa com os filhos» (s/d [1922]: 50).

116 – De acordo com Rui Ramos, «Entre 1885 e 1915, abandonaram o País 1077506 portugueses, o equivalente a um quinto da população de 1900» (1994: 17); e «em 1890, 32% da população de Lisboa (...) era natural de outros concelhos» (1994: 35); sobre a emigração a partir da orla lagunar veja-se Jorge Carvalho Arroiteia (1984). Em termos globais, entre 1875 e 1900, 25 milhões de europeus emigraram para os Estados Unidos (Ramos 1994: 13).

A dispersão iniciada no século XVIII alarga-se a toda a orla lagunar da Ria de Aveiro – Ovar, Ílhavo, Murtosa, Pardilhó, Estarreja, Avanca, Esgueira, etc... –, estendendo-se para norte até à Afurada e, para sul, até S. Jacinto e às zonas adjacentes à foz do Mondego, ao estuário do Tejo (das lezírias até Lisboa e Cascais), ao Sado, da península de Tróia à Lagoa de Santo André e de Setúbal a Alcácer¹¹⁷. As sucessivas vagas migratórias engrossam durante todo o longo século XIX, alastrando para sul à medida que as condições de vida em muitos dos novos aglomerados piscatórios se vão agravando. Estas deslocações em demanda de melhores condições de vida e de trabalho mantêm-se ainda em meados do século XX, incluindo as da Leirosa para as traineiras de Peniche, e de Esmoriz e localidades contíguas para a Afurada e, sobretudo, para Matosinhos.

Esta imensa tessitura de migrações¹¹⁸ configura uma espécie de «movimento por escalas, desde um centro de menor importância para outro de maiores dimensões, através da passagem por outros locais de dimensões intermédias» (Arroteia 1984: 35). A “importância” e as “dimensões” a que alude o trecho devem, contudo, ser relativizadas, pois o conjunto complexo de movimentações a que me refiro comporta também deslocações para locais desérticos ou fracamente povoados – movimen-

117 – No princípio do século XX viviam quarenta famílias de pescadores em Santo André (Oliveira, Galhano e Pereira 1988: 215) e nos anos cinquenta ainda aí se praticava a arte xávega (Brito 1981: 26). Em Setúbal, a fixação de varinos e murtoseiros estende-se até à década de trinta ou quarenta (Pinho, Silva e Gonçalves 1993: 81); e na Vieira, em 1992, informaram-me de que ainda existia pelo menos uma família de avieiros do Sado na zona de Alcácer.

118 – As impressões de Raúl Brandão em 1919, em Peniche, ilustram de forma extraordinária a diáspora dos pescadores da zona de Aveiro: «Estes homens morenos e ágeis, da Murtosa, da Torreira e da Afurada, tenho-os encontrado com as suas saveiras em toda a costa norte até Lisboa. Encontrei-os em Peniche, na Caparica e em Sesimbra, onde lhes chamam ilhos, nos esbeltos barcos escuros, pescando a lagosta com os roscos; encontrei-os na foz do Douro apanhando o mexoalho; ao arrasto do sável nos rios, e fisingando a solha ou a lampreia, que se apanha à noite com um candeio e um garfo atado num pau. A sua casa é o barco. Metem-se em todas as anfractuosidades da costa. Quando pressentem o temporal vão acolher-se a Peniche ou à Figueira. Andam sempre em famílias de três e quatro barcos. Acampam na areia e, com o mastro atravessado, uma panela e a lenha apanhada no mar e que desfazem em cavacos com a machadinha, traste indispensável em cada barco, acendem a fogueira como ciganos. Mas se o mar está manso e a noite é de luar, não vêm à terra. Largam a fateixa ou a poita e acendem o lume a bordo para a saborosa caldeirada. Sempre que via brilhar os fogaréis invejava profundamente aquela vida simples diante de Deus e do mar. Ao fim da pesca, que dura meses, e quando se anuncia o Inverno, recolhem à pressa às suas terras como aves emigradoras. Se o vento é de feição, em doze horas põem-se em Aveiro. Se é contrário, quando a vaga cresce e as gaivotas se metem grasnando pela terra adentro, arribam aqui e ali e levam dias a chegar a casa, onde passam com as mulheres e os filhos a época das rudes invernias» (Brandão s/d [1919]: 75).

tações que têm menos a ver com a importância e a dimensão dos lugares do que, simplesmente, com a vontade de viver melhor exercendo o ofício da pesca onde as condições fossem mais favoráveis.

Ainda na primeira metade do século XIX inicia-se um outro tipo de movimentação populacional, de natureza radicalmente distinta daquela que tenho vindo a descrever, ainda que com esta partilhe as características sazonais; uma movimentação cujos fluxos se deslocam em sentido inverso ao das populações piscatórias, envolvendo outros protagonistas: refiro-me à descoberta, por parte da burguesia urbana, das virtudes terapêuticas da beira-mar – fenómeno que levou um número sempre crescente de pessoas a afluir sazonalmente ao litoral em busca de repouso, de saúde e de divertimento. Assim, com o despontar da moda dos banhos, o povoamento das dunas iniciado pelos pescadores intensifica-se a partir de meados do século, construindo-se novos palheiros de grandes dimensões que se alugam durante a estação quente e que permitem a alguns uma fonte de rendimentos suplementar. Depois ainda – após a estação dos banhos, entre Julho e Setembro –, as gentes das cidades cedem lugar aos camponeses do interior que, após o fim das colheitas, vêm também descansar durante os meses de Outubro e Novembro, para ganhar forças para o novo ano agrícola. O subsequente crescimento das aldeias de pescadores é fruto desta *conjugação de interesses* em torno do interface litoral, conduzindo a formas de transformação da paisagem com características peculiares, pela rapidez e pela intensidade dos processos que a constituem; o que inicialmente era um espaço inóspito salpicado de barracões de madeira e junco habitados de Verão por pescadores paupérrimos, depressa se transformou em aldeias de casas de madeira sobre estacas até que, por fim, o tijolo e o cimento se encarregaram de sufocar as dunas e fazer destas localidades o que elas são hoje.

Num primeiro momento os pescadores deslocavam-se por mar, com as suas pequenas embarcações rebocadas pelos veleiros que faziam rotas comerciais – as enviadas¹¹⁹; por terra, nas galeras e carroças dos almocreves (que, do interior,

119 – Amadeu Cachim cita um escritor nascido em Ílhavo, em 1842 (Alexandre da Conceição), que diz: «Nos estaleiros de Aveiro e de Ílhavo constroem-se uns barcos de fundo chato, muito apreciados pelos pescadores do Tejo e que vão para ali pelo mar, carregados de sal ou de madeira, tripulados apenas por dois homens, que levam por único instrumento náutico um relógio de sol de trinta reis. Chamam a estes barcos “enviadas”» (cit. in Cachim 1988: 18; cf. Oliveira e Galhano 1964: 44, nota 2). Lopes Pereira, em *Murtosa, Gente Nossa* (1952), explica o processo de penetração dos murtoseiros nas águas algarvias,

vinham comerciar às aldeias do litoral) e, também, a pé¹²⁰. Um momento decisivo de mudança neste processo – e, simultaneamente, no desenvolvimento de muitas das localidades da zona da xávega – foi o caminho-de-ferro, com o estabelecimento da ligação entre Gaia e Lisboa, em 1864. O comboio não só permitiu a migração sazonal das gentes da beira-mar, a norte e a sul do Mondego – «encafuados aos centos nos vagões de terceira classe», como diz Alfredo Mesquita (1903: 121) –, como trouxe, também, um fluxo sempre crescente de veraneantes e turistas que vinham a banhos.

Para além das razões que se prendem directamente com as condições do meio, as deslocações de população que têm como palco a beira-mar, ao longo do século de Oitocentos, assentam em fenómenos contextualmente mais abrangentes que estão na origem da formação de bolsas de pobreza adstritas a determinados espaços, à medida que a burguesia emergente do regime liberal cresce numericamente e se afirma como classe detentora de poder económico. Surgem então novas formas de marginalidade e de exclusão, já que a ascensão da burguesia é indissociável do aparecimento de fenómenos de pobreza que atingem os sectores mais afectados pela queda das estruturas do Antigo Regime, especialmente a agricultura. O litoral, com as suas aldeias de pescadores, torna-se um espaço paradoxal, revelador de contrastes e ambiguidades: se para os trabalhadores da pesca e para a gente pobre vinda das aldeias adjacentes (a par com a burguesia que vem a banhos) a beira-mar constituía um atractivo, as razões subjacentes confundem-se com os motivos que fazem desse

fornecendo um sentido diferente para as “enviadas”, que designariam não um tipo específico de embarcação mas uma função que lhes era atribuída nas contra-viagens de cabotagem costeira: «Relata-se, assim, o evento conforme a tradição familiar o trouxe até mim: os caíques algarvios, apenas com uma vela latina triangular, o simbolismo de dois olhos pintados de cada lado da proa e nesta, um espigão rectangular como topo terminal da quilha, recoberto por um bocado de pele de carneiro de lã branca, sobressaído da ossatura do cavername, vinham a Aveiro vender os seus carregamentos de peixe salgado. No regresso, faziam de *enviadas*: levavam para o Algarve e a seguir para Olhão as bateiras dos pescadores locais e a estes, com as suas redes e aprestos adequados, por insignificante preço. Fez-se desta maneira o processo emigratório murtoseiro para ali e o rudimentar povoamento da hoje grande vila marítima» (Lopes Pereira 1982: 131).

120 – Diz ainda Amadeu Cachim: «Dos homens que, durante o Verão, pescavam na Torreira, em S. Jacinto, e, mais tarde, na Costa Nova do Prado, muitos deles, no fim de Outono, partiam em bandos e a pé, pela borda do mar, ou embarcados em pequenas enviadas, a fim de fazerem a safra do sável, no Tejo e no Sado, tendo a maior parte ficado por aquelas paragens, onde, na enseada entre o Cabo Espichel e o Cabo da Roca e na enseada de Setúbal, se dedicavam à pesca da sardinha. Para isso, serviam-se de umas bateiras com a proa e a popa terminadas em bico recurvado, que tinham a designação de “Ílhavas”, e usavam umas redes chamadas “Tarrafas”, que eram formadas por duas mangas de trinta ou quarenta metros de comprimento, ligadas por um quadrado, também de rede, no centro do qual se abria o saco» (1988: 16).

mesmo espaço um pólo de exclusão, recebendo os excedentes demográficos das terras do interior, os pescadores que fogem de outras praias em busca de melhores condições, e repelindo sempre os mais capacitados para demandar outros locais de pesca¹²¹; simultaneamente, o crescimento das aldeias de palheiros sobre as dunas oferecia oportunidades de negócio para uma legião de pequenos comerciantes, almocreves e, também, para os agricultores que aí vinham comprar peixe e caranguejo para adubar as suas terras.

Vejam agora um pouco mais detalhadamente o que quero dizer quando me refiro a uma conjugação de interesses de que resultou o povoamento do litoral. Os pescadores têm interesses óbvios que são, fundamentalmente, os da sua actividade económica – que lhes assegura, mal ou bem, a sobrevivência. Mas para além dos pescadores, que foram os primeiros a instalar-se nos areais, também os lavradores do interior sempre beneficiaram da proximidade do mar: nalguns locais, antes ainda de se povoarem as dunas, eles próprios desciam à beira-mar para pescar e, quando os primeiros pescadores se instalaram (muitos deles oriundos, justamente, das franjas mais desfavorecidas do mundo rural), beneficiavam também dos excedentes de peixe que usavam como adubo para as terras; mais tarde, foram eles que alugaram o gado para a alagem das redes e os boieiros que os comandavam, cobrando valores fixos ao dia (ou a meio dia), independentemente do rendimento da pesca, que variava consoante houvesse muito ou pouco peixe; durante a estação dos banhos, o aumento da procura de bens alimentares decorrente da presença de todos os que vinham de fora colocava-os em posição vantajosa, obtendo lucros na venda de frutos, legumes, leite fresco e outros alimentos; finalmente, e à semelhança do que faziam as gentes das cidades, eles próprios tiravam partido dos efeitos regeneradores da água salgada e, uma vez terminadas as colheitas, acorriam às praias para se banharem e para descansarem.

Mas o momento alto das relações entre as gentes do interior e a beira-mar tinha propósitos festivos e ocorria, ciclicamente, pelo S. João, quando os camponeses se

121 – Orlando Ribeiro (1940-1941) referiu-se às elevadas densidades populacionais no litoral entre o Douro e o Mondego e qualificou as migrações internas como um processo destinado a manter uma «espécie de equilíbrio entre áreas sobrepovoadas». Amorim Girão (1948), por seu turno, especifica as razões de ordem económica na base das deslocações de população em Portugal, apontando como causas as diferenças de densidades populacionais, as diferentes divisões da propriedade rústica, a desigualdade da fertilidade dos solos e os diferentes regimes de intensidade do seu cultivo e, finalmente, as diferenças do calendário agrícola em diversas zonas do território; os movimentos fazem-se sempre para zonas menos povoadas, das montanhas e vales para as planícies do litoral e de norte para sul.

deslocavam à beira-mar para um banho nocturno, à meia noite – banho que “valia por sete” – e para “bater o trigo” ou “bater o azevém” (o azevém é uma forragem da família das gramíneas): «traziam trigo nascido da terra aos molhinhos e batiam na água. Era o banho melhor que eles tinham era nesse dia», disse-me em Paramos um pescador reformado, de 77 anos. Também a sul do Mondego, na Praia da Vieira, o S. João era um dos momentos mais intensos do convívio entre as gentes do mar e os camponeses do interior – apodados de “palecos”, de acordo com o hábito que estes tinham de vir a banhos à Praia pelo mês de Outubro, chegando em ranchos e montados em pilecas. Das terras do interior, até Leiria, afluíam multidões para a festa do S. João, que durava a noite inteira. O vinho corria a rodos e, por vezes, a animação degenerava em pancadaria. Disse-me um informante que algures no início da década de trinta, após um episódio de tiros, arremesso de pedras e pauladas (paus de junco com ponta revestida de ferragem) que se estendeu numa correria nocturna desde a Praia até à Vieira (três quilómetros de distância), se passaram meses antes de os lavradores deixarem as peixeiras percorrer novamente os circuitos da venda do peixe pelos casais. Também nas Praias da Leirosa e da Cova de Lavos se evidencia o antagonismo entre as gentes do mar e os camponeses, sendo os habitantes da Marinha das Ondas e de outras localidades do interior chamados “matolas”¹²² e os pescadores e seus descendentes “esgueirões”.

É de salientar, ainda, que a partir do momento em que as companhias cresceram e se criaram condições de mercado capazes de garantir o escoamento do pescado, os lavradores mais abastados (e, também, alguns comerciantes e notáveis locais) viram no mar boas oportunidades de negócio, tornando-se assim detentores de quinhões nas sociedades de pesca e até mesmo senhorios de companhias. Para os que não dispunham de bens – para o proletariado rural e para aqueles a quem os sistemas de transmissão de propriedade não sorria –, também o trabalho do mar passou a constituir um recurso, dadas as necessidades de mão-de-obra exigidas pelo aumento de tamanho das redes e dos barcos. Além do mais, para os que não possuíam terras, a

122 – Nas conversas que mantive com diversas pessoas da Praia da Leirosa não consegui descortinar a origem da expressão. Sou tentado a sugerir aproximações a “matula” e, sobretudo, a “macola” – termo que se utiliza no extremo norte da zona da xávega para designar uma porção de peixe, um *monte* equivalente a um cesto (também chamado outrora *lavadeiro* na Praia da Vieira). Mas “cesto” é expressão que não se usa: à canastra que transporta o peixe à cabeça chamam, no norte, *giga*. Macola, contudo, parece ter uma misteriosa tonalidade crioula...

construção de um casebre de madeira sobre as dunas era uma solução de recurso relativamente económica, apesar do pagamento de rendas e foros aos municípios ou à administração florestal (Aires de Amorim 1989: 329; Lamy 1977: 193). Paralelamente, o comércio também se implantou, com os almocreves, negociantes de sal, vinho, géneros alimentares, etc.

Os banhistas, por seu turno, não beneficiavam apenas dos banhos de mar, do sol e dos bons ares mas, também, do próprio espectáculo da beira-mar, da deslumbrante paisagem de imensidão e das actividades que nela têm lugar – ou seja, a pesca e tudo o que com esta se relaciona: o bulício característico em redor dos palheiros, os barcos coloridos a galgarem as ondas, a azáfama que rodeia a chegada das redes, o exotismo dos gestos e dos costumes, da linguagem e do trajar daquela gente tão pobre... E mesmo após a implantação da indústria turística moderna, depois do enorme desenvolvimento dos espaços de lazer e da sua diversificação, a pesca e os pescadores – tornando-se parte integrante da paisagem – continuarão ainda a constituir factor de atracção para quem vem de férias à praia, servindo de motivo para bilhetes-postais, fotografias, quadros e azulejos exibidos por toda a parte, em estações de caminhos-de-ferro, em cafés e restaurantes, etc.¹²³.

Este processo de conjugação de interesses que venho de esboçar implica, seguramente, diversas formas de conflito aos mais variados níveis, começando pelos que se prendem directamente com a utilização do espaço, a sua apropriação e o seu ordenamento. Um desses potenciais focos de conflito, que se arrasta desde o início da colonização do litoral até ao Estado Novo, prende-se com a utilização dos recursos silvícolas dos pinhais e matas do litoral. Para além da madeira de que necessitavam as habitações e os barcos, os pinhais forneciam caruma e lenha para usos domésticos ou para venda. Na Praia de Vieira, a presença da administração central através da autoridade dos couteiros e guardas empregues na manutenção do Pinhal do Rei foi um factor estratégico, no sentido do aproveitamento de uma mão-de-obra diversificada: ao labor dos ofícios especializados de serradores, picheleiros e

123 – É de salientar, também, a extraordinária propensão oferecida pela actividade das companhias para os amadores de vídeo: no mês de Agosto – na Vieira, em Mira, no Furadouro... – os emigrantes em férias e os turistas, armados de câmara de mão, enxameiam em redor dos barcos e das redes. Algumas companhias possuem cópias destes filmes que lhes foram oferecidas pelos familiares emigrados ou por estrangeiros com quem conviveram na Praia; guardam-nas religiosamente e, ocasionalmente, exibem-nas para os amigos, como provas do valor da arte xávega e do amor que têm pela pesca.

ferreiros, entre outros, juntaram-se os homens capazes de manobrar as embarcações que carregavam os produtos do pinhal para os barcos que acorriam à foz do rio Lis. Os trabalhos necessários à manutenção do pinhal eram depois realizados por mulheres e crianças que, ao longo de mais de um século, suportaram todo o trabalho de recolha e carregamento de pinhas, abertura de valas para as sementeiras de fixação das dunas e limpeza de matos, ganhando jornas baixíssimas. A situação mais escandalosa, porém, era a que obrigava os jornaleiros idosos e impossibilitados de trabalhar a apresentarem-se nos locais de trabalho no Pinhal de Leiria e a permanecerem ali toda a jornada, para poderem receber a vergonhosa esmola que a Administração das Matas lhes dava, por lhes ser negado o direito a usufruírem de uma pensão de reforma – «autêntico trabalho escravo», como diz o monografista de Carvide (Amado 1977: 97).

O estabelecimento de uma colónia piscatória na Praia de Vieira é tardio, relativamente à Gelfa. As *Memórias Paroquiais* (1758) não mencionam a pesca de mar e só com as obras de regularização da foz do Lis passa a Casa do Infantado (que também tutelava Ovar) a dispor de um barracão no areal. A partir do momento em que se começaram a fazer os embarques de madeiras pela foz do Lis, logo no início do século XIX, o próprio Estado – através da Administração dos Pinhais de S. Majestade – tratou de criar condições para que os homens encarregues dos embarques formassem uma companhia e pescassem com uma rede real, ou arte – isto é, com uma das grandes redes de arrasto que se usavam já na Cova de Lavos, em Buarcos e nas praias do Norte, de Espinho a Mira – as artes novas. Assim se depreende do conteúdo de um documento que pude consultar no arquivo da Direcção Geral das Florestas, onde se alude à «gente da nossa Rede para o embarque»; à «gente da Companhia»; e «com a gente da rede Real se deve poder contar sempre, pois foi criada p^a o fim do embarque»¹²⁴.

124 – MADRP-DGF, n.º 2432, «Companha da Rede de Vieira – Greve no Carregamento de Madeiras, 1841». Esta hipótese é reforçada pelas palavras do escritor vieirense António Vitorino: «foi o Estado, por intermédio dos seus representantes, que para ali chamou a gente da Praia da Vieira: primeiro os pescadores, depois todas as pessoas que andavam ligadas ao arranjo e à venda da sardinha; e com uns e outros pouco a pouco, foram chegando os que haviam de trabalhar para o sustento da população em geral: padeiros, merceeiros... E depois vieram banheiros e vieram banhistas... E a Praia tornou-se conhecida até de pessoas a quem não interessavam especialmente a pesca e as pescarias (...) Foi o Estado que ali instalou a nossa gente, e lhe legalizou a situação ao cobrar, por intermédio das Matas Nacionais (...) as respectivas contribuições, rendas ou décimas, referentes aos terrenos ocupados pelas nossas casas no meio das dunas; e pelos impostos que do mesmo modo cobrava, tanto do pescado como dos demais comércios que ali se exerciam» (Vitorino 1950: 133-135).

Ainda que tardio, relativamente a outros locais do litoral, o crescimento populacional fez-se, aqui, a um ritmo intenso. Por volta de 1840, os trabalhos ligados ao embarque de madeiras, sementes e produtos lenhosos, a construção naval e a fábrica de vidraça, junto à foz do Lis, «atraíram aqui tanta gente, que se formou uma povoação, por certo de não menos de 20 fogos, recolhidos em barracas» (*O Couceiro* 1898: 249). Assim nascia a Praia da Vieira. Em apenas vinte anos, o crescimento foi enorme, pelo menos a acreditarmos nas palavras citadas por João Cabral a propósito do desvio do rio Lis para o sul, em 1860, «estando em perigo de serem alagadas mais de 150 a 200 barracas» (Cabral 1975: 226)...

De Inverno, a recolha de lenhas miúdas e *tocos* destinados à venda ambulante (para particulares e para os fornos de cozer pão) permitia adiar a fome – e saliente-se que estas são actividades de que ainda todos os velhos, na Vieira e na Leirosa, no Furadouro, em Esmoriz e em Espinho se lembram, por a terem praticado até aos anos cinquenta do século XX. A importância dos pinhais para as populações do litoral surge também com bastante nitidez em Ovar, ainda no século XVIII, através das notícias de levantamentos populares dos pescadores contra a apropriação privada das matas (Godinho 1980: 277)¹²⁵. Depois, ao longo do século XIX desenvolvem-se grandes esforços para a arborização das areias litorais, pois «defender os rios da destruição da própria natureza, foi o grito lançado por Bonifácio de Andrada e Silva, e por tal motivo se iniciou a fixação das areias em Lavos, fozes do Lis, Vouga, e nas dunas de Ovar» (Pinto 1938: 248). O Regulamento de 1790 referente ao Pinhal do Rei era já, aliás, bastante claro a este respeito, ordenando que se fizessem sementeiras «principalmente da parte do Mar afim que as areas não entrem para dentro do Pinhal, como já sucedera» (cit. *in* Pinto 1938: 237).

Como notava Rocha Peixoto, no seu texto de 1899 consagrado aos palheiros do litoral, de Ovar a Quiaios e do Mondego até ao Lis a duna avançava a uma média de seis metros por ano. Talvez por essa razão – por serem já suficientemente conhecidos os efeitos conjugados do vento, das areias e da inconstância do leito do Lis –, na Praia da Vieira, os palheiros de construção mais hábil assentavam sobre estacas que atingiam os cinco metros de altura (Rocha Peixoto 1990: 85-86), com «compridas varandas corridas, protegidas pelos beirais muito salientes», unindo vários edifícios

125 – Cf. a versão destes acontecimentos narrada por João Frederico Teixeira de Pinho à volta de 1868 (Pinho 1959: 85 e segs.).

aos quais «se ascendia por vezes por uma escada exterior» (Oliveira e Galhano 1964: 89). O mais conhecido destes grandes palheiros “de luxo” que ocupavam os altos e a face da duna virada ao mar (ao contrário dos palheiros mais pequenos e pobres erigidos de modo disperso para aquém do cordão de areias) e se alugavam aos veraneantes era a chamada “barraca do Amaro”. As barracas dos pescadores eram, normalmente, mais pequenas e toscas. Todas assentavam sobre *esteios*, prumos (na vertical) e *linhas* (na horizontal) – mais tarde, sobre pilares de cimento. As chaminés eram de tijolo, e muitos ainda se lembram de algumas barracas serem pintadas por fora com *óca* (ocres?), em tons de azul, vermelho escuro, castanho e amarelo torrado. Por dentro, o cenário era de grande pobreza: as paredes de tábuas verticais forravam-se com jornais, para não deixar entrar o vento, e as divisórias entre os compartimentos eram uns tabiques que não chegavam ao tecto e por onde frequentemente corriam as ratazanas; camas não havia – colocavam-se dois bancos corridos com umas tábuas por cima e uma simples esteira, ou um colchão de palha de milho, se houvesse possibilidade. Os últimos palheiros da Praia da Vieira foram deitados abaixo após a revolução de Abril de 1974 pela própria população local armada de cordas e enxadas, pois o estado de degradação das poucas barracas (nunca ouvi ninguém aqui chamar-lhes palheiros...) que restavam converteu-as no símbolo, por excelência, de todo um século de miséria e de fome. O momento da sua destruição foi captado pela câmara do cineasta António Campos, para o seu filme *Gente de Vieira*, de 1975.

A beira-mar, frente de expansão da fé

A dinâmica própria das relações entre os pescadores e o meio do qual extraíam o seu sustento forçava-os a deslocarem-se ao longo dos areais, procurando os locais em que a configuração dos bancos de areia dos fundos costeiros (sempre em mudança, consoante os ritmos das marés) fosse mais vantajosa para a sua actividade, pela influência sobre as zonas de rebentação das vagas¹²⁶. Estas andanças pelas praias motivaram desde logo conflitos entre os rendeiros, ávidos de receberem todos os impostos que lhes eram devidos. A documentação compulsada pelo Padre Aires

126 – O mesmo acontece actualmente: muitas companhas são por vezes forçadas a deslocarem-se algumas centenas de metros – na medida em que as outras utilizações do espaço das praias e o regulamento marítimo o permitam – para zonas em que a entrada no mar não seja dificultada pela formação dos bancos de areia, *coroas* ou *areinhos*.

de Amorim (1986, 1989) evidencia alguns destes conflitos que, desde cedo, mobilizaram os párocos de freguesias vizinhas em torno da demarcação territorial das suas áreas de influência nas costas de mar, tendo em vista a cobrança de rendas, dízimos e outras formas de tributo sobre o pescado. Os valores envolvidos eram consideráveis¹²⁷ e, para além destes, os eclesiásticos batiam-se também pelos bens naufragados – a que davam o nome de *salvados* – que davam à costa e cuja posse reclamavam¹²⁸.

Em vésperas da Revolução Liberal, encontramos ainda um exemplo elucidativo da importância das rendas do pescado de que beneficiavam, neste caso, as autoridades eclesiásticas de Leiria: os direitos sobre o peixe fresco da Praia de Vieira tinham sido reduzidos a metade, por portaria régia de 3 de Junho de 1820, a ser observada em toda a província da Estremadura. Desafiando a lei, o Cabido da Sé exigiu o pagamento por inteiro, o que deu origem a litígio: «Em consequência de tal litígio, viram-se os pescadores obrigados ao pagamento por inteiro dos referidos direitos e condenados nas custas do processo. (...) entretanto, viram-se eles, pescadores, penhorados nos seus barcos e redes. Deste modo ficaram em crítica situação mais de 300 famílias, que ficaram entregues à fome e à necessidade logo que lhes tiraram os instrumentos do seu trabalho»¹²⁹.

No período inicial do desenvolvimento das companhias de mar, o trabalho era organizado corporativamente sob a alçada de confrarias e irmandades religiosas. Em Ovar, no século XVII, as companhias tinham os seus capelães (Pinho 1959: 83), pois

127 – «Temos notícia de questiúnculas judiciais, nos séculos XVI e XVII, entre os vários párocos da nossa orla marítima. Os dízimos sobre o pescado não eram coisa despicienda, motivando ou avivando a demarcação das suas praias» (Aires de Amorim 1986: 296); em 1633, por exemplo, os párocos de Esmoriz e Cortegaça desentendem-se por causa do dízimo de «um copioso lanço de robalos» (1986: 296); e em finais do século XVII, o abade de Esmoriz arrenda os dízimos da pesca marítima mas reserva para si próprio «seis milheiros de sardinha e oito dúzias de pescadas, ou 8\$000 reis, por ano» (1986: 296); deste autor, e acerca destas questões, veja-se «Para a história de Ovar – o Cabido da Sé do Porto defende os limites territoriais de Cabanões contra Válega, Beduído, Arada, Maceda, Cortegaça e Mira» (Aires de Amorim 1968). Para evidenciar a importância dos rendimentos provenientes da pesca, diz Inês Amorim que, em 1808, o rendimento da dízima do pescado de Aveiro e Mira pago à Casa das Rainhas constituía mais de 25% do total das receitas relativas a rendas e jugadas e 10,5% do total de rendas desta instituição (Amorim 1998a: 33).

128 – O capitão F. Gomes Pedrosa esclarece que devemos o conhecimento da existência de inúmeros naufrágios, na zona adjacente à foz do Mondego, aos litígios judiciais pela posse dos destroços arrojados à costa em que são intervenientes os frades crúzios de Coimbra (1980).

129 – T.T. – Desembargo do Paço M 1703 n.º 13, cit. in *O Mensageiro* de 10 de Março de 1988, p. 5.

a pesca, sendo uma actividade arriscada, exercida num espaço limítrofe, exigia a protecção dos santos e a respectiva intercessão de quem pudesse velar pelo cumprimento dos deveres espirituais dos pescadores e administrar prontamente os sacramentos adequados em caso de desgraça, recebendo em troca as respectivas rendas de peixe. Como vimos, os eclesiásticos, seculares e regulares, as irmandades, confrarias e outras instituições religiosas surgem recorrentemente em íntima associação com o ofício da pesca e com pleitos em torno de interesses relativos à posse de bens móveis ou imóveis. Se, por um lado, instituições e seus representantes auferiam de significativos rendimentos provenientes do labor dos marítimos, por outro lado, constituíam-se frequentemente como investidores, prestando assistência espiritual e auxílio financeiro às companhias (Aires de Amorim 1986: 296), havendo casos em que os santos se tornavam proprietários de uma quota-parte, ou quinhão, da companhia. Estas adoptavam o seu patronímico (Companhia de S. José, de S. Pedro, da Senhora da Ajuda, etc.) e parte dos rendimentos destinava-se, assim, à constituição do que poderíamos designar como um fundo cerimonial, suportando as despesas da realização das festas, romarias e procissões anuais. As diversas esmolas e outras prestações entregues às confrarias e aos altares dos santos investiam-se ainda, por exemplo, na construção e na manutenção de edifícios para o culto. Também ao sabor dos revezes da fortuna e das vicissitudes da fé se consagravam quinhões e *montes*¹³⁰ de peixe aos santos, às almas do Purgatório ou ao Santíssimo Sacramento, muitas vezes como forma de pagamento de promessas.

A ocupação dos espaços inóspitos do litoral implicará pois, de forma impressiva, a implantação da presença divina nas regiões costeiras, nas margens do mundo habitado pela cristandade (cf. Cabantous 1990). A tendência para a demonização do oceano – que os historiadores apontam como característica do pensamento cristão até, praticamente, ao advento da Teologia Natural no início do século XVIII (Corbin 1989; Cabantous 1990) – tende a inverter-se, portanto, antes ainda da descoberta das virtudes terapêuticas do litoral e do advento da vilegiatura marítima, no mesmo século XVIII. Os elementos necessários a esta inversão encontram-se desde sempre, porém, presentes na história e na doutrina cristã: o mar, enquanto lugar da desordem e do

130 – Um *monte* é uma porção de peixe do total de porções em que é dividido o produto de um lanço quando, à saída de uma rede, o peixe é amontoado na areia para ser leiloado. Esta prática foi abandonada com a obrigatoriedade do encaminhamento do peixe para as lotas e com o uso dos cabazes de plástico.

incompreensível, do medo e da repulsa (cf. Corbin 1989), contém em si mesmo, paradoxalmente, os dois elementos sagrados do rito católico do baptismo – a água e o sal (Du Jourdin 1995: 169); também o peixe, ambíguo na sua representação quer da divindade – Cristo – quer das forças demoníacas – o Leviathan (cf. Charbonneau-Lassay 1997: 687-713) –, bem como o tema evangélico da pescaria milagrosa e o facto de os primeiros discípulos de Cristo (Simão, Pedro, André, Tiago e João) serem pescadores, constituem motivos suficientes para considerar o travejamento ideológico subjacente à acção da Igreja nas frentes de expansão da fé pelas regiões mais remotas do litoral, entre os trabalhadores do mar.

Algumas das fontes de que dispomos revelam a dimensão fundadora deste processo sob a forma de narrativas relativas à própria génese da implantação da presença divina no litoral. Trata-se de um registo que é comum no Mediterrâneo e no Atlântico pelo menos desde a Idade Média: as imagens de santos e crucifixos vindos à praia nas ondas ou nas redes dos pescadores – manifestação que «constitue alors un signe incontestable de la sacralisation océane» (Cabantous 1990: 49). Trata-se aqui, afinal, de um tema antigo na difusão do cristianismo – na origem, aliás, de um dos grandes baluartes espirituais e militares da chamada *reconquista* cristã na Península: Santiago de Compostela deve a sua fundação mítica às virtudes do corpo decapitado do apóstolo Tiago que, vindo num barco à deriva sobre as ondas, desde a Palestina, arribou coberto de conchas às costas da Galiza e operou, desde logo, inúmeros milagres. Situação semelhante, também, àquela que a lenda reporta envolvendo os restos mortais de S. Vicente, arribando ao Promontório Sacro numa nave abandonada às aves necrófilas.

A Nossa Senhora das Ondas – orago da pequena povoação da Marinha das Ondas, a poucos quilómetros da Praia da Leirosa – tem uma história curiosa referida pelo seu monografista: segundo o *Santuário Mariano* de Frei Agostinho de Santa Maria (1642-1728), no ano de 1624 teria aparecido nas ondas do mar uma imagem da Virgem. A Senhora foi recolhida por um homem que havia três noites ouvia em sonhos uma voz que lhe dizia para ir «à praya do mar buscar hum peyxe» (Cintrão 1988: 68). Devo recordar que o surto de devoção mariana iniciado em 1588 em Leiria (Cristino 1991) promove claramente uma acção de integração espacial das suas periferias, alastrando rapidamente pela esfera de influência das dioceses de Coimbra e Lisboa (Nunes 1993: 33-35). Nos limites dos antigos campos de Ulmar – num dos locais estratégicos (em termos de potencial agrícola e, também, pelos

acessos fluviais do Lis) mais ermos e remotos do jovem Bispado¹³¹ – surgem ermidas na Passagem e na Vieira em 1614 e 1615, podendo enquadrar-se o aparecimento milagroso da Senhora nas ondas do litoral nesta vaga de milagres e maravilhas. Actualmente, a Nossa Senhora das Ondas é representada sobre um barco de xávega. Na Praia da Vieira, a imagem da Nossa Senhora dos Navegantes – guardada em domicílio particular por estarem os fiéis receosos dos ladrões de arte sacra – data, justamente, do século XVII, desconhecendo-se, no entanto, qualquer narrativa acerca da sua origem.

Em Paramos, a Senhora Aparecida surgiu também das águas do mar, em 1732, juntamente com um defunto que se sepultou no adro da igreja (Brandão 1981: 352). Situação idêntica conheceu Aveiro com a Senhora das Areias. A barra do Vouga, no século XIII, situava-se nos areais da actual Torreira, mas o permanente assoreamento vai aumentando a extensão da língua de areia denominada *Gelfa* – entre o mar e a ria. Depois, a barra desloca-se para sul até alcançar Mira, em meados do século XVIII (Rezende 1989: 6). A capela da Senhora das Areias, em S. Jacinto, data de meados do século XVI e a sua edificação deve-se aos pescadores de Ovar¹³² ou – como diz a *Corografia Portuguesa* do Padre Carvalho da Costa – à vila de Aveiro, por «trazer-lhe o mar por sua barra huma imagem da sempre Virgem Maria, á qual edificou a Villa Igreja na mesma costa que pelo sitio se intitula das Areias» (cit. in Rezende 1989: 146).

No decurso dos séculos XVI e XVII, os pescadores de Ovar dedicam-se já à pesca na costa do mar¹³³, estabelecendo-se sazonalmente nos areais entre Espinho e o lugar das Areias (S. Jacinto). As *Memórias Paroquiais* de 1758 referem também como o dito lugar das Areias, no ano de 1743 ou 1744, acolheu «huma imagem

131 – O Bispado de Leiria é instituído em 1545, desanexando-se da esfera de jurisdição do Prior de Santa Cruz de Coimbra que, como seria de esperar, obteve à perda de privilégios (direitos e rendas) que isso implicava, tendo, inclusivamente, falsificado um documento com a assinatura do fundador da nação (Zúquete 1943: 25). Conflitos semelhantes tinham já ocorrido com o desenvolvimento do culto da Rainha Santa Isabel a partir de 1336 no convento de Santa Clara, pertencente à ordem franciscana; perante a popularidade deste surto devocional, os crúzios relançam a culto dos mártires de Marrocos, com a sua procissão dos nus (Krus 1984). Um século antes, em 1232, os crúzios de Coimbra tinham já obtido ao estabelecimento dos franciscanos em Leiria (Zúquete 1943: 18).

132 – A *Monografia da Gafanha* diz ter sido a capela construída à volta de 1500, ou pouco depois (Rezende 1989: 140); ver também Lamy (1977: 155).

133 – Na opinião do comandante S. Rocha e Cunha (1923), teria sido só no século XVII, com a decadência do porto de Aveiro, que «os pescadores tinham adaptado à pesca pelágica os chinchôrrros empregados nas águas interiores e criado o typo de barco em forma de meia lua para atravessar a rebentação da costa...» (1959: 30).

trazida em huma rede de arrasto, que no mar lançarão huns pescadores; os quais logo principiarão de aclamar a imagem com o nome de S. Jachinto» (cit. in Bastos 1984: 32). De acordo com o mesmo texto, os pescadores de Ovar pescavam então na Torreira e os de Ílhavo em S. Jacinto, enquanto que em Esmoriz e Cortegaça também já os moradores lançavam as suas redes no mar (1984: 58)¹³⁴.

Segundo Frei Agostinho de Santa Maria, a capela da Senhora das Areias esteve muitos anos soterrada, sendo depois novamente descoberta através de um milagre (Pinho 1959: 208). O monografista da Gafanha – referindo-se ao êxodo dos ílhavos após a abertura da barra a sul de S. Jacinto, frente a Aveiro, em 1808 – diz que «S. Jacinto chegou a ter à beira-ria um só palheiro (taberna do Siopra, de Águeda) e quatro ou seis à beira-mar, onde iam veranejar alguns frades e negociantes» (Rezende 1989: 195). No Furadouro, a capela do Senhor da Piedade, de 1759, tem também uma lenda de fundação que é narrada na *História Religiosa de Ovar*, de Arada e Costa, e citada na monografia do Furadouro (Laranjeira 1984: 334): depois da morte de Cristo, José de Arimateia lançou ao mar três crucifixos que trariam prosperidade aos locais em que dessem à costa; assim, apareceu o Bom Jesus de Matosinhos nas Bouças, o Senhor da Pedra em Miramar (a norte de Espinho) e, finalmente, o Senhor da Piedade nas areias de Ovar...

E surpreendentemente, ainda hoje, tal como no passado, as Virgens das gentes do litoral chegam frequentemente à praia nas ondas do mar ou nas redes de pesca: rara foi a praia da zona da xávega onde os pescadores que interroguei não me tivessem desta forma justificado a pequenina figura da Nossa Senhora, ou o crucifixo, colocados na bica da proa, no local mais alto da sua embarcação...

A tirania fiscal e a organização do trabalho

Lacerda Lobo, na sua *Memória sobre a Decadência das Pescarias em Portugal*, publicada em 1812, deixou um testemunho claro dos abusos e das extorsões de que a classe piscatória era alvo: «Se houvermos de dar crédito aos clamores dos pescadores, que ouvi em quasi toda a costa, contra as vexações feitas pelos oficiais de justiça, rendeiros e seus colhedores, devo afirmar que tanto estes como aqueles são os meios mais eficazes de aniquilar as pescarias da nossa costa, e

134 – As escrituras de arrendamento de dízimos permitem detectar a existência de pesca em Esmoriz e Cortegaça já em finais do século XVII (Aires de Amorim 1986: 296).

com elas uma parte dos vassallos de S. A. R. que mais proveito podem causar ao Estado» (Lobo 1812: 361). Depois de registar a existência deste problema em períodos remotos da história portuguesa, referindo as queixas contra as «extorsões feitas pelos ditos rendeiros» nos reinados de D. Afonso IV e D. Afonso V, o autor constata que esta situação se manteve ao longo dos séculos, pois «ainda hoje praticão os sobreditos rendeiros graves crueldades»; e «em todos os lugares da costa por onde andei não ouvi senão clamores contra os rendeiros» (Lobo 1812: 367-368)¹³⁵. De facto – e ainda que o problema viesse de trás –, a partir do último quartel da centúria de Quinhentos, a decadência das pescarias nacionais parece relacionar-se não só com o assoreamento de muitos portos e embocaduras de rios mas, também, com a pesadíssima carga fiscal sobre o pescado: além da dízima e da siza tributadas pela Coroa, deveriam ainda os pescadores pagar dízimos à Igreja (Silva s/d: 66).

Os documentos que revelam estes abusos – da parte de rendeiros laicos ou eclesiásticos – são elucidativos quanto à forma como era apropriado o produto do trabalho dos pescadores. Um primeiro exemplo diz respeito às gentes de Ovar e refere-se a uma queixa datada de 1501 contra o conde D. Diogo Pereira, que «levava a metade de toda a sardinha que os moradores e quaisquer outras pessoas de suas terras matavam ou achavam morta pela costa do mar» (Lamy 1977: 154). Volvidos mais de quatro séculos sobre este testemunho, os pescadores de Ovar continuavam na miséria, como se depreende das palavras de João Frederico Teixeira de Pinho quando, em meados de Oitocentos, escreve que «os pescadores vivem quase todos pobremente, enquanto os chefes ostentam certo luxo e se regalam na abundância» (1959: 80). A sul do Mondego, junto das populações instaladas no termo de Leiria, à beira do estuário do rio Lis, há também testemunhos destes abusos: numa petição apresentada em Côrtes pelos lavradores da Vieira, em 1456, reclama-se a isenção fiscal, pois do peixe que pescam para

135 – Constantino Botelho de Lacerda Lobo publica o resultado dos seus levantamentos – «Memoria sobre a Decadencia das Pescarias de Portugal» – nas *Memorias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, de 1812. As suas viagens pelo litoral reportam-se ainda ao século XVIII, pois quando nos informa que em 1758 se estabeleceram sete artes na costa de Buarcos e que em 1797 apenas restavam duas, que não trabalhavam por falta de pessoal, esclarece o autor: «Esta informação me foi dada em Buarcos no anno de 1794 por hum pescador de idade avançada, o qual tambem afirmou que se lembrava virem os pescadores d’Aveiro pescar á costa da dita villa com espinhel, porem que havia mais de 40 annos que não tinham voltado. Disse mais, que no anno de 1732 havia na referida costa 7 grandes barcos, que hoje somente existião 2» (Lobo 1812: 345).

comer «lhes fazem pagar dizima e outras subieyçoões em tal gujsa que amtes ho leixam de matar (...) e nom tem que comer»¹³⁶.

Por toda a costa os pescadores eram literalmente sufocados pelos detentores de privilégios e rendas – pessoas cuja única relação com o trabalho das companhas consistia na apropriação de parte significativa dos rendimentos da pesca (Lobo 1812: 357). Referindo-se à província da Beira, Lacerda Lobo explica que os privilegiados da época acabavam frequentemente por se assenhorearem das dívidas contraídas pelas companhas – o sal e o vinho, para além das avultadas despesas com cordas, redes e barcos – beneficiando assim, portanto, da própria incerteza inerente ao trabalho da pesca. Eis como era dividido o produto do trabalho do pescador: «chegando elle à praia com o seu peixe (quando o traz) paga ao menos huma quinta parte de direitos de matança, ficão quatro, destas, duas são para os proprietários das redes, restão duas, das quais huma consome-se em contribuiçoões applicadas para confrarias, em esmolas (...). Acha-se por fim o pobre pescador somente com a quinta parte do seu pescado, porém como precisa comprar para aquelle dia para si, sua mulher, e filhos o necessario alimento, he obrigado a vende-lo em fresco a compradores ordinariamente almocreves, que o não podem reputar senão por hum preço muito modico» (1812: 358).

Os dízimos deveriam ser pagos directamente aos rendeiros ou ainda, como diz Lacerda Lobo, aos «seus colhedores», isto é, àqueles que tinham a seu cargo a cobrança¹³⁷. Porém, ou porque os quantitativos desse dízimo fossem irregulares, ou por razões logísticas, ou quaisquer outras, os seus detentores poderiam ceder o privilégio mediante arrendamento por períodos de vários anos. Os estudos do Padre Aires de Amorim (1986, 1989) revelam que, desde o século XVII, os beneficiários dos dízimos, *raçoões* (tributo que podia variar entre terço e décimo), e outras formas de «direitos de matança» (segundo a expressão de Lacerda Lobo) que recaíam sobre

136 – Livro 4 da Estremadura, fl. 292, cit. in *O Mensageiro* de 3 de Novembro de 1956.

137 – Segundo um documento do século XVIII divulgado por Tito de Sousa Larcher nas páginas de um jornal de Leiria (*Leiria Ilustrada*, n.º 298, de 9 de Setembro de 1911), em 1764, perante o Desembargador e Juiz do Tombo da Casa do Infantado, os pescadores da cidade de Leiria confirmaram a sua sujeição vassálica à dízima de que era detentor o Sereníssimo Infante D. Pedro – a pagar aos fiéis, almoxarifes, ou rendeiros. A norte, veja-se os casos de extorsão protagonizados pelo capitão das Ordenanças de Passos de Brandão, no final do século XVIII, e de que foram vítimas diversas companhas de Espinho, Paramos e Cortegaça (Aires de Amorim 1989: 326).

as companhas dos chinchorros procediam, por vezes, ao seu arrendamento¹³⁸. Esta lógica senhorial característica da ordem jurídica do Antigo Regime persistirá, contudo – ainda que sob novas roupagens –, após a instauração da Monarquia Constitucional, com a formação de sociedades cujas quotas, denominadas *quinhões*, podiam igualmente ser objecto de transmissão, por venda¹³⁹, *ajuste* ou herança.

Vejam, então, como se processava a organização das relações de produção nas companhas, de acordo com as diferentes modalidades de exploração do trabalho que foram surgindo ao longo do tempo. Para o Furadouro, o monografista de Ovar – seguido depois pelo autor da monografia do Furadouro – aponta a existência de três períodos distintos: o período das companhas de tipo “cooperativista rudimentar”, entre o século XVI e o último quartel do século XVIII; as companhas “do senhorio ou do terço”, entre 1776 e 1905, sucedendo-se, depois, a partir desta última data, as “sociedades por quotas” de tipo capitalista (Lamy 1977: 162; Laranjeira 1984: 427). Ao ser apontada a data de 1776 – o ano da fixação de Jean Pierre Mijouille – para o início do período dos senhorios, pressupõe-se que a introdução das *artes* trazidas do Languedoc significou também uma alteração do estatuto jurídico e da orgânica interna das companhas¹⁴⁰. A documentação compulsada pelo Padre Aires de Amorim (1989) relativa à faixa Espinho-Ovar, as escrituras públicas realizadas no Julgado de Paz da Vieira¹⁴¹ e, também, os testemunhos orais dos mais velhos indiciam, contudo, situação bastante mais complexa.

138 – «A razão era uma prestação que as companhas pagavam, imposto este que era arrendado em hasta pública. Em 1793, a companha Nova solveu 12\$000 reis de razão (...). Em Paramos, era paga ao senhor da terra, o morgado. (...) A Casa da Feira recebia o oitavo do pescado, desde a barra de Aveiro até Espinho, que andou sempre arrendado» (Aires de Amorim 1986: 307).

139 – Na década de sessenta do século XIX, diz João Frederico Teixeira de Pinho que os pescadores, «no princípio, iam de preferência para o Rio Douro, Póvoa e Vila do Conde, deixando algumas vezes intempestivamente as Companhas, por terem vendido os quinhões, sobre o que se tomaram providências adequadas» (1959: 81).

140 – Em abono da periodização proposta pelo monografista de Ovar, registe-se que na Galiza, com a introdução da xávega trazida pelos catalães, os pescadores deixam de ter partes nas redes e passam a assalariados (Calo Lourido 1997: VI). As reacções dos detentores de privilégios e dos pescadores teria sido bastante violenta, originando um clima de suspeição e violência contra as artes novas e os seus fomentadores.

141 – O Julgado de Paz da Vieira, cuja circunscrição abrangia Carvide, Monte Real, Coimbrão e Monte Redondo, foi criado em 1839, sendo transferido para Carvide pelo decreto de 23 de Outubro de 1905, o que motivou muitos protestos da parte da população da Vieira (*Leiria Illustrada*, n.º 112 de 21/3/1907 e n.º 114 de 4/4/1907). Os *Livros de Registos das Conciliações* para o período compreendido entre 1839 e 1870 encontram-se na posse do Sr. Tenente-Coronel Aníbal Branco, de Vieira de Leiria, que gentilmente me facultou a sua consulta.

As companhas de tipo cooperativo existiram, provavelmente, desde o início da exploração dos recursos pesqueiros das costas de mar. Os casos em que a propriedade dos meios de produção pertencia aos próprios pescadores devem ter coexistido desde sempre com as situações em que barcos e redes eram posse de rendeiros e de confrarias religiosas; em qualquer dos casos, grande parte do produto da pesca pertencia aos beneficiários dos dízimos e de outras prestações senhoriais impostas às actividades produtivas. É de sublinhar que nenhum dos autores que se referem ao “tipo cooperativista rudimentar” indica fontes que possam sugerir qualquer forma de organização cooperativa de tipo igualitário nos séculos XVII e XVIII – nem tampouco nos seguintes (Cunha 1959; Lamy 1977; Amorim 1986, 1989).

O regime de proprietários (senhorios) únicos, ou em número restrito, parece vir de longe, uma vez que há notícia de companhas cujo barco e redes pertenciam a pessoas estranhas ao trabalho da pesca, como afirma Lacerda Lobo relativamente à “Província da Beira”: «Em toda a costa vivem muitas pessoas que nunca forão ao mar, porém mandão fazer redes para arrendar aos pescadores» (1812: 357)¹⁴². Ainda segundo a *Memória...* por ele redigida – e tal como citei atrás –, a parte que cabia a estes senhorios era a metade do valor total do lanço, depois de se lhe ter retirado a importância a pagar em “direitos de matança”; e da metade dos pescadores retiravam-se ainda as prestações para os altares dos santos e para as confrarias a que estavam agregadas as companhas. O mesmo afirma o monografista de Espinho: metade ao dono da companha e a outra metade dividida segundo a organização hierárquica – arrais,

142 – Diz também o capitão Fernando Gomes Pedrosa que, em 1788, os «“senhorios” das “Artes” de arrastar da Costa de Lavos, manifestam à rainha a impossibilidade de manterem a actividade, se não for revista a carga fiscal» (Pedrosa s/d: 56). Na Praia da Leirosa, segundo me informou em 1994 o Dr. Elísio Santos Silva (médico reformado, de 72 anos, que foi o informante privilegiado de Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano para o que, em *Palheiros do Litoral Central Português*, a esta praia concerne), trata-se de um documento intitulado «Reclamação dos Senhorios de Artes de Pesca de Arrastar Sediadas nas Costas de Mar de Lavos contra as Exigências do Fisco das Dízimas Lançadas sobre o Peixe», referido por Mesquita de Figueiredo no Caderno n.º 18, folha 45 do manuscrito existente na Biblioteca Pedro Fernandes Tomás da Figueira da Foz; nessa exposição à Rainha D. Maria I, em 1788, os senhorios reclamam o facto de três entidades exigirem o pagamento de dízimos: a Coroa, o Bispado de Coimbra e a Casa do Cadaval. Na minha passagem pela Figueira, tentei consultar os cadernos manuscritos por Mesquita de Figueiredo. Para minha surpresa, os ditos cadernos só podem ser consultados após a selecção dos temas em que o leitor está interessado; mas esta selecção, contudo, apenas pode fazer-se através de um sistema bastante curioso, que se traduz no manuseamento de uma infinidade de papelinhos manuscritos numa caligrafia de difícil leitura, do tamanho de cartões de visita, amontoados ao acaso dentro de um recipiente em cartão com o tamanho aproximado de uma caixa de sapatos.

peçoal de mar e peçoal de terra, para além das mulheres e crianças que trabalhavam a puxar a rede (Pereira 1970: 64). Este sistema coexistiu, seguramente, com sociedades de quinhoeiros, pois as *Memórias Paroquiais* (1758) de Esmoriz informam, no item 24, que aí trabalhavam dois chinchorros com quarenta homens cada um e que «cada companha tem seu governo chamado Arraes, e dous procuradores, e se regulão em tudo por estatutos, entre sy estabelecidos, por antigo costume» (Bastos 1984: 22); e segundo nos diz o Padre Aires de Amorim, referindo-se a Esmoriz, «a companha de 1793 tinha 72 quinhões, pertencentes a 60 companheiros» (1986: 306).

Uma das dificuldades analíticas suscitadas por estas questões prende-se com a ambivalência semântica do termo *quinhão*, que surge, por vezes, para designar o valor de uma quantidade de peixe devida a um rendeiro ou, ainda, voluntariamente entregue a uma confraria que tenha a seu cargo a manutenção de um edifício religioso e a organização do culto; mas pode designar, também, uma quota-parte da propriedade dos barcos e redes. O Padre Aires de Amorim distingue o *quinhão de corpo*, que parece ser uma percentagem sobre o trabalho, e o *quinhão de rede* – provavelmente, uma parte do valor do pescado devida aos pescadores ou aos proprietários da rede (Amorim 1986: 303).

No século XIX, uma vez abolido o pagamento das dízimas e dos outros quinhões devidos aos rendeiros às confrarias, etc., pouca coisa mudou no que concerne à tributação, pois o Estado logo tratou de instalar postos fiscais e funcionários encarregues de policiar a actividade económica das praias – ou não fossem os pescadores os vassalos de Sua Alteza Real «que mais proveito podem causar ao Estado», como indicara Lacerda Lobo... Na Vieira, já na década de quarenta do século XIX existia um posto alfandegário na Praia, como se infere dos decretos de 28 de Junho de 1842 e de 13 de Agosto de 1849 (referenciados por Serrão 1986: 303). Ou seja: com a abolição dos privilégios do Antigo Regime¹⁴³ e a liberalização da economia que se seguiu ao final da Guerra Civil (1828-1834) inicia-se, lentamente, a penetração do capitalismo especulativo no sector da pesca; é a época áurea das sociedades de quinhoeiros, em que o fraccionamento da propriedade conduz a um alargamento dos interesses em torno das companhas, permitindo aos pequenos investidores o acesso aos meios de produção.

143 – Veja-se Moreirinhas (1995) a propósito da importância do Decreto de 6 de Novembro de 1830 determinando a abolição de todos os privilégios senhoriais que afectavam os pescadores; cf. Martins (1997).

Em vez de um único senhorio, as companhias eram agora constituídas por inúmeros senhorios detentores de quinhões; os quinhões passaram a estar sujeitos a novos tipos de operações de transacção, não como numa lógica de mercado aberto, mas nos termos restritos dos equilíbrios locais, podendo um único indivíduo possuir vários quinhões e um único quinhão ser repartido por vários indivíduos.

Através dos livros de *Registos das Conciliações* do Julgado de Paz da Vieira ¹⁴⁴ (1839-1870), pode inferir-se que, em meados do século XIX, a companhia era uma sociedade de indivíduos que detinham colectivamente a posse do barco, redes, caldeiras de encasque ¹⁴⁵, armazéns e demais aprestos. O número de sócios era variável, e muitos dos pescadores que trabalhavam no mar, ou em terra, eram detentores de quinhões, que remiam com o seu trabalho. Os quinhões podiam passar de pais para filhos, ser divididos por duas ou mais pessoas – em caso de herança, por exemplo – e podiam até ser remidos por terceiros através de *ajuste*, ou seja: um quinhoeiro que não quisesse remir o quinhão que lhe pertencia através do seu próprio trabalho, tratava de *ajustar* (por compromisso oral) quem o substituísse, mediante o pagamento de uma determinada quantia – *luvas* –, de que era costume entregar metade no momento do ajuste; decorre daqui, portanto, que o usufruto do valor do pescado correspondente a esse quinhão era dividido em duas partes. As companhias eram geridas por um *governo* composto por um *arrais*, um *administrador*, ou *procurador*, e um *escrivão* – cargos que, segundo o Padre Aires de Amorim, eram ocupados pelos quinhoeiros eleitos por votos (1986: 299, 1999: 26-27).

Quanto aos benefícios corporativos, Teixeira de Pinho diz que em Ovar «os miseráveis não tiram o menor partido dos miríficos recursos das suas grandes sociedades. Não há aí *monte-pio*, nem *caixa-económica*» (1959: 80). No entanto, o direito consuetudinário estipulava que em caso de morte no mar, os filhos, pais, irmãos ou viúva recebessem o seu quinhão durante um ano, para além de que «todos os sócios são socorridos quando se aleijam no serviço da Companhia» (1959: 80). Também na Vieira as viúvas e filhos dos sócios que faleciam tinham direito a receber, pelo período de um ano, a parte do quinhão que cabia ao defunto. Dos livros do Julgado de Paz da Vieira depreende-se, porém, que os quinhões podiam

144 – Os estatutos das companhias eram lavrados em auto, ou escritura pública, e registados nos *Livros de Registos* do Juiz de Paz.

145 – As redes têm de ser *encascadas*, isto é, tingidas, todos os anos antes do início da safra.

ser herdados, uma vez que representavam um investimento de que as famílias não iriam abdicar: o quinhão herdava-se se houvesse entre os familiares do defunto quem estivesse em condições de o remir; em caso contrário, os familiares receberiam então, durante um ano, a parte correspondente a esse quinhão. Na Torreira, por exemplo, o «Regulamento para as Companhas de Pesca da Costa da Torreira», de 5 de Novembro de 1852, estipula no Artigo 14.º, a propósito de danos provocados nas redes: «Quando se não possa averiguar qual das companhas foi a primeira agressora, será cada uma delas multada em 30\$000 reis, que serão applicados para os socios velhos, doentes ou invalidos e viuvras dos socios fallecidos» (CLP 1891: 109).

O sistema de repartição de lucros das sociedades de quinhoeiros deveria variar consoante estes fossem maioritariamente pescadores – remindo eles próprios o seu quinhão, portanto – ou houvesse necessidade de *ajustar* homens que os substituíssem; neste último caso, as despesas dos que tomassem esta opção aumentavam significativamente – devido aos pagamentos (importância fixa acordada no momento do ajuste) que haveria a efectuar –, especialmente quando os rendimentos da pesca eram insuficientes, o que, dando-se o caso de vários quinhoeiros o fazerem, acabaria por afectar o difícil equilíbrio da sociedade. Com o decorrer dos tempos, a sucessão de anos de penúria e a contracção de dívidas (aos cordoeiros, negociantes de vinho, sal, etc.), o número de quinhoeiros diminuiu e o número de pescadores *ajustados* aumentou, cavando-se assim um fosso entre o capital e o trabalho, pela proletarização em massa dos homens do mar e suas famílias. Os *ajustes* consistiam, portanto, num compromisso de prestação de serviços mediante o pagamento de uma determinada importância, a que se acrescentavam alguns ganhos em peixe – a denominada *teca* – e, também, as inúmeras gratificações em vinho que acabaram por se tornar vulgares na vida das companhas e que, ainda hoje, constituem prática corrente em algumas praias. Nas últimas décadas do século XIX, com o fim das grandes sociedades de quinhoeiros, a proletarização dos pescadores parece, aliás, indissociável dos elevados índices de consumo de álcool, o que levou Jayme Affreixo – então capitão do Porto de Aveiro – a referir-se ao vinho como «a mola real de toda a faina marítima» (1902: 136).

O excessivo fraccionamento da propriedade (os *Registos das Conciliações* do Julgado de Paz da Vieira mencionam casos de indivíduos que eram detentores de terças-partes e, até, nonas-partes de quinhões), assim como a substituição dos

dízimos pela tirania fiscal do Estado ¹⁴⁶, levaram ao incremento dos conflitos, dívidas, especulação e falências, verificando-se então uma inversão da tendência – da fragmentação para a concentração da propriedade –, pois até ao pagamento das dívidas as sociedades de quinhoeiros viam-se forçadas a hipotecar os seus barcos, redes, barracões e demais instrumentos de trabalho. Assim, à medida que se sucediam anos de escassez, as companhias iam mudando de mãos e de locais de trabalho, tornando-se propriedade de um único indivíduo ou de pequenas sociedades de três ou quatro senhorios. Os excessos da especulação capitalista na indústria da pesca levaram Vergílio Guerra Pedrosa, em 1933, a observar que, nas companhias da Praia da Vieira, «até os pescadores têm de pagar aos “patrões” (...) a pequena porção de peixe que costumam retirar para a caldeirada dos músicos da festa de S. Pedro. Triste e feroz egoísmo dos tempos!...» (Pedrosa 1933: 62).

A época dos senhorios, que sucede às sociedades de quinhoeiros, estende-se desde as duas ou três últimas décadas do século XIX até, praticamente, à segunda metade do século XX. Sublinhe-se, no entanto, que esta tendência para a concentração da propriedade não é sinónimo de desenvolvimento, uma vez que a natureza aleatória da captação de recursos e a concomitante instabilidade financeira das companhias não é compatível com o investimento calculado e a obtenção de lucros regulares. Devido a esta incompatibilidade entre a empresa de molde capitalista e o regime de incerteza que caracteriza a pesca, muitas companhias acumularam dívidas e acabaram por falir, passando para a posse de credores que as venderam em hasta pública ou para as mãos de novos empresários. O sucesso – ou melhor, a continuidade – destas empresas, por sua vez, era tanto mais viável quanto menos os seus proprietários dependessem exclusivamente desta actividade. Se assim não fosse, bastariam dois anos seguidos de escassez de peixe para que uma companhia abrisse falência.

146 – Oliveira Martins, no capítulo dedicado às pescarias incluído em *Portugal nos Mares* (1889), refere-se à Póvoa e ao imposto da «décima sexta parte; imposto de uma voracidade única entre nós, e tanto mais abusivo quanto a população vive num estado primitivo e isolado em que, pode dizer-se, nada pede e nada recebe do Estado. A sua estrada é o mar, não carece de quem lhe abra caminhos. Não conhece a necessidade de ler, dispensando pois as escolas. Não se ocupa de política, embora periodicamente a façam votar, nem tem opiniões radicais ou retrógradas; por isso dispensa a polícia que contém as desordens. Por leis só conhece os seus usos, por prática só conhece o bocado de praia onde vive desde séculos» (Oliveira Martins 1994: 204); Eça de Queirós foi também um crítico da tirania fiscal sobre os pescadores: cf. *infra*, notas 157 e 162.

O chamado sistema “do terço” (que o monografista de Ovar diz ter vigorado entre 1776 e 1905)¹⁴⁷ – tal como dele tive conhecimento através da tradição oral – vigorou sob duas formas distintas: em sociedades nas quais a companhia era propriedade colectiva dos pescadores, e em companhias de um único proprietário. No primeiro caso, um terço dos rendimentos destinava-se à reprodução dos meios de produção – ou seja, revertia para um fundo de maneio destinado às despesas inerentes ao desgaste do equipamento, sua substituição, etc. (o “terço do aparelho” como diziam na Vieira), ficando os outros dois terços para repartir equitativamente pelos pescadores – respeitando sempre, no entanto, a hierarquia de competências internas à companhia: arrais, pessoal de mar (compreendendo diferenças segundo as posições nos remos) e pessoal de terra; no caso das companhias de pequena dimensão, como as que trabalhavam com as robaleiras, a sul do Mondego, a distribuição dos proventos fazia-se de forma igualitária, independentemente das suas responsabilidades. No segundo caso, um terço cabia ao dono do equipamento (o patrão) e os restantes dois terços destinavam-se às remunerações dos pescadores e às despesas com o gado.

Algumas variantes deste sistema do terço existem ainda, na Leirosa, na Vieira e noutros locais, podendo aparecer em combinação com outros sistemas de redistribuição, por percentagens. Numa das companhias da primeira destas localidades, em meados da década de quarenta, vendo o proprietário que não lhe era rentável *ajustar* o pessoal, optou então pelo sistema do terço. Essencialmente, o pagamento das importâncias fixadas por ajuste no início da safra fazia recair o risco sobre o proprietário; com o sistema do terço, os proventos deste, como os dos pescadores, variavam conforme a abundância ou a escassez (evitando assim o prejuízo que, no anterior sistema – tendo já feito previamente a despesa com os ajustes –, lhe adviria da eventualidade de um mau ano).

No período em que as grandes sociedades de quinhoeiros cedem progressivamente lugar aos senhorios, ao longo da segunda metade do século XIX, torna-se corrente o já referido sistema de prestação de trabalho por *ajuste* – feito por

147 – Uma perspectiva mais abalizada é a de S. Rocha e Cunha – que esteve no comando da Capitania do Porto de Aveiro – quando diz, em 1923, que «a viação ordinária e acelerada e o melhoramento da barra impulsionam, a partir de 1858, a transformação da economia regional. A indústria da pesca modifica a sua organização; augmentam as dimensões das artes e dos barcos para alargar o campo de exploração, a tracção a braço é substituída pela tracção animal, a forma de companhia cooperativa desaparece para dar logar a uma forma mixta, a companhia

compromisso oral mediante pagamento de uma determinada importância, de acordo com o costume e nos termos das escrituras públicas que regulamentavam a actividade das companhias¹⁴⁸. Depois, com a promulgação do Regulamento Geral das Capitanias (decreto de 1/12/1892), as licenças e as respectivas matrículas passam, obrigatoriamente, a ser feitas nas capitanias e delegações marítimas (Lamy 1977: 163). A partir de então, a situação laboral de todos os que trabalhavam nas companhias agravou-se, uma vez que, para além da prepotência de alguns senhorios, ficavam agora os pescadores sujeitos a um severo regime disciplinar sancionado pela lei marítima; o sistema de *ajustes* deixava-os, portanto, dependentes dos abusos de poder dos oficiais das capitanias, que detinham autoridade para obrigar as companhias a entrarem no mar quando muito bem entendessem e a dar voz de prisão a qualquer desobediência. Mesmo com o mar ruim, em condições que dificilmente permitiam o exercício da navegação, alguns senhorios pareciam querer ver justificado o pagamento dos “ajustes” que faziam aos pescadores, forçando-os ao trabalho. Frequentemente, as mulheres acudiam em grande número, agarrando-se ao barco e ao reçoieiro em grande gritaria, impedindo-os de prosseguir. No período da ditadura, a situação laboral dos homens do mar tornou-se uma verdadeira escravidão, que é o termo vulgarmente usado pelos próprios pescadores para qualificar a sua vida de trabalho nas companhias.

À medida que foram ocorrendo transformações nas relações de produção das companhias e que a organização do trabalho se foi complexificando, os barcos e as redes aumentavam progressivamente de tamanho; as distâncias a que se afastavam da costa para lançar a rede eram também cada vez maiores, atingindo os quatro quilómetros ou mesmo mais; assim, só uma embarcação de enormes dimensões (como o exemplar que se encontra no Museu de Marinha, em Lisboa) poderia transportar um volume de cordas capaz de cobrir estas distâncias¹⁴⁹; o esforço

do terço, em que o capital intervém, e estabelece-se depois a organização capitalista da pesca costeira que predomina já no último quartel do século 19» (Cunha 1959: 30).

148 – Segundo Moreirinhas (1995: 105), no distrito de Aveiro, em 1837, as licenças para a laboração das companhias de pesca deixam de ser feitas nas sedes dos municípios e passam a efectuar-se na Alfândega do Porto de Aveiro; de acordo com artigo 14.º do Decreto de 6 de Novembro de 1830, uma licença orçava em 3000 réis por ano.

149 – No Furadouro e praias vizinhas utilizou-se, no século passado, um sistema de pesca com arte xávega para o qual eram necessários dois barcos, devido ao enorme volume das cordas para alar a rede (Lamy 1977: 171-172). Diz ainda o monografista de Ovar, baseando-se no Inquérito Industrial de 1890, que no Furadouro o afastamento máximo da costa atingia os 9600 metros, 6800 em S. Jacinto e 5500 na Costa Nova; os valores mais baixos que constam do quadro que nos é apresentado são os de Esmoriz e Cortegaça, respectivamente com 2880 e

humano já nada podia fazer na alagem destas redes com cerca de 750 quilos de peso, arrastadas desde tão longe. Antes da adopção das juntas de bois na alagem – inovação que remonta à década de oitenta do século XIX e cuja origem tanto é atribuída às companhias de Espinho (Aires de Amorim 1986: 306) como de S. Jacinto (Rezende 1989: 196)¹⁵⁰ –, consta que o morgado de Paramos, proprietário de uma companhia, utilizou uma máquina a vapor para este fim¹⁵¹. Jayme Affreixo referiu-se também a «uma empresa pretendendo explorar a tracção das redes por meio de cabrestantes electricos» (1902: 135), o que logo motivou o protesto dos lavradores que forneciam o gado para o serviço das companhias.

Apesar das inúmeras transformações por que passou esta forma de pesca, a pobreza dos pescadores parece manter-se constante. Um dos factores apontados por vários autores como estando na origem deste facto prende-se com os elevados preços dos instrumentos de pesca. Lacerda Lobo diz que «he incompatível com a pobreza dos pescadores a despesa necessaria para os aparelhos da pesca (...). Por isso muitos pescadores andão mendigando de porta em porta no tempo de inverno, quando não podem ir ao mar» (Lobo 1812: 357); Baldaque da Silva alude também a esta questão, dizendo que as cordas são a parte mais dispendiosa de uma arte de arrastar (1891: 244); e Jayme Affreixo é bastante claro quando escreve que «a entidade proletaria – pescador – está aqui banida por completo de concorrer á

2320 metros de afastamento máximo da costa. Tenho as maiores reservas em aceitar estes valores, uma vez que 19 quilómetros de cordas (tomando como referência os valores do Furadouro) ocupariam imenso espaço (mesmo com duas embarcações); o esforço dos remadores para cobrir esta distância deixá-los-ia esgotados para as partes mais exigentes da manobra no regresso à praia, nas zonas de rebentação; e o tempo necessário para alar a rede seria superior ao admissível – partindo do princípio de que a rede se manteria direita ao longo do percurso. Estes valores devem ser lidos pela metade: Jayme Affreixo refere “apenas” 8 quilómetros de comprimento total de cordas (1902: 148), o que significa que as redes podiam ser largadas a uma distância de 4 quilómetros da costa (1902: 137). Como me disse um dos velhos pescadores da Vieira, as redes poderiam então demorar até três horas a chegar à praia.

150 – O Padre João Vieira de Rezende afirma que foi em S. Jacinto, a partir de 1887, que primeiro se usaram juntas de bois na alagem das redes, substituindo a tracção humana através de cintos: «Manuel Firmino, a princípio proprietário de duas companhias que laboravam na Costa de S. Jacinto, foi-o mais tarde de sete, e foi ainda este político aveirense quem primeiro substituiu nas suas companhias o arrasto ao cinto pela tracção do gado bovino. Foi desde logo este processo de pesca imitado na Costa Nova, pelas cinco companhias aí existentes. (...) Foi uma novidade e uma surpresa esta maneira de pescar. O invento atraía à praia centenas de espectadores que ali acorriam de toda a parte, não se cansando de admirar os bicharôcos, jungidos às redes e a puxar» (Rezende 1989: 196). O Padre Aires de Amorim, por seu turno, aponta a inovação às companhias de Espinho no ano de 1885.

151 – «Levantamento Cultural – Coordenação Concelhia de Espinho da D.G.E.A.», 1984.

exploração da pesca marítima. Trabalha n'ella mas não a explora. (...) Subir de companheiro ou simples arraes a dono da empresa da pesca, só pelo trabalho da pesca, não é cousa viavel n'esta região» (1902: 136)¹⁵².

Como se infere do que ficou exposto, uma das grandes dificuldades que se impõe a qualquer tentativa de periodização prende-se com a escolha de um sistema de balizas cronológicas capazes de definir com exactidão um percurso sequenciado para os dados que conhecemos. Na verdade, não dispomos de fontes capazes de esclarecer cabalmente as transformações das relações de produção no universo da arte xávega. Sendo a informação insuficiente e, por vezes, contraditória, fica a ideia de que, como expliquei anteriormente, parecem ter existido sociedades de quinhoeiros e/ou senhorios em qualquer dos três períodos. É preciso, pois, sublinhar que o desenvolvimento faseado que esbocei não é cronologicamente uniforme em toda as localidades da zona da xávega. Os momentos cruciais de mudança prendem-se não só com as transformações políticas da sociedade portuguesa mas, também, com os ritmos de mudança ao nível local – o crescimento económico e demográfico, melhoria das vias de comunicação, mercados e, certamente, com as inovações técnicas no domínio da pesca.

Tendo presente as limitações e as dificuldades que apontei, é possível, contudo, delinear uma síntese esquemática indicadora das tendências gerais sugeridas pelas fontes disponíveis. Temos um primeiro momento, abrangendo o século XVIII e parte do século XIX, em que as companhias são cooperativas simples, isto é: os pescadores, organizados sob a autoridade de um arrais, dividem entre si o pescado e os lucros da venda do mesmo; os meios de produção, repartidos num determinado número de partes, ou quinhões, podiam pertencer a um senhorio (laico ou eclesiástico) que avançava o capital necessário às despesas de funcionamento, ou aos próprios pescadores quando, nos termos de um contrato, conseguiam pagar o montante investido e os respectivos juros (cf. Amorim 1998). Como diz Lacerda Lobo, estes

152 – Oliveira Martins, em 1889 – interpretando os trabalhos de Lacerda Lobo –, traça um diagnóstico bastante grave das pescarias portuguesas; o cerne das suas críticas prende-se com o facto de a comissão distrital do Porto para o Inquérito Industrial de 1881 ter entendido incluir a pesca no catálogo das indústrias; diz ele que «há factos impensados que por isso mesmo são mais eloquentes (...) A pescaria existe em todo o distrito nas condições mais primitivas, chegando a ser a colónia de pescadores da Póvoa um interessante exemplo de arcaísmo industrial e talvez etnológico». À semelhança do que se passou com a arte xávega a partir de finais do século XIX, também na Póvoa «a pescaria, em vez de definhar, progride, se não como processos e artes industriais, como número» (Oliveira Martins 1994: 202).

senhorios eram investidores que mandavam fazer redes «para arrendar aos pescadores» (Lobo 1812: 357), pois «são mui raros aquelles que os tem [os aparelhos de pesca], e por esta causa são obrigados a dar pelo uso delles huma parte do seu pescado, o qual depois de pagos os direitos de matança, e outros encargos mal lhes chega para o seu modico sustento, e de sua família» (1812: 357).

Um segundo momento decorre das enormes transformações resultantes da Revolução Liberal, com a abolição dos privilégios de Antigo Regime: o decreto-lei de 6 de Novembro de 1830 libertou os pescadores da sua dependência face às instituições senhoriais – rendeiros, confrarias, etc. – e determinou um regime de funcionamento em que as companhias se transformam em sociedades por quotas regulamentadas como qualquer empresa comercial ou industrial (cf. Martins 1997). As companhias são, agora, sociedades em que a propriedade dos meios de produção é distribuída por todos os detentores de fracções, ou quotas-partes – os quinhoeiros, que podem vender e comprar quinhões consoante a sua capacidade para beneficiarem das muitas oportunidades de negócio que sempre surgem num ramo de actividade caracterizado pela imprevisibilidade, flutuações constantes e crises periódicas. O detentor de um quinhão pode também desdobrar o seu título de propriedade naquilo que me parece ser uma forma peculiar de *enfiteuse*¹⁵³, ou seja: pode pagar uma importância fixa a um homem que trabalhe no seu lugar (arrecadando assim todos os ganhos que ultrapassem o valor dispendido com esse ajuste) ou, alternativamente, pode ceder o usufruto do seu quinhão por determinado período de tempo mediante o pagamento de uma dada importância. Esta situação evoluiu depois para um novo regime de senhorios, por virtude da concentração da propriedade nas mãos dos investidores (não raras vezes, lavradores abastados) e negociantes (a quem se contraíam as dívidas do vinho, sal, e demais produtos) mais bem sucedidos. Com a implantação do capitalismo ao longo da segunda metade do século XIX, consolida-se o regime liberal e fomenta-se uma política de obras públicas (Fontismo), sendo esta fase marcada pela melhoria e desenvolvimento da rede viária e do comércio, pelos surtos de industrialização nalguns pontos do litoral e, como símbolo da nova era, pelo caminho-de-ferro.

153 – De acordo com o Código Civil de 1867, «há contracto de Enfiteuse, emprazamento ou aforamento, quando o proprietário de qualquer prédio transfere o seu domínio útil para outra pessoa, obrigando-se esta a pagar-lhe uma determinada pensão a que se chama forum ou cãnone». Trata-se, portanto, do desmembramento do direito de propriedade em domínio directo (afecto ao possuidor original) e domínio útil (afecto a quem explora essa propriedade mediante o pagamento de renda ou foro ao seu senhorio).

Um terceiro momento decisivo estende-se desde finais do século XIX até ao Estado Novo – período em que se poderá situar o apogeu da arte xávega; os barcos e as redes atingem a sua maior dimensão de sempre, mas este é, também, o período em que as movimentações sazonais das populações piscatórias atingem os seus máximos. A circulação ferroviária contribui decisivamente para a intensificação dos fluxos humanos, centrífugos e centrípetos: a exploração selvagem e a miséria generalizada resultante da proletarização da classe piscatória repelem para a emigração enormes massas populacionais, enquanto o caminho-de-ferro exporta sardinha e regressa, sazonalmente, com um número sempre crescente de turistas vindos das cidades. Ao longo de todo este período largam-se as companhas em Outubro ou Novembro e continua-se a pescar noutras paragens – na Afurada, nas traineiras de Matosinhos, Figueira e Peniche e, ainda, nos campos e lezírias do Mondego, do Tejo e do Sado. As grandes cidades como Lisboa, Porto e Setúbal constituíram sempre um foco de atracção para a maioria destas populações, uma vez que o abastecimento de peixe é constante e os mercados cheios de oportunidades. A muitos dos que ficam – velhos, mulheres e crianças das aldeias do litoral – espera-os a mendicidade, sempre a alastrar, a par com a recollecção de lenhas (e de outros serviços prestados à Administração Florestal, no caso de Vieira) ou, alternativamente, o trabalho nas fábricas. Convém também mencionar que, de 1909 para 1913, dois dos produtos essenciais ao modo de vida destas comunidades piscatórias – o peixe e o vinho – consolidam a sua posição fundamental no leque das exportações portuguesas: em menos de cinco anos, a exportação de sardinhas em conserva sobe de 18 mil para 25 toneladas, e o vinho de 863 mil hectolitros para um milhão e 90 mil (Ramos 1994: 471). No topo norte da zona da xávega, onde a industrialização foi mais intensa, as fábricas de conservas prosperaram, como atestam os dados relativos ao Furadouro (Lamy 1977: 201) e, especialmente, a Espinho (o primeiro estabelecimento industrial de conservas de sardinha, em Espinho, remonta ao ano de 1880), onde a empresa Brandão, Gomes & C.^a conheceu grande sucesso, empregando numerosa mão-de-obra feminina e abrindo sucursais em Matosinhos, S. Jacinto e Setúbal (Salvador 1994). Nos anos trinta, sofrendo de uma conjuntura económica de crise, motivada pela Grande Depressão, os estabelecimentos conserveiros de Espinho e do Furadouro vêm-se forçados a encerrar a sua actividade, aguentando-se ainda na primeira destas localidades (onde o encerramento foi parcial, ou temporário) e na Murtosa até ao colapso no início da década de cinquenta.

A consumação do processo de proletarização dos pescadores através da generalização do sistema de ajuste marca este período, que acompanha um conjunto mais vasto de transformações na sociedade nacional e culmina nas três ou quatro primeiras décadas do século XX, precipitando depois a pesca da xávega para a crise já sob a vigência do Estado Novo, a partir da Segunda Guerra Mundial. As companhias tornam-se propriedade de sociedades constituídas pelos capitais de um número cada vez mais reduzido de senhorios, sendo os trabalhadores ajustados por safra. Alguns dos mais velhos pescadores que conheci na Praia da Vieira referiram-se expressivamente a esta última fase do capitalismo especulativo nas companhias de xávega como “o tempo dos patrões”. Um antigo arrais da Praia da Vieira, já reformado (à época em que tive o prazer de o entrevistar, em 1992, contava 81 anos de idade), foi bastante claro na sua apreciação: «Os donos das companhias viviam assim menos mal, mas de todos os que eu conheci no meu tempo nenhum era pescador – viviam cá mas não eram pescadores: uns tinham negócios de madeira, ou outros negócios. Então, juntavam-se aos dois e aos três e compravam uma companhia – aventuravam-se, porque aquilo era muita despesa; tanto se vendia aqui, às vezes, como se vendia uma no Pedrógão e outra na Leirosa, e então eles iam lá comprar e traziam-na para cá. Se fosse um ano que desse muito, eles ganhavam uns vintenzitos e ficavam *arrimados*, mas se fosse um ano ou dois que não desse, fechavam. Creio que até 40, ou mais de 40, ainda trabalhavam quatro ou cinco companhias dessas. Depois começou a enfraquecer...»

Em matéria fiscal, a tirania manteve-se durante a ditadura do Estado Novo, sem qualquer benefício efectivo para os pescadores, como se infere das palavras do mesmo informante: «o que mais prejudicava as companhias é que se pagava muito imposto; pagávamos todos os dias – ao princípio até tínhamos que ter um fiador responsável perante a Alfândega, para dar à semana ou até ao mês, mas se eles quisessem todos os dias tínhamos que pagar, e esse imposto era muito grande para nós. Nesse tempo (foi quase sempre!...) era um imposto para o Estado de 8,3%; tinha mais 3% para a Câmara; tinha mais 1 ou 2% para os Socorros a Náufragos, mais 1% para o Desemprego. Aquilo andava por uns 16%, ou mais! Mas além disso ainda tínhamos mais: quando a rede saía a uma certa área que foi estipulada... Quer dizer: as redes tinham que sair sempre naquela área; se saísse mais 50 metros para lá já tínhamos que pagar mais tanto à Guarda Fiscal. A Guarda Fiscal é que tinha que ir apontar o peixe – porque o peixe onde saía era lá que era vendido, no areal, à beira-

-mar; punham dez montes em cada fila, conforme os que matassem, e depois ali é que era vendido e tínhamos que pagar. Tínhamos que pagar, ainda, quando era depois do sol-posto – mais uma conta para a Guarda Fiscal; e se algum tinha azar e saía depois da meia-noite, era mais uma conta para a Guarda Fiscal. Chegava a 20% que se pagava... Até mesmo uma majoeira, que tinha umas três braças e meia – uns cinco metros – e ferrávamos nas coroas... matávamos um robalo, e a gente se o quisesse comer tínhamos que pagar imposto desse robalo! Até para comer! Então havia algum direito numa coisa destas!?!...»

Este período – “o tempo dos patrões” – inicia-se com a substituição, na alagem das redes, do esforço humano pela tracção de várias juntas de bois e culmina com o desaparecimento progressivo de grande número de companhas em muitas praias, a partir de meados do século XX. A Praia da Vieira constitui um caso particularmente interessante: a partir dos anos vinte/trinta, a crise precipitada pelo apogeu do capitalismo na indústria da pesca leva grande parte dos pescadores a empregar-se na indústria de limas, cujos responsáveis apoiariam incondicionalmente a ditadura em troca de medidas proteccionistas para o sector; outros abandonam as suas “barracas” e deslocam-se em grupos para o Tejo, engrossando o contingente de avieiros que desde há várias décadas vinha pescar para este “mar” onde não faltava o peixe. Outros, ainda, tentavam sobreviver pescando enguias no baixo Mondego ou no Lis, navegando pelas valas do Campo, até Amor. Na freguesia da Vieira, já nos anos de 1919 a 1922 a mortalidade infantil atinge os valores mais altos de que há memória¹⁵⁴, coincidindo, aliás, com um primeiro momento de maior intensidade na fixação de avieiros na borda-d’água, ocorrido nos anos de 1919-1923 (Santos 1959: 36). E, ainda nas décadas seguintes, anos houve em que o número de crianças que sucumbiam devido às febres intestinais (desinteria) era dramático: «Chamavam-lhe a vindima das crianças; o mês de Agosto era a vindima das crianças: quase todos os dias a gente tínhamos que levar um anjinho ao cemitério. Formava-se a carreira dali, e a carreira dali, e íamos levar um anjinho ao cemitério. No outro dia estava outro à morte. O Ti Narciso não tinha mãos a medir a fazer caixões»...¹⁵⁵ Para muitos daqueles homens

154 – De acordo com os dados contidos nos *Livros de Registos* da Paróquia de Vieira de Leiria, os valores encontrados são os seguintes: em 1919, num total de 72 óbitos, 20 referem-se a crianças até aos 6 anos de idade; em 1920, em 83 óbitos, 35 são crianças; em 1921, 63 óbitos, 15 dos quais crianças; em 1922, finalmente, em 67 óbitos, 26 foram crianças.

155 – Testemunho da Ti Clara Gadelha, que contava 64 anos de idade à data em que a entrevistei, em 1992.

que pescavam no Tejo durante o Inverno, o regresso à Praia da Vieira saldava-se por um fracasso, pois as companhas, sujeitas às contingências dos investimentos e da necessidade de lucros dos seus proprietários, muito frequentemente abriam falência e interrompiam a laboração, mudando de patrões ou desaparecendo. Em conformidade, nos anos de 1934-1939 regista-se um novo intensificar da fixação de avieiros na borda-d'água (Santos 1959: 36).

Já próximo da década de quarenta, uma das derradeiras companhas de senhorios existentes na Praia (a companha dos Letras) fecha actividade, deixando a arte xávega ameaçada de extinção. Por iniciativa de alguns pescadores, criam-se então duas novas sociedades de pesca onde o pagamento de importâncias fixas consoante a diferenciação hierárquica dos ganhos, segundo as competências orgânicas e funcionais (os “ajustes” consagrados obrigatoriamente no acto de matrícula realizado na Capitania), coexiste com um processo de redistribuição de proventos assente no sistema “do terço”, tendo os maiores investidores oferecido sociedade aos demais pescadores. Estas sociedades – a primeira surge logo em 1938 – também não resistem à falta de pessoal, à tirania fiscal e, sobretudo, aos pagamentos exorbitantes que lhes são exigidos pelos proprietários do gado necessário para a alagem das redes, pois as despesas fixas não se compadecem com a irregularidade dos rendimentos. Assim, os dois grandes barcos dos Falcões e dos Raposeiros cessam a laboração, em 1957 e 1964, respectivamente, cedendo lugar a embarcações de dimensões mais reduzidas e companhas mais pequenas – o que virá nas décadas seguintes a acentuar-se, configurando um autêntico processo de miniaturização que culmina no aparecimento de barcos para apenas cinco homens e redes muito mais pequenas, aladas à custa de esforço humano.

Em termos genéricos, os momentos mais marcantes deste processo de mudança podem ser lidos através das adaptações técnicas e suas respectivas consequências ao nível do emprego: primeiro, o sistema de alagem braçal da arte, exigindo um elevado número de homens e mulheres coordenando esforços pelo ritmo de um tambor, cânticos e ladaínhas ou, mesmo, pífaros e cornetins (Lamy 1977: 180, Laranjeira 1984: 507 e Aires de Amorim 1986: 306 e 1999: 35, 89); depois, a partir da década de oitenta do século XIX, o gado (cinco, seis ou mais juntas de bois por cada um dos dois cabos da rede), dispensando o grande volume de mão-de-obra – velhos, mulheres e crianças pagos em peixe – até então necessário à alagem; finalmente, a substituição do gado por tractores marca, em muitas praias, o início do período

actual, traduzindo-se em perto de três décadas de experiência acumulada neste sistema, a que se acrescenta, ainda, um constante esforço de adaptação às novas regras decorrentes de sucessivas opções políticas de gestão de recursos, nacionais e supranacionais. Hoje como ontem, porém, todos se queixam da imponderabilidade do ofício e dos seus miseráveis rendimentos.

Em suma, ainda que se verifiquem evidentes continuidades na situação de pobreza que parece acompanhar a vida das famílias dependentes da pesca, do século XVIII ao século XX, inclino-me a pensar que há um agravamento efectivo das condições de vida destas populações a partir das últimas décadas do século XIX (e depois, mais tarde, no período da ditadura), devido a uma conjugação de factores de que destacaria: a generalização do sistema de ajuste e a sua subordinação ao regime disciplinar da autoridade marítima¹⁵⁶; as leis desajustadas e a tirania fiscal¹⁵⁷, o desequilíbrio entre o crescimento demográfico e a capacidade de captação de recursos, conduzindo à mendicidade e à emigração; a destruição, provocada pelos avanços do mar, das zonas habitadas pelos pescadores, como em Espinho e na Vieira; e, ainda, outros factores que se prendem com circunstâncias locais associadas às oportunidades de emprego. Admito, todavia, que este “agravamento” pode não ser mais do que a expressão de uma acrescida visibilidade dos indicadores que, graças à multiplicação de relatos, conferem mais nitidez ao contraste entre a burguesia instalada sazonalmente no litoral e o proletariado, condenado a emigrar para sobreviver. Neste caso, confirmar-se-iam as dúvidas de Inês Amorim quando diz não ter «absoluta certeza de que o estatuto sócio-profissional do pescador da costa de Aveiro tendesse a evoluir, ao longo dos séculos XIX e XX para uma situação de maior precaridade relativamente ao passado» (1998: 182).

156 – «Segundo a lei marítima, as companhias de pesca são consideradas como guarnições de navios do comércio, tanto pelo que respeita à sua organização como à reciprocidade de relações entre os indivíduos que as compõem» (Affreixo 1902: 148).

157 – Já numa “farpa”, de Outubro de 1871, Eça de Queirós denunciara a absurda prisão de vinte pescadores da Foz do Douro (incluindo três crianças de dez anos) por pescarem com redes de arrastar (1946: 251). Em Agosto desse mesmo ano Eça descrevera a entrada de uma lancha pela perigosíssima barra do Douro, junto à Foz. A embarcação escapara por um triz à fúria das ondas e conseguira arribar trazendo apenas uma dúzia de pescadas. Eça informa que cada pescada pode valer seis vinténs e interroga: «Ora sabem qual é o imposto que sobre este duro trabalho lança o fisco? – 40 réis por pescada! Não é o antigo *dízimo absolutista* – é o *terço liberal!*» No ano seguinte, em 1872, escreverá ao ministro Fontes Pereira de Melo (ver infra, nota 172) a propósito da extinção do imposto sobre o pescado, denunciando a “pirataria da fome” e a miséria que afligia os pescadores (1946a).

Resta-me dizer que o sistema de ajuste – cuja generalização a partir de finais do século XIX marca decisivamente, do meu ponto de vista, a emergência do proletariado do mar – subsiste, ainda hoje, nas companhias da Marinha de Silvalde (Espinho). Aqui, os pescadores recebem uma importância fixa em dinheiro pelo seu trabalho – a *soldada* (expressão que era já utilizada no século passado, uma vez que Jayme Affreixo se lhe refere em 1902) –, sendo metade da importância paga antes do início da safra, pelo Natal, e o restante mais tarde; para além das soldadas recebem ainda uma percentagem sobre o que pescarem. Todos os patrões se queixam deste sistema (que não se compadece com os anos de escassez), mas os pescadores rejeitam a alternativa que lhes é proposta: o trabalho por percentagens, tal como é praticado nas praias vizinhas. Neste sistema, “o patrão nunca perde”, como me disseram em Mira, mas com o sistema das soldadas, parece que ninguém ganha: o primeiro dos dois pagamentos – cerca de noventa ou cem mil escudos – gasta-se com rapidez pelo Natal, pois há que pagar as dívidas na mercearia e no talho, despesas com os mais pequenos, que precisam de roupa para o Inverno e de um brinquedo ou outro... Os donos destas companhias – metade das quais são geridas por mulheres –, por seu turno, não só têm de pagar soldadas como são ainda permanentemente confrontados com os pedidos de adiantamento de dinheiro quando os resultados da pesca são fracos, o que ocorre com muita frequência. Ao longo das minhas estadias na Marinha de Silvalde pude constatar que o descontentamento era generalizado. Várias das companhias em actividade em 1994 e 1995 cessaram, entretanto, a sua laboração.

4

«FOI O PEIXE QUE DEU O SER A ESTA TERRA...»

Neste capítulo apresentarei um conjunto de materiais referentes à Marinha de Silvalde (Espinho), no extremo norte da zona da xávega, com o qual pretendo ilustrar os principais aspectos abordados nos dois capítulos precedentes. A historicidade do processo de formação da actual cidade de Espinho mostra-nos de forma bastante evidente a importância dos factores de instabilidade ambiental na génese das comunidades piscatórias, assim como os contornos do processo de conjugação de interesses que recai sobre o espaço da beira-mar e as consequências daí resultantes para os pescadores e suas famílias. De todas as localidades da zona da xávega esta é, indubitavelmente, aquela onde a miséria se faz sentir mais fortemente, conferindo grande visibilidade aos problemas que atingem as companhas, inclusivamente ao nível da organização e das práticas do trabalho, como veremos ao longo deste capítulo.

Espinho: a origem da povoação

De acordo com a documentação compulsada pelo Padre Aires de Amorim, o povoamento dos areais de Espinho inicia-se em finais do século XVIII quando, em 1779, são aforados terrenos a vinte e nove pescadores, para construção de habitações (Aires de Amorim 1989: 329). O subsequente crescimento do número de palheiros encavalitados nas dunas e do efectivo populacional envolvido na pesca parece ter sido bastante rápido, já que no ano seguinte «a praia conta quarenta e dois moradores, dos quais trinta e quatro são marítimos vareiros e as *casas de pau* ou *tabuado* ascendem a quarenta e oito» (1989: 329).

À semelhança do que acontecia noutros pontos do litoral, os pescadores de Espinho tiveram de se debater com os problemas decorrentes não só do pagamento dos impostos senhoriais mas, também, das tentativas de apropriação privada dos baldios. O aforamento do areal por parte da Câmara da Feira é contestado em 1786, em requerimento feito pelos pescadores à Junta da Casa do Infantado (Aires de Amorim 1989: 273). O problema não era novo e afectava toda a faixa litoral utilizada pelos vareiros para o exercício da sua actividade, pois já na primeira metade do século XVIII, em 1737, há notícia de um levantamento dos pescadores de Ovar

contra o aforamento dos baldios e pinhais que defendiam a vila de Ovar das areias, referindo-se a vinda dos pescadores das «companhas que trabalhávão no Furadouro, Torreira e Espinho» (Godinho 1980: 277).

Historicamente, o processo de marginalização e segregação espacial dos mais desfavorecidos parece indissociável das sucessivas investidas do mar que, a partir da segunda metade do século XIX, foram arrasando os palheiros e desalojando os pescadores para terrenos vagos cedidos pelas autoridades locais¹⁵⁸, enquanto Espinho prosperava e se tornava cosmopolita. O crescimento da povoação a partir do núcleo inicial de pescadores fez-se, portanto, ao compasso das invasões do mar, empurrando a colónia piscatória para sul, para longe dos areais mais centrais frequentados pela gente fina (os *fidalgos*, em tudo diferentes dos *vilãos* das vilas e aldeias próximas e dos *vareiros* da beira-mar) que desde o último quartel do século XIX aqui vinha a banhos, dedicando-se ao ócio das salas de jogo e, até, aos prazeres de aluguer proporcionados pelas muitas prostitutas espanholas que, sazonalmente, vinham exercer a sua actividade. Voltarei, adiante, a esta tripla categorização.

Ainda que haja notícia de avanços do mar sobre os palheiros de Espinho logo na primeira metade do século (Lima 1982), o fenómeno de transgressão oceânica começa a afectar seriamente esta localidade no último quartel de Oitocentos, provocando estragos a intervalos regulares e mantendo-se como uma ameaça constante até à década de setenta do século XX. Nos anos de 1869, 1871 e 1874 o mar avançou 95 metros e, em 1889, destruiu inúmeros palheiros, engolindo a Rua dos Pescadores, situada frente à actual Rua 19 – rua pedonal que é a mais concorrida artéria da cidade, em pleno centro. Sensibilizada, a rainha D. Maria Pia (que frequentava a praia da Granja, um pouco mais a norte), visita o local e ordena a construção de habitações para os desalojados, mais a sul. Em 1894 ficam prontas, para arrendar aos pescadores, as trinta e seis casas que constituíam o Bairro da Rainha, erigido a poente do local onde actualmente se situa o campo de futebol. Mas logo no ano seguinte o bairro é parcialmente destruído pela força das ondas e, em 1896, novo avanço do mar destrói mais vinte e cinco palheiros e outras habitações.

158 – As invasões do mar em Espinho foram abordadas em diversos números do *Boletim Cultural* publicado pela Câmara Municipal desta cidade, destacando-se Teixeira (1980, vol. II, n.º 7 e 8), cuja cronologia descritiva sigo ao longo dos próximos parágrafos; também o Padre André de Lima (1982, vol. IV, n.º 15-16) escreveu sobre o problema em 1931, entre outros (por exemplo: Valentim Cerdeira 1983, vol. V, n.º 18).

Junto do Bairro da Rainha não cessavam, entretanto, de surgir novas construções em madeira e, por essa razão, a Junta de Freguesia de Espinho decide, em 1897, ceder os terrenos contíguos, pela parte norte, à fábrica Brandão Gomes, onde os mais pobres pudessem construir as suas casas, dando origem ao Bairro da Mata – assim denominado pela existência nesse local de uma mata de pinheiros. Com o decorrer do tempo, a fábrica de conservas deixou de estar isolada no areal. Tanto o Bairro da Mata como as casas que surgiram, depois, a sul da fábrica, albergavam uma numerosa mão-de-obra de operários conserveiros – mulheres, na sua maioria. Na década de setenta, a fábrica cessou a sua produção e, na década seguinte, foi abandonada, mas ainda hoje muitas mulheres dos bairros vizinhos recordam os tempos em que trabalhavam para a Brandão Gomes.

Logo no ano seguinte à cedência dos terrenos da Junta de Freguesia, o mar continuou a devastar a povoação e, em 1904, as ondas arrasam a igreja de Nossa Senhora da Ajuda. Em tom solidário, Manuel Laranjeira escrevia a Amadeu de Souza Cardoso, a 24 de Dezembro de 1905: «O mar está invadindo a povoação e já tem arrastado consigo alguns palheiros de pescadores miseráveis. E veja, amigo: cardumes de brasileiros a gozar o espectáculo! E o mar sem devorar um deles sequer! São inamovíveis» (Silva 1992: 230). Seguem-se novos avanços em 1908, 1909, 1910, 1912, e em 1925 um tufão arrasa o Bairro da Mata, onde se concentrava a população piscatória, pelo que o jornal *Diário de Notícias* procede a uma angariação de fundos para a construção de um novo bairro. Em 1931, com a contribuição de um subsídio por parte do Ministério do Interior, o Bairro Diário de Notícias está concluído, mas as rendas são fixadas em valores demasiado elevados e, com embustes e corrupção, os pescadores são postos à margem e, portanto, excluídos do processo de atribuição de casas (Teixeira 1980: 244).

Em 1934, 1936 e 1943, o mar continuou a avançar sobre o casario até que, em 1944, o que restava do Bairro da Rainha é finalmente destruído pelas ondas, juntamente com as muitas habitações contíguas que os mais pobres aí haviam erigido. As autoridades decidem construir um novo bairro mas, entretanto, os sinistrados são alojados a sul da fábrica Brandão Gomes, em enormes barracões (alguns com quase quarenta metros de comprimento) destinados a funcionarem como dormitórios colectivos, com compartimentação interior para a separação dos residentes por sexos – solução que se pretendia de carácter provisório, pelo que os barracões que constituíam este núcleo, denominado Bairro Flecha (pela sua

semelhança com os comboios rápidos do mesmo nome), deveriam ser desocupados após a conclusão das obras no novo bairro. No entanto, os moradores recusaram-se a sair devido à falta de recursos para o pagamento das rendas que iriam ter de suportar.

O Bairro dos Pescadores, nos terrenos da chamada Marinha, a sul da ribeira de Silvalde, ficou concluído e foi entregue em 1946, tendo posteriormente recebido alguns melhoramentos, entre os quais uma creche, uma escola primária e uma capela. O crescimento populacional, contudo, provocou a sobrelotação das casas, cujos pátios começaram a ser ocupados por anexos, enquanto nas áreas adjacentes surgiam novos abarracamentos, à semelhança do que se passava nas periferias das grandes cidades do país. O mar continuou entretanto a fustigar a cidade, atingindo algumas das suas realizações mais emblemáticas, como a “esplanada” e a piscina, ameaçando ou provocando estragos até à década de setenta, apesar da construção e posterior melhoramento de sucessivos paredões e esporões em cimento e pedra.

Assim, a realidade sócio-espacial de Espinho, ensombrada pela força destruidora das marés, tornou-se profundamente contrastada: a norte dos longos muros da fábrica de conservas, perpendiculares à praia, os pobres e os remediados do Bairro da Mata; a sul, e para além da ribeira de Silvalde, os tugúrios miseráveis em redor do bairro dos pescadores – e também, claro, as barracas do Rio Largo, ao norte da povoação. É de salientar que as ruínas da fábrica Brandão Gomes constituem actualmente – nas palavras de um informante – um verdadeiro “muro de Berlim”, delimitando a cidade de Espinho da Marinha de Silvalde. Pelas conversas que mantive com várias pessoas residentes no Bairro Piscatório, apercebi-me de que é corrente, aliás, distinguir *a banda de cá* e *a banda de lá*, tendo como referência, justamente, a fábrica Brandão Gomes.

A Marinha de Silvalde

A Marinha de Silvalde – zona litoral da freguesia de S. Tiago (Maior) de Silvalde – é um subúrbio a sul da cidade de Espinho, entre as ruínas da antiga fábrica de conservas Brandão Gomes e o campo de golfe do Oporto Golf Club, onde, desde há décadas, muitos vareiros encontram, por vezes, trabalho de ocasião a carregarem os tacos de golfe dos estrangeiros amantes deste desporto – ingleses, na sua maioria. Os bairros que integram a Marinha de Silvalde estão compreendidos numa área limitada a nascente pela linha do caminho-de-ferro do Norte e a poente pelo mar. Trata-se de uma zona muito degradada, tanto a nível dos equipamentos e infra-

-estruturas como aos níveis habitacional, ecológico e paisagístico. Ainda que a sua superfície seja menos de metade da área total da freguesia (cerca de seis quilómetros quadrados), a densidade populacional é elevada, com mais de 50% do seu efectivo concentrado nos cinco bairros que constituem a Marinha de Silvalde, num total de aproximadamente 4200 habitantes, dos quais cerca de 75% vivem em situação de pobreza e, muitos destes, em condições de miséria extrema ¹⁵⁹.

Confinando com as ruínas da fábrica de conservas Brandão Gomes encontra-se um bairro de casas térreas e de dois pisos, distribuído ao longo de duas ruas paralelas cortadas por duas outras transversais. Aqui se situam os estabelecimentos comerciais da zona: mini-mercados, talhos, padarias, cafés e cervejarias. As melhores das casas deste bairro, com um piso superior de construção mais recente, revelam crescimento vertical em data posterior à construção original, mais antiga, sendo a maior parte, contudo, de um só piso. À medida das necessidades, e porque as famílias se iam tornando cada vez mais numerosas, estes edifícios foram-se expandindo “para dentro”, isto é: nas áreas das traseiras e nos pequenos quintais levantaram-se paredes, colocaram-se telhados e surgiram anexos e barracões onde se foram acomodando filhos e netos que, por sua vez, constituíram as suas próprias famílias e assim sucessivamente. Estas “ilhas”, como são conhecidas, consistem de pátios interiores para os quais se entra por becos e em volta dos quais se amontoam divisões que albergam dezenas de pessoas...

Um dia, num domingo de Julho de 1994, fui levado a procurar uma idosa que diziam saber “curar do aberto”, da “zerpela”, do “tesourelho”, do “unheiro”, da “espinhela caída”... Residia a Dona Guilhermina a curtíssima distância da casa onde eu próprio me hospedara, neste mesmo bairro. Cá fora, na rua, estava um rapaz dos seus 20 ou 30 anos estendido no passeio, ora sentado, ora deixando-se cair para trás, para logo procurar levantar-se em gestos bruscos e desajeitados, voltando a sentar-se e a deixar-se cair para trás ou para um dos lados, perdido de bêbedo, gritando palavrões com quantas forças lhe restavam. Num pequeno grupo de mulheres com ar sério e reprovador, uma vizinha que assiste à cena informa que o rapaz já agrediu várias pessoas, que «com o vinho é assim...». Desvio-me passando por ele num momento em que está de rojo e, um pouco mais adiante, entro por um estreito

159 – Relatórios sobre a Marinha de Silvalde gentilmente disponibilizados pela equipa de Serviço Social da Câmara Municipal de Espinho – Dr. André Duarte e Dr.ª Marisa Fonseca).

corredor entre duas casas. Eis-me num pequeno pátio atafalhado de restos de mobília velha, com cães magros e sujos, a ladrar as boas-vindas. Tenho de esperar, pois a Dona Guilhermina está a dar o almoço ao marido, acamado devido a uma trombose. Há várias portas de outros anexos que dão para aquele pátio, mas a única que está aberta é a da minha anfitriã, que me faz esperar um bom bocado, enquanto a vou ouvindo a invectivar o marido para que abra a boca, mastigue, engula a comida... Sai um menino, entra outro menino. Ouve-se a televisão lá dentro. Sai uma rapariga, entra outra rapariga. Sai um homem em tronco nu e uma perna engessada agarrado a duas muletas. Sem olhar para mim, abre uma das portas do pátio, a madeira a desfazer-se, sem gonzos nem vidro nem cortinas, e eis as instalações sanitárias: paredes de cimento sem reboco e um buraco no chão molhado, também de cimento. Há muitas “ilhas” como esta aqui no bairro. Finalmente, apareceu a Dona Guilhermina que, afinal, não é vareira. Explica-me que veio nova, com os pais, das serras do interior... Aprendera, pois, com gente de outras paragens, a curar do “tesourelho”, do “unheiro”, etc., e nem sequer exercia regularmente estes seus conhecimentos. Ao cabo de meia hora de conversa vim-me embora e dirigi-me à beira-mar, atraído pelo som roufenho de um altifalante. No extremo do bairro estava um ror de gente apinhada à volta de uma carripiana verde-alface de caixa alta, aberta de lado e onde, como se de um palco de espectáculos se tratasse, um casal de comerciantes vendia colchas da Madeira e serviços de loiça, dizendo graçolas e palavras de aliciamento com a boca encostada a um megafone. A mulher atirava, gratuitamente, maços de peúgas brancas ao povo e, das ruas do bairro, chegava mais gente, sempre mais gente, a correr, alertados pelos que regressavam, satisfeitos, logo que apanhavam um daqueles conjuntos de peúgas...

Entre este bairro e os edifícios da escola primária está um conjunto de seis prédios de “habitação social”, de quatro e três pisos, pintados em tom de amarelo-torrado – conjunto semelhante a tantos outros existentes nos subúrbios pobres das cidades portuguesas. Para quem se desloca a pé vindo da estrada que acompanha o caminho-de-ferro e toma a direcção da beira-mar caminhando ao longo da margem direita da ribeira de Silvalde, contornando os edifícios escolares contíguos a este bairro, o que mais chama a atenção são as muitas barracas encavalitadas sobre a margem da dita ribeira. Para trás destas, situa-se um bairro de edifícios erigidos nos anos sessenta e setenta, e já bastante degradados, onde a Câmara Municipal alojou os residentes de um outro núcleo de barracas – o Bairro Flecha. Apesar de velhas,

encardidas e carcomidas pelas intempéries, algumas destas casas de dois pisos mostram esforços de remodelação exterior, pela colocação de azulejos coloridos. Neste conjunto – Bairro Novo e Bairro Social – habitam quase meio milhar de pessoas.

A despeito de as fotografias dos coloridos barcos de mar e de a indicação precisa do sítio onde o turista pode assistir à actividade piscatória constarem da maior parte dos folhetos de propaganda turística, a verdade é que poucos visitantes ousam prolongar a sua caminhada para além do final da chamada “esplanada” de Espinho – o longo passeio empedrado, ladeado por um muro baixo onde as pessoas se sentam a ver o mar e a conversar – que acompanha a Rua 2 paralelamente à praia, desde a zona central da cidade até ao Bairro da Mata. Para quem faz este percurso, vindo das imediações da estação dos caminhos-de-ferro (e, também, do maior hotel da cidade e do casino), e pretenda, depois, continuar a caminhar acompanhando a linha costeira, reservam-se algumas surpresas desagradáveis.

Chegando ao fim da esplanada, o asfalto da Rua 2 cede lugar ao solo nu, coberto de poeira em tons de amarelo escuro e irregular, junto ao muro poente das ruínas da fábrica Brandão Gomes. Os barcos das quatro companhias que aqui laboram ocupam o areal contíguo, logo a seguir a um enorme pontão em forma de foice formado por enormes pedras e blocos de cimento, entrando pelo mar dentro uns bons cento e cinquenta metros. Ao contrário dos pontões mais pequenos posicionados ao longo da esplanada, este está dotado de uma superfície plana que permite a circulação até à sua extremidade, para gáudio dos que se dedicam à pesca com canas e de quem gosta de observar o mar. Mas é também na base deste pontão, sobre as areias, acima da linha da baixa-mar, que desaguam as águas provenientes de uma boca de esgoto, deixando uma mancha castanha no mar. Segundo consta, há muita gente a recusar, por esta razão, comprar peixe proveniente do labor das companhias de Espinho, por saberem que muitos lanços terminam com a chegada da rede àquela praia, ali mesmo onde corre o esgoto.

Prosseguindo caminho, passa-se uma série de barracas anexas aos edifícios onde terminam as duas ruas paralelas à fábrica Brandão Gomes, depois os conjuntos de habitação social e, por fim, chegados à ribeira de Silvalde, o cenário de miséria torna-se ainda mais impressionante: na margem esquerda da vala em que corre a dita ribeira, amontoa-se um núcleo de cerca de meia centena de barracas miseráveis, em madeira e chapa, rodeadas de lixo e estendais de roupa por toda a parte. Dentro da ribeira, há crianças a brincar perto de um velho frigorífico carcomido pelos anos, com sacos de

plástico na mão, descalças, por entre o lixo acumulado. Duas mulheres lavam a roupa naquelas águas sujas. Explicou-me depois uma pessoa que conhece de perto os problemas desta população que algumas das mulheres têm máquinas de lavar, mas que nem sempre têm dinheiro para pagar a electricidade e comprar detergente.

Ultrapassa-se a ribeira de Silvalde passando uma ponte de madeira sobre a vala atafalhada de lixo e entra-se, então, no Bairro Piscatório. Entre o casario e a praia estende-se um enorme espaço aberto onde pontificam os estendais de roupa e onde o solo de areia escura está completamente coberto de montes de tijolos partidos e restos de cimento, juntamente com ferros, latas, plásticos, papéis... Disse-me uma senhora com quem conversei que, «aqui, só moram os da nossa raça e os ciganos» – querendo ela com a expressão “nossa raça” referir-se aos vareiros. O bairro tem cerca de duzentas casas, as ruas são largas e, em muitas delas, os automóveis não circulam, devido aos enormes estendais de roupa que vão de um a outro lado da via. Por toda a parte há crianças a brincar, cães, gatos e pessoas – velhos, na sua maioria – sentadas no chão à porta das casas, ou encostadas às portas a conversar. Na praia fronteira ao bairro juntam-se sempre vários grupos de crianças a brincar. E quando saem as redes, aqui como em todas as outras praias onde existam companhas a trabalhar, elas correm, saltam, gritam, apanhando os peixes pequeninos para dentro de sacos de plástico. Finalmente, no extremo sul do Bairro Piscatório, encontra-se um conjunto de casas de madeira pré-fabricadas onde foram alojados os ciganos e os vareiros que antes habitavam em barracas contíguas à Brandão Gomes. É de salientar que os três bairros – Bairro Novo e Bairro Social, Bairro Piscatório e Pré-fabricados – comportam núcleos de barracas e anexos ilegais em seu redor e/ou no seu interior.

A sul dos bairros que constituem a Marinha de Silvalde, para além do já mencionado campo de golfe, existe ainda um conjunto de instalações militares, incluindo uma carreira de tiro. Seguem-se-lhe depois as localidades de Paramos, Esmoriz e Cortegaça, formando uma faixa praticamente contínua onde a única área significativa a interromper o ritmo da ocupação humana é a chamada lagoa de Paramos, ou barrinha de Esmoriz que, a despeito do seu interesse ecológico e paisagístico, continua a ser alvo de sórdidos crimes ambientais, servindo de vazadouro de resíduos industriais. Aqui surgem de novo as matas de pinheiro, tornando-se mais extensa a mancha verde ao sul de Esmoriz e, especialmente, a sul de Cortegaça, estendendo-se por vários quilómetros até ao Furadouro e voltando, depois, a perder intensidade daí para sul, ao longo da Gelfa. Nessa imensa língua de

areia que, entre o Furadouro e S. Jacinto, separa a ria do oceano, surgem áreas agrícolas onde se destacam os campos de milho e feijão e, também, as pequenas explorações dedicadas à criação de gado. Uma vez mais, ainda, o destaque para uma área militar, em S. Pedro da Maceda. A sul da Torreira, uma nova e importante mancha verde – em S. Jacinto – e, novamente, as instalações militares, ocupando toda a extremidade desta língua de areia, até à barra.

Os trabalhadores do mar

O problema da habitação fez a autarquia despertar, finalmente, para a gravidade da situação quando, em Janeiro de 1994, as cheias provocaram o transbordo da ribeira de Silvalde, destruindo barracas, inundando casas e deixando várias famílias em situação desesperada. A população atingida tentou, então, ocupar os apartamentos vazios de um bloco de habitações recentemente construído pela Câmara Municipal ali mesmo por detrás dos bairros pobres. Ao que parece, o anterior presidente da Câmara prometera-lhes aquelas casas mas, uma vez concluídos os fogos, logo se alteraram os planos, propondo-se a venda dos mesmos por avultadas quantias. Revoltados com a situação, os populares chegaram a arrombar algumas portas, acabando depois por ser expulsos pela polícia. O recém-eleito presidente do executivo camarário deslocou-se à zona sinistrada e a verdade é que, desde então, se pôs em marcha um projecto de luta contra a pobreza. Quando voltei à Marinha de Silvalde, em Março de 1995, estavam já em curso as obras para a construção de um novo complexo habitacional para o realojamento das famílias pobres.

Os inquéritos exaustivos realizados pelos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Espinho¹⁶⁰ possibilitaram um conhecimento preciso do universo de residentes nos já referidos três bairros situados a sul da ribeira de Silvalde: a população é maioritariamente jovem, tendo mais de metade do seu efectivo idade inferior a 25 anos, dos quais 31% tem menos de 15 anos; 5% da população são idosos com mais de 65 anos de idade. A população activa (o grupo com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos) ocupa-se predominantemente no sector secundário, desempenhando na maior parte dos casos tarefas que não requerem qualificação profissional. O sector terciário emprega, basicamente, as mulheres que se dedicam à prestação de serviços domésticos e aqueles que trabalham em

160 – Inquéritos relativos aos três bairros a sul da ribeira de Silvalde.

restaurantes e hotéis. O desemprego é muito elevado, a par com o número de reformados e deficientes, atingindo cerca de 35% da população activa. Os agregados familiares são geralmente muito numerosos, habitando em espaços exíguos e, em muitos casos, sem quaisquer condições de salubridade ou higiene, incluindo barracas de madeira e chapa. Os rendimentos das famílias são muito fracos e os níveis de escolaridade baixíssimos: 34% da população activa são analfabetos e apenas 5% concluíram o 9.º ano de escolaridade. A taxa de insucesso escolar numa das duas escolas do ensino primário da zona foi, no início da década de noventa, de cerca de 40%.

Os resultados das entrevistas por questionário que dirigi, em 1995, na Marinha de Silvalde – com o auxílio operacional de uma tarefaira recém-licenciada em Serviço Social –, permitiram, por seu turno, caracterizar a população envolvida na actividade piscatória, tendo sido interrogados 62 indivíduos de ambos os sexos, distribuídos pelas quatro companhas em laboração.

**Tabela 11 – Marinha de Silvalde:
distribuição dos entrevistados por idades e sexo**

Idades	Marinha de Silvalde		Total
	Homens	Mulheres	
<19	1	–	1
20-29	8	–	8
30-39	16	1	17
40-49	11	2	13
50-59	11	2	13
60-69	9	–	9
>70	–	1	1
Total	56	6	62

Como se depreende da observação da tabela 11, aqui em Espinho é muito reduzido o número de mulheres que trabalham nas companhas – apenas as esposas ou filhas dos proprietários e arrais, que não desempenham quaisquer das tarefas relacionadas com a execução dos lanços mas, antes, vigiam o desenrolar do processo, dão ordens, ajudam com a escolha do peixe ou tratam da contabilidade. Nas companhas sediadas na vizinha praia de Esmoriz, assim como nas praias do Furadouro, Vagueira e Mira, o trabalho das mulheres suporta, actualmente, as pesadas tarefas que incumbem ao pessoal de terra e tornou-se corrente apenas desde há duas ou três décadas, enquanto que nas praias a sul do Mondego não há mulheres a trabalhar nas companhas. Em nenhuma companha, porém, há mulheres a trabalhar

no mar, dentro da embarcação, ainda que no passado tenham existido algumas exceções – casos pontuais que se reportam a um tempo em que o modelo de exploração capitalista estava no seu apogeu: de 1912 a 1920 em Palheiros de Mira, segundo Raquel Soeiro de Brito (1981: 60); e nas décadas de vinte/trinta aqui no norte, segundo relato de uma idosa (86 anos) de Paramos. Por norma, as mulheres tratavam do peixe, das juntas de bois e, antes da utilização do gado, colaboravam na alagem manual da rede, pelo que em nenhum outro local da zona da xávega tive notícia de ocorrências semelhantes à que me foi descrita por esta octogenária: «andei a remar junto com os homens. Eu era uma moça nova... e andei em solteira e andei em casada. Havia mais mulheres mas já morreram... os homens eram da lavoura e eram de longe; e não eram estes barcos, eram uns barcos muito grandes e uns remos muito grandes; eram trinta e seis homens e era puxado a bois. Nós ia lá ao largadouro das companhas, muito longe. O meu pai era arrais, ia à ré. Às vezes os homens não vinham – e ele dizia assim, o meu pai:

– Ó Arminda!

– Senhora, pai?

– Anda aqui remar pelo Sebastião.

– Então você deixe-me vestir umas calças – que era para avançar ao barco.

E eu vestia as calças e avançava ao barco e ia remar com eles, quando era solteira e depois que casei. Se eu trabalhasse ganhava e se não trabalhasse não ganhava – não tinha que comer, nós passava fome... Muita fome... dias inteiros sem comer, desempenados, a trabalhar. Peixe não faltava para comer, para a broa é que era pior. Dantes passou-se muito no mundo... Dantes era muita fome... E depois o meu homem adoeceu e eu tive que andar na companhia. Para manter os meus filhos eu tive que andar na companhia a remar junto com os homens. Remava e acartava os rolos das cordas. Eu remava ao cano da ré – remava do lado da ré. Eu para trabalhar, senhor, era a Maria da Fonte, era um homem perfeito – eu era um homem, não era mulher – para trabalhar na companhia não era mulher, era um homem. Os patrões eram homens da terra, eram vilões da terra... Lembro-me deles todos. Morreu tudo e eu fiquei aqui.»

Uma das consequências da proximidade entre as várias localidades desta faixa do litoral – Espinho, Paramos, Esmoriz e Cortegaça – traduz-se na grande mobilidade da mão-de-obra empregue nas companhas. No período mais remoto a que se reporta a memória dos mais velhos – as décadas de trinta e quarenta – era

frequente os homens trabalhem nas companhas que pagassem as melhores soldadas, deslocando-se para qualquer destas localidades consoante as suas conveniências e possibilidades. Maior mobilidade, ainda, tinham as vendedoras de peixe que, em faltando o pescado num sítio, se deslocavam não só entre estas localidades mas, também, para muito mais longe. Devido às muitas dificuldades resultantes das limitações técnicas sazonais (o estado do mar impossibilita a pesca durante o Inverno), boa parte da população piscatória da faixa Espinho-Cortegaça mantém, desde há mais de um século, uma forte ligação com o porto de Matosinhos, para onde se deslocava sazonal ou permanentemente, em busca de melhores oportunidades de trabalho. Dos 56 homens que responderam às entrevistas por questionário, 24 (42,9%) disseram já ter trabalhado nas traineiras de Matosinhos.

No total dos 62 entrevistados, apenas 22 (35,5%) afirmam ter outra ocupação para além da pesca, dos quais 14 são trolhas (serventes, ajudantes e biscateiros na construção civil), 2 são operários fabris, 1 é cortador, 1 é motorista e 4 são funcionários camarários. Estes números devem ser lidos tendo em atenção a instabilidade da mão-de-obra que, em função das conjunturas e ao sabor das necessidades, constantemente se desloca para onde possa ganhar mais – de companhia em companhia e, podendo, da companhia para uma fábrica ou para uma empresa construtora. No entanto, as alternativas não são muitas, como se poderá depreender dos baixos índices de escolaridade do grupo: entre os 62 entrevistados, 21 (33,9%) são analfabetos e 15 (24,2%) não completaram a instrução primária; 22 (35,5%) têm a 4.^a classe, 3 (4,8%) o ciclo preparatório e apenas 1 (1,6%) o 9.º ano. A herança da política de pescas do Estado Novo revela-se na condição social dos trabalhadores do mar: segundo um relatório alusivo à criação das escolas de pesca, em 1941, a “vocação” e as qualidades necessárias à vida no mar «existem em elevado grau nos indivíduos filhos de pescadores que, desde nascença, são impulsionados e atraídos pela profissão do pai. É um dom que nasce com o indivíduo, que o atrai para o mar, da mesma forma que o filho do lavrador é atraído para a terra» (Amorim, Cravo e Rego s/d: 20). Assim, 55 (88,7%) dos 62 indivíduos entrevistados aqui na Marinha de Silvalde afirmaram que o pai e/ou a mãe estão, ou estiveram, ligados ao trabalho da pesca – praticamente 90% dos entrevistados são, portanto, filhos de pescadores ou peixeiras. Cerca de metade – 32 (51,6%) – começaram a trabalhar na pesca antes dos 14 anos; 15 (24,2%) começaram entre os 15 e os 19 anos; 8 (12,9%) entre os 20 e os 29 anos; e apenas 7 (11,3%) com idade igual ou superior a 30 anos.

Mas a grande mobilidade e a instabilidade da mão-de-obra empregue no trabalho da pesca não se referem apenas à possibilidade de ser recrutado para uma companhia ou de a abandonar sempre que há admissões ou falências na indústria da região ou quando empresas, patrões e estaleiros da construção civil mudam de obra e de local de trabalho. Trata-se aqui não tanto de entender a mobilidade e a instabilidade em função das características da dupla ocupação de uma parte significativa dos trabalhadores do mar mas, antes, de avaliar a conflitualidade permanente que atravessa as relações laborais e ameaça a coesão das unidades de produção. Sendo a actividade destas altamente imprevisível, dada a natureza aleatória dos recursos, estamos perante a possibilidade de entender as companhias como estruturas ocupacionais sazonais em constante transformação, estruturas dominadas por processos de permanente composição, cisão e recomposição de relações entre indivíduos concretos e entre o conjunto das suas famílias, entre as quais se partilham ritmos, ciclos de maior ou menor escassez e dificuldades, sorte e azar. Basta dizer que, em 1995, na Marinha de Silvalde, mais de metade dos entrevistados (56,5%) trabalhavam nas respectivas companhias pela primeira vez ou apenas desde o ano anterior; e que apenas 8 indivíduos (12,9%), nas quatro companhias, aí permaneciam há mais de seis safras.

O orgulho vareiro

As designações *vareiros*, *vilãos* e *fidalgos* são a forma mais vulgarmente usada pelos pescadores para identificar a pertença social dos três grandes grupos cujos interesses se conjugaram dando origem ao povoamento dos areais da beira-mar. No entanto, os vareiros constituem um grupo bastante mais alargado de pessoas que, pelas suas origens sociais e as das gerações que as precederam, se reconhecem nesta categoria – conotada, de alguma forma, com as próprias raízes da cidade de Espinho e, sobretudo, de Ovar, onde o reconhecimento desta pertença é mais facilmente perceptível. Assim, à expressão histórica do direito de cidadania conquistado pelo grupo, os vareiros que trabalham na pesca sobrepõem uma outra categorização que os auto-identifica de forma mais precisa, de acordo com a sua ocupação profissional – *pescadores*, apenas. O que os diferencia dos demais grupos em presença, tanto em Espinho como no espaço mais restrito dos bairros pobres da Marinha de Silvalde (e nas demais localidades abordadas neste estudo), centra-se, justamente, no seu modo de vida, pelo que, do ponto de vista adoptado, a expressão identitária do grupo não

tem outro sentido que não aquele que é reivindicado pelo próprio grupo enquanto comunidade ocupacional (à semelhança, aliás, do que acontece noutros contextos piscatórios, como mostram, por exemplo, Lummis 1985 ou Astuti 1995).

O orgulho vareiro parece, no entanto, ser característica essencialmente feminina. De facto – e dada a inexistência de uma lota – as mulheres, com as suas gigas (canastras) à cabeça, são as principais responsáveis pelo escoamento do pescado das companhias de Espinho, comprando o peixe na praia e vendendo-o depois, a peso, nas ruas ou, em maiores quantidades, para restaurantes. Por virtude das relações mais intensas com a cidade – onde vão vender o peixe e onde são conhecidas de muita gente com quem negociam –, fazem ponto de honra no seu aseo e usam o cabelo entrançado e encarrapitado, os lenços de cabeça, saias e aventais característicos, em cores garridas, o que facilmente as distingue. Perante si próprias, tal como para as “vilôas”, para a “fidalguia” e para as gentes de fora, elas são as *vareiras de Espinho*. Os homens, em contrapartida, mais facilmente se identificam como pescadores – actividade a que consagram grande parte do seu tempo. Quando não estão na praia ou nos barracões à volta dos barcos e das redes, a sua esfera de acção não passa, como sucede com as mulheres, pelo contacto com outros grupos não residentes na área – à excepção, claro, daqueles que trabalham como trolhas e biscateiros durante o Inverno. Fora dos períodos de trabalho, preferem estar em casa, ou nas cervejarias e tabernas das imediações.

A despeito da sua interdependência funcional, as relações entre os grupos identificados localmente pela referida tripla categorização foram, desde sempre, atravessadas por tensões e conflitos. Vários dos meus interlocutores no terreno afirmaram que outrora os vilãos hostilizavam os vareiros. A D. Arminda, de 86 anos, residente em Paramos, disse-me que «ia um vareiro daqui à terra e eles chamavam nomes aos vareiros. Os vilãos não faziam aqui com a gente. Depois, mais tarde, é que começou os vareiros a dar-se com os vilãos. Nós dantes nem podia ir à terra – elas chamavam-nos nomes, as vilôas da terra». Uma outra informante de Esmoriz, de 73 anos de idade, garantiu-me que «vilãos e vareiros não se casavam. Diziam os vilãos: “Ah aquela é vareira, não serve para o meu pé!”; “Ah vareirada, tem piolhos na sacada! [nos testículos]». No entanto, noutros momentos das nossas conversas, afirmam que as “vilôas” se compadeciam com a miséria e lhes faziam pequenas ofertas em géneros. Esta última informante deixou claro «que dantes os lavradores davam muita coisa. Eles [os pescadores] chegavam do mar e não tinham que comer e

estavam à espera que elas [as suas mulheres] viessem da terra para fazer a panela da sopa – ainda agora se usa isto! Aquela dava um punhado de batatas, aquela dava um punhado de ervilhas, aquela dava uma côdea de pão, aquela dava duas vagens... e chegávamos a casa e já se fazia a panela da sopa».

Quanto à fidalguia de Espinho, ao que parece, não se cansavam de procurar as vareiras nos bailes de Carnaval, como explica a Ti Ana (74 anos): «Quando chegava uma vareira chegava tudo – fidalguia... e médicos e tudo!» Mas segundo o Ti Zé Silva – arrais e proprietário de uma das quatro companhias que laboravam em 1994 –, as gentes de Espinho, em geral, têm uma imagem negativa dos vareiros e não se cansam de dizer: «Vareiros e ciganos, a andar com eles!» Por toda a zona da xávega, aliás, é comum os pescadores dizerem que sempre foram desprezados por todos – argumento, aliás, que sempre justificam de modo plausível. Um dos problemas com que se debatiam as companhias no Verão de 1994 era o da oposição feroz por parte do proprietário de um restaurante da Rua 2 que, sempre que saía um lanço na praia a norte do esporão, se queixava à Câmara de que os turistas se afastavam e perdia clientela.

Mas o turismo tem, aqui, múltiplas vertentes, segundo os diferentes segmentos de mercado em presença. Alguns dos motivos de interesse a destacar são: um casino, um campo de golfe, a proximidade com o Porto e com o Europarque (Vila da Feira), a praia e, também, a pesca artesanal (a arte xávega surge constantemente nos folhetos dos organismos regionais de turismo), festivais internacionais de música e cinema e, entre muitos outros eventos culturais, as festividades em louvor da Nossa Senhora da Ajuda. Já adiantado o mês de Setembro, a estas acorrem multidões que enchem as ruas, homenageando a padroeira de Espinho. Numa tarde quente, por entre a multidão, vi passar a procissão solene que inclui soldados da GNR a cavalo, com farda de gala, muitos pendões e doze andores ornados de flores – um dos quais é o dos pescadores, transportado por homens descalços envergando as clássicas camisas axadrezadas (imagem de marca do “traje de pescador”...). Lá vai a imagem do São Pedro em cima de um barquinho, com redes de pesca nas mãos... Apesar de não serem muito dados à prática católica domingueira, os pescadores revelam-se homens de fé: 45 (72,6%) dos 62 camaradas inquiridos nas minhas entrevistas ao pessoal das companhias afirmam-se devotos da Nossa Senhora de Fátima e 39 (62,9%) dizem já ter pago promessas. Destes, contudo, apenas 7 o fizeram por motivos relacionados com a pesca. As outras razões destas promessas prendem-se com a saúde (19),

motivos ligados à guerra do Ultramar (7), ao serviço militar (2) e a problemas familiares (1). Três dos inquiridos não especificaram as suas razões.

Ao fim da tarde de domingo, as ruas estão apinhadas de gente – vilões, na sua maioria, visivelmente contagiados pelo ambiente de excitação que se vive na rua que acompanha a linha do caminho-de-ferro e que é a via de circulação mais utilizada pelos residentes na Marinha de Silvalde. Desde as imediações do Estádio de futebol, onde estão instalados dois ou três carrosséis, até ao centro, os passeios estão repletos de vendedores de artesanato e bijutarias – principalmente asiáticos e africanos, com as suas túnicas coloridas –, furgões com banca de venda de bolos e doces, brinquedos e cassetes. Ininterruptamente, os altifalantes fanhosos tocam a última moda musical da estação, com um refrão que está já em todas as bocas, aqui e acolá: «Chupa Teresa, que o meu gelado é de framboesa...» A multidão apinha-se em redor dos carros das cassetes, que fazem bom negócio. O ruído é ensurdecedor. Mas um dos fenómenos mais curiosos deste Verão é o da moda dos chapéus de tipo “étnico” redondos e sem aba, em cores exuberantes e decoração muito brilhante, do tipo usado por Pedro Abrunhosa, a estrela nortenha da música popular mais em voga em todo o país. Jovens e velhos, ricos e pobres, gordos e magros, homens e mulheres, famílias inteiras – todos se passeiam com um destes engraçados chapelinhos na cabeça...

Os conflitos

Vilões e vareiros poderiam constituir um excelente exemplo da visão de Jaime de Magalhães Lima acerca das diferenças «entre mareantes e peões, entre o braço e a asa, e a enxada e o remo» (1968: 60-61), a que me referi anteriormente («O registo etnogenealógico», no capítulo 1). A propósito do contraste entre as gentes do campo e as da beira-mar, será interessante registar alguns dos olhares produzidos no auge da proletarização e da vigência do modelo de capitalismo especulativo na pesca; olhares que, estranhamente, parecem por vezes de uma actualidade tremenda. Eis o caso: sempre que sai uma rede, é possível observar a actividade frenética das crianças, dos velhos e dos curiosos que, de saco de plástico na mão, apanham não só todos os peixes que caem na areia ou que os pescadores rejeitam devido à sua dimensão, mas também os peixes que estão ainda na rede logo à abertura do saco, ou que saltam dos cabazes. Um dia, aqui na Marinha de Silvalde, vi um homem que andava em redor do saco de calças vestidas, meias e sapatos calçados (um “vilão”, seguramente...), indiferente às ondas que o molhavam até aos joelhos, recolhendo todos os peixes que via.

No âmbito estrito das companhas de arte xávega, os motivos mais vulgares de discussão prendem-se, justamente, com a apropriação indevida de peixe: o peixe que este ou aquele levou, ou quer levar, ou peixe que fulano deu a sicrano sem consentimento do arrais, etc. Existem diversos tipos de apropriação indevida de peixe, mais ou menos justificados consuetudinariamente. Outrora, o costume sancionava de forma extrema uma certa ideia da propriedade comum dos recursos, como se depreende das palavras de Jayme Affreixo ao referir-se ao fenómeno da “apanhia”. Diz ele que quando sucedia romper-se uma rede ao chegar à praia, perdendo-se o pescado, principiava a «pilhagem repugnante e brutal» (1903: 6) do saco e do peixe que ficava à tona da água, atordoado; «scena estrondosamente anormal, (...) tragica até» (1903: 6), cujas causas tanto podiam ficar a dever-se a um simples acidente como, também, a uma eventual navalhada na rede desferida por um dos homens da companha, por sentimento de vingança, como explica Jayme Affreixo. A “apanhia” «é o acontecimento de maior sensação, mais desejado e mais furiosamente gosado n’estas praias de pesca! Rebentou a rede, a pescaria é de todos, não tem dono» (Affreixo 1902: 184). Então, não só as muitas pessoas estranhas às companhas que sempre andam pela praia como, também, os próprios homens da companha, precipitavam-se para a beira-mar, para a rede acidentada, e enchiam rapichéis, sacos, cestos, xailes, etc. com todo o peixe que conseguissem apanhar. É de salientar, no entanto, que práticas como esta não eram exclusivas da beira-mar: no universo rural ocorriam cenas semelhantes – o «roubo justificado pelo costume» – como refere Manuel Villaverde Cabral (1977: 228), citando um texto de 1867 onde se descreve de forma impressiva a pilhagem generalizada de toda a azeitona que caísse das árvores antes do tempo. Este tipo de fenómenos pode enquadrar-se, de modo mais alargado, no já referido processo de decomposição do campesinato que acompanha a implantação do capitalismo em Portugal, envolvendo expropriações de terras de uso comum e o conseqüente arrastamento de largas franjas de população para a miséria, forçando-as a deslocarem-se para onde pudessem encontrar meios de subsistência, inclusivamente para a beira-mar, onde eram arregimentadas ao serviço das companhas, proletarizadas através do sistema de “ajustes”.

Vejamos, então, como a questão motivou tão interessante polémica numa publicação local, há alguns anos. Em 1979, o *Boletim Cultural* de Espinho¹⁶¹

161 – Vol. I, n.º 1, págs. 76-79.

publicava um excerto do livro *Fora da Terra*, de Júlio César Machado e Pinheiro Chagas (1878), onde se descrevem aspectos do dia-a-dia das companhas da xávega em Espinho. Referindo-se à chegada das redes e à algazarra que a acompanha, Júlio César Machado escreve: «mulheres, crianças, homens saltam na rede e tudo furta. Começa então uma luta formidável, de vozes e de gestos». Adiante, explica que «O roubo da sardinha é uma tradição que se não perde. Roubam-se aos milhares. Uma rede d’aquellas que, ao sahir do mar, pode valer os seus 200\$00 reis, quando vai preparar-se já levou um desfalque pelo menos de 50\$000 reis. Os roubados e os roubadores gritam, berram, injuriam-se, com a voz rouquíssima, as palavras prolongadas como um echo da beira-mar, os largos gestos abundantes, e depois fica tudo em santa paz, até que venha outra rede, dando lugar exactamente às mesmas scenas».

No número seguinte do *Boletim Cultural* foi publicada uma carta de um leitor (que diz terem sido os seus antepassados, e ele próprio, proprietários de companhas) manifestamente desagradado com o conteúdo do dito artigo. Além de denunciar uma série de inexactidões patentes no texto, insurge-se este leitor contra o facto de aí se descreverem os vareiros como uma “corja de ladrões”, por roubarem peixe das redes saídas do mar. Há que perdoar a este leitor o facto de não ter avaliado devidamente os contextos históricos e sociológicos à luz do qual aquelas afirmações faziam sentido. Tanto quanto sabemos, hoje, não é difícil perceber que um intelectual cidadão, em 1878, tivesse uma visão de total estranheza relativamente a um meio que certamente desconhecia e com o qual, muito provavelmente, nunca antes se confrontara ¹⁶². Júlio César Machado (1835-1890), escritor e jornalista, imbuído da ideologia do progresso e das ideias evolucionistas características da sua época, diz-nos no texto que a varina «é um typo ainda primitivo, que exprime as suas paixões na linguagem colorida das populações selvagens».

162 – Eça de Queirós deu mostras de um outro tipo de sensibilidade face à realidade miserável dos pescadores de Espinho, referindo-se numa das suas “farpas” (Janeiro de 1872) à actividade da pesca como “a pirataria da fome”: «Tudo isto para erguer as redes vazias, quantas vezes rotas! Vão homens e vão crianças. Um homem de companhia ganha 80 réis por cada pesca, dois dias de trabalho áspero. Uma criança ganha um vintém. É necessário ver como habitam. Em Espinho – e é uma das costas mais populosas e mais ricas – vivem em casebres de pau, onde a chuva, o vento, a névoa, entram livremente; dormem sobre farrapos de velhas jaquetas e de antigas velas inúteis; comem numa grande tigela, promiscuamente, a caldeirada escassa de sardinhas e côdeas de broa. Isto no tempo feliz e abundante. No Inverno internam-se e pedem esmola. (...) Vir sobre estes homens o fisco, e tirar-lhes, por meio de uma conta de dividir, parte daquilo que eles ganham por meio de um risco de morrer, era excessivamente torpe, mesmo para portugueses!» (1946a: 18).

O que aqui me parece mais importante – independentemente da ironia sarcástica do autor – não é apenas a associação entre os costumes do povo e os estádios primitivos, ou selvagens, da humanidade, pois essa era, de facto, a visão dominante das vanguardas literárias e científicas no período romântico e na *Belle Époque*. O que me chama a atenção é o conjunto formado pela relação entre a publicação do texto de Júlio César Machado e a resposta que este suscitou. Por um lado, estamos na presença de uma perspectiva que – descontada a ironia e o contexto próprio da época em que o texto foi escrito – tende a ser destemporalizante, interpretando a diferença social e espacial em termos de distância temporal (cf. Fabian 1983, a propósito dos «usos esquizogénicos do tempo»), ou seja: os povos, ou grupos sociais, com costumes e comportamentos diferentes são classificados como se pertencessem ao passado selvagem da humanidade e, assim, ao identificá-los com um «tipo ainda primitivo» que se expressa «na linguagem colorida das populações selvagens» é-lhes, num certo sentido, negada a contemporaneidade (a *alocronia* de Fabian 1983) ¹⁶³. Por outro lado – e da parte do leitor indignado – temos o efeito inverso: afirmações produzidas cem anos antes são consideradas ofensivas, como se a sua publicação dissesse respeito a palavras que pudessem ter sido escritas por um qualquer jornalista local na semana anterior.

A indignação do leitor – cuja legitimidade não pretendo pôr em causa – deve-se, efectivamente, ao facto de o conteúdo da descrição de Júlio César Machado no que concerne ao roubo de peixe (descontado o exagero retórico) se manter actual ainda nos nossos dias. Como é óbvio, não pretendo de modo algum apodar os vareiros de ladrões, nem creio que tivesse sido essa a intenção de Júlio César Machado. Perante evidências cujo sentido lhe escapava, o autor limitou-se a exaltar pela linguagem aquilo que efectivamente observou na beira-mar, junto das companhas de Espinho. Nesta, tal como em todas as outras praias onde se exerce a arte xávega, ninguém – como é natural – fala em “roubo” de peixe mas sim em “tirar” peixe.

163 – Repare-se, a propósito, no exotismo patente na prosa de Ramalho Ortigão ao descrever o bairro piscatório de Espinho: «No velho bairro, as ruas estreitas e tortuosas, os antigos casebres esbeçados que pendem em ruínas esfarpadas, as saliências das varandas de pau, empenadas e barrigudas, a fogueira de pinho que está dentro ardendo no lar, as creanças semi-nuas que sahem à rua, as mantas ou as redes de pesca, penduradas das janellas ou estendidas a enxugar em duas varas, teem um cunho muito característico, de um pittoresco oriental» (1876: 90).

Precisamente, “tirar” peixe, em muitos casos, constituía outrora um autêntico desafio para os mais novos, como acontecia na Praia da Vieira, onde a forma mais refinada do “cardenho” – que é a expressão ali utilizada para referir este acto – consistia em surripiar peixes com os dedos dos pés. Vários autores de artigos e monografias locais da zona da xávega se referiram a este tipo de ocorrências¹⁶⁴, havendo mesmo quem relate casos muito actuais. Uma das características mais importantes do fenómeno da apropriação indevida de peixe é, justamente, a sua persistência sob as condições próprias da lógica de mercado. É verdade que as companhas da Marinha de Silvalde não beneficiam de uma lota, mas na vizinha Praia de Esmoriz, onde há vários leilões diários de peixe, negociantes, compradores e fiscalização de transacções, a mão invisível revela-se incapaz de encontrar imunidades face ao entendimento local das regras e ao poder efectivo de quem as condiciona. Daí que se verifiquem situações como, por exemplo, aquela em que determinada companha oferecia um cabaz (22 quilos, aproximadamente) por cada vinte que o comprador arrematasse (e logo uma outra companha passou a oferecer dois cabazes por cada vinte...); por vezes, aliás, são os próprios vendedores que, necessitando de escoar o seu peixe, vão a casa de um dos grandes compradores – um negociante instalado no local e possuidor de armazéns frigoríficos – para o chamar à lota. Mas nas companhas da Marinha de Silvalde o escoamento do peixe é, desde logo, um problema. Para o pequeno comércio, fundamentalmente, fazem-se leilões na praia – único local autorizado para a venda – à saída da rede, vindo as mulheres aos magotes das ruas contíguas, com alguidares, canastras (gigas) e oleados. Acorrem por vezes carrinhas que compram para restaurantes e, noutras vezes, os cabazes são empilhados num atrelado de tractor e levados para a feira que, todas as segundas-feiras, assegura boas oportunidades de venda de peixe. Os leilões na praia são, muito frequentemente, marcados por discussões em que os ânimos se exaltam.

De acordo com os mais velhos, antigamente ninguém praguejava e a autoridade do arrais era suficiente para travar qualquer altercação na companha, dentro e fora do âmbito da laboração. Mas, actualmente, as palavras rudes já não são um exclusivo dos homens. De entre as várias cenas de discussões que registei por escrito, valerá a

164 – Veja-se, por exemplo, a *Monografia de Ovar*, de Alberto de Sousa Lamy (1977: 182). Aquilino Ribeiro, na sua obra *Batalha sem Fim*, tendo por cenário a Praia do Pedrógão dos anos trinta, escreve que «larapiar pescado é uma espécie de prova espartana de astúcia e desembaraço que prestam os filhos dos pescadores, candidatos a pescadores» (1985: 41).

pena um exemplo: no areal, durante o leilão de peixe, a leiloeira – que vai gritando os preços do peixe de acordo com os sinais (discretos acenos de cabeça) que os interessados lhe fazem – não repara no aceno de oferta que lhe foi feito por uma das muitas mulheres que ali estão a disputar umas caixas de carapau. O peixe é vendido a outra e a primeira, vendo-se injustamente preterida, inicia prontamente uma discussão, utilizando – no início e no final de cada frase que profere – a palavra “caralho” até à exaustão, arrastando muito a sílaba tónica. Vendo que a outra está mais interessada em arranjar o peixe que comprou do que em discutir, acaba por se afastar, dizendo para a leiloeira: «Caralho! Não me quiseste vender a mim mas vendeste a essa... senhora da cona!» Ao mesmo tempo, um dos camaradas grita com uma velha que está ajoelhada na areia a arranjar o peixe que comprou. Diz-lhe que o filho é um ladrão, que está sempre a roubar peixe para dar a outros, mas ela não responde. Ali mesmo ao lado, a escassos metros, uma outra companha acaba de tirar uma rede cheia de carapau – uns vinte e cinco cabazes – e todos estão excitadíssimos, esfuziantes de alegria. A patroa da companha bate as palmas, depois levanta os braços e dá uns passos de dança, a cantarolar, em clima de festa, movimentos acelerados, fazendo todos uma grande algazarra.

Foi aqui na Marinha de Silvalde – a mais pobre de todas as comunidades piscatórias da zona da xávega – que se me apresentou de forma mais evidente a conflitualidade profunda que atravessa a vida das companhas. Mais do que nas outras praias, as condições de vida miseráveis e o costume do pagamento de soldadas parecem ser os factores que contribuem activamente para a eclosão de inúmeras tensões, não só entre os camaradas das várias companhas mas, também, dentro da própria companha e, especialmente, entre patrões e camaradas. Numa das companhas, os problemas que me foram narrados pelo casal de proprietários, em 1994, são um bom testemunho do ambiente de trabalho – tanto mais agravado quanto menores forem os rendimentos.

Tal como sucedera já em conversas anteriores, a patroa começou por se queixar de um camarada – o “Russo”, que os «tem feito cagar ratos vivos»... Pagaram-lhe a soldada e, para ele não se ir embora, para o manterem ali, deram-lhe de comer e de beber de graça desde Janeiro, enquanto ele não trabalhava, com pena dele... Agora, não aparece para trabalhar. Além de pedir dinheiro adiantado (50.000\$00), de comer e beber, ainda ameaçou que parava a empresa e que fazia mal às redes. O marido foi à Aguda buscar um homem para o substituir, pelo que teve que lhe pagar 150.000\$00

de soldada... Ela tem 56 anos. O pai era pescador. Desde os 12 anos, e até aos 38, andou a vender peixe, até que, por fim, se empregou no serviço de limpezas da autarquia: «Eu era a rainha das vareiras! Nunca precisei de ninguém e não preciso de ninguém – eu com o meu trabalho, o trabalho do meu homem e com o trabalho dos meus filhos, lutei sempre para a frente. Tive sempre a minha casa farta e cheia.» (O marido comenta, desdenhoso: «...Farta e cheia!... Era caldos de farinha... Era a miséria...») Tem um grande orgulho na sua capacidade de trabalho e explica-me que até à idade de 29 anos deu ao mundo sete filhos: «Mas quando eles eram pequeninos eles adoeciam-me e morriam-me... – tanto que me morreram quatro. Só viveram três. Um morreu com 17 anos, outro morreu com 25 dias, que apanhou o tétano, outro morreu com 7 meses, outro morreu com 17 meses...»

No decurso da nossa conversa, lamentou sobretudo o dinheiro que pagou pelas soldadas e que ainda não conseguiu recuperar (as lágrimas rolaram-lhe abundantemente pelo rosto...) dada a escassez de peixe, as dificuldades da sua colocação no mercado face à oferta de carapau espanhol, os baixos preços a que se vêem forçados a vender o pescado e as despesas constantes com combustíveis, redes rasgadas, motores e tractores a necessitar de reparação. A forma de repartir os proventos, nesta como nas demais companhias que aqui laboram é, genericamente, a seguinte: «fazemos 30, que a bem dizer é 20 para eles e 10 para nós. Nós, dos nossos 10 tiramos fio, gásóleo, gasolina, cordas, tudo! Eles levam essa soldada e depois têm uma percentagem sobre a pesca, ao fim do mês. Fica então ela por ela, 60 por 40...» Na verdade, o regime do terço é, aqui, meramente teórico, pois para cobrir as muitas despesas, os detentores dos meios de produção ficam com 40% dos rendimentos, ou seja: um terço mais uma margem de cerca de 7%. Os trabalhadores, por seu turno, ficam com 60%, o que equivale a dois terços menos cerca de 6% – que repartirão em partes de acordo com a diferenciação de competências funcionais: arrais, tractores, motorista, redeiro (ou “atador”), pessoal de mar e pessoal de terra. Uma vez que há pagamento prévio de soldadas, estas compensam tendencialmente (teoricamente, pelo menos) a perda marginal de 6% nos proventos dos pescadores – perda que é tanto mais significativa quanto maiores forem os rendimentos. Para os patrões, o ganho adicional de 7% sobre o sistema do terço constitui uma margem de segurança pouco relevante em caso de fracos rendimentos, uma vez que pagam soldadas e suportam as despesas correntes (e sucede que é comum endividarem-se, tendo de pagar juros à banca pela contracção de empréstimos para o pagamento das soldadas).

Saliente-se, ainda, que os patrões também trabalham nas suas companhas, ganhando partes como qualquer outro camarada. Em suma: se houver pouco peixe, os trabalhadores do mar ganham uma miséria e a soldada não os protege, pois foi paga por alturas do Natal e há muito que se gastou. No caso de a safra correr bem, ganham mais mas, paradoxalmente, também perdem mais em benefício dos patrões, pois a margem de 7% de ganhos que a estes assiste tornar-se-á tanto mais significativa quanto maiores forem os rendimentos. É preciso não esquecer, finalmente, que as condições do mercado são de grande incerteza e, por isso mesmo, constituem também um factor de perturbação no que concerne aos ganhos: o escoamento do peixe não é fácil, pois não há aqui uma lota, como em Esmoriz ou na Vagueira e, por isso mesmo, a formação dos preços acaba por depender de um tipo de procura não concorrencial (venda directa ao consumidor mediada pelas mulheres e venda para restaurantes e peixarias), levando a que o peixe valha menos aqui do que noutros lugares.

A análise que este casal faz da situação em que se encontra a companha só adquire o seu sentido na medida em que se comparam rendimentos com os das outras companhas: «hoje fulano fez tantos cabazes e tanto dinheiro e eu só fiz...» Este é, aliás, um tipo de discurso recorrente aqui e em toda a parte, onde quer que existam companhas em laboração. Explicaram-me que nesse mesmo dia em Esmoriz se tinham vendido os cabazes de carapau a 6500\$00 e aqui venderam-se a 2000\$00, porque não havia a quem o vender: «o lanço melhor que eu apanhei hoje foi oito cabazes – hoje já demos cinco lanços – já estão para aí 20 contos gastos de gasolina e gasóleo. Olhe, vendi os cabazes a dois contos... Ainda me ficaram dois cabazes, ainda tive que ir com um carrinho de mão levar à praça». Como se isto não bastasse, os homens da companha, porque não têm ganho praticamente nada, vêm pedir-lhe dinheiro adiantado, ao que ela acede, receosa de que abandonem o trabalho. Dada esta confrangedora ausência de um elemento de prestígio e de capacidade para impor autoridade, estes patrões parecem reféns dos camaradas da sua própria companha.

Nenhum dos proprietários das companhas que laboram aqui na Marinha de Silvalde defende, portanto, o sistema das soldadas, mas dificilmente lhe escapam. A dona de uma outra companha (uma vareira de 74 anos) falou-me da sua meninice passada a trabalhar, dizendo que é do «tempo das espanholas» – do tempo em que os vareiros apanhavam do chão cascas de laranja para comer e, à porta do casino, colectavam beatas para dentro de uma lata de folha, que depois desfaziam e fumavam. Depois, referiu-se exactamente aos mesmos problemas, dizendo-me que

«para o ano que vem, se Deus quiser, queria dar à percentagem. Eles não querem! Querem dinheiro! E eles se quiserem dinheiro o meu homem [que é patrão e arrais] não a forma [a companha], porque a gente não tem! Onde é que vamos buscá-lo? Só para os juros... Sabe quanto é que eu já paguei de juros ao banco? Eu já paguei da entrada que eles me deram, 2000 contos, já lá deixei 375 contos de juros! E agora a semana passada ainda eu dei do meu bolso 156 contos de juros outra vez! – veja quanto lá vai! – já dei quinhentos e tal contos de juros!...» No ano passado, esta companha teve ainda o azar de ficar sem duas redes (valem cerca de 1000 a 1200 contos cada uma), por terem ficado presas em inesperados acidentes de relevo ao arrastarem nos fundos. Com uma lucidez de análise notável, constata que «eu é que trabalho para ele, não é o meu homem a trabalhar para mim – porque eu já sou peixeira desde a idade de 8 anos e sei muito bem orientar a minha vida e sei muito bem vender, porque se eu não fosse ganhar alguma coisinha eu estava desgraçada. A companha já está paga. O que não está pago é o dinheiro que eu dei aos homens – pedi ao banco. Por isso, se ele não tivesse esta companha eu estava muito bem com a minha vida...»

Despeço-me dela, agradecendo, e eis que, ao passar junto ao muro da velha fábrica de conservas sou abordado por um grupo de três miúdos de 7 ou 8 anos: «Senhor, dê-me 10\$00...»; «E para que queres tu os 10\$00?» – pergunto eu. Mostra-me um pião de madeira novinho em folha e explica-me que é para comprar fio. Dou-lhe uma moeda de 50\$00 e ele volta para trás, eufórico, para o pé dos outros dois miúdos.

Na cidade, numa das esquinas mais centrais da Rua 23, está uma mulher de rosto enrugado vestida de negro, descalça, sentada no chão a arranjar o peixe que tem na giga: «Do nosso maaaaar! Olha que riqueza, ainda a bulir!...»

«A gente precisa disto para viver»

Em Março de 1995 voltei, novamente, à Marinha de Silvalde. Muita coisa mudara, entretanto. Junto ao Bairro Piscatório há guindastes, tijolos e cimento. A Câmara está a construir casas para realojar os que habitam em barracas. Um pescador que está na areia a consertar uma rede informa-me de que este ano ainda não foram ao mar. «Talvez amanhã, se o mar deixar...» Os barcos foram pintados de novo, com tinta paga pelo clube desportivo e centro recreativo da Marinha de Silvalde – “Os Leões Bairristas”. Só o barco da companha que naufragou no ano anterior mantém as mesmas cores. Ainda não se sabe se essa companha vai

trabalhar este ano, devido a desentendimentos entre o pessoal. Um outro barco, o *Mar Salomão*, já não é azul e branco – exhibe, agora quatro ou cinco cores vivas e o seu nome foi alterado para *Mar do Salomão*.

O patrão da companhia está a fazer rede à porta do barracão. Lá dentro está guardado um tractor azul, no meio de vários montes de redes, cordas, bóias, latas e caixotes. Ao fundo, ao alto, uma estampa colorida da Nossa Senhora e, pregado nas tábuas da parede, um caixote de fundo vermelho com um enorme crucifixo prateado. O barco dele foi construído em 1988 nos estaleiros do mestre Henrique Lavoura, em Pardilhó, e custou 1200 contos. Este ano, pela primeira vez, não pagou soldadas, porque não tem dinheiro para os juros do empréstimo. O ano passado pediu à banca 4000 contos, para as soldadas, e quase ia ficando arruinado com os juros a pagar. Ainda por cima, cinco dos camaradas receberam o dinheiro e, depois, não lhe apareciam para trabalhar, mas diz ele que não os pôde ir buscar pelo braço porque o dinheiro avançado não constava das matrículas na Capitania. Não há remédio, portanto. Para a companhia se aguentar tem de fazer 15.000 contos na safra, mas as despesas são muitas: mais de 100 contos por mês só para gasóleo. Uma rede pode valer até cerca de 1500 contos.

Passam dois homens descalços, bêbedos, e metem-se com ele. A brincadeira verbal consiste numa troca de brejeirices de conotação sexual. O patrão explica-me: a companhia deles, que já foi ao mar, fez 12.000\$00. Mal se apanharam com uns tostões na mão, trataram de aviar seis “cucas” (copos de vinho tinto grandes). Para os copos há sempre dinheiro, diz ele em tom de reprovação... Depois, vêm as queixas mais comuns: a falta de subsídio ao gasóleo, a falta de segurança, a falta de peixe... Quando não podem ir ao mar, os camaradas vão-se remediando a fazer biscates na construção civil ou, então, aguentam-se à custa dos ordenados dos filhos ou das pensões de reforma. Compara a situação deles com os de Matosinhos e da Póvoa e, com ar matreiro, conta-me uma série de piadas sobre os poveiros. Juntam-se mais dois camaradas à conversa. Quanto à ideia das mulheres de que o mar é sagrado, reagem mal. Um deles, num tom de descrédito irónico: «É sagrado, é!...» E de novo o patrão: «Mesmo que o mar esteja assim [e põe as duas mãos à altura dos joelhos], ele nunca é bom!»

Na pesca da xávega, os naufrágios e outros acidentes no mar ou em terra são frequentes, provocando muitas vezes a morte de pescadores e, conseqüentemente, a eclosão de uma onda de tristeza, raiva e desespero que varre a comunidade. Quando

me instalei na Marinha de Silvalde – num anexo situado na rua contígua ao muro do lado sul das ruínas da fábrica Brandão Gomes – no final de Junho de 1994, o ambiente que se respirava entre o pessoal das companhias era ainda de pesar, devido a um naufrágio ocorrido dois meses antes. No dia 29 de Abril, ao início da tarde, pelas 14.30, o *Santa Catarina* regressava à praia quando foi apanhado por uma onda que o encheu de água. Uma segunda onda virou-o e uma terceira fê-lo rodopiar, resultando do acidente a morte de três dos seis camaradas que integravam a tripulação. As queixas contra a actuação dos bombeiros – que, dizem os pescadores, «têm medo de molhar os pés» – estavam em todas as bocas. Quando fui apresentado ao arrais e proprietário da embarcação, a primeira coisa que me disse foi «não me peça para falar do naufrágio que eu começo a esmorecer...»

O impacte deste desastre foi tremendo, em primeiro lugar, porque – como sempre acontece nos naufrágios que vitimam as companhias da xávega – se deu na zona de rebentação a curtíssima distância da praia, aos olhos de todos e ao som lancinante dos gritos das mulheres que logo acorrem ao areal. Em segundo lugar, porque os homens não estavam cobertos por um seguro, ficando as famílias atingidas em situação muito difícil. Num dos casos, a família em causa era outrora residente no Bairro Flecha e fora realojada pela Câmara no Bairro Novo, havia já um quarto de século. Com a morte deste pescador, o agregado familiar é agora constituído por treze elementos: a viúva, inválida, dois filhos (um pescador e um trolha), duas filhas (uma empregada de limpeza paga à hora) e seus respectivos maridos (um trolha e um operário) mais os seus seis filhos. Dispõem, como habitação, de uma casa com três quartos e um anexo. A família de uma outra vítima, residente no Bairro Piscatório, é constituída pela esposa (empregada de limpeza paga à hora), um filho, três filhas, das quais uma (empregada de limpeza paga à hora) é mãe solteira, e seus dois filhos. O terceiro dos pescadores falecidos deixa a esposa, gravemente enferma com doença do foro oncológico, e uma filha operária. As despesas com os funerais foram suportadas pela Câmara Municipal, cuja equipa de Serviço Social teve uma actuação irrepreensível, na solidariedade e no apoio material a estas famílias. Desde o dia em que fomos apresentados, o arrais da companhia sinistrada nunca mais se mostrou disponível para conversar comigo.

Convirá salientar que, entre os 62 camaradas entrevistados nas quatro companhias que aqui laboram, 35 (56,5%) afirmaram já ter sofrido acidentes de trabalho. Estes compreendem não só os naufrágios, ou “viradelas”, mas também as

diversas luxações e fracturas que ocorrem frequentemente no decurso do trabalho da companha junto dos tractores ou da embarcação, em terra e no mar, afectando, especificamente, dedos, mãos, braços, pés e pernas.

Nos painéis de azulejo da passagem subterrânea contígua à estação dos caminhos-de-ferro, no centro da cidade, encontra-se representada uma cena da vida da pesca, onde se observa um enorme barco de xávega à beira-mar. Alguém afixou ali mesmo, sobre os azulejos, uma folha de papel branco com uma cruz desenhada à mão e as palavras: «Em memória dos pescadores falecidos, Ti Evaristo, Ti Francisco e Quim Truta». Foi também colocada uma faixa de pano preto, atravessando o painel na diagonal e, no solo, um ramo de flores. Vários meses depois do acidente, ninguém ousara ainda retirar aqueles símbolos de dor em homenagem aos três vareiros mortos no mar, para que as gentes da cidade não esqueçam que esta terra foi obra de pescadores que, há pouco mais de duzentos anos aqui assentaram arraiais em busca de uma vida melhor e que, ainda hoje, levam a sardinha a todas as bocas, «vivinha, do nosso mar...»

Depois do Verão, voltei uma vez mais à Marinha de Silvalde. Algumas das pessoas que antes se tinham prestado a conversar comigo sobre a vida das companhas mostravam-se agora avessas e evitavam-me. Eu supunha que fosse por vergonha, talvez pelos fracos rendimentos da safra – que é um motivo recorrente das já previsíveis queixas dos trabalhadores do mar relativamente ao seu modo de vida. Percebi depois que a verdadeira razão era, justamente, a inversa. Os donos de uma das companhas – marido e mulher – pareciam mesmo exasperados de cada vez que a eles me dirigia. Numa das vezes, perguntei que tal tinha corrido o mês de Agosto. O marido, indiferente, encolheu os ombros e respondeu: «Assim-assim». Antes que eu pudesse dizer o que quer que fosse, voltou-me as costas e afastou-se. Uma outra vez, a esposa, levantando a voz, disse-me apenas que se alguém quisesse comprar a companha, ela vendia de imediato. Nova tentativa, na semana seguinte, e ei-la de novo exasperada: «Já disse tudo o que tinha a dizer, não digo mais nada!» E repetiu, então, que vendia já tudo, se pudesse. Esta atitude deixava adivinhar uma fase de rendimentos “normais” ou, pelo menos, suficientes para equilibrar a balança de pagamentos da companha; atitude que faz parte das estratégias de ocultação e de queixume que consubstanciam o idioma da inveja – assunto que abordarei nos capítulos 7 e 9. Como me confirmou depois o dono de outra companha, parece que o mês de Agosto lhes tinha corrido menos mal, apesar de se queixarem constantemente.

Em contraste com aquelas atitudes de manifesto evitamento, outras pessoas mostraram-se mais disponíveis do que antes. O dono de uma das companhias que laboram na Marinha de Silvalde é um homem de 50 anos, afável, que começa por me dizer que não é vareiro. Nasceu em Trás-os-Montes e diz-se “construtor”. Esteve emigrado na Venezuela, mas ao fim de cinco anos veio-se embora sem nada. Abriu uma loja e conseguiu juntar para começar a construir a sua casa. Em 1990, sensibilizado pelo desânimo e pelas dificuldades dos pescadores de uma companhia que falira, resolve deixar a loja e comprar uma companhia para dar emprego aos homens. Pediu um empréstimo de 4000 contos para o barco, que veio lá do Sul, da Praia da Vieira, mais duas redes e dois tractores. Teve de comprar redes novas e ainda mais um tractor, para além da despesa com as reparações dos motores. Já lá vão quatro anos e ainda não recuperou o investimento, mas diz que a companhia vale agora uns doze ou treze mil contos. Os dois tractores velhos foram entretanto substituídos por tractores novos. Depois, na sua ausência, ardeu-lhe o armazém e perdeu 8000 contos – dois tractores e redes. Explicaram-lhe que a causa foi a ficha eléctrica, porque tinha deixado umas baterias a carregar, mas ele acha que foi sabotagem, apesar de não ter inimigos. Logo no primeiro ano em que trabalhou aqui na pesca emprestou um tractor a outra companhia e o único pagamento que teve foram dois cabazes de carapau. Noutra ocasião, o dono de uma outra companhia emprestou-lhe um tractor pelo qual teve que pagar 3500\$00 por cada lanço – 27.000\$00 pelo empréstimo do tractor num só dia! Agora, paga 100 contos mensais do aluguer de três tractores – um favor que lhe fizeram.

Diz que a vida da pesca não dá nada e pensa voltar para a construção civil, como encarregado de obras. A esposa trabalha na companhia, em terra, e vigia todas as operações na sua ausência. O ano passado teve 2000 contos de prejuízo. Só de seguro pagou mais de 1000 contos. Mas ideias não lhe faltam: pensa que com a ajuda de algumas máquinas poderia reduzir o volume de mão-de-obra necessária ao funcionamento da companhia. Um veículo dotado de uma pá carregadora, em jeito de “garfo”, faria de “forcada”, para empurrar e levantar a embarcação; e, na alagem da rede, uma máquina com um tubo entre as duas mangas dispensaria os homens que, com o concurso de estacas de madeira, evitam que a rede arraste na areia. Com estes artifícios poderia reduzir em seis o número de camaradas.

Queixa-se das soldadas – que em parte nenhuma dão soldadas a não ser aqui: 200 contos a cada homem, logo no início de Janeiro. Todos assinam um rascunho em

que se comprometem a trabalhar para a companhia, de Janeiro a Dezembro, a troco de uma dada percentagem sobre o que pescarem. Seria muito melhor trabalharem apenas de Maio a Setembro (de Novembro a Abril os rendimentos são praticamente nulos, porque raras vezes se pode ir ao mar) e à percentagem, sem pagamento prévio de soldadas, mas os pescadores recusam-se. Este ano teve de contrair mais um empréstimo para poder pagar as soldadas e já vai a dívida à banca em 17.000 contos.

Os que vão ao mar ganham todos por igual – 3%; os de terra ganham 2,5%, à excepção do “atador” que conserta as redes, que é mais bem pago. Recebem ao mês, mas nem chegam a tirar o ordenado mínimo. Alguns trabalham na construção civil, como trolhas, mas muitos ficam por aí, pedem dinheiro emprestado e, às vezes, nem recebem nada ao fim do mês. Até já teve um condenado evadido a trabalhar na companhia... Os proventos deveriam ser, surpreendentemente, de 60% para ele e de 40% para o pessoal (o inverso, portanto, do que é prática corrente – 60% para a companhia e 40% para o patrão...), mas na prática é metade que vai para a companhia: se fizer 7000\$00, 3500\$00 vão para o pessoal, para além das soldadas, gásóleo, gasolina, reparações e substituições de material, etc. A cada dois dias que passam, a despesa em combustível é de cerca de 15.000\$00. Há lanços bons, em que recupera alguma coisa, mas as despesas são muitas. Por vezes passam-se dias e dias em que se dão seis lanços diários e o rendimento não vai além de 20 ou 30 contos. Em Junho, cada cabaz de carapau valia 1000 escudos; o cabaz de cavala 300 escudos – e quando é assim, como no ano passado, acabavam por deitar o peixe de volta ao mar. Quando há um bom lanço é costume dar-se peixe ao pessoal da companhia. O próprio contrato de licenciamento para o exercício da pesca, passado pela Capitania, prevê a obrigatoriedade de dar “teca” ao pessoal sempre que se ultrapassem os 40 contos. O problema é, também, a dificuldade em venderem o peixe. Só quando não há peixe em Matosinhos ou em Esmoriz é que os compradores aparecem. São as mulheres que vendem directamente ao consumidor, ou a restaurantes e mercados, que vão mantendo a actividade. No dia em que elas faltarem – diz o meu interlocutor –, tudo isto se acaba...

Alguns dias mais tarde, numa manhã de nevoeiro, ao regressar a casa pela Rua 2 – a avenida marginal denominada “esplanada” –, surpreendo-me com o barulho de foguetes e com a agitação na praia, que está cheia de gente. Logo me explicam o sucedido: as quatro companhias saíram para o mar numa aberta de sol, mas mal passaram o esporão caiu de novo o nevoeiro. Dois dos barcos regressaram

de imediato; um outro, que ficou perdido, conseguiu também voltar à praia, seguindo o reçoero (corda cuja extremidade fica em terra, para depois puxar a rede), mas o último barco andou à deriva, perdido, durante cerca de três horas, provocando o desespero da pequena multidão que entretanto se juntou na praia. Quando cheguei perto das pessoas que se concentravam em torno dos pescadores já a salvo, o arrais prestava declarações aos agentes da autoridade marítima e receava-se mesmo o pagamento de uma multa, como se não bastasse já a desgraça e a aflição de que acabavam de se ver livres. «A gente precisa disto para viver...» – iam dizendo os camaradas, por entre as lágrimas das mulheres e as perguntas dos jornalistas e dos curiosos. Os bombeiros intervieram quando a mulher de um dos homens da companhia ficou desmaiada no areal, tendo de ser evacuada numa maca, perante a mais completa indiferença do marido, que nem sequer se dignou interromper os seus afazeres com as cordas do aparelho, junto da embarcação. Enquanto a minha interlocutora e um pequeno grupo de mulheres criticavam ferozmente aquela atitude – «isto nem é um homem nem é nada, é um animal!» –, os bombeiros correram praia acima com a maca, seguidos por um magote de crianças enxameando, em grande correria, até à ambulância. O homem nem sequer voltou a cabeça.

A fechar este capítulo dedicado aos trabalhadores do mar de Espinho diria, em síntese, que o enorme desenvolvimento desta localidade num período de escassos cento e cinquenta anos só foi possível devido à sua comunidade piscatória. No entanto, à semelhança de outras localidades desta faixa do litoral, a implantação urbana, com os seus equipamentos e infra-estruturas, o desenvolvimento do comércio e da indústria de lazer, fez-se à revelia dos pescadores. Enquanto a região se desenvolvia e se integrava na hierarquia espacial e económica de centralidades regionais, os pescadores mantiveram um nível de vida extremamente baixo, os seus bairros foram afastados para longe das zonas finas e degradaram-se. Ainda hoje, a sul da fábrica Brandão Gomes, podem observar-se os efeitos da exploração, da miséria e da pobreza entre a maioria dos que aí habitam, numa faixa que se prolonga, depois, por Paramos, Esmoriz e Cortegaça – o topo norte da zona da xávega. Mas as gentes do mar não se coíbem de dizer a sua verdade a quem os interroga, como se infere das palavras que ouvi da boca de uma das mais conhecidas vareiras de Espinho – a Ti Aurora Lopes, septuagenária e proprietária de uma companhia – quando, queixando-se do pouco valor do peixe e do desprezo a que todos parecem votar os pescadores, me disse orgulhosa que «foi o peixe que deu o ser a esta terra...»

5

O CARÁCTER DO PESCADOR

Uma grande parte das fontes escritas que se referem à arte xávega e às pescas, em geral, revela-se pródiga na produção de fantasias acerca da identidade étnica dos pescadores e do seu modo de vida. Eruditos locais, padres, jornalistas, funcionários administrativos, historiadores, sociólogos e assistentes sociais, geógrafos e etnógrafos, no seu esforço para evidenciar contrastes e diferenças, descreveram as comunidades marítimas usando um conjunto de temas recorrentes através dos quais se produz, explícita ou implicitamente, um efeito descontemporaneizante, ou de alochronia (Fabian 1983). O matriarcado, o isolamento face às populações vizinhas e a endogamia surgem em muitos dos textos recenseados como vestígios de um tempo remoto cujos contornos evidenciam a presença do imaginário primitivista.

A par com estes três temas – que abordarei nos dois próximos capítulos –, os textos recenseados empenham-se sobretudo na determinação das principais características da personalidade dos pescadores, atribuindo-lhes traços de carácter que, como manifestações de arcaísmo, os colocam numa posição de marginalidade e de inferioridade. Paradoxalmente, contudo, estes motivos coexistem frequentemente com registos que patenteiam a heroicização trágica dos homens do mar e do seu labor, apelando a um entendimento dramático das suas vidas miseráveis. O conto «A Sereia», de Júlio Diniz, testemunha exemplarmente esta ambiguidade explorada pelas estratégias narrativas do romantismo, ou seja, exalta a tensão dialéctica entre a paixão e a morte recorrendo, neste caso, a um cenário de excelência em matéria de contrastes: uma cantora de ópera num barco cantando no mar, à noite, tendo em fundo as aldeias de palheiros dos pescadores de Ovar e de Espinho. O expoente máximo da heroicização encontramos-lo, porém, na expressividade auto-etnográfica (Pratt 1992: 7) do vieirense António Vitorino – muito especialmente em *Praia da Vieira, sua Pena e sua Glória* (1950). Neste domínio encontramos-nos, como veremos no presente capítulo, no reino das ambiguidades e das grandes contradições.

Mas as diversas formulações acerca da maneira de ser dos pescadores são recorrentes no que concerne aos principais traços de carácter que lhes são apontados. Do conjunto de atributos que irei seguidamente passar em revista destacam-se três grandes temas que, isoladamente ou agrupados, surgem na maioria destas

formulações: o gosto pela bebida, a infantilidade/ingenuidade e um tipo peculiar de relação com o sagrado. Para melhor conferir nitidez a estas questões, irei recorrer a um abundante mosaico de citações ilustrativas, começando pelo vinho – elemento importante do processo de proletarização da “classe piscatória” a que me referi anteriormente –, cujo consumo por parte dos homens do mar parece ser, desde sempre, quase proverbial.

Para Jayme Affreixo, «o vinho desempenha em todas as nossas pescas um papel que não é facilmente substituível, o que não póde causar admiração a ninguém. Na costa d’Aveiro, avançamos sem receio de desmentido, que elle é a mola real de toda a faina marítima e de todos os serviços que lhe são correlativos» (1902: 136). Poucos anos depois, em 1908, Manuel Laranjeira, olhando para os pescadores “com olhos de naturalista”, escreve ao pintor António Carneiro: «Cria, eles, no fundo, são uma raça miserável e desgraçada, tão desgraçada que até os sentimentos mais elementares de solidariedade têm pervertidos. Aqui em Espinho, pelo menos. Eu exemplifico com um facto que aqui é vulgar, tão vulgar, que é quotidiano. Um pescador pede uma esmola para comprar pão para os filhos que estão em casa com fome de dias – amigo, de dias! Dão-lhe. Vai gastá-la na taberna até cair de bêbado, se a esmola der para tanto. Nem sequer se lembrou que em casa os filhos estão há dias sem pão» (cit. *in* Silva 1992: 284).

Encontramos nestes trechos duas das grandes questões relativas ao problema do alcoolismo – problema que não parece, aliás, colocar-se apenas neste grupo profissional, mas no âmbito mais geral da população portuguesa. Por um lado, o vinho é associado ao trabalho, como corolário dos velhos mitos populares que proclamam as suas virtudes: o vinho dá força, saúde, virilidade e coragem; por outro lado, o consumo de vinho surge como um indicador de miséria moral, de perversão, de doença e de vício. Não se trata aqui de fazer distinção entre o uso e o abuso do álcool mas, antes, de constatar que as elaborações discursivas acerca dos pescadores variam de acordo com os propósitos narrativos dos seus autores e com as opções pessoais que veiculam, consoante os contextos em que se produzem e as pessoas a quem se dirigem – e naturalmente, o próprio discurso etnográfico não é excepção. Há que salientar, contudo, que apesar do consumo generalizado do álcool entre a população portuguesa e dos incentivos estatais à sua produção e consumo (particularmente no período do Estado Novo), os pescadores revelam, efectivamente, uma situação peculiar, uma vez que parte dos seus ganhos era paga em vinho –

situação que se mantém ainda hoje em algumas companhas de xávega, sob a forma de recompensa e/ou de incentivo ao trabalho. Num dos casos de que tive conhecimento tratava-se de um “quartilho” aos homens por cada lanço, «para motivar o pessoal», como me disse um camarada de outra companha. Um segundo caso é o da companha onde, quando a pesca corria de feição, o patrão oferecia um garrafão que rodava pelos homens. Em qualquer dos casos desconheço a regularidade destas ocorrências.

Mas se o vinho era parte essencial da vida das companhas, a sua importância abrangia tanto a esfera laboral como o lazer e a festa. Um artigo publicado num jornal do Porto, em 1867, ilustra de forma expressiva a importância do vinho nas ocasiões festivas. O relato incide sobre as festas em honra do Senhor dos Aflitos de Esmoriz, cuja capela acabara de se erigir na Praia: «O leitor não sabe, de certo, o que é beberem as companhas à roda? É um dos actos solenes dos pescadores da nossa costa. A companha forma um círculo, no centro estão os governos, isto é, os senhores arrais, escrivão e procurador, com a japona domingueira, lá está também a música ou uma grossa ramaldeira que faça as suas vezes, neste caso o bombo é indispensável. Este grupo está protegido por duas baterias de calibre de almudes, que faz um fogo incessante sobre toda a linha, arrojando sobre ela um granizo de tijelas vermelhas. (...) Mas se entre os da companha tiver algum conhecido, não é preciso ser amigo, e não tiver apetite de provar da tijela, não se aproxime, porque, se lá for, há-de beber, ou vai tudo com mil diabos. Agora se quiser entrar no círculo tenha o cuidado de tirar o chapéu, senão temos histórias» (cit. in Aires de Amorim 1986: 77-78)...

Também a devoção religiosa se poderia encontrar pragmaticamente associada ao vinho, sem necessidade de procurar justificações teológicas na própria metáfora da instituição da Eucaristia. Na Torreira, a romaria em louvor de S. Paio – que era, na boca do povo, um santo bêbedo – atraía à Gelfa, em finais do século passado, muitos milhares de romeiros vindos de todas as vilas e aldeias da orla lagunar nos seus barcos: «Levavam o vinho em garrafões empalhados, outros numas vasilhas pequenas em madeira, com uma torneira. Muito pessoal dava vinho. Corriam cabaças. (...) Havia uma celha de madeira, e à porta da capela, afastada da povoação, agarravam o S. Paio pelos pés e mergulhavam-lhe a cabeça dentro da bandeja do vinho. Nesse momento, não havia padre» (Pinho, Silva e Gonçalves 1993: 144-145)...

À volta de 1868, escrevia o médico João Frederico Teixeira de Pinho nas suas *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar* que «os pescadores são rudes,

inertes, ingratos e vivamente apaixonados do vinho, que bebem por todas as tabernas, onde depositam quase todo o ganho da safra, e encontram verdadeira felicidade!... » (1959: 84). Diz ainda um outro autor local – Zagalo dos Santos – acerca dos pescadores do Furadouro: «Ama o sol, mais do que a mulher que julga quase sua escrava, mais que os filhos que são raras vezes a sua consumição e mais do que o sol, ama o vinho. Aquele aquece-lhe o corpo; este empresta-lhe vigor, coragem para enfrentar as maiores privações. Uma codea de pão, duas sardinhas passadas pelas brasas e este homem, que desde o berço foi afeiçoado a todo o tempo, à fome, à segregação moral dos outros homens, está afoito para acometer o mar, quantas vezes ele lho permitir» (cit. *in* Marques 1991: 16). E ainda João Frederico Teixeira de Pinho: «São respeitadores da Autoridade, e temem a vara da justiça, o que é para admirar, porque, arrojando-se impávidos aos perigos das ondas, não deviam enfiar à vista da espada da lei! Todavia, andando em chusma, e aquecidos pelo vinho, rapinam tudo o que encontram, desacatam e destroem, e até não poucas vezes a natureza humana se lhes transforma em tigrina!!...» (Pinho 1959: 84).

Este último excerto ilustra de modo exemplar a necessidade de situar o discurso da cultura letrada nos contextos que lhe dão um sentido, relativizando os seus conteúdos. No período em que foram produzidas estas afirmações – à volta de 1868 –, as vicissitudes da implantação do capitalismo e a estabilização do sistema político constitucional faziam com que os poderosos locais exercessem a sua influência no sentido de conquistar votos para os partidos em que se filiavam. Ora, sabemos pela monografia de Ovar que «as companhas dos pescadores foram, durante dezenas de anos, o braço armado dos partidos políticos locais» (Lamy 1977: 159). As vastas redes clientelares em torno dos caciques afectos aos dois grandes partidos que alternavam no poder e no exercício de cargos públicos eram atravessadas por tensões e jogos de interesses que, quase sempre, implicavam o uso da força. Não é de estranhar, portanto, que os pescadores, por virtude do seu número e de uma forma de organização do trabalho coordenada hierarquicamente – sujeitos, sempre, à autoridade dos arrais e dos senhorios das companhas – constituíssem, a bem ou a mal, um recurso de peso para as estratégias políticas daqueles que, directa ou indirectamente, os exploravam.

Para mais, pouco tempo antes de João Frederico Teixeira de Pinho escrever aquelas linhas, os pescadores do Furadouro haviam-se rebelado contra a tentativa de apropriação privada dos baldios: perante a eventualidade da venda da mata municipal

– de que necessitavam para a sua sobrevivência, pela recolha de lenhas, caruma e pinhas –, acabaram por apedrejar a casa do presidente da Câmara, ao que se sucedeu a sua demissão e a ocupação do cargo por um membro do partido rival (Lamy 1977: 159, 191). Como explica o monografista de Ovar, as palavras de João Frederico foram, decerto, marcadas por estes acontecimentos, já que o deposto presidente da Câmara era seu amigo e correligionário político. Um outro acontecimento, ainda, terá também contribuído para o tom depreciativo com que se refere aos pescadores: em 1862, tendo um iate naufragado frente ao Furadouro, logo «uma multidão de pescadores» se apressou a arrombá-lo e pilhá-lo (Lamy 1977: 200)...

Já mais recentemente, Álvaro Pereira, na sua *Monografia de Espinho* – com um século de distância face ao texto do médico de Ovar –, afirma que «o vareiro, amigo do mar, é bom por tendência, embora, com o vinho, lhe dê para ser desordeiro; mas as grandes brigas, entre eles, foram rareando, não só com a falta de pesca, mas porque se foram integrando na vila de Espinho, não obstante só procurassem, como trabalho, o carregar as malas dos viajantes, para o que se punham, em magotes, à chegada dos comboios» (1970: 13). Joaquim Tato, também de Espinho, tem opinião idêntica: «Os pescadores sempre foram, e continuarão a ser, indesmentivelmente pacíficos, qualidade por certo que lhes vem do berço e que faz parte da sua razão de ser! Tinham é certo os seus barulhos – nome que davam aos seus pequenos ou grandes conflitos – em boa verdade pouco frequentes! (...) Mas os seus barulhos duravam pouco, porque bastava os patrões meterem-se de permeio para que acabasse! A obediência saía do muito respeito que por eles tinham! Também os beberetes (pingas) quando eram mais copiosos davam motivo a discussões e de quando em vez ligeiras vias de facto» (1980: 18-19).

Nestes trechos, o vinho é apontado como agente causador de desordens e violência, apesar de se considerar que o vareiro é naturalmente bom e pacífico. Se as brigas são menos frequentes devido ao decréscimo da pesca, como afirma Álvaro Pereira, isso parece querer significar que é claramente por razões associadas ao trabalho que surgem os conflitos no seio da gente do mar. Se, por outro lado, como diz Joaquim Tato, bastava a intervenção dos patrões para que tudo acalmasse, é porque, efectivamente, muitos conflitos nasciam e/ou ganhavam expressão durante a laboração. Parece-me significativo que ambos os autores associem – ainda que indirectamente – as brigas (“barulhos”) – ao trabalho. A autoridade dos patrões – bem como das capitánias, dos serviços florestais e do fisco – tinha, noutros tempos,

uma influência poderosíssima na vida dos pescadores e dificilmente poderia ser contestada. De facto, os pescadores estiveram, quase sempre, sujeitos a uma disciplina severa, conhecendo-se a existência de diversas penalidades monetárias aplicáveis no âmbito das regras de funcionamento das companhias. Nos tempos da I República, os pescadores «eram castigados por faltar, por dar peixe, por falar, por não trabalhar, por falar mal, por *chamar macaco ao arrais*, por *engadelhar*, por *zupar...*» (Aires de Amorim 1986: 303). Saliente-se, aliás, a existência de legislação específica dirigida a questões de disciplina, de que é exemplo, entre outros, a consagração nas posturas municipais de Ovar, em meados do século XIX, de sanções contra o acto de “levantar madeira”, isto é, «não só usar de paus, os bordões, mas ainda de cordas arricabeles¹⁶⁵, ou outro qualquer instrumento com que se possa ofender o físico de outro homem» (cit. in Lamy 1977: 185-186).

O Inquérito Industrial de 1890 designa as gratificações em vinho por *coios*: «o *coio* é vencido em todos os lanços, e recebido mediante uma senha de folha que o portador vai, quando quer, trocar por, aproximadamente, 0,26 l. de vinho ao armazém que ordinariamente pertence aos senhorios» (cit. in Lamy 1977: 190). É significativo o facto de os armazéns onde se comprava vinho, tabaco, víveres e diversos outros produtos serem, muito frequentemente, pertença dos senhorios das companhias de xávega: os magros salários dos pescadores eram, portanto, gastos nos estabelecimentos dos próprios patrões – que, muitas vezes, eram também negociantes de peixe – e, assim, fechava-se o círculo da exploração dos marítimos.

Também na pesca do caranguejo – *pilado* ou *escasso* – se retirava dos lucros uma pequena quantia para adquirir três litros de vinho a ser distribuído pela companhia, que denominavam *marinha* (Lamy 1977: 206); entre as companhias da xávega, Jayme Affreixo refere-se-lhe por *marinha* ou *marinhada* (Affreixo 1902: 136). Esta relação estreita entre o labor das companhias e o hábito do vinho já vinha de longe, como se depreende da existência de uma “folha do vinho” nos registos de despesas das companhias de Esmoriz em 1793 (Amorim 1986: 305). Todos os momentos importantes do processo produtivo eram acompanhados de bebida: quando se ajustavam (contratavam) homens, quando se faziam as matrículas, quando

165 – O *arricabele* é um pedaço de corda usado por todos aqueles que fazem o vaivém da alagem da rede para a praia; é colocado à volta do corpo, pelo ombro, e fixo nos cabos da rede graças a um pedaço de madeira que tem na extremidade. A sul do Mondego dá pelo nome de *tirante* e é usado ainda hoje na Praia da Vieira (e no Pedrógão), onde a alagem é braçal.

se encascavam (tingiam) as redes, quando se faziam pagamentos aos cordoeiros e boieiros, etc.; até mesmo aquando das benzeduras das “bruxas”, como nos conta Jaime Affreixo (1903: 136-138).

Nalgumas das aldeias de pescadores desta costa, homens houve cuja apetência pelo vinho viria a imortalizar-se na prosa narrativa dos escritores. É o caso de figuras como o Pamplino, no romance de Aquilino Ribeiro dedicado aos “párias do mar” (*Batalha sem Fim*, de 1932) e, também, do Pichelim, biografado por José Loureiro Botas em *Litoral a Oeste* (1940). Do primeiro, ficam registadas as suas muitas momices, como a *Oração do Bêbado*, dramatizada a troco de meio litro de tinto (Ribeiro 1985: 23), ou a versalhada picaresca de *Cavalgadas que Montei*, também a troco de «um beijo no copázio» (1985: 223). Quanto ao Pichelim, o prosador vieirense soube bem retratar o amor deste velho pelo vinho, sintetizando admiravelmente a sua “filosofia” em palavras que lhe são atribuídas: «... os homens por toda a banda são iguais. São como vinho: num lado é mais doce, no outro é mais azedo; mas tudo é vinho, mesmo quando já é vinagre!...» (Botas 1940: 72).

Outro tema recorrente é o da pretensa indolência dos pescadores, que nas palavras de Álvaro Pereira acima citadas aponta para a sua recusa em procurar outros trabalhos que não o de carregarem as malas dos turistas e veraneantes à chegada dos comboios. Não me parece, no entanto, que esta fosse uma má opção da parte dos pescadores e passo a explicar as razões que me levam a pensar assim, recorrendo a um exemplo de Vieira de Leiria: em 1865, as estatísticas industriais do distrito de Leiria (RPM 1865) mencionam, para a freguesia da Vieira, a existência de 24 *faniqueiros*, isto é, aqueles que andam ao fanico, «à espera de frete casual, ganhando pouco e incertamente», como explica a *Encyclopedia Portuguesa Illustrada* de Maximiano de Lemos (1900-1909); estes faniqueiros, curiosamente, constituem o grupo em que os “salários” médios (e ignoro como terão sido apurados valores referentes a uma ocupação desta natureza) são mais elevados – 800 a 600 réis – contra 400 dos serradores e 360 a 300 dos pedreiros e carpinteiros.

João Frederico Teixeira de Pinho, no final da década de sessenta de Oitocentos, acusa também os pescadores, afirmando que «em virtude da sua indolência, abandonaram o costume antigo de trabalhar na Ria, durante o inverno, com as *chinchas*» (1959: 84). Não creio, contudo, que o decréscimo da actividade na Ria nesse período se deva aos motivos apontados pelo autor. Por um lado, a natureza incerta dos já de si magros rendimentos da pesca faz com que, por via de regra, os

pescadores aproveitem todas as possibilidades ao seu alcance no sentido de exercer o seu ofício, onde quer que se proporcione – no mar, com ou sem embarcações, em lagoas, valas, em paragens próximas ou distantes e tão intensamente, sempre, quanto intensa tem sido sempre, também, a necessidade de providenciar o sustento das famílias. As grandes migrações sazonais de outrora – de que os avieiros são o mais notável exemplo – e os testemunhos de homens e mulheres que escutei nas minhas deambulações mostram que, para poderem fazer aquilo que sabem, os marítimos preferiam sujeitar-se aos maiores sacrifícios e correr riscos, recusando outras ocupações e afastando-se para outros mares, se necessário. Por outro lado, ainda, o período em questão corresponde ao auge da grande crise de pescado na Ria: após a abertura da barra, em 1808, a apanha do moliço «tornou-se tão intensa que, praticada em qualquer altura do ano – mesmo durante a desova – a ria de Aveiro se viu praticamente desprovida da sua fauna» (Arroteia 1984: 62).

Uma vez instituído o defeso – em 1868, precisamente – ter-se-ão «agravado as condições de vida da população local, acentuando-se, a partir de então, as saídas [de população] para outros pontos do país» (Arroteia 1984: 62), entre os quais a borda d'água (o Tejo) e Lisboa. Uma outra questão a considerar, ainda, é a dos anos de escassez de peixe no mar, afectando os pescadores das companhias da xávega e das artes subsidiárias. Nesse mesmo ano de 1868, à semelhança do que acontecera já noutros anos, a fome assediou, uma vez mais, as gentes da beira-mar, tendo-se formado em Ovar uma “comissão de beneficência” com o objectivo de distribuir pão aos necessitados – «393 famílias, ou aproximadamente 1572 pessoas, que sucumbiam moribundas, dilaceradas pela fome» (cit. in Lamy 1977: 203). Mas a crise prolongou-se ainda pelos anos seguintes: pode ler-se no *Almanaque Illustrado d'Ovar* para o ano de 1915, página 123, que «No verão de 1871 houve grande carestia de pesca no Furadouro e nas demais costas do paiz. O frio era intenso, os pescadores, então muito numerosos, sem pão nem brasa, pois que os não podiam obter da pesca, nem do trabalho das pinhas, derramaram-se por toda a villa e concelho, mendigando, não se envergonhando d'isso os mais robustos e validos. Tal foi o poder da invernia!» Volvido mais de um século sobre as palavras amargas de João Frederico Teixeira de Pinho há ainda, porém, quem mantenha a opinião de que o «homem de Ovar (...) suporta nos ombros uma indolência congénita» (Laranjeira 1984: 24)...

A sul do Mondego, em Vieira de Leiria, um dos industriais daquela que foi outrora a família mais poderosa da região afirma: «são os pescadores pessoas de boa

índole, dóceis e afectivos (...). Raramente levam as suas questões e zangas a vias de facto» (Fêiteira 1954: 238). Na sua descrição, os pescadores surgem como uns mandriões que só saem da cama para trabalhar devido aos gritos das mulheres; e uma vez na borda do mar – enquanto empurram o barco para a água –, «o seu esforço é mais aparente que real. Os que ainda não saltaram para dentro encostam os ombros à quilha da ré, simulando uma força que também não despendem» (Fêiteira 1954: 232-235). Pouco tempo depois, contudo, uma estagiária de Serviço Social que escolheu a Praia da Vieira como objecto do seu trabalho de fim de curso confessava no seu relatório alguma satisfação pelo convívio com as famílias de pescadores e dizia ter sido «obrigada a reconhecer que, ao contrário do que supunha, os pescadores não são naturalmente indolentes» (Pernão 1957: 1); o homem do mar, «trabalhador como poucos, concentra-se no trabalho procurando esquecer o que de mau a vida lhe trouxe. É um atordoamento idêntico que procura na taberna e nas festas (...)» (1957: 47).

Numa dissertação de licenciatura em Geografia, datada de 1965, pode ler-se que o pescador da Nazaré «é indolente por natureza e, só no mar mostra a sua bravura e energia. Em terra é preguiçoso, passa os dias deitado nos bancos das tabernas ou sobre a areia quente a apanhar sol» (Correia 1965: 30); «são duma indolência extraordinária a que se junta grande dose de infantilidade» (1965: 86). A meio século de distância, não encontramos aqui diferenças significativas face à opinião do escritor dramático Marcelino Mesquita, também sobre as gentes da Nazaré: «à energia voluntariosa, à resolução no trabalho das mulheres, corresponde a serenidade, o ar simples, a quasi infantilidade dos homens. Bravos no mar, homens a valer, são, na terra, bondosos, tímidos, infantis. (...) Jogando as cartas pelos poiaes das portas, ou estendidos, de papo para o ar, em somnolentas lazeiras, lembram, arremedam, são, como que creanças grandes» (1913: 19).

O tema da ingenuidade/infantilidade surge de forma curiosa num texto publicado no *Jornal do Pescador*, em 1946, onde os marítimos, em geral, são retratados de forma inequivocamente fantasiosa: «O Mar! A gente do Mar! De nobre ascendência, como ela é simples e pacífica, exercendo a pesca como navegante audaz e ousado»¹⁶⁶. O autor destas linhas recorre depois às palavras de Ramalho Ortigão, transcrevendo um excerto de *As Praias de Portugal*, onde, dos poveiros, se opina que

166 – *Jornal do Pescador – Órgão das Casas dos Pescadores*, n.º 86, ano X, Fevereiro de 1946, p. 6.

«São naturalmente bons, dedicados, reconhecidos, docéis, como mulheres. Com uma palavra e com um sorriso, uma criança leva-os por uma orelha para onde quizer, para a taberna ou para a morte» (1876: 56). O engenheiro-silvicultor António Arala Pinto, autor da formidável monografia *O Pinhal do Rei*, refere-se também aos pescadores nestes termos: «na ingenuidade destas crianças grandes, que trabalham para o fomento e riqueza do país durante toda a vida, está o seu maior valor e a sua maior beleza...» (Pinto 1938: 100).

Mas a ingenuidade e a docilidade de que falam alguns destes autores pode também ser permeada por sentimentos matizados pela agressividade e os pescadores vistos como pessoas interesseiras. Assim, é possível encontrar um eco das já citadas palavras de João Frederico Teixeira de Pinho – quando se referia a uma «natureza tigrina» – num outro texto da década de cinquenta acerca dos pescadores do Furadouro: «com os estranhos é indiferente. Honesto nas suas relações com eles, é tímido, humilde, por vezes ingénuo, mas, à beira-mar, torna-se altivo, intransigente, perigoso até se alguém pretende contrariar os seus serviços. Sempre prontos para prestar qualquer trabalho mas sempre a pensar na remuneração. Os favores recebem-nos com indiferença íntima, embora exteriormente se mostrem muito agradecidos. Os conselhos não os recebem e muito menos os seguem, a não ser que verifiquem que algum bem lhes advirá – então tornam-se dóceis» (Marques 1991: 16).

Quanto à religiosidade própria dos pescadores, começarei por citar uma outra dissertação de licenciatura em Geografia, datada de 1956, e referente à região de Aveiro: «Um traço comum liga os pescadores actuais aos do passado: quer o homem da ria, das companhas ou do bacalhau continua tão rude, tão franco, tão sentimental e tão pouco comunicativo como os seus ancestrais. Mas a sua vida serve perfeitamente de exemplo a todos nós: e, porque se sentiram abandonados durante largos anos, postos à margem pelos homens de outras camadas sociais, porque os não compreendem na falta de sinceridade, mascarada de maneiras polidas, levantam os olhos para mais alto, e melhor do que nós conhecem Deus» (Rodrigues 1956: 46-47). A religiosidade que o autor atribui aos marítimos distingue-se, pois, pelo seu carácter genuíno e, simultaneamente, pelo arcaísmo que lhe está associado.

Presentemente, no que concerne à prática religiosa, as atitudes alteram-se radicalmente consoante se trate de ir regularmente à missa ou, muito simplesmente, de se reconhecer como crente e ter imagens de Cristo ou da Nossa Senhora de Fátima na bica da proa dos barcos, nos armazéns ou em casa, por exemplo. As entrevistas

por questionário mostram que a esmagadora maioria só vai à igreja em ocasiões especiais – funerais, casamentos, baptizados, missas pelo aniversário da morte de familiares ou, ainda, pelo Natal. Do total de 244 entrevistados, apenas 23 (9,4%) afirmaram frequentar assiduamente a igreja, indo semanalmente à missa.

No Norte, 20 (10,2%) dos 195 inquiridos nas praias de Espinho, Esmoriz e Furadouro dizem ir à missa todas as semanas. Este valor refere-se a 11 mulheres e 9 homens, representando, respectivamente, 26% do total de mulheres (42) e apenas 5,8% do total de homens (153) inquiridos. Relativamente à frequência das deslocações à igreja é de salientar, também, que entre as companhas da Praia de Esmoriz surgiu um padrão de resposta inédito face às demais localidades: 16 (20%) dos 80 entrevistados afirmaram frequentar regularmente a igreja apenas durante o Inverno, fora da safra da xávega – por terem, então, disponibilidade para o fazerem. Em nenhuma das outras três localidades que compõem a amostra se registou este tipo de resposta, o que deve ser entendido à luz do facto de ser aqui, na Praia de Esmoriz, que encontramos um menor número de pescadores com outras ocupações profissionais paralelas à pesca, ou alternadas com esta (cf. tabela 6, na Introdução).

Depois das perguntas em que se procurou confrontar os entrevistados com o facto de irem ou não à missa, e com que regularidade, perguntou-se-lhes se já tinham pago promessas a algum santo e, em caso afirmativo, qual a razão. Seguidamente, pediu-se para dizerem qual o santo da sua devoção – matéria em que as companhas de Espinho, Esmoriz e Furadouro (zona norte) dão os seus votos preferenciais à Nossa Senhora de Fátima: em 183 inquiridos (de um total de 195) que disseram ter um santo da sua devoção, 111 (60,6%) mencionaram a Nossa Senhora de Fátima, repartindo-se os restantes 72 pelos vários santos locais, sem esquecer os devotos da santa Maria Adelaide, os que responderam “todos” ou “qualquer deles” e, finalmente, os poucos que responderam apenas “Deus” (por serem adventistas, baptistas, testemunhas de Jeová, etc. e, em conformidade, não aceitarem o culto dos santos). Apenas 12 (6%), dos 195 entrevistados, dizem não ser devotos de nenhum santo.

Dos 195 entrevistados no Norte, 118 (60,5%) já pagaram promessas, as quais se distribuem da seguinte forma: 57,3% das promessas foram motivadas por problemas de saúde/doença afectando os próprios inquiridos, filhos destes ou outros familiares; 24,8% das promessas dizem respeito à pesca: a “andar no mar”, à “vida do mar”, aos “problemas no mar” e à “aflição no mar”; “para dar sorte”, “para que corra sempre bem”, “para livrar do mar ruim”, e mesmo “para a pesca correr bem” e

“para pescar mais”...; 10% das promessas prendem-se com a guerra do Ultramar – por ter regressado ileso ou por ter ficado livre do serviço militar obrigatório; finalmente, 7,7% das promessas abrangem “problemas familiares”, “coisas que acontecem”, “bem estar económico”, “abençoar os filhos” e, também, os resultados dos campeonatos de futebol.

Na Praia da Vieira, 14 (28,5%) dos 49 entrevistados dizem já ter pago promessas (proporção bastante inferior à do Norte – 60,5%), das quais 7 ficaram a dever-se a motivos de saúde/doença (dos próprios, dos filhos ou familiares), 5 à guerra do Ultramar e apenas 1 teve relação com a pesca. Quanto à devoção dos santos, 28 (57%) dos 49 inquiridos dizem-se devotos: 10 da Nossa Senhora de Fátima e os restantes 18 dos santos locais e também, uma vez mais, da santa Maria Adelaide.

Em 1963, o então ministro da Marinha refere-se também ao carácter dos pescadores, salientando de igual modo o facto de estes serem pouco comunicativos: «são modestos, valentes, aventureiros, e falam pouco, mas não deixam de praguejar à menor contrariedade. (...) são profundamente humanos e religiosos, mas também fatalistas e supersticiosos, sempre propensos a acreditar no maravilhoso, em visões e agoiros» (Dias 1963: 37). Para alguns autores, este défice de comunicação que é atribuído aos pescadores, a par com outros traços do seu carácter, explica-se pela influência do meio, que os tornaria soturnos, graves e tristes. O escritor Silva Gaio, a propósito das festas da Rainha Santa, em Coimbra, diz o seguinte: «Seguia-se um bando de gaivéos e gandarezes, silenciosos: perfis agudos, rostos de sezonáticos habitantes da região pantanosa e terras de arrozais. (...) Fúnebres como estes os de Mira e pontos limítrofes (...) o mesmo ar fatal e alheio (...) com culto peculiar e danças misteriosas, simbólicas talvez no número dos pares, e nos movimentos, e passos, que executam com um rigor de fanáticos, lá no seu povo, sob as brumas do mar» (cit. *in* Madahil 1941: 50-51).

Diz outro autor acerca dos homens de Ovar: «a dominante da alma vareira é a planura da terra, com amplitudes ambiciosas, largas solidões e nostalgias marcantes – em que o atavismo celta parece bem presente» (Manarte 1983: 18); e ainda: «terras de poucos relevos, de pouca variedade de vegetação, de alegrias pequenas e fugazes, imprimiram marcas nos habitantes, que nem no vestuário, nem nos seus cantares se estendiam para além das vastidões e monotonias das planuras. A rudeza ditava sua lei. Trajar de escuro, de tecidos rudes e de modelos quase monásticos (...). Ora o vareiro do Var (...) não podia, em face do exposto, ser pessoa de alegria notável»

(1983: 16). Sobre esta mesma região, afirma Lamy Laranjeira que «foi o meio geográfico que moldou o tipo étnico do vareiro e lhe emprestou o fatalismo que lhe corre no sangue» (1984: 6). Mas o atavismo celta a que se referia Manarte converte-se, agora, numa outra herança histórica distinta: no “homem de Ovar”, «compósito híbrido de vários sangues de diferentes povos, sobressai uma personalidade fortemente individualista, quase egoísta, introvertida. Suporta nos ombros uma indolência congénita, um espírito sonhador, herdado dos seus avoengos árabes. As dificuldades do próprio meio agreste, a luta constante com os elementos naturais que o cercavam, as tremendas dificuldades criadas com as invasões sucessivas, moldaram no vareiro uma alma submissa, temente a Deus e por vezes desconfiada» (1984: 24).

Na Praia da Vieira, todos os males diagnosticados pelo já mencionado texto do relatório de uma estagiária de Serviço Social, em 1957, eram atribuídos ao estado de abandono religioso em que se encontrava a comunidade piscatória: «as pessoas são naturalmente boas, pois se assim não fosse, a ausência de Deus, a constante presença do álcool e a miséria em que vivem, seriam causas mais que suficientes para originar crimes graves» (Pernão 1957: 118); mas «pior que a miséria, pior que a doença, pior que a taberna e que a falta de espírito de família, é o abandono religioso, pois cremos ser dele que derivam quase todos os outros males» (1957: 120). Pode também ler-se neste texto que os pescadores, «apesar da sua miséria, nunca deixaram de ser alegres» (1957: 19).

Voltando, uma vez mais, ao Furadouro, registre-se ainda a opinião (em 1956) de uma outra estagiária de Serviço Social, também a propósito do abandono religioso: diz esta que o pescador, «conservador e rotineiro, conserva os princípios [religiosos], embora tenha perdido o espírito por incapacidade de raciocínio» (Marques 1991: 61); e «o pescador não crê, teme apenas, teme Deus, os Santos, o mar e não mostra grandes preocupações com o seu destino para além desta vida. Por atavismo cumpre, quando cumpre, os preceitos da Igreja» (1991: 62); «o pescador foi sempre supersticioso e amigo de consultar a “bruxa”. Reina no seu espírito uma grande confusão que se traduz na falta de coerência dos seus costumes» (1991: 62). Esta última afirmação revela muito claramente o etnocentrismo subjacente a todos estes esforços de apreensão de diferenças em que repousa a tentativa de definição de um carácter, de uma maneira de ser, própria dos pescadores. No mesmo sentido vai a afirmação de que «o habitante da Praia [da Vieira] tinha e tem um conceito de moralidade muito seu, e é mais ou menos fiel a ele, simplesmente esse conceito está

fora de todas as leis éticas» (Pernão 1957: 37), por exemplo, ao ser «aceite por todos como natural a falta de pudor das raparigas» (1957: 116).

Domingos José de Castro, nos seus estudos etnográficos sobre a região de Aveiro, sustenta a opinião de que «decididamente, ao pescador não é familiar a sátira nem o devaneio. Apóstolo do Mar, paira mais distante o seu espírito!» (1943: 62). A ideia de que ao pescador não lhe é familiar a sátira vem ao encontro dos retratos caracteriológicos traçados por outros autores já citados; mas se é um facto que há uma dimensão trágica bastante acentuada entre todos aqueles que vivem do mar – e que, não raras vezes, morrem no mar –, é preciso não esquecer que também entre estes é possível encontrar alguns saudáveis ingredientes satíricos, seja a propósito da rivalidade entre companhas, de figuras populares características desta ou daquela praia, ou de qualquer outro assunto em moda; e há que sublinhar a dimensão satírica e burlesca de muitas actividades lúdicas enquadradas no ciclo festivo anual, e especificamente no Entrudo – de que a cegada nazarena é expressão paradigmática¹⁶⁷.

Quanto à afirmação de que os pescadores também não são dados ao devaneio, ela contrasta fortemente com o «espírito sonhador» a que se referia o supracitado Lamy Laranjeira e, também, com a opinião de que «o pescador (...) é sonhador e imaginativo, talvez por tanto contemplar o céu e as estrelas, talvez por saber interpretar o sibilar do vento e o marulhar das ondas (...). Natural é que os marítimos, nas suas aflições ou nas horas de contemplação, dêem largas à sua imaginação sonhadora, visionando monstros e figuras mitológicas que, com os seus encantos e sortilégios, os perturbam e conduzem à perdição» (Dias 1963: 38); também Aquilino soube tematizar este *pathos*, mostrando-nos os pescadores da paupérrima Praia do Pedrógão envolvidos na busca de um tesouro enterrado na duna: «O homem da terra é egoísta e calculador. Liga com o homem do mar como o barro

167 – Na Praia de Vieira de Leiria, as cegadas representadas pelo Entrudo – que eram cantadas em tons de fado – abordavam sempre temas do quotidiano matizados pela tragédia, mas, porque essa componente trágica era excessiva e explorada até à saturação, quase sempre produzia o efeito contrário; também por virtude do desempenho dos actores as gargalhadas não se faziam esperar e o gozo acabava por se abater sobre um ou outro dos participantes, fosse pela roupa que envergavam, por um pequeno engano ou falha numa sequência menos ensaiada, pelas características das suas vozes, gestos, etc. Contaram-me há pouco que o talento dramático das mulheres da Praia levou a que recentemente – durante um espectáculo em que são encenadas algumas situações reveladoras dos aspectos considerados típicos do comportamento e do linguajar próprio da Praia – duas mulheres que representavam uma cena de “ralhos” (altercação palavrosa entre mulheres envolvendo, por vezes,

com o bronze. Aquele sonha apenas quando dorme, este sonha dormido e desperto» (Ribeiro 1985: 170). E até mesmo Jorge Dias, em 1950, no seu célebre texto «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa», se refere a «um certo fundo sonhador e vago das populações costeiras» (Dias 1990: 151).

Por outro lado, ainda, parece-me que esta suposta faceta visionária e imaginativa não pode deixar de se relacionar com a ingenuidade/infantilidade atribuída aos pescadores, pois que no seio destes – diz ainda o mesmo autor – se encontra um «precioso manancial de tesouros folclóricos» (Dias 1990: 37), ou seja: a religiosidade, os motivos folclóricos e os diversos traços de carácter que lhes estão associados funcionam, em todos estes discursos, de modo a possibilitar a demarcação de diferenças entre os pescadores e aqueles que, em face destas diferenças, detêm legitimidade para produzir e elaborar saberes sobre um objecto no qual ficcionam, também, a sua própria identidade – isto é, a identidade da nação tal como surge nas representações hegemónicas próprias de determinados contextos históricos e sociológicos, apelando sempre ao passado fundador, às origens míticas da nacionalidade, do povo e dos seus feitos.

A imagem idílica do pescador revela-se também de forma clara nos discursos marcadamente paternalistas dos órgãos de propaganda do regime durante o período do Estado Novo. No primeiro número do *Jornal do Pescador*, de 1939, lê-se que a «assistência aos trabalhadores do mar» visava «conservar e acarinhar todos os usos e tradições locais que estejam ligados à formação dos sentimentos e virtudes da gente do mar», para que «se consiga educar moralmente as almas rudes mas fundamentalmente sãs dos pescadores»¹⁶⁸; um último excerto elucidativo encontra-se num pequeno texto intitulado «Personalidade do Pescador»: «O pescador pela sua compleição espiritual é mais susceptível de se deixar arrastar para os maus caminhos, do que a maioria dos seus irmãos, trabalhadores em terra. É que o pescador convive muito com o mar e pouco com os homens; vê o céu infinito e o mar sem limites – não pode ver bem, por isso mesmo, os vícios e as refalsadas mentiras humanas»¹⁶⁹.

gestos ofensivos como palmadas no próprio traseiro ou mesmo agressão física) tomaram a coisa a sério e pegaram-se de verdade, sem que a assistência tivesse dado conta da situação.

168 – *Jornal O Pescador* – Suplemento Mensal da *Revista de Marinha*, Ano I, n.º 1, Lisboa, 31 de Janeiro de 1939.

169 – *Jornal do Pescador* – *Orgão das Casas dos Pescadores*, Ano VI, n.º 70, Lisboa, 31 de Outubro de 1944.

O discurso oficial do regime é inequívoco, se não, veja-se: num apelo onde se pretende alertar para que não sejam usadas técnicas de pesca destrutivas (como explosivos e veneno...) e para que se respeite o período de defeso, o *Jornal do Pescador – Orgão das Casas dos Pescadores* publicou, em meados dos anos quarenta, um texto, devidamente assinado, com o título «O que todo o nosso pescador deve saber». E reza assim: «aqueles que nós consideramos atrasados, da raça negra ou amarela, pescarão ainda por esses meios estúpidos e perniciosos? Não o sabemos, presumimos até que o não façam, que os ignorantes e criminosos dos nossos pescadores estejam mesmo abaixo do preto ou do chinês miserável, vivendo da pesca»¹⁷⁰.

Como vimos, nas diversas tentativas de definição caracteriológica dos pescadores, os atributos escolhidos pelos letrados revelam grandes ambiguidades e contradições: ora são preguiçosos e passam a vida na taberna ou ao sol de papo para o ar, ora são incansáveis trabalhadores e especialmente aptos para a fadiga; ora são desordeiros e violentos, ora são bons, dóceis, pacíficos e até mesmo infantis; uns acusam-nos de imoralidade e de não cumprirem os preceitos religiosos, outros garantem a sua grandeza moral e a força da sua devoção; há os que afirmam que os pescadores são tristes, graves e soturnos, e há os que dizem que, a despeito da sua pobreza, são alegres, francos, e espontâneos; há ainda os que vêm neles ascendência fenícia, grega, cartaginesa e árabe, e os que garantem os seus traços celtas e normandos. Qualquer destas descrições, contudo, nos esclarece mais acerca dos contextos de sentido em que foram formuladas do que, propriamente, acerca dos pescadores que tomam como objecto. Nos próximos dois capítulos prosseguirei a análise de alguns elementos centrais caracterizadores dos discursos eruditos sobre as gentes do mar, sobretudo os daqueles que revelam mais claramente a necessidade de problematizar o modo de vida destas populações de acordo com a sua especificidade ocupacional, como aqui proponho, e não segundo categorias cujo alcance descritivo é, como veremos, desprovido de qualquer correspondência com a realidade quotidiana dos trabalhadores do mar.

170 – *Jornal do Pescador – Orgão das Casas dos Pescadores*, Ano X, n.º 85, Janeiro de 1946.

6

OS HOMENS E AS MULHERES

No início do capítulo precedente referi-me a um conjunto de temas recorrentes nas escritas sobre a beira-mar – o matriarcado, a endogamia, o isolamento das comunidades piscatórias face às populações vizinhas e a determinação dos traços de carácter dos pescadores. A recorrência destes temas não apresenta, contudo, uma distribuição cronológica regular nos textos analisados. Enquanto as tentativas de definição dos traços de carácter do pescador aparecem persistentemente, como vimos, desde o século XIX, o tema do matriarcado – que se revela um importante marcador de alteridade no olhar dos eruditos sobre as mulheres da beira-mar – é muito mais recente e surge, essencialmente, em textos de cariz académico. Os autores que elaboraram esta ideia a partir de contextos marítimos escrevem nas duas últimas décadas, acompanhando a crescente visibilidade do trabalho feminino na sociedade portuguesa, pelo que talvez a necessidade de problematizar a autoridade das mulheres surja, em grande medida, como consequência desta realidade. Assim se poderá depreender, por exemplo, da monografia de Ian Brogger sobre a Nazaré (1992), localidade onde o incremento exponencial do aluguer de quartos particulares (actividade em que a *performance* de angariação e gestão cabe inteiramente às mulheres) motivado pelo turismo, bem como o decréscimo efectivo da actividade piscatória e a ausência dos homens nas traineiras e “motoras”, entre o mar e o porto de abrigo, faz das mulheres o centro incontestado das atenções. No entanto, como salientou Pina Cabral (1990), já Paul Descamps – um sociólogo da escola de F. Le Play que, a convite de Salazar, estudou a sociedade portuguesa no início da década de trinta (cf. Kalaora 1989) – sustentara que a tendência para o matriarcado resultava da ausência dos homens decorrente da emigração e, concomitantemente, da importância do trabalho feminino – fenómenos cuja incidência, não sendo exclusiva das regiões costeiras foi, contudo, bastante forte nas zonas onde as migrações sazonais e a emigração se fizeram sentir com mais intensidade, entre as quais se conta todo o litoral no Norte e no Centro do país.

Na verdade, ao longo de quase todo o século XX, o papel da mulher em Portugal foi sempre minorizado e relegado para um plano de subordinação aos ditames da autoridade masculina, pois o modelo ideológico dominante tinha expressão jurídica na limitação dos direitos das mulheres e, conseqüentemente, na

desigualdade entre ambos os sexos perante a lei. A ideologia da superioridade masculina, hegemónica na sociedade portuguesa, foi atestada “cientificamente” e veiculada não só pela Antropologia Biológica de Mendes Correia, na década de trinta (cf. Moutinho 1980: 89), mas também – surpreendentemente – já em finais da década de sessenta, num pequeno volume enciclopédico de proveniência alemã que, na edição portuguesa, contou com a colaboração de Ruy Cinatti e José Cutileiro (Herberer *et al.* 1979) – ambos diplomados por Oxford em Antropologia Social. Na continuidade da escola de Mendes Correia, pode ler-se no artigo «Antropologia Social» desta enciclopédia – cuja última edição data de 1979 – que «o homem (...) predomina em tudo o que requer genialidade, produtividade artística e capacidade de assumir posições de chefia»; «As mulheres (...) revelam um impulso social menos forte e, portanto, uma escolha social menos marcada do que a do homem» (Herberer *et al.* 1979: 54-55). Com a progressiva emancipação da mulher e a igualdade de direitos conquistada após a devolução dos rumos do país ao regime democrático, em Abril de 1974, ficaram criadas as condições para a emergência de novas configurações simbólicas nas relações entre homens e mulheres.

Reflectindo sobre comunidades piscatórias, Gísli Pálsson abordou o assunto contextualizando-o de forma mais abrangente, referindo-se, por um lado, à desvalorização e exclusão do papel das mulheres em diversos *folk models* oriundos dos próprios grupos dependentes da pesca e, por outro, à falta de atenção a estas questões pela parte dos antropólogos (1991: 64-66). Esta tendência veio a alterar-se com o desenvolvimento da Antropologia das Pescas e o aparecimento de trabalhos como, por exemplo, os de Paul Thompson (1985) ou de Jane Nadel-Klein e Dona Lee Davis (1988). De facto, «western tradition has stereotyped fishing as an exclusively male occupation» (Nadel-Klein e Davis 1988: 1), e daí a necessidade de evidenciar o importantíssimo papel das mulheres na economia da pesca, segundo um padrão recorrente um pouco por todo o mundo: «whether in Malaysia, Scandinavia, or Newfoundland, women again and again appear as netmakers, fish sellers, and processors», como nota Thompson (1985: 13). O mesmo autor regista ainda – tal como fez Sally Cole (1994) para o Norte de Portugal – a existência de equipagens femininas na Sardenha e na Irlanda do Norte, sugerindo a necessidade de conhecer as raízes históricas destas variações.

Para a zona da xávega, Raquel Soeiro de Brito, na sua monografia de 1960 sobre Palheiros de Mira, salientou que ao «ao mar vão apenas os homens, mas a

gente antiga recorda o tempo em que, por haver muito peixe e ainda pouca gente, as mulheres ajudavam os homens, quer remando nos barcos, quer alando as redes na praia. Um dos períodos áureos foi o de 1912 a 1920» (Brito 1981: 60). As causas prováveis desta variação – para além das que são apontadas pela autora – estão também associadas às dificuldades deste período em que as migrações de populações piscatórias do litoral central para o Tejo são muito intensas, devido à crise precipitada pela especulação capitalista no mundo da pesca e às condições de vida miseráveis, com a fome, as sucessivas epidemias e as elevadas taxas de mortalidade infantil, o desemprego...

O reconhecimento da importância das mulheres nas economias piscatórias e do seu papel de destaque na vida social destas comunidades surge, de forma muito expressiva, na prosa dos escritores que, por experiência directa, conheceram a realidade quotidiana dos universos marítimos. Autores como Raúl Brandão, Alves Redol, José Loureiro Botas e António Vitorino evidenciaram a dimensão feminina da luta pela sobrevivência e deixaram-nos narrativas impressionantes acerca da vida árdua das mulheres dos pescadores, escravizadas pelo trabalho e marcadas, sempre, pela tragédia da pobreza ou pela vertigem do afastamento e da perda dos que lhes são queridos. Raúl Brandão, ainda na década de vinte, não hesita em declarar: «tive sempre a ideia de que quem manda em todo o país é a mulher. (...) Valem mais que o homem, sacrificam-se mais que o homem» (s/d [1923]: 87). Mas os desafios colocados pela questão da autoridade feminina, do importante papel económico das mulheres e das inúmeras ambiguidades suscitadas pela prevalência simultânea de um modelo de “masculinidade hegemónica” (Almeida 1995) dominante na sociedade portuguesa não parecem, contudo, ser problemas que digam apenas respeito aos contextos marítimos, como se depreende, por exemplo, da análise de J. Pina Cabral (1989) em torno da sociedade rural minhota e do seu universo simbólico. Vejamos, primeiramente, o que nos dizem alguns dos proponentes do matriarcado.

Jan Brogger pugna pela «sobrevivência na Nazaré de um número de traços culturais atávicos», afirmando estarmos perante «uma cultura comunitária mais remanescente dos tempos medievais que dos tempos modernos» (1992: 13). O arcaísmo, segundo Brogger, decorre directamente da supremacia feminina (1992: 13), vindo o antropólogo a reconhecer que na Nazaré existe uma cultura mais matriarcal do que a dos dobianos de Reo Fortune ou a dos yao de Clyde Mitchell (1992: 57). Mas a credibilidade da existência de um sistema linhageiro matrilinear na

Nazaré (e em todo o Oeste europeu, aliás) foi prontamente criticada por João de Pina Cabral num texto de 1990, inédito, intitulado «Permanence et Changement dans les Roles Masculin et Feminin au Nord-ouest du Portugal»¹⁷¹, que alerta para o facto de o matriarcado ter mais adeptos.

De uma maneira geral, as tentativas no sentido de definir o tipo psicológico das populações marítimas referem-se, inevitavelmente, não aos pescadores desta ou daquela praia numa dada época, mas a um pescador idealizado, ficcionado nos discursos de quem tipifica e estandardiza para poder tomar posse discursiva de um objecto. Por isso, estes discursos são diversos, contraditórios, ambíguos e algo vagos. Em certos casos, contudo, o registo primitivista assume formas radicais, como nas teses de Moisés Espírito Santo, que procura inspiração nalgumas correntes da Psicanálise para converter a interpretação etnográfica numa psicologia popular ilustrativa do carácter nacional – do *volkgeist*. Como ponto de partida para uma interpretação da história nacional, Moisés Espírito Santo diz-nos que «os psicólogos explicam a atracção pela água a partir dos símbolos maternais. A água é o líquido amniótico e tudo o que vive provém do oceano» (1990: 77). No entanto, esta atracção é perversa, já que «a familiaridade com o oceano acentua nos portugueses a psicose da instabilidade» (1990: 79). A propósito das comunidades piscatórias, em geral, o autor refere-se a uma «cultura específica deste meio, de tendência ginocrática» e garante que as mulheres dos pescadores «são particularmente viris, adoptam comportamentos masculinos e uma linguagem grosseira com acentos fálicos» (1990: 106).

Assim, baseando-se em Kérenyi, Jung, Ferenczi e Rank, Moisés Espírito Santo propõe uma leitura das profundezas do carácter português revelado na História da nação e do seu povo: «os sobressaltos revolucionários esmorecem depressa na indiferença geral e na espera de um messias ou de um “general sem medo” que os há-de libertar de novo do seu torpor fatalista. A história do país é marcada por uma sucessão de altos e baixos, de entusiasmo e desencorajamento. Esse traço cultural, que conduz à inacção, reflecte-se na mediocridade inventiva e criadora dos portugueses. Ele deriva do seu sistema educativo familiar, assente exclusivamente no proteccionismo maternal e na correlativa ausência do papel emancipador do pai, ou no medo do pai» (1990: 79). Esta interpretação surge como uma forma profun-

171 – Cf., também, Pina Cabral 1991: 143-159.

damente negativizada e pessimista de vincular a identidade nacional a um determinado entendimento da cultura popular, à semelhança do que aconteceu com a geração de 1890 (Leal 1995; Dias 1977). O recalçamento – que poderia ser simbolizado na imagem patriarcal do ditador que durante quase cinquenta anos governou este país de rurais – liberta-se agora das suas amarras nas margens da terra firme e securizante, em perigosa contiguidade com os abismos marinhos; e, nesta nova versão do mito, revela-se um povo cujas características são, afinal, de sinal contrário às que haviam sido identificadas pelas efabulações nacionalistas.

Esta intrigante correlação entre a familiaridade com o oceano e a “mediocridade inventiva e criadora dos portugueses” assenta, pois, numa psicologia popular de matriz edípiana que, do ponto de vista de Moisés Espírito Santo, se manifesta no decurso da história um pouco à semelhança da imagem da roda-da-fortuna, como “altos e baixos” pontuados por uma sucessão de surtos messiânicos alternados com “torpor fatalista”. Nesta óptica, o carácter nacional decorre de um princípio geral que assenta no “sistema educativo familiar” dos portugueses: «estando o pai ausente e constantemente ameaçado, as crianças fazem incidir a sua atenção exclusivamente sobre a mãe» (1990: 106). Com pais ausentes e mulheres viris, o estranho mundo dos marítimos – perdoe-se-me a ironia – serve, para este autor, de modelo exemplar para a decifração da omnipresença feminina na religião popular portuguesa. É de salientar também, o eixo de semelhança e continuidade entre esta *weltanschauung* e as razões da tendência matriarcal da sociedade portuguesa apontadas por P. Descamps, a que me referi acima. Para mais, como salienta Pina Cabral, este último acreditava que o matriarcado era um traço cultural de origem e características mediterrânicas (Pina Cabral 1990: 6).

Eis um segundo exemplo. Em 1982, no Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima que teve lugar na Póvoa de Varzim, a comunicação apresentada por Celeste Malpique avançava uma imagem precisa do carácter do pescador com base nos seus estudos psicológicos sobre a comunidade piscatória da Afurada: «O pescador em terra é um homem rude, inábil, dependente, que está melhor na taberna com os companheiros do que em casa com a mulher e os filhos» (1986: 106); «a mãe tem um papel dominante até tarde e a sua figura recebe um investimento bastante mais forte do que a do pai, em qualquer dos sexos» (1986: 107). Assim, «estão presentes mecanismos psicológicos que tendem a manter os estereótipos sexuais, e a colocar o grupo dos homens face ao grupo das mulheres, numa complementaridade funcional

que os fortalece na luta pela sobrevivência, mas não lhes dá acesso à verdadeira genitalidade. Em termos de maturidade psicológica, diríamos que a mulher é sempre mãe e o homem é sempre filho. (...) O homem vai no grupo dos homens a que fortes laços homossexuais dão a força da luta contra o destino incerto, o Mar, o Estrangeiro. Na terra ele tem de entregar o “phalus” à mulher e reduzir-se ao filho dela, ao filho que foge para a taberna, continuando o único prazer que conhece, o do convívio unissexual» (1986: 108).

Deste ponto de vista caracteriológico, os pescadores seriam todos, portanto, potencialmente (ou fantasmaticamente) homossexuais, dada a impossibilidade de aceder à “verdadeira genitalidade” que lhes é imposta na “luta pela sobrevivência”. A mesma autora, no seu interessantíssimo estudo sócio-psicológico sobre *A Ausência do Pai* (Malpique 1990), debruça-se de forma mais intensa sobre a comunidade piscatória da Afurada, afirmando que é na taberna que os homens encontram a «satisfação oral compensatória» para o risco que enfrentam no mar (1990: 150). «O prestígio social do homem», continua Celeste Malpique, «mergulha as suas raízes na idealização de um pai ausente e fraco, satisfaz um narcisismo fálico (o que se vê, o que se mostra)» (1990: 153). E se, por um lado, «a religião popular é ginocrática», a autora reconhece, por outro lado, que «não nos parece que esta sociedade seja de tipo patriarcal ou ginocrático. Os lugares de maior prestígio são ocupados por homens» (1990: 152). No entanto, na comunidade piscatória da Afurada, «as tradições matrilineares desempenham um papel importante», do que é exemplo, para a autora, o «casamento endogâmico» (1990: 152).

Não querendo pôr em causa a validade desta análise no contexto disciplinar que lhe é próprio, não posso deixar de verificar, no entanto, que este tipo de abordagem, para além de pouco esclarecer em matéria sociológica, suscita ainda inúmeras dúvidas de natureza ética. Dificilmente fará sentido qualquer esforço para corroborar etnograficamente afirmações tão peremptórias acerca da “maturidade psicológica” dos pescadores como aquelas que venho de citar. Opinião semelhante – de que a dependência da figura materna se prolonga no casamento, determinando o padrão das relações de complementaridade e oposição entre os sexos – é veiculada por Carlos Diogo Moreira na sua obra consagrada às *Populações Marítimas em Portugal* (1987: 34). Segundo as sugestivas insinuações de M. Espírito Santo e de Celeste Malpique, os comportamentos dos pescadores podem, portanto, ser classificados simbolicamente num espectro que varia entre a homossexualidade

(Malpique 1986: 108) e o sadismo (Espírito Santo 1990: 105-106). Nos anos cinquenta, de acordo com Acheson (1981: 297), houve quem avançasse com a mesma hipótese defendida por Celeste Malpique – de que os filhos dos pescadores, crescendo na ausência do pai, tenderiam a desenvolver traços femininos, compensando-se através de comportamentos de masculinidade exacerbada e agressiva. Raoul Anderson e Cato Wadel, por exemplo, afirmaram a propósito da pesca de alto mar na Terra Nova que a vida a bordo por longos períodos «often led to undesired behavioural anomalies, in particular, homosexual behaviour» (1972: 144). Fazendo eco das palavras de Marilyn Porter, Gísli Pálsson constatou, porém, que «anthropologists who have worked in Newfoundland fishing communities have hardly talked to women» (Pálsson 1991: 66).

Contrariando o sentido desta prática, Sally Cole (1994) realizou a sua pesquisa no litoral minhoto tendo as mulheres como interlocutoras preferenciais e, adotando uma formulação de Gerald Sider, definiu a comunidade piscatória de Vila Chã como uma “cultura de oposição” – que adquire historicamente o seu sentido de identidade em função de um outro grupo (os lavradores) em relação ao qual se individualizou, por inversão dos valores desse mesmo grupo. Apesar das pertinentes críticas que esta autora dirige aos mediterraneanistas, o seu modo de problematizar o desempenho dos papéis de género vai ao encontro das questões por eles definidas – daí o seu interesse, por exemplo, na análise da «tensão entre a expressão cultural da sexualidade das mulheres através da ideia de vergonha e a realidade social na qual as mulheres manipulavam e controlavam a sua sexualidade» (1994: 110). No entanto, a expressão social da ideia de “vergonha”, enquanto veículo de moralidade, excede largamente o contexto analisado, esvaziando-se de sentido na própria constatação da sua abrangência semântica (1994: 101) e, seguramente, na extensão e na disseminação do seu uso em Portugal. Ciente de que as opções teóricas e metodológicas de Sally Cole foram devidamente reflectidas, dando lugar a uma das mais interessantes monografias publicadas em Portugal neste período, parece-me apesar de tudo adequado o sentido do alerta expresso por Paul Thompson a propósito da necessidade de compreendermos as razões subjacentes à divisão do trabalho e às relações entre os sexos nas comunidades marítimas: «replacing a female-blind ethnography with a male-blind one will simply create a different problem in interpretation» (1985: 25).

Os sentidos de leitura que a história confere a estas questões clássicas adquire visibilidade no terreno, a partir de um contexto de experiência em que o próprio

etnógrafo se deixa pensar como sujeito produtor de sentidos – ele próprio em processo de permanente reconfiguração, ao sabor dos rumos imprevisíveis do quotidiano e dos encontros que vai mantendo no decurso do seu trabalho. Entre as várias vertentes analíticas susceptíveis de exploração, destaco o facto de que tanto no litoral minhoto como no litoral central ou na costa alentejana as mulheres se reconhecem, identificam e prestigiam por via das suas virtudes de trabalhadoras, ou seja: as mulheres de Vila Chã «consideram-se mais em termos dos seus papéis como trabalhadoras e gestoras da família do que em termos dos seus papéis reprodutores» (Cole 1994: 98), e o mesmo acontece na aldeia piscatória da Azenha, no Alentejo (Mendes e Meneses 1996: 71). Esta perspectiva vai ao encontro do argumento de Trevor Lummis em torno da história das comunidades piscatórias da costa leste da Inglaterra: «occupational identity would determine social being» (1985: D). Em contexto extra-europeu, a monografia de Rita Astuti (1995) sobre os vezo de Madagáscar mostra que não é apenas por nascer no seio dos pescadores que se é um vezo; qualquer um pode tornar-se vezo desde que exerça a actividade que identifica o grupo, isto é, a pesca. Também os clássicos da Etnografia portuguesa parecem ter sido sensíveis a esta questão: entre nós, já Santos Graça com o seu livro *O Poveiro*, de 1932, havia retratado «de modo pioneiro um mero grupo ocupacional, enquanto comunidade» (Medeiros 1992: vi); e na literatura, *Os Pescadores*, de Raúl Brandão testemunha idênticas coordenadas. Ora é neste quadro, justamente, que me interessa compreender as questões relativas ao papel fundamental das mulheres no universo da pesca e dos pescadores das companhias de xávega. Assim, a questão da autoridade feminina pode ser lida, num dado contexto de desenvolvimento das técnicas e das relações de produção implícitas, como um aspecto da especificidade ocupacional das comunidades piscatórias, atendendo às características dos recursos e do meio do qual estes são extraídos. Veremos, assim, que não há razões para que o panorama na zona da xávega suscite, neste aspecto fundamental, leituras divergentes das que referi para Vila Chã e para a Azenha, ou seja: o estatuto político e simbólico feminino percebe-se a partir do desempenho laboral das mulheres no processo de existência histórica destas comunidades ocupacionais. O profundo contraste entre o trabalho no mar e o da terra permite evidenciar interpretativamente aspectos essenciais que apontam, também, para diferenças cognitivas vincadas, dado o confronto permanente com o acaso e o imprevisível num cenário que é o do poder esmagador do mar e dos seus ritmos.

Se, por exemplo, no universo rural minhoto o trabalho feminino e a “visão do mundo” que lhe está subjacente contrasta fortemente com os hábitos burgueses (Pina Cabral 1989), nos grupos piscatórios os contrastes são ainda mais radicais, dadas as características peculiares do meio marítimo, entre as quais a natureza aleatória dos recursos e, simultaneamente, dos próprios processos da sua extracção. Assim, se procurarmos comparar, genericamente, a actividade da pesca com a agricultura, que também depende fortemente das condições do meio, facilmente nos apercebemos de diferenças cruciais. Na pesca, o empenho colectivo e o esforço despendido não permitem antecipar uma retribuição proporcional ao investimento, pois a possibilidade de se verificarem quaisquer ganhos depende não só das condições climáticas favoráveis e do estado do mar mas, fundamentalmente, da sorte. É certo que também o lavrador está sujeito aos caprichos do clima e às epidemias, mas se as condições forem favoráveis basta-lhe o saber do seu trabalho para que a terra produza. Enquanto o pescador se confronta diariamente – se o mar deixar – a cada lançamento, com esta incerteza, o agricultor depende de um ciclo sazonal, auferindo de vários subsídios e linhas de crédito em caso de perda. Desde logo, o preço do combustível para a agricultura é participado pelo Estado, o que não acontece na pesca. Para além disso, e ao contrário da terra, o mar não é susceptível de se converter numa mercadoria, pelo que ao pescador não é possível arrendar, trocar ou vender a fonte de onde extrai os recursos, já que a “propriedade” onde exerce o seu labor é comum. Trata-se aqui, portanto, de considerar todos aqueles factores que fazem com que, ao invés do que sucede noutras profissões, a força de trabalho não possa ser transaccionada na base de um valor correspondente ao número de horas em que é exercida; trata-se, em resumo, da ausência de um nexo de causalidade previsível entre o dispêndio necessário à laboração e a rentabilidade que esta oferece. Como se depreende, aliás, da análise histórica das relações de produção nas empresas de pesca (supra, capítulo 3, «A tirania fiscal e a organização do trabalho»), a incerteza intrínseca a esta actividade constituiu um obstáculo à viabilidade do modelo de exploração tipicamente capitalista nas companhias de xávega, devido ao peso excessivo do factor risco, que impede a regularidade dos lucros e, logo, a estabilidade do investimento ¹⁷².

172 – O essencial das diferenças na natureza de ambas as actividades – pesca e agricultura – foi cabalmente expresso nas palavras escritas por Eça de Queirós ao ministro Fontes Pereira

Neste contexto, a divisão sexual do trabalho caracteriza-se por uma marcada assimetria entre os desempenhos de homens e mulheres: à especialização ocupacional masculina corresponde a diversificação do trabalho feminino, de acordo com as oportunidades económicas proporcionadas pelo meio físico e social imediato. Aqui no litoral central – como aliás noutros contextos marítimos –, o trabalho das mulheres nunca se limitou ao âmbito exclusivo de actividades relacionadas com a pesca. No passado, os homens dedicavam-se unicamente a esta actividade, enquanto as mulheres, para além do tratamento (armazéns de salga e indústria conserveira) e da venda do peixe, trabalhavam onde quer que lhes surgisse a possibilidade de complementarem os rendimentos baixos e incertos dos maridos. Actualmente, contudo, os homens raramente se dedicam em exclusividade à pesca, procurando trabalho, sobretudo, na construção civil (a norte) e na indústria. As mulheres, por seu turno, vivem da venda ambulante de peixe ou empregam-se nas fábricas e nos serviços.

Mas este padrão geral, assim sumariamente caracterizado, conhece diversas variações em função dos factores de desenvolvimento regionais e das oportunidades económicas locais, pelo que é possível verificar enormes contrastes dentro de cada uma das sub-regiões em que se divide a zona da xávega – *grosso modo*, a barra de Aveiro e o Mondego constituem verdadeiras “fronteiras” (o que já não acontece com a barrinha de Esmoriz ou com o Lis), mas aos condicionamentos geográficos sobrepõem-se outros critérios: da Marinha de Silvalde ao Furadouro, temos a pesca e a condição proletária associada à indústria, aos serviços e ao respectivos exércitos de desempregados e pensionistas; do Torrão do Lameiro à Tocha, a interpenetração com o mundo agrícola; e na faixa litoral a sul do Mondego, o contraste entre as praias da

de Melo, em 1872, a propósito da extinção do imposto sobre o pescado: «Não sabemos se V. Ex^a já viveu algum tempo nas costas de Portugal. Devia-o ter feito. Nada mais duramente instrutivo. Um interior de cabana ensina mais que um livro de Maurício Blok. (...) A pesca não constitui uma indústria regular, mas um ganho de surpresa. O mar, Sr. Ministro, não tem a calma tranquilidade da terra. Essa estende-se ao sol, como a ninfa antiga, e deixa serenamente na sua impassibilidade santa que a violem, a dilacerem, lhe tirem o vinho, o pão, as frutas, até o carvão, e aos que a rasgam e roubam dá tudo o que é necessário para que o corpo viva, e ainda a mais as verduras e as flores para que a alma se alegre. O mar, Sr. Ministro, esse, defende-se. Olha o homem como um inimigo; cerca-se de rochas, embuça-se traidoramente na névoa, apavora com o seu ladrar monótono. É necessário espreitá-lo, ver quando dorme: então o pescador, rema em silêncio, deita as redes e rouba-o. Já vê, Sr. Ministro, que não temos aqui uma indústria disciplinada – mas a pirataria da fome» (1946a). As palavras de Eça não poderiam ser mais sugestivas: em Esmoriz, ouvi muitas vezes a actividade da pesca ser referida através da expressão “pilhar” – “hoje não pilhámos nada”, por exemplo.

Leirosa, por exemplo, e da Vieira, é imenso. Adoptando uma perspectiva comparativa, vejamos, agora, casos concretos e sentidos de leitura para os enquadrar.

Uma vertente decisiva das adaptações de ordem social que se produzem na prática da arte xávega – e onde, portanto, as transformações e recomposições permanentes do processo haliêutico se fazem sentir – prende-se com o papel preponderante das mulheres como “nós” das redes de trocas em que assentam as diferentes estratégias adoptadas localmente para o sustento das famílias. Nessa medida, aliás, se justifica a ideia de Sally Cole de que as relações familiares nestas comunidades se centram nas mulheres (Cole 1994: 79). Até à melhoria geral das condições de vida, nas décadas de sessenta e setenta, a questão central da divisão sexual do trabalho na economia da xávega colocava-se nestes termos: o homem ia ao mar trabalhar para a companhia, e o dinheiro que ganhava era entregue à mulher para que ela pudesse, com esse dinheiro, comprar o próprio produto do trabalho do marido, de onde teria depois de arrancar um lucro. Existe aqui um circuito fechado e auto-referente: o dinheiro que o homem ganha é gasto no produto do seu próprio trabalho; em contrapartida, o lucro que é obtido pela mulher resulta de um investimento calculado que é feito no peixe que compra para vender depois mais caro, o que a transforma no verdadeiro agente financeiro da família. O mesmo processo pode também ser visto de uma outra perspectiva: os homens da companhia estavam dependentes das mulheres para obterem os seus rendimentos, pois estas, a maior parte das vezes, compravam fiado, e só depois de venderem é que podiam pagar a dívida do peixe que levavam (sendo que elas, por sua vez, tinham muitas freguesas, pelos “casais” do interior, que também lhes compravam fiado). Famílias inteiras havia que dependiam da pesca. O que os maridos ganhavam era depois reinvestido em peixe, nunca se saindo deste circuito fechado onde o lucro obtido pelas mulheres – dependendo também dos caprichos do mar – só muito dificilmente, em casos raros, seria susceptível de conduzir à acumulação de capital.

Actualmente, com a diversificação da ocupação feminina na indústria e nos serviços, as mulheres constituem um meio de produzir ganhos essenciais à sobrevivência da família – ganhos frequentemente mais elevados e mais estáveis do que os dos homens – daí a virtude e o prestígio de se ser boa trabalhadora, que é a condição vulgarmente apontada por homens e mulheres como garantia de um bom casamento. Na zona da xávega, as estratégias de obtenção de recursos (ou de maximização de segurança) associadas ao papel económico da mulher variam

consideravelmente de localidade para localidade. Na Praia da Vieira, a pesca é apenas praticada como complemento de outras ocupações masculinas ou, como dizem alguns, “por vício” ou dedicação. Aqui, tal como em muitas outras praias piscatórias do país, todos os que são ainda, ou foram antes, pescadores, não deixam nunca – mesmo quando o tempo não permite a laboração – de se sentir compelidos a ir diariamente perscrutar as ondas, observando a força das marés e os locais da rebentação. Na sua maioria, trabalham ainda ou são reformados da indústria limeira. As mulheres não trabalham nas companhas, como no Norte, mas quando as companhas vão ao mar, no Verão, há vantagem para os homens em vender sempre peixe às mulheres ou familiares dos camaradas, pois isso significa que elas, como intermediárias, vão criar uma mais-valia sobre o pescado, levando-o até ao consumidor e regressando a casa com um rendimento que contribui decisivamente para que a família possa fazer alguns investimentos (nas necessidades correntes, no recheio dos anexos para os alugueres, em melhoramentos nas suas próprias casas ou na educação dos filhos). Muitas vendem o peixe nas imediações, que veraneantes ávidos de peixe fresco é coisa que não falta. Independentemente das companhas da Praia, há também, no entanto, peixeiras (ontem “sardinheiras”, hoje “pexinas”) que, em qualquer altura do ano, formam ranchos que são transportados em camionetas desde o mercado onde se abastecem até aos locais de venda – prática que se verifica também no Norte. A autonomia destas mulheres face à actividade piscatória das companhas junto dos seus locais de residência aumentou com a melhoria dos transportes, das vias de comunicação e dos sistemas de frio.

Assim, se outrora a dependência de homens e mulheres face à pesca equivalia à perpetuação de um ciclo da pobreza, hoje o salto qualitativo reside no seguinte: não estando já dependentes da pesca para a obtenção de recursos para a sua sobrevivência, continuam a praticá-la – pelo menos, enquanto houver mulheres para lhes proporcionar os rendimentos que compensem o seu trabalho. Estas, porém, têm idades em geral avançadas, não se encontrando mulheres com muito menos de 50 anos, enquanto nas companhas há ainda homens novos, na plena força da vida. Mesmo os mais jovens camaradas das companhas reconhecem que são as mulheres que ainda “aguentam” a existência das companhas. Mas a tendência para a miniaturização das unidades produtivas é clara: um dos dois barcos de oito remadores que eu conhecera em laboração, no início da década de noventa, é agora um barco transformado, cortado e adaptado a dimensões mais reduzidas, para apenas

três ou quatro tripulantes. Mantém, no entanto, as mesmas cores e o desenho de uma sereia pintado em cada um dos lados da ré, como antes.

No Norte, a situação é diferente: o afluxo de veraneantes é escasso nalgumas localidades (como na Praia de Esmoriz, por exemplo) e, noutras, as peixeiras têm de competir com peixarias e supermercados bem localizados (como em Espinho). Em Espinho, a baixa percentagem de mulheres nas companhias deve-se ao facto de que as oportunidades de emprego para a mão-de-obra feminina não qualificada são superiores às das outras localidades, dado o desenvolvimento do sector hoteleiro, comércio, restaurantes e outros serviços. No Furadouro, o elevado número de mulheres registado nas entrevistas por questionário deve ser visto à luz do facto de que mais de metade das entrevistadas trabalha nas companhias em substituição e/ou complemento do trabalho dos maridos, filhos ou irmãos. Estes são, na maior parte dos casos, operários fabris trabalhando por turnos que pretendem deste modo assegurar o seu lugar na companhia sempre que os horários na fábrica não lhes permitem estar presentes, trabalhando depois na pesca sem limitações durante os dias de folga, fins-de-semana e férias. É em Esmoriz, contudo, que as mulheres trabalham de pleno direito nas companhias, em tempo integral e desempenhando todos os serviços de terra, mesmo os mais penosos, em pé de igualdade com os homens. Aqui, encontra-se um elevado número de companhias (oito) em laboração, pelo que o escoamento do pescado assenta, sobretudo, nos grandes negociantes e armazenistas. As mulheres, na sua maioria de idade avançada (mais de metade têm mais de 50 anos), sacrificam-se a trabalhar, carregando redes, cestos, rolos de corda, roletes e estacões, apartando o peixe, ajudando a empurrar o barco para o mar, etc. Nas companhias da Vagueira a situação é semelhante, mas aqui, na Gafanha, os trabalhos agrícolas constituem uma alternativa de ocupação (ainda que precária) absolutamente inexistente em Esmoriz, sendo possível encontrar algumas mulheres ainda jovens integrando o pessoal de terra das companhias e lidando com o gado – que utilizam para pôr o barco a seco, ao arribar à praia, ou para o levar para a borda do mar, até onde possa alcançar profundidade que o faça flutuar e permita o uso dos remos (enfrentando, de seguida, a “pancada” das ondas), ou noutras tarefas. É de salientar que outrora, em Esmoriz, o gado era pago ao lanço, mas os custos eram, mesmo assim, elevados, pelo que o uso de tractores veio reduzir as despesas, aumentando a eficácia do processo; na Praia da Vieira, o gado ganhava aos meios dias, mas se mandassem chamar o gado, mesmo que o mar embravecesse entretanto – se o mar

ficasse “rõe” (ruim), como aqui se diz – teriam de o pagar sempre que a metade do percurso já tivesse sido percorrida. Segundo me explicaram os pescadores desta Praia, a alagem braçal é melhor para as redes, pois o vaivém dos homens fá-las “gingar”, sentindo-se quando prendem no fundo, nalgum “peguilho”¹⁷³; com os tractores, em contrapartida, a força é contínua, sucedendo por vezes que a rede se prende, rompendo-se – com grande prejuízo, pois uma destas “artes” vale entre 1000 e 1500 contos, dependendo do tamanho.

Um dos maiores problemas a afectar a vida das companhas é o dos preços baixíssimos a que são transaccionados os cabazes de sardinha e de carapau. Contaram-me que, por vezes, acontece venderem-se cabazes de carapau (22 quilos) a 2000\$00 e, até, que em certos meses, um cabaz pode valer apenas 1000\$00. Atendendo ao preço a que o peixe é vendido ao consumidor, facilmente se conclui que os intermediários podem obter lucros de 400 ou 500%. Assim, as mulheres que compram o peixe ali mesmo na praia, à saída das redes, são, em determinados momentos, quem arrecada os maiores proventos do trabalho dos pescadores. Na Marinha de Silvalde, esperam em grupos, sentadas no areal, pela chegada da rede. Por vezes, saem aos magotes das ruas contíguas e das barracas, com alguidares e canastras na mão ou à cabeça. Em Esmoriz, o cenário varia, uma vez que já não há areal e as oito companhas em actividade pescam nos espaços em redor: uma em Paramos, outra no pequeno areal (o último que resta) entre Esmoriz e Cortegaça e as demais nos areais das matas a sul de Cortegaça – a última das quais já muito perto do Furadouro (sendo que metade das companhas sediadas na Praia de Esmoriz estão sob a alçada da Capitania do Porto do Douro e a outra metade depende da Capitania do Porto de Aveiro). Quem chega pela estrada que vem da vila de Esmoriz, uns dois quilómetros para nascente, encontra-as manhã cedo esperando na lota a céu aberto a chegada do peixe, num espaço desabrigado em

173 – Na Praia da Vieira, como nas demais Praias onde se exerce a arte xávega, o conhecimento dos fundos é vital: às zonas de maior profundidade, ou *fundões*, onde não há rebentação à superfície, chamam “terras de mar”; e chamam “peguilhos” aos locais onde se sabe que as redes prendem no fundo. Com vento e correntes de sul para norte é sempre pior, pois o *selão* (subsolo lodoso e argiloso) fica a descoberto, mas com o efeito natural do assoreamento estes peguilhos podem até – segundo me explicaram – mudar de lugar. Quando, após assoreamento intenso, uma companha vai experimentar um local e ver se o peguilho ainda prende, diz-se que “vai descobrir cama para as outras”. Estes peguilhos são referenciados por triangulação, graças a pontos de referência em terra, sendo os principais: “do salva-vidas”, “da Maria do Crespo”, “da quina do paredão da lota” (antes era o “poço da lama”) e “do pinheiro”.

chão de cimento rodeado de terra batida, ali mesmo à beira do imenso paredão defensivo feito de enormes pedras amontoadas.

A razão de ser destas condições de trabalho prende-se com a luta pela legalidade e pela igualdade de direitos. Com o apoio do sindicato, os pescadores bateram-se pelos descontos obrigatórios – 10% para a Segurança Social, 3,5% para a Mútua dos Pescadores e 4% para a lota (3% do valor do pescado mais 1% do total transaccionado para o representante da Docapesca encarregue de registar as transacções) –, mas a esperança de retorno destes descontos, sob a forma de regalias sociais mínimas, tem de ser permanentemente alimentada pelo trabalho dos sindicalistas no terreno, pois a situação laboral destes trabalhadores enferma de grandes injustiças e a sua capacidade reivindicativa é, muitas vezes, tolhida pelos conflitos internos à comunidade, inclusivamente entre companhas. Foi, portanto, por reivindicação dos próprios pescadores que a Docapesca instalou um representante (recrutado localmente) na lota, encarregue de fiscalizar a vendagem e proceder aos descontos necessários sobre as transacções. Por outro lado, ainda, há patrões que não declaram o que devem: deram-me o exemplo de uma companha que fez 12.000 contos e que apenas declarou 173.000\$00, pelo que 10% (17.000\$00) a dividir pelos vinte elementos da companha não lhes permitirão receber nada em caso de baixa médica.

A sul, na Praia da Vieira, a lota – pequena mas com cobertura, bancadas de pedra para amanhar o peixe e água corrente – está num ponto alto da duna antiga, há muito sufocada pelo casario. Outrora – quando a venda do peixe era feita em “montes”, na praia – as mulheres saíam em corrida do labirinto de ruas formado pelas barracas da Praia e acorriam às “lotas” do peixe, enchendo “lavadeiros” e “gigas” para a venda ambulante¹⁷⁴. Assim acontece, ainda, na Marinha de Silvalde, onde o peixe é transaccionado na praia ou levado em cabazes no atrelado de um tractor para ser encaminhado para restaurantes, peixarias, ou para a feira semanal de Espinho, à segunda-feira.

O leilão do peixe é animado pelos leiloeiros das companhas encarregues de apregoar o pescado em lota, colocando em acção os códigos verbais e gestuais que acompanham a formação dos preços no círculo da assistência, tal como sucede na

174 – Cena imortalizada pelo cineasta António Campos no seu filme *Gente de Vieira*, de 1975. Deste mesmo realizador, e ainda sobre a Praia da Vieira, veja-se a curta metragem *A Festa*, também de 1975, à qual Jean Rouch se referiu como «um filme etnográfico exemplar» (cit in Carlos Pontes Leça, “O cinema à procura de Portugal”, *Colóquio Artes*, vol. 19, n.º 32, Lisboa, 1977, p. 67).

Praia de Esmoriz, onde este processo é bastante tenso, ocorrendo grandes negociantes e armazenistas, comerciantes e peixeiras que se dedicam à venda ambulante. Na Praia da Vieira, praticamente ninguém necessita da pesca para sobreviver, como no Norte, e daí que a lota seja também concorrida por veraneantes e curiosos, compradores de pequenas quantidades de peixe. A dupla ocupação masculina (na indústria) e a ocupação indiferenciada das gerações mais novas (nos serviços) é estável e – associando-se aos rendimentos provenientes do aluguer de casas e anexos durante o Verão, a pensões de reforma e a remessas de emigrantes – garante hoje a esta população uma segurança financeira desconhecida na Marinha de Silvalde ou em Esmoriz. Lucidamente, portanto, disse-me um homem de uma companhia desta última localidade, referindo-se à pesca, que «a matação do pescador é só estar atido a isto».

No processo de pesca usado actualmente na Praia da Vieira, são as fases que se seguem à chegada do peixe à praia aquelas em que as transformações que se têm feito sentir na economia da xávega, ao longo deste século, serão mais evidentes. Na outra fase do processo – entre a entrada da embarcação no mar, devidamente aparelhada, e o regresso –, a mudança concerne, fundamentalmente, à dimensão das unidades produtivas: três das cinco companhias em laboração têm embarcações de pouco mais de três metros que transportam apenas três homens – dois aos remos e o arrais. As outras têm barcos um pouco maiores (para oito remadores em quatro remos alinhados e arrais) mas, mesmo assim, muito mais pequenos que os do Norte. Nenhuma das embarcações da Praia da Vieira está motorizada, e só numa delas a alagem se faz mecanicamente (com um único tractor para as duas bandas da rede). Aqui, toda a companhia se esforça puxando a rede por meio de tirantes, subindo o areal debruçados para a frente, em posição oblíqua, e voltando depois para a beira-mar, num esforço pendular que se intensifica com a aproximação da rede e dá lugar a grandes correrias. A dimensão das “artes” reduziu-se e as distâncias a que são largadas também encurtaram, pois quanto mais pequena a embarcação menor é o espaço disponível para os cabos de alagem amontoados na ré. Mas, no essencial, o dispositivo técnico mantém-se. No Norte, pelo contrário, a motorização e os tractores são inovações decorrentes de outras necessidades impostas pela pobreza e pela falta de alternativas económicas compensadoras. Ambas as situações evidenciam que o labor das companhias da arte xávega não é apenas o resultado da adaptação às condições peculiares do interface marítimo e

dos seus recursos mas, também, de um conjunto de adaptações de ordem social – produto de circunstâncias histórica e sociologicamente determinadas, tanto a nível local e regional como nacional e europeu.

As exigências do processo de pesca, por um lado, e as variações nas necessidades dos agentes em cena, por outro, influenciando-se mutuamente, determinam inúmeras transformações. Trata-se, pois, de um processo em revisão permanente, apesar da imagem conservadora das continuidades dada pela opção de “resistência” às inovações que tiveram lugar noutras praias – incluindo a motorização e os aladores acoplados aos tractores –, acerca das quais, aliás, todos têm informação. Noutros tempos, o peixe era retirado do saco com o auxílio dos *xalavares* e faziam-se *montes* na Praia, em carreiras de dez. Os cestos de verga onde se transportava o peixe – os *lavadeiros* – levavam quase o dobro dos actuais. Como não havia lota, o leilão era feito ali mesmo no areal, demarcando-se a área onde se faziam as carreiras com os montes, com o auxílio de uma corda presa em estacas cravadas na areia – processo usado ainda na Praia do Pedrógão. Depois, então, era a vez de as mulheres entrarem em acção: carreavam o peixe para os barracões onde era salgado, fazendo um monte com as vísceras da porção que logo ali se amanhava. Todos esses detritos eram amontoados em depósitos – os *escasseiros* – juntamente com o caranguejo que frequentemente vinha nas redes. A este produto chamavam o *escasso*. Era vendido aos agricultores que o vinham buscar pela calada da noite (por causa das moscas e do cheiro nauseabundo – “cheiro enmalinado”, dizia-se) e que o utilizavam como adubo das terras, antes da proliferação dos adubos químicos e do amónio.

Desde finais do século XIX, o imbricamento profundo entre a pesca e o mundo camponês em seu redor alarga-se ainda aos operários especializados, serradores e limeiros. Os primeiros constituíam um corpo profissional reconhecido e associado, por toda a parte, às regiões adjacentes das matas de Leiria. Os serradores da Vieira, porém, eram o expoente máximo da profissão, pois na sua terra florescia a arte da picagem das limas necessárias ao tratamento das lâminas (que vieram, também, a ser fabricadas na Vieira). Os aprendizes eram recrutados, essencialmente, entre camponeses e partiam constantemente em viagem com os seus mestres, para as Beiras e para o Alentejo, para a Galiza ou para as Astúrias e, também, para o Brasil e outros países da América Latina. Na ausência dos homens, as mulheres da Praia da Vieira trabalhavam onde quer que lhes surgisse a oportunidade: iam a pé em grupos,

descalças e em passo apressado, vender o peixe ¹⁷⁵ – por conta própria ou para outras mulheres – a distâncias de vinte ou trinta quilómetros; a última avieira da Praia (que fez a migração pendular sazonal para o Sorraia até à década de setenta) contou-me que ia com mulas carregadas de sardinha até Ourém, com dormida e muda de mulas em Leiria. Quando o tempo não permitia o labor das companhas na praia, as mulheres chegavam a ir além-Mondego, atravessando as enormes extensões de matas (o Pinhal de Leiria e o Pinhal do Urso) até à Figueira da Foz ou, para sul, até à Nazaré, comprar peixe para depois venderem. Trabalhavam ainda na extracção de areia da praia e no fabrico artesanal de pequenos “blocos” de areia e cimento para os empresários da construção civil ¹⁷⁶, cavavam as terras para as suas vizinhas do interior, ou as areias da praia para as sementeiras de estorno (*Ammophila arenaria*, para a fixação das dunas) e penisco por conta “das Matas” (Administração do Pinhal de Leiria), praticavam a recollecção de lenha, que vendiam pelas portas, de camarinhas (*Corema album*) para alimentar os porcos, de “mato” (caruma) e “carrasca” (casca de pinheiro que ficava depois dos cortes) para os fornos (de pão e da indústria limeira), e de “cascos” (pinhas) que vendiam também à Administração Florestal. No Norte, idêntico panorama de miséria levava também homens, mulheres e crianças à recollecção de lenha nas matas. O sistema repetia-se: com o auxílio de cordas e varas, a lenha seca era derrubada dos pinheiros, atada em feixes ou envolvida em serapilheiras e, depois, transportada à cabeça e vendida. Os homens também “andavam aos tocos”, isto é, aos cepos (“cepeiros” na Vieira) – o que restava dos pinheiros depois dos abates (cortes).

A ausência dos homens tinha valências diferentes entre camponeses e operários, por um lado, e pescadores, por outro. O ofício de serrador terminava, muitas vezes, abruptamente, dada a frequência dos acidentes mortais e incapacitantes. Frequentemente, a impossibilidade de manter uma terra de renda ou de aproveitar com sucesso uma pequena courela ou parte de um talhão que se herdara levava a que estes excluídos do mundo rural se instalassem nos areais da Praia em número sempre crescente. Os pescadores que não tinham outro ofício partiam

175 – Veja-se as comoventes páginas de António Vitorino (1950) acerca das sardinheiras da Praia da Vieira.

176 – No Norte também se praticava a recolha de areia pelo desmantelamento das formações dunares, para “alimentar” a construção civil (cf. Ribeiro 1988), como me disseram na Praia de Esmoriz e em Paramos.

também todos os anos, para pescarem nos campos do Lis ou do Mondego, ou demandar o sável e as enguias pelas praias, esteiros e mouchões do Tejo e do Sado. Entre os trabalhadores do mar, os solteiros podiam ausentar-se na contra-safra da arte xávega para trabalhar como “criados” dos pescadores já experientes na safra sazonal do sável, com as redes “varinas”, de dia – redes envolventes que necessitavam de uma companhia de doze a vinte homens, para a alagem –, e com as “savaras” (redes de emalhar), de noite. Mas os homens casados levavam sempre as suas mulheres, sem as quais não lhes era possível trabalhar. No Tejo, no Sorraia ou no Sado, homem e mulher – arrais e camarada – bastavam-se como unidade produtiva, com o seu barco e as suas redes, os filhos e o sonho de construir uma casa... Por isso a mulher avieira tinha de «remar nas pescarias, cuidar do comer, ir às vendas por essa terra dentro» (Redol s/d: 28), deitando filhos ao mundo e criando-os dentro dos barcos. Nas palavras já antigas de um velho avieiro: «a nossa terra dá-nos e não nos cria» (Santos 1959: 3)...

Actualmente, o peixe é retirado da rede para dentro de cestos plásticos, depois de escolhido e separado pelos homens, consoante a espécie e o tamanho. Ao contrário de um passado já distante em que a sardinha era muito valiosa («vivinha a saltar! E é da nossa praia, ah mulheres!...»), hoje em dia, o peixe que dá mais dinheiro é o carapau: um *maquino* – que é a designação local para o cabaz de plástico que leva cerca de 22 quilos de peixe – nunca valia menos, no início da década de noventa, que 8000\$00, mas vi alguns bons lanços de carapau a serem vendidos por 11.000\$00 o maquino. As mulheres que estão na lota – vendedeiras e familiares dos pescadores – logo se encarregam de dar uma segunda escolha ao peixe, lavando-o para tirar a areia. Se a quantidade de pescado é pequena, fazem-se montes no chão, e se é muita, mantêm-na dentro dos cabazes de plástico. Para além do carapau e da sardinha (frequentemente as redes trazem só *petinga*, que é sardinha pequenina, para a caldeirada), também aparecem os chocos, as lulas, o riscado, o peixe-agulha, o tremelgo, a sevelha...

O loteador vai gritando os preços, sempre de cem em cem, porque não se usam aqui os valores intermédios – ou é setecentos ou é oitocentos, nunca setecentos e cinquenta. Junta-se muita gente. À medida que o loteador vai gritando – «Setecentos!... Oitocentos! Oitocentos! Oitocentos!... Oitocentos!?!... E é para a Ti Conceição!» – as mulheres vão fazendo sinais com pequenos e quase imperceptíveis movimentos de olhos ou de cabeça. A rapidez com que isto se processa é vertiginosa,

e só à custa de muito esforço é que se consegue notar os assentimentos e as ofertas nos olhos das mulheres. Depois de comprarem o peixe, logo se instalam nas bancas do recinto para o venderem; outras levam-no em carrinhos e vão vender o peixe noutras paragens. As arcas frigoríficas, que já existem em muitos lares, são também um dos destinos da parte do pescado que não se vendeu na lota, ou do que irá vender-se mais tarde. E se há grandes lanços, alguém se encarrega de telefonar para os armazéns de peixe da Vieira, que têm carrinhas-frigoríficas, ou para os restaurantes, que logo vêm arrematar vinte maquinos, trinta maquinos, ou o que for... Ao lado do leiloeiro, o apontador e “caixa” da companhia regista todas as operações num livro de contas e vai recebendo o dinheiro e fazendo os trocos, enquanto, no areal da praia, os homens estão já a aparelhar o barco para mais um lanço.

Vejam, finalmente, alguns números fornecidos através das entrevistas por questionário que realizei no terreno: dos 49 inquiridos na Praia da Vieira, 30 (61,2%) disseram ter vários familiares na venda ambulante de peixe e, destes, há 17 cujas esposas são peixeiras; outros 17 (34,7%) afirmam não ter quaisquer familiares neste ramo (apenas 2 não responderam). No Norte, o panorama inverte-se radicalmente: dos 80 inquiridos em Esmoriz, apenas 7 dizem ter na família mulheres que se dedicam ao comércio ambulante de peixe, dos quais 3 se referem às esposas; e na Marinha de Silvalde, apenas 3 em 62 entrevistados se encontram nesta categoria. Estes resultados mostram que as adaptações de ordem social subjacentes ao exercício da arte xávega – a domesticação, ou a «incorporação social» (Pais de Brito 1996: 235) do aleatório – obrigam a diferentes estratégias no sentido de evitar que as famílias dependam excessivamente do trabalho da pesca e que, simultaneamente, possam maximizar os rendimentos familiares. Trata-se, portanto, de rejeitar a limitante sujeição que, outrora, forçava praticamente todos os elementos de um núcleo doméstico a obter rendimentos a partir de uma mesma fonte incerta e, para mais, sazonal – o trabalho do mar. Assim, enquanto na Praia da Vieira o trabalho feminino na venda do peixe constitui uma estratégia de maximização dos ganhos obtidos pelos homens, no Norte trata-se simplesmente de uma situação a evitar, pela dependência que cria face aos caprichos da sorte. Podendo comprar peixe vindo de fora, as mulheres que se dedicam ainda à venda ambulante já não dependem, agora, do trabalho dos familiares para exercerem o seu ofício. De extremo a extremo da zona da xávega parece agora mais claro o facto de que a flexibilidade da ocupação feminina torna os rendimentos domésticos tendencialmente mais estáveis, podendo

as mulheres frequentemente ganhar mais a vender o produto do trabalho dos homens do que eles a pescar. Assim se percebe a verdade das palavras de uma das minhas interlocutoras da Marinha de Silvalde, quando me dizia: «Eu é que trabalho para ele, não é o meu homem a trabalhar para mim»...

O estatuto feminino na gestão da economia familiar revela-se também como um campo altamente permeável aos conflitos de ordem mimética que dão expressão ao idioma da inveja, pois as mulheres estão permanentemente divididas entre o desejo de poupar e acumular e, simultaneamente, de investir na aparência de conforto da sua casa mostrando *que têm*, isto é, que possuem uma qualidade básica sem a qual não lhes é reconhecida a virtude que mais as valoriza e prestigia (e, conseqüentemente, aos seus maridos e filhos) aos olhos dos outros: a de serem trabalhadoras. Pelo seu importante papel na venda do peixe que as companhas retiram do mar, as mulheres constituem um meio de garantir rendimentos seguros a partir do produto incerto do trabalho dos homens, o que lhes confere poder e autoridade no seio da família, nunca se coibindo de fazer apreciações comparativas e de tecer duros comentários críticos a propósito da contribuição dos homens (maridos e outros familiares) para a economia doméstica ou das causas da sua insuficiência. Assim, graças ao seu esforço no trabalho e à orientação eficaz das finanças do lar¹⁷⁷, elas capitalizam prestígio e respeito junto da comunidade sem que deixem, no entanto, de estar sujeitas à dominação masculina e aos efeitos nefastos do agonismo exacerbado que desencadeia a inveja e as tensões profundas no grupo. É a compreensão dos aspectos básicos da dinâmica própria das práticas em análise, como mostrei neste capítulo, que torna possível interpretar contextualmente fenómenos como a *má-roda* e o idioma da inveja, a abordar no capítulo final deste trabalho.

177 – Note-se, de passagem, que na Marinha de Silvalde e na Praia de Esmoriz as compras de géneros alimentares no talho e no supermercado são sempre feitas a crédito.

7

O CASAMENTO ENTRE IGUAIS

A classificação dos grupos piscatórios como comunidades endogâmicas prende-se com uma outra esfera das relações entre homens e mulheres – o casamento – e constitui uma das mais significativas marcas de alteridade recorrentemente atribuídas aos trabalhadores do mar. Segundo Moisés Espírito Santo, «as povoações costeiras praticam a endogamia mais estrita: a fusão entre pescadores e camponeses é inexistente. Nas vilas que se desenvolveram, os pescadores continuam isolados nos seus bairros, mantendo regras próprias e formas de vestuário que se distinguem pelo seu arcaísmo» (Espírito Santo 1990: 77); e na Afurada, por exemplo, «está ainda presente a tradição do casamento endogâmico» devido, talvez, à «lentidão com que a mudança se opera ao nível das mentalidades» (Malpique 1990: 142). Numa direcção mais consentânea com a necessidade de perspectivar historicamente estes problemas – o suposto “isolamento” e as presumíveis práticas endogâmicas –, comecemos pelo princípio, ou seja, por uma avaliação do significado do “isolamento”.

Rocha Peixoto, no seu texto de 1898 sobre os *Palheiros do Litoral*, nada nos diz acerca do aparecimento destas aldeias de casas de madeira. Ao contrário, refere-se-lhes tendo como pólo de comparação os estudos arqueológicos sobre as aldeias de palafitas lacustres do Neolítico, referindo-se, portanto, a estes documentos da ergologia como se de vestígios se tratassem. Assim, a «existência quase bárbara» (Rocha Peixoto 1990: 78), «atrasada de séculos» (1990: 80) das gentes da beira-mar é comparada, pelo seu «isolamento relativo», com a vida dos «serranos» (1990: 88) – isto é, com as comunidades de montanha do Norte interior do país. A génese das comunidades piscatórias da zona da xávega, nos séculos XVIII e XIX, e o subsequente processo de ocupação do litoral mostra-nos, contudo, que estas nunca foram “sociedades fechadas” ou pouco dadas à mudança e muito menos isoladas, pois sempre existiram relações com o mundo rural próximo (ainda que marcadas, por vezes, pelo antagonismo) e com os grandes aglomerados populacionais da região mais vasta em que se inserem. Um outro factor importante a considerar prende-se, precisamente, com a “descoberta” do litoral decorrente do aparecimento da moda dos banhos, pelo que não podemos atender a qualquer sugestão de isolamento que não refira com exactidão qual o sentido atribuído ao termo.

A pesca – enquanto actividade orientada para o mercado – implica sempre a existência de redes de trocas mais vastas cujos fluxos assegurem o escoamento e a circulação do pescado, pois o isolamento tornaria impossível a sobrevivência da exploração económica dos mares. O estabelecimento de colónias piscatórias nos areais do litoral faz-se, precisamente, em função das facilidades de acesso aos mercados. Desde há aproximadamente duzentos anos, estas zonas do litoral central, até então desérticas, não pararam de se desenvolver, transformando-se em locais de confluência sazonal de comerciantes, agricultores e turistas, o que levou à construção de um número cada vez maior de casas de habitação, vias de comunicação e equipamentos. A indústria da pesca veio, pois, pôr fim ao isolamento que pesava sobre o litoral, transformando muitas localidades da beira-mar em lugares cosmopolitas – como é bem patente, por exemplo, no caso de Espinho.

O isolamento de que fala o mito primitivista insiste particularmente no facto de os pescadores viverem isolados dos lavradores e da prática da agricultura, o que – na zona da xávega, concretamente – não parece de todo evidente, existindo factores estruturais, históricos, que mostram exactamente o contrário. Como é óbvio, há que reconhecer, primeiramente, que os dois tipos de actividade considerados – a agricultura e a pesca – se demarcam naturalmente em função dos espaços físico, económico e simbólico a que estão adstritos. Enquanto o lavrador possui terra, animais e habitação própria, o pescador está excluído da posse da terra. Porém, nas localidades em que a ela teve acesso (acesso à posse ou ao usufruto, entenda-se, pois a “terra” era apenas areia), cresceram o milho, as couves, as batatas e as hortaliças, como nalguns locais da Gelfa e das Gafanhas, e nas gândaras de aquém e além-Mondego. Aquilino Ribeiro, referindo-se à Praia do Pedrógão, descreveu poeticamente o “milagre”: «Cem anos antes, aquela paragem compunha-se apenas de cachopos à flor das ondas e areia, os efémeros e errantes montes de areia. Ninguém lançava ali redes nem assentava outra planta além da do caçador de gansos bravos. Certo dia, um primeiro pobre viera com a sua enxada, depois segundo com o seu espinel. Plantaram tenda e pouco a pouco a vida arvoreceu no lugar inóspito. Prodígio: as dunas deram lenha, vinho e pão; o mar pagou tributo. Ah, inteligência e querer fazem o que lhes apetece; domam as águas; animam o ermo; tornam em vergel o pedregal. Grande e maravilhoso demónio é o homem!» (1985: 214).

Os dados disponíveis mostram que, por toda a zona da xávega, a faina piscatória começou por ser praticada pelos lavradores das regiões adjacentes, como

complemento ao cultivo da terra. Ao longo do tempo, a exploração haliêutica das lagoas costeiras e das embocaduras dos rios alargou-se a formas específicas de adaptação às condições do interface marítimo, de que a pesca com redes envolventes de alar para terra (o chinchorro e a arte) é exemplo. A sul do Mondego, junto da foz do Lis – o rio de Leiria –, assim era, pelo menos, desde o século XV; e na faixa que vai de Espinho ao Furadouro a situação era idêntica: os lavradores das regiões fluviais e lacustres contíguas aos areais da beira-mar praticavam já a pesca antes do povoamento das dunas, como se evidencia na documentação compulsada pelo Padre Aires de Amorim (por exemplo, 1986: 299, 304 e 1989: 326), o mesmo acontecendo nos concelhos de Vagos e Mira, onde também os lavradores formavam companhias para a pesca de mar – tal como, aliás, ainda hoje fazem. Já no início do século, Jayme Affreixo registava que «o trabalho do mar anima muitissimo a industria pecuaria em todo o districto», e que «n’outras praias – e estas em maior numero – o arrasto é explorado pelos proprios lavradores dos povoados proximos do mar» (1902: 135). Depois da fixação das colónias piscatórias, os lavradores não deixaram nunca de manter relações de interesse mútuo com as aldeias de pescadores, inclusivamente fornecendo o gado para a alagem das redes ou comprando aos pescadores, pelo fim da safra, o gado que estes haviam adquirido nas «feiras d’abril, gordo e possante» (Affreixo 1902: 135). Dizia Raúl Brandão, aliás, a propósito do barco da xávega, que este era «obra de lavradores que resolveram um dia ir à sardinha» (s/d [1922]: 49).

Deste modo – e no que concerne ao litoral central –, a ideia de que os grupos piscatórios constituem comunidades isoladas apenas terá alguma pertinência se o sentido do termo *isolamento* não se referir a nenhuma característica “étnica” ou “cultural” dos pescadores mas a um já descrito processo histórico de conjugação de interesses no qual os grupos profissionais, os mercados e o sistema político interagem modelando as diferentes relações entre os grupos, ou entre o capital e o trabalho. Mas o esclarecimento destes processos, por sua vez, retira qualquer sentido ao uso da palavra *isolamento*. Na verdade, a génese de muitas das comunidades piscatórias nacionais deve-se, em grande medida, à exclusão dos pobres do mundo rural para o espaço periférico das margens oceânicas, como consequência do processo de decomposição do campesinato que atravessa a sociedade portuguesa a partir de meados do século XIX (Cabral 1977). Este fenómeno, que é descrito por Sally Cole (1994) em Vila Chã, no Norte do país, parece ter ocorrido também por todo o litoral central. Os dados referentes a Vieira de Leiria (Nunes 1993: 168, 189)

mostram que a vida da beira-mar constituía um último recurso dos excluídos da sociedade agrícola que, afastados da posse da terra pela acção dos novos mercados, pelo crescimento demográfico e pelos sistemas de transmissão de património, procuravam novas oportunidades de trabalho nas margens do mundo rural. E se o espaço da beira-mar se constitui como pólo de exclusão relativamente às gentes do interior, o inverso não é verdadeiro, visto que o pescador está no limite inferior da hierarquia social e económica regional; e dessa posição marginal de inferioridade – a que corresponde um dispositivo espacial peculiar (o interface oceânico, enquanto zona periférica) – não consegue sair à custa da sua força de trabalho. Já em 1908, aliás, Jayme Affreixo salientava que «a entidade proletaria – pescador – está aqui banida por completo de concorrer à exploração da pesca marítima. Trabalha nela mas não a explora (...). Subir de companheiro ou simples arraes a dono da empresa da pesca, só pelo trabalho da pesca, não é cousa viavel n’esta região» (1902: 136). Mas passemos, agora, à questão da “endogamia”.

À volta de 1868, João Frederico Teixeira de Pinho, médico e político de Ovar (1818-1870), descrevia os pescadores da sua terra dizendo que «vivem em tribo separada, e raramente se misturam com outras classes, que olham desdenhosos. Em regra, casam-se muito novos, sem atenção a dote...» (1959: 84). Esta observação relativa à inexistência de dote é importante para evidenciar, uma vez mais, a especificidade do meio marítimo face ao universo rural, pois no contexto em análise encontramos-nos nos antípodas das situações em que «o império do património reina sobre o do matrimónio» (O’Neill 1984: 337). De facto, no seio de uma população que não tem acesso à propriedade e que viveu quase sempre no limiar da pobreza, não é possível considerar a existência de quaisquer bens a serem transmitidos ou partilhados pelas sucessivas gerações. Entre a enxada e o remo – para retomar os termos de J. Magalhães Lima –, a diferença aqui resulta, em grande medida, da inexistência de um património transmissível e susceptível de se valorizar, pois o mar não pode ser comprado, trocado, vendido ou herdado, e o processo produtivo depende de instrumentos de desgaste rápido e duração limitada – barcos e redes; o mar não se deixa converter em mercadoria e os novos mercados emergentes com o capitalismo do século XIX não o domesticaram como à terra, retalhando-a e determinando juridicamente a legitimidade dos laços sociais e familiares de inclusão e exclusão para a sua posse. Concomitantemente, o vínculo entre a natureza das relações de produção e a organização social destas comunidades não assenta em

estratégias de aliança baseadas em princípios patrimoniais – a não ser de forma negativa, por meio de uma demarcação clara entre os que, ligados a um mesmo modo de vida, se reconhecem como “pobres” e os “outros”: os homens de outros ofícios e negócios, os lavradores, os burgueses ou, como dizem os vareiros de Espinho, os “vilãos” e os “fidalgos”.

Em Espinho, justamente, o que os vareiros dizem de si próprios é que antigamente não se misturavam com vilãos nem fidalgos – e outra coisa não seria de esperar, pelas mesmas razões que os mineiros não se casam, em geral, com os advogados, nem os médicos com os funcionários da recolha de lixo. E se, hoje em dia, apesar das mudanças na sociedade nacional, a situação de pobreza e de marginalidade relativa dos pescadores não se alterou significativamente, não é porque existam resistências à mudança, situações de isolamento, ou se verifiquem casamentos endogâmicos, mas porque o modo de vida dos pescadores, implicando um tipo específico de relacionamento com o meio envolvente, permanece estrategicamente associado às desigualdades profundas que atravessam, regionalmente, o tecido social do país, nos salários e na qualidade de vida, no acesso ao emprego, à habitação, ao ensino e aos cuidados de saúde, por exemplo.

A expressão auto-etnográfica da prosa dos autores vieirenses é clara neste ponto – por exemplo, quando no conto «Amar é Sofrer», de José Loureiro Botas, um jovem pescador é seduzido por uma veraneante rica: «Menina! Deixe-se de brincadeiras. Já basta o que basta. Não vê que eu não sou rapaz para si? Não sou da sua igualha» (Botas 1963: 70). Uma outra situação narrada pelo mesmo autor diz respeito, contudo, a gente “da mesma igualha”, ou seja, a membros do mesmo grupo ocupacional mas diferenciados, precisamente, pela sua situação patrimonial: «– Ah, Zé! Não te metas no caminho da nha filha. Peço-te plas alminhas que lá tens. A gente é pobre e tu tens bens a herdar. Procura noutra banda o que queres. Eu sou uma pobre mulher que não tem homem prà defender. A nha riqueza são estas duas filhas» (Botas 1952: 9). António Vitorino, por seu turno, narra-nos em «A Paixão do Nazário» a tragédia de um jovem pescador cuja paixão pela filha do dono de uma companhia (e de uma mercearia) resulta em fracasso. O pai da rapariga, «ganancioso sem entranhas, proclamava em toda a parte que não a entregaria a qualquer valdevinos que lhe aparecesse com boas falas mas de mãos a abanar. – Se com tanto sacrifício – dizia o interesseiro – agencieei aquilo que tenho, vou agora consentir que a minha filha case aí com um sem-nome?!... Não!» (Vitorino s/d 1: 111).

Para o litoral minhoto, diz Sally Cole que, em Vila Chã, «no início do século XX, social e economicamente separados dos lavradores e com tendência para casar entre si, os pescadores tinham-se tornado essencialmente um grupo endogâmico» (1994: 64). Ora, é certo que neste, como noutros contextos piscatórios, a endogamia a que se refere a autora resulta de um processo histórico cujos contornos implicam, como tenho vindo a argumentar, que prestemos alguma atenção à origem e ao desenvolvimento das comunidades marítimas nas suas relações com o espaço social envolvente e com as próprias características do interface onde trabalham e habitam. Assim, creio que a utilização consequente do conceito de endogamia implicaria a necessidade de avaliar metodologicamente a consistência comparativa do conceito e dos quantitativos que lhe dão expressão, o que se assevera como uma tarefa difícil, se não mesmo impossível. Dizer que os pescadores “praticam a endogamia mais estrita” ou que existe uma “tradição de casamento endogâmico” teria de valer comparativamente com idênticas afirmações sobre outras classes profissionais nos contextos que lhes são próprios, sejam os agricultores transmontanos, os operários da cintura industrial de Lisboa, os médicos de Coimbra ou os empregados da indústria hoteleira no Algarve. Por isso, no contexto que nos interessa, aquilo que fazem os pescadores no seu quotidiano e a forma como no-lo dão a conhecer através das suas próprias palavras e comportamentos compreende-se melhor à luz das práticas do trabalho do que reflectindo sobre a probabilidade de casarem, ou não, com as primas ou com quaisquer outros parentes próximos ou remotos. O que necessitamos de saber é se essa probabilidade indicia uma qualquer regularidade sociológica merecedora da nossa atenção, pelo que se torna necessário sondar os seus contornos e avaliar-lhe os modos de expressão.

Sally Cole foi na direcção correcta quando explicitou o processo histórico da exclusão dos “pobres” do mundo rural. O cenário que descreve apresenta dinâmicas sociais com as mesmas características daquelas que se verificaram em idêntico período na Vieira de Leiria, em Espinho e em muitas outras localidades piscatórias. Em tempos recentes, o processo de formação destas comunidades marítimas a partir do mundo rural encontra-se também identificado na aldeia da Azenha, na costa alentejana (Mendes e Meneses 1996). Mas a utilização que Sally Cole faz do conceito de endogamia reporta-se ao seu sentido mais lato, pretendendo dar expressão ao facto de que os casamentos ocorrem entre membros do mesmo grupo local ou – como os seus próprios informantes muito bem esclareceram – entre pessoas unidas pela sua condição de pobreza (Cole 1994: 64). Os casamentos unem, tendencialmente, pessoas que

partilham directa ou indirectamente uma mesma condição profissional ou, simplesmente, um mesmo estatuto de necessidade face às adversidades do mercado de trabalho. As razões prendem-se com circunstâncias historicamente determinadas decorrentes da especificidade das práticas haliêuticas e dos factores que localmente a condicionam, produzindo as diferenças entre as várias localidades – razões que, tal como em muitos outros contextos piscatórios, apontam para situações de pobreza generalizada e, mesmo, de miséria. Mas não existe aqui nenhum processo de afirmação identitária assente em regras ou princípios susceptíveis de definir as fronteiras do grupo através de práticas matrimoniais específicas. Esta definição identitária releva mais do “fazer” do que do “ser” e, por isso mesmo, os próprios homens e mulheres do mar se reconhecem a si mesmos e aos seus como “pescadores”.

No contexto da arte xávega, o casamento “entre iguais” pode ser entendido, basicamente, como uma forma de adaptação à especificidade laboral da pesca, uma vez que o trabalho feminino constitui uma fonte de mais-valias indispensáveis à economia familiar. Mas o casamento “entre iguais” não significa que os matrimónios se realizem exclusivamente entre pessoas efectivamente ligadas à vida da pesca, já que muitos homens trabalham ocasionalmente como biscateiros na construção civil e a ocupação feminina não se limita ao serviço das companhas e ao comércio de peixe. Tal como no passado, as mulheres procuram qualquer trabalho que possa complementar a sazonalidade e a incerteza da pesca: dantes na lavoura ou na recollecção, hoje nas fábricas, nos restaurantes ou nas limpezas. E é nas mulheres que se manifesta de forma mais evidente o desejo acalentado por muitos pais de afastarem os filhos da vida do mar. Os homens, mais dificilmente largam a pesca que, para eles, é simultaneamente uma paixão e um vício, uma condenação e uma forma de se afirmarem como parte integrante do seu universo social. Assim, os “iguais” são todos aqueles que estão dispostos a partilhar um modo de vida que, não se limitando à pesca (pelo lado feminino, sobretudo), encontra nela, contudo, um recurso sazonal imperativo à sua sobrevivência, pois o trabalho numa companha, ali mesmo ao pé de casa, continua a ser uma ocupação acessível face à ausência de melhores oportunidades laborais ou a alternativas de emprego onde não encontram a familiaridade e a motivação para o desafio que os atrai para a pesca.

Como Celeste Malpique muito bem observou, os casamentos na Afurada e em tantas outras localidades piscatórias não se realizam a nível exclusivamente local mas «entre as famílias de pescadores do litoral norte» (1990: 142). Pela minha parte, pude

constatar que o “mercado matrimonial” em que se posicionam as gentes das praias de Espinho e de Esmoriz abrange também a Aguda, a Afurada e, sobretudo, Matosinhos. Trata-se, na verdade, de um sistema aberto, onde gentes de outras proveniências são igualmente abrangidas. Não se confinando à comunidade local, os constrangimentos deste sistema prendem-se com a natureza dos recursos e com os processos da sua captação e, por outro lado, com a assimetria das trocas que mantém os pescadores no limiar da pobreza. Forçados pelas circunstâncias do seu próprio modo de vida a uma grande mobilidade, os pescadores destas localidades não têm nenhuma *tradição* de casamento endogâmico, nem tampouco *praticam* a “endogamia mais estrita”. Ainda que fosse possível averiguar os graus de parentesco existentes entre todos os pares de cônjuges da comunidade, seria pouco provável que daí adviesse algo de novo para a compreensão do modo de vida dos trabalhadores do mar, dada a ausência de assinaláveis fenómenos sociológicos correlativos – entre os quais processos de estratificação social internos ao grupo conexos com sistemas de devolução de património, comuns no mundo rural – capazes de conferir às práticas matrimoniais um sentido interpretativo para o conceito de endogamia. Há que considerar, portanto, as razões históricas conducentes ao suposto “fechamento” do grupo sobre si próprio e determinar as circunstâncias que levam a que, neste contexto específico, se verifique uma acentuada tendência para o que Joan Bestard denomina *homogamia social* (Bestard 1998: 121) – expressão que me parece preferível à transposição dos conceitos de «endogamia local» (O’Neill 1984: 294), «endogamia de lugar» (Pina Cabral 1989: 98), área ou «espaço de endogamia» (Pais de Brito 1996: 313) para o contexto em análise.

Nas últimas décadas do século XIX e no período inicial do século XX, o processo de decomposição do campesinato e a proletarização das populações costeiras enquadrada pela generalização do sistema de “ajuste” acarretaram a separação ocupacional e residencial entre os habitantes de várias localidades do litoral e aqueles que, vindos destas localidades e de outras proveniências, se fixaram em palheiros construídos sobre as dunas, nas praias. Estes mecanismos produtores de pobreza determinaram o “isolamento” destas comunidades, acantonando-as num nicho residencial e laboral com uma ecologia peculiar (o interface marítimo, nas margens da terra habitada, na periferia do mundo rural, das cidades e das hierarquias regionais) e deram azo a que uma grande parte dos seus membros viesse a reconhecer-se genealogicamente entre si – o que acontece hoje, por exemplo, tanto na Praia de

Esmoriz como na Praia da Vieira. Mas este reconhecimento não resulta de, nem conduz a nenhuma norma restritiva ou preferencial em matéria de matrimónios, sendo ao nível das relações laborais que se tornam evidentes as solidariedades e as clivagens que atravessam estas comunidades. E, tanto num como noutro caso – nos laços de entreajuda como nos conflitos –, o que está em causa são, afinal, as redes de relações privilegiadas que cada indivíduo mantém no seio dos seus iguais.

Tabela 12 – Praia de Esmoriz: número de familiares e parentes dos inquiridos que trabalham na mesma ou noutras companhias

N.º de familiares e parentes que trabalham nas companhias	Inquiridos com familiares e parentes na mesma companhia		Inquiridos com familiares e parentes noutras companhias	
	n	%	n	%
0	13	16,3	45	56,3
1-2	16	20,0	18	22,5
3-4	10	12,5	6	7,5
>4	41	51,3	11	13,8
Total	80	100	80	100

As entrevistas por questionário que realizei no decurso da pesquisa de terreno incluíam duas perguntas acerca do número de familiares e parentes de cada inquirido que se encontravam a trabalhar na mesma companhia onde estes trabalhavam e, também, noutras companhias. Parte dos entrevistados reconhece como seus parentes os primos das esposas, os cunhados e os sogros, outra parte contabiliza apenas os consanguíneos; alguns reconhecem colateralmente, e em profundidade geracional, os primos em segundo e terceiro grau, outros não vão além dos familiares mais próximos; outros, ainda, reconhecem-se familiares dos seus piores rivais no ofício e há, também, quem poucos ou nenhuns familiares tenha neste meio. Muito concretamente, o facto de muitos pescadores reconhecerem que são todos parentes uns dos outros não decorre de qualquer importância extraordinária atribuída às relações de maior proximidade ou afastamento que mantêm com determinados consanguíneos e afins, incluindo eventuais vínculos matrimoniais; decorre de um entendimento dessas relações à luz de necessidades que visam, sobretudo, a constituição e a manutenção das unidades de produção (companhias) por meio de estratégias de recrutamento, cooperação e afirmação de interesses capazes de estimular grande competitividade e agonismo face às demais unidades.

Globalmente, foram entrevistados 244 indivíduos de 14 companhias em 4 localidades. Na localidade a que se reportam os dados da tabela 12 (Esmoriz),

entrevistei 80 camaradas de 4 das 8 companhias existentes, sendo os resultados bastante esclarecedores quanto à importância das redes de parentes ao nível da organização do trabalho. O tempo médio previsto para cada entrevista, por um lado, e o facto de os inquiridos responderem às perguntas em plena praia, durante o período de laboração, constituíram factores determinantes na produção destes dados. Uma vez que era impraticável a determinação exacta do número de pessoas e dos graus de parentesco que cada inquirido reconhece na sua ou nas outras companhias (dado o elevado número de parentes apontado por cada inquirido), as respostas foram codificadas do seguinte modo: sempre que um inquirido responde apenas “tios”, “primos”, etc., a resposta é contabilizada na categoria “1-2”, uma vez que apenas sabemos tratar-se de mais de uma pessoa – independentemente de poderem ser, na realidade, duas, quatro ou sete pessoas. Se responder, por exemplo, “sogro, tio, irmão e primos”, ou “primo, cunhado, irmão e tios”, a resposta é contabilizada na categoria “> 4”, segundo a mesma lógica. A este nível de exactidão, a maioria dos inquiridos fornece respostas relativamente precisas no que concerne à contabilização dos seus parentes. Assim, dos 80 inquiridos em Esmoriz, apenas 13 (16%) dizem não ter qualquer parente na companhia em que trabalham, sendo que dos restantes 67 (84%, portanto, têm parentes na companhia onde trabalham) mais de metade (51%) contam acima de 4 parentes na mesma companhia. De forma quase simétrica, 45 (56%) afirmam não ter parentes noutras companhias, enquanto que dos restantes 35 apenas 11 (14%) dizem ter mais de 4 parentes noutras companhias, não especificando se estes se encontram todos numa só companhia ou espalhados por várias companhias.

A primeira leitura destes números evidencia uma tendência que aponta claramente para a importância do processo de recrutamento como forma de instituir no seio da companhia uma rede de relações privilegiadas capaz de manter a coesão necessária ao seu bom funcionamento, articulando solidariedades e vínculos entre parentes com a própria organização do trabalho. Esta tendência deve-se à necessidade de contrabalançar a instabilidade, os conflitos e a permanente recomposição dos elementos – dos “camaradas”, que é como dizem de si mesmos – que integram cada companhia. Mas os ritmos próprios da actividade piscatória são demasiado rápidos e imprevisíveis, e os ciclos de existência destas unidades de produção são curtos, pelo que nada neste universo parece, pois, ser compatível com a tendência para o enraizamento e a permanência – ao contrário, por exemplo, do que

sucede nos meios onde a lógica da reprodução social possa surgir mais claramente centrada nas estratégias de aliança e na sua relação com um património divisível (ou não) e transmissível.

Há que salientar, ainda, que há outros sentidos de leitura igualmente significativos para estes dados. Se quase metade dos inquiridos (44%) têm familiares nas demais companhias, é possível aferir uma interpretação que vá para além do reconhecimento minimalista de que “aqui somos todos parentes uns dos outros” e que não se limita às estratégias de recrutamento que venho de referir. À margem destas entrevistas, a abordagem quotidiana ao terreno mostra que a dispersão de determinados conjuntos de parentes por diversas companhias é, nalguns casos, uma forma de maximizar a segurança das redes de entreajuda estabelecidas entre os seus elementos constitutivos – estratégia já assinalada por Geoffrey Stiles (1979: 205) nas práticas de recrutamento das equipagens entre os pescadores da Terranova tendo em vista, justamente, a redução da incerteza económica inerente ao ofício da pesca. Sublinho que muitas famílias da Praia de Esmoriz são bastante numerosas e vários dos seus membros vivem muito próximo uns dos outros. Se, por exemplo, pai e filhos (ou irmãos, cunhados, primos..., num mesmo fogo ou em fogos separados) trabalharem na mesma companhia, isso significa que em caso de escassez, ou de má-rodas, os rendimentos da família serão muito mais afectados do que na situação em que os mesmos indivíduos se encontram a trabalhar em diferentes companhias, pois neste caso as probabilidades de sucesso serão maiores.

O significado de qualquer uma das duas leituras que aponte deve ser interpretado de acordo com as tendências estratégicas mencionadas no capítulo anterior a propósito do papel económico das mulheres nas redes de trocas de que dependem as famílias e em torno das quais se estrutura a composição das unidades produtivas, ou seja: em ambos os casos se trata de encontrar soluções de continuidade com a maior ou menor participação e autonomia das mulheres relativamente aos seus agregados familiares e às companhias, inclusivamente no que concerne à venda ambulante de peixe. A este propósito, devo salientar que o conceito de *casa (household)*, ou “casa marítima”, não se me apresenta como um recurso descritivo heurístico para os objectivos a que me proponho, mais centrados na expressão social do aleatório, do agonismo e da inveja no universo das companhias de arte xávega. A impermanência, a precibilidade dos meios de produção e a precaridade associada à actividade produtiva, a ausência de

património com valor de mercado (terra, habitação) e, conseqüentemente, a inexistência de práticas de devolução dotadas de qualquer expressão social significativa, constituem elementos contrastantes com as características associadas à utilização daquele conceito no mundo camponês. A experiência de terreno levou-me, portanto, a considerar outras unidades sociais que entendo mais relevantes: as companhias de pesca e as relações entre os indivíduos que as compõem, tanto na esfera laboral como fora dela. O círculo de relações que abrange os recursos, o meio ecológico de onde são extraídos e onde se desenrola a existência das gentes do mar, estendendo-se às práticas do olhar e ao idioma da inveja, centra-se assim, fundamentalmente, na especificidade da actividade produtiva e na sua natureza essencialmente aleatória.

Na figura 3 temos a representação gráfica das parentelas de dois *egos* de uma mesma companhia – no primeiro diagrama um arrais e no segundo um camarada que integra o pessoal de terra¹⁷⁸. O primeiro dado a registar é que a quase totalidade da companhia do Pinto, onde ambos os *egos* trabalham, se encontra representada no diagrama n.º 1, constituindo um exemplo perfeito da articulação entre a composição da unidade produtiva e um dado conjunto de indivíduos que se reconhecem como parentes. *Ego*, o arrais, conta com o trabalho de um irmão, uma irmã e um cunhado, nove sobrinhos, um filho, a nora, a mulher e a cunhada. Dentro da companhia, vive-se um bom ambiente de trabalho, pelo menos a avaliar pelo que pude constatar junto de outras embarcações. Registe-se que *Ego* é casado com a filha do primo paralelo patrilateral (FBSD) e a sua cunhada casou com um dos seus sobrinhos, que é, também um dos três sócios proprietários da companhia (juntamente com um irmão e um amigo); dois outros sobrinhos – dois primos paralelos matrilaterais (ZD e ZS) também se casaram. Como é nota dominante no pessoal das companhias da Praia de Esmoriz (e de toda a região Norte, da foz do Douro à ria de Aveiro), vários elementos deste conjunto de parentes, de ambos os sexos, têm um passado de trabalho árduo em Matosinhos na pesca de cerco das traineiras, tendo muitos aí vivido longos anos, casando e nascendo-lhes filhos por lá.

178 – Os nomes que identificam as sete companhias aqui representadas (de um total de oito em laboração à época em que procedi ao inquérito) são inteiramente fictícios. As designações usadas (Galego, Nova, Pinto, Santiago, São José, Senhora do Rosário e Senhor dos Aflitos) foram adaptadas dos nomes de companhias dos séculos XVIII e XIX, de acordo com a documentação histórica compilada pelo Padre Aires de Amorim referente ao topo norte da zona da xávega, de Espinho a Ovar (ver Bibliografia).

Figura 3 – Diagramas genealógicos

O único membro da companhia do Pinto que não consta entre os camaradas identificados no diagrama n.º 1 é, justamente, o *Ego* do diagrama n.º 2. Aqui, encontramos um tio e uma sobrinha casados com uma tia e um sobrinho (respectivamente, F e FBD com M e MZS). De salientar que entre os parentes próximos de *Ego* se encontra cerca de metade do efectivo de outra unidade produtiva: um dos seus irmãos, um tio e oito primos integram a companhia do Galego; e, ainda, sete membros de uma outra companhia – quatro irmãos, dois primos e um sobrinho, todos na companhia Senhor dos Aflitos. Este seu tio (que está assinalado em ambos os diagramas com um asterisco) é o dono da companhia do Galego, com a qual as relações são de grande antagonismo. *Ego*, contudo, mantém boas relações com o seu irmão mais jovem e com os demais camaradas da companhia do Galego. A esposa deste seu tio, por sua vez, é irmã do *Ego* do diagrama n.º 1, onde se somam mais quatro elementos da companhia do Galego (num total de 14 – mais de metade da companhia – nos dois diagramas).

A situação tensa entre as companhias do Pinto e do Galego, e os cortes de relações entre parte dos seus membros pertencentes a núcleos de parentes chegados de ambos os *egos*, pode ser ilustrada através de um relato impressionante que ouvi, estupefacto, da boca do jovem arrais de uma dessas companhias – a do Galego. Fica claro, aqui, que as “raivas” e a inveja não emergem apenas por via do sobrenatural, nas situações de má-roda, mas, também, através da hostilidade declarada e da capacidade de que se dispõe para prejudicar o próximo aos níveis básicos da actividade económica (na pesca), do bem-estar e da manipulação das relações interpessoais, forjando-se inimizades através da mentira, da intriga e da difamação. Esta autêntica guerra de prestígio que passarei a relatar começa em Matosinhos, há duas décadas, pelo menos. Jaime, o meu interlocutor, contou-me como Joaquim, seu sogro – hoje proprietário da companhia em que trabalham ambos – teve, em tempos, uma sociedade (de pesca) com o cunhado (irmão da esposa) – Manuel –, que é, actualmente, arrais de uma outra companhia, e mais alguns homens. Porque o primeiro se sentiu injustiçado por ter de fazer a maior parte do trabalho, resolveu abandonar a sociedade e exigir a sua parte dos haveres. Manuel nunca lhe perdoou e conseguiu que os restantes sócios deixassem de falar a Joaquim: «Consegue voltar as amizades para o lado dele, quando as amizades lhe convêm»...

Os anos passaram. Jaime casou com uma das filhas de Joaquim e, como não possuísem recursos que lhes permitissem adquirir uma casa, foram habitar num

contentor, cedido por uma fábrica da região, que colocaram junto da casa de Joaquim, a curta distância da casa de Manuel. Revestiram o interior com madeira e alcatifa e, assim, fazendo face às dificuldades, foram poupando para comprar tijolos e cimento, que acabaram por conseguir a preços baixos, dando início à construção das paredes da casa. A casa sonhada foi ganhando forma, a partir do contentor que lhe serviu de molde. Quando se preparavam para iniciar a construção do primeiro andar (os filhos foram nascendo entretanto), eis que aparece um fiscal camarário ameaçando derrubar tudo. Mas porque Jaime conhecia o presidente da Câmara, tratou de falar com este para lhe expor a situação da sua família, estranhando que entre centenas de habitações clandestinas fosse a dele a única a suscitar a ameaça da lei. O autarca revelou-lhe então que tinha havido uma denúncia, mostrando-lhe a carta acusadora assinada por Manuel.

Um outro episódio desta guerra ficou a dever-se à não-aderência, pela parte de Joaquim, a uma greve motivada pelos abusos dos negociantes que compram o peixe às companhas. Porém, a greve ficou decidida num momento em que ninguém trazia peixe do mar com excepção da companha de Joaquim. Joaquim, após consultar todos os camaradas da sua companha, propôs-se aderir à greve com a condição de que esta se realizasse noutra data. Ninguém na sua companha entendeu por que motivo a greve se haveria de fazer num momento em que estavam a pescar bem: «Porque não escolhem um dia que esteja a dar para todos?», interrogou. Ameaçaram que lhe destruiriam o peixe se nesse dia aparecesse na lota. Chegado o dia, toda a companha quis ir acompanhar o peixe à lota, preparados para defenderem o fruto do seu trabalho. Jaime, com a sua autoridade de arrais, receando que essa provocação pudesse ter más consequências, opôs-se e foi sozinho para a lota, com a carrinha carregada de peixe. Não houve agressões, apesar das ameaças, e o carapau, que andava a 1000\$00 a caixa, foi vendido a 6000\$00. O caso, porém, teve um desfecho triste. Ao fim do dia, ao regressar a casa, Jaime deparou com um espectáculo sórdido: Manuel, secundado pelo cunhado da esposa (seu sobrinho e patrão), agredia impiedosamente a esposa de Joaquim, sua própria irmã, de quase 60 anos de idade. Jaime, desesperado, vendo a sogra a ser arrastada pelo chão, correu para a gaveta onde guarda uma arma de defesa pessoal. A sua mulher, porém, prevendo este seu comportamento, escondera-lhe a arma. Jaime, furioso, atirou-se – a despeito da sua pequena estatura – ao soco aos dois homens, por entre a gritaria das mulheres.

De acordo com as palavras de Jaime, o móbil que explica tudo isto é a inveja: «Quando vêem alguém crescer não suportam e procuram logo destabilizar...» E depois, segue-se o jogo das intrigas: dizer mal, semear a dúvida entre os camaradas da companhia rival acerca das partes que recebem, sugerindo que o patrão os está a enganar, aproveitando as conversas de taberna para lançar uns contra os outros, etc. Jaime, para demonstrar a sua “superioridade moral” – de que se orgulha –, diz que tanto ele como Joaquim, seu sogro, recusam todas as “jogadas sujas” e procuram “dar lições” sempre que podem. Como exemplo, contou-me que em caso de avaria num dos dois tractores necessários para “tirar o lanço” (puxar a rede para a praia), ninguém lhes empresta um tractor. Em contrapartida, quando a companhia de Manuel (que é dos homens mais prestigiados na comunidade) teve um tractor avariado – o que obriga a uma sobrecarga de esforço para os camaradas –, Jaime, tendo já terminado o seu trabalho, levou o tractor até junto da companhia daquele e ajudou a tirar o lanço. Assim – garante-me o Jaime –, Manuel está a perder o seu prestígio.

Tabela 13 – Mobilidade intraprofissional

Há quantas safras estão na companhia	Norte		Vieira		Total	
	n	%	n	%	n	%
1. ^a ou 2. ^a safra	81	41,8	11	22,4	92	37,9
3. ^a ou 4. ^a safra	31	16,0	11	22,4	42	17,3
5. ^a ou 6. ^a safra	25	12,9	11	22,4	36	14,8
Mais de 6 safras	57	29,4	16	32,7	73	30,0
Total	194*	100	49	100	243	100

* Apenas 1 dos 195 inquiridos no Norte não respondeu.

Para melhor enquadrar a análise dos dois diagramas genealógicos e dos demais dados que apresentei acima, vejamos, agora, os resultados das entrevistas no que concerne a um outro elemento fundamental para a compreensão da articulação dinâmica entre a organização do trabalho e as redes de relações entre indivíduos que se reconhecem mutuamente como parentes: a mobilidade intraprofissional da mão-de-obra. Na tabela 13 apresentam-se os resultados gerais da zona Norte em contraste com os da Praia da Vieira. Das quatro localidades onde tiveram lugar as entrevistas por questionário, esta é a única em que, comparativamente, a estabilidade das companhias é notória, dadas as características específicas do contexto ocupacional local, entre as quais a exploração de tipo “familiar” adequada à pequena dimensão das unidades produtivas. Mas entre o conjunto de localidades integrantes da zona Norte existem, contudo, algumas variações dignas de registo. Recordemos que na

Marinha de Silvalde, mais de metade dos entrevistados (56,5%) trabalhavam nas respectivas companhas pela primeira vez ou apenas desde o ano anterior, e que apenas 8 indivíduos (12,9%), nas quatro companhas, aí permaneciam há mais de seis safras. Na Praia de Esmoriz, há indícios de um pouco mais de estabilidade, já que 43% dos inquiridos estão na companha pela primeira vez ou desde o ano anterior, enquanto que 29% estão há mais de seis safras. No Furadouro, porém, tudo muda de figura, pois praticamente metade dos inquiridos (49%) afirma trabalhar nas suas companhas há mais de seis safras, contra apenas 22% que estão a trabalhar na sua primeira ou segunda safra. Mantém-se justificada, no entanto, a especificidade da Praia da Vieira, pois esta diferença tão significativa do Furadouro face às demais localidades deve-se, muito simplesmente, ao facto de que nesta praia laboram apenas duas companhas, o que tolhe a mobilidade dos trabalhadores, agudiza rivalidades e estimula relações de dependência, mesmo quando, em surdina, se percebem situações de conflito com os patrões.

Como se depreende do exposto, as companhas são lugares de instabilidade e em processo de recomposição permanente – particularmente no Norte, onde, de safra para safra, se verifica um constante corropio dos camaradas entre companhas. Na Praia de Esmoriz, por exemplo, não são apenas os conflitos que surgem, normalmente, entre o pessoal das companhas (no seio de cada uma e/ou entre as várias unidades em laboração) ou no âmbito das redes de parentes que as estruturam, que motivam as solidariedades e as oposições. O desânimo por não pescarem em abundância (em contraste com o que verificam junto de outros barcos, com outros arrais, familiares ou vizinhos) leva, frequentemente, a aproximações e afastamentos que redundam na mudança de companha na safra seguinte. Os motivos invocados podem prender-se, também, com os extras e gratificações que vigoram desigualmente nas várias companhas, desde o direito a levar peixe para casa à distribuição periódica dos rendimentos de lanços demasiado pequenos para serem distribuídos isoladamente, ou, ainda, à oferta de géneros (bacalhau, por exemplo) ou mesmo de dinheiro, pelo Natal (“dar Consoada”), ou o pagamento do aluguer de um autocarro para a companha e familiares se deslocarem a Fátima pelo 13 de Maio.

Como vimos, a cooperação necessária ao bom funcionamento das companhas sai reforçada pelos vínculos genealógicos entre os seus membros. Mas a eficácia deste princípio depende, em grande medida, das capacidades de quem exerce a autoridade na companha, muito em particular dos arrais, pois são eles que se

responsabilizam pela segurança e pelo sucesso da faina piscatória, cabendo-lhes também a selecção ou a rejeição dos camaradas que, a cada safra, pretendem integrar a companhia. Constituem-se, assim, grupos de parentes reunidos em torno de um patrão ou de um arrais de prestígio – um, ou outro, quase sempre, a expressão identitária das suas respectivas companhias («...a companhia do Silva»; «para o ano vou para o Silva»; «hoje, o Silva já fez mais de 100 contos»...). Por isso me diz o arrais que figura como *Ego* no diagrama n.º 1 que «o arrais faz a companhia e a companhia faz o arrais». O prestígio de um arrais resulta não só da visibilidade do seu sucesso na pesca, da firmeza e da rectidão no exercício da sua autoridade sobre a companhia mas também, segundo me explicou um arrais da Praia de Esmoriz, de dois factores básicos: uma boa situação financeira e generosidade.

Uma companhia de pesca não poderá ser considerada, portanto, uma mera unidade de exploração económica. Nos anos sessenta, Ernesto Veiga de Oliveira qualificou-a como «um sistema social de funções bem diferenciadas a despeito da sua simplicidade, cuja hierarquização se mede pela importância das responsabilidades dos seus componentes e se reflecte nos respectivos salários» (1965: 49). Actualmente, ainda que a diferenciação hierárquica e funcional não seja tão diversificada, dada a dimensão das embarcações e o número dos seus elementos, mantêm-se as diferenças no exercício da autoridade entre arrais, arrais de terra, motorista e demais elementos da companhia, para além das restantes diferenciações funcionais e remuneratórias. Outrora, contudo, com cerca de quarenta homens dentro de um barco, tornava-se mais claro que as solidariedades e as tensões impostas pela necessidade de cooperação iam para além da esfera da produção, como salientou Veiga de Oliveira a propósito dos «remadores dos vários remos, que formam uma unidade com eficácia por vezes mesmo em terra, mormente em ocasiões festivas» (1965: 49). Mais do que uma empresa, a companhia é, pois, uma unidade social em torno da qual se estruturam princípios de autoridade e de prestígio cuja capitalização é vital para a manutenção da identidade/coesão do grupo. Ainda que a coesão pressuponha, neste caso, comportamentos agonísticos bastante vinculados – fazendo destas unidades lugar de múltiplas tensões de competição e de rivalidade (muitas vezes feroz) –, a interacção entre as várias companhias é atravessada por redes de reciprocidade e solidariedade familiares e vicinais que se estendem muito para além da sua esfera de acção estritamente económica. Assim, tendo sempre presente que a arte xávega é uma técnica de pesca sazonal – que necessita de ser complementada

com o uso das majoeiras (actualmente ilegais) ou com qualquer outro tipo de pesca ou actividade remunerada na contra-safra, isto é, durante o Inverno –, não será excessivo afirmar que, durante os meses da safra, o quotidiano local de algumas destas comunidades (como, por exemplo, a da Praia de Esmoriz) se desenrola, em boa medida, ao ritmo da actividade das companhas; e que a faina piscatória é, por conseguinte, geradora de práticas e comportamentos que afectam a comunidade no seu todo, imprimindo-lhe uma dinâmica que não se esgota, portanto, nos núcleos familiares mais directamente envolvidos na pesca.

Dadas estas coordenadas, compreende-se bem que tanto homens como mulheres apontem recorrentemente a capacidade de trabalho (e o sacrifício implícito nas virtudes e qualidades de quem a possui) como condição desejável no sexo oposto para efeitos de se contrair matrimónio (para além dos clássicos “ter juízo” ou “não ser bêbedo” e – mais importante, ainda – “ser poupado”). Para além das vicissitudes da paixão, a única “lógica” subjacente às escolhas matrimoniais reside, pois, no encontro entre pessoas que cumprem estas orientações estratégicas em adequação às necessidades da ocupação haliêutica e das circunstâncias sociais e ecológicas que a determinam. Isto significa, *in extremis*, que o levantamento exaustivo dos casamentos nas várias comunidades marítimas não nos levaria, muito provavelmente, para além da ideia de que «on ne saurait se marier qu’avec un *semblable d’ailleurs* ou avec un *étranger de chez soi*» (Gomes da Silva 1989: 39).

Joan Bestard (1998) analisou este problema questionando a relevância das relações de aliança no domínio das estruturas complexas de parentesco. Referindo-se à ausência de limites claros das parentelas¹⁷⁹ – por ser difícil determinar qual o ponto preciso onde se acaba o parentesco de uma rede de relações centrada num indivíduo –, Bestard considera que o casamento entre iguais (a homogamia social) «sería el resultado estadístico de este juego sutil de alianzas matrimoniales que combina ciclos cortos en la parentela con alianzas matrimoniales fuera de cualquier consideración del parentesco» (1998: 121). Assim, o matrimónio dentro da parentela de um determinado indivíduo reduz o número de ascendentes e de colaterais, reforçando os vínculos entre os seus elementos e acabando por conduzir a um certo

179 – A noção de parentela não se refere a um qualquer «grupo en el sentido sociológico del término, sino más bien una categoría de cognados, un conjunto de personas que tienen en común la característica de estar todos emparentados cognaticamente, en diferentes grados, con la misma persona» (Bestard 1998: 117).

isolamento (1998: 140) de determinados núcleos, ou redes de parentes onde mais casamentos deste tipo possam ocorrer. Como num mecanismo homeostático, o “fechamento” conduz ao reequilíbrio, ou seja, a nova “abertura”: os casamentos “distantes” preferenciais, que tendem a dissolver vínculos e, conseqüentemente, a uma progressiva perda de importância das parentelas. Mas a historicidade do tipo de processos aqui referido – o resultado aleatório das sucessões de casamentos dentro ou fora da parentela, como diz Bestard – não invalida a conceptualização da sua simultaneidade: enquanto uns núcleos (de parentes) tendem ao “fechamento” (isto é, ao reforço de determinados vínculos genealógicos centrados em certos indivíduos), outros estão nesse mesmo momento em processo de abertura, ou dissolução; e, paralelamente, enquanto umas companhas têm, em determinados momentos, arrais prestigiados e capazes de fazer valer a sua autoridade, mostrando-se coesas e capazes de enfrentar o insucesso, outras debatem-se com problemas internos que, a prazo, ameaçam a sua continuidade, deixando-se contaminar pelo *pathos* do infortúnio. A partir das linhas de ruptura que assim se vão definindo no seio da comunidade surgem, então, com alguma nitidez, as combinações simultâneas e aleatórias de casamentos “próximos” e “distantes”, gerando-se maiores proximidades ou afastamentos entre determinados grupos de parentes e coincidindo frequentemente – como no exemplo dado na observação da figura 3 – com a própria organização dos recursos humanos nas unidades produtivas (companhas) em presença. Isto implica que «el matrimonio “entre semejantes” deje de tener un significado parental y se convierta en un matrimonio entre vecinos o conocidos» (1998: 140). Ora, no contexto em análise, estas redes de vizinhos e conhecidos são operantes, justamente, no que concerne aos que compartilham de uma mesma profissão, no seio das diversas unidades produtivas em presença e das redes de parentes que as estruturam, constituindo um suporte para os conflitos centrados no «sucesso diferencial» (Pálsson 1991: 143) intrínseco à captação dos recursos haliêuticos.

Sugeri neste capítulo que o casamento entre iguais pode ser compreendido a partir de certos aspectos da organização do trabalho, incluindo as estratégias de recrutamento do pessoal das companhas na sua articulação com as parentelas (de quem recruta e de quem é recrutado); estas estratégias são indissociáveis, por seu turno, do prestígio dos arrais ou dos patrões associado à experiência vivida do sucesso diferencial na pesca – conexão estruturante do idioma da inveja e da má-roda que lhe confere, por excesso, a sua inequívoca visibilidade social, fazendo emergir o

agonismo, os conflitos e as fracturas profundas entre indivíduos e grupos de parentes. Neste quadro, seria legítimo colocar a hipótese de o idioma da inveja assumir aqui um papel de regulação. Mas, a despeito de ter usado a metáfora da homeostase para melhor situar os ciclos de abertura e fechamento das parentelas e das sempre instáveis posições de maior ou menor sucesso e prestígio das unidades produtivas, não creio que o idioma da inveja cumpra neste contexto qualquer função social reguladora. O paralelismo utilizado tem funções essencialmente heurísticas, pelo que não devemos esquecer que a diacronia dos processos definidos por Bestard como *homogamia social* se situam numa profundidade temporal e geracional em face da qual a vida das companhias – sempre instável e em recomposição permanente – apenas representa um momento efémero, captado aquando da presença do etnógrafo no terreno. No contexto em análise, o casamento entre iguais surge, também, associado a circunstâncias históricas precisas, com o capitalismo especulativo e o processo de proletarização a que já me referi. Mas convirá salientar que, para os historiadores, é possível detectar entre pescadores e mareantes europeus, logo a partir do século XV, «a estreiteza das relações familiares e profissionais assentes na identidade das actividades económicas» (Du Jourdin 1995: 105). Finalmente, é preciso ter presente que o idioma da inveja em que se expressam as grandes linhas de clivagem e de conflito – mesmo sabendo que estas são, frequentemente, duradouras – apenas adquire o seu sentido pleno em função de ocorrências pontuais e imprevisíveis (a má-rodas) decorrentes da aleatoriedade dos recursos. O desafio consiste, pois, em compreender o papel estruturante da experiência do aleatório na ocupação haliêutica e as suas consequências na vida da comunidade.

8

«É O MAR QUE NOS PAGA A FOME»

Nos capítulos precedentes identifiquei algumas das tonalidades discursivas do mito arcaísta. Como se poderá deprender do que expus, os elementos mais relevantes para o olhar antropológico – a divisão sexual do trabalho, a especificidade espacial e ocupacional da actividade piscatória, com as suas dinâmicas de exclusão e de “isolamento”, a tendência para a homogamia, as estratégias de afirmação e a competição laboral, as solidariedades e os conflitos – têm também um significado político. Não se trata aqui de considerar a própria natureza política do empreendimento antropológico e dos seus contextos críticos mas, antes, da possibilidade de nos situarmos, primeiramente, ao nível das políticas locais envolvendo directamente as gentes do mar e seus vizinhos, incluindo, claro, as suas relações com os poderes instituídos, administração local, autarquias, forças da autoridade, fisco, serviços de saúde e assistência social. Neste capítulo, pretendo descrever um conjunto diverso de situações que, à semelhança (e na continuidade) dos aspectos que abordei anteriormente, constituem exemplos das consequências que este modo de vida – assente na incerteza e na aleatoriedade dos recursos – imprime na esfera das relações sociais, ilustrando o sentido que, localmente, é atribuído a esta acepção mais restrita do “político” a que aqui me refiro. Como nota dominante, registe-se a densa trama de conflitualidade que afecta os pescadores aos mais variados níveis da sua existência, especialmente naqueles domínios que articulam os conflitos internos do grupo ocupacional com as relações que este mantém com os poderes instituídos. Seja por via dos agentes e dos serviços da administração central e local, seja por via dos mercados, a dimensão política implícita no modo de vida das companhias adquire grande visibilidade quando, por exemplo, se confrontam com a Polícia Marítima ou com a Guarda Fiscal, quando rivalizam na luta, quando procedem à repartição dos proventos pelo pessoal ou, muito simplesmente, quando narram perante gente de fora a memória de um passado de pobreza, fome e morte ou, ainda, quando sofrem os golpes súbitos do destino – um naufrágio ou um acidente de trabalho, por exemplo –, questões que passarei a abordar neste capítulo a partir das minhas notas de campo.

Como mostrei anteriormente (última secção do capítulo 3), a evolução do sistema de “ajuste” constitui um elemento central do processo de proletarização dos

pescadores. Presentemente, as vicissitudes desta forma de relação laboral são evocadas por via da memória dos factos e dos acontecimentos que enquadram os discursos das gentes do mar sobre o seu próprio passado. Contaram-me na Leirosa que, em data imprecisa reportada ao tempo da ditadura do Estado Novo, um capataz (também ele dono de uma companhia na Costa de Lavos) encarregue por um senhorio ausente de vigiar o trabalho da sua companhia, se servia das cordas do aparelho para agredir quem lhe desobedecesse, chegando mesmo a mandar prender pescadores por desobediência – tal era o peso que tinha o sistema de “ajuste”, muito para além do seu significado económico. Na Praia da Vieira, por exemplo, os pescadores matriculavam-se na Capitania do Porto da Nazaré e, de Maio a Outubro, tinham de permanecer na Praia mesmo quando o estado do mar não permitia a faina da pesca, ficando sujeitos ao Regulamento Marítimo e dependentes da autoridade do cabo do mar, que podia impedi-los ou obrigá-los a irem ao mar se assim entendesse. Salvo algumas excepções, os cabos do mar não tinham por hábito – felizmente – imiscuir-se nas decisões dos arrais, que eram os mais competentes para decidirem, ainda que pressionados pelos patrões e donos das companhias, pelo gerente (ou “arrais de terra”), e também pelos dois reveseiros dos remos da proa e da ré – a quem os bons arrais perguntavam sempre se iriam ou não “passar o mar”, isto é, vencer a rebentação. «Os homens eram justos...», recordam hoje as gentes do mar das praias a sul do Mondego, falando recorrentemente em “escravidão” e em “fome”.

Uma das minhas interlocutoras da Praia da Vieira contou-me como um cabo do mar obrigava as companhias a entrarem no mar, mesmo com mar “rõe”, evidenciando o significado político do “ajuste” sancionado pelas capitánias: «...da parte da manhã foram ao mar – essa companhia com trinta e cinco homens. Mas o mar agitou. Da parte da tarde fez-se mais rõe, e esse cabo do mar queria obrigar a tripulação a ir ao mar. A companhia era deles, mas eles eram justos aqui: eram matriculados no capitão do porto; do dia 20 de Maio até ao dia 20 de Outubro não podiam tirar daqui o pé. A pessoa que quisesse ir até ao campo apanhar uns peixinhos com a tarrafa – uns peixinhos para dar de comer à família – tinha que pagar vinte e cinco tostões a um outro homem que ficasse por eles ali. Se viesse uma vistoria (uma vistoria era o capitão do porto) ou a ronda, chegava ali: “– fulano, fulano, fulano...”. “– Ora fulano não está mas estou eu aqui no lugar dele!” E então recebiam, naquele tempo, vinte e cinco tostões por aquele homem que ia buscar uns peixinhos para dar de comer à família... Se fossem, por exemplo, de manhã ao mar, como aconteceu nesse dia, e

que o mar agitasse, naquele tempo o cabo do mar podia obrigá-los a ir ao mar: estavam justos, era lei!» A mesma informante contou-me também que, em data imprecisa, “no tempo do fascismo”, um homem que se envolveu em discussão com um agente da Guarda Fiscal, durante a venda do peixe, foi arrastado para o interior do posto alfandegário e espancado; a mulher e as filhas gritavam à porta do edifício e, tendo-se juntado o povo, só a intervenção da Guarda Republicana de Leiria armada de metralhadoras impediu o pior. O agredido saiu do posto “quase moribundo” e o agente agressor acabou por ser transferido para outro local.

Em Esmoriz, uma mulher de 73 anos narrou-me um naufrágio ocorrido na década de quarenta em que morreram cinco homens. Uma das particularidades da narrativa prende-se com os termos em que ela descreve o regime de “ajustes”, a propósito do facto de os náufragos terem dado à costa – “rolado” ou “arrolado”, é a expressão corrente aqui no Norte e, de acordo com Vitorino (s/d 1: 230), também a sul – com o dinheiro da soldada que firmava o “ajuste” ainda nos bolsos: «Foi na companhia da Senhora, em Paramos. Eles matricularam os camaradas em Janeiro, porque dantes não é como agora – dantes fechavam os homens. Até estive muita gente fechada na minha casa, porque vinham buscá-los, “– Ah, eu dou-te tanto”, e aquele: “– Dou tanto”, e eles sujeitavam-se. Quer-se dizer, tinham que pagar aos homens – matricular e pagar aos homens, para controlar. Nesse dia, nesse naufrágio que houve, eles foram para o mar e havia muito mar – eles foram para o mar com o mar ruim... Tinham as soldadas – eles até arrolaram com o dinheirinho no bolso... –, parece que morreram cinco. Foi a última companhia, não houve mais companhia nenhuma – acabaram com todas.»

A ideologia do Estado Novo aconselhava os pescadores a serem submissos e a evitarem falar de política. Em 1944, o *Jornal do Pescador – Orgão das Casas dos Pescadores*, dava mesmo uma “receita” para a felicidade dos homens do mar: manterem-se afastados da taberna, não discutir com os companheiros, não jogar e não discutir política: «Não discutas política nem jogues! A política, nacional ou internacional, é só para os homens privilegiados que estudaram e têm talento. A tua política é o trabalho. Crê que aqueles que governam, pensam em ti e em todos – e ouve: são mais infelizes que tu, porque sofrem aflições e responsabilidades que nem tu sonhas! Deixa, pois, a êsses a política. E não jogues. O teu único jôgo deve ser a pesca. Se queres experimentar a tua sorte tens no mar a tua lotaria. O jôgo, a política e o vinho – três fantasmas que debes afastar, para sempre, da tua vida» (Ano VI,

n.º 63, 31 de Março de 1944). A forma como é aqui feita a comparação da pesca a um jogo e a uma “lotaria” parece-me reveladora do desprezo que o autoritarismo paternalista do regime votava aos trabalhadores do mar.

Actualmente – a despeito de os mais jovens trabalhadores das companhas pertencerem já a uma geração que, quase sempre, ignora o sentido político da “escravidão” a que se referem os seus pais ou os seus avós – os contornos das relações que os homens do mar mantêm com as autoridades e com a administração central potenciam o sentimento identitário do grupo, conotando-o com a miséria que, dizem muitos, desde sempre se fez sentir entre os que vivem da pesca.

Em Esmoriz, tal como na Vagueira e noutros locais da zona da xávega, os pescadores têm frequentemente de enfrentar a Polícia Marítima ou a Guarda Fiscal, que ora lhes apreende o peixe, ora os persegue pelos areais quando estão a “canjar” (a sul do Mondego diz-se “ferrar”) as majoeiras, confiscando e inutilizando as suas redes (pela lâmina ou pelo fogo) e obrigando-os ao pagamento de avultadas multas. A majoeira representa a sobrevivência, durante o Inverno e a Primavera, daqueles que vivem do mar, e daí a luta dos pescadores de quase toda a zona da xávega em prol da regulamentação do exercício deste tipo de pesca durante a contra-safra, isto é, durante o período em que as companhas estão impossibilitadas de trabalhar. Vários argumentos têm sido aduzidos: por um lado, há os que fazem pressão pela manutenção da sua interdição, entre outras razões, porque, nalgumas zonas, estas redes de emalhar fixas constituem um perigo para eventuais banhistas e surfistas; por outro lado, parece não existirem fundamentos técnicos e científicos sólidos que justifiquem a proibição, pois atendendo à malhagem utilizada (110 mm) nestas redes, as espécies capturadas – o robalo, entre outras – apresentam dimensões médias que indiciam terem já cumprido as suas funções reprodutoras, tendo feito antes pelo menos uma postura (desova) e não ameaçando, assim, a continuidade da existência dos recursos. Os juvenis, de dimensão inferior, escapam por entre a rede e não ficam, portanto, emalhados, como me explicou um biólogo das pescas colaborador do sindicato. Por outro lado, ainda, alguns utilizadores das majoeiras fazem-no, nalguns casos, para satisfazerem as necessidades comerciais dos seus restaurantes, deslocando-se em carrinhas ou jipes de tracção às quatro rodas e “canjando” grande número de redes, protegidos por fatos isotérmicos. Mas a grande maioria é constituída por gente pobre que, deslocando-se de bicicleta ou de motorizada, pratica este tipo de pesca em busca de alimento e de algum dinheiro para a subsistência da

família. Muitas vezes, quando chegam aos “areinhos”, ou “coroas” (zonas mais assoreadas formando pequenas elevações que lhes permitem caminhar com segurança pelo mar dentro), encontram estas zonas privilegiadas já ocupadas pelas redes daqueles que, graças aos veículos todo o terreno, chegaram lá primeiro. Os melhores locais são, por isso, muito disputados, pois acontece frequentemente que, estando várias redes lado a lado, uma mudança de direcção dos ventos leve o peixe a ficar emalhado apenas na rede mais a sul, por exemplo. Quando o mar é impelido por ventos sul-norte, as águas ficam muito transparentes e, tal como na Vieira, diz-se que ficam “águas lusas”. Nesta última praia explicaram-me que quando alguém pergunta a um pescador (com majoeiras) se teve, ou fez, uma boa maré, diz-se sempre que não, pois «não se pode dizer tudo... nunca se diz que deu, se não vão lá todos...»

A sul do Mondego, a actividade sindical no âmbito da arte xávega é praticamente inexistente, mas na zona Norte, o papel do sindicato (sediado em Aveiro) tem sido inexcelável, pela sua presença bem consolidada no terreno, prestando apoio jurídico aos pescadores através de um dos seus advogados, defendendo a causa de todos os arguidos por pesca ilegal no Tribunal de Ovar (sempre o problema das majoeiras...) e alertando, também, os meios de informação a nível local e nacional. Na Praia de Esmoriz, justamente, a mobilização sindical e a defesa colectiva, activa e participada, de interesses comuns a patrões e camaradas das companhias é, desde logo, um fenómeno digno de atenção, merecendo regularmente a atenção dos jornais e das televisões. A prática da arte xávega, aqui, é de tal modo peculiar que a maior parte das lutas sindicais não opõe os trabalhadores aos patrões mas, antes, os pescadores e os armadores ao Estado e aos seus representantes. Não hesitaria, aliás, na afirmação de que o sindicato e o seu principal dirigente no terreno (aqui, em Aveiro e, também, na Afurada e em Matosinhos, onde se encontram ainda muitos pescadores e famílias da Praia de Esmoriz e de todo o topo norte da zona da xávega) fizeram mais por esta gente do que as sucessivas tutelas do sector através das suas instituições e da maior parte dos seus representantes.

Desde a entrada em vigor das normas comunitárias, no década de oitenta, o vazio provocado pela falta de articulação entre os diversos agentes administrativos ligados à esfera das pescas e a realidade do terreno levou a que os governantes ignorassem os problemas destes pescadores e as capitánias fizessem interpretações restritivas da lei que interditava a pesca a menos de um quarto de milha da costa (400 metros) – a lei 43/87, de 17 de Julho –, interditando as majoeiras e dificultando

enormemente a actividade das companhias de xávega. A arbitrariedade da lei imperava, de acordo com as pressões decisórias locais, a boa ou má vontade das capitánias, das autarquias e das juntas de turismo: por um lado, não cessavam de surgir, de todos os lados, dificuldades e obstáculos ao labor das companhias (até os argumentos ecologistas foram explorados, sendo os pescadores acusados de destruir as dunas com os seus tractores); por outro lado, pretendia-se capitalizar o aspecto “pitoresco” e “tradicional” desta actividade – como sucedeu, por exemplo, na Torreira, concedendo-se subsídios tendo em vista a manutenção da alagem da rede por meio de juntas de bois e impedindo, portanto, a utilização de tractores. Um dos arrais de Esmoriz chegou a integrar um grupo de pescadores que se deslocou a Estrasburgo para defender a pesca artesanal em encontro mantido com deputados do Parlamento Europeu – de que guardava boa memória, pela simpatia com que foram acolhidos pelo eurodeputado português Francisco Lucas Pires.

No âmbito da minha pesquisa no terreno, no início de Junho de 1995, tive oportunidade de acompanhar os delegados sindicais num percurso automóvel que me levou da Vagueira à Costa Nova, da Torreira ao Furadouro e da Aguda à Afurada, já na foz do Douro, convocando os pescadores para um “Encontro da Pesca Artesanal” em que participaram sindicalistas, responsáveis do IPIMAR e a deputada Rosa Albernaz, eleita por Aveiro nas listas do PS. Chegado o dia do encontro, no átrio do cine-teatro onde iria decorrer a sessão, entre muita gente conhecida, comecei por encontrar o arrais e co-proprietário de uma das companhias da Marinha de Silvalde, a quem cumprimentei e perguntei pela esposa – uma das vareiras mais conhecidas da terra. Não percebi se a resposta foi a sério ou se ele estava declaradamente a mangar comigo: começou por fazer um ar tristonho e, em tom de lamentação, diz-me que ela não está bem, que tem andado doente. «Mas, então, o que é que lhe aconteceu?», pergunto eu, de boa-fé. A resposta deixou-me perplexo: ao invés de ouvir um relato acerca de maleitas, médicos e medicamentos, ele diz-me que ela perdeu 50 contos – meteu a mão ao bolso do avental e deve ter-se distraído, metendo o dinheiro fora do bolso...

Esta memorável sessão contou com a presença do director do IPIMAR que, iniciados os trabalhos, confessou ter ficado impressionado com o elevado número de presenças – a sala cheia, com cerca de 250 pessoas. Se em 1987 – diz ele – a xávega parecia ter sido condenada a acabar, hoje a situação tende a inverter-se e pretende-se, agora, enquadrá-la legalmente da melhor forma possível. Pouco depois, durante esta intervenção, levanta-se um homem nas filas de trás e – sem qualquer relação

aparente com o conteúdo das palavras do orador – diz: «Eu não sou pescador, mas sou filho de um pescador e, com o mar ruim, os pescadores estão dispostos a morrer...» A mesa tenta pôr ordem mas o homem, que aparenta estar já um pouco alcoolizado, insiste que os pescadores podem morrer e sai da sala, juntamente com mais quatro ou cinco. Seguidamente, a proprietária de uma das companhias da Marinha de Silvalde expõe o seu caso: vendeu 30 cabazes de peixe a 2000\$00 cada e, porque não há recibos destas transacções, quem lhe comprou o peixe teve o azar de ser mandado parar no percurso, tendo o peixe sido apreendido. Ora, como a referida transacção ainda não tinha sido paga, ela ficou sem o peixe e sem o dinheiro. Dizem-lhe que não há tempo, agora, para discutir um caso pessoal e ela remata, ainda, que «os meus pescadores não são ladrões, não andam a vender droga nem a roubar, e quando não têm dinheiro, eles vêm ao meu avental... Se o Governo quiser comprar eu vendo já a minha companhia, que eu estou cheia disto!»

A sessão prosseguiu. Um dos arrais de Esmoriz levanta, depois, a questão que me pareceu constituir a mais importante das batalhas a serem travadas em prol dos direitos dos pescadores. Trata-se do seguinte: para usufruírem das regalias da Segurança Social, eles precisam de ter trabalhado um mínimo de 180 dias por ano. Ora, como é sabido, a xávega é um tipo de pesca sazonal e, durante os meses de laboração, o mar nem sempre consente a faina haliêutica, pelo que muito dificilmente se atinge aquela conta. Assim, a reivindicação é a de que o cômputo seja feito com base no cálculo do número de “marés” (o número de idas ao mar) e não por dias, o que me parece da mais elementar justiça. Deve sublinhar-se que, com o apoio do sindicato, os pescadores da Praia de Esmoriz bateram-se pelos descontos obrigatórios – 10% para a Segurança Social, 4% para a Mútua dos Pescadores e 3% para a lota – mas a esperança de retorno destes descontos, sob a forma de regalias sociais mínimas, tem de ser permanentemente alimentada pelo trabalho dos sindicalistas no terreno, pois a situação laboral destes trabalhadores enferma de grandes injustiças e a sua capacidade reivindicativa é, muitas vezes, tolhida pelos conflitos internos do grupo, quase sempre pela grande rivalidade e hostilidade existente entre companhias. Foi, portanto, por reivindicação dos próprios pescadores que a Docapesca instalou um representante na lota, encarregue de fiscalizar a vendagem e proceder aos descontos necessários sobre as transacções. Mas apesar da dignidade ética e cívica desta atitude e da estratégia sindical que lhe está subjacente, há ainda casos de patrões que não declaram o que devem: deram-me o exemplo de uma companhia que fez 12.000 contos e que apenas

declarou 173.000\$00, pelo que 10% (17 contos) a dividir pelos vinte elementos da companhia não lhes permitirá receber nada em caso de baixa médica.

No início do ano seguinte, já regressado à capital, acompanhei um grupo de pescadores a S. Bento, onde a sessão plenária da Assembleia da República tinha agendado um debate de urgência requerido pelo PCP sobre «As Consequências para as Pescas Portuguesas da Antecipação da Integração Plena de Portugal na Política Comum de Pescas» (1 de Fevereiro de 1996). As ruidosas manifestações dos homens do mar levaram à evacuação das galerias, mas logo em Setembro desse mesmo ano de 1996 saía em Diário da República o regulamento da arte xávega. Graças ao esforço dos sindicalistas no terreno e à intervenção de alguns deputados da Assembleia da República no âmbito da Comissão Parlamentar de Agricultura e Pescas (designadamente, António Murteira, do PCP e a já mencionada Rosa Albernaz, do PS), após longos anos de protestos e de injustiças discriminatórias por parte de alguns capitães de Porto e da Polícia Marítima, das Brigadas Fiscais da GNR, da Segurança Social e dos serviços do Ministério da tutela, a arte xávega era, finalmente, contemplada pela regulamentação específica atribuída pela Portaria n.º 488/96, de 13 de Setembro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Daqui resultou, essencialmente, o reconhecimento jurídico-político do direito à sobrevivência deste tipo de pesca, apesar das diversas normas restritivas que a condicionam, como seja, por exemplo, a interdição da emissão de novas licenças para o seu exercício. O problema das regalias sociais – reformas e baixas médicas, contrapartidas dos descontos obrigatórios em função do número de “marés”, etc. – continua, porém, por resolver.

Os dois exemplos mais acabados do actual estado das coisas na pesca da xávega, tal como dele tive conhecimento directo, são bastante melindrosos para os intervenientes – sobretudo, para as instituições que, de acordo com estas narrativas, padecem desse mal tão bem conhecido dos portugueses: a corrupção. O primeiro caso é emblemático do esforço de sobrevivência manifestado pelos trabalhadores de um sector profissional que, como é o caso da pesca artesanal, parece ameaçado em todas as frentes. A história foi-me narrada por um jovem arrais que protagonizou os acontecimentos: dentro de um barracão amontoava-se uma quantidade de cabazes de carapau cuja dimensão estava abaixo da medida legal – peixe que não pode, portanto, ser vendido em lota, ao contrário do pescado de idênticas dimensões (e, muitas vezes, de qualidade duvidosa, devido à aplicação de produtos químicos que lhe

mantém a aparência de “fresco”) proveniente da Galiza, que a fiscalização ignorava. Ora, pretendendo as autoridades apreender estes cabazes, retirando-os de dentro do barracão, logo se juntaram ali mesmo muitos homens a discutir em redor dos agentes e do respectivo jipe. E vendo que estes faziam questão de carregar o peixe para o seu jipe, o meu interlocutor dirige-se a eles e diz-lhes frontalmente: «Se todos os que aqui estão estiverem a pensar no mesmo que eu, vocês não vão sair daqui com o peixe!...» Entretanto, os ânimos exaltavam-se e já a carcaça de um automóvel abandonado que se encontrava por perto tinha sido empurrada para bloquear o acesso ao barracão. Impedidos, debaixo de ameaça, de proceder à apreensão do peixe, os agentes da autoridade retiraram-se do local.

O segundo caso é ainda mais melindroso: sendo proibida a utilização de redes de emalhar fixas na praia – as majoeiras –, há, no entanto, muitos homens que, por genuína necessidade, pescam com estas redes quando a arte xávega não é praticável. Não necessitando de barco, os pescadores, quase sempre sozinhos mas também, por vezes, em grupo, afastam-se para zonas desérticas e, entrando pela água durante o recuo das marés, “canjam” as redes, fixando-as perpendicularmente à linha de costa por meio de estacas de madeira marteladas na areia com o auxílio do “repuxo” – um taco de metal de secção cilíndrica e cerca de um metro, ou metro e meio, de comprimento que, a golpes de malho, empurra as estacas para baixo, enterrando-as na areia; as estacas fixam a rede (duas “albitanas” por fora e o “pano” ou “miolo”, no meio) através de um fio a que chamam “alcadoeira”; e na parte superior, usam-se flutuadores feitos a partir de desperdícios industriais de uma das grandes fábricas da região, numa matéria plástica branca. Voltarão com a próxima baixa da maré (por vezes com a seguinte) para cortar a alcadoeira (as estacas de madeira são perdidas) e recolher as redes, retirando das malhas alguns peixes que, eventualmente, aí tenham ficado prisioneiros. Ora, aconteceu a um pescador de fracos recursos ter as suas redes apreendidas, ser processado judicialmente e reear, ainda, a aplicação de uma coima que lhe iria agravar dramaticamente a economia doméstica. Um ano depois, o caso foi resolvido em tribunal, sem multa, e ao fim de algum tempo as redes – que escaparam à destruição pelo fogo – acabaram por lhe ser devolvidas. Quem executou as ordens superiores e lhas devolveu, no entanto, não mais deixou de fazer menção à sua potencial benevolência para que, daí para a frente, quando precisasse de umas sardinhas, se “desse um jeito”... O agente em questão apareceu algum tempo depois, no jipe da Guarda, com os seus homens, pedindo para “ajeitar” um cabaz de peixe

para uma almoçarada com os colegas e com uns sargentos. Nesse dia, o pobre pescador pagou 5000\$00 do seu bolso para adquirir o peixe que lhe havia sido solicitado. E vários casos como este me foram relatados noutras praias onde isto é prática corrente e onde, também, não é a Brigada Fiscal a colher benefícios, mas a própria autoridade marítima.

Não só as relações com as autoridades militarizadas com jurisdição sobre o sector das pescas são, frequentemente, bastante problemáticas, como se verifica, também, uma proverbial atitude de desconfiança face aos agentes administrativos, em geral – que poderei aqui evocar através de dois factos curiosos: o primeiro, prende-se com a narrativa que ouvi, divertido, de um dos meus interlocutores, acerca de como durante dias e semanas a fio ludibriava todas as tentativas dos técnicos do IPIMAR para responder a perguntas e mostrar as redes da companhia; o segundo diz respeito à minha própria experiência no terreno, que parece não ter diferido significativamente da sucedida com os infelizes funcionários do IPIMAR. Passo a explicar: com a gentileza e o apoio do vereador da Cultura da Câmara Municipal de Ovar, fui apresentado a um parente do dono de uma das companhias do Furadouro e, também, elemento integrante da Comissão de Melhoramentos local. Apesar de residir num anexo alugado por este indivíduo, e apesar de as minhas intenções serem claras, fui vítima de uma verdadeira e memorável farsa de evitamento. O patrão de uma das duas companhias em laboração na praia pretendia que eu lhe entregasse as perguntas que queria fazer, por escrito, e ele, depois de as ler, logo responderia “ao que soubesse”. O dono da outra companhia, por seu turno, foi dizendo que sim, que me daria uma entrevista, mas de momento não podia porque tinha de ir comprar tinta para o barco. Depois avançava uma hora aproximada para um encontro no dia seguinte, mas logo tinha de ir à mercearia e combinava para outra ocasião. Mal ele me via ao longe, deixava a conversa que mantinha com um ou dois homens e passava por mim em passo apressado, porque tinha de ir a Ovar ao tribunal, depois por causa da vistoria da Capitania à embarcação, depois porque tinha de ir tratar de um qualquer assunto... Para o fim, chegou a desviar a cabeça a fingir que não me via e, rapidamente, desisti da ideia de perder ali mais tempo. Acabava de conhecer um jovem sindicalista que se interessou pelo meu trabalho e se propunha apresentar-me aos arrais da Praia de Esmoriz, para onde decidi mudar. No próprio dia em que parti, a dona da casa que eu alugara – irmã de um patrão de companhia –, confrontada com as razões da minha partida, confessou-me andarem os pescadores desconfiados de

estarem perante um inspector de Finanças a trabalhar “à paisana” e sob disfarce (!) para descobrir eventuais incumprimentos da lei e, assim, prejudicá-los¹⁸⁰. Lembrei-me, então, de que o erro tinha sido meu, pois mencionei logo na primeira abordagem, um mês antes, o meu interesse em fazer estatísticas a partir dos livros de registo de lanços das companhias – e daí, certamente, a “paranóia”.

Naquela praia, a grande maioria dos que trabalham na xávega fazem-no como complemento aos ordenados das fábricas em que se empregam, já que nos encontramos na região de maior concentração industrial do país. Uma vez que já fazem descontos obrigatórios para o fisco e para a Segurança Social, estes homens e mulheres apenas podem trabalhar nas companhias à margem de qualquer vínculo legal, pelo que há que jogar pelo seguro, para conveniência de todos, patrões e empregados. Os proprietários das companhias dos dois barcos grandes têm também outras fontes de rendimento que lhes permitem compensar a precaridade da pesca: um deles tem um pequeno café (cervejaria) e o outro é proprietário de um restaurante e de um café. Mas há, para além destes dois barcos, duas bateiras pequenas (sem as proas alteadas), com companhia formada por sete ou oito homens, todos ao mar, que pescam a curtíssima distância da praia utilizando uma diminuta rede em tudo semelhante à xávega mas muito mais pequena (o *saco* tem uns sete ou oito metros), com tralhas (pesos) em cerâmica laranja. As redes não são aladas para terra mas para a embarcação e, num dia em que pude presenciar a chegada do peixe, traziam algum carapau miúdo, muito camarão cinzento – “camarão mouro”, dizem, de baixo valor comercial –, azevia, umas raias muito pequenas e outros peixes de aspecto estranho cujos nomes não registei. Segundo me disseram, noutros tempos já aqui existiram umas vinte e cinco destas bateiras.

Como em todas as outras localidades onde se pratica a arte xávega, as primeiras conversas que aqui se estabelecem com os pescadores mais velhos versam, invariavelmente, sobre as transformações provocadas pelos caprichos do oceano e pelo “progresso” sobre o espaço visível da paisagem. A partir deste tema central, vão então desfiando um rosário de situações concretas: as barracas que existiam outrora onde agora rebentam as ondas e uma ou outra personagem característica que aí

180 – Este género de situações é bastante comum entre os antropólogos. Em meios marítimos, Michael Orbach, por exemplo, referiu-se a este tipo de desconfiança entre os pescadores de atum da Califórnia (onde avulta o número de imigrantes açorianos), tomando-o alguns por um espião da Comissão Atuneira ou do Departamento de Estado (1977: 9).

habitava, uma capela que sucumbiu às investidas do mar, o número de companhas que laboravam há trinta ou quarenta anos, o tamanho dos barcos, os locais importantes que são agora blocos de apartamentos, cafés, lojas “dos 300” etc., etc. Queixam-se também das gerações mais jovens que já não querem trabalhar na pesca e das dificuldades impostas pelo Estado ao sector. Disse-me ainda um interlocutor que «dantes, havia famílias com 40 ou 50 do mesmo sangue; hoje, se encontrar uma família de 10 ou 12 já é muito»... As famílias ligadas à actividade piscatória habitavam do lado sul, em barracas de madeira e latão, e em casas de tijolo de um único piso. Em 1995, um programa de realojamento instalou as famílias cujas condições habitacionais eram mais precárias num bairro construído para esse efeito, junto do pinhal. A avaliação das situações mais difíceis foi realizada por técnicos de Serviço Social da autarquia, o que nem sempre foi fácil, devido à insuficiência da oferta perante uma procura cuja legitimidade houve que definir.

Dos poucos homens que ainda trabalham exclusivamente na pesca vem a denúncia da exploração do trabalho nas companhas locais. Um desses homens, que encontrei, casualmente, junto a uma vedação a coser rede, respondeu positivamente à minha interpelação acerca das redes e apresentou-se: disse-me o seu nome e a idade (51 anos), quantos irmãos e filhos tinha; que começara a trabalhar nas companhas de xávega aos 13 anos; depois andou vinte e um anos em Matosinhos, nas traineiras, e fez duas viagens distantes na pesca do bacalhau. Numa delas, uma onda atirou-o ao chão, fracturou uma costela que lhe danificou o baço e ficou impossibilitado de trabalhar durante oito anos. Também já trabalhou nas fábricas e na construção civil. Diz ele que aqui no Furadouro, como na Torreira, os patrões pagam muito mal, roubam e “enchem-se”, não respeitando o princípio de partilha que contempla pescadores e donos de companhas com 60% e 40%, respectivamente, arrematando eles próprios o peixe em quantidade para usarem, depois, nos seus próprios estabelecimentos e fazerem os seus negócios. Assim – continua ele –, os patrões é que acabam por ficar sempre com a parte maior.

Na Praia de Esmoriz vigora este sistema de “60 por 40”: 60% para a companha, divididos em partes – segundo o princípio hierárquico que atribuí, com algumas variações, duas ou duas partes e meia ao arrais, duas partes aos que vão ao mar e ao redeiro, uma parte e meia para os que manobram os tractores e uma parte para o pessoal de terra – e 40% para o patrão. De salientar, também, que nas companhas de Esmoriz, as carrinhas (de caixa aberta e tracção às quatro rodas) que transportam os

cabazes de peixe até à lota podem auferir uma ou mesmo duas partes. Dois exemplos: numa das companhas, em que a viatura pertence ao patrão, ganha uma parte; noutra, a viatura é do arrais e ganha duas partes. Quando alguém, descontente, por raiva ou por inveja, quer atingir o arrais, começa logo por questionar: «Você já viu o que ele ganha?»... Na Marinha de Silvalde pratica-se ainda o sistema de soldadas, que descrevi anteriormente (capítulos 3 e 4). Neste bairro paupérrimo da periferia da próspera cidade de Espinho – bastião turístico do litoral norte –, os pescadores parecem estar mais desprotegidos face à arbitrariedade das leis e das autoridades encarregues de as fazer cumprir; não havendo manifestações de desafio aberto às forças da ordem, como na Praia de Esmoriz, os pescadores são aqui menos susceptíveis de mobilização por parte do sindicato e, também, mais silenciosos, pois a comunicação social só se lhes refere quando há tragédia no mar.

Na Torreira, quando quis questionar o dono de uma companha acerca deste e de outros assuntos, este disse-me em tom mal-humorado que este ano não dá entrevistas nem deixa tirar fotografias nem nada, «por causa da Junta do Turismo...». Acontece que lhes pediu o subsídio (a faina da xávega é considerada atracção turística, beneficiando de uma verba de apoio ao seu exercício) e eles não lho deram e, assim, «por causa de uns pagam todos». Explico-lhe que eu não sou funcionário de coisa nenhuma e que me interessam estas coisas da pesca porque as estou a estudar. As queixas são muitas, como me vai explicando: teve de ir buscar um arrais ao Torrão do Lameiro, um pouco mais a norte, que aqui não o encontrava. Ora, o arrais ganha 6% – tanto como os bois que, no total de juntas empregues (duas são dele) levam 42% do produto; em gasolina para o motor são mais 1500\$00 por cada lanço. As mulheres – cerca de metade da companha – trabalham em terra e ganham menos que os homens. Diz ele que para ter a empresa “equilibrada” tem de fazer pelo menos 12.000 contos por safra; se não tiver avarias no motor, sacos de rede que se perdem e outras despesas inesperadas, ainda consegue ficar aí com uns mil «para ter vontade de começar no ano seguinte». Mas estamos na segunda semana de Abril e, enquanto aqui ainda não começaram a laboração, em Espinho já têm para cima de 2000 contos feitos. As licenças são muito dificultadas e essa parece ser uma das razões por que não usam tractores, que – segundo me diz – saem muito mais barato do que o gado. Aqui, o peixe é vendido às peixeiras, que o transportam para revenda nas suas gigas, e a outros compradores. Mas no ano passado – queixa-se o meu interlocutor – chegou a vender cabazes de carapau a 1500\$00, que ninguém

queria dar mais. Ele não sabe ler nem escrever, custa-lhe já trabalhar, a mulher é doente e, se pudesse, vendia a empresa. A sua companha trabalha há quatro anos e tem cinco pessoas de uma só família (pai, filhos e sogro). O dono anterior trabalhou apenas um ano e desistiu, «porque não dava»...

No dia seguinte, um jovem trabalhador desta mesma companha, sobrinho do proprietário, teve a gentileza de me explicar em detalhe o processo utilizado para a repartição do produto da pesca: cada junta de bois tem 6%; quem anda a “tocar” os bois (isto é, a conduzi-los durante a laboração) tem 1% sobre cada uma destas juntas; o arrais tem 6%; o motorista tem 3%; aos remos, cada homem ganha 2,5%, sem distinções; o arrais de terra tem 2%; o cozinheiro tem 1,5%; e o pessoal de terra (mulheres) ganha apenas 1%.

Segue-se daqui que, com seis juntas de bois, seis homens aos remos e dez mulheres, temos já repartidos 79,5% do produto da pesca. Os restantes 20% são para o patrão, que custeará a gasolina e todas as despesas de reparação das redes e da embarcação. No que aqui, como noutros locais, se considera um ano bom (12.000 contos), o arrais poderá, portanto, ganhar cerca de 700 contos, os remadores 300 e as mulheres 120 contos – e estes são valores referidos à totalidade do período da safra, durante três, quatro ou cinco meses, consoante os anos sejam bons ou maus. E sublinhe-se que, durante todo este tempo, há ainda que levar em linha de conta os dias de inactividade, em que as condições meteorológicas ou as avarias impedem a faina – e em que não há, portanto, quaisquer ganhos.

Noutras localidades, ainda, os sistemas de repartição do produto da pesca podem assumir algumas variações. Numa das companhas da Vagueira, divide-se tudo em 13 partes: seis para os camaradas – dividindo-se, depois, duas partes para o arrais, o motorista, o rendeiro e o escrivão, e uma parte, ou parte e meia, para os demais; quatro partes para dividir pelo gado e/ou pelos tractores; e, finalmente, três partes para o barco e para as redes. Na Leirosa, por exemplo, uma das companhas tem três homens “justos” (o arrais e o motorista com 150.000\$00 por mês e o mestre de redes com 120.000\$00, todos com o direito de levar peixe) e os restantes “à parte”, consoante o que pescarem. Assim, para cobrir a despesa fixa, o sistema do terço é invertido, ou seja: dois terços para o patrão e um terço para a companha. Mas este sistema não é pacífico, pois corria por todas as bocas, nos dois anos consecutivos que passei por esta praia, que o arrais e o motorista são uns “chulos” que vivem à custa dos pescadores, e daí a opinião generalizada de que «é tudo a

roubar»; e, aos olhos do patrão, o arrais é indesejável, porque em vez de dar o exemplo, rouba peixe e deixa os outros roubarem, de forma que todos se queixam de todos. Na Praia da Vieira mantém-se o sistema do terço: dois terços para a companha, um terço para o proprietário da arte, do aparelho e da embarcação. Mas, aqui, as dificuldades continuam e parece não haver um sindicalismo activo, como no Norte: em 1995 todas as companhas da Praia da Vieira receberam cartas da autoridade marítima comunicando-lhes que não seriam renovadas as licenças para a próxima safra, pois os valores declarados do pescado eram demasiado baixos para justificarem a emissão das ditas licenças. Soube, também, que numa das companhas o patrão já tinha visto recusado um contrato de seguro por parte de quatro companhias seguradoras.

À aleatoriedade dos recursos vem juntar-se, pois, todo um rol de arbitrariedades praticadas sobre o trabalho das gentes do mar e que, não raras vezes, suscita a revolta dos pescadores. No Inverno imediatamente anterior à minha passagem por Esmoriz, quando as autoridades marítimas apertaram o cerco ao uso das majoeiras, o *Correio da Manhã* – um dos tablóides mais populares do país – noticiava na primeira página: «Pescadores de Esmoriz queixam-se com fome» (8/11/1994). O texto do artigo revelava o desalento dos pescadores, que se viam perseguidos pelas autoridades, como se de criminosos se tratasse, e informava que «no bairro dos pescadores as crianças procuram comida nos caixotes do lixo e os pais mendigam um prato de sopa a quem ainda tem o que comer». Já mais recentemente, a luta pela regulamentação da majoeira conheceu novos episódios dramáticos, de que tive conhecimento pelos jornais. Segundo noticiava o *Público*, em Fevereiro de 1999, uma acção de fiscalização por parte da Polícia Marítima levou os moradores do Bairro Piscatório de Esmoriz a revoltarem-se e a enfrentarem fisicamente os agentes, para impedir que as suas redes lhes fossem apreendidas. Dois jipes com seis destes agentes tinham já apreendido 65 redes em Paramos e na Marinha de Silvalde mas, em Esmoriz, os pescadores exaltaram-se e os polícias sacaram das armas de fogo, ao que se seguiu uma verdadeira “intifada”, com a população a apedrejar os agentes e os jipes. O segundo-comandante desta força de polícia, afecta à Capitania do Porto do Douro, quando confrontado com o facto de que sem estas artes muitos pescadores estão condenados à fome, limita-se a uma afirmação seca: «Eles que mudem de vida» (*Público-Local*, 20/2/1999).

No âmbito das questões que tenho vindo a abordar – e tal como anunciei no início deste capítulo – recorrerei agora de forma mais intensa às minhas notas de

campo, começando por referir alguns episódios ilustrativos da natureza das resistências e dos receios que assaltam as gentes do mar perante as inquirições dos estranhos. Depois dos obstáculos que se me haviam deparado na costa de Ovar, a atitude franca e cordial dos pescadores da Praia de Esmoriz impressionou-me, tendo a minha estadia decorrido sem outros sobressaltos que não aqueles que eram provocados pela minha natural perplexidade perante alguns factos da vida da comunidade, entre os quais a miséria, a presença da morte e os diversos acontecimentos que dão expressão ao idioma da inveja.

Cheguei a Esmoriz no dia 13 de Maio. Caminhando ao longo da estrada que liga as praias de Esmoriz e Cortegaça, num contínuo de casas onde moram muitos pescadores, apercebi-me de que o meu anfitrião estava ausente e tive de voltar atrás para procurar um dos seus filhos, pois logo apareceu por perto alguém que me disse ter ficado por ali um dos rapazes do António para me receber. Tal como sucede também noutras praias, as companhas não trabalham neste dia, pois a maior parte dos camaradas desloca-se para o santuário de Fátima, quase sempre em grupo e, frequentemente, em autocarros fretados para o efeito pelos próprios patrões das companhas. Vim depois a saber que a maioria das companhas aqui sediadas se abstém de laborar, também, no dia do Corpo de Deus: uns, dizem que nesse dia o saco vem sempre vazio (“saco lavado”), roto ou com um nó; outros falam num grande naufrágio ocorrido nesse dia em Paramos (alguns dizem que foi em Cortegaça); e houve, até, quem me explicasse a razão de ser do interdito que pesa sobre este dia, pois ouvia-se das «velhas que já morreram todas» que houve um barco acabado de sair do estaleiro a que deram o nome de *Corpo de Deus*. Nesse mesmo feriado, encontraram um velho que lhes disse que o nome estava mal dado – devia ser *Dia do Corpo de Deus* e não *Corpo de Deus* (o corpo de Deus é o mar... – diz-me um dos meus interlocutores). Foram para o mar e naufragaram. O casco teve de ser aberto à machadada para tirarem de lá os homens.

Dois dias depois, na minha primeira ida à lota – para onde passei a dirigir-me amiúde, logo pela manhã, ao longo da minha permanência nesta localidade –, enquanto aguardava pelo peixe e observava, fui abordado por um dos muitos grupos de mulheres que por ali se vão juntando, à conversa, de pé ou sentadas: «O senhor é jornalista, não é?» Respondo que não. Explico ao que venho e contam-me, então, as razões do seu descontentamento. Fundamentalmente, as queixas prendem-se com a falta de condições da lota, que é uma pequena área, a céu aberto, onde o solo foi

revestido de cimento, sem qualquer cobertura, balcões ou o que quer que seja. E ali estão, ao frio e à chuva, daí que se interroguem acerca dos 3% para a lota que todos descontam (foram os pescadores que assim quiseram, esperando colher os benefícios) nas transacções ali efectuadas. Só várias semanas após o início do meu trabalho fiquei a saber que muitas das mulheres que ali se concentram aguardando a chegada das carrinhas que trazem os cabazes com o peixe – que compram para a venda ambulante, de giga à cabeça – se agitaram, nesse primeiro dia, com receio de que eu fosse fiscal, pois não têm licenças para vender e temem ser multadas.

Houve ainda uma outra situação que muito me impressionou, deixando-me embaraçado e condoído. Quando tinha já em curso a minha estratégia de abordagem ao terreno através de entrevistas por questionário dirigidas aos camaradas das companhias, a dona da casa em que residi (ela operária fabril, ele pescador...) veio um dia chamar-me, à hora do jantar, para atender uma senhora que queria falar comigo. À porta, encontro uma idosa vestida de preto e com a pobreza estampada no rosto que, em tom de grande aflição, me diz estar muito preocupada, pois o marido está reformado (não pode, por isso, trabalhar) e dissera que eu lhe tinha perguntado «tudo, tudo, tudo...», suplicando-me, então, que não lhe tirassem a pensão de reforma, sem a qual não poderiam viver. Senti-me esmagado pela fragilidade cruel da situação e logo tranquilizei a senhora, explicando-lhe que eu não pergunto o nome a ninguém, que estas perguntas são para um trabalho que estou a fazer na universidade e não se destinam a ninguém que os possa prejudicar. A pobre mulher suplicou-me, uma vez mais, para que não tirassem a magra reforma ao marido, que eram pobres. Garanti-lhe que não. Ela agradeceu-me, despedimo-nos e eu voltei para dentro, profundamente perturbado.

Não foi esta, porém, a única vez que me confrontei mais de perto com a miséria e o sofrimento. Um dia, enquanto esperava por um dos meus informantes, a quem ia acompanhar numa ida às majoeiras, fiquei à conversa com a dona de um pequeno café-cervejaria no bairro piscatório e interroguei-a acerca de uma mulher idosa que via todos os dias, ali perto, sentada no chão à porta da sua barraca de madeira, sempre descalça e com as pernas roxas, inchadas e cheias de feridas. A minha interlocutora falou-me, emocionada, da miséria em que esta mulher sobrevive: alcoólica e com as pernas gangrenadas, a sua barraca tem uma única divisão, onde vive juntamente com três dos seus filhos – um deles deficiente mental (aqui diz-se, simplesmente, “tato” ou “mental”); cozinham com lenha no chão da barraca, que é de terra batida e onde

estendem uns colchões que têm para dormir. Todos se entregam ao vinho. Contou-me que, uma vez, o filho deficiente (que também trabalha numa companhia) veio chamá-la a casa à noite a pedir vinho para a mãe. Ela foi ver a pobre mulher – a quem já deu banho várias vezes – e disse-lhe que não lhe podia dar vinho, que a matava. Insistiu, dizendo que não matava nada, que precisava de “uma pinguinha”, caso contrário não conseguia dormir. Lá acabou por lhe ir buscar o vinho – «parecia que tinha visto Deus...», não parando de agradecer e de a abençoar. Noutra barraca ali mesmo ao lado dormem cinco crianças, a monte, pelo chão. Uma velhota que passa por nós – de sobretudo em pleno Verão, carregada de sacos de plástico e seguida por três gatos – assiste ao final da nossa conversa e explica-me que vive sozinha numa barraca onde entra chuva, rodeada de cães e gatos: «Ai, senhor, há muita miséria aqui na praia...»

O sofrimento da vida dos pescadores e das suas famílias deve-se, também, ao risco de vida que estes enfrentam na sua profissão. Segundo dados comunitários apresentados pelos intervenientes no “Encontro de Pescadores – Eurodeputados sobre a Pesca Artesanal” que teve lugar na Aguda em Fevereiro de 1990 ¹⁸¹, «a taxa anual de acidentes mortais na pesca marítima oscila entre 1 e 3 por mil, em contraste com os 0,3 por mil nas três grandes actividades humanas exercidas em terra consideradas de alto risco (minas, agricultura e construção civil). Segundo a mesma fonte, a probabilidade de um pescador morrer no mar, no decurso da sua carreira profissional, é de 3% e a de ser vítima de pelo menos um acidente grave ultrapassa os 50%» (AAVV 1990: 33); e de acordo com os dados fornecidos pelas meus questionários, no total dos 244 entrevistados, 106 (43,4%) já tiveram acidentes de trabalho nesta modalidade de pesca.

Durante a minha permanência na Praia de Esmoriz ocorreu um acidente mortal, vitimando um rapazito que eu entrevistara pouco tempo antes – um estudante do 8.º ano que, nas férias da escola, se encontrava a trabalhar numa das companhias. Registo aqui a ocorrência com base nas notas do meu diário de campo.

12 de Julho. Dia fatídico. Completam-se hoje quatro anos sobre o naufrágio do *Susana*, em que morreram três homens. Por trágica coincidência, deu-se esta manhã

181 – Iniciativa realizada com o apoio da Federação dos Sindicatos da Pesca do Norte, Mútua dos Pescadores – Sociedade Mútua de Seguros, Oikos – Cooperação e Desenvolvimento e Projecto Viver o Mar – Aguda, de que resultou uma pequena brochura contendo a apresentação dos temas debatidos e os resumos dos mesmos debates, de onde provém esta informação (AAVV 1990).

um acidente de que resultou um morto – um jovem de 16 anos, trucidado pelo alador acoplado à retaguarda de um tractor. Ao início da tarde, na areia, junto ao paredão, estão duas mulheres a chorar convulsivamente no regaço de uma rapariga que procura consolá-las, acariciando-as. À volta, está um grupo de quinze ou vinte pessoas, umas sentadas nas rochas, com a cabeça entre as mãos, outras em pé, de braços cruzados. Na lota, apenas uma companhia está a vender peixe. Todas as outras cessaram a laboração. Ali perto, o dono da companhia onde ocorreu o acidente explica a um pequeno grupo o que se passou, mas diz que não percebe, que nunca aconteceu, não quer acreditar... Um dos meus interlocutores privilegiados – cujo primo estava sentado à beira do tractor quando tudo aconteceu – explica-me como tudo se passou: a extremidade de um dos cabos de alagem é uma ponta de corda de 200 metros de comprimento a que chamam *maçarica*; é mais fina que o resto do cabo, porque cumpre uma função específica: devido às correntes, ou *corredoras*, é preciso esticar a corda para o cabo não fazer arco e não se emaranhar no outro cabo ou na hélice do motor do barco. A dita maçarica deve ser puxada por forma a corrigir o desvio do cabo, mas deixando sempre uma folga, pois se esticar completamente recebe o choque da resistência oferecida pela rede. Por inexperiência ou distração, a vítima deixou a corda esticar e foi apanhada desprevenida pelo esticão que impeliu o rolo de corda de volta para o alador. Ficou-lhe um pé emaranhado nesta corda, por isso ele foi arrastado e trucidado pelo alador...

Outro dos meus já costumeiros interlocutores surge com os olhos vermelhos e geme: «Saíram-lhe os intestinos pelo ânus...»; e afirma o seu desprezo pela companhia que está a trabalhar, enquanto todas as outras se solidarizaram e pararam. Mais adiante, pára uma carrinha e sai um homem que diz para uma mulher que vem rua fora a chorar: «Isto é tudo uma merda!...» Em todos os cantos se comenta o acidente e se fala no rapaz falecido, que todos gostavam dele, que jogava futebol no clube local, que o pai está emigrado na Suíça e que regressa hoje mesmo. Na pequena rotunda à beira do parque de campismo concentra-se muita gente, assim como à porta de uma das casas, que julgo ser a da vítima. O choro e os gritos ouvem-se à distância. Cruzo-me com bandos de adolescentes, rapazes e raparigas, lavados em lágrimas – um com as mãos na cabeça a soluçar. Ao longo da estrada, formam-se pequenos grupos que comentam o sucedido. A tarde cai.

13 de Julho. A avó do defunto, tomada pelos nervos, foi chamar assassino ao patrão da companhia. Em casa deste e dos seus familiares, as portas e as janelas

conservam-se fechadas e, segundo me disse uma das minhas interlocutoras, nem sequer fazem lume, por respeito e em sinal de nojo: «Ah, senhor, a vida do pescador é a vida mais triste que há...»

Dois dias depois do acidente, a 14 de Julho, faz-se o funeral do jovem. Está uma pequena multidão concentrada à porta da casa da família do defunto. Toda a companhia vestiu de luto. O féretro, coberto com a camisola do clube de futebol onde o rapaz jogava, é levado a pé até Esmoriz, antecedido por um grupo de crianças vestidas de branco, com os fatos da primeira comunhão. Alguém me conta que, naquele dia da tragédia, um camarada terá dito que ia para o alador colher a corda, mas o rapaz disse que não, que ia ele: «Parece que era já a morte a chamar por ele...» E logo um outro homem comenta, conformado: «Para morrer, basta estar vivo...» Uns dias depois, encontro o jovem arrais da companhia acidentada, com um ar muito abatido, o rosto cavado e aspecto adoentado. Não tem conseguido dormir, tem muitas dores de cabeça e anda sem apetite. Diz-me que nunca, em catorze anos de trabalho com os tractores, lhe aconteceu nada assim. O patrão da companhia, seu familiar, explica-me que se mantêm de luto e só voltarão ao mar após a missa do sétimo dia. Uma mulher que passa cumprimenta-o e diz-lhe para ir para o mar, que eles precisam de ganhar e estão a perder boas marés agora que, finalmente, o mar está a dar peixe. Ele nega-se, dizendo: «que foi uma promessa que eu fiz a Deus!...»

A par com este acidente, uma das situações que mais me impressionaram foi-me dada na narrativa que ouvi, perturbado, de uma mulher de 60 anos que, tendo casado duas vezes, perdeu ambos os maridos no mar: o primeiro marido – que supõe ter sido atirado borda fora perto da Afurada, junta à barra, por vingança de um camarada da traineira – deixou-a com 18 anos feitos, um filho de colo nos braços e grávida de outro. O corpo, diz, «apareceu-me aos três meses menos três dias. Eu fui buscá-lo ao Cabo do Mundo, ali para os lados do Mindelo, e eu fui, trouxe-o para aqui para o nosso cemitério. Tenho-o aqui. Tenho um e tenho outro... e o meu pai e a minha mãe». Depois, trabalhou a acartar areia da praia, para a construção civil, pela noite dentro, de Inverno, ganhando dez tostões por cada carro de bois cheio de areia. À chuva, ao vento e ao sol, fazia uma cova na areia para pôr os seus dois filhos a dormir, embrulhados num cobertor e protegidos por um guarda-chuva. Uma das crianças contraiu doença pulmonar, obrigando-a a ir frequentemente a pé para Ovar (a cerca de 12 quilómetros de distância), para o Dispensário, caminhando pelas linhas do comboio com o filho ao colo. Tal como em todos os outros relatos que ouvi

da gente do mar, a fome foi uma constante da vida desta mulher. Veio a casar segunda vez, bastantes anos mais tarde, desta feita com um operário. Tanoeiro de profissão (a tanoaria é, a par com a cordoaria, uma das indústrias históricas de Esmoriz), também este segundo marido lhe morreu no mar, num naufrágio, a poucos metros da praia. Como é corrente na zona que vai da Marinha de Silvalde a Ovar, há operários que aproveitam todos os seus períodos fora da fábrica, incluindo férias, para trabalharem nas companhias de xávega. Um dia, estava este homem a trabalhar na praia, na companhia de terra, e o barco dos seus camaradas virou-se, ao que ele e um outro camarada reagiram atirando-se de imediato às ondas para ir buscar os que tinham ficado debaixo do barco, ou enredados nas cordas do aparelho: «Eu fiquei em estado de coma – fiquei mais para morrer do que para viver... Eu vi tudo, tudo, tudo: o barco foi para o mar, e depois de ir para o mar o motor abafou, não trabalhou. Depois veio uma vaga e cobriu o barco, e o barco foi ao fundo – só ficou a proa em cima. (...) Ainda vi o meu homem... assim a cabecinha dele a ir para o fundo... Eu estive muitos meses em estado de coma – nem falava, nem comia, nem bebia... – era soro... Depois então foram-me buscar para o funeral. Os médicos pediram-me para eu me despedir dele e eu vim, mas a ambulância ficou à minha espera. Levaram-me outra vez para o hospital. Quando foi a missa do sétimo dia tornaram-me a trazer e eu ouvi a missa do sétimo dia e tornei a ir – a ambulância esperou e tornei a ir. Estive muito tempo, muitos meses em estado de coma... Quando o barco vai para o mar eu estou sempre: – “Ó Nossa Senhora da Guia, guiai-os! Livrai-os do perigo do trabalho!” – que eu fiquei tão amargurada... Quando eles apanham uma vaguinha eu fujo para cima e o meu corpo começa a tremer todo... Uma vaguinha e eu já estou cá em cima: “Ó meu rico irmão! Oh, Nosso Senhor te dê a Boa Viagem, ó meu irmãozinho!...” O mar... é que rouba aquilo que a gente adora mais no mundo (...). Quem tem esta profissão no mar está sujeito àquilo. É uma vida muito arriscada! É uma vida muito triste, muito triste... Eles vão lá dentro daquele barquinho e de um momento para o outro perdem a vida deles... É o bastante para eles perder a vida, é uma vaguinha perdida...»

Para além do perigo da confrontação com a morte, a incerteza da vida dos pescadores decorre do facto de a abundância (relativa) ou a escassez não dependerem do número de marés ou horas de trabalho, nem tampouco da intensidade do esforço despendido, mas sim de factores puramente aleatórios, do acaso, ou da sorte, se preferirmos. É de salientar, a este propósito, que ao longo dos sucessivos períodos de

desenvolvimento da arte xávega, a miséria dos pescadores não era apenas uma consequência dos momentos de escassez de peixe, mas também das crises de abundância, quando o acesso aos mercados era limitado e a sardinha por vezes era tanta que acabava por ser vendida ao desbarato aos agricultores, que a utilizavam para adubar a terra. Tanto quanto sabemos, parece ter sido este, justamente, um dos motivos que, no último quartel do século XVIII, levou algumas das companhias do Furadouro a estabelecerem-se nos areais de Espinho, onde beneficiavam de uma maior facilidade de escoamento do pescado para os mercados consumidores, expandindo-se depois mais para norte.

Actualmente, já não se põe o problema da inexistência de mercados capazes de escoar os quantitativos capturados; porém, para os pescadores, o problema fundamental mantém-se. Quer isto dizer que o volume das capturas nunca é directamente proporcional aos rendimentos das companhias, visto que os mecanismos de mercado, nas localidades que beneficiam de um posto de vendagem (Docapesca), obedecem a uma lógica que se pode resumir da seguinte maneira: quanto maior for a quantidade de peixe disponível no mercado, mais baixo será o seu preço, o que significa que a abundância proporciona, fundamentalmente, a regularidade dos rendimentos e não um incremento significativo dos mesmos; em períodos de escassez, o peixe tem mais valor, por efeito de uma intensificação da procura que implica uma dinâmica de concorrência mais renhida, forçando os preços a subirem. Assim, os pescadores vêem-se confrontados com o facto de que se o mar der pouco peixe, pouco ganham, ainda que o preço de venda seja mais elevado; se, em contrapartida, houver muito peixe, os preços descem e nunca tiram verdadeiramente o proveito de uma boa *roda de mar*, ou de uma boa *maré* que tenham feito. Na Praia de Esmoriz, como na Marinha de Silvalde, ouve-se frequentemente a expressão «é o mar que nos paga a fome».

A presença da “mão invisível” do mercado, acarretando uma separação clara entre o funcionamento das regras da economia e a moral individual, dá lugar à avidez e a formas perversas de exploração dos mais fracos. Para além dos burburinhos em torno dos casos de corrupção, do conflito ostensivo com as autoridades e da incompetência política e administrativa para lidar com a especificidade dos problemas dos pescadores, a honestidade de alguns intervenientes verga-se às exigências do sucesso nos negócios, não olhando a meios. O caso mais falado prende-se com o comportamento dos negociantes (os intermediários, que compram

nas lotas para abastecerem, depois, outros mercados, apropriando-se gananciosamente das mais-valias geradas pelo labor das companhas), que estabelecem frequentemente uma combinação entre eles por forma a que um adquira todo o peixe – sem o efeito da subida de preços do leilão, portanto – e, à margem das regras do jogo, o reparta depois com os outros colegas de negócio. Desta prática desonesta ouvi os pescadores queixarem-se em Esmoriz (1995) e em Mira (1994). Na primeira destas localidades, vários pescadores não hesitam em acusar também de desonestidade aqueles patrões que, para atrair a simpatia dos negociantes, chegam a dar instruções aos vendedores das suas companhas para que a cada dez cabazes de peixe comprado por alguns desses compradores se dê, graciosamente, um cabaz extra – uma espécie de “oferta promocional” feita à revelia dos camaradas.

Foi enorme a minha surpresa ao aperceber-me de que à Praia de Esmoriz acorrem negociantes vindos do Algarve e de vários outros pontos do país – pois, por via de regra, o preço do peixe é de tal forma baixo que compensa o tempo das longas viagens dos camiões-frigoríficos e as despesas com combustível. Localmente, existem apenas dois grandes compradores com armazéns de frio. Na lota, um deles, sempre de telemóvel em punho, vai gritando para o aparelho, dando ordens aos seus empregados a operarem noutras lotas da região norte: para comprar ou para esperar – enquanto espera, ele próprio, a chegada de mais peixe nas carrinhas das companhas, aguardando a formação dos preços no leilão para logo voltar a gritar para o telemóvel ordenando que comprem tudo, ou que comprem apenas o carapau, por exemplo. É de assinalar, aliás, que em todas as praias da zona da xávega se sabe sempre o que se pescou ou deixou de pescar nas outras localidades, se as companhas foram ou não foram ao mar e até, por vezes, quantos lanços realizaram, quantos cabazes de carapau (que é a espécie mais lucrativa) venderam e quanto dinheiro fizeram. Para os pescadores, contudo, os rendimentos da pesca apenas sobem acima dos valores médios em momentos raros e excepcionais, quando uma dentre as várias companhas em laboração tem a sorte de capturar uma quantidade inaudita e/ou uma espécie de grande valor comercial. Poucos são, aliás, os pescadores que não recordam emocionadamente um dia de pesca ou um lanço em que a abundância e os ganhos foram tais que ficaram para a História. Assim, a aleatoriedade a que estão sujeitos adquire viva expressão na memória que quase todos guardam de lanços “milagrosos” de robalo, corvinas, taínhas, ou até mesmo de sardinha. Outras vezes é o espécimen de dimensões extraordinárias, como, por exemplo, a corvina de 45 quilos que ficou

imortalizada para a posteridade numa fotografia – exibida em lugar de destaque – num pequeno restaurante de Esmoriz, ou um lanço de robalos que rendeu mais de 1000 contos no dia do casamento de um jovem arrais.

Na verdade, os pescadores da xávega, apesar de terem um conhecimento bastante completo – por vezes até surpreendente – acerca do comportamento de determinadas espécies haliêuticas, só conhecem efectivamente os resultados dos seus esforços no momento em que a rede sai do mar, não lhes sendo possível antecipar qual o desfecho de um lanço. Dizem alguns que a pesca «é um calhar»... Há, no entanto, um sinal a que todos dão atenção: o borbulhar das águas – o *rasto* – na extremidade do saco da rede, quando esta se aproxima da praia, indicia que o saco vem cheio, mas sucede frequentemente que a espécie capturada não tem valor comercial, como vi acontecer repetidas vezes entre as companhas de Esmoriz. Por vezes, durante dias a fio, as redes apenas traziam enormes quantidades do que me disseram ser peixe-porco, a que chamam “rólis”. Segundo me explicaram, esta espécie vem à costa sempre que a temperatura das águas sobe um pouco acima da média. Muitas famílias gastam horas a amanhar este peixe, cuja pele grossíssima dificulta muito a sua preparação, cortando-o em filetes que depois armazenam nos congeladores dos seus frigoríficos.

Assim, entre a expectativa de trazer peixe na rede e a possibilidade da sua realização interpõe-se o acaso como factor decisivo, pelo que não existe objectivamente uma solução de continuidade entre o investimento e o ganho, ou seja: o dispêndio de energia e tempo de trabalho necessários para colocar a embarcação e a rede no mar não oferecem quaisquer garantias de êxito. Só depois de feitos todos os gastos (gasóleo, esforço humano, tempo de trabalho) é que se sabe até que ponto pode ou não haver uma compensação, pois o resultado do lanço só é conhecido quando a rede chega à praia – ao que se pode seguir, da parte dos pescadores, uma estrondosa manifestação de alegria, um entusiasmo redobrado para o próximo lanço, ou o desalento e os acessos de fúria em altercações que se sucedem por qualquer motivo insignificante, como tive oportunidade de testemunhar repetidas vezes em Espinho e em Esmoriz. À aproximação da rede e à sua chegada à praia, o pessoal da companha desdobra-se num frenesim crescente de gritos e correrias em torno das mangas, do saco e dos tractores, pois este é o momento de maior tensão e expectativa para os camaradas. Pequenas multidões acorrem então à beira-mar, para ver o peixe que vem na rede, de que qualidade e em que quantidade – alguns avaliando logo o

número de cabazes ou o valor do pescado que acaba de sair do mar. Disse-me um dos meus informantes da Praia de Esmoriz que, mesmo quando o peixe não dá muito dinheiro, se houver quantidade, todos os camaradas ficam satisfeitos: «podem fazer só 100 contos, mas se for muito peixe é uma alegria. A alegria do pescador é ver peixe no saco, muito peixe...»

Mostrei neste capítulo que as vicissitudes da organização do trabalho e os riscos que lhe estão associados, a “mão invisível” do mercado, as relações de conflito com as leis que regulamentam a pesca e com as autoridades que as fazem cumprir constituem factores que exponenciam de forma dramática a incerteza deste modo de vida. Assim, a aleatoriedade da pesca atravessa a esfera das relações sociais e, a partir da interacção agonística entre as unidades produtivas, manifesta-se em diversos domínios da vida destas comunidades. Para além do significado político implícito em muitas destas manifestações – e das formas pelas quais geram solidariedades e conflitos ao nível dos grupos de parentes distribuídos pelas várias companhias, como vimos anteriormente –, interessa-me, sobretudo, compreender os aspectos cognitivos subjacentes a estes processos de emergência, ou de “domesticação”, do aleatório. Desta questão central me ocuparei ao longo do próximo capítulo.

9

ORDER FROM NOISE: **A MÁ-RODA E O IDIOMA DA INVEJA**

Um caso de má-roda

Estamos no mês de Julho. Os homens das quatro companhias que laboram a sul de Espinho, na Marinha de Silvalde, não têm motivos para se sentirem satisfeitos com o seu trabalho. Repetem-se as mesmas queixas em todas as bocas: o peixe, que não tem valor nenhum; a falta de uma lota; a concorrência do carapau espanhol, vendido a preços muito baixos; a praia sem condições, com uns escassos cento e cinquenta metros onde trabalham oito ou mais tractores, com esgotos que desaguam ali mesmo onde saem as redes; e as dificuldades da vida – o dinheiro que nunca chega, as redes que se rompem, os tractores que se avariam, o preço do gasóleo, etc., etc. Sobre este ambiente de grande tensão, sempre pontuado pela ansiedade da espera de um bom lanço e pelo desânimo que logo se segue ao ver as redes chegarem à praia quase vazias, paira ainda o espectro da desgraça: há pouco mais de dois meses, um dos barcos que aqui trabalham foi apanhado por duas ondas traiçoeiras e voltou-se, a escassos cinquenta metros da praia, provocando a morte de três dos seus seis tripulantes. O desespero e a revolta pela falta de condições de trabalho dignas são os sentimentos constantemente expressos nas conversas que mantive com as pessoas que pude contactar.

Foi neste cenário geral de dificuldades e de grande insatisfação que aconteceu a uma das companhias o azar de verificar, ao longo de vários dias, sistematicamente, que as suas redes não traziam peixe. Muito ao contrário, as outras companhias iam fazendo os seus lanços e ganhando o pouco que já vai sendo considerado normal, havendo mesmo uma companhia que andava em maré de sorte, facturando 80, 100, ou 150.000\$00 em dias sucessivos. Os dias foram passando e nem sombra de mudança de rumo nos acontecimentos. Após quinze dias consecutivos de infortúnio, a dona da companhia atingida pela má-roda hesitava bastante em face de uma eventual ida à bruxa. Por um lado, não se cansava de repetir que sim, que era bruxedo, praga ou inveja, e procurava confirmar esta sua opinião em conversas

informais com algumas mulheres da sua confiança que ia encontrando na praia, as quais interrogava na minha presença, revelando um misto de ironia e de esperança, confrontando-me com a sua situação (e da companhia) como se esperasse de mim uma palavra de aprovação ou de encorajamento. Por outro lado, dizia-me que sabia que isto das “bruxas” era uma grande vigarice que servia apenas para lhe levar o dinheiro, pois ainda há dias tinha visto na televisão um caso de uma suposta “bruxa” que tinha sido desmascarada, após ter enganado e extorquido uma série de pessoas. A força das circunstâncias, porém, foi decisiva, pois, além de as redes não trazerem peixe, a companhia teve ainda outros azares: um tractor avariado devido a um acidente, depois uma nova avaria noutra tractor, redes que se danificaram, relações difíceis com os camaradas – incluindo uma deserção¹⁸² – e mesmo ameaças de alguns camaradas à integridade física das redes e, até, dos patrões. Enfim, um rol de problemas que são comuns quando se trata apenas de factos pontuais, mas que dificilmente acontecem em simultâneo.

Durante uma das conversas que mantive na praia com o casal de proprietários da companhia, houve algo que despertou a minha atenção: quando o tractor de uma outra companhia passou ao longe com o atrelado cheio de cabazes de peixe, a minha interlocutora – uma mulher de 56 anos de idade – instou o marido a calcular quantos cabazes de peixe vinham no atrelado, que ela não podia ser vista a olhar, pois que se assim o fizesse haveria logo quem dissesse que ela estava a olhar e que era por inveja. Reparei, então, na agilidade extraordinária que exhibe na contabilização de quantos cabazes/dinheiro fizeram nas outras companhias, comparando lança por lança, dia por dia, com os quantitativos insignificantes ou nulos da sua própria companhia.

Esta mulher relatou-me ainda várias situações em que se viu compelida a ir às bruxas, por causa da companhia ou por outros problemas, de automóvel até lugares mais ou menos distantes ou, simplesmente, ali mesmo às cartomantes de Espinho ou ao santuário do Senhor da Pedra, em Miramar. Num dos casos, o motivo da ida («ir procurar...») foi a filha que, já na casa dos trinta, ainda está por casar. Em todas as situações dá conta da sua descrença e da forma como lidou com as bruxas, gritando

182 – Por todas as praias ouvi relatos de situações deste tipo. Quando uma companhia anda em má-rodas e a situação se prolonga, degradando-se as relações entre os camaradas, o arrais e os patrões, há sempre alguns que não hesitam em abandonar a companhia atingida, indo de imediato trabalhar para outro patrão.

“puta” quando uma lhe disse que uma mulher tinha feito uma feitiçaria ao marido, chamando “mula” a outra que lhe dizia que o marido (que é o arrais da companha) ia morrer afogado, ou mentindo deliberadamente às perguntas de uma médium em transe durante uma sessão – como que para mostrar que ela a queria enganar, se não ter-se-ia com os seus poderes apercebido da mentira. De uma das vezes, gastou para cima de 100.000\$00 – «fomos para um santo que tem uma seta espetada», em São Domingos da Serra –, de outras vezes 20, 30 contos... Agora, sem conseguirem pescar, com avarias sucessivas e várias dívidas acumuladas, ei-la em vias de ir novamente “procurar vida”: «Estou triste, triste, triste, e só me apetece chorar. E hoje... Não se acredita que só não choro para não dar gosto ao povo? Em não dar gosto a quem me quer mal ou a quem tem raiva da gente?!...»

Uns dias mais tarde, encontrei-a uma vez mais na praia, atarefadíssima, às voltas com os cabazes do peixe. Momentos antes, a sua companha tivera um lanço de cerca de vinte e cinco cabazes, provocando grande satisfação entre os pescadores. Abordei-a a propósito de uns acontecimentos da véspera – em que uma das companhas esteve três horas perdida no mar, devido ao nevoeiro – mas a conversa logo se encaminhou para a situação da sua companha. Arvorando um tom que logo me fez sentir uma certa cumplicidade, ela comunicou-me então que a questão da má-roda estava resolvida; que – pressionada pelos homens da companha – tinha ido consultar uma mulher e que esta já iniciara “o trabalho” na capela do Senhor da Pedra, em Miramar, invocando o Senhor dos Amarrados (para desamarrar o mal) e o Senhor da Escuridão (para iluminar quem anda nas trevas). A dita mulher – uma médium – revelou-lhe a raiz do problema: tratava-se de uma amiga sua (foi através dos gestos da médium que identificou a pessoa em questão) com quem ela «falava muito bem» mas que, afinal, ia visitá-la a casa «só para ver, que há gente que não suporta uns terem mais alguma coisa, viverem melhor, viverem de cara destapada...» A médium – continuou ela – teve de interromper “o trabalho” porque adoeceu, mas prometeu continuar logo que se restabelecesse, tendo-lhe dado entretanto umas ervas para queimar (um defumadouro) dentro do barco. O preço a pagar andou à volta dos 30.000\$00.

Já a caminho da borda do mar, para ver a rede que está a chegar, volta-se para mim e põe ponto final na conversa: «O certo – remata ela – é que agora até vêm trabalhar com gosto! Está a ver?» Entre gritos e assobios, sai mais um lanço que deve dar para cima de vinte e cinco cabazes de peixe.

A presença do mal, as bruxas

No seu estudo sobre as pescas na região de Aveiro, no início do século, Jayme Affreixo evidenciou este aspecto curiosíssimo da vida dos pescadores, que desenvolveu sob o título «A Pesca d’Aveiro e as Bruxas». Diz ele que é característica das companhias da sardinha estabelecidas entre o Douro e o Mondego a crença na intervenção das bruxas na fortuna da pesca. E explica: «A implantação de tal crença é antiquíssima e parece existir desde o início das artes de allar para terra, sendo de presumir que logo os primeiros pescadores, que pozeram em pratica este systema de exploração marítima, movidos pela ganancia, com inveja uns dos outros, lançaram mão de todos os recursos ao seu alcance, incluindo os maravilhosos ou sobrenaturaes, para melhor enriquecerem e para se suplantarem uns aos outros» (1903: 134).

A sul do Mondego – nas praias da Costa de Lavos, Leirosa, Pedrógão e Vieira – existiu outrora, igualmente, o mesmo tipo de rito propiciatório referido por Jayme Affreixo, isto é: a prática de benzer e defumar barcos e redes, sempre que a pesca não era abundante. Alguns dos meus informantes na Praia da Vieira disseram-me que quando uma rede andava em “má-roda” se juntavam algumas das mulheres do pessoal da companhia e iam à Figueira da Foz, a Montemor ou à Marinha Grande para consultarem mulheres a que chamam “bruxas”, que logo lhes faziam recomendações e ensinavam orações especiais. Muito frequentemente, estas mulheres mandavam que lá se voltasse com algumas malhas da rede para serem benzidas. Explicaram-me ainda que, por vezes, eram os próprios homens das companhias que incrustavam um crucifixo na *panda-mestra* (que é a bóia da boca da rede), ou que lhe gravavam a canivete um “sino-saimão” – gesto este, aliás, de intenção semelhante ao que ainda hoje é vulgar fazer-se nas companhias de Espinho, Esmoriz, Furadouro e outras praias, atando uma pequena imagem em plástico de uma Nossa Senhora, um crucifixo ou um pentagrama na bica da proa dos barcos.

A denominada “má-roda” – expressão usada por toda a zona da xávega – refere-se a um tipo irregular, mas recorrente, de acontecimentos nefastos e de infortúnio na esfera produtiva que suscitam a suspeição generalizada e a convicção, da parte dos atingidos, de que há um responsável pelo mal que os atinge: se uma companhia tem o azar de, ao longo de vários dias ou semanas sucessivas, não ver recompensados os seus esforços na pesca – isto é, se uns trazem sempre peixe e os outros não trazem, pescando lado a lado –, é porque há “invejas”, “invejice”,

“raivas”, alguém lhes quer “mal”, foi “praga”, ou é “bruxedo”. A má-rodada, ou o “andar mal-rodado”, é também designado por expressões como “andar encanhado”, em Esmoriz, e “andar desensejado”, “andar com falta de ensejo” ou “andar mal ensejado”, na Vieira. De acordo com Jayme Affreixo, «concorre poderosamente para esta *sympathia* pelo misterioso, o sentimento de inveja que anima os pescadores uns contra os outros, em toda a parte, e sobretudo quando usam o mesmo *systema* de redes» (1903: 135).

Frequentemente, as causas do infortúnio só são conhecidas *a posteriori*¹⁸³, quando o recurso a uma médium, cartomante – ou, genericamente, “bruxa” – conduz à identificação de um eventual “culpado”. Em muitas outras situações as suspeitas permanecem vagas e o discurso da inveja, dirigindo-se a todos indiscriminadamente, não se dirige a ninguém em particular, havendo casos em que as “bruxas” se limitam à prescrição de orações, defumadouros ou benzeduras com sal, sem que haja a determinação de um responsável. As expressões correntes para designar esta busca de quem possa inverter o rumo da sorte são “correr vida” ou “procurar vida”; a sul, na Praia da Vieira, diz-se também “correr bordo”. Mas, de uma maneira geral, existe sempre alguém numa companhia, ou um seu familiar, que vela, preventivamente, pela protecção mágica da embarcação e dos tripulantes, rezando responsos, colocando uma imagem de Nossa Senhora, um crucifixo ou um “sino-saimão” na bica da proa do barco ou, ainda, em local oculto, debaixo do painel da proa, por exemplo.

Porém, muitos pescadores parecem recusar-se – aparentemente, pelo menos – a acreditar nestas práticas e justificam-se dizendo que a pesca «é uma questão de sorte» e que os bons ou maus resultados se devem às “rodas de mar”, sendo corrente, em toda a parte norte da zona da xávega, exprimir a incerteza e a irregularidade dos proventos com o mote «hoje por ti, amanhã por mim...» Rapidamente nos apercebemos, no entanto, de que não estamos perante a aceitação do facto simples de que não há meio de prever a localização dos cardumes e de que o sucesso nas capturas é mesmo uma questão de sorte – hoje beneficiam uns, amanhã outros. Na verdade, a maior parte daqueles que exprimem estas opiniões entregam-se depois a um exercício de dúvida céptica face ao que acabam de afirmar, levando a dúvida até

183 – Referindo-se aos oráculos praticados pelos tallensi e pelos yoruba da África ocidental, afirmou Meyer Fortes que «fate, like witchcraft, is an involuntary force and can, in the last resort, only be known in retrospect. (...) As with witchcraft, [oracles] they merely help to reconcile men to its ineluctability» (Fortes 1983: 5).

à elisão do significado da própria palavra *sorte*. Pirrónicos, num tom eivado de ironia, equacionam então o problema nestes termos: «Ah, são rodas de mar!... Mas aquelas rodas de mar é sempre ao mesmo que calha?!»; ou, simplesmente, «porque é que a sorte calha sempre aos mesmos?» É de salientar, ainda, que vários dos meus interlocutores manifestaram o seu cepticismo face ao papel das “bruxas”, apontando a sua descrença no diagnóstico e nas propostas terapêuticas para combater a má-roda, mas não duvidando da sua etiologia (a inveja); afirmam, então, não acreditar em pragas, bruxedos, etc. pela simples razão de que, tendo noutros momentos recorrido aos serviços de “bruxas” para tentar sanar a má-roda, os efeitos produzidos pelos conselhos destas foram no sentido inverso ao esperado, vindo a revelar-se ainda mais gravosos, provocando acidentes e azares de todo o tipo.

Vejam os dois exemplos expressivos. À conversa com um grupo de quatro pescadores da Costa de Lavos, encaminhei o diálogo para a questão das bruxas. Surpreendeu-me que todos se rissem efusivamente, menosprezando cheios de ironia aqueles que acreditavam nas bruxas. Um dos presentes passou então a explicar-me as suas razões. Andava em má-roda e a mulher acabou por convencê-lo a ir à bruxa. Esta pediu-lhe umas tirinhas de ouro que tinha incrustadas no anel, meteu-as dentro de uma cabeça de víbora e disse-lhe para andar sempre com aquilo, para lhe dar sorte (na Vieira, entre camponeses e operários, encontrei também esta associação entre a cabeça de víbora e a sorte¹⁸⁴). Ele não acreditou, mas, perante a insistência da

184 – Nesta, como provavelmente noutras regiões do país, são bem conhecidos os dotes hipnóticos das cobras, capazes de paralisar pequenas aves e rãs, com que se alimentam. Contou-me uma octogenária que, quando havia cheias no vale do Lis, o “campo” ficava repleto de rãs; e que uma vez viu uma cobra a “encantar” uma rã, que se deixou comer: «A cobra tem um encanto... As vacas tinham crias, e elas andavam a mamar juntamente com as crias – e as crias mamavam do rabo delas, que elas têm mandinga! Encantam a gente!» A propósito do uso popular da palvra de origem africana “mandinga”, José Pedro Paiva, num trecho de *Bruxaria e Superstição...* sobre a «protecção mágica contra a imprevisibilidade da natureza e os poderes dos outros» refere o uso mágico de umas bolsas com função de amuletos que poderiam conter pós não identificados, unhas de pássaro, cabelos e orações escritas. Eram estas chamadas “bolsas de mandinga” e a sua divulgação foi registada «a partir de finais do século XVII, mas sobretudo nas primeiras décadas de XVIII» (Paiva 2002: 113), por parte de escravos ou negros forros provenientes de África e do Brasil que «faziam públicas demonstrações da sua eficácia em algumas praças de cidades, pondo-se em tronco nu e deitando-se sobre espadas com a ponta apontada ao peito sem que se ferissem» (2002: 114). Parece plausível que o complexo de crenças em torno da inveja e dos poderes do olhar tenha as suas raízes no domínio das evidências sensíveis. Numa perspectiva histórica, Boria Sax, do Mercy College (Nova Iorque), mostrou a continuidade de características que se referem aos poderes do olhar e à fascinação entre o lendário basilisco da Antiguidade – relatando a sua presença nos bestiários medievais e renascentistas – e as cobras («The

mulher, aceitou. A partir de então, tudo começou a correr-lhe mal. Não aguentou mais e não esteve com meias-medidas: pegou no amuleto e atirou-o ao mar. A partir daí, tudo passou a correr bem como antes. A crença funcionou ao contrário, portanto: o meu interlocutor acreditou que a influência do amuleto foi real, mas como o sentido dos acontecimentos não foi o desejado, deixou de acreditar e, assim, não acreditando, revela afinal a sua crença. O mesmo padrão é patente nas palavras de uma informante da Marinha de Silvalde que conta como, há muitos anos, quando o marido era arrais, voltaram do mar com a rede toda rota e logo a pressionaram para consultar alguém – neste caso, um indivíduo que foi ao mar com a companha e «pregou ao mar como um padre. A esse lanço, se a gente tinha rompido, ainda mais rota ficou – ficámos sem redinha nenhuma, nenhuma...» Assim, diz-me esta informante que a companha de que é proprietária andou recentemente em má-roda e que isso, certamente, «É bruxedo que fizeram à nossa companha!». Mas, em contrapartida, não hesita em afirmar: «Eu não me acredito em nada, porque se elas [as “bruxas”] adivinhassem tiravam a sorte grande. Elas não tiram a sorte grande, não ficam milionárias; isto é tudo mentira, o que elas querem é ganhar o delas!»

Tal como assinalou João de Pina Cabral referindo-se aos seus próprios materiais sobre o Norte de Portugal e, também, aos registos etnográficos clássicos da Península Ibérica (Pina Cabral 1989: 214), a expressão *bruxa* é ambígua ao nível semântico, podendo reportar-se, basicamente, a dois significados distintos. A acepção mais comum que registei na zona da xávega refere-se a mulheres que se dedicam à cartomância, ao espiritismo, à farmacopeia naturista ou, muito simplesmente, ao bom uso da palavra em rezas e orações; mulheres capazes de proceder aos ritos que identificam a proveniência do mal, sanando-o com as suas benzeduras e receitas mágicas. Por outro lado, *bruxa* é uma designação vulgar usada para classificar seres ou manifestações sobrenaturais, geralmente nocturnas. A valência de cada um destes significados nos diversos contextos sociológicos a que consagrei o meu trabalho não é idêntica, apesar de coexistirem. No Norte – de Espinho, passando por Paramos e Esmoriz/Cortegaça, até ao Furadouro –, predomina a primeira acepção, referida a uma «pequena empresária independente»¹⁸⁵ capaz de

Basilisk and the Rattlesnake, or a European Monster Comes to America», em <<http://www.psyeta.org/sa/sa2.1/sax.html>>).

185 – A expressão foi utilizada por Francisco Bethencourt para caracterizar «a realidade do feiticeiro português quinhentista» (1984: 49).

gerir um negócio rentável que pode envolver, por exemplo, ampla colaboração comercial com carros de praça e que se dedica a uma “especialidade”, como a cartomância ou o espiritismo. Na Praia da Vieira, em contrapartida, para além do significado corrente desta primeira acepção, as bruxas são também recordadas como pessoas de carne e osso capazes de se transformarem em entes sobrenaturais, mas que já não existem, simplesmente por já terem morrido todas. Os que não partilham desse tipo de crença afirmam que o que se dizia das bruxas era uma consequência do «atraso em que nos encontrávamos» ou que as bruxas desapareceram com o advento da luz eléctrica. Muitas narrativas sobre fenómenos sobrenaturais tais como voos e viagens nocturnas, assédio nocturno de crianças ou animais, aparecimento de luzes e vozes, atribuem-nos a bruxas. Quanto à familiaridade com a existência das bruxas a que se refere a primeira acepção, ela decorre do facto de que há uma destas “empresárias” a operar na freguesia e, também, porque algumas pessoas se deslocaram já a outras localidades, próximas ou distantes, para consultar estas “bruxas”, incluindo as famosas Ritinha de Jesus ou a chamada santa Maria Adelaide.

Uma terceira expressão a considerar, por último, é a de “bruxedo”. Esta designação abarca todos os fenómenos ou situações de infortúnio cujas causas não são tidas como naturais, ou cuja explicação não é conhecida. No caso da má-roda, a causa pode ser identificada como “bruxedo”, sem que os “responsáveis” (que a bruxa tratará de determinar) sejam apodados de “bruxa(o)”. Este é o tipo de ocorrência em que a própria pessoa que se vai queixar à bruxa pode ser responsável, sem o saber (tal como acontece, aliás, com as pessoas reputadas por transmitirem o quebranto involuntariamente). Diz-se, na Praia de Esmoriz, que essa pessoa estava, ou andava, “encanhada”. De acordo com as explicações de uma mulher (50 anos) que trabalha numa das companhias desta localidade, a expressão “andar encanhado” pode aplicar-se a um indivíduo naquela situação, mas, também, ao colectivo da companhia, ao barco ou às redes¹⁸⁶. As suspeitas de que andam encanhados, de que há bruxedo, raivas ou inveja, surgem quando têm muitas avarias no equipamento ou, simplesmente, quando as companhias vizinhas apanham peixe e eles trazem sempre

186 – O uso desta expressão em situações de infortúnio na pesca parece ser antigo. José Pedro Paiva, a propósito das mulheres (bruxas) acusadas de fazerem «malefícios: provocar a calamidade a doença e a morte» (Paiva 2002: 126), mencionou um caso em que «um pescador de Vila do Conde, por não pescar nada foi ter com uma Francisca Futrica para ela o “desencanhar” e disso a acusou em 1715» (2002: 126).

redes vazias ou rasgadas. Para esta mulher, «o Senhor andou nesta vida, e o que eu queria era que Deus desse a todos e que os livrasse a todos das águas do mar, mas nem todos somos iguais... – há uns que dizem: “Oh, aquele pilha mais!” – e depois se aquele não pilha e nós pilhamos já têm aquela raiva, de nós pilhar e os outros não. Esta vida é assim...» Daí que, segundo as suas palavras, há quem tenha raiva à companha e rogue pragas: «Tu não havias de pilhar nada, tu havias de morrer afogado...»; «amaldiçoados sejais vós, não havieis de pilhar nada...»; ou (exibindo a mão vazia) «havia de pescar tanto como eu tenho na palma da mão» – pragas que serão particularmente eficazes quando rogadas em “hora aberta” (ao meio-dia ou à meia-noite ou, ainda, em plena missa quando o padre celebra a Eucaristia). Depois, então, há que ir “correr vida” – o que pode implicar idas a Ovar, ao Pinheiro da Bemposta ou, mais longe, aos santuários da santa Maria Adelaide, em Arcozelo, ou da santa Irmã Alexandrina de Balasar¹⁸⁷, levando um pedaço de rede ou de corda do aparelho que permitam ao “bruxo”, ou à “bruxa”, produzir um diagnóstico. Seja homem ou mulher que se consulte, este diagnóstico consiste sempre na determinação da origem do mal e pode, ou não, referir-se a pessoas concretas. Se estes “especialistas” entenderem necessário, deslocar-se-ão junto da embarcação e do armazém da companha para fazer rezas ou benzeduras. Por preço mais económico mandarão, simplesmente, que se façam defumadouros com ervas ou com uns líquidos adquiridos por preço conveniente nos seus próprios consultórios.

O recurso às “bruxas” ocorre também por razões de ordem familiar ou de saúde (perturbações que ameacem a ordem produtiva e a obtenção de recursos, portanto), assumindo o rito mágico prescrito, por vezes, formas extremamente complexas, envolvendo a compra de objectos ou produtos próprios, deslocações longínquas, gestos e performances corporais. De uma maneira geral, os crentes protegem-se da troça a que muitos os sujeitam guardando silêncio sobre as idas à bruxa e as operações que realizam a conselho destas: espalhar sal no barco e nas redes, fazer defumadouros, benzer e rezar orações, acender velas em certos altares de igrejas ou noutros locais e, até, dar um número determinado de voltas, a pé ou de joelhos, em redor de santuários, próximos ou longínquos, recitando fórmulas prescritas. Um ex-arrais da Praia da Vieira (78 anos) contou-me que, há uns doze anos, andavam em

187 – A propósito destas duas santas, veja-se o que escreveu João de Pina Cabral em torno do culto dos cadáveres incorruptos (1985: 76-82).

má-roda, e ele e outro camarada decidiram ir à bruxa. Nunca antes tinha ido, diz-me. Levou um bocado de rede, um pedaço de cortiça e um bocadinho de madeira do barco. A bruxa disse-lhes que eles estavam “enleados” e que teriam de ir fazer uma oração a três faróis – Figueira, S. Pedro de Moel e Nazaré – e que lhes custaria 12.000\$00. Acharam caro e foram a outra mulher, à Marinha Grande, que por apenas 500\$00 e umas orações lhes resolveu o problema. «E a roda virou!», remata ele com um grande sorriso.

A tensão entre os adeptos deste tipo de práticas e os descrentes revela-se tanto pela troça mais ou menos bem-humorada como pela acusação agressiva, sempre que surge uma discussão. Jayme Affreixo reportara já no início do século que era difícil, «mesmo ao pessoal menor das companhias, entrar no amago dos mysterios e praticas que teem logar para se obter a graça de bem pescar»; e que «porque elles temem bastante as troças de que são alvo mal dão a entender que pertencem à seita dos crentes» (1903: 136). Mas a razão principal que me apontaram para o facto de uma grande parte das pessoas se recusar a falar do assunto consiste no seguinte: se houver uma alteração mais séria entre duas pessoas, ou até mesmo um qualquer incidente que motive o falatório dos vizinhos e conhecidos, essa será – disseram-me – «a primeira pedra que atiram». Significa isto que se for conhecida a relação de um indivíduo com bruxas a quem tenha solicitado serviços, esse facto constituirá a matéria-prima dos ataques e acusações que vierem a fazer-lhe. É preciso sublinhar, porém, que ninguém se torna vítima de escárnio apenas pelo facto de acreditar em bruxas, mas porque essa sua crença se revelou num qualquer caso concreto cujos meandros, sendo conhecidos, são susceptíveis de desencadear atitudes críticas, troças ou inveja. Este véu de silêncios comprometedores é também, portanto, parte importante do processo de emergência do idioma da inveja, relacionando-se, por vezes, com a política de segredo e silêncio que, nalgumas circunstâncias, envolve a laboração de determinadas companhias – por exemplo, quando procuram ocultar toda a informação possível acerca da sua actividade e do seu sucesso.

Uma das fórmulas correntes que cumprem a função de proteger as pessoas face à eventualidade de poderem ser alvo de escárnio ou de acusações que as relacionem com o sobrenatural é o clássico «nem acredito nem deixo de acreditar». Evitam, assim, ser arrastados na voragem do agonismo e da inveja. O receio que as pessoas manifestam relativamente à afirmação explícita e pública das suas crenças no sobrenatural revela as tensões latentes nos domínios da sua actividade a que se

referem essas crenças, estendendo-se, por contiguidade, para além dos limites estritos da esfera laboral – ainda que aí se encontrem, contudo, profundamente ancoradas. O significado social do olhar e das interpretações que mobiliza pode ser apreendido, contextualmente, em situações diversas, pois o idioma da inveja opera também na frequência de lugares públicos – a rua, a lota, o café – e naquilo que é a face visível da inter-sociabilidade, ou seja, no próprio corpo e no vestuário, bem como no lar e naquilo que dele se dá à vista de quem passa, de quem entra ou de quem apenas fica à porta. Nalguns locais, as pessoas protegem-se da ostentação e coíbem-se de se exporem a si próprias e aos seus haveres. Noutros contextos, inversamente, exibem ostensivamente o seu património doméstico ou o poder de compra que o possibilitou. As tensões próprias de cada contexto manifestam-se de formas diversas, mas reduzem-se sempre a uma ou outra forma de contenção ou ostentação. Quando a tendência é para a ostentação, exibem-se, orgulhosamente, os sinais de que se está a adquirir um *status* financeiro cada vez mais conforme aos padrões burgueses de consumo. Esta tendência manifesta-se nas comunidades piscatórias que têm um contacto mais intenso, maior proximidade e maior fluxo de trocas com o mundo burguês, rural e urbano, em seu redor, qualidade de oferta turística, casas e quartos de aluguer disponíveis, equipamentos de lazer, etc. Noutras localidades, em contrapartida, a tendência para a contenção é uma força a tal ponto activa que muitas pessoas que conheci me afirmaram que evitam mostrar o interior das suas casas ou até mesmo fazer melhoramentos nas habitações por recearem os efeitos – isto é, as invejas – que poderiam desencadear-se entre vizinhos e conhecidos.

Durante a minha estadia numa das localidades da zona da xávega, a casa em que habitei pertencia a uma família constituída por um pescador, sua esposa e três filhos. Com a minha chegada, passaram a residir nos pequenos anexos das traseiras e cederam-me a sua casa – quatro assoalhadas grandes, com boa cozinha e casa de banho, tudo muito bem arranjado, decorado e limpo. Passado algum tempo, a dona da casa – tendo percebido que o meu trabalho consistia em andar para trás e para a frente, de companha em companha, falando com toda a gente – veio-me pedir que não dissesse a ninguém que lhe estava a pagar aluguer pela casa. Insistiu particularmente para que não o dissesse a ninguém da companha na qual trabalhavam as suas vizinhas (mãe e filha) da casa ao lado. Surpreendido, perguntei-lhe pelas razões que motivavam o seu pedido. Explicou-me, então, que as vizinhas já tinham tentado «tirar nabos da púcara» acerca de mim e das razões da minha presença ali, o

que é que eu andava a fazer e quando me ia embora, o que achei normal. Confessou-me, seguidamente, que nem a sogra tinha conhecimento do facto de que eu estava a pagar renda. Quanto às vizinhas do lado, disse-me tratar-se de «gente que tem raivas» e que, por vezes, ao passar na rua, ouve conversas – «não é nada comigo, mas como não sou burra...» –, que dizem coisas como: «eu também trabalho, mas chega o dinheiro para uns e para mim não chega, não percebo como é que fazem!»... Com os melhoramentos da casa (um dos anexos estava em obras) era o mesmo: se compra qualquer coisa, a outra fica danada e trata logo de ir comprar melhor e de fazer com que todos saibam que comprou melhor; e quando a falta de meios financeiros impede a realização de uma nova despesa que mantenha o equilíbrio da luta, entra então em acção a espiral das invejas.

Numa outra das localidades em que trabalhei, várias pessoas bem habituadas ao contacto «com os vareiros», instadas a falarem acerca da vida da pesca e dos pescadores acabavam, inevitavelmente, a caracterizar o “modo de ser” dos vareiros, explicando como as mulheres fazem do asseio próprio e do lar um ponto de honra; de como se protegem com plásticos por debaixo dos aventais e das blusas de trabalho, para que a roupa de dentro esteja sempre imaculada; e de como rivalizam no que toca ao conforto do lar: se uma compra um electrodoméstico, um candeeiro ou uma tapete, logo as vizinhas procurarão comprar modelos mais vistosos ou de melhores marcas. Atendendo à irregularidade e ao baixo nível dos rendimentos, não pode deixar de parecer estranho gastar-se mais nas aparências do que nas necessidades, desprezando-se quase sempre a poupança. Este é, aliás, um aspecto curioso, assinalado mesmo em contextos onde, à partida, não existem condições de pobreza, como em Inglaterra, nas costas do Mar do Norte: «many fishermen like to smarten up their homes. New carpets, expensive television sets and washing machines are usual» (Tunstall 1962: 137). É certo que muita gente, independentemente da sua ocupação profissional, gosta de melhorar o aspecto do lar comprando artigos de qualidade, exprimindo na decoração o que acredita ser o seu bom gosto. Aqui, no entanto, o que está em causa é o tom de agonismo mimético alimentado, como muitos reconhecem, pelas “raivas”, pela “ganância” e pela inveja. O mesmo tom exacerbado é usado, por vezes, no que toca à expressão do sentimento de orgulho que se tem nos filhos, no seu sucesso como bons trabalhadores, na sua aparência e na roupa que lhes vestem (se são pequenos), nos brinquedos que lhes dão e, especialmente, nas “lambarices” (gulodices) com que fazem questão de os apaparicar à frente de todos, no café ou na mercearia.

Ordem, causalidade, cooperação e agonismo

Na etnografia de Vila Chã, Sally Cole retoma, nos seus próprios termos, a tradição antropológica que atribui à inveja uma função de “regulação da estratificação” e de “controlo social”, tal como sugerido, respectivamente, por Cátedra Tomás (1976) para os pastores das Astúrias ocidentais, por Pina Cabral (1989) para os camponeses minhotos e, também, por Cutileiro (1977) para o Alentejo. Mas a perspectiva de Sally Cole distancia-se do registo sócio-funcional (Cutileiro, Cátedra Tomás) e simbólico (Pina Cabral) das precedentes, adoptando, no entanto, ideias bastante semelhantes acerca das relações entre a competição pela apropriação dos recursos, a esfera do político e a inveja. Para ela, a análise não se centra na desigualdade social, ou na estratificação, mas nas relações entre as casas marítimas, sendo a inveja uma metáfora e «também um barómetro dessas relações» (1994: 141). Cátedra Tomás defende que a inveja é uma forma de resolver as contradições entre a necessidade de cooperação imposta pelas circunstâncias ecológicas e os múltiplos conflitos decorrentes da escassez dos recursos (Cátedra Tomás 1976: 44); Sally Cole, por seu turno, refere-se a estas contradições como fruto de circunstâncias históricas específicas, associadas a «mudanças no contexto de forças mais gerais de mudança social e económica» (Cole 1994: 141); e diz ela que «a inveja é, portanto, uma metáfora daquilo que se pode dizer sobre as relações políticas dentro da comunidade, especialmente as relações entre as mulheres. A inveja descreve a oposição entre casas que têm consciência de competir entre si pela posse de recursos, tanto sociais como económicos» (1994: 142).

Os materiais referentes ao litoral central poderão, talvez, permitir uma leitura em tudo idêntica a esta, já que no mundo da xávega as mulheres são, efectivamente, agentes activos no eclodir do idioma da inveja, tal como assinalou Sally Cole para o Norte do país. Na minha perspectiva, contudo, a ênfase não deve ser colocada apenas na experiência feminina da inveja – ainda que, como vimos anteriormente, muitas mulheres desvalorizem o papel dos homens e assumam a sua autoridade nestas matérias, forçando-os a agir segundo a sua vontade e a colaborarem nalgumas fases do processo de erradicação do mal que atinge a companhia. Receosos da troça e da inveja dos seus pares, muitos homens fingem ignorar estes assuntos, enquanto outros se alheiam ou assumem atitudes (críticas ou, até, violentas, motivadas pela raiva ou pelo medo, a que eufemisticamente chamam “de respeito”) que levam frequente-

mente as mulheres a agir sem o seu conhecimento. Outros, cedem perante as insistências da companha ou dos parentes próximos e obedecem aos desejos das mulheres, consentindo em entregar-lhes bocados de rede, corda ou lascas de madeira da embarcação que elas levarão às “bruxas” para serem benzidos, permitindo que se façam rezas, salgas e defumações junto do barco, das redes, dos tractores e dos armazéns – esperançados de ultrapassar «esta disparidade e às vezes prolongadamente durante dias, contra uma mesma companha, não sendo possível explicar-se em taes casos o pronunciado azar que acompanha uma rede no meio de duas ou mais que nunca deixam de trazer bons lances» (Affreixo 1903: 135). Outros ainda, como também referi anteriormente, mostram-se profundamente crentes e assumem, igualmente, um papel activo na erradicação da má-roda, enquanto muitas mulheres se revelam, por seu turno, cépticas face ao poder maligno das “raivas” das pragas e da inveja, e críticas face às mulheres que sabem deixar-se envolver com “bruxas”.

Nos trabalhos etnográficos que se debruçaram sobre o rotativismo das tarefas agrícolas e pastoris, a *roda* (cf. por exemplo, Ott 1981; O’Neill 1984, cap. IV; Pais de Brito 1996, cap. V) representa um princípio de ordem por meio do qual a comunidade exerce o controlo julgado adequado sobre a esfera da produção, promovendo a cooperação e a entreajuda de modo a adequar meios e fins. No caso das comunidades piscatórias aqui abordadas, a impossibilidade de controlar objectivamente o processo produtivo (isto é, de controlar a abundância, a escassez e a reprodução dos recursos) mobiliza igualmente o símbolo da roda, mas de forma diversa: não estamos, neste caso, perante um mecanismo capaz de ordenar as relações de produção, mas perante uma metáfora que atribui sentido à ausência de uma ordem. Ao contrário do espírito de cooperação e entreajuda que preside às “rodas” e “tornas” do Norte de Portugal, Galiza, País Basco e Alpes (ou aos “dias merecidos” entre os camponeses de Vieira de Leiria), a exploração dos recursos haliêuticos por parte das companhas da xávega obedece a uma lógica de competição extremamente cerrada, pois a propriedade dos recursos é comum, posicionando-os a todos em pé de igualdade face à sorte e à administração central, encarregada da gestão desses mesmos recursos por via da regulamentação dos processos da sua extracção.

Centrando a análise na esfera do trabalho, o que está em causa não é a escassez dos recursos mas, antes, a sua aleatoriedade e, concomitantemente, a imprevisibilidade da sua captação, donde se segue que não é a escassez que, linearmente, determina os conflitos, nem a competição pela sua apropriação (ainda que estes factores se

encontrem presentes de forma bastante evidente). Tampouco se poderá reduzir a má-roda a um mecanismo que vise simplesmente impedir a diferenciação sócio-económica, pelo que não posso concordar com a interpretação funcionalista que vê a inveja como um «elemento regulador de la estratificación social» (Catedra Tomás 1976: 6) – uma espécie de panela de pressão destinada a evitar o eclodir das desigualdades¹⁸⁸. No universo rural, os camponeses sabem muito bem identificar as diferenças entre os seus bens e os recursos que estes lhes proporcionam – daí, aliás, a importância de que se reveste a posse da terra na organização social destas comunidades (cf. Pina Cabral 1989). O facto de se considerarem “todos iguais” deve-se aos laços comuns com o meio de que dependem e em função do qual se estruturam as suas actividades produtivas; igualdade perante a necessidade do trabalho e as exigências da terra – o que, a despeito do contraste com a disparidade dos rendimentos daí resultantes confere aos camponeses um certo sentido partilhado de identidade, assente, também, no princípio da igualdade dos fiéis na Igreja – *corpus mysticum* – ou no corpo de Cristo. O princípio de ordem que preside à realização das tarefas que exigem cooperação forja a ilusão da igualdade entre os vários intervenientes – pastores, camponeses ou casas cujos recursos são desiguais mas cujas práticas discursivas tendem, assim, a elidir essa desigualdade (cf. O’Neill 1984), e daí que Pina Cabral (1989) fale num ideal igualitário subjacente à visão do mundo dos camponeses do Alto Minho. Entre os pescadores, por seu turno, a igualdade está dada à partida; e quando o azar – uma conjugação aleatória, imprevisível, de factores – impede a participação de uma companha na consumação agonística da produção em que todas estão envolvidas surge, então, o discurso da *má-roda*. E se, por um lado, esse discurso pode ser concebido como uma tentativa de impor uma ordem – isto é, um sentido – onde ela não existe, por outro lado, ainda, a má-roda exprime de forma dramática a impossibilidade de estabelecer umnexo causal previsível entre o trabalho e o rendimento.

Este problema central foi também identificado por Twig Johnson, a partir de trabalho de campo realizado entre pescadores do Algarve, em 1972: «there is no fixed relationship between how much a man has worked and how much he earns» (1979: 248). Mais, constatou o autor a existência de quatro factores determinantes na

188 – Num exemplo proveniente de outro contexto etnográfico, é de assinalar este mesmo tipo de conexão na leitura feita por Pierre Clastres de um mito ameríndio sobre os “guerreiros cegos”, em que a cegueira evidenciaria «uma espécie de advertência contra a falta de igualdade» (Clastres 1980: 157).

emergência dos conflitos: a propriedade comum dos recursos, a vulnerabilidade tecnológica, o regime ocupacional das equipagens (o mau desempenho de um elemento pode comprometer os esforços dos restantes) e, finalmente, a incerteza (Johnson 1979: 248) – ou a aleatoriedade do processo produtivo e dos recursos em que este se baseia. O primeiro e o último destes factores são aqueles que, no contexto estudado e na perspectiva adoptada, me parecem cruciais. Quanto à vulnerabilidade tecnológica, creio que esta deve ser relativizada, pois os critérios que a poderão definir implicam, necessariamente, uma comparação entre diferentes tecnologias – procedimento cujo alcance é de âmbito limitado. Comparar, por exemplo, uma zarabatana com uma espingarda, pode ser um exercício intelectual interessante, mas espúrio em termos antropológicos (cf. Clastres 1979: 185). Não me parece, portanto, que os conflitos que encontram expressão através do idioma da inveja se justifiquem, de algum modo, pelo nível tecnológico das práticas piscatórias.

Noutra direcção, mas em consonância com a ideia de Twig Johnson de que entre os pescadores algarvios a motorização das embarcações e a melhoria das condições de segurança levaram ao desaparecimento das bruxas e da observância religiosa (cf. Acheson 1981: 288), Luís Martins sustenta que, nas modalidades dominantes de pesca por ele abordadas no Norte do país (sobretudo o cerco), os instrumentos electrónicos usados nas traineiras para a navegação e para a detecção de cardumes «retiram espaço conceptual ao aleatório nos resultados da pesca» (Martins 1999: 242); e que, portanto, as noções de imprevisibilidade, sorte e azar com que se confrontou no seu trabalho se referem a uma realidade distinta daquela que transparece na minha própria abordagem, «facto explicado por tomarmos como referência artes de pesca com níveis tecnológicos muito distintos» (1999: 241). Luís Martins não questiona uma série de práticas como a presença de ferraduras ou do “sanselimão”, bênção de redes e barcos, utilização de sal ou arruda para afastar as bruxas, o mau-olhado e a inveja, afirmando, no entanto, que esse «registo é hoje secundário quando em confronto com o discurso dominante, pois a sofisticação tecnológica tende a diminuir o sentimento de aleatoriedade nas capturas e induz uma postura menos entregue aos caprichos da natureza e do “mau-olhar”» (1999: 241). Pela minha parte, não duvido de que naquele contexto etnográfico o uso de instrumentos electrónicos possa ser responsável pela perda de importância do aleatório no “espaço conceptual” dos trabalhadores do mar. Mas não se infere daí que os contrastes face à zona da xávega radiquem nos diferentes níveis tecnológicos

em presença, *tout court*. Naturalmente, a experiência vivida da imprevisibilidade, da sorte e do azar é, necessariamente, diferente, pois os contextos de sentido a que se referem as nossas etnografias são, também eles, diversos. Assim, não creio que estejam em causa as diferenças entre níveis tecnológicos, mas apenas diferenças de ênfase e de interesses nas nossas etnografias, de acordo com a receptividade que cada etnógrafo manifesta às questões que o terreno sugere, ou “impõe”. Não surpreende, tampouco, que na Póvoa de Varzim o idioma da inveja seja secundário face ao discurso dominante. Também na zona da xávega, apesar da unidade fundamental da técnica de pesca praticada, há praias em que poucos são os que parecem acreditar nas bruxas e na inveja como causa do insucesso na pesca (e digo “parecem” porque, como expliquei antes, há muita gente que diz não acreditar com base em razões que revelam, afinal, a sua crença); noutras praias, em contrapartida, parte muito significativa dos pescadores considera seriamente estes assuntos. Parece-me, pois, que existirão outros factores a equacionar, de acordo com as especificidades históricas e sociológicas de cada contexto, até porque não me parece de todo evidente que a aleatoriedade nas capturas seja inversamente proporcional à sofisticação tecnológica¹⁸⁹. O uso de sonares não impede que certas embarcações detectem mais peixe que outras, e que algumas nem sequer detectem peixe. Na pesca do atum na Califórnia, por exemplo, os sonares têm o alcance de uma milha, enquanto a detecção visual de cardumes através de binóculos pode ir até às doze milhas (Orbach 1977: 80); e, neste caso, estamos na presença de uma frota com equipamentos altamente sofisticados onde, no entanto, a sorte não deixa de ocupar um papel central nos discursos dos pescadores, acontecendo frequentemente passarem-se vários dias sem que nenhum cardume seja localizado (1977: 208).

A questão da propriedade comum dos recursos e da regulamentação do acesso aos mesmos parece ser determinante das múltiplas tensões e conflitos que atravessam o tecido social destas comunidades, expressando-se, por exemplo, na contradição entre a necessidade de cooperação e a competição que se desenvolve entre as companhas, inclusivamente por via das diferenças nos ganhos e na sorte que os determina. Se a composição de uma companha se deixar penetrar por estas tensões agonísticas no seu próprio seio, então enfraquece e morre: os camaradas desertam, o

189 – «De facto, e embora paradoxalmente, o avanço tecnológico nas pescas costeiras pode, em muitas circunstâncias, aumentar o grau de incerteza em vez de o reduzir» (Moreira 1987: 29).

arraias tem dificuldade em exercer autoridade, os proprietários têm problemas... e todos eles têm menos dinheiro (sendo que ouvi falar de casos em que um “gerente”, escrivão ou “escrivona”, por exemplo, aproveitaram a primeira ocasião, ou um clima de conflito, para roubar a companha, ou o patrão, enganando-os nas contas). Ou seja: a competição, mais ou menos exacerbada, deverá ocorrer entre as diferentes unidades produtivas (companhas) em presença e nunca entre membros da mesma companha. Quando tal se verifica, os conflitos estendem-se para além do domínio profissional ao longo de linhas de clivagem que afectam, frequentemente, grandes grupos de parentes e familiares, como mostrei no capítulo 7.

Durante grande parte dos séculos XIX e XX, o clima de conflito e de agonismo desenfreado que caracteriza a existência das companhas de xávega encontrou expressão na prática das chamadas *recaxias* (a sul do Mondego dizem *regatas*): a embarcação que primeiro passar a zona de rebentação (*pancada*) mais afastada da praia – a *cabeça* do mar (Vieira), *banco* ou *mar do banco* (Norte) – é que tem o direito de escolher o local do lanço, forçando as demais embarcações a largarem as redes em zonas onde nem estas nem os cabos corram o risco de se embaraçarem com as suas, o que, a suceder, danifica a arte e dá lugar a acesas discussões. Na Praia da Vieira de Leiria, os livros de *Registos das Conciliações* do Julgado de Paz atestam várias situações desta natureza, em meados do século XIX: «...porque tendo a rede dos suplicantes entrado no mar para pescar no dia treze do corrente Novembro e tendo já deitado o seu lanço, e vindo a pescar sahindo desembaraçadamente em caminho para a terra, a companha do suplicado entrou então para o mar para pescar, porem devendo desviar-se da dos suplicantes, não o fez assim, porque deitou uma corda proxima da rede dos suplicantes; e sendo, então, advertido o suplicado e a sua companha da parte dos suplicantes, a não quizerão retirar; de que resultou que a dita corda cortasse a rede dos suplicantes rompendo-a, e fazendo-lhe perder o lanço daquella pescaria, com cujo facto teve a companha dos suplicantes huma grande perda e damno não so em perder o dito lanço mas em ficar a rede impossibilitada para pescar em quanto se não concertar bem como teve prejuizo na despeza que tem de fazer no seu concerto o que tudo a companha do suplicado lhe causou de proposito e accintamente (...)»¹⁹⁰. Num outro registo da mesma natureza, referente a 23 de Novembro de 1855, relatam-se factos ocorridos no início de Setembro desse

190 – Livro de *Registos das Conciliações* do Juízo de Paz da Vieira, 20 de Novembro de 1841.

mesmo ano tendo como protagonistas as mesmas companhias – “dos Velhos” e “dos Novos”, ou “Nova” – mas tendo já diferentes intervenientes, como senhorios e administradores; e o direito consuetudinário estabelecia que os suplicados deveriam «reçarcir este prejuizo, praticando o que é do uso e costume antiquissimo, praticado nesta costa, corroborado por Escritura pública que é pagar a companhia agressora à agredida metade da despesa do concerto, e metade do produto que fizer no seu lanço», não se tendo chegado, porém, a conciliação. Jayme Affreixo, por seu turno, também se referiu a estes conflitos (1902: 166), relacionando-os com as situações de má-roda – quando «francamente, ha occasiões em que parece existir um proposito superior de má vontade ou de castigo contra um certo nucleo de pescadores» (1903: 135). Na Praia da Vieira, quando o mar permitia, havia quem praticasse uma técnica denominada “arribar para duas cordas”: o barco ia largar a rede sem, contudo, deixar a ponta do reçoieiro na Praia; no regresso, depois de boçar a mão-de-barco, retornava ao ponto onde deixara a extremidade da primeira manga (assinalada com um coiro) e boçava-se então o reçoieiro, voltando para a praia com as duas cordas. Esta técnica não era isenta de riscos mas oferecia vantagens quando várias companhias trabalhavam em simultâneo, justificando-se, precisamente, na medida em que evitava os muitos problemas decorrentes das esperas e dos cruzamentos dos cabos de alagem.

Frequentemente, as recaxias davam azo a situações de conflito aberto, e contaram-me, até – também a sul do Mondego – que, uma vez, as companhias chegaram ao ponto de se abalroarem, lançando um barco de encontro ao outro, com graves prejuízos para as embarcações e risco para os seus tripulantes. No Furadouro, há também notícia de abalroamentos e sessões de pancadaria (Laranjeira 1984: 480 e segs). A recaxia era, pois, uma verdadeira competição de velocidade entre duas companhias, levando os remadores ao máximo do esforço e adoptando procedimentos codificados – nomeadamente, o içar de bandeira e distribuição de vinho por parte da companhia vencedora. Em Espinho, a descrição das “ricaxias” feita por Joaquim Tato explica-nos ainda um desses procedimentos codificados que, seguramente, está na origem dos abalroamentos: «...a companhia já quase vencedora vai-se aproximando enviesadamente para a seguir passar pela proa do seu valente contendor, fase formal que indica o triunfo, pelo que se ouviu um grito uníssonos transbordante de alegria!!!» (Tato 1980: 33). Actualmente, tudo mudou de figura, mas a lógica mantém-se. Nalgumas localidades, as companhias dispõem de espaços amplos e nem sequer pescam à vista umas das outras, mas há praias, em contrapartida, onde se mantém

vivo o princípio do direito de primazia no lanço para a embarcação que primeiro passar a rebentação do banco. Na Praia da Vieira, há várias décadas, a autoridade marítima resolveu a questão estabelecendo escalas semanais para que todos, à vez, pudessem ser os primeiros a entrar no mar – uso que, depois, se abandonou. Mais recentemente, os próprios regulamentos dimanados das capitánias especificam: «Nas praias onde houver mais que uma companhia a trabalhar dentro da mesma área, os arrais são obrigados a respeitarem a tomada de lanço à companhia que primeiro passar a rebentação» (Edital 6/89 da Capitania do Porto de Aveiro).

Finalmente, a questão da propriedade comum dos recursos apela, também, para a relativa indefinição de competências e de jurisdições sobre o interface litoral¹⁹¹. Por um lado, os recursos são teoricamente comuns mas, na prática, a sua extracção

191 – Como mostrei no capítulo 3, as próprias demarcações territoriais entre as freguesias do litoral e a definição de direitos sobre os recursos amiúde suscitaram, ao longo dos séculos, conflitos envolvendo os habitantes, os proprietários laicos e eclesiásticos e o Estado, através dos seus representantes e administradores – conflitos de direitos que não são, aliás, exclusivo nacional: como nota Alain Corbin, «O litoral, assim como a charneca e a floresta, constitui uma área de tensões potenciais. A indeterminação desses espaços, a multiplicidade dos direitos de uso e particularmente o “falso *poissonage*” (direito devido ao senhor feudal para a venda de peixe num mercado) que aí se estabelece, os privilégios outorgados e as insidiosas tentativas de monopólio tornam esses lugares altamente conflitivos. A trama das anulações, das revisões e das interpretações faz de todo “pequeno pescador” um usurpador potencial» (1989: 215). A este propósito escreveu o engenheiro-silvicultor Arala Pinto, Regente das Matas no Pinhal de Leiria: «O pescador da Vieira, principalmente no inverno, quando o mar embravecido guarda avaramente o peixe, é outro delinquente, e outro pequeno gatuno das trisias e das varas do pinhal. (...) E vem a participação, é marcado o dia do julgamento e aparece então à supuração toda a miséria desses portugueses com fome» (Pinto 1939: 393). E lá iam, por vezes, famílias inteiras, prestar contas à justiça por causa de um palheiro que se reconstruiu, ou de um molho de lenha para o Inverno... José Loureiro Botas emblematizou esta questão nas palavras de uma das personagens dos seus contos – a Jacinta Caréoa –, quando esta se insurge contra os abusos de que sofriam os pescadores, aventando a hipótese de comparecer perante o Regedor, responsável local pela “estiça” (Justiça): «Se me perguntarem: – Donde é você? Saiba vomecê, senhor juiz, que sou duma terra tão esprezada que nem nome tem; ali todos pagam e ninguém tem nada de seu porque nem no que é nosso podemos fazer o que queremos. Na se sabe de quem aquilo é e quem devia saber não se importa. (...) Mesmo que não haja ganhos temos que pagar e se eu quiser botar uma tábua nova na nha barraca na tenho orde. Uma pessoa teima e bota-a: vêm as Matas e embargam tudo. A gente pergunta: no fim de contas quem manda nisto? – Ai, que não é a Cambra; ai porque é património do Estado, porque é das Matas, porque é co a Junta das Estradas, porque é co a Capitania, porque é disto, porque é daquilo...» (1944: 139). De facto, o número de entidades com poder de intervenção e competências no litoral (autarquias, direcções regionais, direcções gerais, comissões, institutos e capitánias, etc., etc.) distribui-se, presentemente, pela quase totalidade dos ministérios da República, o que contribui para a manutenção do caos no que toca ao apuramento de responsabilidades formais perante os sucessivos desastres ambientais e urbanísticos que, impunemente, têm vindo a destruir o nosso património costeiro (veja-se o diagnóstico traçado por Luísa Schmidt em «Costas Vergadas», *Expresso-Revista*, 21 de Abril de 2001, pp. 94-99).

está fortemente condicionada à legislação nacional e europeia – e, por vezes, a leituras enviesadas da mesma, como nos anos oitenta, quando as leis da República davam livre trânsito para a morte da arte xávega, alegando as capitánias e outras autoridades (seguindo a Lei 43/87, de 17 de Julho) a proibição do exercício da pesca a menos de um quarto de milha da costa (400 metros); por outro lado, a arte xávega é exercida a partir das praias e não de portos marítimos, o que envolve as suas condições de possibilidade e seus respectivos agentes numa densa trama de conflitos jurídico-políticos em torno da beira-mar e dos seus usos ¹⁹². Tenhamos presente que, para os pescadores, o exercício da sua profissão coloca-os irremediavelmente num espaço social periférico, nas margens de um mundo que os exclui do usufruto pleno dos seus direitos – por exemplo, no acesso a apoios profissionais e subsídios como os que beneficiam as gentes da terra ¹⁹³ – e, também, num tempo e num espaço de impermanência, de incerteza e de risco, entre a vida e a morte. Saliente-se, aliás, a ambiguidade que transparece nos seus discursos acerca do mar, que consideram simultaneamente *sagrado e maldito* – por ser, justamente, seara e cemitério – e a que

192 – Actualmente, os conflitos em torno da ocupação do litoral continuam na ordem do dia, inclusivamente pelas pressões dos grupos de interesse ligados à indústria turística e aos sectores da construção civil e imobiliário que, ao longo das últimas duas ou três décadas, contribuíram decisivamente para a destruição dos ecótopos litorais, com a conivência das autarquias e, quase sempre, gozando de impunidade perante a justiça. Nas frentes marítimas dos concelhos de Espinho e Ovar, o equilíbrio geodinâmico do litoral encontra-se irremediavelmente comprometido: a praia de Esmoriz deixou de existir, devido à drástica diminuição do *stock* sedimentar costeiro que afecta todo o litoral central e, muito em especial, esta zona; a povoação encontra-se defendida por uma muralha de pedregulhos e blocos de cimento que o mar galga durante os temporais do Inverno e nas épocas de marés-vivas; a mata que se estende do sul de Cortegaça até ao Furadouro – a derradeira mancha verde costeira da parte norte da zona da xávega – encontra-se também ameaçada: o Plano Director Municipal (PDM) de Ovar prevê a possibilidade de licenciar construções nos espaços de praia desta área, o que implicaria grandes abates de árvores e a entrada em cena do tijolo e do cimento, do alcatrão e dos esgotos, etc., e daí o “sinal vermelho” da Resolução 66/95 (B) do Conselho de Ministros. Em contrapartida, ao longo de cerca de cento e cinquenta anos, as comunidades piscatórias que se foram instalando nos areais do litoral central desenvolveram as suas actividades de forma relativamente equilibrada, não se lhes podendo imputar responsabilidades criminosas na destruição do meio ambiente *no* qual e *do* qual viviam: os habitantes das praias conheciam, por experiência, o poder dos elementos – os efeitos conjugados dos ventos, das marés e das areias – e, aparentemente, tinham noção da importância das matas de pinheiro e da vegetação no processo de fixação das dunas. A construção de “palheiros” em madeira, praticada até à década de sessenta constitui, a este respeito, um testemunho notável.

193 – Praticamente todos os pescadores da zona norte se queixam do desprezo a que estão condenados: que os lavradores têm subsídios de gasóleo, linhas de crédito com juros bonificados e protecção estatal em caso de mau ano agrícola; e que os operários das muitas fábricas da região, por seu turno, têm acesso ao subsídio de desemprego quando ficam desempregados, o que não acontece com eles.

chamam *cão, ladrão, esperto, ruim...*; que *cresce, é cavaleiro* e parece *não perder nunca a dor que traz*¹⁹⁴... O romântico Júlio Diniz – na sua estada em Ovar em 1863 – parece ter apreendido a fonte desta ambiguidade, que diz ser comum aos pescadores e aos poetas: «o homem que vive e envelhece a escutar aquela música das ondas, que do alvorecer ao crepúsculo é embalado por elas, o que alternadamente as conheceu afáveis e irritadas, que delas recebeu carícias e ameaças e as viu ora suavemente iluminadas pelo luar, ora reflectindo a luz sinistra dos relâmpagos, surpreende-se muitas vezes nestas silenciosas e inexprimíveis divagações do espírito, tão frequentes nos poetas» (1997: 25)...

Padrões e ritmos, a esfera produtiva e o desejo

A expressão “má-roda” apela para universos de sentido com implicações culturais vastas e diversas: a roda da fortuna, o destino, a repetição, o ciclo, o devir e, implicitamente, as relações causa-efeito ou a própria temporalidade. Keith Thomas, referindo-se a um género de práticas divinatórias em que são utilizados valores numéricos para as letras do nome de uma pessoa, diz: «...it was derived from the Spheres of Life and Death, a genre which went back to the ancient world. These Spheres or “wheels” were usually attributed to Plato or Pythagoras or some early christian saint. Normally they consisted of a circle divided up into compartments containing different fortunes (...). They survive plentifully in medieval manuscripts and appeared in print in the later sixteenth century. Their arbitrariness resembled that of the medieval Books of Fate, from which the reader chose his fortune by throwing dice» (Thomas 1985: 284). A ideia de roda exprime a concepção de uma oposição (bem e mal, por exemplo) e, também, a ciclicidade periódica dos seus termos, à semelhança do fluxo e do refluxo das águas, da Lua, das marés-vivas (no dizer dos pescadores, “purgas de mar”, “lançamentos de mar”...) e das estações. A roda do céu, que o homem povoou com «tudo o que é do interesse de caçadores, pescadores e camponeses» (Jorn 1996: 19), pressupõe a experiência vivida da repetição, dos ciclos e dos ritmos, como já Adolfo Coelho notara, num texto de 1912 consagrado à poesia popular portuguesa, estabelecendo relações entre a poesia, o canto e a dança (1993a: 251). Leroi-Gourhan referiu-se ao fundamento antropológico, “visceral”, da

194 – Diz-se na Praia da Vieira, quando o mar está ruim durante dias a fio, sem dar mostras de acalmia.

percepção e da domesticação dos ritmos – do sono, da digestão, da alternância dos dias e das noites, das mutações meteorológicas sazonais... –, assinalando o papel importante das «rupturas do equilíbrio rítmico» associadas à «procura de um estado segundo, de uma expatriação mental» (Leroi-Gourhan 1987: 88).

A ressonância simbólica destas ideias traz-me à memória as muitas orações para curar o quebranto e outros males que, no início da década de noventa, ouvi, maravilhado, da boca das camponesas de Vieira de Leiria¹⁹⁵. Um dos aspectos que mais me chamou a atenção foi, justamente, o facto de que nenhuma das fórmulas, récitas e gestos utilizados, deverá ser repetida em número par: tudo se faz e se repete, sempre, por três, cinco, sete, ou nove vezes, seja para curar o quebranto, ou para curar do “retorcido”, do “cobrão”, da “enzipla”, do “bucho-tombado”, do “esbandalhado” ou do “aguado”. E o mesmo é válido para os responsos a Santo António para que se encontrem objectos perdidos, ou para as orações a Santa Bárbara, que afastam as trovoadas. A emergência deste tipo peculiar de conjugações de repetição e imparidade está documentada, pelo menos, desde a centúria de Quinhentos, como se depreende da análise de Francisco Bethencourt em torno dos aspectos numéricos da “mentalidade mágica” das feiticeiras, saladores e nigromantes quinhentistas (1987: 112). A recusa da paridade evoca, por um lado, o horror do duplo, da sombra, da indiferenciação, a que se refere alguma literatura antropológica sobre os gémeos e sobre questões que apelam para a ameaça simbólica de dissolução da alteridade (Gomes da Silva 1989); por outro lado, sugere a imponderabilidade rítmica do devir, ou a aleatoriedade implícita na repetição, enquanto geradora de diferenças – “boas” ou “más”, como no mundo e na vida: «o crescimento e a reparação, a assimilação e a perda sucedem-se alternativamente», como escrevia Adolfo Coelho no já referido texto de 1912 (1993a: 251).

Procurando situar comparativamente estas questões, sublinharia que, em diversos contextos africanos, muitas das práticas de feitiçaria recenseadas pelos

195 – A que mais me impressionou, pelas suas características rítmicas e pelo vigor da fórmula, começa com a costumeira evocação dos números dois (olhos) e três (Santa Trindade ou, noutras variantes, apóstolos ou santos) – «dois to deram, três to tirarão», sendo que de um vem o mal e do outro a sua erradicação –, sendo repetida três vezes enquanto se deita nove pingos de azeite num prato com água (três de cada uma das três vezes que se recita a fórmula). Diz-se então: «Em nome de Deus sagrado / Eu desamarro quem te amarrou / Eu desenleio quem te enleou / Eu desembrulho quem te embrulhou / Eu desinvejo quem te invejou / E desenraivo quem te enraivou / E desembucho quem te embuchou / E desembruxo quem te embruxou» (camponesa do Campo da Passagem, 82 anos).

antropólogos são impulsionadas tanto pela vontade de anular certos tipos de diferenças como, inversamente, pela rejeição da indiferenciação, ou pela necessidade de «renforcer les traits distinctifs dont la pertinence est indispensable à l’intelligibilité d’un système d’oppositions» (Gomes da Silva 1989: 84). A abordagem das práticas de feitiçaria tal como descritas pela Etnografia estrutural-funcionalista levou este autor à conclusão de que «souveraineté et sorcellerie constituent les deux faces d’une même réalité» (1989: 106), sendo que um e outro, soberano e feiticeiro, definem relações e obrigações sociais – e é este, justamente, o aspecto que pretendo evidenciar – através das suas potencialidades para o domínio e a influência sobre as forças da natureza: se um possui a capacidade de controlar a fecundidade e o equilíbrio dos ritmos naturais, o outro pode ser causa de mau tempo ou provocar a doença, a seca, a morte. Os historiadores, por seu turno, também identificaram claramente a questão: Francisco Bethencourt referiu-se às práticas mágicas quinhentistas «no quadro de uma estreita dependência do homem em relação à natureza» (1987: 255), apresentando-nos os seus agentes como capazes de estabelecer «correspondências entre os signos produzidos aleatoriamente e as situações possíveis do destino individual» (1987: 37); um outro estudo localizado na diocese de Coimbra entre 1650 e 1740 refere-se aos mecanismos de culpabilização de mágicos e feiticeiras pela origem do infortúnio, reconhecendo-lhes a capacidade de provocar «a doença ou a morte, de destruir colheitas, de limitar a produção de caça e pesca, de através dos seus extraordinários poderes interferirem no curso regular da natureza» (Paiva 1992: 142).

Tradicionalmente, os momentos do retorno periódico do infortúnio no mundo camponês eram ritmados pela impossibilidade de obter recursos suficientes para as necessidades – uma característica própria do Inverno enquanto período de escassez alimentar, de escuridão, frio e doença (cf. Pais de Brito 1989: 527-530). Disso mesmo, aliás, dão testemunho as festas populares que, sob o signo da morte, estruturam o ciclo do Inverno, de Finados ao Entrudo. Por seu turno, o fenómeno da má-roda e a inveja apelam, precisamente, para a dimensão cognitiva implícita na experiência das irregularidades que penetram os ritmos e os ciclos da natureza, da desordem e da necessidade de a ultrapassar, simulando e dissimulando, negando ou invertendo os nexos causais que estabelecem e organizam as relações sociais num dado quadro ecológico (cf. Gomes da Silva 1989: 234). À semelhança do que sucede na feitiçaria, o infortúnio na pesca é apreendido como um padrão, pelo seu carácter simultaneamente

imprevisível e recorrente (cf. Favret-Saada 1977). Num primeiro momento, surge a dúvida quanto à natureza do insucesso e, logo, a negação da causalidade natural dos factos, substituindo-a por uma ordem de causalidade moral cuja intencionalidade nega o acaso das ocorrências desfavoráveis. Convertido o azar em agressão mágica, accionam-se então os processos de detecção de um bode expiatório a quem se possa apontar a responsabilidade pelo infortúnio, mas sem que nunca se formalize, no entanto, qualquer acusação. Ao invés, desencadeiam-se processos de intenções marcados pelo evitamento, pelos silêncios ensurdecadores e pelos falatórios nas costas de todos aqueles de quem se suspeita. Caso existam, as ligações entre quem se queixa e quem é apontado como causador do mal são então revistas, o que poderá afectar várias pessoas e comprometer relações de ordem laboral, vicinal e familiar. As situações de má-roda vêm, portanto, evidenciar as muitas tensões que atravessam a vida dos trabalhadores do mar, já que o relacionamento entre companhas está permanentemente minado pela espiral do conflito e do agonismo mimético, isto é: há uma marcação visual cerrada (ainda que esquiva e silenciosa, dissimulada em desinteresse) que permanentemente procede ao controlo comparativo daquilo que os outros pescam ou deixam de pescar e, em conformidade, fazem-se todos os esforços para actuar de modo idêntico àqueles que, pescando ao lado, são mais bem sucedidos, fazendo os lanços a distâncias e em locais seleccionados em função das escolhas observadas, ou apenas pressentidas, nas companhas rivais.

Já em 1916, num texto consagrado aos sargaceiros do litoral minhoto, incluso no primeiro número da revista *Terra Portuguesa*, as práticas de coerção e humilhação dos santos haviam levado o seu autor à convicção de que «o nosso pescador (...) é o tipo popular da pior fé que conheço, ou seja aquele cuja crença mantém o exclusivo equilíbrio da sua conveniencia economica» (Guimarães 1916: 17). Trevor Lummis, tendo como ponto de partida a teoria da magia de Malinowski (cf. Malinowski 1988: 32), sublinhou que entre os pescadores de três diferentes géneros de pesca, em Inglaterra, os domínios da “superstição” se encontram correlacionados sobretudo com o risco económico, ou com o que designa por *economic anxiety*, e não com o risco pessoal (Lummis 1983: 195, 1985: 153). Efectivamente, os factos relativos à má-roda e às tensões desencadeadas pelo idioma da inveja encontram-se associados à recorrência das situações em que a actividade produtiva, os recursos e a capacidade de trabalho para os obter são ameaçados e a sua prossecução posta em risco. Numa análise mais alargada da experiência do infortúnio e das suas vítimas –

abrangendo não só a inveja e o quebranto, mas também a feitiçaria e outras práticas mágicas, as maldições, a coerção e humilhação dos santos (cf. Nunes 1999) – constata-se a recorrência das situações de risco: risco de vida, ou de perda de integridade física de pessoas ou bens, risco de escassez, risco de não contrair matrimónio...; situações, portanto, potencialmente ameaçadoras para a continuidade de uma dada ordem social materializada nas suas forças produtivas e na permanente expectativa que alimenta a sua prossecução cíclica regular por forma a satisfazer as necessidades básicas dos agentes envolvidos; ameaças ao que se espera ser o curso normal das actividades produtivas, de acordo com as expectativas quanto à sua regularidade. Os obstáculos não controláveis – como os ventos, a chuva, a doença e todos os imprevisíveis acasos... – não só constituem um impedimento à obtenção de ganhos como podem, também, fazer surgir o espectro da morte e a vertigem dos limites – como no caso da iminência de um naufrágio ou nas situações de escassez e impossibilidade de obter recursos. Esta incerteza face ao devir revela-se em procedimentos cognitivos profundamente enraizados no envolvimento activo das pessoas com o meio físico e social em que decorre a sua existência, na sua história e no seu quotidiano vivido. De acordo com as condicionantes ambientais, as circunstâncias aleatórias, conjunturais, que impedem a produção e ameaçam pessoas e bens, são, assim, associadas a causas morais, procurando então determinar-se as evidências sensíveis capazes de lhes conferir visibilidade.

Mas o complexo de fenómenos associado à má-roda e à inveja, revelando as perturbações de equilíbrio das forças produtivas no processo de reprodução social, não se situa meramente ao nível da esfera económica, ainda que nela encontre o seu fundamento. Escrevendo sobre os pescadores de atum da Califórnia, Michael Orbach demarcou-se das interpretações economicistas, afirmando que os modos de lidar com o risco e a incerteza «are rather than accounting procedures, matters of belief systems – understandings about how one goes about controlling the uncontrollable» (1977: 203); e Antonius Robben, através da etnografia de uma comunidade piscatória do Nordeste brasileiro (Robben 1989), defendeu que a economia não se reporta a um domínio específico do social mas, antes, constitui-se como um processo dialéctico entre práticas e discursos. A sua orientação interpretativa pós-moderna leva-o a dar mais atenção aos conflitos discursivos e ao processo dialógico de “negociação” entre discursos e contra-discursos do que a alguns aspectos centrais da existência destes pescadores. No entanto, a questão que, a mim, parece fundamental encontra-se bem

identificada no seu trabalho: por um lado, «what sets fishing apart from other professions in Camurim is the uncertainty of production efforts and the fluctuations in earnings» (1989: 145); por outro lado, o medo dos colegas invejosos, do “olho grande”, leva a que «harm from envious glances might make them fall ill or have an adverse effect on their catches» (1989: 77).

Nos anos sessenta, tendo por base o dogma da escassez que fundamenta as teorias económicas modernas, George Foster propôs a aplicação da sua teoria dos bens limitados nas sociedades camponesas (1965) ao estudo da inveja, que descreve como «a pan-human phenomenon, abundantly present in every society, and present to a great or lesser extent in every human being» (1972: 165). Para este autor, os recursos, assim como todas as «desired things in life» (Foster 1965: 296), existiriam em quantidades finitas, sendo a sua “oferta” sempre limitada. Não sendo possível aos camponeses pobres aumentar a disponibilidade dos recursos, segue-se que «an individual or a family can improve a position only at the expense of others» (1965: 297). Os objectos de desejo, cobiça, inveja, ganância e raivas dizem respeito a todos os domínios da existência destes camponeses, pelo que, segundo Foster, a riqueza, o poder, a saúde ou o amor obedeceriam ao mesmo princípio. Mas, atendendo à natureza dos recursos de que dependem os grupos piscatórios, é preciso ter presente, desde logo, que estamos perante formas de organização social muito diferentes das do mundo camponês e agro-pastoril, pelo que não partilho, em absoluto, desta leitura. A aplicação da teoria dos bens limitados à análise da inveja – que foi amplamente comentada nas páginas do periódico *Current Anthropology*, em simultâneo com a publicação do próprio artigo de Foster (1972) – encontrou continuidade no modelo desenvolvido por Alan Dundes (1992) para o estudo do *evil eye*, sob a forma de uma espécie de teoria hidráulica da inveja assente na oposição entre o *seco* e o *molhado*. Mas, contrariamente às propostas metodológicas dos antropólogos, os folcloristas contemporâneos insistem na elisão dos contextos materiais e intersubjectivos onde têm lugar os fenómenos que resolveram “explicar”. As propostas de Dundes, a que me referirei adiante, enfermam de um comparativismo mistificador, ilustrando os seus argumentos com um mosaico de citações dos autores mais diversos recortadas de áreas do saber e da literatura absolutamente distintas – abrangendo períodos históricos separados por séculos, e mesmo milénios – anedotas e, até, banalidades acerca de gorjetas em restaurantes do Sul de França e Espanha (cf. também Foster 1972: 167).

Na Galiza, o trabalho de Carmelo Lisón Tolosana em torno destas temáticas assenta num conjunto extremamente rico de materiais etnográficos, em que se destacam os que concernem aos universos piscatórios. Mas as suas propostas interpretativas assentam, em boa medida, numa leitura freudiana destes mesmos materiais, sendo que a virilidade sexual, as conversas sobre “putas” e os símbolos fálicos assumem, no contexto galego, um importante papel preventivo e terapêutico contra os efeitos perniciosos do olhar nefasto e da inveja. Carmelo Lisón assinalou uma fortíssima contiguidade entre a mulher e a desordem, a doença, o caos, a incerteza, a perda económica e a desgraça, atribuindo-lhe a condição paradoxal de manipular os símbolos da virilidade masculina – os símbolos fálicos com os quais se combate o infortúnio (Lisón Tolosana 1987: 201-207). Também na visão do mundo camponesa do Alto Minho predomina uma concepção ameaçadora da sexualidade feminina, associada às bruxas e às propriedades negativas do sangue menstrual, inclusivamente pela sua conexão com o mau-olhado (Pina Cabral 1989: 123).

Estas relações de semelhança e de contiguidade (bruxa/mulher :: mal/sexualidade) surgem como figuras de excesso que simbolizam ameaças à ordem produtiva e relevam, portanto, mais do domínio das relações sociais do que da psicologia profunda dos indivíduos. O mesmo tipo de conexão entre a esfera produtiva e a sexualidade ou, por outras palavras, entre o azar e a prostituta, surge nas tripulações dos grandes barcos da pesca do atum de San Diego da Califórnia, onde existe a crença de que «bad luck, and particularly equipment failure, occurs when one of the crewmen has not paid a prostitute, or has in some other way been unfair to her» (Orbach 1977: 211) – tema a que os homens se referem sempre em tom jocoso. Entre a Galiza e o litoral central português encontramos também, em torno desta temática, elementos com alto grau de semelhança. Veja-se um exemplo: a situação denominada má-roda entre os pescadores da xávega suscita, na Galiza, a suspeita de que «algún ollo nos veu» (Lisón Tolosana 1987: 158) – o olhar de uma *meiga* (bruxa), bem entendido; entre os pescadores da xávega, sempre que algo corre mal no trabalho da pesca, pode utilizar-se a expressão “isto foi bruxa que nos viu!”, ou “foi alguma puta que nos viu!” – expressões que ouvi tanto a norte como a sul da zona da xávega. Ora, na Galiza, falar de mulheres ou falar de prostitutas a bordo é considerado benéfico para a pesca (e quanto mais escabrosa a conversa, melhor!...). Também as histórias acerca de bruxas registadas na Galiza apresentam enorme semelhança com algumas daquelas que me foram narradas pelos camponeses e

pescadores da Vieira de Leiria (Nunes 1993: 305-306), inclusivamente por versarem os temas relacionados com viagens fantásticas de barco (Lisón Tolosana 1987: 56).

No que concerne particularmente ao *evil-eye*, a vertente psicanalítica da interpretação de Carmelo Lisón acaba por conduzir-nos a algumas ideias que apelam mais fortemente ao surrealismo do que à etnografia. Os órgãos sexuais femininos evocariam, simbolicamente, o fantasma da devoração, como propôs Géza Róheim em 1952 (1992) – *vagina dentata* –, surgindo como um substituto simbólico do olho ou, como sugere Dundes: «in symbolic terms a pair of eyes may be equivalent to breasts or testicles. A single eye may be a phallus (especially the glans), the vulva, or occasionally the anus» (Dundes 1992: 267), sendo que, a acreditar no autor, entre semitas e indo-europeus estas associações constituem «structural principles of thought» (1992: 267). Para Róheim, a explicação do *evil-eye* tem a ver com o fantasma da devoração dado na contiguidade metonímica entre o olho e a boca (cf. Flores-Meiser 1976), com a oralidade e a agressão – e, daí, o reconhecimento implícito do poder viril masculino nos antídotos de natureza fálica e cornuda (e, talvez, em todas as formas de hegemonia patriarcal, agressiva e falocrata): «in Latin *fascinum* means both the evil eye and the penis as averter of the evil eye» (Róheim 1992: 217), envolvendo, ainda, uma componente de voyeurismo e exibicionismo (1992: 220). Outras interpretações, ainda, pretendem que o *evil-eye* e a inveja têm uma explicação sócio-psiquiátrica como, por exemplo, a de Kearney (1976), que, na esteira de Ruth Benedict, diz decorrer o fenómeno do que qualifica como «uma visão do mundo paranóide» e da necessidade obsessiva de defesa face à agressão; e há até quem sustente que o fenómeno da inveja e as práticas que lhe estão associadas residem, como sugerem Stein (1976) e outros, num mecanismo psíquico adquirido na primeira infância. Mas o que me parece mais significativo neste fenómeno não releva da psicologia individual (ainda que aí tenha, certamente, a sua expressão própria) nem se prende, tampouco, com a suposta existência de um “síndrome da sorte” terceiro-mundista (Foster 1965: 308), mas, antes, com os processos sociais em que se equaciona o “problema do aleatório”, enquanto parte constitutiva do mundo da experiência – questão que diz respeito a qualquer indivíduo humano (Jackson 1989: 66), mas cujos princípios fundamentais surgem, também, como um denominador comum a toda a arquitectura do mundo vivo (Varela, Thompson e Rosch 1992). Aqui, regressamos ao que considero ser o contributo fundamental de Carmelo Lisón: a identificação

do que denominou «síndrome etnográfico bruxa/olho/inveja» e que, na sua opinião, configura um testemunho da perplexidade humana perante a desordem, o acaso e a incerteza (1987: 316) – opinião que partilho sem reservas. Diz ele, a propósito dos efeitos nefastos do olhar, que nos encontramos na presença de um *pathos* específico da condição humana: «la radical duda e incompreñión primordial, el sentido de impotencia y de desorden. La configuración del ajojo, potente matriz cultural, pretende explicar ahora lo inexplicable» (1987: 309).

Mas os utensílios descritivos que a linguagem da Psicanálise nos pode fornecer não se situam unicamente nos planos que referi acima. Parece incontornável, neste contexto, a problematização da “actividade desejanter”, referida ao próprio fundamento das relações sociais, à *intencionalidade* da acção motivada dos agentes históricos e à *intersubjectividade* que lhe dá sentido. Vejamos: as “raivas”, a ganância e a inveja não emergem apenas por via do sobrenatural nas situações de má-roda, mas também através da componente mimética envolvida no reconhecimento dos signos visíveis do bem-estar material e, correlativamente, do prestígio que lhe está associado. A incerteza na captação dos recursos facilmente cede lugar a um desejo desenfreado de tentar obter mais ganhos, arriscando constantemente e capitalizando, em caso de sucesso, o prestígio conferido pelos riscos e pelos esforços que são enfrentados na vida da pesca. Revelam-se, deste modo, os conflitos decorrentes do desfasamento entre as expectativas criadas pelas necessidades (que são muitas, visto tratar-se de meios onde impera a pobreza e a exclusão) e os meios para as realizar. Este desfasamento – a ausência de uma relação de causalidade previsível entre o trabalho e o rendimento – sugeriu-me o desencadear de uma *pulsão de ordem escópica* (Cartry 1978)¹⁹⁶ emergindo conjunturalmente nas ocasiões em que o desejo é confrontado com os seus próprios limites¹⁹⁷. Assim, é o

196 – Cartry interroga-se se «les interdits majeurs d’une société, et d’abord, ceux dont la sexualité est l’objet, n’ont pas toujours pour effet l’intervention d’une métaphore dévoilant ce que du désir met en jeu une pulsion d’ordre scopique» (Cartry 1978: 79). Para a língua portuguesa, a utilização do neologismo “escópico” parece absolutamente justificada, sendo uma expressão vulgar, por exemplo, enquanto componente de palavras que designam, real ou metaforicamente, a qualidade, proximidade ou distância de um objecto cuja apreensão visual é possibilitada pelo exercício directo da visão ou por certos instrumentos ópticos (como telescópios ou microscópios), como em *telescópico*, *microscópico*, *estereoscópico*, *endoscópico*, *espectroscópico*, etc. O dicionário Houaiss regista o termo como «relativo a escopia», fazendo remontar a sua utilização a 1987.

197 – Esta temática da infinitude do desejo, e das expectativas que excedem as possibilidades, encontra-se no cerne do conceito durkheimiano de *anomia* – desregramento

próprio reconhecimento das diferenças investidas pelo olhar que se constitui como metáfora da incerteza e da imprevisibilidade dada no conjunto de relações entre a comunidade, o meio de onde retira a subsistência e o trabalho que lhe dá também um forte sentimento identitário; e é ao sistema de encadeamentos metonímicos dado nesse conjunto de relações, tal como se revela na acção – da qual, aliás, não é dissociável –, que aplico a designação *idioma da inveja*.

O sucesso diferencial e os excessos do olhar

A expressão mais clara e directa da importância do olhar na construção do idioma da inveja foi-me revelada, pela primeira vez, nas palavras – registadas em Março de 1992 – de uma mulher da Praia da Vieira, já falecida, que tive o privilégio de conhecer e o prazer de biografar. Referindo-se à vida dos avieiros no Tejo, garantiu-me que havia ali mais inveja do que na Praia e deu o exemplo de uma sua cunhada que andava sempre pelos cabeços a espreitar o que ela e o marido traziam no barco – se muito, se pouco peixe. Tal como nas praias mais a norte, os autores destes olhares invejosos nunca são confrontados com as razões que os levam a essas práticas escópicas reprováveis: «Mas não lhe ia dizer assim: “Estavas a espreitar?!” Ficávamos com tudo isso... A vida do pescador é a vida mais invejosa que pode haver, ó senhor!» Esta mulher disse-me ainda que – durante a safra da xávega, na Praia – são as mulheres que falam, não os homens: «porque é mal de inveja e porque não podem ver as redes (...) porque anda tudo invejado, é tudo raiva que trazem!...» Estes, porém, não só cedem quase sempre às mulheres no que toca às medidas a adoptar tendo em vista sanar a má-rodas (idas à bruxa e aplicação da respectiva “terapêutica”), como são também agentes activos no comportamento agonístico em que tantas vezes se expressa a raiva e a inveja – sentimentos que podem ser considerados, simultaneamente, como causa e como consequência desses mesmos comportamentos.

Um episódio que revela claramente a rivalidade mimética que permeia a vida da pesca teve como palco uma das praias a sul do Mondego: uma das companhas aguardava impacientemente pelos resultados do lanço de outra, para decidir – em função da quantidade de peixe capturada – se valeria ou não a pena voltar ao mar para mais um lanço. Quando verificaram que o peixe na rede rival era pouco, o arrais

moral associado ao peso excessivo da instância económica; cf. Duvignaud (1986) para uma perspectiva criativa sobre este conceito, cujo maior detractor é Besnard (1987).

decidiu esperar, apesar de o barco estar já aparelhado e o pessoal impaciente (se o lanço da outra companha tivesse dado muito peixe teriam entrado imediatamente no mar). A decisão de dar ou não mais um lanço foi retardada até ao limite, enquanto tinha lugar a observação atenta e disfarçada de todos os movimentos da outra companha. Esperaram que eles voltassem a aparelhar o barco e, no último momento, quando perceberam a intenção de pôr novamente o barco para baixo (muitas vezes o barco é aparelhado antes de largarem o trabalho, para ficar pronto para o dia seguinte), então, o arrais grita: «Agora, agora! Eles já estão a olhar para cá, vamos embora!» E no momento exacto em que os outros se preparavam para empurrar o barco para baixo, eis que todos dão o seu máximo para chegarem primeiro à borda do mar, passarem a rebentação antes dos outros e terem direito ao lanço, isto é, terem a primazia da escolha do local onde irão largar a rede, impedindo qualquer outra embarcação de fazer o seu lanço no percurso definido pelo cabo (reçoeiro) que fica estacado na praia.

Episódio de idêntico alcance sucedeu numa outra praia onde as dificuldades que experimentei na abordagem às duas companhas que aí laboravam se poderão prender, também, com a proverbial inimizade entre ambas ¹⁹⁸, já que nenhuma delas aceitaria, à partida, a possibilidade de eu poder informar a outra com os dados das entrevistas. Assim, o irmão do arrais da primeira companha abordada levou-me à fala com este e explicou-lhe o que eu precisava de fazer (as entrevistas por questionário) e para que efeito. O homem estava em pé a desembaraçar um molho de cordas e permaneceu impávido e silencioso. Expliquei-lhe eu ao que vinha e disse-lhe que precisava do apoio dele, na sua qualidade e autoridade de arrais, para entrevistar toda a companha. Imperturbável, continua a desembaraçar cordas, em silêncio. Insisto e diz-me apenas que não sabe nada. Volto a explicar-lhe tudo, invocando os meus conhecimentos na praia vizinha e a “inocência” do meu trabalho. Diz-me então, novamente, que não sabe responder e que o melhor é perguntar ao irmão que ele também sabe. Explico que não, que as entrevistas são dirigidas aos pescadores das companhas. Novo silêncio. Quando o irmão volta costas para ir aos seus afazeres lá consigo entrevistar o homem e mais três camaradas que estavam nas imediações, pois todos os outros que estavam ali junto ao barco desapareceram entretanto. O

198 – Escreveu Aquilino Ribeiro referindo-se, neste caso, à Praia do Pedrógão: «Eram sempre assim, cães uns para os outros. Naquela praia atlântica, faminta e piolhosa, separada do mundo por léguas de floresta, as companhas eram rivais, fervendo reciprocamente em inveja e rancor. E por mais nada senão porque eram duas» (Ribeiro 1985: 44).

último (o quinto) indivíduo entrevistado perguntou-me com maus modos para que era isto das entrevistas. Explico-lhe tudo cuidadosamente, percebendo o espanto e a desconfiança na cara dele. Começo a entrevista perguntando-lhe a idade. «Mas para que é que você quer saber a minha idade?» Explico uma vez mais, enfatizando o anonimato dos questionários. Vai respondendo, visivelmente irritado. Momentos antes, quando saiu o lanço da outra companhia, um dos homens que consegui entrevistar prontamente mandou o filho – um miúdo de 9 ou 10 anos – espreitar: «Vai lá e vê se trouxeram carapau!...» Aqui, os barcos estão pintados com bonita decoração e a alagem da rede é feita pelo esforço humano, a tirante, mas o que mais me impressionou foi o espírito de ódio que parecia reinar nesta companhia face à outra. Disseram-me depois que é egoísmo, que “são famílias”... Este ódio transpareceu tanto na ocultação, por parte dos poucos que consegui entrevistar (dizendo que não há desentendimentos, não há inveja, não há má-roda nem bruxedo...), como nas próprias reacções corporais – nas expressões faciais e, sobretudo, na atitude do último dos cinco entrevistados, ao ser questionado acerca da má-roda e das relações entre as companhias: lançou um arrogante olhar de desdém para o meu papel e para o outro barco, com uma chispa de ódio a incendiar-lhe os olhos. Por momentos, pensei que o homem ia explodir. Depois, simplesmente, voltou costas e afastou-se.

A este propósito, é de registar que alguns dos testemunhos do fenómeno a que Pálsson (1991, 1993) e outros se referiram sob a designação *skipper effect*¹⁹⁹ evidenciam, também, uma forma de “cooperação” virtual (ou indirecta) entre companhias, assente, fundamentalmente, no exercício da visão. Vejamos o que me disse um pescador da Leirosa, reformado, de 72 anos de idade: «Ia-se a 100 cordas, a 120... Às vezes, quando as pescas falhavam, as companhias ajudavam a pescar... umas às outras. É quando há pouca pesca na praia, e depois, quer-se dizer: tinham

199 – No que concerne aos *skippers* (mestres, ou arrais) dos mares do Norte, «they must choose times and places to fish on the basis of their knowledge of currents, the behaviour of different kinds of fish, bottom features and past seasons, their ideas about fish breeding and feeding patterns, and their interpretation of weather reports. They compare their observations and theories of stock movements and concentrations on inter-boat radio and in discussions between fishing trips. By memorizing past observations and keeping diaries, each skipper stores relevant information and uses it to make predictions. (...) Of no less importance is attending to other skippers – estimating where they will be and how much they will catch. Indeed, the skipper’s position or “seat” in the local competitive hierarchy is a central concern» (Pálsson 1993: 124).

aqueles palpites, os mestres, os arraises (arraises e companheiros); havia aqueles palpites dos arraises aí quando era à meia da tarde. Em vez de levarem 120 cordas, punham 120 ou 140. E havia outros que ficavam cá mais para terra, a 70 ou 80 cordas. Pescavam umas... a verem-se, ou por terra... Se a de fora trazia melhor lanço que a de terra, é porque o peixe está lá mais fora; se a de terra trazia melhores lanços, é porque não estava a dar nada lá fora. Depois, ao outro dia já sabíamos...»

Diz Pálsson que pescar pouco é tido como humilhante e, inversamente, quem pesca mais vê enriquecido o seu património de honra e prestígio. No essencial, excluídas as diferenças entre os géneros de pesca em causa e os seus respectivos contextos de observação, também os arrais e outros pescadores experientes das companhas da arte xávega baseiam a sua acção no conhecimento acumulado. O prestígio que capitalizam através do seu sucesso relativo e da sua autoridade, entre os seus e face às “gentes de fora”, faz-se no seu comportamento com os camaradas e nas relações com as outras companhas, valendo-lhes também muitas inimizades. Por eles passam, em praticamente todas as praias que conheci, as grandes linhas de fractura e conflito – marcadas, sempre, pelo idioma da inveja, pelas “raivas”, pela “ganância”. Nalguns locais, estas duas últimas expressões parecem, aliás, ser tão úteis descritivamente nos discursos dos trabalhadores do mar quanto a “inveja”. A espiral da agressividade entre companhas é, portanto, indissociável do problema do sucesso ou do insucesso relativos na pesca – do que Pálsson denomina «sucesso diferencial» (1991: 143) – e envolve sempre um “excedente”, ou um excesso do olhar. Mas por mais experiência e saber que um arrais possa acumular ao longo da sua vida, criando condições para ser bem sucedido, a pesca é sempre uma questão de sorte.

Dois temas que estão bastante articulados nas práticas e nos discursos dos pescadores são os que se referem, justamente, à ocultação e ao segredo (que surge com grande nitidez entre os pescadores das majoeiras, para protegerem as “suas” coroas, ou areinhos, quando são bem sucedidos nas capturas) e à intuição/prestígio do arrais – o *skipper effect*. Um dos arrais da Praia de Esmoriz explicou-me por que razões «o pescador nunca é leal um para o outro!»: se, em função dos resultados da pesca nos dias anteriores, “presente” que às cinco horas da manhã vai dar peixe, acorda os camaradas sem fazer barulho e vão para o mar. Porque constatou, então, que com o romper do dia já deixa de vir peixe na rede, no dia seguinte decide ir ainda mais cedo, mas nunca dizendo nada a ninguém, «para ver se somos nós a apanhar o peixe, a ver se o nosso peixe dá mais dinheiro, a ver se a gente ganha mais alguma

coisa...». Este autêntico processo de experimentação subjacente ao exercício da autoridade do arrais sobre o labor da companha não só inclui decisões quanto aos períodos do dia ou da noite conjunturalmente mais favoráveis para apanhar peixe como abrange, também, as decisões acerca dos locais, ou distâncias, a que, com base na experiência acumulada de sucessos e fracassos, o arrais decide largar a rede. O significado das decisões do arrais amplifica-se socialmente graças aos efeitos das suas intuições e ao prestígio que, eventualmente, estas conferem ao colectivo dos camaradas. A tensão da incomunicabilidade/segredo que domina as relações entre as diversas companhas implica, por seu turno, o desejo de antecipar os resultados dos concorrentes, pelo que, neste processo, a informação relativa àquilo que as outras companhas pescaram se revela uma variável crucial. Na Praia de Esmoriz, onde as companhas pescam afastadas umas das outras, a partir de diferentes pontos da costa, essa informação pode ser fornecida por terceiros, mas a experiência directa da desigualdade dos seus resultados sempre ocorre quando, inevitavelmente, se cruzam na lota e observam o peixe pescado pelas outras companhas, comparando proventos e antecipando, em contas de cabeça, os lanços seguintes e os possíveis preços de venda. Por vezes, impelidos pelo desejo de pescar mais, a determinação com que efectuam as suas tarefas aumenta e o pessoal redobra os seus esforços. Noutras ocasiões, o desânimo instala-se, surgem as discussões em torno de quem trabalhou melhor ou pior, quem fez, não fez ou deveria ter feito determinada tarefa; e todos desejam o mesmo: apenas que o mar lhes dê peixe, como aos outros. Se a pouca sorte se mantiver, as tensões agravam-se e começa a falar-se, então, de má-roda.

Assim como o mar, que tem ciclos periódicos de marés fortes ou fracas, acalmias ou fúrias súbitas, segundo os meses do ano e as luas²⁰⁰, também a imagem da “roda”, girando sobre o eixo do bem e do mal, invoca a fatalidade imprevisível que resulta do seu próprio movimento, comportando altos e baixos, momentos de abundância e de escassez, de sorte ou de azar, trazendo em si a alegria e a desgraça, a vida e a morte. Por isso, o mar precisa de ser atentamente observado para que daí (dessa experiência de observação acumulada) resulte, por exemplo, uma decisão de um arrais sobre a possibilidade de entrar ou não nas águas para dar um lanço. Mas a

200 – As “marés de lua” (lua cheia e lua nova) são mais agitadas: a água sobe mais na maré cheia e “seca mais” na maré baixa. Nas “marés fechadas” (quartos crescente e minguante) as águas estão mais altas e a sua profundidade é maior. Registe-se a diferença face ao universo camponês (Pina Cabral 1989: 145).

necessidade de exercer controlo visual sobre o meio envolvente extravasa largamente as exigências técnicas da profissão e insinua-se nas relações sociais, definindo sentidos que tornam legível a ocorrência do infortúnio e a própria arbitrariedade da experiência do mundo e das relações que o constituem, entre a memória e a intenção.

Estes “excessos” do desejo associados ao sentido da vista²⁰¹ sugerem-nos ainda, por um lado, que a pesca pode ser entendida como uma «ocupação extrema» (Tunstall 1962: 13) tal como, por exemplo, as actividades que se desenrolam em cenários como o deserto ou as minas e que nos remetem incessantemente para os limites, para as margens... Por isso, o mar apela para a «esfera do incalculável, da ausência de lei, da desorientação» (Blumenberg s/d: 22) e surge recorrentemente como «limite natural do espaço dos empreendimentos humanos» (s/d: 22), lugar da desordem e do incompreensível, do medo e da repulsa (Corbin 1989). Por outro lado, as figuras de “excesso” associadas à actividade piscatória e à visão surgem também em contextos etnográficos radicalmente diversos, como, por exemplo, entre os Bambara: de acordo com o mito, a rede de pesca foi a primeira técnica que Faro, o criador, doou aos homens e o peixe o seu primeiro alimento. Esta dádiva foi concedida a quatro mulheres que abusaram da oferta pescando ininterruptamente dia e noite. Faro decidiu, então, retirar-lhes o dom e confiá-lo aos homens, cabendo-lhes a elas apenas o direito de venderem o peixe. A conexão com o sentido da vista surge, justamente, nas expressões que designam redes de malha pequena – *dyonyemise*, rede de olhos estreitos – e redes de malha larga – *dyonyekumba*, rede de olhos grandes – (Dieterlen 1988: 125-126). E é fascinante verificar como, um pouco por todo o mundo, o infortúnio e as explicações acerca da sorte na pesca surgem, frequentemente, associados a metáforas relativas aos sentidos (cf. van Ginkel 1994). A acuidade visual necessária ao exercício da pesca²⁰², por um lado, e a “invisibilidade” do peixe num meio cujas propriedades diferem substancialmente do

201 – «Le regard, qui assure à notre conscience une issue hors du lieu qu’occupe notre corps, constitue, au sens le plus rigoureux, un excès» (Starobinski 1997: 14). A natureza deste excesso pode caracterizar-se como «...l’énergie impatiente qui habite le regard et qui désire autre chose que ce qui lui est donné» (1997: 10), sendo que «cette impatience habite tous les sens» (1997: 12) e, portanto, não diz exclusivamente respeito ao olhar.

202 – Entre os pescadores malaios – e, certamente, noutros locais – não é o sentido da visão, mas da audição, que é privilegiado: a etnografia de Raymond Firth diz-nos que os pescadores malaios *ouvem* o peixe penetrando no seu próprio meio, isto é, mergulhando nas águas; daí que – contrariamente ao que sucede em muitos outros contextos etnográficos, incluindo o litoral central português – «no large net is ever cast at random» (Firth 1971: 101).

meio “terrestre”, por outro, são aspectos sublinhados por diversos antropólogos que trabalharam junto de comunidades piscatórias – por exemplo, Geoffrey R. Stiles (1972: 46), Michael K. Orbach (1977: 80-86), E. Paul Durrenberger e Gísli Pálsson (1986: 213), Gísli Pálsson (1991: 61-62) e Antonius Robben (1989: 239).

Em Esmoriz, dizem os velhos que “as redes não são cegas”, isto é, que são “pescarejas”; se, ao invés, as redes tiverem defeitos e estiverem mal preparadas, então “já não cegam o peixe”, ou seja, já não o apanham. As redes têm de ser *encascadas* (tingidas) todos os anos antes do início da safra – tarefa em que se utilizavam infusões de casca de salgueiro em enormes caldeiras de cobre nas quais se ia mergulhando a rede, que de esbranquiçada passava então a um tom escuro de castanho. Actualmente, são usados bidons metálicos e um corante industrial vulgar. As razões que justificam esta operação prendem-se com as espécies ictiológicas a que se destinam, fundamentalmente, as capturas da arte xávega, ou seja: a sardinha e o carapau. Segundo me explicaram os pescadores experimentados, a sardinha é um peixe “muito tímido” e “medroso”, que se assusta com a mínima sombra que vê nas águas (antigamente, nem se podia bater com o chumbo no rebordo do barco porque se dizia que a sardinha fugia com o barulho...); como a rede faz uma *parede* – uma sombra –, o peixe não foge²⁰³. Um velho arrais da Praia da Vieira explica: «...o peixe vê aquilo e nunca se lá chega, quando não fugia todo; o peixe vem enganado! Com a rede branca não é tão fácil matar peixe como com a rede encascada, porque – é como eu digo: a rede encascada faz mais parede ao peixe, faz mais sombra; o peixe não foge da rede porque tem medo, e só quando se vê aflito é que se atira ao saco. Se eu ponho na água um fio branco, mal se nota, e eu ponho um fio tingido e nota-se. Uma comparação: nas redes de emalhar, quanto mais branca a rede estiver, melhor – mais cerca o peixe – mas em redes de arrasto, o peixe vem até à borda enganado...» Luís Martins, que conhece profundamente o universo das pescarias do Norte do país – e da Póvoa de Varzim, muito em especial –, assinalou também que «os velhos pescadores usam uma frase quando querem definir um homem da pesca hábil: “as mãos parece que têm olhos”» (Martins s/d). Em Vila Chã, apostada na necessidade de evidenciar a importância do estatuto feminino na gestão política dos equilíbrios

203 – Jayme Affreixo, referindo-se à sardinha, diz que esta foge para as profundidades sempre que as águas estão claras «porque o peixe tem então um campo visual muito maior e no seu temor de tudo quanto vê – até da sua própria sombra num fundo claro – foge dos areais em demanda apenas das grandes funduras» (1902: 116).

internos à vida doméstica da comunidade, Sally Cole esclareceu que é um homem a desempenhar, localmente, a função de “bruxo”: o filho de um pescador a quem as pessoas se referem como «aquele que vê» (1994: 139).

Os historiadores, por seu turno, também registaram este “excesso” do sentido da vista entre as populações marítimas. Alain Cabantous, apoiado em materiais referentes aos séculos XVI-XIX, escreve: «Instigatrice d’une autre perception du temps chez les marins, la mer suggère évidemment une autre perception de l’espace»; «...tout ce qui peut être utile pour devancer le danger, prévoir les manoeuvres, préparer la pêche, a probablement développée parmi cette population un grand sens de l’acuité visuelle, moins bien servie dans les sociétés traditionnelles de la première modernité dont les limites de la paroisse, du quartier, de la rue bornent souvent les horizons. À la primauté de l’ouïe et du toucher, les gens de mer substituent celle de la vue» (Cabantous 1990: 118).

Dir-se-ia, em síntese, que tal como as leis da hidrodinâmica impõem uma mesma geometria fusiforme aos peixes, aos grandes cetáceos e aos cascos dos navios (Leroi-Gourhan 1984: 256), também o mar parece impor aos que o buscam algumas das suas propriedades e características específicas – especialmente as suas características rítmicas e sazonais²⁰⁴. É em função da conjugação da regularidade das marés e do retorno periódico das suas fases de maior intensidade, dos ciclos lunares e do regime dos ventos, com a imprevisibilidade das acalmias e das súbitas fúrias do oceano que se desenham os contornos dos fenómenos a que consagrei a minha atenção ao longo deste trabalho, procurando situar contextualmente o problema do aleatório. Como não será

204 – Barry Cunliffe, especialista em Arqueologia Europeia da Universidade de Oxford, na sua obra monumental *Facing the Ocean, the Atlantic and its Peoples 8000 BC – AD 1500*, mostra-nos que os diversos povos da fachada Atlântica europeia, do Mar do Norte ao Mediterrâneo, «have shared common beliefs and values over thousands of years, conditioned largely by their unique habitat on the edge of the continent facing the ocean. They lived in a resource-rich zone, in many ways remote from their neighbours by land yet easily linked to others by the sea. Perhaps, even more important, they were constantly aware of the powers and the rhythms of the natural forces around them and these were their stimulus» (2001: vii). E ainda: «To stand on a sea-washed promontory looking westwards at sunset over the Atlantic is to share a timeless human experience. We are in awe of the unchanging and unchangeable as all have been before us and all will be. Wonder is tempered with reassurance: it is an end, but we are content in the knowledge that the cycle will reproduce itself – the sun will reappear. The sea below creates different, more conflicting emotions. True, there is the comforting inevitability of the tides, but there is also an unpredictability of the mood, the sea constantly changing, sometimes erupting in crescendos of brute force destroying and remoulding the land and claiming human life. The sea is a balance of opposites. It gives and takes. It can destroy land and quickly build new; it sustains life and it can kill» (2001: 1).

difícil de verificar, estes aspectos rítmicos são cruciais na vida dos pescadores, exigindo-lhes uma acuidade visual permanente na vigilância do oceano e na interpretação dos signos indiciadores do seu comportamento, seja na própria superfície da grande massa líquida ou nos elementos que lhe são contíguos, na atmosfera e no céu: as ondas e os seus modos e locais de rebentação, os ventos, as aves, as nuvens, a lua e as estrelas. Não é de estranhar portanto que, no litoral central, a “teoria” do infortúnio das gentes do mar se estruture, como disse logo no início deste trabalho, em torno de duas imagens poderosas, com raízes históricas e culturais profundas: a roda – como expressão dos revezes da fortuna, das «rupturas do equilíbrio rítmico» periódico (Leroi-Gourhan 1987: 88) e da sucessão dos acasos na alternância entre escassez e abundância – associada à imprevisibilidade do mar (“rodas de mar”) e aos repetidos insucessos na pesca (“má-roda”); e o olho – ou o olhar, a agencialidade da visão – enquanto veículo do idioma da inveja em que são expressas as relações sociais entre as companhas, os seus membros e respectivas famílias.

Se partirmos do princípio de que a variabilidade geográfica, histórica e sociológica dos contextos em que se produzem as actividades humanas é susceptível de gerar diferentes modalidades de utilização dos sentidos²⁰⁵; e se atendermos, por um lado, aos diferentes usos do espaço da beira-mar e seus respectivos protagonistas e, por outro, à ênfase no sentido da visão evidenciada pela má-roda e pelo idioma da inveja, assim como pelas próprias exigências laborais da faina marítima, então, é de admitir que as modulações do olhar, ou as práticas visuais dos intervenientes no imenso drama humano que é a vida do mar e da pesca divergem, necessariamente, das práticas visuais dos demais figurantes sazonais frequentadores das margens oceânicas – dos turistas, banhistas e outros adeptos do lazer balnear. A percepção deste contraste decorre, justamente, das diferentes formas de utilização da praia, evidenciando, em qualquer dos casos, os “excessos” e as ambiguidades do desejo, bem como as relações de poder implícitas na coexistência dessas práticas e nos processos históricos que as constituem. As diferentes modalidades, ou modulações do olhar, intersectam-se na conjugação dos diferentes usos do espaço liminar do interface e em tudo o que nelas releva do desejo e das pulsões de ordem escópica em que este se produz e do qual, simultaneamente, é produto. No entanto, como vimos anteriormente, o fenómeno das

205 – São já clássicos os trabalhos de Walter J. Ong (1967), Donald M. Lowe (1982) ou Alain Corbin (1990).

“raivas” e da inveja que emerge nas situações de má-roda assume contornos que vão muito para além da sua dimensão estritamente visual, não sendo susceptível, portanto, de se reduzir a uma mera prática do olhar – e o mesmo é válido, também, para a vilegiatura marítima: «formé et formant, le regard, excédant largement l’organicité de la vision, structure la relation qu’entretient toute société avec son milieu, à l’intérieur de l’écosystème qui est le sien» (Sauvageot 1994: 11).

A progressiva ocupação do litoral central ao longo dos séculos XIX e XX é, como mostrei no capítulo 3, um processo complexo que faz convergir para um mesmo espaço protagonismos vivenciais distintos, não só em termos de pertença de classe mas, também, em termos de experiências cognitivas, sensoriais e motoras. Acompanhando a emergência do proletariado do mar, na segunda metade do século XIX, o despontar da moda dos banhos instaura um acentuado contraste entre o trabalhador do mar e o burguês citadino, entre as mulheres dos pescadores e as senhoritas finas – actores, todos, do imenso palco no qual a apoteose do antagonismo entre o capital e o trabalho é representada de modo inédito: o trabalho da pesca faz-se espectáculo, complementando o usufruto lúdico e terapêutico da praia com a fruição de uma mais-valia escópica. Os pescadores em plena laboração, com o pitoresco das suas casas de madeira paupérrimas amontoadas nas dunas, os barcos coloridos e de perfil luniforme, as redes, o exotismo das gentes e das actividades quotidianas, são parte integrante do cenário da beira-mar e das actividades que aí se desenrolam aos olhos, maravilhados, dos veraneantes e dos turistas. A originalidade deste conjunto de interacções contrastadas entre o trabalho e o lazer não é dissociável do espaço que torna possível a sua coexistência: o litoral, ambíguo na abrangência da sua própria definição e de contornos sempre imprecisos, devido à acção conjugada das areias, dos ventos e do mar, denso de características liminares, instável, na confluência dos meios aéreo, terrestre e aquático (cf. Cloarec e Kalaora 1994). Recordemos, ainda, que a vilegiatura marítima e a moda dos banhos pressupõem a interrupção das actividades quotidianas normais, associando-se ao gozo das férias – período que, no ciclo anual, se enquadra numa certa forma de liminaridade. De resto, a partir do Romantismo, como nota Corbin, «a praia integra-se à rica fantasmagoria das fronteiras, através das quais surgem os perigos e os encantamentos» (1989: 181) que seduzem os grandes produtores do imaginário, poetas, escritores e pintores: por um lado, os perigos potenciais desde sempre associados ao litoral – os naufrágios, os afogamentos, o mundo desconhecido das profundezas e as súbitas cóleras do oceano; por outro lado,

os encantamentos da paisagem marítima – os prazeres do olhar que se perde na vastidão dos horizontes e as vicissitudes do desejo, configurando «un fantastique support d'évasion et une véritable catharsis collective» (Yellès 1994: 193).

A sazonalidade que condiciona a possibilidade da captação dos recursos marinhos por parte dos pescadores conjuga-se, pois, com os períodos de lazer mais propícios à frequentação das praias, evidenciando contrastes de enorme significado sociológico e cognitivo. Em ambas as vertentes – lúdica e produtiva –, as diferentes utilizações da beira-mar dependem de ritmos sazonais que exigem práticas de vigilância e treino visual constantes. As práticas de lazer, assim como os usos mágico-religiosos das águas marítimas, impõem também a perscrutação das ondas, seja para os banhos rituais dados pelos banheiros – os “banhos santos”²⁰⁶ – ou para os banhos de motivação terapêutica e profiláctica, seja para o socorro a naufragos e para o resgate de banhistas em risco de afogamento. Se, por um lado, o exercício da actividade piscatória assenta num “saber ver” que permite ler e interpretar os signos do mar, do céu e dos ventos, reconhecendo o perigo ou os indícios de boas marés, as práticas de lazer balnear, por outro lado, apelam aos devaneios do olhar e sugerem as inquietações do desejo e os estados meditativos. A componente desejante revela-se tanto no idioma da inveja que permeia a vida das companhas como na erotização do visível que acompanha as novas formas de experimentação sensorial e motora decorrentes da divulgação dos banhos de mar e do lazer balnear. A grande massa líquida parece, assim, comprometer profunda e inequivocamente o olhar dos agentes envolvidos nas suas utilizações: num caso, pelas próprias exigências da faina haliêutica; no outro, pelo tipo peculiar de consumo visual implícito na exploração turística do litoral, seja pela mera contemplação da paisagem, seja pela possibilidade da sua exaltação em registo literário ou plástico.

Neste quadro, impõe-se a necessidade de considerar os imaginários associados às águas marítimas atendendo ao facto de que são as suas características rítmicas que

206 – No S. João ou na Romaria de S. Bartolomeu do Mar, por exemplo, sete ou nove banhos (Soares 1988: 30; Oliveira 1984: 139, 245). Tal como sugeri atrás, o problema do aleatório pode ser questionado tendo em atenção a surpreendente recorrência da ênfase na imparidade patente em todas as fórmulas para esconjurar o quebranto, a inveja e o mau olhado, assim como nas práticas da “medicina popular”, em geral, sendo as rezas e os gestos realizados sempre em número ímpar de vezes; Leite de Vasconcelos notou que, com excepção do 13, «os números ímpares são considerados muito benéficos (...). Recordem-se outros exemplos de benefícios provenientes de números ímpares: banhos de mar em número ímpar, tratamentos termais, ovos que se deitam para chocar» (1985: 139).

induzem os “excessos” do olhar que verificamos nos dois grupos de utilizadores das margens oceânicas – pescadores e banhistas – e nos contrastes entre as suas práticas, entre o idioma da inveja e a «nova economia das sensações», onde se confundem o prazer, o medo, o desejo e os fantasmas da violação ocular (Corbin 1989: 93-94). Espreitar o mar, adivinhar-lhe as ânsias, as cóleras, os ritmos... é não só uma necessidade da própria natureza ocupacional dos marítimos mas, também, um apelo de ressonâncias oníricas e desejanças à cadência das metamorfoses da Lua e da inesgotável musicalidade pulsante, monótona, misteriosa e entorpecente do oceano. Por isso, os ciclos de vinte e oito dias constituem, seguramente, um indicador da pregnância metafórica da imagem da roda: a alternância da fecundidade do mar com a sua esterilidade periódica e sazonal, o confronto com a sorte e com a morte ou, noutros termos, a experiência prática do Bem e do Mal – do infortúnio que sempre atinge alguma companha ou as parentelas de alguns dos seus elementos. «Hoje por ti, amanhã por mim...», como se diz nas companhas da Praia de Esmoriz.

Finalmente, urge sublinhar que não se trata aqui, como é óbvio, de hipostatizar os “sentidos” (cf. Ingold 2000), de reproduzir acriticamente o estatuto do olho imperial (Pratt 1992), de fazer profissão de fé do oculoctrismo do Ocidente (Jay 1988, 1994) e, muito menos, das concomitantes práticas de “vigiar e punir” (Foucault) sobre as quais assenta o desenvolvimento dos modernos Estados europeus. Se assim fosse, justificar-se-ia, talvez, o apelo de David Howes: «resist the hegemony of the visual faculty (...) and the imperialist order it supports (1991: 19). A questão coloca-se noutros termos. Por um lado, há que considerar os constrangimentos impostos pelo discurso antivisual do pensamento francês do século XX (Jay 1994), e a sua influência na vaga pós-modernista americana a partir de *Writing Culture...*, pelo que não é de estranhar que a ausência de interesse pela dimensão visual das relações sociais, na sociologia europeia, se tenha tornado notada em ambos os lados do canal da Mancha²⁰⁷. Por outro lado, ainda, há que atender ao

207 – «Le regard est au coeur de toutes nos activités. Il s’inscrit en effet dans toute relation avec autrui (...). La vue s’ancre dans l’action en même temps qu’elle la commande et en fixe l’expérience. (...) la vision est donc un fait social majeur et il est étonnant que les sociologues ne s’y soient pas intéressés à la mesure de son importance, laissant aux psychologues et cogniticiens le champ de la perception visuelle, sans jamais mettre suffisamment en relief sa dimension socioculturelle» (Sauvageot 1994: 7); «The modern world is very much a “seen” phenomenon. Sociology however, itself in many senses the emergent discourse of modernity, has been rather neglectful of addressing cultural ocular

facto de que este estatuto privilegiado da visão parece não ser exclusivo do Ocidente, encontrando-se documentado em diversos contextos etnográficos, dado o interesse crescente pelo corpo e pelos sentidos na Antropologia das últimas duas décadas (Stoller 1990, Howes 1991, Synnott 1993, Classen 1993, por exemplo). Dois breves exemplos: entre os pukapukans estudados por Robert Borofsky, *kite* significa *ver*, *observar*, *testemunhar*, e também *conhecer* ou *possuir conhecimento*. Diz o autor, de acordo com um estudo de Aarne Koskinen, de 1968, que «most polynesian cultures have a visual orientation toward knowledge» (Borofsky 1990: 82) – dado consentâneo com o facto de se tratar de povos que desde há muito praticam a navegação, tendo efectuado outrora grandes viagens por via marítima (cf. Worsley 1997); e, num âmbito que nos é mais familiar, o saudoso Paulo Valverde referiu-se ao que considerou um tema obsessivo em São Tomé: «a feitiçaria e o poder conexo dos olhos» (2000: 74). Partindo do estudo das *tragédias* do teatro popular são-tomense para a análise das práticas dos curandeiros e da feitiçaria, Paulo Valverde colocou a questão de forma clara: «O olhar é investido de uma hiperelaboração simbólica e é considerado como um *locus* de agencialidade. Pelos olhos é possível transformar as relações sociais, reconfigurar o corpo e o eu de outras pessoas e, inclusive, reformular, por extensão, os limites da realidade (...)» (2000: 50), sendo que o «o forro é rico em metáforas ópticas: por exemplo, o *uê blúco* (o mau olhar), o *uê inchá* e o *uê glôço* (o “olho cheio” e o “olho grosso” ou inveja), o *uê léve* (o “olho leve”, a capacidade de ver defuntos)» (Valverde 1998: 243)... Um outro exemplo africano interessante: junto dos cewa estudados por Max Marwick, os bens materiais obtidos graças ao trabalho nas minas sul-africanas constituem motivo de acusações de feitiçaria, obrigando-os a regressar das minas às aldeias durante a noite, ocultando desse modo os bens recém-adquiridos e impedindo, portanto, que estes sejam vistos. A etnografia dos cewa sugere uma relação directa entre o exercício da justiça tribal (a manutenção da ordem) e o sobrenatural: onde a máquina judicial falha na resolução dos conflitos, as tensões surgem então através das acusações de feitiçaria (Marwick 1970: 210).

Nas situações de má-roda, o mecanismo é semelhante ao do exemplo cewa: não podendo os produtores dominar a regularidade causal entre a captação de recursos e a

conventions and has subsequently become somewhat inarticulate in relation to the visual dimension of social relations» (Jenks 1995: 2).

respectiva obtenção de ganhos, a necessidade de controlo (de redução da incerteza) – que é, basicamente, a necessidade de assegurar um futuro melhor – procede, então, por forma a arrancar ao mundo um excedente, ou uma mais-valia de sentido, estabelecendo relações de causa e efeito arbitrárias entre diferentes tipos de ocorrências. A busca que leva à determinação de um “culpado” procura, assim, impor uma certa forma de ordem sobre o caos do mundo, num desafio constante ao destino incerto que caracteriza o modo de vida da pesca. Ao invés do que sucede, por exemplo, entre os pastores das Astúrias, onde a agressão dos olhares invejosos é sempre atribuída aos forasteiros (Cátedra Tomás 1976: 13), as suspeitas e a eventual determinação de um responsável pelo infortúnio dirigem-se sempre para vizinhos, familiares ou pessoas próximas, dentro ou fora das companhas²⁰⁸. No universo da arte xávega conheço um único registo que constitui excepção a esta regra, mas que nem sequer é actual, pois refere-se a um caso ocorrido em finais do século XIX, assinalado pelo monografista do Furadouro: a safra de 1889 foi anormalmente abundante de sardinha, tendo uma companha, num só dia do mês de Outubro, feito a importância de 3400\$000 réis – «importância nunca, até então, atingida» (Laranjeira 1984: 462). Mas logo no ano seguinte, em 1890, o peixe escasseou e os pescadores fizeram recair as suspeitas pelos seus sucessivos revezes sobre umas pessoas de fora que se haviam alojado na praia e que diziam ser «brasileiros e maçónicos», ainda que, segundo o monografista, outros atribuissem a responsabilidade pela falta de sardinha ao facto de a capela da Nossa Senhora da Piedade estar mal posicionada, de costas voltadas para o mar.

A experiência do aleatório

Um exemplo notável que testemunha a diversidade de formas e a multiplicidade de leituras e sentidos envolvidos nos processos de emergência, ou domesticação, do aleatório diz respeito aos kantu de Kalimantan (Bornéu), descritos por Michael Dove (1993, 1996). As escolhas dos locais para o cultivo do arroz fazem-se segundo um “método” augural baseado no encontro aleatório com várias espécies de pássaros. O aparecimento de aves num dado percurso, a observação dos

208 – Em “Vila Velha”, no Alentejo, Cutileiro documentou o mesmo tipo de fenómeno: «Em todos os casos de mau-olhado os parentes da vítima especulam sobre a identidade da responsável pelo malefício»; «...procede-se imediatamente a um exame das relações com a vizinhança: após uma meticolosa análise do passado mais recente, depressa se descobrem manifestações de inveja por parte de alguma vizinha» (1977: 365-366).

diferentes tipos de voo e a audição do canto determinam os locais considerados mais favoráveis. Dove diz que as variáveis ecológicas determinantes para a actividade agrícola – as chuvas e as cheias, por exemplo – não obedecem a qualquer princípio de “ressonância cíclica”, por serem totalmente aleatórias, não se lhes reconhecendo qualquer padrão susceptível de conduzir à redução da incerteza e, assim, à sua previsibilidade (1993: 147). Deste modo, o processo augural «appears to randomize decisions» (1996: 558) e contraria a «tendency to base future decisions on past, unrelated actions» (1996: 576), pelo que «its epistemology depends upon the evocation of chancelike decisions» (1993: 158).

Dove compara o sistema augural dos kantu (a «humildade» de quem «ouve a Terra») com o moderno modelo de desenvolvimento proposto para a região num relatório do Banco Mundial (de 1988) acerca da transmigração na Indonésia (a *hubris* de quem «gere o planeta terra») (Dove 1993: 162). Uma das conclusões que me interessa reter é a seguinte: os insucessos do sistema augural reforçam o recurso ao aleatório e, inversamente, os insucessos do modelo de desenvolvimento baseado no conhecimento científico das variáveis ecológicas em presença reforçam a necessidade de mais informação, ou seja: «failure in the indeterministic system of augury prompts a call (...) for more indeterminism; failure in the deterministic system of development prompts calls for more determinism» (1993: 160). O mesmo é dizer que se usa o acaso para lidar com o acaso, simulando-o, jogando, contrariando, dissimulando ou encenando a própria indeterminação do mundo. Em qualquer caso, trata-se sempre da busca de uma ordem a partir de onde esta nos parece ausente – a partir do ruído, do *continuum* criador da palavra, do fluxo da experiência humana de *ser* e *estar* no mundo, transformando-o através do trabalho e fazendo-se a si própria nesse processo.

Atendendo à natureza dos recursos haliêuticos e dos métodos da sua captação, o modo de vida da pesca constitui um domínio de excelência para questionar o “problema do aleatório”. Tratando-se de um tema incontornável, não é de estranhar, por isso, que as questões suscitadas sejam igualmente identificadas noutros contextos marítimos, a despeito das inevitáveis diferenças de ênfase das várias abordagens, dos seus pressupostos e dos seus objectivos. Os pescadores bretões do Morbihan, por exemplo, revelam «une certaine sensibilié aux récurrences, une mémoire des conjonctions favorables»... (Jorion 1976: 98); e na Martinica (Antilhas), «durant l’année, tout pêcheur connait des succès imprévus ou des échecs répétés qui viennent

rompre brusquement le rythme monotone des prises moyennes assurant sa subsistance quotidienne. Dans de telles éventualités, ses rapports avec ses camarades se trouvent compromis sur le plan social aussi bien que psychologique» (Price 1964: 101); entre os pescadores sokp’o, da Coreia do Sul, «in contrast to farming, fishing is regarded as highly speculative, and investment, profit, and losses are often spoken of in terms similar to those used for gambling» (Brandt 1971: 62); e numa aldeia de pescadores do Estado de Alagoas, no Nordeste do Brasil, o principal traço distintivo do ofício da pesca é «the uncertainty of production efforts and the fluctuations in earnings» (Robben 1989: 145). Quanto à sorte, propriamente dita, «it is striking that in many places throughout the world, this concept is the core of the *weltanschauung* of fishermen» (Van Ginkel 1994).

No contexto da pesca com a arte xávega no litoral central português, a experiência do aleatório não implica um entendimento de natureza estatística relativamente ao acaso das capturas, à imprevisibilidade do esforço de trabalho e dos rendimentos, ou donexo causal entre ambos. Da experiência do sucesso diferencial no trabalho da pesca e das relações de competição entre as companhas emerge, porém, um sentido de leitura para os factos do acaso: para muitos dos meus interlocutores no terreno a inveja é a causa que explica os *comos* e os *porquês* da má-rodada e das tensões que, a partir da esfera laboral, atravessam toda a interacção social. A inveja surge, assim, como uma metáfora central²⁰⁹ em torno da qual se definem alguns dos significados que estruturam as relações entre as companhas e se produz um sentido para a aleatoriedade e a incerteza que dominam o quotidiano. Para os antropólogos, em contrapartida, a inveja não explica a existência do mal e do infortúnio, mas serve para descrever as relações sociais; e as práticas e os discursos

209 – De acordo com Stephen Gudeman, «humans are modelers. (...) Humans are the products of their past, as well as their consciousness of it; yet this past is also drawn upon when making plans for the future. (...) a social model (...) has a reflexive quality, for it is both derived from and applied to social activity. I use the term “local model” to describe this circular and self-referential process. (...) Local models are often built around “primal”, “focal” or “axiomatic” metaphors. A primal metaphor is a construction so basic to a people it defines reality for them. *Primal metaphors are the dominant idiom for constituting and expressing events, and have an organizing force for a broad range of behaviour*» (1986: 37-40, *italico meu*). A circularidade e a auto-referência a que se refere Gudeman encontram-se também expressas nas palavras de Roy D’Andrade quando afirma que «the relation between reasoning and cultural models is a two way street; that the ability to reason works to form cultural models, while at the same time cultural models make possible complex reasoning. Or to put it another way, because we can reason we need cultural models, and because we have such models, we can reason» (1995: 193).

que lhe dão expressão são, como vimos, tão susceptíveis de uma leitura política como de uma outra económica ou simbólica, dependendo do enfoque e da abordagem que privilegiarmos. Do meu ponto de vista, a inveja não radica na existência de um ideal igualitário virtual (Pina Cabral 1989) ou de mecanismos sócio-funcionais que visem impedir a diferenciação (Cátedra Tomás 1976), nem num *pathos* próprio da condição humana (Lisón Tolosana 1987) ou na competição entre *households* marítimos (Cole 1994); e tampouco a sua expressão se reduz a uma dialéctica negocial de discursos e contra-discursos (Robben 1989). As propostas destes autores oferecem um contributo de inestimável valor para a reflexão em torno das questões que abordei neste trabalho, mas, no que concerne à arte xávega, as perspectivas trazidas pelos seus argumentos – que são, seguramente, as mais adequadas aos contextos etnográficos a que se referem – revelam-se contudo, insuficientes, por secundarizarem, ou ignorarem, até, aquela que me parece constituir a questão central: o esclarecimento dos processos «da emergência do aleatório e dos modos da sua incorporação social» (Pais de Brito 1996: 235). Ora, as propostas que explorei ao longo do presente trabalho visam, justamente, elucidar estes processos, no contexto das práticas haliêuticas do litoral central português, a partir da ideia de que «o acaso aparece como o dado epistemológico fundamental do mundo» (Moles 1995: 200).

No contexto etnográfico a que se refere o meu trabalho, o idioma da inveja pressupõe o estabelecimento de relações de causa e efeito arbitrárias entre diferentes tipos de ocorrências, entre o infortúnio que atinge as companhas e um qualquer bode expiatório supostamente animado de más intenções, por “invejice”, “raivas”, “ganância” ou “ódio”. Como disse Evans-Pritchard, a propósito do tão glosado exemplo da queda do celeiro Azande, «to our minds the only relationship between these two independently caused factors is their coincidence in time and space. (...) witchcraft explains the coincidence of these two happenings» (1991: 23). As circunstâncias aleatórias, conjunturais, que impedem a produção e ameaçam pessoas e bens são, então, associadas a causas morais, procurando determinar-se as evidências sensíveis capazes de lhes conferir legibilidade. Trata-se, portanto, da possibilidade de “fabricar sentido” – *order from noise*²¹⁰ – para interpretar os

210 – A “segunda cibernética” – e o princípio *order from noise*, segundo expressões de Heinz Von Foerster (cf. Dupuy 1994; Jorge 1995) – abrange trabalhos tão fascinantes como, por exemplo, os de Henri Atlan em torno do “acaso organizacional” (cf. Atlan 1979) ou, muito em especial, os da escola chilena da *autopoiese*, de Humberto Maturana e Francisco

fenómenos investidos pela experiência, agrupando-os, comparando-os e classificando-os, produzindo-se sempre neste processo um excedente, uma mais-valia que é capitalizada e de novo investida cumulativamente na experiência vivida, reproduzindo-a e transformando-a.

Assim, sugiro que o idioma da inveja, a má-roda e a incerteza subjacentes à actividade piscatória possam ser interpretados como parte de processos gerais de «reconhecimento de formas no interior de um campo de percepção aleatório» (Moles 1995: 201). De um *continuum* de ruído, ou do fluxo da experiência, emergem «configurações intuitivas e hipotéticas do pensamento» (Lyotard 1989: 23)²¹¹ assentes em padrões de recorrências indissociáveis do corpo e da percepção do movimento; dos sentimentos, emoções e ideias partilhadas na experiência inter-individual do mundo, do quotidiano vivido. O enfoque que privilegiei na abordagem do idioma da inveja e da má-roda entre os pescadores da xávega procura, justamente, fornecer uma ilustração etnográfica do modo pelo qual «a mente humana elabora, sobre um fundo de acaso, *estruturas de necessidade* assentes sobre os conceitos de regularidade, periodicidade, predizibilidade» (Moles 1995: 201). Atendendo a que os mecanismos cognitivos não são meros processos de representação de uma realidade externa independente e que, portanto, não podem ser reduzidos a uma descrição em termos informacionais²¹², as “estruturas de necessidade” a que se refere Moles prendem-se, primeiramente, com os «estados historicamente estruturados dos nossos próprios sistemas nervosos» (Toren 1993: 468), assentes em complexos processos de reconhecimento de padrões²¹³ através dos quais o mundo adquire significado. Estes

Varela – cujos desenvolvimentos mais recentes anunciam a emergência de um paradigma não representacionista (Varela, Thompson and Rosch 1992).

211 – Para explicitar estas «configurações intuitivas e hipotéticas», Lyotard invoca «um pensamento que se processa analogicamente, e não logicamente, nada mais. Onde os processos do tipo: “*assim como..., do mesmo modo...*”; ou: “*como se..., então...*”, ou ainda: “*como o p está para o q, o r está para o s*” são privilegiados relativamente aos processos digitais do tipo “*se..., então*” e “*p não é não-p*”. Estas são as operações paradoxais que constituem a experiência do corpo...» (Lyotard 1989: 24).

212 – Esta questão é amplamente discutida no já referenciado livro de Maria Manuel Araújo Jorge (1995).

213 – Eis como Varela, Thompson e Rosch definem *enaction*: «In a nutshell, the enactive approach consists of two points: (1) perception consists in perceptually guided action and (2) cognitive structures emerge from the recurrent sensorimotor patterns that enable action to be perceptually guided. (...) the point of departure for the enactive approach is the study of how the perceiver can guide his actions in his local situation. Since this local situations constantly change as a result of the perceiver’s activity, the reference point for understanding perception is no longer a pregiven, perceiver-independent world but rather the sensorimotor

processos são indissociáveis da acção em que se produzem e da qual são produto, e é nesta circularidade que se define uma forma de auto-organização que os biólogos e epistemólogos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela designaram por *autopoiese*²¹⁴. De acordo, aliás, com as propostas destes investigadores, em qualquer unidade autopoietica este reconhecimento de formas e padrões é, essencialmente, de natureza performativa – perceptivamente orientado, portanto, e constantemente reactualizado na acção, de acordo com uma infinidade de acontecimentos aleatórios com os quais interage e a partir dos quais se auto-produz (cf. Varela, Thompson and Rosch 1992). São as séries de recorrências sensório-motoras de qualquer organismo vivo que permitem memorizar padrões de ordem, ou regularidades e, em conformidade, agir em direcção ao futuro. Por isso, a cognição, enquanto «acção perceptivamente guiada» (1992: 173) indicia uma permanente abertura ao devir e evoca uma certa cumplicidade entre os conceitos de *memória* e de *excedente*, revelando, assim, o potencial criativo intrínseco à condição humana no sentido de «transformar fragmentos de acaso em necessidades da evidência» (Moles 1995: 203). Retomando palavras de Henri Atlan, dir-se-ia que «tout se passe comme si notre appareil cognitif était une espèce d'appareil créateur, une fois de plus, d'ordre de plus en plus différencié, soit de complexité à partir du bruit» (1979: 146).

Assim, à semelhança do que sucede noutros contextos marítimos, a propriedade comum dos recursos, a aleatoriedade da sua captação e o retorno cíclico (mas imprevisível) dos períodos de escassez, bem como o vasto conjunto de circunstâncias associadas aos mecanismos concorrenciais dos mercados, conduzem os trabalhadores do mar e suas famílias a um agonismo exacerbado, gerador de emoções de raiva, cobiça e desespero. A inveja – enquanto sentimento aglutinador

structure of the perceiver (the way in which the nervous system links sensory and motor surfaces). This structure – the manner in which the perceiver is embodied – rather than some pre-given world determines how the perceiver can act and be modulated by environmental events» (Varela, Thompson and Rosch 1992: 173).

214 – Explica Varela: (...) «*autopoiese*, do termo grego que significa autoprodução. (...) Pensamos que a *autopoiese* representa a forma minimal de organização dos sistemas vivos» (1988: 108; cf. 1988a). Na Antropologia inglesa, os trabalhos de Christina Toren, Maurice Bloch e Tim Ingold, entre outros, têm reflectido em torno de questões também colocadas pelo denominado *enactive program* de Varela, Thompson e Rosch (1992). Ingold, em termos análogos aos que servem de ponto de partida a *The Embodied Mind*, encontra inspiração na abordagem da “Psicologia Ecológica” à percepção visual e, também, na Biologia e na tradição fenomenológica em Filosofia (cf. 1993, 1995, 1996, 2000); cf. Bloch (1985, 1992, 1995) e Toren (1993) que, no texto mencionado, adopta a perspectiva da biologia da cognição de Maturana e Varela.

desse vasto espectro de emoções – assume a forma de um idioma que exprime não só as relações políticas, a forte competição, as rivalidades e os conflitos, as solidariedades e a entreatura entre indivíduos e grupos afectos às unidades produtivas e às famílias mas, também, as vicissitudes do desejo, a fantasia, as ideias acerca do mal, da sorte, da vida e da morte. Veículo privilegiado dos imaginários, o idioma da inveja pressupõe, também, nos discursos e nas práticas que o constituem, uma ênfase peculiar em torno do sentido da visão. No entanto, os aspectos mais relevantes deste conjunto complexo de associações entre a inveja, o olhar e o mal não são meramente da ordem das ideias, pois o conhecimento não é dissociável da experiência do mundo e esta não se reduz àquele. É também, e sobretudo, da esfera dos sentidos, das motricidades, da interacção dos desempenhos, no trabalho e na vida de todos os dias. Nessa medida, o fenómeno da má-roda e o idioma da inveja exprimem, desde logo, a percepção de princípios de alternância cíclica, de regularidade e de ordem, procurando um sentido capaz de fazer face à desoladora ausência de previsibilidade nos rendimentos do trabalho e às suas consequências na vida das famílias – «Hoje por ti, amanhã por mim...», como se diz na Praia de Esmoriz. A poderosa imagem da roda, da alternância, dos excessos e dos equilíbrios, molda-se no seu próprio devir, no sentido dos ritmos das estações, das marés, das luas e de todos os fenómenos que, a despeito da sua relativa regularidade, surpreendem e são causadores de grande infortúnio às gentes do mar.

EPÍLOGO

Como mostrei neste trabalho, uma das dimensões mais impressionantes do universo das companhas de arte xávega do litoral central português prende-se com a persistência histórica da exploração, da pobreza e da miséria nas comunidades ocupacionais que se dedicam a esta forma de pesca. O caso da Marinha de Silvalde (Espinho) será, porventura, o exemplo mais gritante, pelo contraste dado na sua contiguidade espacial com uma das mais prósperas cidades do Norte do país. Nas Praias de Esmoriz e Cortegaça o panorama de pobreza mantém-se, sendo aqui que se encontra actualmente a maior quantidade de pescadores profissionais, sem ocupações alternativas e onde, concomitantemente, os conflitos associados à laboração se tornam mais visíveis – tanto ao nível interno da comunidade ocupacional como nas relações com as autoridades do sector, sendo também aqui que surge de forma mais consistente a reivindicação pelo direito à dignidade profissional. Mas, ao contrário do que sucedeu na Marinha de Silvalde ao longo da segunda metade da década de noventa, não há para este troço da costa qualquer projecto de reconversão urbanística. Nas praias que beneficiam da proximidade da Ria de Aveiro, a pesca na laguna, por um lado, e a actividade agrícola nas Gafanhas, por outro, vão equilibrando a continuidade das companhas, como acontece na Vagueira. O trabalho de Paulo Nuno Lopes e Helena Lopes referente a esta localidade (1995) mostra-nos, no seu estilo muito próprio, as diversas facetas da instabilidade estrutural deste modo de vida. Na Praia da Vieira, em contrapartida, já não é possível falar em miséria, a despeito de uma ou outra situação pontual de maiores dificuldades e sem relação directa com a vida do mar. As marcadas variações encontradas, por exemplo, nos níveis de escolaridade, assim como no efectivo de pescadores com outras ocupações constituem, aliás, indicadores sintomáticos das diferenças entre os extremos geográficos da zona da xávega. A par com o uso de branqueiras, majoeiras e corrimão, a faina sazonal da xávega na Praia da Vieira – agora exercida em barcos de dimensões mínimas, sem motor e com apenas três homens a manobrar – mantém-se, desde há décadas, como um complemento indispensável aos salários e às pensões de reforma dos operários, providenciando alimento para as famílias e algum rendimento extra, a que se somam os proventos do aluguer de casas e anexos aos veraneantes.

Mas a unidade fundamental da técnica haliêutica em causa e das circunstâncias ecológicas do seu exercício apelam para uma característica que considero estruturante deste universo: a aleatoriedade intrínseca à captação dos recursos marítimos – um problema que todas as companhas, sem excepção, conhecem e sofrem, ontem como hoje, a norte ou a sul – problema que constituiu o verdadeiro núcleo impulsionador e dinamizador da pesquisa. Consoante as circunstâncias históricas e sociológicas que determinam a variabilidade regional das condições sociais do exercício da pesca (a maior ou menor dependência económica das famílias face a esta actividade, a complementaridade ocupacional na indústria ou na agricultura e a educação, por exemplo), assim a centralidade deste tema poderá adquirir diferentes expressões e intensidades, moldando comportamentos, emoções e práticas sociais que não se confinam apenas à esfera laboral.

Argumentei neste trabalho que o exercício da arte xávega (que é, em si mesmo, o resultado de um processo de adaptação haliêutica às condições do litoral) envolve não só adaptações técnicas condicionadas por factores sociais – afectando a organização do trabalho segundo o efectivo de mão-de-obra disponível, dimensões das redes e dos barcos e sistema de tracção utilizado para a alagem – mas, também, adaptações de ordem social condicionadas pela especificidade processual das variações locais: as alternativas no escoamento do pescado segundo o estatuto das mulheres na criação de mais-valias sobre o produto do pesca, as práticas de recrutamento de pessoal articuladas com a maior ou menor sobreposição das parentelas às unidades produtivas e, sobretudo, os modos de incidência do idioma da inveja, que codifica a interacção entre as unidades produtivas e os grupos com elas relacionados. Este último aspecto constituiu o principal desafio do meu argumento: não havendo umnexo causal estável, previsível, entre o trabalho e o rendimento, só um improvável dom de clarividência anularia a incerteza que caracteriza a pesca – como nesse autêntico acto fundador descrito no Evangelho de São Lucas (5, 1-11), quando Cristo aponta aos pescadores o local onde deveriam lançar as redes, daí resultando uma extraordinária abundância de peixe e, também, a conversão dos primeiros discípulos. Assim, a impossibilidade de controlar objectivamente o processo produtivo mobiliza dois símbolos poderosos que dão expressão plena ao desejo de uma ordem capaz de contrariar, de contornar ou de se sobrepor aos acasos do infortúnio que sempre atinge as companhas: a roda e o olho, regularidade causal e ordem moral – elementos centrais do idioma da inveja através do qual se opera a domesticação do aleatório –

order from noise. Ambos são produto de uma “lógica do concreto” moldada pelas propriedades rítmicas dos elementos constitutivos do interface marítimo e pelas exigências visuais impostas à sua utilização no âmbito ocupacional que é objecto deste estudo. Procurei também sugerir aspectos reveladores de algumas das dimensões imaginárias do litoral, resultantes de uma história de sobreposições, contrastes, encontros e conflitos, entre os marítimos e as gentes do interior; de diferenças na intensidade das emoções, nas motricidades, na percepção dos ruídos e dos longes; dimensões cuja pregnância simbólica se enraíza profundamente na sedução dos contrastes suscitados pela profundidade trágica com que o mar, entre a paixão e a morte, nos coloca perante a fragilidade da nossa própria existência.

Hoje, ouve-se dizer um pouco por toda a costa que a arte xávega está condenada ao desaparecimento. Há mesmo quem diga que a decadência desta forma de pesca é uma espécie de contraponto ao ritmo de crescimento da indústria turística e da cada vez mais intensa ocupação do litoral que esta acarreta. Nalguns locais, esta correlação parece fazer sentido, mas a leitura das transformações que têm vindo a afectar o universo das companhas deverá ir muito para além da simples constatação de que, em certas praias, o veraneio proporcionou às populações piscatórias boas oportunidades para a obtenção de rendimentos sazonais mais seguros do que os do mar. Na verdade, a atracção e o fascínio pelo mar e pela pesca ultrapassam largamente a esfera das necessidades básicas da sobrevivência, ainda que nelas mergulhem profunda e dolorosamente as suas raízes. Assim se perceberá, talvez, o sentido mais profundo das palavras de um dos meus informantes de 1992 – um antigo arrais da Praia da Vieira, entretanto falecido –, dando expressão àquela metáfora cristológica cuja simplicidade e beleza não cessou ainda de me assombrar: «peixe morto dá vida ao homem»...

Finalmente, no que concerne à minha experiência pessoal, enquanto observador fazendo parte da observação, a força da realidade apreendida pela retina, por um lado, e a mudança de registo nas formas de comunicar (verbal e comportamentalmente) a que nos obrigam os nossos interlocutores, por outro, foram decisivas na constituição da memória da pesquisa, que agora se desenrola na escrita. Recordo, também – para além das imagens que constantemente me assaltam – muitos sons: falas cantadas como as da Vieira, muito em especial, o burburinho na praia, os gritos que acompanham a saída de uma rede que fez um bom lanço e, em registo sinfónico, o mar. O som do mar sempre presente, de dia pelas praias, ou à noite a bramar

desalmadamente contra os esporões e paredões que defendem a linha de costa. O poder e a magia das imagens, porém, revelam-se sempre mais fortes. Quanto a cheiros e paladares, poucos conservo vivos na memória, e a areia, que até à data de ir para o terreno sempre me parecera macia, é agora a vaga recordação de algo que dificulta enormemente as pretensões à ubiquidade do olhar antropológico.

Bibliografia

- AAVV, 1963, *Colóquio de Etnologia Marítima*, vol. V, actas do Congresso Internacional de Etnografia promovido pela Câmara Municipal de Santo Tirso, Santo Tirso, 10 a 18 de Julho de 1963.
- AAVV, 1990, *Encontro de Pescadores – Eurodeputados sobre Pesca Artesanal* (brochura policopiada), Aguda, Fevereiro de 1990, com o apoio de Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca, Mútua dos Pescadores – Sociedade Mútua de Seguros, Oikos – Cooperação e Desenvolvimento – Lisboa, Projecto Viver o Mar – Aguda.
- AAVV, 1998, «Existe uma Idade do Bronze Atlântico?», *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 10, ed. Susana de Oliveira Jorge.
- AAVV, 1999, *L'Europe au Temps d'Ulysse, Dieux et Héros de l'Âge du Bronze*, 25^e Exposition d'Art du Conseil de l'Europe (catálogo), Diffusion Seuil.
- AAVV, 1999a, dossiê «Comunidades Piscatórias: Perspectivas Antropológicas», *Etnográfica*, vol. III (2).
- ACHESON, James M., 1981, «Anthropology of Fishing», *Annual Review of Anthropology*, vol. 10, pp. 275-316.
- AFFREIXO, Jayme, 1902, «Pescas Nacionais: A Região de Aveiro», *A Tradição: Revista Mensal d'Ethnographia Portugueza, Illustrada*, n.º IV, Serpa.
- AFFREIXO, Jayme, 1903, «Pescas Nacionais: A Região de Aveiro», *A Tradição: Revista Mensal d'Ethnographia Portugueza, Illustrada*, n.º V, Serpa.
- AIRES DE AMORIM, Padre, 1968, «Para a História de Ovar: o Cabido da Sé do Porto Defende os Limites Territoriais de Cabanões contra Válega, Beduído, Arada, Maceda, Cortegaça e Mira», *Aveiro e o seu Distrito*, n.º 6, pp. 21-33.
- AIRES DE AMORIM, Padre, 1986, *Esmoriz e a sua História*, Esmoriz, Comissão de Melhoramentos.
- AIRES DE AMORIM, Padre, 1989, *Achegas para o Estudo da História Local*, Esmoriz, Comissão de Melhoramentos.
- AIRES DE AMORIM, Padre, 1999, *Da Arte Xávega de Espinho a Ovar*, Ovar, Câmara Municipal de Ovar.
- ALMEIDA Miguel Vale de, 1991, «Leitura de um Livro de Leitura: A Sociedade Contada às Crianças e Lembrada ao Povo», Brian Juan O'Neill e Joaquim Pais de Brito (orgs.), *Lugares de Aqui: Actas do Seminário «Terrenos Portugueses»*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. 245-261.
- ALMEIDA Miguel Vale de, 1995, *Senhores de Si: Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Lisboa, Fim de Século Edições.
- ALVES, Joana Lopes, 1993 (1965), *A Linguagem dos Pescadores da Ericeira*, Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa.

- ALVES, Vera Marques, 1997, «Os Etnógrafos Locais e o Secretariado da Propaganda Nacional: Um Estudo de Caso», *Etnográfica*, vol. I (2), pp. 237-257.
- ALVES, Francisco J. S.; REINER, Francisco; ALMEIDA, Mário J. R.; VERÍSSIMO, Luís, 1988-1989, “Os cepos de âncora em chumbo descobertos em águas portuguesas – contribuição para uma reflexão sobre a navegação ao longo da costa atlântica da Península Ibérica na Antiguidade”, *O Arqueólogo Português*, Série IV, volume 6/7, 1988-1989, pp. 109-185.
- AMADO, Joaquim dos Santos, 1977, *Monografia de Carvide*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria.
- AMARAL, Coronel Diamantino Antunes do, 1968, «A Laguna: Vida, Morte, e Ressurreição de Aveiro», *Aveiro e o Seu Distrito*, n.º 6, pp. 34-45.
- AMORIM, Inês, CRAVO, Luís e REGO, Célia, s/d, “A construção de uma identidade: pescador/pescadores”, Comunicação no âmbito do projecto PRAXIS XXI-PCSH/175/96 (inédito).
- AMORIM, Inês, 1998, «A estrutura das “Artes Novas” da Costa de Aveiro, ao Longo da Segunda Metade do Séc. XVIII: Mão-de-obra, Divisão do Trabalho, Formas de Propriedade e Divisão do Produto», *Antropoloxía Mariñeira: Actas do Simposio Internacional de Antropoloxía in Memoriam Xosé Filgueira Valverde*, Pontevedra, 10-12 Xullo 1997, Santiago Compostela, Consello da Cultura Galega, pp. 159-185.
- AMORIM, Inês, 1998a, «Da Pesca à Salga da Sardinha: Recursos, Tecnologia da Pesca e Tecnologia da Conservação, na Costa de Aveiro (2.ª Metade do Séc. XVIII a Inícios de XIX)», *A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica, Actas do Colóquio*, Porto, 4 a 5 Dezembro 1997, Porto, CLC-FLUP, pp. 25-43.
- ANDERSON, Raoul, e WADEL, Cato, 1972, «Comparative Problems in Fishing Adaptations», Raoul Anderson e Wadel Cato (eds.), *North Atlantic Fishermen: Anthropological Essays on Modern Fishing*, Memorial University of Newfoundland.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1984, *Os Ílhavos e os Murtoseiros na Emigração Portuguesa*, ADERAV – Associação de Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro, edição subsidiada pelo Governo Civil de Aveiro e câmaras municipais da Murtoza e Ílhavo.
- ASTUTI, Rita, 1995, *The People of the Sea: Identity and Descent among the Vevo of Madagascar*, Cambridge University Press.
- ATLAN, Henri, 1979, *Entre le Cristal et la Fumée: Essai sur l'organisation du vivant*, Paris, Seuil.
- BASTOS, Manuel Pires, 1984, *O Concelho de Ovar nas «Memórias Paroquiais» (1758)*, Ovar, Paróquia de Ovar.
- BESNARD, Philippe, 1987, *L'Anomie: ses usages et ses fonctions dans la discipline sociologique depuis Durkheim*, Paris, PUF.
- BESTARD, Joan, 1998, *Parentesco y Modernidad*, Barcelona, Paidós Ibérica.
- BETHENCOURT, Francisco, 1984, «Campo Religioso e Inquisição em Portugal no Século XVI», *Estudos Contemporâneos*, n.º 6, «Religiosidade Popular», Porto, Ministério da Cultura – Delegação Regional do Norte, Centro de Estudos Humanísticos, pp. 43-60.

- BETHENCOURT, Francisco, 1987, *O Imaginário da Magia: Feiticeiras, Saludadores e Nigromantes no Século XVI*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, Projecto Universidade Aberta.
- BLOCH, Maurice, 1985, «From Cognition to Ideology», Richard Fardon (ed.), *Power and Knowledge: Anthropological and Sociological Approaches*, Edimburgo, Scottish Academic Press, pp. 21-48.
- BLOCH, Maurice, 1992, «Language, Anthropology and Cognitive Science», *Man* (n.s.), n.º 26, pp. 183-198.
- BLOCH, Maurice, 1995, «Le Cognitif et l’Ethnographique», *Gradhiva*, n.º 17, pp. 45-54.
- BLUMENBERG, Hans, s/d, *Naufração com Espectador*, Lisboa, Editorial Vega.
- BOLÉO, M. Paiva, 1941, «O Realismo de Eça de Queirós e a sua Expressão Artística», *Vencidos da Vida: 1.º Ciclo de Conferências Promovido pelo «Século»*, pp. 49-94.
- BOROFKY, Robert, 1990 (1987), *Making History: Pukapukan and Anthropological Constructions of Knowledge*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BOTAS, José Loureiro, 1940, *Litoral a Oeste: Contos e Novelas*, Lisboa, Portugália Editora.
- BOTAS, José Loureiro, 1944, *Frente ao Mar: Contos e Novelas*, Lisboa, Portugália Editora.
- BOTAS, José Loureiro, 1952, *Maré Alta: Contos*, Lisboa, edição do autor.
- BOTAS, José Loureiro, 1963, *Barco sem Âncora*, Lisboa, Portugália Editora.
- BOURDIEU, Pierre, 1977 (1972), *Outline of a Theory of Practice*, Cambridge University Press.
- BRANCO, Maria João, 1998, «Portugal: O Sabor da Terra, Beira Litoral», José Mattoso, Suzanne Daveau e Duarte Belo (eds.), *Portugal: O Sabor da Terra, Beira Litoral*, Círculo de Leitores, Pavilhão de Portugal/Expo 98, pp. 5-33.
- BRANDÃO, Francisco Azevedo, 1981, «Igrejas e Capelas de Paramos», *Espinho: Boletim Cultural*, vol. III, n.º 11/12, Espinho, Câmara Municipal de Espinho, pp. 349-359.
- BRANDÃO, Francisco Azevedo, 1991, *Anais da História de Espinho (895 – 1926)*, edição patrocinada pela Câmara Municipal de Espinho e pela Junta de Freguesia de Espinho.
- BRANDÃO, Raúl, s/d, *Os Pescadores*, Porto, Publicações Anagrama.
- BRANDT, V. S. R., 1971, *A Korean Village: Between Farm and Sea*, Cambridge, Massachussets, Harvard University Press.
- BRIOIST, Pascal, 1997, *Espaces Maritimes au XVIIIe Siècle*, Atlande (Clefs Concours, Histoire Moderne).
- BRITO, Raquel Soeiro de, 1981 (1960), *Palheiros de Mira: Formação e Declínio de um Aglomerado de Pescadores*, Lisboa, INIC/Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2.ª edição.
- BRITO, Raquel Soeiro de, 1997, *No Trilho dos Descobrimentos: Estudos Geográficos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- BROGGER, Jan, 1992, *Pescadores e Pés-calçados*, Nazaré, Livraria Suzy, de Abílio dos Santos Figueira.

- CABANTOUS, Alain, 1990, *Le Ciel dans La Mer: Christianisme et Civilization Maritime, XVIe-XIXe Siècle*, Paris, Fayard.
- CABRAL, João, 1975, *Anais do Município de Leiria*, vol. I, Leiria.
- CABRAL, Manuel Villaverde, 1977, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- CABRITA, José António, 1998, *Entre a Gândara e a Terra Galega*, Pinhal Novo, Junta de Freguesia do Pinhal Novo.
- CACHIM, Amadeu, 1988, *Os Ílhavos, o Mar e a Ria*, Ílhavo, Câmara Municipal de Ílhavo.
- CALO LOURIDO, Francisco, 1997, *Memoria sobre la Pesca de Sardina en las Costas de Galicia – D. Josef Corníde, Madrid 1774 (facsimile), edición e estudio de Francisco Calo Lourido*, Consello da Cultura Galega.
- CARTRY, Michel, 1978, «Les Yeux Captifs», *Systèmes de Signes: Textes en hommage à Germaine Dieterlen*, Paris, Hermann.
- CARVALHO, José Gonçalo C. Herculano de, 1953, «Coisas e Palavras: Alguns Problemas Etnográficos e Linguísticos Relacionados com os Primitivos Sistemas de Debulha na Península Ibérica», Separata de *Biblos*, XXIX, Coimbra.
- CASTELO-BRANCO, Fernando, 1957, *Alguns Aspectos da Evolução do Litoral Português*, Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Setembro.
- CASTELO-BRANCO, Fernando, s/d, «Evolução do Litoral Português», Joel Serrão (dir), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 39-43.
- CASTRO, D. José de, 1943, *Estudos Etnográficos: Aveiro*, II Tomo, «Pescadores», Lisboa, Instituto para a Alta Cultura.
- CATEDRA TOMAS, Maria, 1976, «Notas Sobre la “envidia”: Los “ojos malos” entre los Vaqueiros de Alzada», Carmelo Lisón Tolosana (ed.), *Temas de Antropología Española*, Madrid, Ediciones Akal.
- CERDEIRA, Valentim, 1983, «Para a história das obras de defesa da povoação de Espinho», *Espinho: Boletim Cultural*, vol. V, n.º 18, Espinho, Câmara Municipal de Espinho, pp. 133-142.
- CHARBONNEAU-LASSAY, L., 1997, *El Bestiario de Cristo: El Simbolismo Animal en la Antigüedad y la Edad Media*, 2 vols., Palma de Mallorca, José J. de Olañeta Editor.
- CINTRÃO, Manuel da Costa, 1988, *Marinha das Ondas na História e na Lenda (Estudos para a Monografia da sua Freguesia)*, Figueira da Foz, Câmara Municipal da Figueira da Foz.
- CLASSEN, Constance, 1993, *Worlds of Sense: Exploring the Senses in History and Across Cultures*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- CLASTRES, Pierre, 1979, *A Sociedade contra o Estado: Investigações de Antropologia Política*, Porto, Edições Afrontamento.
- CLASTRES, Pierre, 1980 (1977), «Infortúnio do Guerreiro Selvagem», Pierre Clastres *et al.* (eds.), *Guerra, Religião, Poder*, Lisboa, Edições 70, pp. 117-151.
- CLOAREC, Jacques, e KALAORA, Bernard, 1994, «Introduction», *Études Rurales – Littorales en Perspectives*, n.º 133-134.

- CLP, 1891, *Collecções de Leis sobre a Pesca desde Março de 1552 até Janeiro de 1891*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- COELHO, António Matias, 1985, «Os Últimos Avieiros do Tejo no Concelho da Chamusca: O Rio, o Homem, o Barco, as Redes», fotografia de José Lobato, desenho de Ápio Cláudio, Chamusca, Câmara Municipal da Chamusca (policopiado).
- COELHO, F. Adolfo, 1993, *Obra Etnográfica, Volume I: Festas, Costumes e Outros Materiais para uma Etnologia de Portugal*, organização e prefácio de João Leal, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- COELHO, F. Adolfo, 1993a, «O Paralelismo na Poesia Popular Portuguesa», *Obra Etnográfica, Volume I: Festas, Costumes e Outros Materiais para uma Etnologia de Portugal*, organização e prefácio de João Leal, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. 251-265.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1989, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, Lisboa, INCM.
- COLAS, Jeanine Carré, 1991-1992, «Avieiros: Estudo de uma População de Pescadores Emigrados nas Margens do Tejo», separata do *Boletim Cultural*, n.º 5, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- COLE, Sally, 1994 (1991), *Mulheres da Praia: O Trabalho e a Vida numa Comunidade Costeira Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- CORBIN, Alain, 1989 (1988), *O Território do Vazio: A Praia e o Imaginário Ocidental*, São Paulo, Editora Schwarcz, Companhia das Letras.
- CORBIN, Alain, 1990, «Histoire et Anthropologie Sensorielle», *Anthropologie et Sociétés*, vol. 14, n.º 2, pp. 13-24.
- CORDEIRO, Graça Índias, 1997, *Um Lugar na Cidade: Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- CORREIA, Maria Leonor Leão, 1965, *Nazaré: A Pesca e o Homem*, dissertação de licenciatura em Geografia, Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras de Lisboa.
- CORTESÃO, Jaime, 1978 (1930), *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte.
- COSTA, Fernando Correia da, e FRANCA, Maria de Lourdes Paes da, 1984, *Pesca Artesanal na Zona Centro da Costa Ocidental Portuguesa: Subsídio para o Conhecimento do seu Estado Actual*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação das Pescas, Publicações Avulsas, n.º 3.
- COSTA, Fernando Correia da, e FRANCA, Maria de Lourdes Paes da, 1985, *Pesca Artesanal na Zona Norte da Costa Ocidental Portuguesa: Subsídio para o Conhecimento do seu Estado Actual*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação das Pescas, Publicações Avulsas, n.º 6.
- COSTA, João Fernandes Arada e, 1985, *Subsídios para o Cancioneiro de Ovar*, Ovar, Museu de Ovar, Cadernos Etnográficos, n.º 1.
- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado, 1988, *A População e o Povoamento da Gândara (Génese e Evolução)*, dissertação de doutoramento subsidiada pelo INIC, Coimbra, Faculdade de Letras.

- CRISTINO, Luciano Coelho, 1991, «O Santuário de Nossa Senhora da Encarnação de Leiria em 1588: Os Milagres e as Procissões», *Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, pp. 57-90.
- CUNHA, S. Rocha e, 1959 (1923), *O Porto de Aveiro*, Aveiro, 2.^a edição.
- CUNLIFFE, Barry, 2001, *Facing the Ocean: The Atlantic and its Peoples (800 BC – AD 1500)*, Oxford University Press.
- CUTILEIRO, José, 1977 (1971), *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa Editora.
- D'ANDRADE, Roy, 1995, *The Development of Cognitive Anthropology*, Cambridge University Press.
- DIAS, Augusto da Costa, 1977 (1962), *A Crise da Consciência Pequeno-Burguesa: O Nacionalismo Literário da Geração de 90*, Lisboa, Editorial Estampa.
- DIAS, Benjamim da Costa, 1981, «Narrativas e Documentos (1943-1946)», *Espinho: Boletim Cultural*, vol. III, n.º 11-12, Espinho, Câmara Municipal de Espinho, pp. 219-347.
- DIAS, Contra-Almirante Fernando de Quintanilha e Mendonça, 1963, «Discurso de Encerramento da Sessão Inaugural do Colóquio de Etnologia Marítima, proferido pelo Contra-Almirante Fernando de Quintanilha e Mendonça Dias, Ministro da Marinha», *Colóquio de Etnologia Marítima*, vol. V, actas do Congresso Internacional de Etnografia promovido pela Câmara Municipal de Santo Tirso, Santo Tirso, 10 a 18 de Julho de 1963.
- DIAS, Jorge, 1990 (1950), «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa», *Estudos de Antropologia*, vol. I, Lisboa, INCM, pp. 135-157.
- DIAS, Marina Tavares, Lisboa Desaparecida, vol. III, Lisboa, Quimera Editores.
- DIETERLEN, Germaine, 1988 (1950), *Essai sur la Religion Bambara*, Bruxelas, Éditions de l'Université de Bruxelles.
- DINIZ, Júlio, 1997 (1863), *O Canto da Sereia*, Ovar, Câmara Municipal de Ovar.
- DOVE, Michael, 1993, «Uncertainty, Humility, and Adaptation in the Tropical Forest: the Agricultural Augury of the Kantu», *Ethnology*, vol. XXXII, n.º 2, University of Pittsburgh, pp.145-167.
- DOVE, Michael, 1996, «Process Versus Product in Bornean Augury: A Traditional Knowledge System's Solution to the Problem of Knowing», Roy Ellen e Katsuyashi Fukui (eds.), *Redefining Nature: Ecology, Culture and Domestication*, Oxford and Washington DC, Berg, pp. 557-596.
- DU JOURDIN, Michel Mollat, 1995 (1993), *A Europa e o Mar*, Lisboa, Editorial Presença.
- DUNDES, Alan, 1992 (1981), *The Evil Eye: A Casebook*, The University of Wisconsin Press.
- DUPUY, Jean-Pierre, 1994, *Aux Origines des Sciences Cognitives*, Paris, Éditions La Découverte.
- DURRENBERGER, E. Paul, e PÁLSSON, Gísli, 1986, «Finding Fish: The Tactics of Icelandic Skippers», *American Ethnologist*, n.º 13 (2).
- DUVIGNAUD, Jean, 1986, *Hérésie et Subversion: Essais sur l'anomie*, Paris, Éditions La Découverte.

- EÇA DE QUEIRÓS, 1946, «Uma Campanha Alegre», *Farpas*, vol. I, Porto, Lello & Irmão – Editores, 6.ª edição.
- EÇA DE QUEIRÓS, 1946a, «Uma Campanha Alegre», *Farpas*, vol. II, Porto, Lello & Irmão – Editores, 6.ª edição.
- ESPÍRITO SANTO, Moisés, 1989, *Fontes Remotas da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- ESPÍRITO SANTO, Moisés, 1990 (1984), *A Religião Popular Portuguesa*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- EVANS-PRITCHARD, E. E., 1991, *Witchcraft, Oracles and Magic among the Azande*, Oxford, Clarendon Press.
- FABIAN, Johannes, 1983, *Time and the Other: How Anthropology Makes its Object*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- FABIÃO, Carlos, 1992, «O Passado Proto-Histórico e Romano», José Mattoso (dir), *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 77-299.
- FAVRET-SAADA, Jeanne, 1977, *Les Mots, la Mort, les Sorts*, Paris, Éditions Gallimard.
- FERREIRA, João Palma (org.), 1980, *Naufrágios, Viagens, Fantasias e Batalhas*, Lisboa, INCM e Círculo de Leitores.
- FÊTEIRA, Francisco Tomé, 1954, *O Mundo é Bem Pequeno: Roteiro de uma Vida*, Lisboa.
- FIGUEIREDO, Mesquita de, 1917, «Habitacões da Beira Mar», *Terra Portuguesa*, ano 2.º, vol. III, n.º 13 e 14, Lisboa.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, 1975, *Comentários Técnicos da Tese do Moçarabismo Náutico*, Lisboa, Centro de Estudos da Marinha.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, 1977, «The Xavega Boat: A Case Study in the Integration of Archaeological and Ethnological Data», Sean McGrail (ed), *Sources and Techniques of Boat Archaeology*, Greenwich, National Maritime Museum, Archaeological Series, n.º 1, BAR supplementary series, 29, pp. 77-111.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, 1981, «Barcos de Pesca de Portugal», Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXVIII, Coimbra.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, 1984, «Fishing Crafts in Portugal», B. Gunda (ed.), *The Fishing Culture of the World: Studies in Ethnology, Cultural Ecology and Folklore*, Budapeste, Akadémiai Kiadó, pp. 143-180.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, 1993, «Alguns Vestígios de Antigas Práticas Rituais de Protecção Mágica dos Barcos Portugueses», *Mediterrâneo: Revista de Estudos Pluridisciplinares sobre as Sociedades Mediterrânicas*, n.º 3, Lisboa, Departamento de Sociologia da FCSH-UNL, pp. 279-301.
- FIRTH, Raymond, 1971 (1946), *Malay Fishermen: Their Peasant Economy*, Londres, Routledge & Kegan Paul Ltd.
- FLORES-MEISER, Enya, 1976, «The Hot Mouse and Evil Eye», Clarence Maloney (ed.), *The Evil Eye*, Nova Iorque, Columbia University Press, pp. 149-162.
- FORTES, Meyer, 1983 (1959), *Oedipus and Job in West African Religion*, Cambridge, Cambridge University Press.

- FOSTER, George M., 1965, «Peasant Society and the Image of Limited Good», *American Anthropologist*, n.º 67, pp. 293-315.
- FOSTER, George M., 1972, «The Anatomy of Envy: A Study in Symbolic Behavior», *Current Anthropology*, vol. 13, n.º 2, pp. 165-202.
- FRADA, João, 1983, *Praia de Mira: Palheiros de Mira, Visão Histórica e Etnográfica*, Lisboa, edição do autor.
- GALHANO, Fernando, 1963, «Notas sobre a Pesca da Xávega em Mira», *Colóquio de Etnologia Marítima*, vol. V, Actas do Congresso Internacional de Etnografia promovido pela Câmara Municipal de Santo Tirso, Santo Tirso, 10 a 18 de Julho de 1963, pp. 199-205.
- GAMEIRO, João Vasco, BARBOSA, Luísa Maria Gonçalves Teixeira, e GOUVEIA, Maria Luísa Lomba Ferreira, 1982, *Caneiras, o Homem e o Rio*, trabalho apresentado no âmbito do seminário de investigação do 4.º ano da licenciatura em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- GASPAR, Jorge, 1986, *As Feiras de Gado na Beira Litoral*, Lisboa, Livros Horizonte.
- GASPARINHO, Alcídio Rosado, 1991, *O Bairro Avieiro em Vila Franca de Xira*, trabalho apresentado no âmbito do seminário de investigação do 4.º ano da licenciatura em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- GAUCHET, Marcel, 1980 (1977), «A Dívida do Sentido e as Raízes do Estado: Política da Religião Primitiva», Pierre Clastres *et al.* (eds.), *Guerra, Religião, Poder*, Lisboa, Edições 70, pp. 49-89.
- GIRÃO, Amorim, 1948, «Estudos da População Portuguesa III: Migrações Internas (1890-1940)», separata de *Biblos*, vol. XXIV, Coimbra.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, 1980 (1971), *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 4.ª edição.
- GOMES DA SILVA, José Carlos, 1989, *L'Identité Volée: Essais d'Anthropologie Sociale*, Bruxelas, Editions de l'Université de Bruxelles.
- GOMES, Alexandra Reis, 1998, «Portos e Vivências Marítimas», *A Arte e o Mar* (catálogo), Exposição organizada pelo Museu Calouste Gulbenkian, 18 de Maio a 30 de Agosto de 1998, pp. 149-155.
- GONÇALVES, Flávio, 1990 (1967), «Prefácio», Rocha Peixoto, *Etnografia Portuguesa (Obra Etnográfica Completa)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. XV-LVI.
- GRAÇA, A. Santos, 1992 (1932), *O Poveiro*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- GUDEMAN, Stephen, 1986, *Economics as Culture: Models and Metaphors of Livelihood*, Routledge & Kegan Paul.
- GUIMARÃES, Alfredo, 1916, «Os Sargaceiros (Litoral Minhoto)», *Terra Portuguesa*, ano 1, n.º 1, Fevereiro, revista editada e dirigida por Vergílio Correia, D. Sebastião Pessanha e Alberto de Sousa.
- GUNDA, B. (ed.), 1984, *The Fishing Culture of the World: Studies in Ethnology, Cultural Ecology and Folklore*, Budapeste, Akadémiai Kiadó.
- HACKING, Ian, 1975, *The Emergence of Probability: A Philosophical Study of Early Ideas about Probability, Induction and Statistical Inference*, Cambridge University Press.

- HACKING, Ian, 1990, *The Taming of Chance*, Cambridge University Press.
- HERBERER, Gerard *et al.*, 1979 (1967), *Antropologia – Enciclopédia Meridiano Fischer*, Lisboa, Editora Meridiano.
- HOWES, David, 1991, «Introduction: To Summon all the Senses», David Howes (ed.), *The Varieties of Sensory Experience*, Buffalo, Londres, Toronto, University of Toronto Press.
- INGOLD, Tim, 1993, «The Art of Translation in a Continuous World», Gísli Pálsson (ed.), *Beyond Boundaries: Understanding Translation and Anthropological Discourse*, Oxford/Providence, Berg, pp. 210-230.
- INGOLD, Tim, 1995, «Building, Dwelling, Living: How Animals and People make Themselves at Home in the World», Marilyn Strathern (ed.), *Shifting Contexts: Transformations in Anthropological Knowledge*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 57-80.
- INGOLD, Tim, 1996, «Hunting and Gathering as Ways of Perceiving the Environment», Roy Ellen e Katsuyashi Fukui (eds.), *Redefining Nature: Ecology, Culture and Domestication*, Oxford e Washington DC, Berg, pp. 117-155.
- INGOLD, Tim, 2000, «Stop, Look and Listen! Vision, Hearing and Human Movement», *The Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 243-287.
- JACKSON, Michael, 1989, *Paths Toward a Clearing: Radical Empiricism and Ethnographic Inquiry*, Bloomington, Indiana University Press.
- JAY, Martin, 1988, «Scopic Regimes of Modernity», Hal Foster (ed.), *Vision and Visuality*, Seattle, Bay Press, pp. 3-23.
- JAY, Martin, 1994, *Downcast Eyes: The Denigration of Vision in Twentieth-century French Thought*, Berkeley e Los Angeles, University of California Press.
- JCCP, 1949, *Doze Anos de Assistência a Pescadores*, Lisboa, Junta Central das Casas dos Pescadores.
- JENKS, Chris, 1995, «The Centrality of the Eye in Western Culture: An Introduction», Chris Jenks (ed.), *Visual Culture*, Londres, Routledge, pp. 1-25.
- JOHNSON, Twig, 1979, «Work Together, Eat Together: Conflict and Conflict Management in a Portuguese Fishing Village», Raoul Andersen (ed), *North Atlantic Maritime Cultures: Anthropological Essays on Changing Adaptations*, The Hague, Mouton Publishers.
- JOHNSTONE, Paul, 1980, *The Sea-Craft of Prehistory*, Londres e Henley, Routledge & Kegan Paul.
- JORGE, Maria Manuel Araújo, 1995, *Biologia, Informação e Conhecimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- JORION, Paul, 1976, «Adjuration du hasard et maîtrise du destin: Éléments de l'idéologie d'une vie hasardeuse: la pêche artisanale dans l'île de Houat (Morbihan) en 1973-1974», *L'Homme*, vol. XVI (4), pp. 95-104.
- JORN, Asger, 1996 (1948), *A Roda da Fortuna: Metodologia dos Cultos*, Lisboa, Frenesi.

- KALAORA, Bernard, 1989, «Paul Descamps ou la sociologie leplaysienne à l'épreuve du Portugal de Salazar», *Gradhiva*, n.º 6, pp. 50-64.
- KEARNEY, Michael, 1976, «A World-view Explanation of the Evil Eye», Clarence Maloney (ed.), *The Evil Eye*, Nova Iorque, Columbia University Press, pp. 175-192.
- KRUS, Luís, 1984, «Celeiro e Relíquias: O Culto Quatrocentista dos Mártires de Marrocos e a Devoção dos Nus», *Estudos Contemporâneos*, n.º 6, «Religiosidade Popular», Porto, Centro de Estudos Humanísticos do Ministério da Cultura, pp. 21-42.
- LAMY, Alberto de Sousa, 1977, *Monografia de Ovar, vol. I: Da Idade Média à República*, Ovar.
- LANGHANS, Franz Paul Almeida, 1968, *Antropologia Luso-Atlântica: Estudo do Homem Português*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira Lda.
- LARAIA, Roque de Barros, 1994 (1993), «Apresentação», Simone Carneiro Maldonado, *Mestres e Mares: Espaço e Indivisão na Pesca Marítima*, São Paulo, Annablume Editora.
- LARANJEIRA, Lamy, 1984, *O Furadouro: O Povoado, o Homem e o Mar*, Ovar, Câmara Municipal de Ovar.
- LEAL, João, 1995, «Imagens Contrastadas do Povo: Cultura Popular e Identidade Nacional na Antropologia Portuguesa Oitocentista», *Revista Lusitana*, n.º 13-14 (Nova Série), pp. 125-144.
- LEAL, João, 1997, «Tylorian Professors and Japanese Corporals: Anthropological Theory and National Identity in Portuguese Ethnography», comunicação apresentada no colóquio «L'Anthropologie et la Méditerranée: Unité, Diversité, Perspectives», Aix-en-Provence, 14-17 de Maio.
- LEAL, João, 2000, *Etnografias portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- LEROI-GOURHAN, André, 1984, *Evolução e Técnicas II: O Meio e as Técnicas*, Lisboa, Edições 70.
- LEROI-GOURHAN, André, 1987 (1965), *O Gesto e a Palavra, 2: Memória e Ritmos*, Lisboa, Edições 70.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, 1976 (1952), «Raça e História», *Antropologia Estrutural Dois*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, pp. 328-366.
- LIMA, Padre André de, 1979 (1903), «Espinho: Breves Apontamentos para a sua História», *Espinho: Boletim Cultural*, vol. I, n.º 1, pp. 9-44; vol. I, n.º 2, pp. 7-30; vol. I n.º 3, pp. 7-38; vol. I, n.º 4, pp. 7-35, Espinho, Câmara Municipal de Espinho,.
- LIMA, André de, 1982 (1931), «As Invasões do Mar em Espinho», *Espinho: Boletim Cultural*, vol. IV, n.º 15-16, Espinho, Câmara Municipal de Espinho, pp. 331-341.
- LIMA, Jaime de Magalhães, 1968 (1926), *Os Povos do Baixo Vouga*, edição das Câmaras Municipais de Ílhavo e da Murtosa e da Comissão de Turismo da Torreira.
- LISÓN TOLOSANA, Carmelo, 1987 (1979), *Brujería, Estructura Social y Simbolismo en Galicia*, Madrid, Ediciones Akal.
- LOBO, Constantino Botelho de Lacerda, 1812, «Memória sobre a Decadência das Pescarias em Portugal», *Memórias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo IV, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa.

- LOFGREN, Orvar, 1979, «Maritime Ecotypes in Preindustrial Sweden», Raoul Andersen (ed.), *North Atlantic Maritime Cultures: Anthropological Essays on Changing Adaptations*, The Hague, Mouton Publishers.
- LOPES, Ana Maria Simões da Silva, 1975, «O Vocabulário Marítimo Português e o Problema dos Mediterraneismos», separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XVI e XVII, Coimbra.
- LOPES, Ana Maria Simões da Silva, e GODINHO, Paulo, 1997, *Moliceiros: a Memória da Ria*, Lisboa, Quetzal Editores.
- LOPES, Paulo Nuno, e LOPES, Helena, 1995, *A Safra*, Lisboa, Livros Horizonte.
- LOPES PEREIRA, 1982 (1952), *Murtosa, Gente Nossa, Murtosa*.
- LOUREIRO, Adolpho, 1878 (1877), «Estudos sobre o Rio Liz e os Campos de Leiria», *Revista de Obras Públicas e Minas*, tomo IX, n.º 107, Novembro 1878 e n.º 108, Dezembro de 1878.
- LOUREIRO, Adolpho, 1904, *Os Portos Marítimos de Portugal*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional.
- LOWE, Donald M., 1982, *History of Bourgeois Perception*, Brighton, The Harvester Press.
- LUCENA, Manuel de, 1976, *A Evolução do Sistema Corporativo Português, vol. I: O Salazarismo*, Lisboa, Perspectivas & Realidades.
- LUMMIS, Trevor, 1983, «Luck: Longshoremen, Smacksmen and Driftermen», Paul Thompson, Tony Wailey, e Trevor Lummis (eds.), *Living the Fishing*, Londres, Routledge and Kegan Paul.
- LUMMIS, Trevor, 1985, *Occupation and Society: The East Anglian Fishermen 1880-1914*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LYOTARD, Jean-François, 1989 (1986), «Se Pudermos Pensar sem Corpo», *O Inumano: Considerações sobre o Tempo*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 17-31.
- MACEDO, Jorge Borges de, 1963, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa, Associação Industrial Portuguesa.
- MADAHIL, António Gomes da Rocha, 1934, *Etnografia e História: Bases para a Organização do Museu Municipal de Ílhavo*, Ílhavo.
- MADAHIL, António Gomes da Rocha, 1941, *Alguns Aspectos do Trajo Popular da Beira Litoral*, Coimbra.
- MADRP-DGF, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas - Direcção Geral das Florestas, Arquivos da Direcção Geral das Florestas (Santa Eufémia) - Documentos das Pastas números 400 (1849 - Depósito da Vieira / Informações sobre carregamentos de madeiras / Estado do mar), 606 (1857-58 - Depósito da Vieira / Correspondência) e 2432 (Companha da Rede de Vieira - Greve no carregamento de madeiras - 1841).
- MADUREIRA, Nuno Luís (coord.), 2001, *História do Trabalho e das Ocupações, vol. II: As Pescas*, org. de Inês Amorim, Oeiras, Celta Editora.
- MALINOWSKI, Bronislaw, 1988 (1925), «Magia, Ciência e Religião», *Magia, Ciência e Religião*, Lisboa, Edições 70, pp. 17-94.

- MALPIQUE, Celeste, 1986 (1981), «Aspectos Psicológicos da Dinâmica Familiar na Comunidade Piscatória de S. Pedro da Afurada», *Actas do Colóquio «Santos Graça» de Etnografia Marítima*, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa do Varzim.
- MALPIQUE, Celeste, 1990, *A Ausência do Pai*, Porto, Edições Afrontamento.
- MANARTE, António, 1983, *Por um Cancioneiro de Ovar*.
- MARQUES, Manuel Monteiro, 1958, *Estudos Geográficos da Faixa Litoral da Alta Estremadura*, dissertação de licenciatura em Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MARQUES, Maria Lucília Folha, 1991 (1956), *Pescadores do Furadouro*, Ovar, Museu de Ovar (policopiado).
- MARTINS, Luís, 1997, «Baldaque da Silva e a Identificação das Comunidades Costeiras», *Etnográfica*, vol. I (2), pp. 271-293.
- MARTINS, Luís, 1999, «Mares Electrónicos em Fundos sem Peixe: Um Estudo de Caso na Póvoa de Varzim e nas Caxinas», *Etnográfica*, vol. III (2), pp. 235-270.
- MARTINS, Luís, s/d, «O Uso da Imagem Fotográfica e a Ideologia das Pescas do Estado Novo – o *Jornal do Pescador*», inédito.
- MARTINS, Moisés de Lemos, 1990, *O Olho de Deus no Discurso Salazarista*, Porto, Edições Afrontamento.
- MARWICK, Max G., 1970 (1965), *Sorcery in it's Social Setting: A Study of the Northern Rhodesian Cewa*, Manchester, Manchester University Press.
- MATTOSO, José, 1991 (1985), *Identificação de um País: Ensaio sobre as Origens de Portugal*, 2 vols., Lisboa, Editorial Estampa, 4ª edição.
- MEDEIROS, António, 1992, «Prefácio», A. Santos Graça, *O Poveiro*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. III-XIV.
- MENDES, J. Amado, 1993, «As Camadas Populares Urbanas e a Emergência do Proletariado Industrial», José Mattoso (dir.), *História de Portugal, vol. V: O Liberalismo*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 493-499.
- MENDES, Manuel, 1977 (1960), *Aquilino Ribeiro, a Obra e o Homem*, Lisboa, Ed. Arcádia.
- MENDES, Paulo Daniel, e MENESES, Inês Salema de, 1996, *Se o Mar Deixar: Comunidade e Género numa Povoação do Litoral Alentejano*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- MENDIA, Henrique de, 1881, *Estudo sobre a Fixação e Aproveitamento d'uma Parte das Areias Moveis das Costas de Portugal*, Lisboa.
- MESQUITA, Alfredo, 1903, *Lisboa: Compilação e Estudo por Alfredo Mesquita*, Lisboa, Empresa da História de Portugal, Portugal Pittoresco e Ilustrado, n.º 1.
- MESQUITA, Marcelino, 1913, *A Nazareth: Sítio e Praia*, Lisboa, Typographia «A Editora Limitada».
- MOLES, Abraham, 1995 (1990), *As Ciências do Impreciso*, Porto, Edições Afrontamento.
- MONCEAU, M. Duhamel du, e MARRE, M. de la, 1769, *Traité Général des Pesches*, vol. I, Paris.

- MONCEAU, M. Duhamel du, e MARRE, M. de la, 1769a, *Traité Général des Pesches*, vol. II, Paris.
- MORAIS, J. Custódio, 1936, «Geologia e Geografia da Região do Pinhal de Leiria», *Memórias e Notícias: Publicações do Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra*, n.º 9, Coimbra, Tipografia da Atlântida.
- MORAIS, Maria de Queiroz Martins Monteiro, 1985, *Avieiros: Identidade e Mudança Social*, monografia apresentada no âmbito do Seminário de Investigação da licenciatura em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- MOREIRA, Carlos Diogo, 1987, *Populações Marítimas em Portugal*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- MOREIRINHAS, Custódio A. Cerqueira, 1995, «Pescadores e Companhas nos Concelhos da Ria de Aveiro, 1834-1840», *Estudos Aveirenses, Revista do ISCIA*, n.º 4, pp. 99-152.
- MOUTINHO, Mário, 1980, *Introdução à Etnologia*, Lisboa, Editorial Estampa.
- NADEL-KLEIN, Jane, e DAVIS, Dona Lee, 1988, «Introduction: Gender in the Maritime Area», Jane Nadel-Klein e Dona Lee Davis, *To Work and to Weep: Women in Fishing Economies*, Institute of Social and Economic Research, Memorial University of Newfoundland.
- NAMORA, Fernando, 1963, *Aquilino Ribeiro*, Galeria Artis.
- NEIVA, Manuel Albino Penteado, 1987, «As Marcas dos Pescadores de Esposende», *Actas do Colóquio Manuel de Boaventura*, Esposende, Câmara Municipal de Esposende.
- NUNES, Francisco Oneto, 1993, *Vieira de Leiria: A História, o Trabalho, a Cultura*, Vieira de Leiria, Junta de Freguesia de Vieira de Leiria.
- NUNES, Francisco Oneto, 1999, «O Problema do Aleatório: Da Coerção dos Santos ao Idioma da Inveja», *Etnográfica*, vol. III (2), pp. 271-291.
- NUNES, Padre A. Pinho, 1988, *Barcos que Morrem*, Ovar, Museu de Ovar, 2.ª edição.
- O Couceiro, ou Memórias do Bispado de Leiria*, 1898 (1868), Leiria, Typographia Leiriense, 2.ª edição.
- O'NEILL, Brian Juan, 1984, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras: Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana (1870-1978)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- OLIVEIRA, Aurélio de, 1985, «A Póvoa de Varzim e os Centros de Salga na Costa Noroeste nos Fins do Século XVIII: O Contributo da Técnica Francesa», *Actas do Colóquio «Santos Graça» de Etnografia Marítima*, vol. II.
- OLIVEIRA, Carlos Ramos de, 1971, *Fuzeta: Uma Abordagem Antropológica*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa – ISCSPU.
- OLIVEIRA, Carlos Ramos de, 1972, «Fuzeta: Tradição e Mudança», *Geographica*, vol. VIII, Lisboa, pp. 45-66.
- OLIVEIRA, Carlos Ramos de, 1974, «A Abordagem Ecológica no Estudo de Populações de Pescadores», *In Memoriam António Jorge Dias*, vol. I, Lisboa, JIU, pp. 368-377.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, 1965, «Palheiros e Barracos do Litoral», *Geographica, Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa*, ano I, n.º 3.

- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, 1966, *Rocha Peixoto e a Etnologia*, Póvoa de Varzim.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, 1984, *Festividades Cíclicas em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, e GALHANO, Fernando, 1964, *Palheiros do Litoral Central Português*, Lisboa, IAC/Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, e PEREIRA, Benjamim, 1988 (1969), *Construções Primitivas em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, e PEREIRA, Benjamim, 1990 (1975), *Actividades Agro-Marítimas em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- OLIVEIRA MARTINS, João Pedro de, 1977 (1879), *História de Portugal*, Lisboa, Guimarães & C.^a Editores.
- OLIVEIRA MARTINS, João Pedro de, 1994 (1889), *Portugal nos Mares*, Lisboa, Guimarães Editores.
- ONG, Walter J., 1967, *The Presence of the World: Some Prolegomena for Cultural and Religious History*, New Haven, Yale University Press.
- ORBACH, Michael K., 1977, *Hunters, Seamen, and Entrepreneurs: The Tuna Seinermen of San Diego*, Berkeley, University of California Press.
- OTT, Sandra, 1981, *The Circle of Mountains: A Basque Shepherding Community*, Oxford, Clarendon Press.
- LOUDINOT, Reynaldo, 1783, *Mappa dos Campos de Leiria pertencentes a Real Caza do Infantado, com as obras executadas por Ordems de S. Mag.^{de} para a abertura e segurança da Foz do Rio, e para a cultura dos campos, pelo Sargento-mor Reynaldo Oudinot em 1783*, Casa do Infantado, doc. n.º 501, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças/ANTT.
- PAGELS, Heinz R., 1982, *O Código Cósmico: A Física Quântica como Linguagem da Natureza*, Lisboa, Gradiva.
- PAIS DE BRITO, Joaquim, 1982, «O Estado Novo e a Aldeia Mais Portuguesa de Portugal», *O Fascismo em Portugal: Actas do Colóquio*, Faculdade de Letras, Março de 1980, Lisboa, A Regra do Jogo, pp. 511-532.
- PAIS DE BRITO, Joaquim, 1989, «O Atlas Etnológico e a Carta das Fogueiras Anuais», *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia, pp. 521-535.
- PAIS DE BRITO, Joaquim, 1995, «No Tempo da Descoberta de um Escultor», *Onde Mora o Franklin? Um Escultor do Acaso* (catálogo), Lisboa, Museu Nacional de Etnologia.
- PAIS DE BRITO, Joaquim, 1996, *Retrato de Aldeia com Espelho: Ensaio sobre Rio de Onor*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- PAIVA, José Pedro, 1992, *Práticas e Crenças Mágicas: O Medo e a Necessidade dos Mágicos na Diocese de Coimbra (1650-1740)*, Coimbra, Livraria Minerva.
- PAIVA, José Pedro, 2002 (1997), *Bruxaria e Superstição num País sem «Caça às Bruxas»: 1600-1774*, Lisboa, Editorial Notícias.
- PÁLSSON, Gísli, 1991, *Coastal Economies, Cultural Accounts: Human Ecology and Icelandic Discourse*, Manchester, Manchester University Press.

- PÁLSSON, Gísli, 1993, «Household Words Attention: Agency and the Ethnography of Fishing», Gísli Pálsson (ed.), *Beyond Boundaries: Understanding, Translating and Anthropological Discourse*, Oxford, Providence, Berg Publishers.
- PARDINHAS, Albertino Alves, 1992, *Monografia de Cortegaça*, edição patrocinada pela Junta de Freguesia de Cortegaça.
- PASCUAL FERNÁNDEZ, José, 1999, «Los Estudios de Antropología de la Pesca en España: Nuevos Problemas, Nuevas Tendencias», *Etnográfica*, vol. III (2), pp. 333-359.
- PAUL-LÉVY, Françoise, 1986, «A la Fondation de la Sociologie: l'idéologie primitiviste», *L'Homme*, 97-98, XXVI (1-2).
- PEDRO, José, 1944, «A Nazaré», *Livro de Actas do I Congresso das Actividades do Distrito de Leiria*, 23 a 26 de Setembro de 1943, IAC.
- PEDROSA, Fernando Gomes, 1980, «Inventário de Alguns Naufrágios Ocorridos na Costa Adjacente à Foz do Mondego, até aos Fins do Século XIX», *A Voz da Figueira*, 15 de Maio.
- PEDROSA, Fernando Gomes, 1985, «A Evolução das Artes de Pesca em Portugal», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXV, Abril-Junho, Lisboa, pp. 287-319.
- PEDROSA, Fernando Gomes, s/d, *Subsídios para a História de Buarcos*, Figueira da Foz, Câmara Municipal da Figueira da Foz, Cadernos Municipais, n.º 2.
- PEDROSA, Vergílio Guerra, 1933, *Entre Mar e Terra: Cartas da Foz do Lis*, Leiria, Tipografia Leiriense.
- PEREIRA, Álvaro, 1970, *Espinho: Monografia*, Espinho, edição do autor.
- PEREIRA, Benjamim, 1965, *Bibliografia Analítica da Etnografia Portuguesa*, Lisboa, Instituto da Alta Cultura.
- PEREIRA, Benjamim, 1990, *Sistemas de Serração de Madeiras*, Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia/INIC.
- PEREIRA, Rosa Maria Papoila, 1985, *Escaroupim: Uma Aldeia de Pescadores em Declínio*, monografia apresentada no âmbito do Seminário de Investigação da licenciatura em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- PEREIRA, Leonor, e PITA, João Rui, 1993, «Ciências», José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. V: *O Liberalismo*, coord. Luis Reis Torgal e João Lourenço Roque, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 653-667.
- PERES, Damião, e CERDEIRA, Eleutério, 1928, *História de Portugal: Edição Monumental*, Barcelos, Portucalense Editora.
- PERNÃO, Maria Manuela Neves, 1957, *A Praia da Vieira: Monografia Social*, trabalho de licenciatura do Instituto Superior de Serviço Social, Lisboa.
- PÉRON, Françoise, 1994, «Fonctions Sociales et Dimensions Subjectives du Littoral», *Études Rurales*, n.º 133-134, «Littoraux en Perspectives», Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- PÉRON, Françoise, e RIEUCAU, Jean (dir.), 1996, *La Maritimité Aujourd'hui*, Paris, Éditions L'Harmattan.

- PESSOA, Fernando, 1956 (1913), «Drama Estático em um Quadro: O Marinheiro», *Poemas Dramáticos*, Lisboa, Edições Ática, pp. 33-65.
- PINA CABRAL, João de, 1985, «Os Cultos da Morte no Noroeste de Portugal», Rui G. Feijó, Hermínio Martins, João de Pina Cabral (orgs), *A Morte no Portugal Contemporâneo: Aproximações Sociológicas, Literárias e Históricas*, Lisboa, Editorial Quercus, pp. 65-87.
- PINA CABRAL, João de, 1989 (1986), *Filhos de Adão, Filhas de Eva: A Visão do Mundo Camponesa no Alto Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- PINA CABRAL, João de, 1990, «Permanence et changement dans les roles masculin et feminin au nord-ouest du Portugal», inédito.
- PINA CABRAL, João de, 1991, *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel.
- PINA CABRAL, João de, e LIMA, Antónia Pedrosa de, 1996, «Prefácio», Paulo Daniel Mendes e Inês Salema de Meneses, *Se o Mar Deixar: Comunidade e Género numa Povoação do Litoral Alentejano*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 13-16.
- PINHO, João Frederico Teixeira de, 1959 (1868), *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*, prefácio, revisão e notas de Mons. Miguel de Oliveira, Ovar, Câmara Municipal de Ovar.
- PINHO, Manuel Cascais de, 1988, *A Pesca no Furadouro (Ensaio – Trabalho a Desenvolver)*, Ovar, Museu de Ovar.
- PINHO, Jaime, SILVA, Carlos da, e GONÇALVES, Fernanda, 1993 (1992), *Entre Urzes e Camarinhas: As Festas da Arrábida e de Tróia*, Setúbal, Edição José Teófilo Duarte/Estuário Publicações.
- PINTO, Américo Cortez, 1982, *Diónisos, Poeta e Rei*, Lisboa, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa.
- PINTO, António Arala, 1938, *O Pinhal do Rei: Subsídios*, vol. I, Alcobaça.
- PINTO, António Arala, 1939, *O Pinhal do Rei: Subsídios*, vol. II, Alcobaça.
- PRATT, Mary Louise, 1992, *Imperial Eyes: Travel, Writing and Transculturation*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- PRICE, Richard, 1964, «Magie et Pêche a la Martinique», *L'Homme*, vol. IV (2), pp. 84-113.
- QUADROS, António, 1986, Portugal, Razão e Mistério, Livro I: Uma Arqueologia da Tradição Portuguesa, Lisboa, Guimarães Editores.
- RAMALHO ORTIGÃO, 1876, *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz Editores.
- RAMOS, Rui, 1994, *A Segunda Fundação*, José Matoso (dir.), *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores.
- REDOL, Alves, s/d, «Breve História de um Romance», *Avieiros*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2.^a edição, pp. 15-22.
- REZENDE, Padre João Vieira de, 1989 (1944), *Monografia da Gafanha, Segunda Edição, Correcta e Aumentada*, edição facsimilada subsidiada pelo Instituto para a Alta Cultura, Coimbra.

- RIBEIRO, Aquilino, 1985 (1932), *Batalha sem Fim*, Lisboa, Bertrand Editora.
- RIBEIRO, Carlos, 1870, *Breve Notícia Acerca da Constituição Physica e Geologica da Parte de Portugal Compreendida entre os Valles do Tejo e do Douro*, Lisboa, Typographia da Academia.
- RIBEIRO, Margarida, 1988, *Recolha de Areia - Elementos para o Estudo da Ergologia e Tecno-economia do Litoral Português*, Ovar, Edição do Museu de Ovar, 1988.
- RIBEIRO, Orlando, 1940-1941, «Deslocamentos da População em Portugal», *Revista da Faculdade de Letras*, tomo VII, n.º 1-2, Lisboa.
- RIBEIRO, Orlando, 1981 (1960), «Prefácio», Raquel Soeiro de Brito, *Palheiros de Mira: Formação e Declínio de um Aglomerado de Pescadores*, Lisboa, INIC/Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2.ª edição.
- RIBEIRO, Orlando, 1998 (1945), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 7.ª edição.
- ROBBEN, Antonius C. G. M., 1989, *Sons of the Sea Goddess: Economic Practice and Discursive Conflict in Brazil*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- ROCHA PEIXOTO, António Augusto da, 1990 (1899), «Etnografia Portuguesa: Habitação, Os Palheiros do Litoral», *Etnografia Portuguesa (Obra Etnográfica Completa)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. 70-88.
- RODRIGUES, Luis F. Oliveira, 1956, *A Pesca na Região de Aveiro*, Dissertação de licenciatura em Geografia, Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras de Lisboa.
- RÓHEIM, Géza, 1992 (1952), «The Evil Eye», Alan Dundes (ed.), *The Evil Eye: A Casebook*, The University of Wisconsin Press, pp. 211-222.
- RPM, 1865, *Informações para a Estatística Industrial publicadas pela Repartição de Pesos e Medidas - Districtos de Leiria e Funchal*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- SALVADOR, Jorge Fernando, 1994, *Exposição Comemorativa: I Centenário da Fundação da Fábrica Brandão, Gomes & C.ª (1894-1994)*, Espinho, Câmara Municipal de Espinho.
- SANTOS, Maria Adelaide Neto dos, 1959, *Os Avieiros: Estudo de Geografia Humana*, dissertação de Licenciatura em Ciências Geográficas, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SARAIVA, José Mendes da Cunha, 1943, *A Bacia Hidrográfica do Rio Lis e os Trabalhos do Engenheiro Reinaldo Oudinot no Século XVIII*, Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças.
- SAUVAGEOT, Anne, 1994, *Voirs et Savoirs: Esquisse d'une Sociologie du Regard*, Paris, PUF.
- SENNA-MARTINEZ, João Carlos de, 1998, «Produção, Ostentação e Redistribuição: Estrutura Social e Economia Política no Grupo Baiões/Santa Luzia», *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 10, pp. 218-230.
- SÉRGIO, António, 1973 (1941), *Introdução Geográfico-sociológica à História de Portugal*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1986, *História de Portugal, vol. VIII, Do Mindelo à Regeneração (1832-1851)*, Lisboa, Editorial Verbo.

- SIGAUT, François, 1994, «Technology», Tim Ingold, *Companion Encyclopedia of Anthropology*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 420-459.
- SILVA, A. A. Baldaque da, 1891, *Estado Actual das Pescas em Portugal, Compreendendo a Pesca Marítima, Fluvial e Lacustre em Todo o Continente do Reino, Referido ao Anno de 1886*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- SILVA, A. A. Baldaque da, 1892, *Catálogo da Secção Marítima Portuguesa na Exposição de Madrid em 1892*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias.
- SILVA, Francisco Maria Pereira da, e BATALHA, Caetano Maria, 1859 (1843), *Memória sobre o Pinhal Nacional de Leiria*, Lisboa, Imprensa Nacional, 2.^a edição.
- SILVA, Manuela Santos, 1991, «Salir do Porto: Um Exemplo da Importância dos Pequenos Portos da Estremadura durante a Idade Média», *Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, pp. 355-364.
- SILVA, Maria Fernanda Delgado Espinosa Gomes da, s/d, «Pescarias», Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 65-67.
- SILVA, Orlando da, 1992, *Manuel Laranjeira, 1877-1912: Vivências e Imagens de Uma Época*, Santa Maria da Feira, Rainho e Neves Lda.
- SILVEIRA, Maria de Aires, 1998, «O Mar entre a Celebração e a Elegia», *A Arte e o Mar*, catálogo da exposição organizada pelo Museu Calouste Gulbenkian, 18 de Maio a 30 de Agosto de 1998, pp. 227-231.
- SOARES, Franquelim Neiva, 1988, *A Romaria de S. Bartolomeu do Mar e o seu Banho Santo, Passado e Presente*, Esposende, Centro Social da Juventude de Mar, comemoração do XIII aniversário.
- SOARES, Maria Micaela, 1978 (1977), «Mulheres da Estremadura», *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III série, n.º 83, 1.º tomo.
- SOARES, Maria Micaela, 1985, *Exposição «O Concelho de Vila Franca de Xira e o Tejo»* (catálogo), Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- SOARES, Maria Micaela, 1986, «A Cultura Avieira, Continuidade e Mudança», *Actas do Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima*, vol. IV, Póvoa de Varzim, pp. 73-89.
- SOARES, Maria Micaela, et al. (org.), 1991, *O Trabalho e as Tradições Religiosas no Distrito de Lisboa, Exposição de Etnografia*, Lisboa, Governo Civil de Lisboa.
- SOUSA, Armino de, 1993, «1325-1480», José Mattoso (dir.), *História de Portugal, vol. II: A Monarquia Feudal*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 311-556.
- SOUSA, Paulo Silveira e, 1996, «A Literatura, a Política e os Municípios no Portugal Liberal», César de Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local (dos Finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 222-241.
- STAROBINSKI, 1997 (1961), *L'Oeil Vivant*, Paris, Gallimard.
- STEIN, Howard F., 1976, «Envy and the Evil Eye: An Essay in the Psychological Ontogeny of Belief and Ritual», Clarence Maloney (ed.), *The Evil Eye*, Nova Iorque, Columbia University Press, pp. 193-222.
- STEWART, Hilary, 1982 (1977), *Indian Fishing: Early Methods on the Northwest Coast*, Vancouver, Douglas & McIntyre Ltd.; Seattle, University of Washington Press.

- STILES, Geoffrey R., 1972, «Fishermen, Wives and Radios: Aspects of Communication in a Newfoundland Fishing Community», Raoul Andersen, e Cato Wadel (eds.), *North Atlantic Fishermen: Anthropological Essays on Modern Fishing*, Memorial University of Newfoundland.
- STOLLER, Paul, 1990 (1989), *The Taste of Ethnographic Things: The Senses in Anthropology*, Filadélfia, University of Pennsylvania Press.
- SYNNOTT, Anthony, 1993, *The Body Social: Symbolism, Self and Society*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- TATO, Joaquim, 1980, «O Vareiro de Espinho: O Homem e o Pescador», *Espinho: Boletim Cultural*, vol. II, n.º 5/6, Espinho, Câmara Municipal de Espinho, pp. 7-39.
- TEIXEIRA, Abel, 1980, «As Invasões do Mar em Espinho através dos Tempos», *Espinho: Boletim Cultural*, vol. II, n.º 7, Espinho, Câmara Municipal de Espinho, pp. 207-246.
- TEIXEIRA, Abel, 1980a, «As Invasões do Mar em Espinho através dos Tempos», *Espinho: Boletim Cultural*, vol. II, n.º 8, Espinho, Câmara Municipal de Espinho, pp. 387-407.
- THOMAS, Keith, 1985 (1971), *Religion and the Decline of Magic: Studies in Popular Beliefs in Sixteenth and Seventeenth Century England*, Harmondsworth, Penguin Books.
- THOMPSON, Paul, 1985, «Women in the Fishing: The Roots of Power between the Sexes», *Comparative Studies in Society and History*, n.º 27 (1), pp. 3-32.
- TOREN, Christina, 1993, «Making History: The Significance of Childhood Cognition for a Comparative Anthropology of Mind», *Man* (n.s.), n.º 28, pp. 461-487.
- TORRES, Cláudio, 1992, «O Garb-Al-Andaluz», José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 361-437.
- TUNSTALL, Jeremy, 1962, *The Fishermen*, Londres, MacGibson & Kee.
- VALDEZ, Vasco, PEREIRA, Frederico, e CADIMA, Emidio, 1994, *Pescas: Que Futuro? Opções Estratégicas para as Pescas Nacionais*, Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca (policopiado).
- VALVERDE, Paulo, 1998, «Carlos Magno e as Artes da Morte: Estudo Sobre o Tchiloli da Ilha de São Tomé», *Etnográfica*, vol. II (2), pp. 221-250.
- VALVERDE, Paulo, 2000, *Máscara, Mato e Morte em São Tomé*, Oeiras, Celta Editora.
- VAN GINKEL, Rob, 1994, «One Drop of Luck Weighs more than a Bucketful of Wisdom: Success and the Idiom and Ideology of Dutch Shellfish Planters», *Ethnologia Europea*, n.º 24 (2), pp. 155-166.
- VARAGNAC, André, 1963, «O Navio, Portador de Religião: O Calcolítico», André Varagnac (dir.), *O Homem antes da Escrita*, Lisboa, Rio de Janeiro, Edições Cosmos, pp. 380-399.
- VARELA, Francisco J., 1988 (1981), «Le Cercle Créatif: esquisses pour une Histoire Naturelle de la circularité», Paul Watzlawick (ed.), *L'invention de la Réalité: Contributions au Constructivisme*, Paris, Éditions du Seuil, pp. 329-345.
- VARELA, Francisco J., 1988a (1987), «A Individualidade: A Autonomia do Ser Vivo», Paul Veyne et al., *Indivíduo e Poder*, Lisboa, edições 70, pp. 105-112.

- VARELA, Francisco, THOMPSON, Evan, e ROSCH, Eleanor, 1992 (1991), *The Embodied Mind: Cognitive Science and Human Experience*, Cambridge, Massachussets, MIT Press.
- VASCONCELOS, Humberto, e MARTINS, Jorge, 1997, *Avieiros: Os Últimos Pescadores do Tejo*, Projecto Palhota Viva, Palhota (Cartaxo).
- VASCONCELOS, José Leite de, 1924, «Casas da Praia da Vieira», *Boletim de Etnografia*, vol. III.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1936, *Etnografia Portuguesa*, vol. II, Lisboa, INCM.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1942, *Etnografia Portuguesa*, vol. III, Lisboa, INCM.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1982, *Etnografia Portuguesa*, vol. V, Lisboa, INCM.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1985, *Etnografia Portuguesa*, vol. IX, Lisboa, INCM.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1986 (1882), *Tradições Populares de Portugal*, Lisboa, INCM.
- VIEIRA, J. S., 1944, «Monte Real e Vieira de Leiria», separata da revista *Portugal d'Aquém e d'Além Mar*, Lisboa.
- VITORINO, António, 1950, *Praia da Vieira, sua Pena e sua Glória*, Lisboa, edição do autor.
- VITORINO, António, s/d 1, *Gente de Vieira*, Lisboa, edição do autor.
- VITORINO, António, s/d 2, *A Vida Começou Assim: Novelas*, Lisboa, edição do autor.
- WATZLAWICK, Paul, 1991, *A Realidade é Real?*, Lisboa, Relógio d'Água.
- WORSLEY, Peter, 1997, *Knowledges: What Different Peoples Make of the World*, Londres, Profile Books.
- YELLÈS, Nacima, 1994, «Regards sur le Littoral», *Études Rurales*, n.º 133-134, «Littoraux en Perspectives», Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- ZÚQUETE, Afonso, 1943, *Leiria: Subsídios para a História da sua Diocese*, Leiria, Gráfica-Leiria.